



Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

A dimensão científica do Serviço Social: uma ciência em construção

Sandra Mendes

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Doutor em Serviço Social

Orientador(a):

Doutor Jorge Manuel Leitão Ferreira, Professor Auxiliar
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Coorientador(a):

Doutor Jerry Floersch, Associate Professor,
Rutgers School of Social Work, University of New Jersey

Novembro, 2019

A dimensão científica do Serviço Social: uma ciência em construção

Sandra Mendes

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Doutor em Serviço Social

Júri:

Doutor Luís Manuel Antunes Capucha, Professor Auxiliar, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Doctor Walter August Lorenz, Contract Professor, Charles University Prague

Doutora Cristina Maria Pinto Albuquerque, Professora Auxiliar, Universidade de Coimbra.

Doutora Hermínia Júlia de Castro Fernandes Gonçalves, Professora Auxiliar, Universidade de
Trás-os-Montes e Alto Douro.

Doutora Helena Belchior Rocha, Professora Auxiliar, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Doutora Patrícia Durães Ávila, Professora Auxiliar, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Doutor Jorge Manuel Leitão Ferreira, Professor Auxiliar, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Doctor Jerry Floersch, Associate Professor, Rutgers University School of Social Work.

Novembro, 2019

A presente investigação está escrita em português respeitando o novo acordo ortográfico com uma apresentação sumária e as conclusões em inglês. Contempla as normas da *American Psychological Association* (APA) (6a edição) e as normas de formatação e apresentação gráfica e referências da Escola de Sociologia e Políticas Públicas.

AGRADECIMENTOS

It's been a long time, a long time coming

But I know a change gonna come, oh yes it will. Sam Cooke, 1964.

Se me dissessem há 15 anos atrás que este meu presente seria aquele meu futuro, provavelmente soltaria uma lufada de risadas. Filha de uma trajetória marcada por um sistema educativo discriminativo e excludente, não me equacionaria hoje a desempenhar a minha atividade laboral no Serviço Social, na docência e na investigação. Ao longo dos anos vi-me refém das teias da estigmatização por não corresponder a um ideal tipo de aluno/a, demasiado espontânea por vezes, com argumentos e ideias desalinhadas da manada em tantas outras, aprendi cedo a valorar o preço a pagar por se ser considerado um/a pensador/a diferente.

Há 5 anos atrás resolvi inscrever-me num doutoramento para provar-me a mim e aos outros que os infortúnios da saúde não têm que ser restritivos e limitativos. Conheci-me novamente, trabalhei-me mais um pouco, para, por fim, viver e aceitar uma condição degenerativa. Devido a esta realidade, inicio agradecendo veementemente à Dra. Ana Trepa e à Dra. Ana Martins, mas também à terapeuta Otilia, enfermeira Catarina e enfermeira Susana. Memorando uma aula de doutoramento no ISCTE-IUL em 2014, lembro-me que uma docente referiu que o processo de escrita de um doutoramento seria a fase mais solitária que atravessaríamos. Não questionando a veracidade dessa afirmação, regozijo-me por fazer parte daqueles e daquelas para quem este percurso foi gratificante em saber e conhecimento, mas também, em relações profissionais e pessoais, vivenciando esta experiência recheada de emoções e reflexões partilhadas. Por este motivo, o meu obrigada ao NUDLA, mais especificamente, à Cláudia Santos, à Tatiane Valduga, à Antonela Jesus, e à Tatiana Calmon, as minhas companheiras de viagem; mas também à segunda geração deste núcleo: ao Guilherme Ferreira; à Rita Barata; à Carol e à Heide; Cada uma destas índoles me consolida o espírito e me alimenta a alma, e por isso, o meu muito obrigada. Ao corpo docente do Doutoramento em Serviço Social do ISCTE-IUL, agradeço o espaço criado para deixarem os alunos pensarem e fazerem livremente, incentivando a explorar cada potencial. Especialmente à professora Maria João Pena pelo seu sorriso positivo e por me devolver sempre uma imagem de “Maria Capaz”. À professora Inês Amaro, com quem aprendi dentro da sala de aula e continuo a aprender fora. Finalmente, o agradecimento mais especial, ao meu orientador Jorge Ferreira, professor e amigo, revelou-se a minha maior surpresa. Agradeço o apoio incondicional desde o primeiro dia em que a ideia desta dissertação foi verbalizada; agradeço por cada gargalhada que me fez soltar, e por cada processo de reflexividade de quando em vez mais austero; por cada oportunidade criada sem nunca duvidar; guardo com carinho esta nossa caminhada de partilha. Agradeço ao professor e amigo Jerry Floersch e ao professor e amigo Jeffrey Longhofer pela oportunidade que me criaram para lecionar na *Rutgers School of Social Work*, por me acolherem no seu seio e por me ensinarem que a realidade existe também fora da nossa mente. Ao menino João e à Joana Guedes por me acrescentarem carinho e saber, à Barbara, ao Luiz e à Esther Mercado companheiros de luta, ao Alain Thers e à Maria, que me acrescentaram reflexividade crítica e amizade. Ao Walter Lorenz, pela boa surpresa por me permitir conhecer a pessoa que subjaz ao pensador - pelas conversas, pelo espírito inconformado, resistente e revolucionário! O meu obrigada ao Nino Zganec pela oportunidade que me foi dada para trabalhar na EASSW e por todas as aprendizagens que essa experiência me outorgou para este meu atracar. À atual Presidente Teresa Bertotti, é sempre um regozijo ter mulheres no poder. A todos os integrantes da

comissão executiva que me permitiram amadurecer na arena académica e profissional, especialmente ao Raymond Kloppenburg, ao Robert Bergougnan, ao Hakan Acar e à Aila-Leena Matthies que me partilharam saberes, conhecimentos e reflexividades para melhor desenvolver o meu pensamento crítico relativamente ao meu objeto de estudo.

Agradeço o maravilhoso encontro na vida, com a Helena Rocha e com a Antónia Picornell, por cada momento e palavra partilhada, por acreditarem e apoiarem incondicionalmente as minhas vivências profissionais e pessoais, por estarem e por Serem.

Aos colegas e amigos da UTAD, Pedro Silva, Octávio Sacramento, Paulo Mendes, que mais ou menos conscientemente me estimularam a pensar por vias reais e revolucionárias; ao Telmo Caria por me apresentar à antropológica do conhecimento; às colegas e amigas, Hermínia Gonçalves por cada conversa, cada alerta, cada aprendizagem e até cada repreensão quando poderia ter feito melhor, essa é também uma forma de se mostrar apreço; à Vera Mendonça, pelas horas na varanda, os emails, as chamadas e mensagens, demonstrando a sua presença e o seu apoio. Por discordar da minha leitura da realidade, pelo seu espírito de resistência e persistência; à Luzia, por acrescentar o ritmo caboverdiano e cor à minha vida, por mesmo longe se fazer perto. Pela sua presença ativista e feminista, tornaram-me mais consciente do meu papel social enquanto Mulher.

Às amigas de sempre que mais padeceram de um afastamento devido à minha realidade laboral, Su, Mimi, o meu obrigada por ao fim de 5 anos com meia presença, meia ausência continuarem desse lado.

À minha irmã que em tantas ocasiões ocupou um lugar quase-maternal e que viveu com mais ansiedade que eu a escrita desta dissertação, gosto tanto de ti. Ao Dinis e à Camila. À minha Maria, a senhora minha mãe, por ser mãe leoa e fazer das tripas coração pela filha caçula e me apoiar incondicionalmente confiando nos meus instintos. Ao meu pai pelas decisões que tomou para si e que indubitavelmente contribuíram para este meu atracar do barco. Ao José, à Titi, à Carolina e à Mariana, por terem estado incondicionalmente em todos os momentos mais e menos gratificantes das minhas jornadas, foram em muitas ocasiões a única família presencial que eu tinha. À Sara, companheira de uma década, sobrevivemos a três dissertações, com risos, lágrimas e zangas, obrigada por me acompanhares nesta aventura que é a vida.

À Sandra “Rodrigo”, pela agradável surpresa de fazer parte das minhas pessoas, pelo suporte que me prestou nesta reta final, ajudando-me a priorizar as tarefas e a organizar os meus tempos entre os 4 empregos que tive ao longo deste último ano. Obrigada por teres aguentado todos os desabafos proferidos, demonstrando uma paciência irrestrita.

Ao meu Eugénio, à minha dona Fátima, à minha Milita, obrigada por me alimentarem tantas vezes o corpo e a alma na casa que me viu nascer, o Instituto Superior de Serviço Social do Porto. Fazem parte da família que eu escolhi.

Desengane-se quem pensar que o doutoramento é tudo de bom ou tudo de mau, é apenas uma intersecção entre o que se foi e o que se será. No meu caso limito-me apenas a aceitar cada oportunidade como se não houvesse outra; a conhecer cada Pessoa como se fosse a última; e a aproveitar cada experiência como se fosse a única. O Serviço Social também nos outorga este lado, o de criar relações, alimentar memórias e construir novos caminhos. A este propósito, deixem-me referir a história que se escreveu em Portugal no dia 5 de Julho de 2019 com a aprovação da criação da Ordem Profissional dos Assistentes Sociais, com o fim de responder a um interesse público: uma profissão com saberes e conhecimentos próprios para intervir devidamente e responder humanamente às questões sociais.

DEDICATÓRIA

Às gerações passadas do Serviço Social que desbravaram caminhos para que a geração presente escrevesse a História das gerações futuras que do mundo novo hão de vir com conhecimentos e saberes do passado.

MEMORIUM

àquel@s que vi partir ao longo destes 5 anos:

Sr^a d^a Maria a minha última lição sobre a efemeridade da vida; senhor Fernando, funcionário do ISSSP e amigo; professora, assistente social e amiga Virgínia Sousa cujas estórias me faltam; André Ferreira, amigo de adolescência que não duvidou deste dia; tia Maria Dimitri Mendes; e a minha “bó ‘Linda’” que tantas memórias me deixou e de quem sinto saudade de ouvir falar pela sua singularidade nortenha: “chaminga” ver-nos-emos um dia c...!

RESUMO

“A dimensão científica do Serviço Social: uma ciência em construção”, centrou-se na exploração do projeto científico do Serviço Social a partir da análise sociohistórica da emergência do Serviço Social na academia; e, da análise a 1289 artigos científicos publicados por investigadores de Serviço Social, em três instituições de ensino superior de três diferentes países: Portugal, Espanha e Estados Unidos da América. Esta tese visa demonstrar a emergência e consolidação de uma prática científica em Serviço Social e iniciar uma discussão acerca das singularidades e da legitimidade deste campo científico nas Ciências Sociais. Tomamos como leitura teórica da realidade, teorias que defendem o Serviço Social como ciência e as teorias que defendem o Serviço Social apenas como uma profissão tecnocrata.

A pesquisa orientou-se por uma metodologia qualitativa na elaboração de casos múltiplos, recorrendo à dimensão abductiva, com procedimento de pesquisa documental e recurso à análise de conteúdo com o uso do ATLAS.TI.

A partir da análise da prática investigativa, da reflexividade e da partilha do conhecimento científico, os resultados evidenciam a existência de um projeto científico iniciado nos inícios do século XX, e que, amplamente influenciado pela história e pelo contexto sociopolítico no qual surgiu a disciplina, viu carecer de legitimidade na arena científico-política nos três países em estudo. A partir da elaboração do retrato do projeto científico do Serviço Social como conclusão desta dissertação, é possível verificar as epistemologias, metodologias, teorias e os objetos de estudo que pautam os conhecimentos analisados, defendendo por outro lado, a sua utilidade na denúncia das fragilidades e disfuncionamento das estruturas que oprimem aqueles com quem trabalha o Serviço Social, evitando assim a perda da sua identidade humanista.

Palavras-Chave: Ciência Social, Epistemologia, Metodologia, Paradigma, Reflexividade, Realismo Crítico, Serviço Social.

ABSTRACT

“The scientific dimension of Social Work: a science under construction” addresses the scientific project of Social Work from a socio-historical analysis of the emergence of Social Work in the academia, and from the analysis of 1289 scientific papers published by Social Work researchers in three higher education institutions from three different countries: Portugal, Spain and the United States of America. This thesis aims to reveal the emergence and consolidation of a scientific practice in Social Work and to start a discussion about the singularities and the legitimacy of this scientific field amongst Social Sciences. The theoretical foundations of this work take into account both theories that consider Social Work as a science and theories that consider Social Work as a technocratic profession.

The empirical research was guided by a qualitative methodology with the elaboration of multiple cases, using the abductive dimension, with documentary research procedure and the use of content analysis using ATLAS.TI.

From the analysis of investigative practice, the reflexivity and the sharing of scientific knowledge, the results show the existence of a scientific project which was started in the early twentieth century, largely influenced by the history and the socio-political context in which the discipline emerged, but with lack of legitimacy in the scientific-political arena in the three countries under study. From the elaboration of the portrait of the scientific project of the Social Work as conclusion of this dissertation, it is possible to verify the epistemologies, methodologies, theories and the objects of study that guide the analysed knowledge, defending, on the other hand, its usefulness in denouncing the weaknesses and dysfunction of the structures that oppress those individuals and groups with whom Social Work deals, thus preventing the loss of its humanist identity.

Keywords: Social Science, Epistemology, Methodology, Paradigm, Reflexivity, Critical Realism, Social Work.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	I
DEDICATÓRIA.....	III
RESUMO	V
ABSTRACT	VII
ÍNDICE.....	IX
ÍNDICE DE FIGURAS	XIII
ÍNDICE DE QUADROS.....	XIV
INTRODUÇÃO.....	1
INTRODUCTION.....	11
CAPÍTULO I.....	21
ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO	21
1.1. JUSTIFICAÇÃO ONTO-EPISTEMOLÓGICA DO DESENHO DE INVESTIGAÇÃO	21
1.1.1. JUSTIFICAÇÃO METODOLÓGICA DO DESENHO DE INVESTIGAÇÃO.....	28
1.2 UNIVERSO E AMOSTRA.....	34
1.2.1. TEMPORALIDADE 1: ABORDAGEM EXPLORATÓRIA ÀS TRÊS UNIDADES DE ANÁLISE	35
1.2.2 TEMPORALIDADE 2: ABORDAGEM DOCUMENTAL E ESTATÍSTICA ÀS TRÊS UNIDADES DE ANÁLISE E A CONSTITUIÇÃO DO CORPUS DE ANÁLISE.....	37
1.3. TEMPORALIDADE E OS PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS UTILIZADOS PARA A ANÁLISE DOS DADOS	39
1.3.1. TRATAMENTO E CODIFICAÇÃO DA ANÁLISE DOCUMENTAL	39
1.3.2. ATLAS.TI*8.....	41
CAPÍTULO II.....	43
EMERGÊNCIA DO SERVIÇO SOCIAL COMO ÁREA DE FORMAÇÃO SUPERIOR/UNIVERSITÁRIA - SINGULARIDADES DE UMA DISCIPLINA INTEGRATIVA...43	
2.1. EMERGÊNCIAS DO SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO PORTUGUÊS	44
2.2. EMERGÊNCIAS E DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO CIENTÍFICO DO SERVIÇO SOCIAL: O PAPEL DO ENSINO SUPERIOR	54
2.3. DOUTORAMENTO EM SERVIÇO SOCIAL: FORMAR PARA A PRÁTICA DE UMA CIÊNCIA INTEGRATIVA	63
2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO II.....	87
CAPÍTULO III	91
PARA UMA LEITURA COMPLEMENTAR DA REALIDADE: ANÁLISE SOCIO HISTÓRICA DA EMERGÊNCIA DO SERVIÇO SOCIAL NO CAMPO CIENTÍFICO ESPANHOL E AMERICANO	91

3.1. O CASO ESPANHOL.....	91
3.1.2. A FORMAÇÃO DOUTORAL EM TRABAJO SOCIAL.....	110
3.2. O CASO AMERICANO	112
3.2.1. ANÁLISE DA FORMAÇÃO DOUTORAL	122
3.2.2. LINHAS ORIENTADORAS PARA A FORMAÇÃO DOUTORAL EM SERVIÇO SOCIAL	125
3.2.3. SOCIOGRAFIA DOS PROGRAMAS DE FORMAÇÃO DOUTORAL.....	130
3.2.4. SOCIOGRAFIA DOS ESTUDANTES DOS PROGRAMAS DE PHD E DSW	141
3.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO III	143
CAPÍTULO IV	145
BREVE CONCEPTUALIZAÇÃO DE CIÊNCIA: DESBRAVANDO A HISTÓRIA DO PROJETO CIENTÍFICO DE SERVIÇO SOCIAL	145
4.1. PELOS TRILHOS DA CONCEPTUALIZAÇÃO NORMATIVA DE CIÊNCIA	146
4.2. CONCEPTUALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL: CAMINHANDO PELO LADO SELVAGEM DE UM PROJETO CIENTÍFICO.....	159
4.2.1. CONHECER A HISTÓRIA DA INVESTIGAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL PARA PREDIZER O AMANHÃ.....	159
4.2.2. AS LADY ALMONERS E A CRISE IDENTITÁRIA: A PRIMEIRA DE MUITAS?	170
4.3. MARCOS REPRESENTATIVOS DO SERVIÇO SOCIAL INTERNACIONAL	173
4.4. ESPÍRITO CIENTÍFICO: DISCUSSÃO DO SERVIÇO SOCIAL ENQUANTO ÁREA DISCIPLINAR AUTÓNOMA.....	177
4.4.1. LIÇÃO DO PASSADO “PARA UMA COMPREENSÃO ROBUSTA DO PROJETO CIENTÍFICO DO SERVIÇO SOCIAL”	177
4.4.2. PENSAR E CULTIVAR O ESPÍRITO CIENTÍFICO PASSADO RENOVADO NO SÉCULO XXI.....	181
4.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO IV	189
CAPÍTULO V	191
CONCEPTUALIZAÇÃO E HOMO LEGITIMAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL ENQUANTO DISCIPLINA CIENTÍFICA.....	191
5.1. A RELAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL COM AS CIÊNCIAS SOCIAIS	191
5.1.1. ONTOLOGIA, EPISTEMOLOGIA, PARADIGMA E METODOLOGIA OU SOBRE O QUE PENSAMOS PENSAR SABER.....	193
5.2. DIÁLOGOS ENTRE QUESTÕES EPISTEMOLÓGICAS DE SERVIÇO SOCIAL	205
5.2.1. REALISMO CRÍTICO NO SERVIÇO SOCIAL: EPISTEMOLOGIA BASEADA NA ONTOLOGIA, MIRAGEM DO PRINCÍPIO DA TEORIA DA COMPLEXIDADE.	216
5.3. A TEORIA DA COMPLEXIDADE COMO DESENVOLVIMENTO DA TEORIA DE KUHN, ADAPTADA AO SERVIÇO SOCIAL.....	224

5.4. SOBRE O USO DO CONHECIMENTO E O TRANSPORTE DA COGNIÇÃO SITUACIONAL PARA COGNIÇÃO COMPUTACIONAL: UM OLHAR SOBRE AS EVIDENCE BASED PRACTICE PARA E NO PROFISSIONALISMO	232
5.5. CATEGORIZAÇÃO DAS TEORIAS DO SERVIÇO SOCIAL.....	235
5.5.1. TEORIA DO SERVIÇO SOCIAL CRÍTICO	240
5.5.2. TEORIA DO SERVIÇO SOCIAL ESTRUTURAL	247
5.5.3. TEORIA CONSTRUTIVISTA E SERVIÇO SOCIAL.....	256
5.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO V	260
CAPÍTULO VI.....	263
CONHECIMENTO CIENTÍFICO NA DOCÊNCIA	263
6.1. EIXOS TEMÁTICOS DE PESQUISA.....	265
6.2. METODOLOGIAS, MÉTODOS E TÉCNICAS CIENTÍFICAS PREDOMINANTES	273
6.3. TENDÊNCIAS EPISTEMOLÓGICAS PREDOMINANTES DOS ESTUDOS	283
6.4. OUTRAS ÁREAS CIENTÍFICAS INTEGRADAS NA ELABORAÇÃO CIENTÍFICA	286
6.5. LUGARES DE PARTILHA DO CONHECIMENTO	291
6.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO VI.....	300
CONCLUSÃO.....	303
RETRATO DO PROJETO CIENTÍFICO DO SERVIÇO SOCIAL A PARTIR DOS CASOS MÚLTIPLOS: CONCLUSÕES DE UM PONTO DE PARTIDA.....	303
I. EMERGÊNCIA DA FORMAÇÃO EM SOCIEDADES SOB REGIMES DITATORIAIS E EM PLENA INDUSTRIALIZAÇÃO.....	306
II. A SUSTENTÁVEL LEVEZA DA INTEGRAÇÃO CIENTÍFICA NO SERVIÇO SOCIAL ...	308
III. FOMENTAR O HABITUS CIENTÍFICO NA GERAÇÃO Z.....	309
IV. SOBRE AS INTERDISCIPLINARIEDADE TEÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL	313
V. OBJETO(S) DE ESTUDO: ABORDAGEM ECOBIOPSIKOSOCIAL DO SER HUMANO ..	314
VI. EPISTEMOLOGIAS MÚLTIPLAS: OLHARES MÚLTIPLOS E VERDADES ABSOLUTAS INATINGÍVEIS.....	316
CONCLUSION	321
PORTRAIT OF THE SOCIAL WORK SCIENTIFIC PROJECT FROM MULTIPLE CASES: CONCLUSIONS FROM A DEPARTURE	321
I. EMERGENCY OF SOCIAL WORK TRAINING IN SOCIETIES UNDER DICTATORSHIP STATES AND FULL INDUSTRIALIZATION	324
II. THE SUSTAINABLE LIGHT OF SCIENTIFIC INTEGRATION IN SOCIAL WORK	326
III. PROMOTION OF THE SCIENTIFIC HABITUS IN GENERATION Z.....	327
IV. ON THEORETICAL INTERDISCIPLINARITY OF SOCIAL WORK	330
V. OBJECT (S) OF STUDY: ECOBIOPSIKOSOCIAL APPROACH OF HUMAN BEING	332

VI. MULTIPLE EPISTEMOLOGIES: MULTIPLE VIEWS AND UNREACHABLE ABSOLUTE TRUTHS	333
BIBLIOGRAFIA	337
OUTRAS FONTES:.....	346
FONTES CONSULTADAS ONLINE:	346
FONTES LEGISLATIVAS	347
ANEXOS	349
ANEXO A - ENTREVISTA EXPLORATÓRIA 1	351
ANEXO B - ENTREVISTA EXPLORATÓRIA 2	353
ANEXO C – GRELHA DE ANÁLISE DE RECOLHA DE ARTIGOS CIENTÍFICOS	357
ANEXO D – EIXOS TEMÁTICOS CATEGORIZADOS À PRIORI.....	359
ANEXO E – OBJETIVOS GERAIS CICLO DE ESTUDOS INSTITUIÇÃO B	361
ANEXO F - COOCORRÊNCIAS DE TEMAS DE ESTUDO	363

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.1 - Recapitulativo do procedimento de seleção da amostra	39
Figura 2.1. N. ° de diplomados desempregados em Serviço Social	51
Figura 2.2. Evolução da taxa de inscritos no IIEFP nua situação de desemprego em Serviço Social	52
Figura 2.3. Conceptualização da Categorical1. Presença de integração científica nos doutoramentos em Serviço Social em Portugal	66
Figura 2.4 Evidência de integração dos doutorandos na comunidade científica.....	71
Figura 2.5. Produção Científica dos Membros do Núcleo de Doutorandos em SS.....	79
Figura 2.6. Evidência de desenvolvimento e consolidação da Identidade Académica de Serviço Social	81
Figura 3.1 – Ranking da produção científica em Serviço Social por países entre 1996 e 2016.....	104
Figura 3.2 - Número de áreas de investigação trabalhadas pelo pessoal docente dos programas de PhD e DSW	135
Figura 3.3- Áreas de investigação do corpo docente dos PhD	137
Figura 3.4 - Áreas de investigação do corpo docente dos DSW	138
Figura 3.5 - Comparação das áreas de investigação entre o corpo docente dos PhD e dos DSW (%)	139
Figura 4. 1 Processo de construção científica/objeto teórico	155
Figura 4.2. Esquema sistemático de construção de teorias baseadas na intervenção	184
Figura 5.1 - Ontologias e Epistemologias das Ciências Sociais.....	196
Figura 5.2 - Tipos de Metodologias nas Ciências Sociais.....	202
Figura 5.3- Progresso científico do velho paradigma para o novo.....	210
Figura 5.4 Realismo Crítico e Realidade Estratificada do Sintoma Médico Inexplicado	223
Figura 5.5. Zona de Convergência Cognitiva na formulação do conhecimento de Serviço Social.	231
Figura 5.6. Tipos de Teoria de Serviço Social	236
Figura 5.7. Categorização de Teorias de Serviço Social	238
Figura 5.8 - Objeto de Estudo do Serviço Social	239
Figura 5.9 Structural Perspective of Society	254
Figura 5.10. Objetivo transformacional do Serviço Social	254
Figura 5.11. Relações da Teoria do Serviço Social Construtivista	257
Figura 6.1 – Eixos temáticos da produção de conhecimento analisada	269
Figura 6.2 – Pirâmide etária Portuguesa.....	271
Figura 6.3 – Evidência de presença e tipos metodológicos nas pesquisas	274
Figura 6.4. Relação entre códigos para categorização da metodologia qualitativa.....	275
Figura 6.5. Relação entre códigos para categorização da metodologia qualitativa.....	277
Figura 6.6 – Eixos temáticos nos quais a metodologia quantitativa é predominante.....	279
Figura 6.7 – Eixos temáticos nos quais a metodologia qualitativa é predominante.....	281
Figura 6.8- Evidência dos pressupostos epistemológicos predominantes na produção de conhecimento ..	285
Figura 6.9. Ciências predominantes que integram a produção científica em SS	288

Figura 6.10. Bibliografia consultada pelos/as investigadores/as da Instituição B	289
Figura 6.11. Bibliografia consultada pelos/as investigadores/as da Instituição E.....	290
Figura 6.12. Bibliografia consultada pelos/as investigadores/as da Instituição F	291
Figura 6.13 Artigos publicados pelos/as investigadores/as da Instituição B por revistas (em percentagem)	293
Figura 6.14. Artigos publicados pelos/as investigadores/as da Instituição E por revistas (em percentagem)	294
Figura 6.15. Artigos publicados pelos/as investigadores/as da Instituição F por revistas (em percentagem)	295
Figura 6.16. Estudos financiados por instituição (em percentagem).....	296
Figura 6.17 – Tipo de financiamentos dos estudos por instituição	297
Figura 6.18. Tipos de financiamentos dos estudos da instituição F (em percentagem)	298
Figura 6.19. Financiamento por eixos temáticos dos estudos realizados pelos/as investigadores/as das três instituições	299

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 2.1 N.º de diplomados em Serviço Social entre 2012-2013 e 2015-2016, por sex	49
Quadro 2.2. Distribuição da formação do 1º ciclo em Serviço Social por tipo de instituição de ensino	50
Quadro 2.3. Plano geral de estudos da formação em Serviço Social de 1939	57
Quadro. 2.4. Disciplinas predominantes no programa doutoral	65
Quadro 3.1 Tendências e valores éticos de Serviço Social em Espanha.....	99
Quadro 3.2 – Áreas de formação doutoral em Serviço Social, conhecimentos e competências essenciais e conhecimentos e competências recomendadas.....	128
Quadro 3.3– Característica base dos programas de PhD americanos em 2016.....	132
Quadro 3.4 – Características base dos programas de DSW americanos em 2016	133
Quadro 5.1. Perspetiva dos 4 paradigmas sociais.....	250
Quadro 6.1 – Incidência das temáticas geradas na produção de conhecimento científico do corpo docente das 3 instituições em análise.....	266
Quadro 6.2. Códigos associados à categoria metodologia qualitativa	276
Quadro 6.3. Códigos associados à categoria metodologia quantitativa	278
Quadro 6.4. Técnicas associadas a investigações longitudinais.....	279
Quadro 6.5. Número de artigos com predominâncias metodológicas.....	280
Quadro 6.6. Revistas por áreas científicas.....	287
Quadro 6.7. Revistas temáticas selecionadas por instituição	292

INTRODUÇÃO

“O cérebro de um tolo transforma a filosofia em loucura,
ciência em superstição e arte em pedantismo.
Daí a educação universitária.” George Bernard Shaw, 1903

Reconhecendo que o Serviço Social tem realizado um percurso emancipatório enquanto área científica, sendo o seu contributo cada vez mais importante, por exemplo, na conceção de políticas e estratégias de ação contra a pobreza e a exclusão social, nomeadamente, em políticas de promoção de bem-estar e qualidade de vida para os cidadãos, surgem perguntas sobre o seu cariz científico. O que investiga o Serviço Social? Porquê? Para quem? Quem, como e quando se produz conhecimento científico? Além de uma profissão interventiva, como se organiza enquanto disciplina?

Na sequência deste percurso de construção e aprofundamento no panorama nacional sobre o projeto científico do Serviço Social, usualmente entendido como uma profissão e uma tecnologia, a pesquisa que aqui apresentamos pretende esclarecer e clarificar a relação existente entre a ciência, institucionalmente definida a partir da academia, nomeadamente nos seus momentos de concretização associados à existência de um programa doutoral e à publicação científica como condição para a exequibilidade académica, e o Serviço Social enquanto disciplina dessa mesma academia e a sua legitimação no campo científico. Para concretizar este intento levamos a cabo a realização de uma investigação original de casos múltiplos, tendo como objeto de estudo os programas doutorais e publicações científicas do seu corpo docente em Portugal, Espanha e Estados Unidos da América. A concretização deste estudo de casos incidiu sobre a formação de 3º ciclo em Serviço Social no ISCTE-IUL em Portugal, na Universidade de Alicante em Espanha e na Universidade do Michigan nos Estados Unidos da América.

Admitindo a prossecução da ciência como um fenómeno dependente de condições teóricas¹ e condições sociais² de produção, não seria aqui diferente assumir a mesma dicotomia para a seleção dos nossos casos de estudo. Com efeito, e no que se refere às condições teóricas propriamente ditas, tem sido ampla, mas recente, a discussão em torno da legitimidade científica do Serviço Social, circunscrevendo-se à última década alguns dos debates mais prementes entre os defensores de um Serviço Social científico e os defensores de um Serviço Social “a-científico”, dependente de uma constelação de combinações existentes entre outras ciências sociais que colocam os seus objetos de trabalho à disposição do uso por parte do Serviço Social. Entendemos este debate como sendo profícuo, porém com pouco potencial de progressão na medida em que encerra constantemente em si uma plêiade de argumentos repetitivos.

Ainda no que respeita às condições teóricas de produção de ciência, têm sido estas também objeto de uma divisão transnacional. Radicam nalguns países da Europa alguns dos argumentos mais fortes de que o Serviço Social deve ser entendido como uma disciplina que emerge da sociologia e da psicologia, e como uma tecnologia uma vez tratar-se de uma profissão com saberes que a sustentam. Por outro lado, nos Estados Unidos da América, como veremos mais adiante, emergem e consolidam-se os debates acerca do Serviço Social ter condições para ser legitimado como uma ciência social aplicada.

Já no que se refere às condições sociais de produção da ciência, não é inócua à realização desta investigação o facto de nos localizarmos no âmbito da discência, no único curso de doutoramento em Serviço Social da Universidade pública em Portugal, no âmbito da docência nos cursos de licenciatura e mestrado em Serviço Social, e no âmbito profissional na administração de uma associação Europeia de Serviço Social.

O primeiro programa de Doutoramento em Serviço Social surgiu no ano letivo de 2000/2001 na Universidade dos Açores, e em 2004 no ISCTE em protocolo com o Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa (ISSSL). Atualmente, e já de forma isolada, o 3º ciclo em

¹ “As condições teóricas envolvem, por um lado, um certo estado da problemática (conjunto articulado de questões) no campo científico considerado e os problemas atuais ou virtuais que essa problemática permite formular e, por outro lado, toda a instrumentalidade teórica, metodológica e técnica (os meios de trabalho teórico) disponível e acionável para dar conta dos referidos problemas.” (Almeida & Pinto, 1995: 67)

² As condições sociais designam a pluralidade de estruturas e práticas da formação social em que a atividade de investigação se exerce e que nela por múltiplas formas interfere.” (Almeida & Pinto, 1995: 67)

Serviço Social do ISCTE-IUL conta, no final de 2018, com 21 teses defendidas³, e nesse sentido, a formação de 21 doutorados em Serviço Social. No âmbito do Instituto Universitário em que se inscreve, no qual residem algumas das formações concorrentes mais consolidadas, nomeadamente Gestão, Ciências Políticas (Políticas Públicas) e Sociologia, este ciclo de estudos encontra-se em grau equivalente anual de produção de teses de doutoramento, pese embora a sua tenra idade.

Inquietou-nos ao longo da realização deste trabalho o facto de a área científica do Serviço Social ser frequentemente associada à Sociologia, não havendo harmonização entre as diferentes fontes de dados institucionais. Se a Fundação para a Ciência e a Tecnologia⁴, instituição de legitimação científica por excelência em Portugal, segue esta fórmula de associação de campos disciplinares, já a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior em Portugal (A3ES), instituição tutelar da exequibilidade da concretização do ciclo de estudos, desagrega as duas áreas disciplinares, remetendo a cada uma o seu lugar de área científica principal. Não encontramos, todavia, uma assimetria designativa desta natureza nas duas outras instituições que definem o campo empírico em estudo.

Decorrente de duas instâncias internacionais de investigação no âmbito da frequência do doutoramento em Serviço Social, confrontamo-nos com realidades de definição científica do Serviço Social bastante distintas, e, nessa medida pareceu-nos plausível empreender um estudo onde tivéssemos oportunidade de aceder aos contextos organizativos e práticas de formação social que, num momento exploratório, nos pareceram assaz díspares. Num esforço de cumprimento e garantia das condições objetivas de pesquisa, o menos possível permeáveis a erros de subjetividade pessoal, procuramos conhecer, em cada um dos países qual seria a instituição que, no que se refere ao cumprimento dos critérios de legitimidade científica, estaria melhor posicionada. Desse exercício surgiu-nos, no caso espanhol, a formação de 3º ciclo em Serviço Social da Universidade de Alicante e, no caso americano, a formação em 3º ciclo da Universidade do Michigan, ambas similares no que concerne à tutela pública do ensino.

As universidades públicas com doutoramento em Serviço Social, e em certa medida o meio académico, configuram o universo escolhido, porque é este o contexto onde convencionalmente se desenvolve a ciência, com princípios e valores estruturantes da própria identidade universitária. É também na Universidade que se encontra o grau de doutoramento

³ De acordo com o Renates 2018 - Registo de teses doutorais das estatísticas do ensino superior - e repositório do ISCTE-IUL acedido pela última vez em dezembro 2018.

⁴ <https://www.fct.pt/>

que prevê a produção de conhecimento em Serviço Social, constituindo-a enquanto disciplina. É, por isso, entendido que é neste campo pluridimensional que acontece o processo de legitimação de qualquer campo científico.

Neste sentido, reconhecendo que o Serviço Social se caracteriza pela sua dimensão profissional e científica (esta última evidenciada através da produção e divulgação científica, da discussão teórica acerca das questões epistemológicas, e da sua constituição enquanto ciência autónoma, no uso de interesse público que é feito dos conhecimentos que desta área emergem), torna-se, na nossa perspetiva, premente identificar e perceber os elementos científicos que a caracterizam enquanto disciplina autónoma, bem como, as singularidades das suas configurações nos três casos em estudo. Por outro lado, pretende-se também compreender como é feito o balanço entre a perspetiva profissional e científica na definição global de Serviço Social.

Conscientes de que a nossa problemática se contextualiza numa problematização mais ampla (de o que é ciência e da(s) filosofia(s) das ciências sociais), onde estruturas e mecanismos não observáveis diretamente configuram um domínio do real, num entendimento crítico-realista da realidade social, o nosso estudo de casos múltiplos assenta numa metodologia intensiva para dar conta de dois objetivos: um associado à história académica do Serviço Social e à sua configuração disciplinar, e outro associado à sua evidência científica.

Com efeito, e no que se refere ao primeiro grande objetivo, deparámo-nos com a necessidade de proceder a uma leitura compreensiva da história do Serviço Social na academia, nos três países em questão. Pretendemos de uma forma mais específica:

- descrever sociohistoricamente a implantação dos programas de doutoramento em Serviço Social em Portugal, Espanha e EUA, contemplando, por um lado a vertente científica do mesmo no que se refere aos planos de estudos, e por outro a vertente institucional, no que se refere à estrutura organizacional das instituições promotoras desses programas doutorais;
- analisar a existência da formação identitária, da integração científica e a constituição de comunidades intelectuais (Brekke & Barak, 2014) nos programas de doutoramento estudados;
- analisar o processo de partilha do conhecimento materializado nos programas curriculares dos doutoramentos em Serviço Social.

Nesta investigação foi nosso propósito, compreender o processo de legitimação e científicidade do Serviço Social no e pelos agentes do seu próprio campo científico, através de uma revisão das publicações de artigos científicos do corpo docente, cuja característica

cumulativa residia na posse de um doutoramento⁵ em Serviço Social, dos três programas doutorais em estudo. Para tal, pretendemos de uma forma mais específica:

- analisar as teorias utilizadas na produção de conhecimento em Serviço Social, designadamente os eixos temáticos predominantes;
- identificar a epistemologia e o(s) método(s) científico(s) utilizados no Serviço Social e a validação das evidências;
- refletir sobre o(s) objeto(s) de estudo do Serviço Social, nomeadamente no que o distingue das restantes ciências sociais;
- compreender o lugar da axiologia na interpretação científica dos fenómenos sociais pelo Serviço Social;

Reconhecendo as características e as divergências existentes sobre este tema de estudo e as inúmeras vias metodológicas que se poderiam abordar, esta investigação não teve como finalidade chegar a generalizações de carácter representativo, que, em boa verdade, poderiam ser consideradas abusivas. Pelo contrário, intentamos ampliar o panorama de conhecimento acerca do que faz e do que é o Serviço Social no universo científico-académico, tomando como leitura teórica da realidade, teorias que defendem o Serviço Social como Ciência e as teorias que defendem o Serviço Social apenas como uma profissão tecnocrata⁶, e como leitura empírica da realidade os dados que nos são fornecidos pela análise dos registos escritos existentes, nas suas diversas formulações, de pendor autoral, ou de pendor socioinstitucional.

Ao reconhecer a complexidade epistemológica do Serviço Social, assim como, a heterogeneidade da população constituinte da comunidade científica, ou seja, académicos/as, docentes, doutorandos/as, e investigadores/as, como uma realidade incontestável, assume-se que também o deverão ser as metodologias que melhor acedam à densidade dessa complexidade e dessa heterogeneidade.

⁵ No caso português foram considerados também os/as investigadores/as que têm em curso a elaboração da sua tese de doutoramento em Serviço Social. Fizemo-lo pelo facto de constatarmos a ténue expressividade do corpo docente doutorado em Serviço Social em Portugal, à data da investigação.

⁶ Recordemos a este respeito autores cujo debate em torno da ciência no Serviço Social tem ganho maior visibilidade. Brekke (2011; 2012; 2014;), por exemplo, tem desenvolvido o seu trabalho na necessidade de valorizar a prática do Serviço Social na sua vertente pragmática e investigativa através do reconhecimento da existência de uma base científica própria. Ao passo que outros autores se debruçam sobre os paradigmas epistemológicos que melhor respondem às características do Serviço Social.

A definição internacional de Serviço Social tem vindo ao longo dos tempos a ser atualizada e discutida. Efetivamente, em 2014 na Conferência de Melbourne, o Serviço Social adotou uma nova definição:

a practice-based profession and an academic discipline that promotes social change and development, social cohesion, and the empowerment and liberation of people. Principles of social justice, human rights, collective responsibility and respect for diversities are central to social work. Underpinned by theories of social work, social sciences, humanities and indigenous knowledges, social work engages people and structures to address life challenges and enhance wellbeing. (IFSW - GDSW, 2014).⁷

Neste sentido assume-se na definição do Serviço Social, uma profissão cuja missão é a de promover a mudança social, o desenvolvimento social e a coesão social, bem como, promover o *empowerment* e a libertação dos indivíduos. São reconhecidos os princípios fundadores do Serviço Social, como sendo o respeito pelo valor intrínseco ao ser humano, e a sua dignidade, assim como promover o respeito pela diversidade, e a defesa dos direitos humanos e da justiça social. É ainda reconhecido na definição do Serviço Social, a prática profissional enquanto forma de intervenção social, mas também a sua vertente enquanto fonte de construção teórica, “Social work is both interdisciplinary and transdisciplinary, and draws on a wide array of scientific theories and research. ‘Science’ is understood in this context in its most basic meaning as ‘knowledge’.” (IFSW, 2014).

Como Malcom Payne (2005) afirma, embora exista uma definição internacional, não é ainda consensual o entendimento global de Serviço Social. Neste caso, o autor prefere, perante esta realidade, defini-lo como uma construção social, reconhecendo-o (ao Serviço Social) por aquilo que, efetivamente, faz. Na revisão da literatura que encetamos, podem encontrar-se duas escolas de pensamento a respeito da definição de Serviço Social: aqueles que defendem o Serviço Social enquanto uma profissão pragmática que não (re)produz senão teorias já existentes provenientes de outras ciências sociais (Shaw, 2014); e aqueles que defendem o Serviço Social enquanto área científica, com método, teorias e objeto de estudo próprio. Sustentamo-nos, assim, em autores tradicionais e contemporâneos do Serviço Social para perceber os discursos acerca da sua posição no campo científico tais como (Brekke 2012; 2014);

⁷ No entanto quando procuramos dar ao Serviço Social uma natureza científica nas Ciências Sociais estamos também a clarificar que uma área científica não se legitima por uma definição, mas sim pelo seu método científico.

Ferreira (2011; 2014;) Longhofer e Floersch (2012), e Ferreira (2011; 2014; 2018). Foram utilizadas as categorizações de teorias em Serviço Social definidas por Davies (2014), o método definido por Mary Richmond (1917) e David Howe (1997), e a proposta de objeto de estudo com a visão axiológica proposta por Brekke (2012), Ferreira (2011), Floersch e Longhofer (2012) e Sommerfeld (2014). Através dos contributos de Peter Berger e Thomas Luckmann (1966) pretende-se compreender parte do seu processo de legitimação e com o empréstimo da teoria dos campos de Bourdieu (1976), nomeadamente da definição de investigação e ciência, pretende-se descortinar a prática científica.

A tese está estruturada em seis capítulos cuja organização passamos a apresentar. No Capítulo I explicitamos o caminho metodológico trilhado para esta investigação, as técnicas de recolha e análise de dados, o universo e amostra e o enfoque da aproximação epistemológica ao realismo crítico no entendimento do real. Com efeito, iniciar a presente dissertação com o enquadramento metodológico tornou-se, na nossa perspetiva, curial para uma mais profunda compreensão da reflexão, organização da escrita e análise de toda a investigação realizada. Neste capítulo discutimos a importância do Realismo Crítico para a compreensão de um fenómeno que existe muito para além da sua dimensão visível, e cujos efeitos ilustram a face visível da realidade. Entendemos por isso necessário explicitar os seus pressupostos ontológicos e epistemológicos subjacentes à enunciação do procedimento metodológico que implementamos.

O Capítulo II recupera uma breve contextualização socio-histórica do Serviço Social português. Fazemos uma breve contextualização socio-histórica através de uma análise literária do Serviço Social a partir de uma perspetiva académica e científica. Analisamos, num primeiro momento, vários trabalhos de recontextualização e reinterpretação histórica do Serviço Social enquanto profissão e ciência, decretos de lei e outros documentos oficiais que reportam para a emergência e legitimação do Serviço Social; num segundo momento, analisamos os programas doutorais existentes no país em Serviço Social, nomeadamente, os planos de estudos, a sua estrutura organizacional, e os últimos relatórios da avaliação (2013-2015), realizados pelas CAE da A3ES. Procuramos inferir a teoria de Barak e Brekke (2014), no que respeita aos três conceitos fundamentais que um doutoramento em Serviço Social deve possuir. Bem como, perceber se a perspetiva de Brekke (2014), acerca do Serviço Social ser uma ciência integrativa, se adequa aos primeiros resultados de análise empírica. Analisamos também o posicionamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (instituição pública por excelência em matéria de legitimação e financiamento científico) relativamente ao Serviço Social, enquanto disciplina

científica, facto que nos permite perceber o posicionamento do Estado face ao Serviço Social enquanto área científica.

No Capítulo III, apresentamos a fotografia através dos dados e análise dos contextos sociohistóricos, do Serviço Social na academia nos contextos espanhol e americano., em particular o surgimento do serviço social enquanto disciplina científica e a sua estruturação enquanto área de formação doutoral.

No Capítulo IV iniciamos o trilho do caminho teórico-empírico da dissertação a partir da concetualização normativa de ciência remetendo a nossa análise para a filosofia e história da ciência. Procuramos num primeiro momento deste capítulo compreender o processo de construção de conhecimento científico ao longo dos séculos a partir dos cânones da ciência da Grécia Antiga, uma vez que assumimos que os mesmos contribuíram para o que se entende ser hoje o conhecimento válido em Serviço Social. Não sendo nosso propósito discutir o que deve ou não ser considerado o conhecimento científico nem tampouco analisar a epistemologia mais próxima da verdade, o segundo ponto deste capítulo visa construir uma revisão da literatura sociohistórica da conceptualização do projeto científico do Serviço Social, recorrendo a autores do século XIX e XX que já se debruçavam sobre o entendimento do projeto científico do Serviço Social (considerado em décadas passadas como filantropia). Identificamos, ainda, a partir de Kuilema (2014) os marcos representativos do Serviço Social Internacional, nomeadamente no que a momentos de discussão do seu projeto diz respeito remontando a primeira vaga ao pós Segunda Guerra Mundial. A terceira e última parte deste capítulo concentra-se na construção de debates acerca do espírito científico do Serviço Social onde é feita a passagem dos autores vanguardistas do Serviço Social para os autores contemporâneos sendo aí apresentado o esquema sistemático de construção de teorias do Serviço Social baseadas na intervenção e onde se discute o papel das organizações aprendentes. Seguindo a perspetiva abductiva, é nosso propósito com este capítulo, conceptualizar a Ciência e o Serviço Social numa perspetiva histórica, que tende frequentemente a ser anulada e/ou esquecida quando se elevam os discursos em torno da legitimidade do Serviço Social enquanto área científica. Reconhecemos a influência do passado no presente futuro. (Lorenz, 2017)

No Capítulo V é apresentada a conceptualização e o que apelidamos de homolegitimação do Serviço Social enquanto disciplina científica. Optamos pelo conceito de homolegitimação por aferirmos uma tendência para validar o conhecimento do Serviço Social com maior rigor a partir de uma conceção de ciência predominantemente positivista, realidade que tomamos com algum cuidado ao explicitar as diferentes epistemologias predominantemente possíveis de se tomarem em Serviço Social. Partimos então da construção

interpretativa da relação do Serviço Social com as ciências sociais, onde são apresentadas as diferentes ontologias, epistemologias e metodologias das ciências sociais. A partir de Kuhn apresentamos o progresso científico do velho para o novo paradigma e onde refletimos acerca da resolução do fosso existente entre teoria e prática. Apresentamos o Assistente Social como um profissional reflexivo e fazemo-lo bebendo a partir do realismo crítico e da teoria da complexidade adaptados ao Serviço Social como desenvolvimento da teoria de Kuhn. Por fim, construímos a hipótese de que o conhecimento do Serviço Social, enquanto ciência social aplicada, advém de um saber profissional produzido através de processos cognitivos situacionais, e, portanto, no decorrer da reflexividade de uma prática profissional e /ou do funcionamento da própria realidade social, e de um conhecimento abstrato produzido através de processos cognitivos abstratos, no decorrer de uma prática investigativa, maioritariamente desenvolvida no seio da universidade, apresentando o que apelidamos ser a zona de convergência cognitiva na formulação do conhecimento do/em/para o Serviço Social. Este transporte da cognição situacional para a cognição computacional permite-nos olhar criticamente para as *Evidence Based Practice* e destacar as categorizações de teorias de Serviço Social e entender os seus objetos de estudo.

Por fim, no Capítulo VI demonstramos todo o resultado deste trabalho na descrição e interpretação dos dados recolhidos a partir dos artigos analisados nos três casos evidenciando as dimensões científicas que estão presentes na prática investigativa do Serviço Social e, por conseguinte, que subjazem à prática uma vez que, como teremos oportunidade de averiguar, é sobre a realidade dos assistentes sociais que se produz conhecimento científico próprio para entender a realidade e reproduzir numa escala de maior ou menor proximidade, práxis positivas. Como veremos, é notável o peso da história do Serviço Social consoante a zona geográfica de origem da produção científica, não elidindo, porém, a existência de ciência em, para e do Serviço Social.

Reconhecemos a existência de múltiplos objetos de estudo que estão interconectados com a visão do Serviço Social, bem como áreas científicas às quais a produção de conhecimento em Serviço Social mais recorre. Do mesmo modo identificamos as diferentes epistemologias presentes na investigação científica em serviço social e diferentes posicionamentos estatais, nomeadamente no que se refere à implementação de uma política científica relativa ao serviço social.

Finalizamos toda a prossecução desta investigação com uma reflexão conclusiva elaborando um retrato do projeto científico do Serviço Social a partir dos nossos resultados, no que é atualmente e no que deverá ser. Na conclusão são abordados os (i) contextos

sociopolíticos dos casos em análise, particularmente os regimes ditatoriais, bem como da industrialização, e a sua influência na emergência da formação em serviço social, (ii) a integratividade científica no serviço social, em particular, na tentativa de dar resposta aos problemas reais de grupos e comunidades, (iii) a necessidade de se fomentar o desenvolvimento de um *habitus* científico nas gerações atuais de estudantes de serviço social, (iv) a interdisciplinariedade teórica do serviço social com o contributo de outras disciplinas e recursos, (v) a abordagem ecobiopsicosocial do ser humano como objecto de estudo privilegiado do serviço social, e, finalmente, a existência de epistemologias múltiplas, capazes de aportar olhares múltiplos a à realidade social.

O terreno científico em Serviço Social é fértil, e em Portugal pela sua juvenilidade no domínio da investigação (remonta aos anos 80 do século passado), tem potencialidades para a inovação científica, tanto no que respeita à criação de novos objetos de estudo, bem como, à interpretação da verdade que se afasta dos cânones conservadores tipicamente positivistas, mas nem por isso se afastam da validade e rigor dos resultados, e da sua utilidade para a prática profissional e para a pessoa com quem trabalha o Serviço Social. No nosso entendimento, o Serviço Social enquanto campo científico e profissional deve comprometer-se com aqueles para quem existe, para quem é necessário, reiterando os valores e os princípios éticos que devem reger e distinguir esta área de outras, sendo estes, a advocacia pelo direito à dignidade humana, à liberdade e à justiça social. É o carácter transformativo, crítico e até revolucionário do Serviço Social que o singulariza num campo complexo e movediço como o é o campo das ciências sociais. Por fim, não é, nosso entendimento, possível uma leitura única da realidade, não é admissível um único caminho para se chegar a uma verdade, que desde logo assumimos ser impossível apreender na sua totalidade.

INTRODUCTION

“A fool's brain turns philosophy into madness,
science into superstition, and art into pedantry.
Hence college education.” George Bernard Shaw, 1903

Recognizing that Social Work has been making an emancipatory journey as a scientific discipline, namely about its contribution in the design of policies and strategies for action against poverty and social exclusion, that is, in policies for the promotion of well-being and quality of life for citizens, questions arise about its scientific nature. What does Social Work investigate? Why? For whom? What, how and when is scientific knowledge produced? In addition to an interventional profession, how does it organize as a discipline?

Following this course of construction and deepening in the national panorama on the scientific project of Social Work, usually understood as a profession and a technology, this research aims to clarify and give light to the existing relationship between science, institutionally defined from academia, namely in its moments of accomplishment associated with the existence of a doctoral program and the scientific publication as a condition for the academic feasibility, and Social Work as an academic discipline and its legitimation in the scientific field. To achieve this goal, we carried out an original investigation of multiple cases, having as object of study the doctoral programs and scientific publications of Social Work faculty in Portugal, Spain and the United States of America. The realization of this multiple case study focused on the 3rd cycle training in Social Work at ISCTE-IUL in Portugal, the University of Alicante in Spain and the University of Michigan in the United States of America.

Admitting the pursuit of science as a phenomenon dependent on theoretical conditions⁸ and social conditions⁹ of production, it would be no different here to assume the same dichotomy for the selection of our case studies. In fact, and concerning the theoretical

⁸ “Theoretical conditions involve, on the one hand, a certain state of the problematic (articulated set of questions) in the scientific field considered and the current or virtual problems that this problem allows to formulate and, on the other hand, all the theoretical instrumentality, methodological and technical (the theoretical means of work) available and actionable to address these problems.” (Almeida & Pinto, 1995: 67)

⁹ “Social conditions designate the plurality of structures and practices of social formation in which the research activity is exercised and which in many ways interfere with it.” (Almeida & Pinto, 1995: 67)

conditions themselves, there has been a wide but recent discussion, limited to the last decade, about the scientific legitimacy of Social Work. We understand this debate to be fruitful, but with little potential for progression as it constantly contains within itself a plethora of repetitive arguments.

Still, about the theoretical conditions of science production, they have also been the object of a transnational division. Some of the strongest arguments in some European countries are rooted in the view that Social Work should be understood as a discipline emerging from sociology and psychology, and as a technology since it is a profession with knowledge that supports it. Oppositely, in the United States of America, as we will see later, it is possible to verify the emergence and consolidation of Social Work legitimized as an applied social science.

As far as the social conditions of science production are concerned, it is not harmless to carry out this research the fact that the candidate is simultaneously in the only PhD course in Social Work of the Public University in Portugal, in the scope of teaching in bachelor and master degrees in Social Work, and professionally in the administration of an European Association of Social Work.

In Portugal, the first PhD program in Social Work emerged in the academic year of 2000 at the University of the Azores, and in 2004 at ISCTE in a joint protocol with Higher Institute of Social Work of Lisbon (ISSSL). Since then, the 3rd cycle of Social Work of ISCTE-IUL counts, in 2018, with 21 thesis presented¹⁰, and in this sense, with the formation of 21 high qualified fellow researchers in Social Work. Within the University Institute to which it belongs, which houses some of the most consolidated competing formations, namely Management, Political Science (Public Policy) and Sociology, this cycle of studies is in an annual equivalent degree for the production of doctoral thesis despite of its young time of existence.

Throughout the realization of this research work, we were apprehensive about the fact that the scientific area of Social Work is often associated with Sociology, and there is no harmonization between the different sources of institutional data. The Foundation for Science and Technology¹¹, institution of scientific legitimation *par excellence* in Portugal, follows this formula of association of disciplinary fields, while the Agency for the Evaluation and Accreditation of Higher Education in Portugal (A3ES), the tutelary institution of the feasibility of completing the study cycle, disaggregates the two disciplinary areas, referring each to its

¹⁰ According to Renates 2018 - Doctoral thesis record of higher education statistics - and ISCTE-IUL repository. Last accessed December 2018.

¹¹ <https://www.fct.pt>

place of main scientific area. However, we do not find a designative asymmetry of this nature in the other two institutions that define the empirical field under study.

Resulting from two international instances of research in the scope of doctoral degree in Social Work, we are confronted with quite different scientific definitions of Social Work, and, to that extent, it seemed plausible to undertake a study where we had the opportunity to access the organizational contexts and practices of social formation that, in an exploratory moment, seemed to us quite distinct. To fulfill and guarantee the objective research conditions, subject to errors of personal subjectivity as little as possible, we tried to know, in each of the countries, which would be the institution that, in terms of meeting the criteria of scientific legitimacy, would be better positioned. From this exercise emerged, in the Spanish case, the 3rd cycle training in Social Work at the University of Alicante and, in the American case, the 3rd cycle training at the University of Michigan, both similar as regards the public tutelage of education.

Public universities with a PhD in Social Work, and to some extent the academic environment, shape the chosen universe because this is the context in which science is conventionally developed, with principles and structuring values of its own university identity. It is also at the university where the PhD degree is allocated and where the production of knowledge occurs in Social Work reinforcing it as a discipline. It is therefore understood that it is in this multidimensional field that the process of legitimation of any scientific field takes place.

In this sense, recognizing that Social Work is characterized by its professional and scientific dimension (the latter evidenced through scientific production and dissemination, theoretical discussion of epistemological issues, and its constitution as an autonomous science, in the use of public interest that is from the knowledge that emerges from this area), in our view, it becomes urgent to identify and understand the scientific elements that characterize it as an autonomous discipline as well as the singularities of its configurations in the three cases under study. On the other hand, it is also intended to understand how the balance between the professional and scientific perspective in the global definition of Social Work is made.

Aware that our problem is contextualized in a broader problematization (of what science is and the philosophy (s) of the social sciences), where structures and mechanisms not directly observable configure a domain of the real, in a critical-realistic understanding of social reality, our multiple case study is based on an intensive methodology to address two objectives: one associated with the academic history of Social Work and its disciplinary configuration, and the other associated with its scientific evidence.

Concerning the first major objective, we have come to the need for a comprehensive reading of the history of Social Work in academia in the three countries concerned. We aim in a more specific way to:

- describe socio-historically the implementation of PhD programs in Social Work in Portugal, Spain, and the USA, considering, on the one hand, the scientific dimension of it regarding the study plans, and on the other, the institutional dimension, regarding the organizational structure of the institutions that are promoting these doctoral programs;

- analyze the existence of an identity formation, scientific integration and the constitution of intellectual communities (Brekke & Barak, 2014) in the doctoral programs studied;

- analyze the process of sharing knowledge materialized in the curriculum of PhDs in Social Work.

In this investigation, it was our purpose to understand the process of legitimacy and scientificity of Social Work in and by the agents of their scientific field, through a review of the publications of scientific articles of each faculty, whose cumulative characteristic was the possession of a PhD¹² in Social Work, of the three doctoral programs under study. To this end, we aim in a more specific way to:

- analyze the theories used in the production of knowledge in Social Work, namely the predominant thematic axes;

- identify the epistemology and scientific method (s) used in Social Work and the validation of the evidence;

- reflect on the object(s) of study of Social Work, namely in what distinguishes it from the other social sciences;

- understand the place of axiology in the scientific interpretation of social phenomena by the Social Work;

Recognizing the characteristics and divergences on this subject of study and the numerous methodological approaches that could be approached, this research was not intended to reach generalizations of a representative character, which could be considered abusive. On the contrary, we intend to broaden the panorama of knowledge about what it does and what is Social Work in the scientific-academic universe, taking as a theoretical reading of reality,

¹² In the Portuguese case, the researchers who are currently preparing their doctoral thesis in Social Work were also considered. We did so because we found the tenuous expressiveness of the PhD faculty in Social Work in Portugal at the time of the investigation.

theories that defend Social Work as Science and theories that defend Social Work only as a technocratic profession¹³, and as an empirical reading of reality, the data provided to us by the analysis of existing written records, in their various formulations, of authorial bias or socio-institutional bias.

Recognizing the epistemological complexity of Social Work, as well as the heterogeneity of the constituent population of the scientific community, i.e. academics, faculty, doctoral students, and researchers, as an undisputed reality, it is assumed that so also should be the methodologies that best access the density of this complexity and heterogeneity.

The international definition of Social Work has been updated and discussed over time. Effectively, in 2014 at the Melbourne conference, Social Work adopted a new definition:

a practice-based profession and an academic discipline that promotes social change and development, social cohesion, and the empowerment and liberation of people. Principles of social justice, human rights, collective responsibility and respect for diversity are central to Social Work. Underpinned by theories of Social Work, social sciences, humanities, and indigenous knowledge, Social Work engages people and structures to address life challenges and enhance wellbeing. (IFSW - GDSW, 2014).¹⁴

In this sense, it is assumed in the definition of Social Work, a profession whose mission is to promote social change, social development, and social cohesion, as well as to promote the *empowerment* and liberation of individuals. The founding principles of Social Work are recognized as respect for the intrinsic value of human beings and their dignity, as well as promoting respect for diversity and the defense of human rights and social justice. It is also recognized in the definition of Social Work, its professional practice as social intervention, but also its dimension as a source of theoretical construction, “Social Work is both interdisciplinary and transdisciplinary, and draws on a wide array of scientific theories and research. 'Science' is understood in this context in its most basic meaning as 'knowledge'.” (Idem).

¹³ Let us recall in this regard authors whose debate on science in Social Work has gained greater visibility. Brekke (2011; 2012; 2014;), for example, has developed his work on the need to value the practice of Social Work in its pragmatic and investigative aspect through the recognition of the existence of its scientific base. While other authors focus on the epistemological paradigms that best respond to the characteristics of Social Work.

¹⁴ However, when we seek to give Social Work a scientific nature in social science, we are also clarifying that a scientific area is not legitimized by a definition but by its scientific method.

However, as Malcolm Payne (2005) states, while there is an international definition, the global understanding of Social Work is not yet consensual. In this case, the author prefers, given this reality, to define it as a social construction, recognizing it (i.e. Social Work) for what it does. In our review of the literature we can find two schools of thought about the definition of Social Work: those who defend Social Work as a pragmatic profession that only (re) produce existing theories from other social sciences (Shaw, 2014); and those who defend Social Work as a scientific area, with its method, theories, and object of study. We thus rely on traditional and contemporary Social Work authors to understand discourses about their position in the scientific field such as (Brekke 2012; 2014); Ferreira (2011; 2014) Longhofer and Floersch (2012), and Ferreira (2011; 2014; 2018). We used the categorization of theories in Social Work defined by Davies (2014), the method defined by Mary Richmond (1917) and David Howe (1997), and the proposed object of study with the axiological view proposed by Brekke (2012), Ferreira (2011), Floersch and Longhofer (2012) and Sommerfeld (2014). Through the contributions of Peter Berger and Thomas Luckmann (1966) we intend to understand part of the process of legitimation and as borrowing from Bourdieu's (1976) field theory of research and science definition is intended to unveil the scientific practice.

The thesis is structured in six chapters whose organization we now present. In Chapter I we explain the methodological path taken for this investigation, the techniques of data collection and analysis, the universe and sample and the focus of the epistemological approach to critical realism in understanding the real. In fact, starting this dissertation with the methodological framework became, from our perspective, curial for a deeper understanding of reflection, organization of writing and analysis of all research. In this chapter, we discuss the importance of Critical Realism for understanding a phenomenon that exists far beyond its visible dimension and whose effects illustrate the visible face of reality. We, therefore, understand that it is necessary to spell out its ontological and epistemological assumptions underlying the statement of the methodological procedure we have implemented.

Chapter II recovers a brief socio-historical context of the Portuguese Social Work. We make a brief socio-historical contextualization through a literary analysis of the Portuguese Social Work from an academic and scientific perspective. At first, we analyzed various works of recontextualization and historical reinterpretation of Social Work as a profession and science, decrees of law and other official documents that report on the emergence and legitimation of Social Work; Secondly, we analyzed the doctoral programs in Social Work that exist in the country, namely the study plans, their organizational structure, and the latest evaluation reports (2013-2015), carried out by the A3ES. We seek to infer the theory of Barak and Brekke (2014)

regarding the three fundamental concepts that a PhD in Social Work should possess. As well as to understand if Brekke's (2014) perspective, about Social Work being an integrative science, fits the first results of empirical analysis. We also analyze the position of the Foundation for Science and Technology (a public institution *par excellence* in terms of legitimation and scientific funding) concerning Social Work, as a scientific discipline.

In Chapter III, we present an image through the data and analysis of the socio-historical contexts of Social Work in academia in the Spanish and American contexts, in particular, the emergence of Social Work as a scientific discipline and its structure as a doctoral training area.

In Chapter IV we began the path of the theoretical-empirical path of the dissertation from the normative conceptualization of science by referring our analysis to the philosophy and history of science. We seek in the first moment of this chapter to understand the process of building scientific knowledge over the centuries from the canons of science of Ancient Greece since we assume that they contributed to what is understood today to be valid knowledge in Social Work. As our purpose is not to discuss what should or should not be considered scientific knowledge nor to analyze the epistemology closest to the truth, the second point of this chapter aims to build a review of the socio-historical literature of the conceptualization of the scientific project of Social Work, using authors from nineteenth and twentieth centuries that already addressed the understanding of the scientific project of Social Work (considered in past decades as philanthropy). From Kuilema (2014) we also identify the representative milestones of the International Social Work, namely regarding the moments of discussion of its project, dating back to the first wave after the Second World War. The third and last part of this chapter focuses on the construction of debates about the scientific spirit of Social Work, where the avant-garde authors of Social Work are shifted to contemporary authors and the systematic scheme of the construction of Social Work theories is presented, based on social intervention and where the role of learning organizations is discussed. Following the abductive perspective, it is our purpose with this chapter to conceptualize Science and Social Work from a historical perspective, which often tends to be nullified and/or forgotten when the discourse surrounding the legitimacy of Social Work as a scientific area is raised. We recognize the influence of the past on the present future. (Lorenz, 2017)

Chapter V presents the conceptualization and what we call homolegitimation of Social Work as a scientific discipline. We opted for the concept of homolegitimation because we tend to validate the knowledge of Social Work with greater rigor from a predominantly positivist conception of science, a reality that we take with some care in explaining the different predominantly possible epistemologies that can be taken in Social Work. Then we start from

the interpretative construction of the relationship of Social Work with the social sciences, where the different ontologies, epistemologies, and methodologies of the social sciences are presented. From Kuhn, we present the scientific progress from the old to the new scientific paradigm and where we reflect on the resolution of the gap between theory and practice. We introduce the Social Worker as a reflective practitioner and do so from critical realism epistemology and the theory of complexity adapted to Social Work as a development of Kuhn's theory. Finally, we hypothesize that the knowledge of Social Work, as an applied social science, comes from a professional knowledge produced through situational cognitive processes, and, therefore, in the course of the reflexivity of a professional practice and/or the functioning of one's social reality. Abstract knowledge, on the other hand, is produced through abstract cognitive processes, in the course of an investigative practice, mostly developed within the university, presenting what we call to be the zone of cognitive convergence in the formulation of knowledge from/to/ for the Social Work. This transport from situational cognition to computational cognition allows us to look critically at *Evidence-Based Practice* and highlight the categorization of Social Work theories and understand their objects of study.

Finally, in Chapter VI we demonstrate the whole result of this work in the description and interpretation of the data collected from the articles analyzed in the three cases, highlighting the scientific dimensions that are present in the investigative practice of Social Work and, therefore, that underlie the practice. Since, as we shall have the opportunity to ascertain, it is on the reality of Social Workers that scientific knowledge is produced to understand reality and to reproduce, on a larger or smaller scale, positive *praxis*. As we shall see, the weight of the history of Social Work is remarkable according to the geographical area of origin of scientific production, but it does not eliminate the existence of science in, to and from Social Work.

We recognize the existence of multiple objects of study that are interconnected with the vision of Social Work, as well as scientific areas to which the production of knowledge in Social Work relies most. In the same way, we identify the different epistemologies present in scientific research in Social Work and different state positions, namely regarding the implementation of a scientific policy related to Social Work.

We conclude with a closing reflection by elaborating a portrait of the scientific project of Social Work from our results, in what it is currently and in what it should be. In the conclusion we will address the (i) socio-political contexts of the cases under analysis, particularly dictatorial regimes as well as industrialization, and their influence on the emergence of training in Social Work, (ii) scientific integrativeness in Social Work, in particular, in an attempt to address the real problems of groups and communities, (iii) the need to foster the

development of a scientific *habitus* in current generations of Social Work students, (iv) the theoretical interdisciplinarity of Social Work with the contribution of other disciplines and resources, (v) the ecobiopsicosocial approach of the human being as object of privileged study of the Social Work, and, finally, the existence of multiple epistemologies, capable of bringing multiple glances to the social reality.

The scientific field in Social Work is fertile, and in Portugal, due to its youthfulness in the field of research (dating back to the 80s of the last century), it has the potential for scientific innovation, both as regards the creation of new objects of study, as well as, to the interpretation of the truth that deviates from the typically positivist conservative canons. Nevertheless, they do not depart from the validity and rigor of the results, and their usefulness for the professional practice and for the person with whom Social Work addresses. In our understanding, Social Work as a scientific and professional field should be committed to those for whom it exists, for whom it is necessary, reiterating the values and ethical principles that should govern and distinguish this area from others, such as advocacy by the right to human dignity, liberty, and social justice. It is the transformative, critical and even revolutionary character of Social Work that uniquely distinguishes it in a complex and shifting field as is the field of the social sciences. Finally, it is not our understanding that a single reading of reality is possible, a single way to arrive at a truth which we assume from the outset is impossible to grasp in its entirety.

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

1.1. JUSTIFICAÇÃO ONTO-EPISTEMOLÓGICA DO DESENHO DE INVESTIGAÇÃO

Ao longo das últimas décadas tem sido dilatada a popularidade do Realismo Crítico¹⁵ enquanto filosofia de enquadramento da investigação científica em ciências sociais. De forma a ultrapassar as fragilidades explicativas dos dois paradigmas contrastantes dominantes – o positivismo e o construtivismo –, o Realismo Crítico surge como uma postura filosófica cada vez mais reconhecida como uma metateoria para as ciências sociais (Hoddy, 2018). Aliás, o potencial fornecido pelo Realismo Crítico para desvelar as raízes das causas dos problemas sociais tem sido um dos argumentos francamente utilizados por uma corrente de estudos preocupada com a justiça social e com a descoberta de novo conhecimento. Considerando o objeto de estudo aqui apresentado – a dimensão científica do Serviço Social – inscrevemos o nosso estudo num enquadramento filosófico capaz de ultrapassar as tradicionais explicações acerca da realidade social, uma vez que interpretamos a realidade, por um lado, como uma entidade independente e por isso, apenas em parte acessível ao investigador, e por outro lado, a realidade como sendo construída pelo indivíduo, que por esse motivo, acaba permeável às suas idiossincrasias e subjetividades.

O Realismo Crítico, afirmando-se como uma alternativa quer ao positivismo, quer ao construtivismo, numa edificação científica cooperadora, faz uso de dimensões habitualmente

¹⁵ De facto, a sua dispersão e crescimento, têm sido observados em diferentes áreas das ciências sociais. Do movimento a partir do Naturalismo Crítico (Bhaskar, 1989; 1998; Hamlim; 2000; Corrales, 2004; 2007; Jessop, 2005), passou a ser estudado e aplicado nos mais diversos contextos, como a Economia (Fleetwood, 2005), o Direito (Pensilvanya Law Review), os Sistemas de Informação (Dobson, 2002), o Serviço Social (Houston; 2001), a Enfermagem (Mcevoy; Richards, 2006), a Linguística (Corson, 1997), os Estudos Interdisciplinares (Danermark, 2001), os Estudos Organizacionais (Reed, 2005), a Estratégia (Kwan; Tsang, 2001), a Formação em Administração (Sayed; Mingers; Murray, 2009), o Empreendedorismo (Leca; Naccache, 2006), a História Económica das Organizações (Clarck; Blundel, 2006), e os Métodos de Pesquisa e investigação (Downward; Finch; Ramsay, 2002), entre outros.

definidas por cada uma dessas posturas paradigmáticas, levando a cabo uma síntese onde diferentes assunções ontológicas, epistemológicas e metodológicas são tornadas operacionais. Como efeito, ontologicamente falando, o Realismo Crítico define a realidade como (i) independente, (ii) estratificada, (iii) emergente, e (iv) sob uma perspectiva de sistema aberto. O carácter independente da realidade advém do facto de a mesma existir livremente, sem qualquer apego à capacidade humana de a perceber, pelo que esta independência não depende em momento algum das crenças subjetivas, nem é, ao mesmo tempo, redutível às percepções ou experiências humanas. A realidade é uma entidade incomensuravelmente maior do que a capacidade humana de a compreender, pelo que não é possível apreender, caracterizar ou medir, sendo ao indivíduo deixado o toque de uma parte ínfima desta mesma realidade.

Em segundo lugar, e como preconizado por Bashkar (1975), a natureza da realidade advogada pelo Realismo Crítico é estratificada em três domínios fundamentais: o real, o *actual*¹⁶, e o empírico. Na verdade, a estratificação ontológica da realidade pode ser metaforizada como um iceberg, como Flechner (2016) propõe. Com efeito, o domínio empírico, isto é, tudo aquilo que conseguimos experienciar por via da percepção ou da medida, nada mais é senão a ponta do iceberg, que esconde um mundo infinito não visível, ao qual poucos têm acesso, mas que é a raiz e a estrutura do lado visível. Por sua vez, o domínio *actual* inclui eventos, acontecimentos, fenómenos, observáveis ou não, cuja existência é independente da capacidade humana de verificar essa existência, ocorrendo sempre que os mecanismos do domínio real são ativados. Finalmente, e num terceiro nível, ocorre o domínio real, isto é, todas as estruturas e mecanismos¹⁷ que geram esses eventos, acontecimentos ou fenómenos.

¹⁶ Mantemos a expressão em língua inglesa – *actual* - por considerarmos que a sua tradução colidiria com o conceito “real” que, para Bhaskar, precede, em termos objetivos, o existente (*actual*), observável ou não.

¹⁷ Bhaskar faz questão de diferenciar cada um dos conceitos que prefiguram primordialmente em cada um dos domínios apresentados. Na verdade, a estrutura, os mecanismos, os eventos e as experiências acabam por entrar no domínio do real, os eventos e as experiências no domínio do *actual* e apenas as experiências no domínio do empírico. A este respeito, Andrew Sayer acrescenta que por (i) estrutura, entende-se o “conjunto de objetos ou práticas relacionadas internamente” (1992: 92) que constituem as entidades reais que pretendemos estudar contextualmente, e que são mais do que o somatório das suas partes, sendo que a identificação de um subcomponente não define a estrutura. Já no que se refere aos (ii) mecanismos é Bhaskar quem os define como “nada mais senão as formas de agir das coisas (Bhaskar 1975:14), permitindo ou impedindo o que pode acontecer num dado contexto. Os mecanismos podem ser conceptualizados como causas dos fenómenos ou, por outro lado, como

Se atendermos à proposta de uma ontologia estratificada como a que Bhaskar (1975) nos faz, é fácil entendermos quão contrastante se torna esta ontologia com aquelas definidas pelo positivismo e pelo construtivismo ou pelo interpretativismo. Com efeito, o positivismo assume uma ontologia plana que reduz a realidade a uma conjunção de causa e efeito com pouca atenção aos mecanismos que os ligam, enquanto o interpretativismo advoga que a realidade é tipicamente construída individual ou socialmente, e por esse motivo, pode ser apenas conhecida se forem também conhecidos os significados e as ações dos atores. Nesta assunção metodológica, o que o Realismo Crítico propõe é que existe uma realidade independente daquela construída pelos atores sociais, que pode funcionar de forma autônoma através da ativação de mecanismos *grosso modo* contextuais, e que tem implicações sobre a forma de agir ou experienciar dos indivíduos, sendo que é possível conhecer para além dessas mesmas experiências individuais, desde que se desenvolva um mecanismo de abstração face aos efeitos da ativação desses mecanismos. Não é um conhecimento deixado ao senso comum, é um conhecimento deixado ao abrigo da ciência, essa sim, capaz de desencadear procedimentos de abstração e enunciação de potenciais causas ou tendências. Tomando por base a prática reflexiva do Serviço Social, nomeadamente quando um profissional pretende conhecer as causas estruturais de um determinado fenómeno junto de um indivíduo com quem estamos a trabalhar, verificamos que o efeito sobre a vida que o trouxe ao contacto com o assistente social tem raízes profundas, não explicáveis no imediato, e frequentemente não associadas diretamente a si, mas sim ao funcionamento do sistema social. O que o sujeito manifesta reside no domínio empírico, porém, os mecanismos geradores dessa manifestação residem no domínio

tendências, que podem ou não acontecer. Com efeito, o domínio dos mecanismos opera em articulação com as estruturas e pode nunca chegar a ter corpo no domínio *actual*, ou, em última instância no domínio empírico. O exemplo de Bhaskar a este respeito é paradigmático: “todos temos a capacidade, do poder de roubar; os cleptomaníacos têm tendência para o fazer” (1975: 230, apud Wynn & Williams, 2012: 791). Os (iii) eventos, por sua vez podem ser definidos como um acontecimento ou ação específica que resulta da ativação de um ou mais mecanismos. Considerando as limitações humanas para discernir, ou chegar ao conhecimento de todos os mecanismos potencialmente geradores de eventos ou impeditivos da sua ocorrência, dada a complexidade da sua estruturação, só com um exercício de abstração face aos seus efeitos observáveis é possível conhecer com um pouco mais de rigor esses eventos. Finalmente, as (iv) experiências são todos aqueles eventos que é possível observarmos diretamente, através das nossas capacidades sensoriais ou através de ferramentas que reforçam essa capacidade sensorial.

real. Tomando de empréstimo a metáfora do iceberg, são muito profundas e amplas as razões que vieram a gerar esses efeitos.

A terceira assunção ontológica do Realismo Crítico prende-se com o facto de a realidade ter um carácter de emergência, isto é, não ser determinada pelas características e propriedades de uma dada estrutura, mas sim emergir do conjunto de interações existentes entre essa estrutura e os mecanismos que lhe estão subjacentes. Daí decorre que não são, a estrutura, os mecanismos, os eventos ou as experiências que definem a própria realidade social, mas sim, as relações que se estabelecem, sobretudo ao nível mais profundo da realidade. Atendendo, novamente, à realidade profissional do Serviço Social, o sujeito com o qual o Assistente Social irá intervir, deve ser também entendido como um Ser num contexto de interações, ao invés de o percebermos somente pela estrutura social à qual pertence. Neste enquadramento, a dimensão contextual assume uma importância primordial, na medida em que é na sequência de um tempo, de um espaço e de um conjunto de relações que a realidade emerge com uma determinada configuração e não com uma configuração diferente. Esta assunção ontológica acerca da realidade permite-nos considerar os acontecimentos num quadro mais amplo, e impede-nos de os enfrentar de forma isolada. Para tal concorre também uma última assunção ontológica, ou seja, aquela que determina que a realidade social é perspectivada como um sistema aberto, e não como um sistema fechado. Entendida assim a realidade social não se submete a um qualquer tipo de controlo direto humano, na medida em que o ser humano não tem capacidade de determinar as causas e os efeitos de um determinado evento. Ao contrário das ciências naturais para quem a experiência de laboratório se torna perfeitamente controlável, isto é, passível de ser limitada, nomeadamente na manipulação de variáveis que terão o poder de contribuir para a alteração do sistema, o mesmo não acontece na realidade social. Dinâmica e complexa como é, a realidade social perspectivada em contexto aberto, apresenta limites frequentemente permeáveis e fluídos, muito dependentes de condições contextuais, determinadas por um tempo e um espaço específicos. Entendemos ser também assim a dimensão científica do Serviço Social, muito dependente de uma historicidade dos contextos espaciais nos quais ocorre, e nessa medida, passível de ser consolidada e com um nível de legitimação inquestionável em determinados contextos, e não o ser noutros, onde os mecanismos que ativaram o funcionamento da estrutura social apresentaram condições diversas.

Na perspectiva do Realismo Crítico, a estas assunções ontológicas correspondem outras quantas assunções epistemológicas¹⁸. Estas alegações configuram-se, para o Realismo Crítico como o (i) conhecimento mediado, (ii) a explanação mais do que predição ou compreensão, (iii) a explanação pelos mecanismos, (iv) a inobservância dos mecanismos, e (v) os múltiplos mecanismos possíveis (Bhaskar 1975, Sayer 1992, Collier 1994).

Por conhecimento mediado o Realismo Crítico compreende todas as estruturas sociais que estabelecem a ligação entre a dimensão intransitiva da realidade e a dimensão transitiva da mesma. Bhaskar (1975) define o conhecimento científico como tendo estas duas dimensões. Por dimensão intransitiva o autor compreende os elementos do mundo natural que se procura explicar, mas que são, em grande parte, independentes dos nossos sentidos e experiências pessoais. Pelo contrário, a dimensão transitiva inclui as observações dos investigadores, bem como teorias sobre o mundo que foram desenvolvidas no âmbito da investigação científica. De acordo com esta perspectiva, ainda que as entidades intransitivas do mundo natural não mudem, o conhecimento desenvolvido sobre elas é plausível de mudar, nomeadamente atendendo por exemplo à área disciplinar (composta por outros investigadores, grupos de estudo, colegas de trabalho) a que respeitam, tendo por base não só uma dimensão objetiva do objeto de estudo, mas muito frequentemente um conjunto de crenças, interpretações sensórias e conceptuais, decorrentes de quadros de interação que podem ser distintos entre si. Neste sentido, para o Realismo Crítico todo o conhecimento científico acerca da realidade social é pautado por ser teoricamente informado e axiologicamente influenciado, derivando de múltiplas perceções de valor acerca da realidade social (Healy & Perry, 2000).

Esta assunção epistemológica do Realismo Crítico é de curial importância ao definirmos o nosso objeto de estudo, na medida em que se considerarmos a dimensão científica do Serviço Social como uma dimensão transitiva podemos assumir de imediato que, qualquer que seja a realidade social composta por estruturas intransitivas parcamente mutáveis, dependendo do conjunto de interações e relações existentes contextualmente, essa mesma dimensão transitiva apresentará diferenciadas feições. Quando levamos em conta o estudo de três diferentes casos históricos, espaciais, de distinta configuração teórica e de legitimação de poder, devemos

¹⁸ Entendendo a epistemologia como o processo a partir do qual sabemos/conhecemos as coisas e o mundo, para os realistas críticos, a epistemologia consiste em postular descrições da realidade com base na análise das experiências observadas e interpretadas pelos participantes de um determinado estudo, em articulação com outro tipo de dados (Wynn & Williams, 2012: 793).

assumi-los como casos cujo conhecimento científico construído depende das específicas estruturas sociais que os circundam, da academia que os enformou teórico-cientificamente, da realidade política que os legitimou, da profissão que os treinou, e da realidade social específica que lhe deu terreno para se operacionalizarem.

Como segunda assunção epistemológica, o Realismo Crítico assume o objetivo de explicar os mecanismos a partir dos quais um dado evento ocorre. Com efeito, os realistas críticos não estão preocupados em prever eventos futuros, mas também não se manifesta fundamental compreender significados culturais por de trás desses eventos. Esta assunção epistemológica difere em grande medida dos dois paradigmas científicos dominantes, e está em concordância com o entendimento da realidade social como sendo um sistema aberto. Com efeito, não é possível controlar causas e efeitos de forma mecânica quando falamos de uma realidade social que se apresenta complexa, dinâmica, e frequentemente fluída, e com diferentes características, variações e velocidades de acordo com o contexto ao qual se refere. É, todavia, possível explicar algumas características, variações e velocidades quando existem similitudes nos contextos onde acontecem. Na verdade, e acercando-nos do nosso objeto de estudo, não é difícil encontrar semelhanças no que diz respeito à construção da disciplina científica do Serviço Social nos três contextos histórico-nacionais que estudamos, nomeadamente no que se refere à forma como a disciplina está organizada, em que estrutura académica ocorre, que tipo de teorias são aí veiculadas, ou como e por quem é determinado o que é produzir ciência, isto é, existem alguns elementos estruturais físicos e sociais comuns e existem fatores contextuais que conduzem a experiências semelhantes em diferentes níveis de observação, sendo porém o resultado final bastante diferente em cada um dos casos. Para os realistas críticos, a esta regularidade potencial referente às estruturas e aos eventos designa-se de semi-regularidade, que se define como uma “regularidade parcial de eventos que indica a realização ocasional de um mecanismo causal, com tendências relativamente duradouras, num contexto limitado pelo tempo e pelo espaço” (Lawson, 1997, *apud* Wynn & Williams, 2012: 794).

Um dos contributos do Realismo Crítico para a explicação dos fenómenos sociais prende-se com as potencialidades heurísticas das semi-regularidades. Na verdade, as semi-regularidades permitem a explicação de um fenómeno social de duas formas distintas. Na perspetiva de Lawson (1997 *apud* Wynn & Williams, 2012), podemos perspetivar um fenómeno comum com configurações contextuais semelhantes (por exemplo, a implementação de um sistema de avaliação científica em diferentes universidades que partilham características

importantes, como no caso Português) não tendo como objetivo prever, mas sim explorar a existência e a ativação de um mecanismo dentro de uma configuração única. Em alternativa, podemos encontrar resultados fundamentalmente diferentes em contextos onde os fatores estruturais e ambientais poderiam levar-nos a esperar um comportamento semelhante dos mecanismos existentes e ativados. Em qualquer um dos casos, não há dúvidas que as semi-regularidades oferecem o potencial para aprofundar e generalizar o nosso conhecimento da causalidade e a manifestação dos mecanismos através das estruturas que estamos a estudar.

A terceira assunção epistemológica do Realismo Crítico prende-se com a explicação por via dos mecanismos, isto é, dado um conjunto de factos empíricos associados a um determinado evento e contexto (por exemplo, o projeto científico do Serviço Social) com a pretensão de identificar-se os mecanismos que emergem das componentes uma dada estrutura física e social que produziram esse evento (Sayer, 1992).

Na perspetiva de Wynn & Williams (2012), em última instância, as teorias que resultam da análise dos fenómenos devem ser capazes de identificar não só as estruturas e os mecanismos, mas também as inter-relações entre ambos e os meios pelos quais os fenómenos foram gerados. Neste sentido, estamos a falar da identificação das condições que permitiram o fenómeno (condições ativadoras), as condições que reforçaram o fenómeno (condições de estímulo) ou as que removeram impedimentos à ocorrência causal ou tendência do fenómeno (condições libertadoras). Nestas circunstâncias, a explicação causal levará em conta um conjunto de mecanismos já existentes e ativados, mas também o impacto de quaisquer fatores estruturais e condições relevantes que acabaram por gerar aquele evento. (Wynn & Williams, 2012: 794)

Uma outra assunção epistemológica remete-nos para a inobservância dos mecanismos. Com efeito, o conhecimento da realidade nem sempre é baseado na possibilidade de ser observado, e frequentemente aquilo que não é observável é entendido como não existente. Para o Realismo Crítico, porém, o conhecimento da realidade não é sempre dependente da capacidade de ser percebido, mas sim da capacidade de fazer. Por outras palavras, a nossa crença na existência de um mecanismo ocorre pelo facto de o conseguirmos observar diretamente ou, não tendo ferramentas para o fazer, pelo facto de conseguirmos observar os seus efeitos (é o exemplo de uma ciência, a ciência de/do/em Serviço Social *per si* não é possível ser observada diretamente, mas os seus efeitos [isto é a produção científica] são). Esta situação tem uma implicação imediata para o Realismo Crítico, na medida em que os nossos esforços

para criar conhecimento sobre um determinado fenómeno focar-se-ão não nos mecanismos estruturais e causais, mas sim nos seus efeitos manifestos. O nosso conhecimento destas entidades dependerá, como nos ensina Bhaskar, “de uma mistura rara de habilidades intelectuais, práticas, técnicas e percetivas” (1975: 47), conduzindo-nos a uma inferência da sua existência baseada nas experiências observáveis que acreditamos que os causaram.

Finalmente, a assunção epistemológica indicia a existência de uma multiplicidade de possíveis explanações, decorrente de uma conjugação de diferentes mecanismos, que, em contextos diferentes, podem ser combinados de forma também diferente. O entendimento da realidade enquanto sistema aberto promove uma incapacidade para se poder observar todos os aspetos de um determinado fenómeno, e, nessa perspetiva, os elementos que fazem parte de uma determinada estrutura acabam por estar dependentes de um conjunto de variações internas e externas promotoras de uma determinada tendência. É nessa medida que o Realismo Crítico faz a apologia da existência de diferentes explanações para a ocorrência de um determinado fenómeno social. De acordo com Bhaskar (1993: 133) é tipicamente impossível identificar com precisão as causas exatas que estão por de trás de um determinado resultado e eliminar todos os outros fatores possíveis que possam ter sido suficientemente causais.

1.1.1. JUSTIFICAÇÃO METODOLÓGICA DO DESENHO DE INVESTIGAÇÃO

Para estudar a dimensão científica do Serviço Social, entendemos utilizar como estratégia metodológica o estudo de caso, mais especificamente o estudo de casos múltiplos. Com efeito, relativamente a esta estratégia de pesquisa tivemos em consideração não só o tipo de questão orientadora a que habitualmente os estudos de caso respondem, mas também o controlo que o investigador tem sobre os eventos, ou fenómenos, e o foco assente na contemporaneidade. Atendemos, neste sentido, àquilo que Yin (1994) postula face à utilização dos estudos de caso como estratégia de pesquisa. Não desconsideramos em momento algum o processo, ainda pesado, de estereotipagem de parente pobre entre os métodos de investigação em ciência social, quer porque não subscrevem uma perspetiva de generalização de resultados, quer porque são frequentemente acusados de objetividade e rigor insuficientes (Yin, 2005:XI), porém, não desconsideramos também que o estudo de casos é hoje reconhecido pela comunidade científica como um dos métodos mais adequados à compreensão, exploração ou descrição de

acontecimentos ou contextos complexos, como é o caso dos académico-científicos, sendo, na nossa perspectiva então, este o método de pesquisa que melhor se adequa ao objetivo de estudar aprofundadamente a constituição do Serviço Social enquanto ciência nos três contextos nacionais selecionados. São, aliás, vários os autores que associam os estudos de casos como a melhor estratégia de investigação correspondente a uma postura crítica-realista. No âmbito dos sistemas de informação, da gestão e da economia têm sido profícuos os estudos de caso que operacionalizam os princípios onto-epistemológicos do Realismo Crítico. No âmbito do Serviço Social é crescente a utilização do Realismo Crítico, em alguns casos metodologicamente associados à investigação ação, como proposto por Houston (2001), porém a metodologia do estudo de caso parece-nos ser a forma mais adequada de estabelecer um caminho de estudo para explorar as interações existentes entre estrutura, eventos, ações e identificar os mecanismos causais de tais interações.

Na perspectiva de Wynn & Williams (2012) existem cinco princípios a ser seguidos ao conduzir-se uma investigação de âmbito crítico-realista com uma metodologia de estudo de caso, sendo eles: (i) a explicação dos eventos; (ii) a explicação da estrutura e do contexto; (iii) a abdução; (iv) a corroboração empírica; e (v) a triangulação e os multimétodos.

O princípio da explicação dos eventos conduz-nos à descrição da necessidade de identificar os aspetos detalhados dos eventos que estão a ser estudados. Na perspectiva dos autores, esta descrição detalhada poderá evidenciar os efeitos da cadeia causal que constitui a especificidade do evento, e nesse sentido apresentar-se como instrumentos a partir dos quais o investigador pode desenvolver a teoria. Neste sentido, “identificando e explicando os eventos, está estabelecida a fundação para que seja possível identificar-se a estrutura e o contexto a partir dos quais estes eventos emergem, bem como os mecanismos que foram ativados para que tal acontecesse”. (Wynn & Williams, 2012: 798). Por sua vez, o princípio da explicação da estrutura e do contexto ocorre como sendo fundamental para que se identifique e analise os diferentes componentes, nomeadamente causalmente relevantes, da estrutura. Na perspectiva dos autores que vimos seguindo, é necessário decompor a estrutura nas suas partes constitutivas, isto é, os atores, as normas, as relações para teorizar acerca das causas produtoras de um conjunto de fenómenos, até porque, relembrando os princípios ontológicos do Realismo Crítico, as estruturas, tais como os mecanismos, estando no domínio do real, não são observáveis diretamente. São-no, na verdade, a partir da sua concretização nos efeitos produzidos, e nessa medida é absolutamente fundamental definir o que se encontra nesses efeitos para que se possa

determinar a estrutura que lhe subjaz. O princípio da explicação da estrutura e do contexto acabam por coincidir em profundidade com aquilo que é a concretização holística do estudo de caso. Independentemente das suas múltiplas formas, o estudo de caso tem como característica fundamental potenciar a compreensão de fenómenos sociais complexos. Para Yin (2005), “o estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos acontecimentos da vida real – tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais e administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas, relações internacionais e sectores económicos” (2005,: 20).

Um terceiro princípio refere-se ao processo de abdução¹⁹ que já tivemos oportunidade de referir anteriormente. Com efeito, para o Realismo Crítico o raciocínio abdutivo permanece o foco central do seu modelo explanatório, sendo entendido como “uma forma de inferência na qual os fenómenos são explicados postulando-se (e identificando-se) mecanismos que são capazes de os produzir” (Sayer, 1992: 107 *apud* Wynn & Williams, 2012: 800). Uma vez que a abdução se constitui como uma chave epistemológica fundamental no Realismo Crítico, é importante compreender-se como funciona. A abdução é um metaprocesso cujo resultado consiste na identificação de mecanismos que explicam as causas da ocorrência de determinado evento. A sua adoção não implica que os mecanismos sejam postulados e depois sejam recolhidos dados ou que sejam induzidos dos dados dos eventos ou fenómenos. Na prática este processo apresenta-se como iterativo (Dubois & Gadde, 2002). Os estudos de caso podem utilizar ciclos de recolha de dados que tanto podem ser dedutivos como indutivos. A dedução ajuda a identificar o fenómeno de interesse, sugere que mecanismos estão em jogo e proporciona um elo com a literatura e a pesquisa empírica já existente. A indução, por sua vez, consiste na obtenção de resultados a partir dos dados do terreno, a partir dos quais são criadas categorias, entidades conceptuais, ou teóricas e padrões que poderão vir a formar a nova teoria. Neste sentido, a abdução difere de outras formas típicas de inferência, dependendo, na perspetiva de Wynn & Williams (2012) de um processo criativo desenvolvido por parte do investigador, no qual múltiplas explanações são propostas para descrever um mecanismo causal numa dada estrutura social. É criativo na medida em que o investigador deve ir encontrando aquilo a que Weick (1989 *apud* Wynn & Williams 2012: 800) designa de “ensaios esclarecidos” para identificar e descrever os mecanismos causais e as influências contextuais responsáveis

¹⁹ O processo de abdução, “*retroduction*” em inglês, refere-se à identificação daquilo que a realidade deve ser (isto é, que mecanismo deve existir) para que o fenómeno observado tenha ocorrido.

pela sua ativação. Na medida em que, como já tivemos oportunidade de verificar, os mecanismos raramente são experienciados diretamente, o raciocínio abduutivo permite apresentar uma argumentação lógica para explicar de que forma o fenómeno que está em estudo se constituiu como tal, ou, noutras palavras, se tornou possível.

A corroboração empírica refere-se ao quarto princípio a ter em atenção na utilização de uma metodologia de estudos de caso. Com efeito, deve ter-se em atenção a importância da corroboração empírica tendo em conta a necessidade de ultrapassar o processo de tentativa-erro associado ao processo de inferência que decorre da abdução. Ao longo do processo poderemos ser confrontados com um conjunto variado de hipóteses causadoras de determinado efeito, mas serão os dados empíricos os responsáveis pela identificação correta do mecanismo que deu origem ao fenómeno em estudo. Num plano metodológico de estudo de caso, e considerando a dimensão holística no que à caracterização do caso se refere, os realistas críticos utilizam o espectro completo de dados que descrevem as estruturas sociais, as condições, a ação e os eventos. De acordo com Bhaskar (1975), e no pressuposto da ontologia estratificada, a validação do conhecimento adquirido inclui a investigação quer do mecanismo propriamente dito, quer dos seus efeitos, estes últimos na impossibilidade de se conseguir chegar ao primeiro.

O princípio da triangulação e dos métodos múltiplos reflete a importância de incluir múltiplas abordagens para suportar análises causais, baseadas numa diversidade de tipos e fontes de dados, métodos analíticos e perspetivas teóricas. Na verdade, o propósito da triangulação pode ser dicotómico, isto é,

em primeiro lugar o Realismo Crítico reconhece que a realidade é constituída por muitos tipos de estruturas (por exemplo, físicas, sociais, conceptuais, motivacionais, etc.), cada uma das quais com propriedades emergentes, poderes e tendências. As diferentes estruturas fazem apelo a diferentes meios de desenvolvimento do conhecimento acerca de si próprias e das suas propriedades, o que requer o uso de diferentes métodos e perspetivas. Em segundo lugar [a triangulação] permite controlar a influências de vários vieses no processo de investigação bem como os resultados gerados por esse processo (Wynn & Williams, 2012: 803).

Neste sentido, a combinação de fontes de dados, teorias, investigadores e métodos no processo de investigação permite desenvolver um potencial explicativo relativo a cada fenómeno observado. A este respeito, Yin (1994 [2005]) chama-nos a atenção para o facto de que a investigação de estudo de caso enfrenta uma situação tecnicamente única em que haverá muito

mais variáveis de interesse do que pontos de dados, tendo por um lado como resultado o facto de basear-se em várias fontes de evidências, sendo que os dados devem convergir em formato de triângulo, e por outro o benefício do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a recolha e a análise de dados.

No caso concreto desta investigação sobre – a dimensão científica do Serviço Social – e pelo facto de termos selecionado três contextos diferenciados de pesquisa encontramos-nos perante um objeto de estudo múltiplo, onde pretendemos explorar e descrever os moldes em que se configura a ciência do Serviço Social em Portugal, em Espanha e nos Estados Unidos a partir da análise de três casos académico-científicos, tendo, nessa medida de o ser também a estratégia metodológica escolhida. Com efeito socorremo-nos dos ensinamentos de Yin (1994) no que diz respeito à opção pelos estudos de caso múltiplos. Para o autor, o estudo de casos deve configurar-se como a estratégia escolhida ao examinar-se acontecimentos contemporâneos, mas que têm a prerrogativa de não permitir a manipulação de comportamentos relevantes. O estudo de caso conta com muitas das técnicas habitualmente utilizadas pelas pesquisas históricas, mas acrescenta duas fontes de evidências que usualmente não são incluídas no repertório do historiador: a observação direta dos acontecimentos que estão a ser estudados e as entrevistas a pessoas neles envolvidas. Novamente, embora os estudos de casos e as pesquisas históricas possam sobrepor-se, o poder diferenciador do estudo de casos consiste na sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências – documentos, artefactos, entrevistas e observações – para além de toda a panóplia de materiais disponíveis no estudo histórico convencional (Yin 2005: 26-27)

Estudar a dimensão científica do Serviço Social de acordo com uma metodologia de estudo de caso é, no nosso caso, fazer corresponder a investigação empírica a um fenómeno social contemporâneo, que ocorre dentro de um contexto de vida real, sendo nas palavras de Yin (1994) utilizado especialmente “quando os limites entre o fenómeno e o contexto não estão claramente definidos.” (1994 [2005]: 32-33) Com efeito, ao atendermos ao fenómeno social em estudo consideramos, à partida, haver uma discrepância transnacional no que se refere a essa dimensão científica, sobretudo no que à definição do que é “científico” concerne.

Para Yin (1994 [2005]: 68) projetos de casos múltiplos apresentam vantagens e desvantagens distintas em comparação com projetos de caso único. As evidências resultantes de casos múltiplos são consideradas muito convincentes, e o estudo global é visto, por conseguinte, como algo mais robusto (Herriott & Firestone, 1983). Ao mesmo tempo, o

fundamento lógico para projetos de caso único, em geral não pode ser satisfeito por casos múltiplos. Além disso, a condução de um estudo de casos múltiplos pode exigir tempo e amplos recursos além daqueles que um estudante ou um investigador independente possuem. Dessa forma, a decisão de se comprometer com estudos de casos múltiplos não pode ser tomada imprudentemente. Cada caso coloca um propósito específico dentro do foco global da investigação. Aqui, uma percepção importante que se deve ter é considerar casos múltiplos como se considerariam experimentos múltiplos – isto é, seguir uma lógica de “replicação”.

A estratégia metodológica de estudos de casos múltiplos, nomeadamente com o estudo do caso português, do caso espanhol e do caso americano, não visou tanto objetivos de generalização das inferências teóricas, mas sim, complementar e aprofundar a análise dos processos de cientificação do Serviço Social, tendo como pressuposto a perspectiva de vir a aumentar a validade dos padrões de relações entretanto gerados e analisados. (Yin, 1994: 46) Destacam-se então, não apenas as regularidades existentes entre os casos, mas particularmente as diferenciações e as singularidades entre ambos, através de uma análise aprofundada do “como” (Yin, 1994: 6), com o objetivo de salientar as proximidades e as distâncias associadas a um fenómeno de construção de cientificidade, comumente influenciado por contextos de legitimação externos e internos.

Em concordância com a metodologia do estudo de casos, a epistemologia do Realismo Crítico destaca uma generalização teórica em vez de uma generalização estatística. Na verdade, não é objetivo do Realismo Crítico, nem nosso, generalizar os resultados a partir de uma inferência estatística de uma amostra particular para uma população mais ampla. A intenção consiste de facto na utilização das explanações causais detalhadas dos mecanismos que estão por detrás da dimensão científica do Serviço Social, em qualquer um dos casos, com o objetivo de obter uma perspectiva de como e porquê um mecanismo semelhante poderia levar a resultados semelhantes, ou talvez diferentes, num diferente contexto. Trata-se de elencar as condições de combinação e exequibilidade de um dado evento que se pode repetir em contextos diversificados e nessa medida trata-se, portanto de uma perspectiva de replicação e generalização para a teoria.

Para o desenvolvimento da pesquisa, iniciamos, num primeiro momento, a realização de um conjunto de leituras exploratórias e orientadoras para a circunscrição do objeto de estudo. Com efeito, as leituras exploratórias intentam levar-nos a conhecer melhor a história da institucionalização do Serviço Social no ensino universitário nos três países em análise. Esta

etapa permite encetar uma contextualização sócio histórica do objeto, sendo complementada num segundo momento pela análise de documentos oficiais, indicadores estatísticos e fontes primárias (oriundas dos centros de investigação, da universidade, da DGES, da OECD, etc.). Esta tarefa revela-se muito importante para a contextualização do estudo. As segundas leituras foram enformadas tendo em conta três perspetivas: (i) leituras centradas na dimensão da filosofia das ciências (conceitos, teorias e metodologias aplicados em estudos epistemológicos), e em ciências sociais; (ii) leituras centradas na temática do Serviço Social: categorizações, escolas de pensamento, e conhecimentos universais de Serviço Social, cruzando diálogos já existentes em torno da problemática entre campo científico e Serviço Social; e iii) leituras sobre o conceito de comunidade científica: aplicabilidade, e instrumentalização do conceito para quantificar, conhecer e compreender a prática científica e de produção de conhecimento científico, assim como, a dimensão simbólica associada ao processo de legitimação de uma ciência. Esta etapa permitiu-nos justificar mais consistentemente a necessidade de adoção de uma epistemologia crítico-realista, na medida em que não pretendíamos verificar representatividades estatísticas de um fenómeno nem assentar a nossa pesquisa empírica na interpretação dos objetos discursivos de potenciais interlocutores em estudo. Pretendíamos, de uma forma mais longínqua, fazer uma leitura dos dados empíricos oriundos de um estrato *actual* (Bhaskar, 1975) que não conhecemos, correspondendo, quer aos objetivos enunciados para a realização desta investigação, quer ao reportório de desafios já colocados na literatura nacional e internacional sobre este tema.

1.2 UNIVERSO E AMOSTRA

A pesquisa em torno de uma problemática tão ambiciosa, complexa e paradoxal quanto esta materializou-se no desenvolvimento de uma análise do fenómeno numa escala de observação em três níveis articulados: macro, meso e micro.

A escala macro de enquadramento estrutural assenta na exploração bibliográfica e documental sobre a história do Serviço Social numa perspetiva Internacional e sobre Ciência.

Uma escala meso, que se debruçou sobre o quadro histórico e organizacional do Serviço Social na academia dos 3 países em estudo e que assentou na consulta do espólio documental e estatístico referente ao Serviço Social no Ensino Superior e na investigação.

No que respeita ao nível de análise micro, procedeu-se à análise da configuração científica singular do Serviço Social, através da realização de uma análise de dados qualitativos referentes à produção de conhecimento do Serviço Social na realidade portuguesa, espanhola e norte-americana, especificamente na realidade académica do ISCTE-IUL, da Universidad de Alicante e da Universidade de Michigan. Em síntese, dado tratar-se de uma problemática complexa e com dimensões várias, a sua abordagem de forma eficaz só poderá ser feita com recurso a um conjunto diversificado de opções técnicas conjugadas, de forma a cruzar o máximo de informação possível sobre o objeto. No sentido de incrementar a validade das conclusões, efetuamos um exercício de recolha de múltiplas fontes de evidência numa tentativa de triangulação metodológica. Retomando as palavras de (Ferreira, 2003: 195) “Só a multiplicidade de fontes empíricas, cada uma com a validade que lhe é própria, pode devolver-nos a multidimensionalidade das relações sociais”, tornando possível desta maneira uma leitura mais integral da complexidade do objeto de estudo.

1.2.1. TEMPORALIDADE 1: ABORDAGEM EXPLORATÓRIA ÀS TRÊS UNIDADES DE ANÁLISE

É forçoso revelar que para a construção da corrente investigação foram desenvolvidas abordagens exploratórias ao campo empírico²⁰. Esta abordagem exploratória permitiu criar acesso ao campo a investigar, onde foram operacionalizadas outras fontes de recolha de dados para a investigação – a realização de entrevistas semiestruturadas aos diretores dos programas doutorais e a recolha de um conjunto de fontes documentais acerca dos contextos científicos em estudo.

O objetivo da realização deste momento introdutório à recolha de dados prende-se com a acuidade em dar voz aos próprios atores constituintes do campo, nomeadamente com a perspetiva de ter acesso à captação dos significados associados à participação no campo académico do Serviço Social, especificamente na construção de processos de legitimação científica. Foi assim solicitado que fossem verbalizadas representações, perceções sobre a sua própria realidade e sobre os próprios valores utilizados no processo da produção de

²⁰ Realizamos uma abordagem ao campo e uma observação participante ao realizarmos dois estágios de investigação: um na Universidad Complutense de Madrid e uma na Rutgers School of Social Work.

conhecimento, seguindo o *Ethos Mertoniano* da Ciência. Embora não se assuma esta técnica enquanto instrumento nevrálgico da nossa investigação, não será menos verdade afirmar que foi, no entanto, esta etapa que nos permitiu compreender a realidade construída socialmente acerca do Serviço Social na Universidade, e portanto, na sua dimensão simbólica, acerca do significado e do seu *status* legitimador enquanto área científica.

Uma das virtudes em recorrer às entrevistas semiestruturadas relaciona-se com o facto de através das mesmas se poder atingir uma informação mais límpida acerca do esquema mental do entrevistado, por um lado, sem perder o foco objetivado para esta técnica, e, por outro, outorgando espaço suficiente para que o agente se exprima de modo a que se consiga um maior detalhe, e uma informação mais pormenorizada. A entrevista semiestruturada seguiu um guião previamente construído que tinha como pretensão: i) abordar o campo empírico numa perspetiva indireta, ou seja, a realidade do Serviço Social ao nível académico e científico e nomeadamente ao nível do doutoramento e da investigação do país no qual se encontra o entrevistado; ii) identificar o significado atribuído ao Serviço Social ao nível científico; iii) identificar as lutas do campo científico no processo de legitimação científica do Serviço Social²¹.

No final das entrevistas, foi possível compreender o peso que a história profissional e académica do Serviço Social tem em cada país. Esta primeira constatação remeteu-nos para a pista já mentalmente construída sobre por um lado, a impossibilidade de levar a cabo um estudo comparativo, uma vez que nos referimos a realidades demasiado distintas cuja amplitude diverge drasticamente; e por outro lado, surgiu a evidência de que a história sociopolítica de cada país e a própria história do Serviço Social seriam motores de pesquisa e uma hipótese para compreender o processo de legitimidade do Serviço Social. Este último facto levou-nos a escolher para este momento uma leitura e interpretação de dados próprios dos paradigmas epistemológicos do construtivismo e do feminismo (Harding, 1935; Beauvoir, 1949; Haraway 1989; Martin, 1990; Bricker-Jenkins et al., 1991; Figueira-McDonough et al., 1998; Charles, 2000; Dominelli 2002; White, 2006; Turner & Maschi, 2014;). Ainda que a análise histórica referente ao objeto de estudo tivesse sido inicialmente pensada, foi com o decurso da pesquisa que se tornou objetivo o caminho para a tentativa de compreensão da influência que o carácter de género teve e tem sobre a legitimidade da área do Serviço Social. Efetivamente, o traço feminista associado aos primórdios da profissão de Serviço Social tornou-se mais claro para

²¹ Ver Anexos A e B.

uma possível compreensão do processo tardio da área ao nível universitário e de ciência, marcado pela exclusividade do género masculino, e, para uma leitura mais abrangente e complementar acerca da legitimidade do Serviço Social.

1.2.2 TEMPORALIDADE 2: ABORDAGEM DOCUMENTAL E ESTATÍSTICA ÀS TRÊS UNIDADES DE ANÁLISE E A CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS* DE ANÁLISE

A presente etapa da investigação privilegiou a recolha de indicadores de produção científica em Serviço Social. Este procedimento (recolha de artigos, programas e teses doutorais) tem como princípio norteador a não aleatoriedade. Escolheram-se de entre os 600 programas de Serviço Social acreditados nos Estados Unidos, a escola de Serviço Social mais bem posicionada no ranking americano, destacando-se a Universidade de Michigan no primeiro lugar, como já aludido na introdução. O acesso aos documentos foi realizado através das bases de dados bibliográficas institucionais do ISCTE-IUL e da *Rutgers School of Social Work*, tendo os artigos selecionados sido, posteriormente, inseridos na base de dados do Software do ATLAS.TI.

Esta tarefa é entendida como o ponto nevrálgico do estudo com o objetivo de codificar e desenvolver a análise das teorias produzidas e utilizadas em Serviço Social; para verificar o método científico utilizado; refletir sobre o(s) objeto(s) de estudo(s); e compreender o lugar da axiologia na prática profissional e científica do Serviço Social. Ou seja, definir segundo as leis científicas das ciências sociais, e, das evidências reunidas pela análise documental, a dimensão científica do Serviço Social.

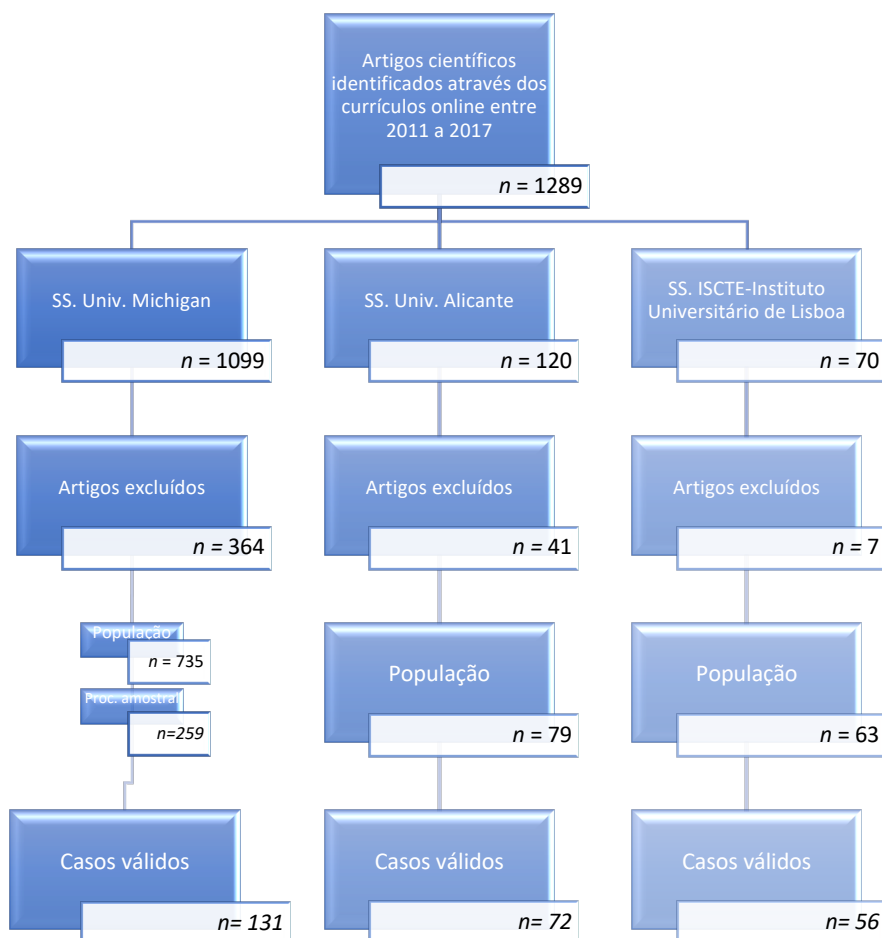
Seguidamente foram selecionados, dos 58 professores do programa de Serviço Social da Universidade de Michigan, aqueles que possuíam formação e investigação publicada em Serviço Social, chegando a um total de 33 investigadores. Posteriormente foram analisados os Currículos Vitae disponíveis na página *online* da Universidade para chegar às publicações de artigos em revistas com revisão por pares. Chegamos, desta forma, à nossa primeira base de dados com 1099 artigos. Seguidamente foram analisadas as 1099 referências e excluídas, i) aquelas que se repetiam por serem publicações coletivas pelos mesmos pares; ii) os artigos aos quais não se tinha acesso via bases de dados *online*. Após a aplicação dos critérios de exclusão chegamos a um total de 735 artigos para o caso americano. Tendo em conta a imensurabilidade do campo empírico e a exiguidade de tempo e recursos para procedermos a uma análise integral,

desenvolvemos um procedimento amostral de base aleatória simples onde reduzimos o número de artigos a analisar para uma amostra de 259. Calculamos a amostra com base num erro amostral de 5% e um intervalo de confiança de 95%.

Tendo em conta a diferença entre as três realidades, pese embora tenhamos desenvolvido o mesmo procedimento para chegar à mesma informação, para as realidades portuguesa e espanhola não foi necessário o cálculo da amostragem dada a ténue expressividade da produção científica de cada uma das universidades em causa, nos 7 anos em análise, motivo pelo qual consideramos todos os artigos publicados.

A amostra respeitante os documentos analisados, correspondeu a 401 artigos científicos, isto é, 31,1% da totalidade de artigos que configuraram o universo a ser estudado. Após a seleção destes 401 artigos, 259 no caso americano, 79 no caso espanhol e 63 no caso português tivemos necessidade de proceder a novos critérios de exclusão, nomeadamente (i) pelo facto de alguns dos mesmos não constituírem efetivamente artigos científicos, mas sim, capítulos de livros, atas de congressos, entre outras formas documentais, e por outro lado, (ii) pelo facto de o acesso *online* estar vedado, ou estar disponível o acesso unicamente ao resumo do artigo. Os valores finais aos quais chegamos correspondem a uma taxa de sucesso de 50% para o caso americano, 90% para o caso espanhol e 88,8% para o caso português.

Figura 1.1. Recapitativo do Procedimento de Seleção da Amostra



Fonte: Elaboração própria

1.3. TEMPORALIDADE E OS PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS UTILIZADOS PARA A ANÁLISE DOS DADOS

1.3.1. TRATAMENTO E CODIFICAÇÃO DA ANÁLISE DOCUMENTAL

Uma das técnicas de análise documental que tivemos oportunidade de utilizar foi a análise de conteúdo. Tida, conceptualmente, como um instrumento operativo, ela permite segundo Jorge Vala (1986), o estudo do discurso e das suas condições de produção, seja um discurso produzido

em situações de entrevista/inquérito por questionário, seja um discurso contido em fontes documentais. Jorge Vala (1986) concebe esta técnica de tratamento de informações como “a desmontagem de um discurso e da produção de um novo discurso através de um processo de localização-atribuição de traços de significação, resultado de uma relação dinâmica entre as condições de produção da análise”. (Vala *apud* Silva & Pinto, 1986: 104) Laurence Bardin (1988: 42), por sua vez, concebe-a como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”.

Trata-se de uma técnica de tratamento de dados cujo objetivo é procurar temas numa área particular da experiência humana que se encontra sob escrutínio (Murray, 1998) e na qual existem dois procedimentos centrais que a distinguem de abordagens comuns como a simples leitura de um determinado texto. São eles a descrição analítica e a inferência: (i) A descrição analítica é um procedimento que consiste na enumeração das características mais fundamentais e pertinentes encontradas no texto, sendo que a sua exploração dá origem a várias categorias, compostas por vários indicadores que representam unidades de registo (i.e., temas) presentes no texto. (ii) A inferência refere-se à operação que permite atribuir uma significação fundamentada às características identificadas no texto; é através dela que os resultados da descrição analítica são interpretados, objetivando-se as condições de produção que estiveram na base do texto, sendo a partir das estruturas semânticas e linguísticas que se chegará a estruturas psicológicas ou sociológicas. Neste procedimento, efetuado com base numa lógica estruturada e sobre as mensagens cujas características foram inventariadas e sistematizadas, reside a finalidade da análise de conteúdo (Vala, 1986).

Em termos de análise de dados da pesquisa empírica, utilizou-se a análise de conteúdo como técnica enquadrada num procedimento lógico de investigação numa perspetiva crítico-realista e num nível de investigação essencialmente descritivo. Pese embora a literatura sobre o tema seja recente e não incida sobre a especificação da metodologia de codificação dos materiais empíricos recolhidos, como nos afiançam Fletcher (2016) e Hoddy (2018), socorremo-nos, por essa razão, das propostas de Flick (2005) num contexto de investigação de pendor qualitativo. Com efeito, de acordo com o autor, um dos traços essenciais da análise de conteúdo qualitativa prende-se com a utilização de categorias, oriundas frequentemente de modelos teóricos (aplicadas ao material empírico e dele não necessariamente obtidas) e que são

repetidamente confrontadas com o material conseguido e, se necessário, transformadas. No nosso caso, para a decomposição do material qualitativo obtido foram utilizados simultaneamente critérios de análise dedutivos e critérios de análise indutivos. A leitura do corpus documental orientada pela procura de elementos que se integrassem nas temáticas gerais previamente determinadas (categorias definidas *a priori*) foi acompanhada de um outro processo de codificação das unidades de texto com categorias pertinentes para a presente investigação, definidas a partir do material recolhido. Deste modo, as categorias definidas *a priori* foram complementadas por outras construídas *a posteriori*.

O processo de codificação *a priori* que desenvolvemos na nossa investigação levou em consideração um conjunto de eixos temáticos²² que estão previamente definidos pelas instituições de legitimação científica, e pela teoria, como sendo os critérios definidores da dimensão científica de uma disciplina, nomeadamente: a) os eixos temáticos das pesquisas; b) os métodos e técnicas utilizados; c) metodologias; d) tipos de pesquisas financiadas ou não; e) epistemologias predominantes dos estudos; f) lugares de disseminação do conhecimento; g) outras áreas científicas integradas na elaboração científica. Não obstante, deixamos a possibilidade de uma codificação *InVivo* uma vez que se trata de um estudo exploratório, e como assevera Fletcher (2016) seguindo um princípio crítico-realista, a natureza da realidade não é redutível ao conhecimento da realidade, motivo pelo qual teremos que ser expectantes face ao novo que os documentos nos podem oferecer, ainda que não o tenhamos previsto *a priori*.

1.3.2. ATLAS.TI*8

A análise documental que desenvolvemos exige um conhecimento técnico relativo às vantagens e desvantagens da sua utilização, ao conhecimento das técnicas disponíveis, à pertinência para a sua utilização, todavia, a determinado momento, torna-se insustentável de operacionalizar sem o apoio de um programa informático onde o volume de informação possa ser mais fácil e rapidamente gerível. A esse respeito foi de grande valia a utilização do programa ATLAS.TI.

O ATLAS.TI*8 (*Archivfuer Technik, Lebenswelt und Alltagsprache.textual interpretation*) consiste num programa de tratamento e análise de dados qualitativos, criado na

²² Apresentamos no Anexo D uma operacionalização das dos eixos temáticos categorizados *a priori*.

Europa na década de 90, cujo objetivo diz respeito à capacidade de lidar com grandes quantidades de dados em formato textual, sonoro e vídeo. Utilizado predominantemente por investigadores das ciências sociais e da linguística permite o armazenamento de grandes bases de dados, e permite não só a exploração do texto, como também o estabelecimento de (cor)relações que podem assumir vetor de causalidade e associação. Dado o elevado volume de dados de que dispúnhamos foi de grande valia o armazenamento desses dados recolhidos numa base de dados do Programa ATLAS.TI, tendo sido possível acedermos com facilidade e rapidez à codificação e potenciais associativos que o programa tem a capacidade de demonstrar.

CAPÍTULO II

EMERGÊNCIA DO SERVIÇO SOCIAL COMO ÁREA DE FORMAÇÃO SUPERIOR/UNIVERSITÁRIA - SINGULARIDADES DE UMA DISCIPLINA INTEGRATIVA

Neste capítulo resgatamos a história sociopolítica da emergência do Serviço Social no Ensino Superior em Portugal. Mais do que enfatizar o contorno histórico da área, pretende-se aqui analisar a existência real do Serviço Social enquanto ciência social aplicada que segue uma abordagem integrativa defendida por Barak e Brekke (2014).

Boily (2014), sustentado por Adams *et al.* (2009) depreende que as interpretações históricas do Serviço Social devem ultrapassar 4 obstáculos: i) o de uma visão do passado enraizada em crenças e valores atuais; ii) o da existência de histórias múltiplas do Serviço Social e não apenas de uma; iii) o de uma conceção de Serviço Social sob os olhares dominantes; iv) o da base histórica residir em registos de Assistentes Sociais, intrinsecamente problemáticos na perspetiva do construtivismo social.

Fazemos uma breve contextualização socio-histórica através de uma análise literária acerca da história do Serviço Social português, de uma perspetiva profissional e social, e a partir de uma perspetiva académica e científica. Analisamos num primeiro momento, vários trabalhos de recontextualização e reinterpretação histórica do Serviço Social enquanto profissão e ciência, decretos de lei e outros documentos oficiais que reportam para a emergência e legitimação do Serviço Social; num segundo momento, analisamos os programas doutorais existentes no país em Serviço Social, nomeadamente, o plano de estudos, a sua estrutura organizacional, e os últimos relatórios da avaliação (2013-2015), realizados pelas CAE da A3ES. Procuramos inferir a teoria de Barak & Brekke (2014), no que respeita aos três conceitos fundamentais que um doutoramento em Serviço Social deve possuir. Bem como perceber se a perspetiva de Brekke (2014), acerca do Serviço Social ser uma ciência integrativa, se adequa aos primeiros resultados de análise empírica. Analisamos também o posicionamento da Fundação para a Ciência e Tecnologia (instituição pública por excelência em matéria de financiamento científico) relativamente ao Serviço Social, enquanto disciplina científica. Para tal foram analisados sob uma perspetiva crítica, três anos de resultados de concurso a bolsas de doutoramento em Serviço Social. Esta análise permite-nos perceber como tem o Estado olhado para a ciência perante uma

área que reclama para si enquanto profissão em curso de institucionalização, por via da criação de uma Ordem Profissional. Quem concorre? Como concorre? Quem avalia? Como avalia? São perguntas às quais não pretendemos outorgar respostas fechadas, pelo contrário, pretendemos apenas começar um debate que poderá fluir para um próximo trabalho de investigação que se debruce sobre as políticas científicas em Portugal e o caso do Serviço Social.

2.1. EMERGÊNCIAS DO SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO PORTUGUÊS

Considerando o argumento de Castel (1995), de que no pós II Guerra Mundial, o Serviço Social manteve uma relação estreita com o Estado de Bem-Estar, é possível verificar que quer o Serviço Social, quer o Estado de Bem-Estar, partilham a mesma dinâmica do reforço do sistema de bem-estar acompanhado pela profissionalização do Serviço Social. A institucionalização da profissão, assim como da formação académica, tem por contexto sociopolítico, em Portugal, o Estado Novo, vincado pelo seu autoritarismo e corporativismo. Longe do intervencionismo público na esfera social e contrário ao modelo de Estado Social progressista, Portugal afastava-se dos países democráticos desenvolvidos do mundo ocidental. A missão pretendida para o Serviço Social assumia um carácter fortemente doutrinário, corporativo e conservador²³.

Ao tomarmos de empréstimo Bernardo (2014), percebe-se um resgate histórico da profissão em Portugal a partir da sua emergência filantrópica com carácter

populista assistencial, paralelo à reorganização da repressão, durante a ditadura militar de Sidónio Pais (1917-1918) nomeadamente as Sopas Económicas 5 de Dezembro, início da construção de bairros operários em Lisboa e Porto, subscrições públicas de caridade, criação de algum equipamento social e concessão de empréstimos sociais (...) (Bernardo, 2014: 10).

Como recorda o autor, é este contexto que propicia o surgimento da aristocracia feminina enquanto mediadoras da política populista e enquanto “auxiliares” na gestão das novas obras sociais de carácter caritativo e filantrópico. Como Bernardo (2014) demonstra no seu trabalho,

²³ “Às obreiras do Serviço Social, dirigentes idóneas, responsáveis e activas cooperadoras da Revolução Nacional, animadas por sãs doutrinas - as de sentido humano, corporativo e cristão, [competem actuar] junto de fábricas, organizações profissionais, instituições de assistência e particularmente entre as famílias humildes e de restrita cultura, as mais facilmente influenciáveis, com objectivos higiénicos, morais e intelectuais”. (Decreto-Lei nº. 30135, de 14 de dezembro de 1939)

nomeadamente na apresentação das representações de testemunhas da época da Duquesa de Palmela no que à Fundação das Cozinhas Económicas (1893) respeitava, a caridade particular não conseguia responder às necessidades públicas existentes que exigiam organização e institucionalização e que na perspetiva do autor, conjugada com o Sidonismo e com a reconciliação da República maçónica com a Monarquia e a Igreja Católica originou o retorno e reocupação do posicionamento nas relações de força das ordens religiosas nas esferas da educação e da assistência social.

Tal como acontecera no Reino Unido, França, e Estados Unidos, Portugal também assistiu a uma proposta de criação do Serviço Social Hospitalar por parte de médicos do Movimento Higienista Português. Bernardo (2014) identifica neste movimento o pensamento solidarista de Léon Burgeois e do médico higienista René Sand que concessionavam o solidarismo como um dever do Estado com a exigência de que os poderes públicos intervissem na saúde²⁴. Segundo Braga da Cruz (1987), o conceito de Serviço Social emergia em Portugal associado ao desenvolvimento da Medicina Social e da Higiene Escolar, o que como veremos no ponto 2.2 deste capítulo se coaduna com o primeiro plano de estudos de Serviço Social em Portugal. Efetivamente, em 1929 no Segundo Congresso das Misericórdias na cidade do Porto a Dr^a. Branca Rumina veria ser aprovada a sua tese para a criação de núcleos de assistência social profissional nas misericórdias de Lisboa e Porto. Assistir-se-ia, segundo o trabalho de Bernardo (Ibidem), a uma legitimidade reconhecida por parte da classe médica do Serviço Social Hospitalar, dedução que retiramos a partir da definição que o Dr. Ferraz construiu para o Serviço Social como “conjunto de esforços ordenados para o combate, segundo uma orientação moderna, às várias e complexas causas da miséria”. (1932: 25)

Iterando o argumento de Castel (1995), de que nos pós II Guerra Mundial, o Serviço Social manteve uma relação estreita com o Estado de Bem-Estar, é possível verificar que quer o Serviço Social, quer o Estado de Bem-Estar, partilham a mesma dinâmica do reforço do sistema de bem-estar acompanhado pela profissionalização do Serviço Social. Assim reitera Bernardo (2014: 11) quando associa a conjuntura da Guerra e a incapacidade do projeto republicano de responder ao pauperismo à retoma da igreja do seu papel tradicional quer através das ordens religiosas, quer através das obras laicas que obedeciam às novas estratégias da ação social contempladas na *Rerum Novarum* à volta da Questão Social em prol de uma Justiça

²⁴ Ideal que se aproxima do Modelo Social dos Países da Europa do Sul: Portugal, Espanha, Grécia e Itália. Ver Pedro Adão e Silva (2002).

social. Em 1930, a Condessa de Rilvas apela à consciencialização de que a boa vontade e os esforços da caridade não eram suficientes na eficiência e eficácia para responder aos problemas sociais e que por esse motivo seria urgente a emergência de “visitadoras sociais” e “visitadoras-enfermeiras”. Efetivamente, a Condessa reitera a mais-valia de uma intervenção que siga uma formação técnica que se oriente por um método, uma técnica que já havia emergido em países progressistas que o ensinavam em escolas *ad hoc*, conhecidas como escolas sociais. Quatro anos passados, estas primeiras ideias originariam a proposta da criação do Serviço Social. Segundo Bernardo (2014), a Condessa de Rilvas propunha um necessário equilíbrio entre a razão e a emoção para a observação e compreensão da psicologia do ambiente das pessoas que seriam visitadas, visão que no nosso entender era amplamente influenciada por Jane Addams, Helen Pearlman, Gardner, e/ou Mary Richmond entre outros/as profissionais e autores/as da realidade internacional. Note-se que em 1932 a Fundação *Rockefeller* recomendava a profissionalização de pessoal especializado para trabalhar a tempo inteiro e com salários dignos para atrair os serviços dos melhores médicos e das melhores visitadoras. Não olvidando a época política e social, ressalve-se que, em 1935, Salazar concessionava que a assistência deveria ter origem e fim na família, responsabilizando-se o Estado em matéria de habilitação moral, familiar e económica. Como Branco (2009) assevera, os anos 60 marcam uma reorientação do Serviço Social em Portugal. Em pleno período do pós-guerra, o campo profissional sofre influência das novas orientações do desenvolvimento humano e social sob a égide de diferentes organismos internacionais. Cria-se o Serviço de Promoção Social Comunitária e o lançamento de diversos projetos de desenvolvimento local e comunitário.

Após as transformações resultantes da revolução de 25 de Abril de 1974 e nomeadamente a título institucional, cultural e ideológico, emerge da dinâmica democrática e de um clima de liberdade ideológica e cultural que atravessava a sociedade portuguesa, um novo ciclo para o Serviço Social em Portugal. “Assiste-se neste contexto ao questionamento dos campos tradicionais de intervenção e a emergência de novas áreas de intervenção.” (Branco, 2009: 64)

Em 16 de Janeiro de 1978, os/as assistentes sociais passaram a ser representados por uma organização sem fins lucrativos denominada Associação dos Profissionais de Serviço Social. A APSS tem como objetivos teóricos (entre outros) promover o aperfeiçoamento profissional dos sócios, definir o Estatuto Profissional, e elaborar o Código Deontológico dos associados. Na sua origem, a APSS tinha como preocupação responder às lacunas existentes na

informação acerca do Serviço Social, assim como, promover a troca de experiências que revelam a especificidade e a importância da intervenção do Serviço Social ²⁵ . Desde 1997, a Associação dos Profissionais de Serviço Social tem vindo a advogar a edificação de uma Ordem dos/as Assistentes Sociais, considerada por Branco como um “interesse estratégico primordial para a organização e estatuto profissional dos/as assistentes sociais em Portugal”. (Branco, 2009:75)

Além da APSS outras associações emergiram, como o Sindicato Nacional dos Profissionais de Serviço Social fundado em 1950. Uma associação sindical cuja missão se centraliza na contratação coletiva em diferentes setores de atividade profissional, assim como, na participação da elaboração da legislação e regulamentação do trabalho. Em 1992, criava-se uma nova associação no Porto denominada por Associação de Investigação e Debate em Serviço Social. A sua missão debruçava-se sobre a formação, a divulgação e o debate científico, publicando desde 1994 a Revista Investigação e Debate, com uma periodicidade anual. Já em 1993, o Centro Português de Investigação em História e Serviço Social, também de caráter científico e cultural do Serviço Social, surgia com os objetivos de desenvolver estudos e pesquisas sobre a história do Serviço Social, medrar os problemas e das políticas sociais e da intervenção social em Portugal, e promover a divulgação científica nessas área, da sua iniciativa ou realizadas em cooperação (destacam-se as instituições de formação, centros de investigação e a APSS). Verifica-se, então, a partir de meados da década de 90 uma viragem da história do Serviço Social realçando como dimensões com maior impacto de mudança, i) a transformação da formação em Serviço Social; ii) a mutação da estrutura do mercado de trabalho dos/as assistentes sociais com o sector privado, tornando-se este, o setor predominante em detrimento do sector público em consequência da transferência de funções sociais do Estado para as IPSS e da retração do emprego público; iii) e a mutação acompanhada por uma dinâmica de desregulamentação do mercado de trabalho.

Também Carvalho (2010) reivindica a década de 90 como um período da consolidação da profissão. A autora faz igualmente um paralelismo da reconfiguração da formação académica com a reestruturação das políticas públicas durante o momento governativo do primeiro ministro António Guterres, do Partido Socialista.

²⁵ Os propósitos da APSS foram definidos pela primeira vez no primeiro caderno da Associação em Setembro de 1977, disponível em: <http://www.apross.pt/publicacoes/acervo-historico>, consultado em 24/01/2015

Este introduziu a ideia de políticas ativas, participadas pelos agentes intervenientes, sejam utilizadores, sejam prestadores dos suportes, permitindo o estabelecimento de um novo pacto social com as instituições particulares de solidariedades responsáveis pela ação social junto de crianças, jovens, pessoas idosas e outras áreas de intervenção social, culminado em 1996 com a criação do rendimento mínimo garantido em Portugal, atualmente denominado de rendimento social de inserção. (Carvalho, 2010: 156)

Esta medida de combate à pobreza foi, na perspetiva da autora, o mote para o surgimento de novos públicos para a profissão, concomitantemente, ao trabalho com grupos desfavorecidos, e potenciou a emergência de novas respostas, como novas metodologias de trabalho integradas e articuladas em rede. O Serviço Social incidia em novos públicos como as famílias monoparentais, as pessoas portadoras de HIV e toxicodependentes, grupos étnicos, desempregados de longa duração, entre outros. O Serviço Social é, assim, entendido como sendo uma atividade profissional das sociedades modernas, simultânea ao surgimento da ciência social, e consequentemente do pensamento científico.

Este pensamento surge como competência para analisar as sociedades, com a premissa de que a mudança nas condições sociais pode ocorrer tendo por base modelos e teorias científicas. Como Ferreira (2011) defende, o Serviço Social tem os seus fundamentos científicos no quadro das ciências sociais e humanas e atua na sociedade tendo um ideal de progresso humano, de justiça social, de democracia, equidade e autodeterminação do sujeito como pessoa/cidadão, características nas quais o Serviço Social se consolidou como atividade prática. (Branco e Amaro, 2011: 659)

O número de diplomados²⁶ pelas escolas de formação de Serviço Social, entre o período de 1993 e 2009, evidenciam que existiam dez mil trezentos e trinta e um assistentes sociais diplomados/as (Branco, 2009). Branco (2009) demonstra a dificuldade em obter um número exato antes desta data e recorre por isso a um estudo levado a cabo por Martins (1995) onde se estimam existirem quatro mil quinhentos e quarenta diplomados entre 1935 e 1992. Através dos dados respeitantes o período de 1995 a 2009, Branco (2009) traça um perfil tipo da profissão registando um predomínio do sexo feminino. O estudo demonstra que cerca de 93% dos/as

²⁶ Estatísticas publicadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior desde 1995/96. Disponíveis em <http://www.dgeec.mec.pt/np4/EstatDiplomados/>

assistentes sociais em Portugal são mulheres. Numa análise estatística levada a cabo neste estudo, estima-se existirem dezoito mil setecentos e sessenta e seis diplomados em Serviço Social desde o ano de 1935 até ao ano de 2013.

Registamos, no período entre 2010 e 2013, a existência de três mil oitocentos e noventa e cinco novos diplomados na área. Atendendo à informação constante no Quadro 2.1, entende-se que o sexo feminino continua a predominar na profissão, tendo em conta os últimos dados correspondentes de 2012-2013 até 2015-2016, uma vez que neste período diplomaram-se cerca de duas mil seiscentas e trinta e quatro mulheres em Serviço Social num total de dois mil oitocentos e sessenta e três diplomados, o que corresponde a 92% da totalidade.

Quadro 2.1 N.º de diplomados em Serviço Social entre 2012-2013 e 2015-2016, por sexo

Ano	Homem	Mulher	Total H/M
2012-2013	67	808	875
2013-2014	46	669	715
2014-2015	72	637	709
2015-2016	44	520	564

Fonte: DGEEC

Nesta análise verificamos o decréscimo de diplomados em Serviço Social entre 2012-2013 e 2015-2016, uma vez que, tendo em atenção os dados do quadro 2.1, diplomaram-se menos 311 assistentes sociais. Esta tendência acompanha a tendência da diminuição da procura desta formação, bem como, a extinção de algumas instituições de ensino superior com o curso de Serviço Social no 1º ciclo. Efetivamente, atendendo ao quadro 2.2, em 2015-2016 existiam 19 Instituições públicas e privadas com a oferta de formação no 1º ciclo em Serviço Social ao passo que em 2012-2013 se verificava a existência de 22 instituições com esta formação. Esta diminuição de oferta de formação encontra como fatores associativos, o contexto neoliberal e de crise que o país atravessou, além da exigência cada vez mais restritivas impostas pela A3ES’.

Quadro 2.2. Distribuição da formação do 1º ciclo em Serviço Social por tipo de instituição de ensino

	Ensino Superior Público	Ensino Superior Público Politécnico	Ensino Superior Público Universitário	Ensino Superior Privado	Ensino Superior Privado Politécnico	Ensino Superior Privado Universitário
2012-2013	11	5	6	11	2	9
2013-2014	10	5	5	10	2	8
2014-2015	11	5	6	9	1	8
2015-2016	10 ²⁷	5	5	9 ²⁸	1	8

Fonte: DGEEC

Segundo Branco (2009), os/as assistentes sociais encontram-se com maior presença nas Organizações Sociais Sem Fins Lucrativos, caracterizando-se como um importante vetor no que ao campo do trabalho diz respeito. O desemprego entre assistentes sociais é elevado, verifica-se uma tendência do aumento nos períodos analisados entre o ano 2010 e 2013.

Segundo os dados disponíveis na DGEEC, em dezembro de 2012 existiam 3199 diplomados em Serviço Social, desempregados, tendo ocorrido uma ligeira mudança a partir de dezembro 2013, ano em que se registou uma diminuição por relação ao ano antecedente, e em Junho 2014 existiam 2648 diplomados desempregados inscritos no IEFP. Tal diminuição exige uma especial atenção ao ser analisada, uma vez que novas políticas emanadas pelo Estado foram executadas que, em boa verdade, embora influenciem as estatísticas relativas ao desemprego

²⁷ Ensino Superior Público Politécnico: Instituto Politécnico de Beja; Instituto Politécnico de Castelo Branco; Instituto Politécnico de Leiria; Instituto Politécnico de Portalegre; Instituto Politécnico de Viseu;

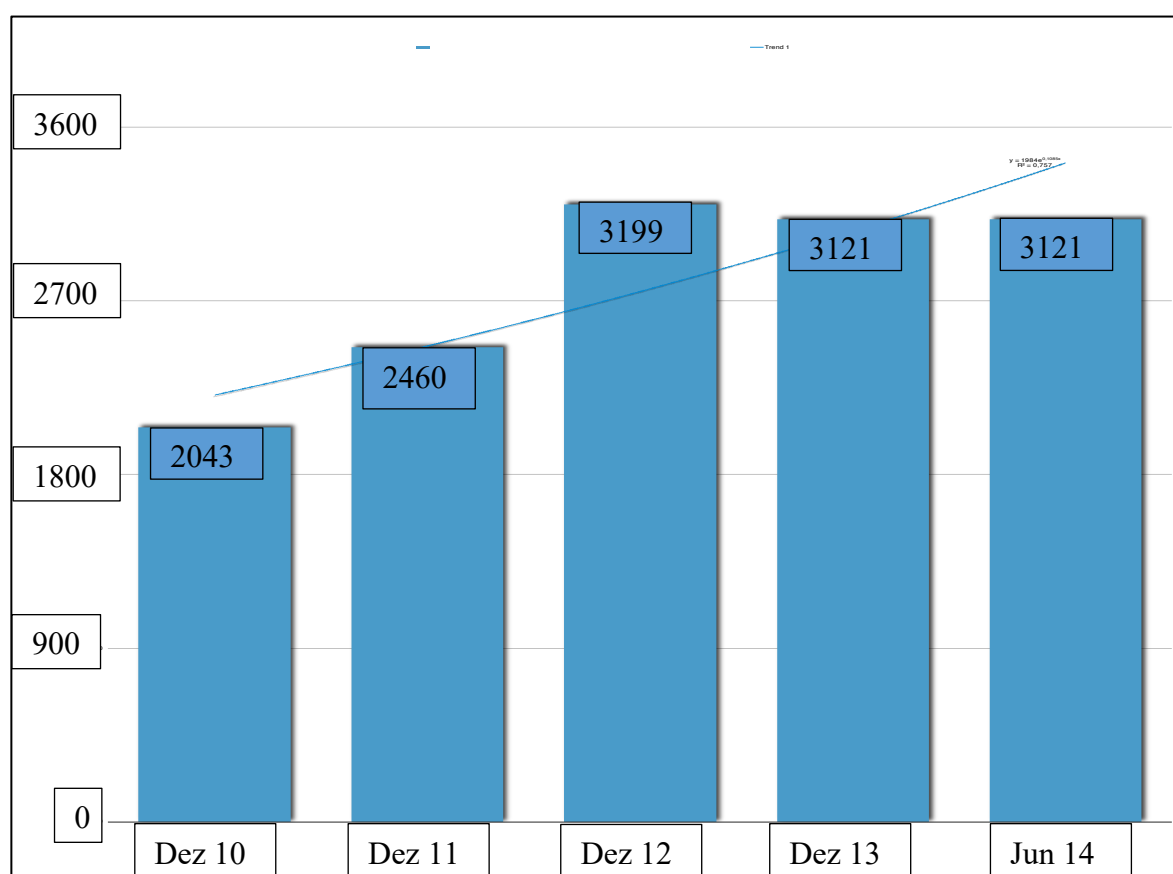
Ensino Superior Universitário: Universidade dos Açores – Ponta Delgada; Universidade de Coimbra; Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; Universidade Lisboa; ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa;

²⁸ Ensino Superior Privado Politécnico: Instituto Superior Politécnico Gaya

Ensino Superior Privado Universitário: Universidade Católica Portuguesa (Lisboa); Universidade Católica Portuguesa Braga; Universidade Fernando Pessoa; Universidade Lusíada; Instituto Superior Miguel Torga; Instituto Superior de Serviço Social do Porto; Universidade Lusófona (Lisboa); Universidade Lusófona (Porto);

nem por isso se destacam pela sua eficácia, referimo-nos a este respeito, por exemplo, aos estágios profissionais de 9 meses, que acabam por ocultar os verdadeiros números de desempregados durante o período referido, às contratualizações em regime de recibo verde, por outras palavras uma precariedade laboral que em nada abona à questão social sobre a qual atuam os/as assistentes sociais. Outra atenção a ter em conta prende-se com o facto de o número de pessoas desempregadas em Serviço Social respeitar unicamente indivíduos inscritos nessa situação em Portugal no IEFP. O que significa não abranger aqueles que se encontrarão: i) desempregados/as sem estarem inscritos no IEFP; ii) os/as que emigraram; iii) os/as que se encontram a trabalhar fora da sua área de formação, nomeadamente em trabalhos pouco qualificados.

Figura 2.1. N.º De Diplomados Desempregados Em Serviço Social

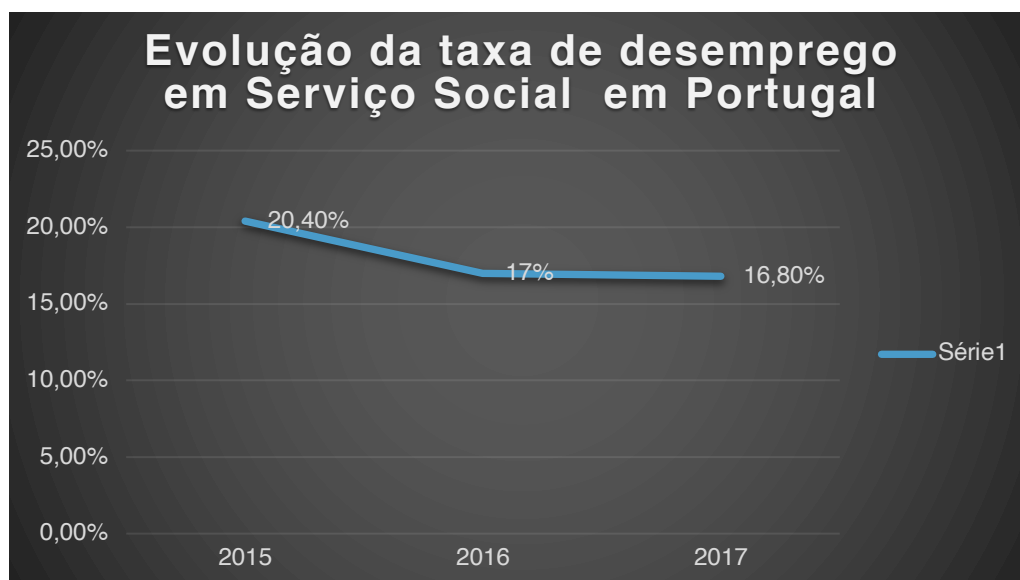


Fonte: Elaboração própria

Ao desenvolvermos a análise de 2015 a 2017, verificamos aliás, uma tendência diferente. Ao calcular a taxa de desemprego dos anos, 2015, 2016 e 2017 verificamos uma acentuada descida

da taxa percentil de diplomados em Serviço Social inscritos no IEFEP como estando numa situação de desemprego (atente-se à figura 2.2).

Figura 2.2. Evolução Da Taxa De Inscritos No IEFEP Nua Situação De Desemprego Em Serviço Social



Fonte: Elaboração própria

Como podemos verificar, a taxa percentil diminui em 4% de 2015 para 2017 no que respeita ao número de assistentes sociais inscritos/as no IEFEP numa situação de desemprego. Alertamos, no entanto, para a contextualização destes resultados. Consideramos que o número de diplomados inscritos no IEFEP pode não representar o número de profissionais de Serviço Social numa situação de desemprego. Uma vez que muitos podem optar por não estarem inscritos. Outro fator causal para a leitura destes números de uma forma contextualizada, está associado à precariedade de situações contratuais dos profissionais. Isto é, ainda que os profissionais possam ser considerados profissionais ativos, em boa verdade não são conhecidos os números que respeitam, contratualização em regime de: a) estágio profissional; b) part-time; c) recibos verdes; ou ainda empregados noutras áreas ou em sectores profissionais desqualificados (ie., call-center; lojas;) São estas, hipóteses causais para o resultado, do gráfico 2.2, de uma diminuição de indivíduos desempregados.

Ao analisar o Serviço Social na Classificação Nacional das Profissões, o especialista do trabalho social (onde se insere o Serviço Social) está prescrito a funções maioritariamente

práticas, secundarizando o trabalho de investigação, e a reflexividade abstrata. Passando a citar, as funções

consistem particularmente, em, entrevistar indivíduos, famílias ou grupos para avaliar situações e problemas e determinar os serviços necessários; analisar a situação dos indivíduos e apresentar alternativas para solução dos problemas; compilar registos de processos, de relatórios de tribunal ou de outros actos legais; proporcionar aconselhamento, terapia, serviços de mediação e sessões de grupo para que o indivíduo desenvolva competências para resolver e lidar com os seus problemas sociais e pessoais; planear e implementar programas de intervenção para auxílio de clientes e consultar serviços que fornecem assistência financeira, ajuda legal, alojamento, tratamento médico e outros serviços; investigar casos de abuso ou negligência e levar a cabo acções que protejam crianças, jovens ou outras pessoas em risco; trabalhar com “infractores” durante o processo e após a sentença para ajudar a sua integração na comunidade e mudar de atitudes e comportamento; aconselhar directores das prisões sobre as condições em que um “infractor” deve ser preso, libertado da prisão ou ser objecto de medidas de correcção alternativas; actuar como advogado na solução dos problemas que afectam grupos de pessoas na comunidade; e desenvolver programas de prevenção e intervenção ajustados às necessidades da Comunidade. (Classificação Nacional das Profissões 2010²⁹)

Ainda que implicitamente, é possível identificar que uma das funções definidas pela CNP 2010, é a investigação em permanência por parte do assistente social sobre a questão social na qual atua, estando, igualmente, subentendidas as técnicas e os métodos próprios do Serviço Social e o entendimento do indivíduo enquanto um Ser ecobiopsicossocial, que se coaduna com a visão de autores como, Richmond, Addams, Pearlman, entre outros.

Ser assistente social no século XXI, torna-se cada vez mais desafiante, nomeadamente no que diz respeito à reivindicação do papel da reflexividade e do conhecimento próprio da área. Aliás, relembra-se a este propósito que é esta uma das características principais para se distinguir uma profissão instituída e regulada de uma profissão regulamentada e não instituída.

²⁹Classificação Nacional das Profissões 2010. Disponível em

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=107961853&PUBLICACOESmodo=2, consultado em 25/01/2015

Reconhecemos que em Serviço Social, o lugar privilegiado para a investigação é o da Universidade, sendo este o contexto propício para a transformação dos vários conhecimentos e saberes profissionais (situacional), para o saber e conhecimento abstrato (computacional). Nomeadamente, na criação de novas linguagens, na teorização de “novas” práticas, na análise e interpretação do Homem enquanto entidade plural com específicas singularidades.

2.2. EMERGÊNCIAS E DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO CIENTÍFICO DO SERVIÇO SOCIAL: O PAPEL DO ENSINO SUPERIOR

O espírito científico no Serviço Social não é um traço contemporâneo, tal como não o é na universidade. Neste segundo ponto do Capítulo II, procuramos perceber como se adequam os planos de formação em Serviço Social atualmente no ensino superior português, com os projetos iniciais do século XIX (internacionais), e XX (portugueses).

Para que se entenda o atraso da emergência do Serviço Social (ou de outras ciências sociais) enquanto área disciplinar, importa revisitar brevemente as políticas de educação altamente influenciadas pela Constituição de 1933 que vem legitimar o Estado Novo. Note-se que nesta sequência, a educação era da responsabilidade da família fortemente condicionada pelos valores e crenças associadas à religião cristã, e neste sentido, padecia uma desresponsabilização do Estado que, no entanto, exigia a transmissão de princípios nacionalistas. Não será difícil compreender que a cultura no Estado Novo era negligenciada, e que, como em todo o regime ditatorial, reinava a ideia da necessidade de um povo ignorante, analfabeto e, portanto, nada ou pouco informado a não ser pelo que o regime transmitia. Utiliza-se o ensino primário como forma de estratificar e dividir económica, cultural, social e simbolicamente a sociedade. Reiterando Martins (1999) prioriza-se uma formação elitista no Ensino Secundário que vira em 1931 o seu estatuto erguido garantindo não apenas a disciplina escolar, mas também a interiorização de valores do regime. A ação social da época é da responsabilidade da Obra das Mães pela Educação Nacional³⁰. Segundo a mesma autora, terá sido em 1928 que surgiram as primeiras tentativas de edificação da formação em Serviço Social, com o maior propósito de formar os “profissionais” inseridos nos serviços de justiça de menores e 6 anos mais tarde para formar “observadores” de psicologia juvenil e sociais (1999: 207-230).

³⁰ Decreto de Lei nº 26 893 de 15 de agosto de 1936.

Em 1934, é elaborada a primeira proposta para a institucionalização da formação, pela Condessa de Rilvas e por Bissaya Barreto originando a criação do Instituto de Serviço Social em Lisboa (1935) e da Escola Normal Social em Coimbra (1937). Como Branco e Fernandes (2005) reiteram, em tempos de ditadura, a profissão é pensada para a população feminina e legitimada com esse perfil pela lei portuguesa no Decreto Lei nº 30135 de 14 de dezembro de 1939. Ao atender-se ao cariz de género associado ao Serviço Social e assim legalizado em Portugal, formulamos como hipótese, uma relação causal na explicação da tardia e frágil legitimação académica e profissional que o Serviço Social obteve e obtém por parte dos sistemas e das agências científicas nacionais e internacionais. Ao considerar a sociedade portuguesa da época (e ainda atual) como sendo uma sociedade patriarcal não podem ser ignoradas as relações de poder que subjazem à matriz de género e cujos efeitos se podem sentir no que à legitimidade do Serviço Social diz respeito.

O Decreto Lei nº 30135 reconhecia, pela primeira vez, a urgência da criação de escolas de “formação social” para habilitar estritamente pessoas do género feminino:

onde se habilitem raparigas, até da melhor condição, para exercerem junto de fábricas, organizações profissionais, instituições de assistência e de educação coletiva e de obras similares uma ação persistente e metódica de múltiplos objetivos – higiénicos, morais e intelectuais – em contacto directo com famílias de todas as condições. Só poderá trabalhar com eficiência dentro desse imenso campo de acção quem possua, a par de vocação natural, mentalidade especialmente formada e firme sentido social, que naquelas escolas se suscitem e educam.

O artigo 2º deixava subentendido a possível necessidade de ensino em se contratarem professores estrangeiros. Os diplomas de assistente de Serviço Social (assim designado na época) estavam assegurados pelo artigo 3º, desde que o plano de estudos se orientasse pelo plano geral de estudos mencionados no mesmo Decreto Lei. O curso previa a duração de 3 anos, no qual o primeiro correspondia a um ano de iniciação que abrangia o estudo da vida física e as suas perturbações, a vida mental e moral, a vida social e corporativa, o Serviço Social e o seu fundamento. O artigo 4º remete-nos para os traços que defendemos que o Serviço Social deve seguir. Isto é, atender à pluridisciplinaridade que estuda as singularidades dos indivíduos, mas sobretudo, adotar uma perspetiva epistemológica, ontológica e axiológica do Serviço Social. O artigo 6º do mesmo decreto veicula a necessidade de se adotarem aulas tóricas e práticas – “O

ensino será simultaneamente teórico e prático e revestirá a forma de aulas, visitas de estudo, inquéritos sociais e estágios, devendo estes realizar-se em serviços públicos e particulares bem organizados e apetrechados.”

Note-se no plano de formação de 1939 que, ainda que débil para a atualidade, era um quanto desafiador para a época. Aliás, é já presente a valorização pela dimensão tácita do conhecimento e na sua interdependência com o conhecimento abstrato em Serviço Social, ao ressaltar a necessidade de um ensino teórico-prático. É aliás mais fácil entender porque se enquadra o Serviço Social nas ciências da saúde na categorização das profissões portuguesa. Fácil de entender a sua origem, mas nem por isso a sua manutenção nessa categorização, uma vez que o mundo neoliberal especializou cada vez mais as áreas disciplinares, retirando ao Serviço Social, entre outros campos, os que lhe eram associados à saúde, nomeadamente na área cirúrgica, medicina pediátrica, consultas pré-natais e até em alguns casos nas Casas do Povo atualmente apelidadas de Centros de Saúde. Sendo que, a pluridisciplinaridade presente no plano de estudos de 1939 respeita as áreas que estudavam o indivíduo na dimensão da saúde e do trabalho, da vida social, mental e moral, e na sua relação com a prática do Serviço Social, como podemos observar na seguinte grelha analítica (quadro 2.3).

Quadro 2.3. Plano geral de estudos da formação em Serviço Social de 1939 (Elaboração própria)

	1º ano		2º ano		3º ano
Ciências da Saúde; Higiene, Segurança e trabalho;	Iniciação ao estudo da vida física e das suas perturbações	Anatomia; Fisiologia; Cirurgia; Socorro de urgência e prática de enfermagem; Farmácia; Indicações terapêuticas; Microbiologia; Doenças infecciosas; Higiene Geral e Alimentar; Puericultura; Cultura física	A vida física e das suas perturbações (continuação)	Profilaxia, higiene e assistência social: Pré-natal e do recém-nascido; infância; idade escolar; dos flagelos sociais (tuberculose, cancro, alcoolismo, doenças venéreas, moradias insalubres)	A vida física e das suas perturbações (continuação) Profilaxia, higiene e assistência social: infantil e de adultos; Profilaxia das doenças e intoxicações profissionais e outras; higiene e fisiologia do trabalho; prevenção de acidentes de trabalho;
Ciências sociais e Humanas	Iniciação ao estudo da vida mental e moral	Filosofia (ideias gerais; psicologia.) Cultura religiosa	Estudo da vida Social Estudo da vida mental e moral	Direito Constitucional e direito civil; Economia política e demografia. Noções de psicologia infantil; pedagogia e educação; Moral filosófica; encíclicas que lhe dizem respeito; Cultura religiosa.	Estudo da vida Social A vida moral (continuação) Economia, direito e legislação do trabalho e previdência. Noções do direito criminal e penal. História e legislação da assistência Moral filosófica (social e encíclicas; moral profissional); Cultura religiosa;
Conhecimento computacional de Serviço Social e conhecimento situacional de Serviço Social	Iniciação ao estudo do funcionamento prático do Serviço Social	Formação técnica; Estágios em serviços de: Cirurgia (adultos); Medicina; Pediatria; Puericultura (creche).	Serviço Social e o seu funcionamento	Ação social e corporativismo; Sindicatos Nacionais. <u>Estágios:</u> Numa maternidade e consultas pré-natais, em serviços de puericultura e de proteção à infância, em instituições e dispensários de profilaxia e higiene social, em instituições especializadas em ensino familiar e doméstico (com noções teóricas) <u>Visitas de carácter social</u> – Esboço de inquéritos.	Serviço Social e o seu funcionamento Organização social da indústria e higiene industrial; utilização das horas de descanso dos que trabalham; centros sociais; bibliotecas, orientação profissional; organização social agrícola; Casas do Povo.

Em 1950, aquando dos “Planos de Fomento” Salazaristas e da expansão e modernização económica de tendência capitalista que ocorriam na Europa, a educação formal e massificada começa a ser valorizada. Esta valorização assenta na ideia da sua necessidade para o crescimento quer económico, quer industrial.

Dois anos mais tarde, o Decreto Lei nº 38968 erige o plano de educação cujo objetivo é o de atingir a escolaridade obrigatória. Os anos 60 e 70, foram marcados por tensões na sociedade portuguesa, mudanças socioeconómicas em contexto internacional (entrada na NATO, OCDE, EFTA, FMI, CEE.); a guerra colonial e a migração dos portugueses para fugir na procura de melhores condições de vida; a industrialização; o turismo; a maior crise estudantil portuguesa de 69 em contestação à política do regime; o Marcelismo e as suas duras medidas por exemplo face às manifestações das universidades³¹. Semblano (2003), afirma no estudo que desenvolveu, que é num contexto histórico de processos de industrialização que,

o Serviço Social surge como profissão na divisão social do trabalho e na linha da psicologização e individualização dos problemas sociais, deslocando-se para o indivíduo a responsabilização dos problemas sociais, o que vai exigir um novo tipo de socialização do trabalhador e também da sua família, com o objetivo de adaptação ao novo modo de vida capitalista e aos métodos do trabalho industrial, de modo a que o capital mantenha o controlo da classe trabalhadora. (Semblano 2003: 44)

Em 1956, a formação em Serviço Social continuava a ter subjacente à formação valores católicos, mas agora mais alinhados com a modernidade e nomeadamente com os direitos humanos. As escolas de Serviço Social então criadas³², podiam formar três tipos de profissionais: i) monitoras (curso de 2 anos); ii) assistentes familiares (curso de 2 anos); iii) e assistentes sociais (curso de 4 anos).

Assim, considera-se indispensável admitir a existência de dois tipos de trabalhadores sociais: umas – as monitoras familiares e as assistentes familiares – mais particularmente votadas aos problemas educativos, pedagógicos, recreativos, culturais e da vida familiar;

³¹ Rosas (1994) recorda a este respeito o assassinato a tiro de um estudante de direito por agentes da polícia política e o policiamento da vida interna das escolas na procura de restituir a ordem.

³² Instituto de Serviço Social de Lisboa, Escola Normal Social de Coimbra e o Instituto de Serviço Social do Porto.

outras – as assistentes sociais – dedicando-se mais especialmente aos problemas de saúde, de trabalho, de auxílio social, de pesquisa e planeamento sociais, visando-se, pela atuação de todas, obra eminentemente construtiva, de estruturação de grupos equilibradamente evoluídos, de formação integral de personalidades conscientes, capazes de se realizarem por si mesmas, de conseguirem progresso pelo seu próprio esforço e de contribuírem assim para o bem comum. (Artº 2º Decreto Lei 40678, de 10 de julho de 1956)

É notória, no excerto anteriormente referido, a influência do pensamento do Serviço Social americano nomeadamente o presente no diagnóstico social de Richmond (1917) traduzido para português em 1950 e até de uma influência sub-reptícia da conceptualização do Serviço Social por Addams (1910) enquanto ciência do carácter. Note-se ainda, uma primeira injeção de carga sociológica no Serviço Social português induzido pelo próprio decreto de lei ao referir que

Decorridos dezasseis anos verifica-se a necessidade de introduzir certas alterações no preceituado pelo referido decreto lei, alterações destinadas principalmente a conseguir uma correspondência mais perfeita às exigências da evolução social portuguesa, que semelhantemente à de outros países, reclama se de cada vez maior incremento às atividades de grupo, educativas e culturais, aos movimentos de organização das comunidades e aos estudos de carácter sociológico em que essas atividades e movimentos forçosamente têm de basear-se. (Decreto Lei nº 40 678, nº1)

A formação orientava-se agora para os problemas sociais emergentes, tendo sido acompanhada pela reformulação dos planos de estudos das escolas de Serviço Social.

Foram introduzidas disciplinas específicas da filosofia, das ciências sociais e da psicologia, mas sobretudo caminhava-se para os processos metodológicos do Serviço Social de casos. Ainda que essa modificação no plano de estudos possa ter ocorrido, segundo Ferreira (2009) as monografias produzidas não demonstravam grande distanciamento da primeira escola de pensamento, mantendo a caracterização dos territórios e a valorização dos costumes e das tradições. Como Santos e Martins (2016) referem, devemos ter presente que a criação das primeiras escolas da área aconteceu em plena ditadura de Salazar que apenas em 1974 conhece o seu fim. O que significa que de, 83 anos de ensino em Serviço Social, 39 desenvolveram-se sob um regime fascista, totalitário e de censura.

Em 1960, o Serviço Social via-se legitimado pela academia enquanto curso superior, vendo novamente o seu plano de estudos reformulado. Finalmente em 1964, a discriminação de género para o acesso ao curso de Serviço Social era legalmente abolida podendo ser frequentado por pessoas do género masculino. Com a entrada na Universidade o Serviço Social iniciava o seu distanciamento da prática-voluntarista para assumir uma prática mais profissionalizante e metódica. Nos anos 60 a formação académica em Serviço Social inicia o seguimento de modelos de formação já erigidos em democracias ocidentais. O currículo de formação de quatro anos ao nível do ensino superior, tinha uma forte influência dos métodos clássicos de Serviço Social e conceptualizava os direitos sociais e humanos como principal preocupação do Serviço Social. Num contexto “ditatorial” e de “censura” da liberdade de expressão, o ensino das ciências sociais como a sociologia e a psicologia eram proibidos no ensino universitário, reconhecendo-se apenas os centros de formação em Serviço Social, o único quadro de desenvolvimento das ciências sociais desejado até então em Portugal. Parafraseando Branco e Fernandes (2005: 2)

sem as liberdades fundamentais e a democracia política, num país rural e pobre, a consciência da população face aos seus direitos é estreita, reina então o corporativismo católico, o anti-liberalismo e o anti-Estado Providência, que vão arregimentar e domesticar o Serviço Social, inserido nos campos da assistência (...) e da previdência.

Ressalve-se que esta área formativa tinha fortes influências médicas, sanitárias e morais³³ o que nos auxilia para a compreensão da Classificação Nacional das áreas de Educação e Formação em Portugal, na qual o Serviço Social está inserido nas áreas de estudo da Saúde e Proteção Social, sendo ainda considerado como uma área transversal, o que segundo a I Série B do Diário da República de 2005 significa “(...) aqueles cujo conteúdo tem a ver com pelo menos três áreas de educação e formação pertencentes normalmente à mesma área de estudo e onde nenhuma das áreas de educação e formação é claramente dominante” (Diário da República – I Série B, 2005: 2286).

Na sequência do 25 de abril de 1974 e, consequentemente das transformações que daí decorreram, devido ao colapso do Estado Ditatorial e à institucionalização do Estado de direitos, a formação em Serviço Social reconcetualizou-se. Na verdade, face a um

³³ Note-se que no que respeita ao grau de mestrado e doutoramento o nome de curso denomina-se por Ciências do Serviço Social da área CNAEF Trabalho Social e Orientação.

Estado-Providência que não se concretizou em pleno face ao “espírito” investido na Constituição, a segurança social (sua representante institucional por excelência) viria³⁴, no entanto, a ser alargada a todas as franjas populacionais, assistindo-se à democratização dos sistemas de ensino e de saúde à imagem do que Marshall considerava necessário para a plenitude da cidadania social. Tal processo levou ao questionamento da formação dos/as assistentes sociais, a fim de fazer evoluir as pesquisas positivistas e funcionalistas que até então nunca tinham sido verdadeiramente criticadas. Neste novo contexto social, político, cultural e económico, o modelo estrutural de formação depara-se com novas mudanças, onde o marxismo surge como maior referência teórica, amplamente influenciado pela ideologia do Serviço Social do Brasil. Em 1985³⁵, o plano de estudos em Serviço Social é alterado de quatro para cinco anos suportado num perfil de formação interventor-investigador.

Por força de movimentos reivindicativos das instituições de Serviço Social que aumentaram a duração do curso, das associações de estudantes das escolas, da Associação dos Profissionais de Serviço Social (fundada em 1978) e do Sindicato dos Profissionais do Serviço Social e do da função pública, levaram a que, em 1989, as escolas de Lisboa, Coimbra e do Porto obtivessem do Estado o reconhecimento do grau de licenciatura em Serviço Social, comprometidas a adotar o modelo universitário e a seguir a sua academização.

³⁴ Em 1984 a primeira lei de bases da Segurança Social (Lei nº 28/84, de 14 de Agosto) estabeleceu como objetivos do sistema, a) a garantia da proteção dos trabalhadores e das suas famílias nas situações de falta ou diminuição de capacidade para o trabalho, de desemprego e de morte; b) a compensação dos encargos familiares; c) a proteção das pessoas em situação de falta ou diminuição de meios de subsistência. Note-se que antes da sua aprovação já haviam sido tomadas medidas nos campos de aplicação pessoal e material da proteção social. Como se constata na Evolução do sistema de Segurança Social, “É de particular importância a pensão social. Instituída, inicialmente, em termos puramente assistenciais, o seu campo de aplicação pessoal é posteriormente alargado a todas as pessoas com idade superior a 65 anos que não exercessem atividade remunerada e não estivessem abrangidas por qualquer esquema de previdência, bem como às pessoas inválidas com idade superior a 14 anos, que não conferissem direito ao subsídio vitalício ou a outro subsídio (Despacho Normativo n.º 59/77, de 23 de fevereiro).” (Disponível em: <http://www4.seg-social.pt/evolucao-do-sistema-de-seguranca-social>, acedido em: 22/01/2015)

³⁵ Em 1980, a formação existia apenas em três instituições privadas, situadas em Lisboa (1935), Coimbra (1937) e Porto (1956).

Em 1995, o então Ministério da Educação autorizou o curso ao nível de mestrado em escolas privadas em Lisboa e no Porto e, no ano 2000 abria pela primeira vez a licenciatura em Serviço Social numa universidade pública (dos Açores), que até então apenas o ensino superior privado assegurava. Já em 2003, o Instituto Superior de Serviço Social do Porto estabelecia um protocolo com a Universidade do Porto para criar o primeiro programa doutoral em Ciências do Serviço Social.

Em Portugal, relativamente ao ano 2017, existiam 19 cursos acreditados em Serviço Social no 1º ciclo³⁶, 13 no 2º ciclo³⁷ e 4 no 3º ciclo³⁸. Atualmente, os planos de estudos dos diferentes ciclos caracterizam-se por uma diversificação. Ao passo que uns seguem como área científica secundária a Sociologia, e /ou a Política, outros adotam a Economia, as Ciências Sociais e do Comportamento ou da Psicologia.

³⁶ Universidade Católica Portuguesa (Viseu); Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; Instituto Politécnico de Beja; Instituto Politécnico de Castelo Branco; Instituto Politécnico de Portalegre; Instituto Politécnico de Leiria; Instituto Politécnico de Viseu (Pós-laboral e Diurno); Universidade dos Açores; Universidade Católica Portuguesa (Lisboa); Universidade Católica Portuguesa (Braga); Universidade de Coimbra; Universidade de Lisboa; Instituto Superior de Serviço Social do Porto; Instituto Miguel Torga; ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa; Universidade Lusíada; Universidade Lusófona (Lisboa); Universidade Lusófona (Porto).

³⁷ Universidade Católica Portuguesa (Viseu); Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (2 ramificações de mestrado em Serviço Social); Universidade Católica Portuguesa (Lisboa); Universidade Católica Portuguesa (Braga); Universidade de Coimbra; Universidade de Lisboa; Instituto Superior Miguel Torga; ISCTE-IUL (2 ramificações de mestrado em Serviço Social , sendo um deles no protocolo Erasmus Mundus); Universidade Lusíada; Universidade Lusófona (Lisboa com duas ramificações de mestrado em Serviço Social);

³⁸ Universidade Católica Portuguesa; Universidade Católica Portuguesa e Universidade de Coimbra; ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa; e Universidade Lusíada.

2.3. DOUTORAMENTO EM SERVIÇO SOCIAL: FORMAR PARA A PRÁTICA DE UMA CIÊNCIA INTEGRATIVA

Como previamente revisitado, em Portugal tal como no espaço Europeu e Internacional, a formação em Serviço Social tem experienciado mudanças e transformações nas reformas universitárias, nomeadamente, com a sua introdução no Espaço Europeu do Ensino Superior. Neste sentido ergueram-se standardizações globais para a educação e a formação em Serviço Social, direcionados quer, pela *IASSW* quer, pela *IFSW*.

Estes standards, alinhados em Adelaide (Austrália) na Assembleia Geral de 2014 pelos mais diversos representantes de Serviço Social de diferentes países, repousam sobre a ideia que as escolas de Serviço Social devem refletir os valores e os princípios éticos do Serviço Social, bem como, aspirarem à equidade em relação ao perfil demográfico da instituição, ou seja, deve constar na sua missão, questões como a representação étnica e de género na escola, e respeitar os direitos e interesses dos utilizadores do serviço e a sua participação em todos os aspetos da prestação de ciclos de estudos. Este conceito pode coadunar-se com o que os autores Longhofer & Floersch (2012) defendem como abordagem científica para o Serviço Social, ou seja, uma abordagem que informa e é informada pelos valores do Serviço Social. Por conseguinte, Barak & Brekke (2014) propõem que o Serviço Social se caracteriza como sendo uma disciplina integrativa cuja ciência está enraizada em domínios, construções e estética de abordagens que estão focadas em problemas centrais do bem-estar humano. É aliás uma ideia já previamente desenvolvida por Brekke (2013)³⁹ acerca do Serviço Social ser uma ciência integrativa aplicada. Seguindo este raciocínio Barak & Brekke (2014) argumentam que existem três temas centrais na formação de doutorandos em Serviço Social: i) a identidade académica (identity formation); ii) a integração científica; iii) e a

³⁹ As disciplinas científicas integrativas procuram impor limites disciplinares para resolver problemas da vida humana. São definidas pelo seu foco explícito na aplicação do conhecimento disciplinar de forma integrada, aplicado a domínios centrais. A ciência médica, do Serviço Social e da Saúde Pública são segundo Brekke (2012; 2013; 2014;) exemplos disso. Estas disciplinas derivam frequentemente das profissões, o que permite fornecerem novas aplicações de teorias para os problemas, desenvolvendo ao mesmo tempo novas teorias e novos modelos que abrangem e se baseiam em conhecimentos sólidos das diferentes disciplinas consideradas principais. O que torna uma disciplina integrativa única e autónoma é o que ela constitui ser um problema crítico.

comunidade intelectual (termo que preferimos substituir por comunidade científica). O primeiro tema refere-se à aquisição de conhecimento e *expertise* intelectual, bem como, ao crescimento da personalidade e do caráter e do sentido de missão necessários quando se tem o papel de cientista ou académico/a. O segundo tema, refere-se à realização de pesquisas e trabalhos académicos que englobam não apenas a pesquisa básica, mas também o trabalho aplicado, seguindo uma abordagem integrativa ou no uso de vários recursos e disciplinas para dar resposta a problemas do mundo real. O terceiro tema refere-se à cultura científica geral do departamento ou escola que permita que doutorandos se desenvolvam e prosperem como cientistas e/ou académicos/as. Se os autores consideram estes temas centrais a qualquer programa doutoral em Serviço Social é por entenderem que os estudantes percecionam a sua realidade social e moldam as suas atitudes e comportamentos consoante a sua afiliação a certos grupos profissionais. Como resultado, criam uma perceção de si frequentemente distanciada do mundo científico, pelo que, percecionarem-se enquanto cientistas em Serviço Social é muitas vezes um desafio hercúleo.

O doutoramento apresenta-se como uma mais valia para a identidade profissional-académica. Ainda que o Serviço Social seja reconhecido como uma profissão nobre cuja história se distingue, está agora passível de ser legitimado como uma disciplina científica que complementa a identidade do assistente social como sendo ator de uma ciência social aplicada. A sustentabilidade da área é garantida através do crescimento e desenvolvimento de comunidades científicas e académicas. A este propósito não será exagerado afirmar que o Serviço Social é das áreas com maior crescimento no que respeita à sua internacionalização.

Acordando com Pérez *et al.* (2018), o doutoramento em Serviço Social veria a sua autonomia científica ser aprovada em 2010, “de forma a criar um processo sistemático de estudos avançados na matéria e de promover a construção teórica e metodológica de um conhecimento científico (...) conforme a lei nº 115 de 7 de Agosto de 2013.” (2018: 113)

Pela análise efetuada é-nos permitido afirmar que a formação doutoral em Serviço Social em Portugal é diversificada dependendo da escola disciplinar predominante na Instituição que promove a formação. Por outras palavras, embora os 4 programas doutorais refiram como área científica predominante, o trabalho social e orientação⁴⁰, no

⁴⁰ Acordado com a Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação (CNAEF)

que respeita à área secundária do plano de estudos não existe o mesmo consenso, atendendo ao quadro 2.4.

Quadro. 2.4. Disciplinas predominantes no programa doutoral

Programa Doutoral da:	Área predominante principal	Área predominante secundária	Área predominante secundária
Instituição A	Trabalho e orientação	Economia	Ciências Sociais e do Comportamento
Instituição B	Trabalho e orientação	Sociologia e outros estudos	
Instituição C	Trabalho e orientação	Ciências Sociais e do Comportamento	
Instituição D	Trabalho e orientação	Ciências Sociais e do Comportamento	

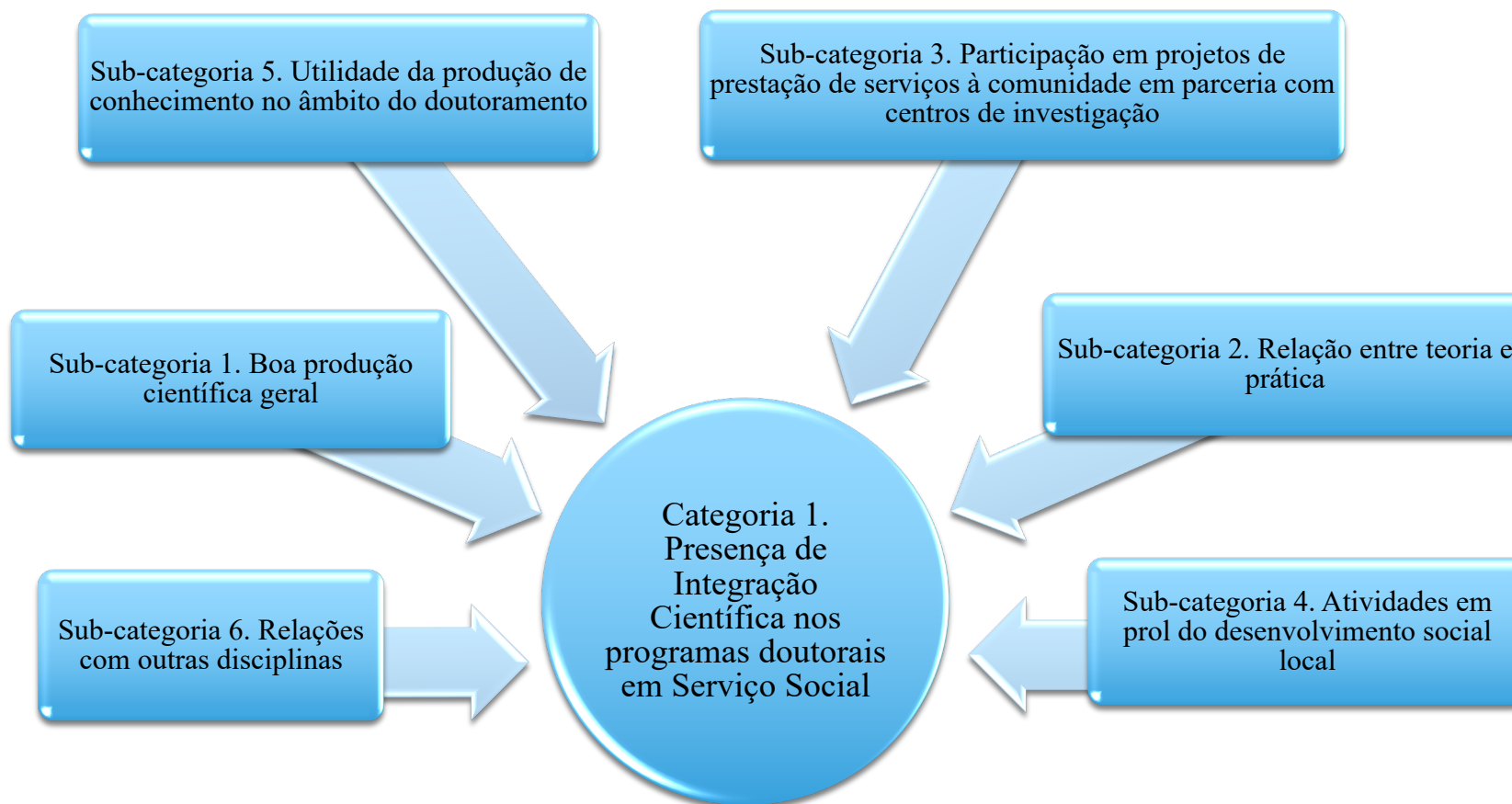
Fonte: Elaboração própria a partir da análise empírica dos relatórios de avaliação da A3ES’.

Os dados empíricos mencionados no quadro 2.4, alinham-se com a teoria de Brekke (2012; 2013; 2014) acerca do Serviço Social ser uma disciplina integrativa, ou seja, ainda que tenha uma predominância específica com fronteiras delimitadas, abraça outras disciplinas para responder aos problemas do mundo real. Efetivamente, ao reconhecer-se que os programas doutorais não se restringem a apenas uma área científica, mas pelo contrário a duas ou três, reconhece-se um primeiro traço singular da pluralidade desta formação.

No que respeita à estrutura da formação, nomeadamente, a sua duração e o número de *ECTS* encontramos uma homogeneização dos quatro programas doutorais, ou seja, a duração de seis semestres, correspondente a três anos letivos e ao total de 180 *ECTS*. Além disso, todos os programas correspondem às designações adotadas para a área científica no quadro de Bolonha.

Na análise dos programas doutorais, nomeadamente, através de uma análise categorial aos relatórios realizados pela Agência de Avaliação do Ensino Superior (A3ES), cuja equipa é constituída por especialistas em Serviço Social nacionais e internacionais, encontramos evidências que permitem entender que os doutoramentos em Serviço Social em Portugal têm na sua totalidade presentes os três temas considerados fundamentais por Barak e Brekke (2014) num doutoramento.

Figura 2.3. Conceptualização da Categoria1. Presença de integração científica nos doutoramentos em Serviço Social em Portugal



Fonte: Elaboração própria

Podemos verificar através da Figura 2.3 que as sub-categorizações por nós elaboradas encontraram evidências que corroboram a Categoria 1 referente à conceptualização da integração científica por parte do doutoramento em Serviço Social. Relembrando que por Integração Científica se entende a capacidade de realizar investigação e trabalhos académicos que não sejam apenas de pesquisa básica, mas que tenha também um trabalho aplicado efetivo, ao mesmo tempo que se permite uma abordagem integrativa do uso de vários recursos e disciplinas para dar respostas a problemas reais.

As análises dos relatórios mostram-nos a predominância de produção científica no geral⁴¹ por parte dos docentes e discentes dos programas doutorais. Evidência traduzida por exemplo no relatório de avaliação da Instituição B, “(...) 4.1.10. Pontos Fortes: (...) produção científica dos docentes em geral. (...)” B1. 2015: 12.

O resultado de 2015 poderá ser explicado pela quase inexistência de revistas de Serviço Social em Portugal, além da juvenildade dos programas de doutoramento, e por conseguinte da prática científica na área específica, levando a que os/as investigadores/as tivessem sido obrigados a iniciar a sua carreira de investigação (nomeadamente projetos de investigação e publicações) mais ou menos formal, em outras áreas (sociologia, psicologia, ciência política).

Como segunda evidência corresponde a sub-categoria 2. “Relação entre teoria e prática”, presente em pelo menos dois relatórios de avaliação, da qual reiteramos a afirmação correspondente a um ponto forte do programa doutoral da Instituição C,

(...) Integração do Doutoramento em Serviço Social na missão da UC. Articulação entre teoria e prática e aprofundamento teórico e metodológico no campo da investigação.

Articulação da formação e dos formadores com o Centro de Estudos de Serviço Social e Sociologia. C.1, 2015: 3.

A esta sub-categoria associam-se a sub-categoria 3. e 4., nomeadamente, a participação em projetos de prestação de serviços à comunidade em parceria com centros de investigação e a realização de atividades em prol do desenvolvimento social local.

⁴¹ Entende-se por produção científica geral, não apenas aquela restrita ao Serviço Social, ou que ainda que tenha a visão do Serviço Social é disseminada em revistas de outras disciplinas das ciências sociais e do comportamento.

(...). Existem protocolos formais de integração junto do contexto económico e social local, por via tem havido envolvimento em projetos de desenvolvimento social local. Tais cooperações são estabelecidas com instituições diversas, a saber: Serviço prisionais, municípios, projetos de reabilitação urbana, ONG's e organizações não lucrativas. [A.1, 2013: 5]

(...). Neste CE. A prática de relacionamento com o meio envolvente é potenciada quer através dos temas/organizações e/ou projetos sociais visadas no trabalho empírico das teses, bem como, pelo intercâmbio que se estabelece com profissionais e dirigentes de entidades sociais. [B.1. 2015: 5]

(...) promovem ações e projetos de extensão comunitária, incluindo prestação de serviços de assessoria e consultoria, para além dos projetos de investigação. [D.1. 2015: 6]

Conseguimos inferir que, os quatro programas doutorais em Serviço Social, têm um compromisso com a práxis. Nomeadamente, na missão de, através da inscrição de protocolos, desenvolverem atividades e/ou prestação de serviços à comunidade envolvente, bem como, projetos de investigação que procurem respostas aos problemas reais do seu ambiente. O doutoramento não procura apenas realizar uma pesquisa básica, mas também mover os recursos que tem ao seu dispor para dar uma vertente prática a este trabalho, de modo a que, o conhecimento tenha um uso efetivo, seja ele de grande ou pequena escala. Tal resultado parece, segundo a Agência de Avaliação, remeter para a existência da relação da teoria com a prática. É importante que o conhecimento seja gerado com a mente e transferido continuamente para o mundo real através da matéria do corpo, que produz ações. Parafraseando Pearlman, “There is some further aspect of every social work's job. That is taking social action” (1962: 64)

Como terceira evidência, encontramos a sub-categoria 5 referente à utilidade da produção de conhecimento em Serviço Social no âmbito dos programas doutorais, uma vez que, uma ciência vai amadurecendo e reforçando a sua legitimação quanto maior for a utilidade do seu conhecimento. Neste sentido refere-se a título de exemplo a afirmação da Agência de Avaliação da A3ES' como um dos pontos fortes do doutoramento da Instituição B, “a potencial relevância dos trabalhos finais do CE para o desenvolvimento socioeconómico e, em especial, para áreas e temas menos abordados em trabalhos

acadêmicos.” [B1, 2015: 12]. Esta evidência associa-se à segunda evidência, nomeadamente no que respeita o compromisso por parte dos programas doutorais em realizar atividades que promovam e desenvolvam o bem-estar do seu meio envolvente.

Criar e desenvolver o conhecimento em Serviço Social é uma emergência que deve ser respondida com a presença dos valores e, por conseguinte, da ética, no que respeita o objetivo de gerar conhecimento científico. Não deve ser esquecido um dos primeiros pilares de Serviço Social, que em última instância deve ser sempre, o de dar voz aos problemas silenciados dos oprimidos e defender os valores basilares dos direitos humanos.

Como quarta e última evidência que nos permite inferir a Categoria 1. como prática de uma ciência integrativa nos programas doutorais em Serviço Social, remete para a sub-categoria 6. Relativamente ao uso de outros recursos e disciplinas para construir respostas com predominância do olhar do Serviço Social, a problemas do mundo real. Esta evidência é encontrada nos 4 programas doutorais como já foi possível aferir através da análise das áreas predominantes nos ciclos de estudos, nas quais se destacam, a sociologia, a economia, as ciências do comportamento, a história e as ciências políticas. Foi igualmente passível serem encontradas evidências nas avaliações realizados aos ciclos de estudos doutorais:

(...) A investigação produzida centra-se em práticas do Serviço Social e em políticas sociais numa análise dos seus impactos nos serviços de ação social. [D1. 2015: 5-6]

(...) A nível intrainstitucional há relações privilegiadas com as áreas de Sociologia, Políticas Públicas, Ciência Política e História. [B1., 2015: 5]

(...) Sinergias de recursos humanos especializados promotores de credibilidade científica do programa. [D1., 2015: 3]

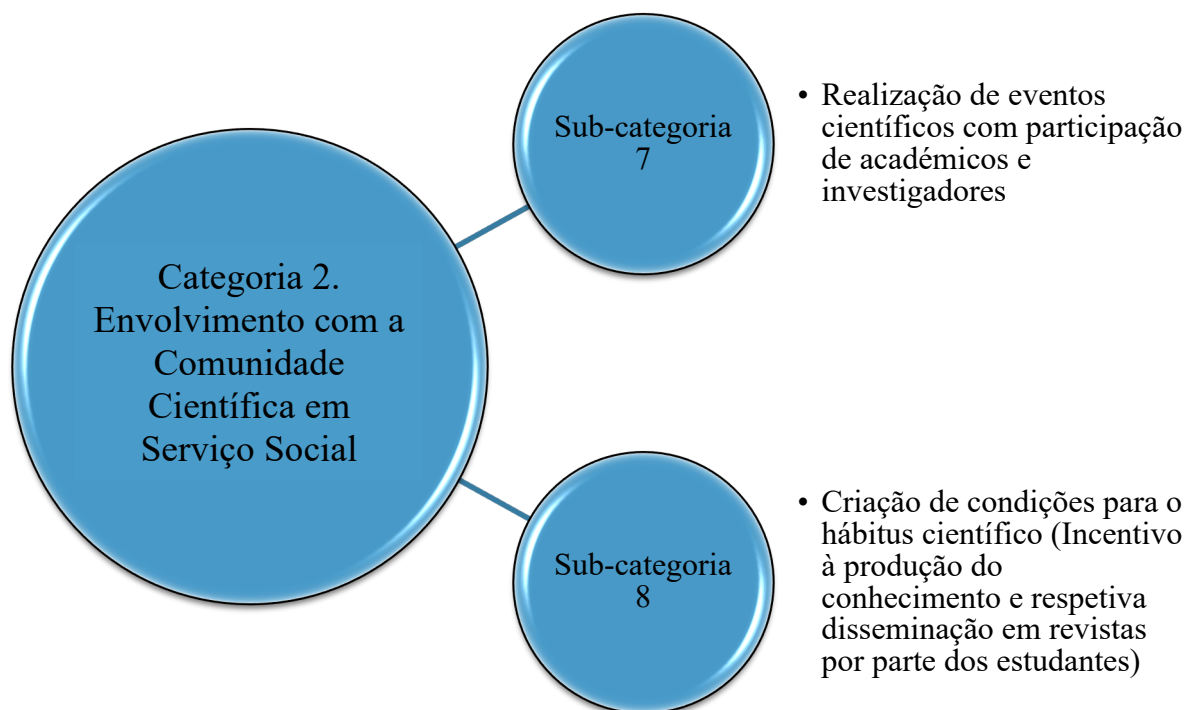
(...) Convite a professores e investigadores internacionais para realização de conferências e participação nos seminários internacionais a que o CE está associado. [C1, 2015: 5]

É possível que correntes de pensamento contrárias a esta visão tentem fragilizar esta dimensão científica do Serviço Social. A inteligência desta disciplina científica, cujo uso do conhecimento se traduz em práticas profissionais, incide exatamente sobre a dificuldade da matriz integrativa que um/a assistente social precisa de dominar, independentemente do seu lugar laboral.

Na esteira de Pearlman (1962), uma formação liberal com uma orientação humanista, outorga as melhores bases para alcançar o objetivo do que o assistente social deve ser, saber ou ser. A especificidade do Serviço Social é imprescindível na formação, tanto quanto a dimensão multi e transdisciplinar (ainda que esta última seja pouco apreciada ao nível universitário). A autora refere, a psicologia, a biologia, a sociologia, e a antropologia social, como disciplinas que providenciam a exploração e explanação do Homem em interação com o seu meio ambiente, pelo que são importantes para a formação de conhecimento em Serviço Social. A economia e a ciência política outorgam o conhecimento básico para a construção do conhecimento e compreensão acerca do papel do Estado e das suas responsabilidades e a sua influência na vida dos mais fragilizados. A literatura e a filosofia incidem sobre a compreensão do comportamento humano em constante conflitos e dilemas. Desta forma, é possível que raciocínios sejam desenvolvidos em Serviço Social acerca da condição humana. A integração destas disciplinas no Serviço Social, nomeadamente na formação, permite o desenvolvimento das habilidades comunicacionais. Efetivamente, em Serviço Social é deveras importante saber adaptar a sua linguagem e comunicação para ser compreendido pelas pessoas com quem se trabalha, frequentemente desmunidas de arcabouço académico e por isso com fragilidade comunicacional. Mas é igualmente importante que o Serviço Social saiba comunicar com as outras disciplinas sociais, compreendê-las e saber fazer-se compreender por elas.

Neste seguimento, verificamos a presença do compromisso em cada ciclo de estudo em integrar os doutorandos em Serviço Social numa comunidade científica, quer através da sua integração em centros de estudos e investigação, quer através de atividades e eventos científicos promovidos ao nível nacional e internacional com a comunidade científica e académica de Serviço Social.

Figura 2.4. Evidência De Integração Dos Doutorandos Na Comunidade Científica.



Fonte: Elaboração própria

A primeira evidência que nos permite corroborar a mais-valia dos doutoramentos em Serviço Social em integrar os seus doutorandos na comunidade científica nacional e internacional de Serviço Social, prende-se com a presença da nossa sub-categoria 7, que categoriza nos relatórios analisados, todos os eventos científicos realizados pelos programas doutorais com a participação de académicos/as e investigadores/as intra e extra institucionais, nacionais e internacionais. Encontramos a este respeito, na análise dos relatórios de avaliação, afirmações tais como:

(...) Realizam eventos científicos, na área do Ciclo de Estudos e Seminários Avançados, com participação de investigadores estrangeiros e nacionais são abertos aos estudantes e à comunidade. [A1, 2013: 11]

(...). Existe cooperação internacional, especialmente através do programa Sócrates/ Erasmus. [A1, 2013: 5]

(...). Existe cooperação internacional, designadamente com instituições europeias, com as quais vários protocolos estão estabelecidos. São promovidos ciclos de conferências com docentes e investigadores de escolas estrangeiras, bem como intercâmbios de estudantes e mobilidade de professores. [B1, 2015: 5]

(...) O plano de estudos integra uma forte componente teórica, reflexiva e de apoio ao desenvolvimento da pesquisa durante 6 semestres, tais como: Debates teóricos atuais, Teoria do pensamento em ciências Sociais, Investigação em Serviço Social, Seminário de Investigação (...) [C1, 2015: 2]

(...) Convide a professores e investigadores internacionais para realização de conferências e participação nos seminários internacionais a que o CE está associado. [C1, 2015: 5]

Como se pode verificar, três em quatro programas doutorais promovem relações entre doutorandos e o resto da comunidade científica em Serviço Social, através da realização de eventos científicos, tais como, debates teóricos, seminários internacionais, e conferências, mas também através de programas de intercâmbio de estudantes e mobilidade de professores nacionais e internacionais. O quarto programa não vê elencado no seu relatório a participação ou realização de tais atividades. Tal facto não deve, no entanto, ser entendido como total ausência de realização de eventos. Pelo contrário, numa pesquisa avançada ao programa doutoral dessa instituição, com recurso à análise de dados conseguidos, quer pela página web do programa doutoral, quer pela sua página numa rede social, conseguimos aferir que são realizados com regularidade, conferências, seminários, jornadas, congressos e aulas abertas com participação de académicos/as e investigadores/as nacionais e internacionais.

A presença da sub-categoria 8. “criação de condições para o *habitus* científico” encontra evidência nos mesmos documentos quando estes referem como pontos fortes dos programas:

(...) possibilidade de os alunos serem envolvidos em actividades de investigação, podendo ter algumas subvenções e fazendo parte do CLISSIS⁴² como membros da equipa e participando de uma das três linhas de investigação. [A1, 2013: 13]

(...) Possibilidade de desenvolver actividades de investigação com a participação dos estudantes no âmbito do centro de investigação (...) [B1, 2015, 3]

(...) O Trabalho autónomo dos doutorandos no processo de ensino-aprendizagem.

A integração dos estudantes na investigação científica através do CESSS [C1, 2015: 9]

Como podemos verificar, três dos quatro ciclos de estudos têm a preocupação de criar condições aos estudantes de doutoramento para a prática investigativa e o seu respetivo *habitus* científico. Reiteramos novamente para a atenção na leitura dos dados, a ausência de evidências nos relatórios de avaliação no que respeita o 4º programa doutoral, não deve ser tomado com veemência, uma vez que a triangulação de recolha de dados através da análise de uma rede social, e da página web dedicada ao programa doutoral nos permite aferir a existência de condições para o *habitus* científico. Verificamos a existência dessas condições, não apenas através da existência de um Centro de Investigação em Serviço Social (presente na Instituição A), mas também, através dos recursos bibliográficos que os programas doutorais possuem para uso dos investigadores, docentes e discentes.

Através de uma segunda triangulação de dados, conseguimos identificar a formação de núcleos de investigação compostos por doutorandos em Serviço Social. Analisamos o caso de um núcleo constituído em 2015 na Instituição B, que categorizamos, consoante as evidências supracitadas, ter três diferentes propósitos: i) Incrementar a cultura de investigação em Serviço Social nos estudantes de doutoramento, através da realização e participação em eventos científicos e publicações de artigos em revistas e atas de eventos; ii) integrar alunos migrantes de diferentes países e/ou diferentes regiões nacionais de modo a motivar o trabalho em equipa e a finalização do ciclo de estudos; iii) desenvolver linhas de investigação que analisem dilemas políticos, sociais, económicos e científicos com os quais o Serviço Social se depara, na América Latina, estabelecendo um diálogo inter e transdisciplinar e intermitente com a realidade Portuguesa.

⁴² Nome do Centro de Estudos e Investigação da Instituição que promove o programa de doutoramento em Serviço Social

1. Os objetivos:

- a) Partilhar e produzir conhecimento científico sobre os problemas sociais contemporâneos da América Latina e Portugal;
- b) Desenvolver estudos comparativos das realidades sociais entre os países da América Latina e Portugal;
- c) Estabelecer entre os seus participantes uma atitude investigativa e cooperante;
- d) Qualificar a produção académica a partir da partilha da produção científica latinoamericana e da ampliação da formação discente em nível de doutoramento;
- e) Acolher os novos integrantes do núcleo para aquisição de conhecimento através do estudo baseado em princípios metodológicos;
- f) Fortalecer e fomentar o discurso conhecimento e saber (scientia). [B2, 2017: 3]

O NUDLA⁴³, segue uma estrutura organizacional composta por um coordenador científico, académico e investigador da Instituição B, uma coordenadora do núcleo (doutoranda), e 15 alunos em doutoramento em 2018 e (dois) doutorados em 2017. Identificamos terem desenvolvido linhas de pesquisa em cinco áreas predominantes, agrupadas tendo em conta os seus objetos de estudo: a) Serviço Social, Famílias e Políticas Sociais; b) Estado, Movimentos Sociais, Empreendedorismo e Inovação em Serviço Social; c) Serviço Social: Formação, Exercício Profissional e Produção de Conhecimento; d) Serviço Social e Relações Sociais de Género, Racismo e Sexualidades; e) Deficiência e Direitos Humanos.

Este é também um público, frequentemente ator na promoção e participação dos eventos científicos realizados pelo ciclo de estudos na instituição. Em 2017/2018, participaram em 17 conferências doutorais internacionais.

Seguem uma cultura de disseminação dos trabalhos que desenvolvem através de reuniões periódicas, “como mecanismo de fortalecimento” [B2, 2017: 3] dos doutorandos.

⁴³O Núcleo de doutorandos Latino-América (NUDLA) foi criado como resposta para integrar e inserir a afluência de alunos provenientes da América Latina no contexto académico português, permitindo trabalhar com maior proximidade o *habitus* científico, tendo como efeito colateral, o combate ao abandono doutoral.

- c) Reuniões periódicas para atividade de estudo e investigação;
- d) Promoção de debates sobre os temas de investigação;
- e) Construção de banco de dados das teses doutorais nas áreas temáticas do Núcleo;
- f) Articulação e parcerias com grupos e instituições de apoio e desenvolvimento de pesquisas;
- g) Participação em projetos/pesquisas e ações de instituições e organismos internacionais.

[B2, 2017: 4]

Contam com parcerias internacionais, tais como, a Universidade Federal da Paraíba (Brasil), o Núcleo de Estudo e Pesquisa em Políticas Públicas – NEPPS/PPGSS e a Rutgers School of Social Work University of New Jersey (USA), quer em matéria de atividades científicas, quer em termos de supervisão académica.

No ano de 2015, realizou-se uma tentativa em integrar o núcleo de investigação no Centro de Investigação da Instituição B, tentativa que não se realizou levando à vinculação do núcleo no Programa de Doutoramento em Serviço Social. No primeiro ano de consolidação, os investigadores participaram na organização do Seminário Internacional – Serviço Social Portugal/Brasil no século XXI: formação, exercício e organização da categoria que aconteceu em Lisboa. Um evento científico organizado por duas instituições portuguesas e duas instituições brasileiras.

Ainda no primeiro ano de existência do núcleo, foi criado um *website* com o fim de partilhar informação científica relativa ao Serviço Social, bem como, eventos científicos e outros materiais.

No ano de 2016, contam-se como atividades desenvolvidas pelo grupo de trabalho:

1. A realização de um vídeo sobre a dignidade humana como um desafio para o Serviço Social Contemporâneo;
(...) (Human dignity and rights to all people: a challenge to contemporary Social Work), em comemoração ao Dia Mundial do Serviço Social, 15 de março (...) para ser apresentado na abertura da Conferência Doutoral, com Pamela Thevithick, da Buckinghamshire New University, Inglaterra. [B2, 2017: 6]

2. Participação enquanto representantes dos doutorandos em Serviço Social, numa reunião com o presidente da *European Association of Schools of Social Work*, com o objetivo de conhecer os trabalhos que a associação desenvolve, bem como, partilhar informação referente à formação e investigação em Portugal em Serviço Social.

(...) participaram de uma reunião com professores/coordenadores representantes do Serviço Social das universidades portuguesas, no ISCTE-IUL, a convite do professor Jorge Ferreira com o Presidente da *European of Schools of Social Work, EASSW*, Nino Zganec. O objetivo era conhecer os trabalhos que esta associação vem desenvolvendo. O presidente teve a oportunidade de ouvir os professores/coordenadores. Na reunião, foram colocadas as dificuldades dos alunos de doutoramento em Serviço Social em obterem bolsas de estudo, suporte financeiro para participar de eventos (conferências, seminários, congressos, etc) e de apoio à investigação. [B2, 2017: 6-7]

Foram promovidos quatro debates sobre as investigações doutorais que estavam a ser desenvolvidas:

(...)com a finalidade de partilhar temas das linhas de pesquisa bem como do processo de construção das investigações levadas a cabo individualmente, tendo sido promovidos os seguintes debates:

- “Género e Sexualidade”, com [REDACTED]⁴⁴, realizado no dia 25 de maio de 2016;
- “Assistência Estudantil e Ação Social Escolar”, com [REDACTED], realizado no dia 08 de junho de 2016;
- “Ação Social/Assistência Social, Emancipação e Cidadania”, no dia 04 de julho de 2017, com [REDACTED];
- “Serviço Social e Ciência”, com [REDACTED], no dia 31 de outubro de 2016. [B2, 2017: 7]

⁴⁴ O nome dos/as investigadores/as que realizaram os debates não é evidenciado para preservar a identidade das respetivas pessoas.

Realizaram em parceria com o programa doutoral, um Seminário sobre redes de cuidados às famílias de doadores de órgãos, que contou com a participação de uma investigadora da UNICAMP/Brasil. Participação na organização, mas também com comunicações em eventos no Brasil que resultaram em publicações em quatro E-books.

Realização de uma Mesa Redonda sobre travestilidades em Lisboa. A mesa redonda contou com a participação de membros do núcleo, bem como, com investigadores/as nacionais e internacionais.

E por fim, a publicação conjunta dos membros do núcleo, de uma comunicação nos anais de um evento da ABEPSS no Brasil.

Finalmente, no ano 2017, prosseguiu com sessões de debate acerca das investigações doutorais:

- “Inovação no Serviço Social”, com [REDACTED], no dia 31 de janeiro de 2017;
- “O Serviço Social frente à crise do Estado de Bem-Estar e das Políticas Sociais”, realizado no dia 28 de março de 2017, com [REDACTED];
- "As expressões do preconceito étnico-racional no exercício profissional do assistente social no Brasil e em Portugal", com a doutoranda [REDACTED], no dia 26 de abril de 2017;
- "A educação profissional no enfrentamento das desigualdades de classe, raça e género e os contributos da intervenção do Serviço Social ", com a doutoranda [REDACTED], no dia 06 de junho de 2017, no ISCTE. [B2, 2017: 8-9]

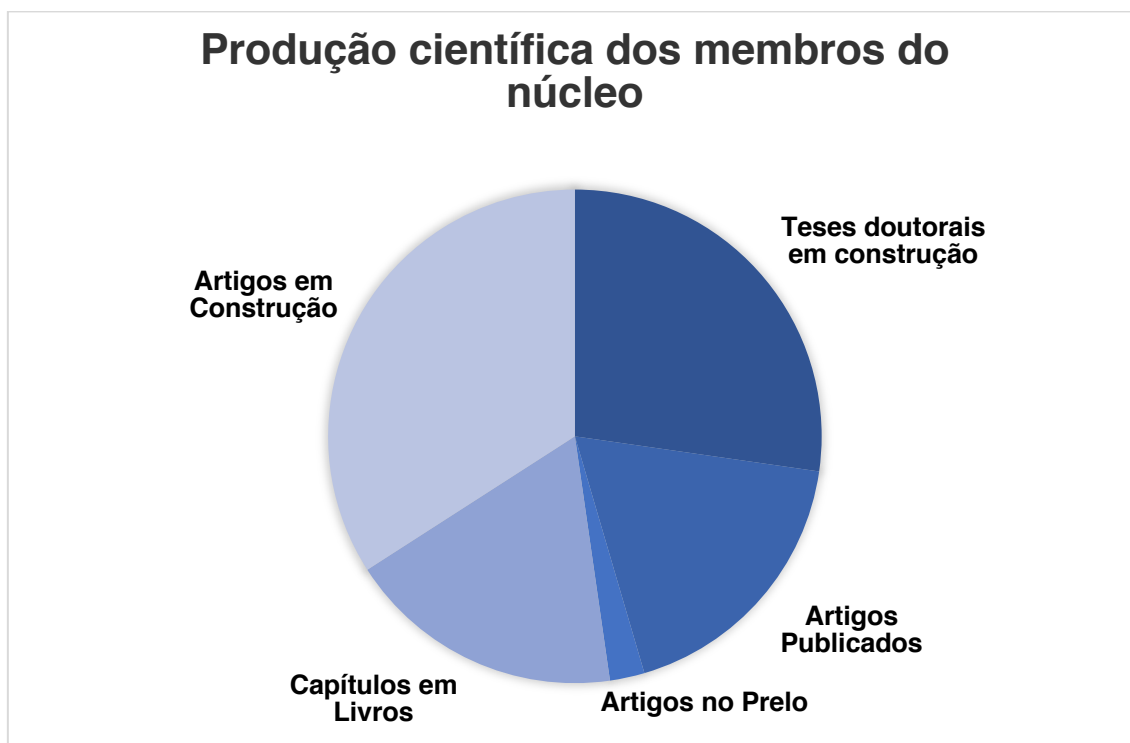
Realização de dois vídeos (um inglês e outro português) para comemorar o dia mundial do Serviço Social, atividade promovida pela EASSW. Elaboração de parceria com o Instituto Qualis Brasil que resultou na organização de um seminário internacional de investigadores/as em Portugal e com o apoio do Núcleo de Alunos Brasileiros da Universidade do Algarve. Foi realizado um ciclo de debate com doutorandos em Serviço Social de Portugal e do Brasil, e ainda, uma participação coletiva, na Conferência organizada pela *EASSW* e a *UNAFORIS* em Paris, na realização de um workshop sobre o

Núcleo de doutorandos como uma abordagem formativa para desenvolver o *habitus* científico em Serviço Social.

participou da EASSW-UNAFORIS 2017, European Conference Social Work Education in Europe: Challenging Boundaries, Promoting a Sustainable Future, com o Workshop: “The relation role in the cooperation to scientific knowledge production in Social Work. The Luso-Brazilian student experience in the University Institute of Lisbon PhD Social Work Programme”. A conferência foi realizada em Paris, de 27 a 29 junho de 2017. Este workshop objetiva contar a experiência do [REDACTED], bem como o papel fulcral que este tem junto ao desenvolvimento científico de seus integrantes, assim como na acolhida e integração dos investigadores estrangeiros no doutoramento em Serviço Social. Foi realizada a produção de um documentário para apresentação no Workshop 5. [B2, 2017: 10]

Através da figura 2.5, verificamos que no ano 2017, o núcleo apostou na produção de conhecimento científico, não apenas na elaboração das suas dissertações, mas também de artigos científicos publicados. O que nos remete para uma evidência clara (ainda que reduzida) de um desenvolvimento do *habitus* científico através de práticas de investigação específicas da área de estudo.

Figura 2.5. Produção Científica dos Membros do Núcleo de Doutorandos em Serviço Social. B2.



Fonte: Elaboração própria

Em 2017, contavam-se 12 teses doutorais (dos 12 membros integrantes do núcleo nesse período), 8 artigos publicados, 1 no prelo, 15 em construção e 8 capítulos de livros⁴⁵.

Neste seguimento, Perez *et al.* (2018) identificam como objetos de estudos predominantes nas teses doutorais realizadas numa das instituições em análise: i) a ontologia, a ética e a deontologia do Serviço Social; ii) os fundamentos teóricos do Serviço Social; iii) os modelos de intervenção em Serviço Social; iv) territórios, municípios e Serviço Social; v) Organizações e Serviço Social. Ainda que identifiquem os quatros diferentes raciocínios⁴⁶ nas teses analisadas, reconhecem existir uma predominância de uma orientação metodológica indutiva-dedutiva (2018: 118). Os mesmos autores concluem ainda que, a técnica mais utilizada na recolha de dados é a entrevista, ainda que em 50% das teses, o inquérito por questionário seja utilizado combinando a análise de conteúdo com a análise estatística. Relembrando a história do Serviço Social, nomeadamente a predominância da pesquisa quantitativa por questionário

⁴⁵ Informação recolhida juntos dos membros do núcleo e corroborada no relatório anual de atividades de 2017.

⁴⁶ São eles a lógica indutiva; lógica dedutiva; lógica indutiva-dedutiva; e lógica abdutiva.

(relembremos os tempos de Chalmers e dos seus seguidores), aponta-se uma tendência na investigação em Serviço Social em Portugal para a presença da lógica indutiva. Por outro lado, como referem os autores, as técnicas de recolha de dados são multidimensionais dependendo da perspetiva seguida (Perez, *et al.* 2018, 119). Por outras palavras, existem teses que combinam por exemplo, a recolha de dados por entrevista, com a análise documental e ainda a observação. Ou o inquérito por questionário, o painel de Delphi e análise documental e/ou a entrevista.

Figura 2.6. Evidência De Desenvolvimento E Consolidação Da Identidade Acadêmica De Serviço Social



Fonte: Elaboração própria

A terceira categoria da nossa análise, conceptualiza-se na capacidade dos programas doutorais em formarem os seus estudantes para o desenvolvimento e consolidação da identidade académica do Serviço Social, enquanto área profissional e científica.

Relembremos que na conceptualização desta categoria se retoma a ideia de Barak e Brekke (2014) com a aquisição de conhecimento e *expertise* científica, bem como, com o crescimento da personalidade e do carácter, moldados pelo sentido de missão no papel de investigador/a em Serviço Social. No entanto, entendemos, através de um raciocínio lógico que, a identidade académica deveria ser analisada como última categoria, uma vez que, defendemos existir um cruzamento entre os conceitos da comunidade científica e da disciplina integrativa, com o conceito da identidade académica. Efetivamente, o cientista não pode e não é uma ilha que existe *per si*. Da mesma forma que o Serviço Social acredita que o que afeta o outro, mais cedo ou menos tarde o afeta a si, e por isso é importante o bem-estar social, também acreditamos que é importante estar inserido num contexto específico que reforce a auto-perceção, e alimente a reflexividade, neste caso a comunidade científica. Como referimos no Capítulo II, essa comunidade rege-se por tradições e paradigmas que permitem realizar a investigação, partilhando uma classe de elementos específicos à área à qual pertence. Efetivamente, a comunidade científica do Serviço Social deve ser entendida através da sua contextualização histórica, política e social que partilha regras e valores. Ora, é importante que os académicos da área conheçam a sua origem. Não se trata de criar um conceito novo, mas desenvolver os lugares comuns do pensamento da geração anterior, com o pensamento da geração presente.

Como veremos nos capítulos IV e V, o debate acerca do Serviço Social enquanto disciplina científica poderá ser considerada uma importação vanguardista do século XIX para o século XXI. Os indivíduos precisam de ter um passado para conseguirem projetar-se, através do seu meio envolvente, no presente, de modo a que a ideia, do que são e do que têm para fazer, seja revigorada. Esta premissa permite-nos entender com algum apaziguamento, que não existem problemas sociais a serem criados ou descobertos, pois já existem antes da mente os processar. Pelo contrário, é nossa missão torná-los visíveis e dar voz a quem neles sobrevive. O Homem na sua totalidade (como Richmond (1927) já referia), só pode ser compreendido e ajudado, se seguirmos uma abordagem integrativa. Note-se que esta ideia não é nova, e é na contemporaneidade, cada vez mais necessária na consolidação da identidade dos/as Assistentes Sociais, quer estejam no campo profissional, quer estejam no campo académico.

Por conseguinte, ao identificarmos a sub-categoria 3.1, ou seja, que os programas doutorais das quatro instituições existem a par com mais dois ciclos de estudos (Licenciatura e Mestrado em Serviço Social), ressalva-se que, ao longo dos ciclos formativos os estudantes vão sendo preparados para uma perceção consolidada do lugar (real, e não necessariamente socialmente construído) do Serviço Social na academia, e por conseguinte, no campo científico.

Como segunda evidência, encontramos a formação dos docentes em Serviço Social, figuras de legitimidade científica e com grande relevo no que respeita à formação identitária dos estudantes (dimensionalizado na sub-categoria 3.2). Efetivamente, três programas doutorais em quatro, têm como coordenador do ciclo de estudos um docente com formação de base em Serviço Social e também doutorado na área. O quarto programa por nós identificado como sendo uma exceção tem, na sua coordenação, um docente com qualificação de base em Serviço Social, mas com doutoramento noutra área social. Ora, ainda que possa ser considerado um calcanhar de Aquiles, ressalvamos a formação base do docente em questão, e, formulamos a hipótese já elencada previamente: devido ao desenvolvimento sociopolítico do Serviço Social em Portugal, nomeadamente ao que à sua emergência na academia diz respeito, muitos licenciados em Serviço Social, viram-se “obrigados” por falta de oportunidade, a realizar mestrados e/ou doutoramentos noutras áreas, uma vez que a inexistência de doutoramento em Serviço Social em Portugal, levava a que quem quisesse seguir programas avançados de formação em Serviço Social, viajasse para o estrangeiro (note-se que os primeiros doutorados em Portugal completaram parte ou a totalidade do seu doutoramento no Brasil). Esta hipótese permite de igual modo, perceber, o motivo pelo qual, até há pouco tempo, as escolas tinham dificuldade em cumprir rácios de doutorados em Serviço Social nos seus ciclos de estudos. Fragilidade elencada nos relatórios da A3ES⁴⁷. Os relatórios apontam nos quatro programas doutorais para a totalidade do corpo docente como sendo doutorados, e em duas instituições é ressalvada a internacionalização dos discentes.

Como terceira evidência, encontra-se a potencialidade dos doutoramentos em Serviço Social para a criação de atividades de investigação para os doutorandos, trabalhando o *habitus* científico e a própria identidade académica:

⁴⁷ Como se poderá verificar na grelha de análise categorial em Anexo E.

A possibilidade de os alunos serem envolvidos em actividades de investigação, podendo ter algumas subvenções e fazendo parte do CLISSIS como membros da equipa e participando de uma das três linhas de investigação. [A1, 2013: 3]

O Trabalho autónomo dos doutorandos no processo de ensino-aprendizagem. A integração dos estudantes na investigação científica através do CESSS. [C1, 2015: 9]

A possibilidade de desenvolver actividades de investigação com a participação dos estudantes (...) [B1, 2015: 3]

Recursos humanos avançados em Serviço Social [D1, 2015: 6]

Além da realização de actividades de investigação com estudantes, como a produção científica, a realização de conferências e seminários com oradores nacionais e internacionais de Serviço Social, é também relevante quer a existência de um centro de estudos e investigação da área numa instituição, quer a possibilidade de integrar os doutorandos nos centros de estudos existentes nas três restantes instituições. As actividades de investigação para os estudantes de doutoramento permitem que seja adotada, através da situação, a identidade académica existente no contexto. Deste modo, é possível apreender formas de pensar, sentir e fazer ciência em Serviço Social. É através da participação e da associação às instâncias de investigação que é possível interiorizar a dimensão prática da identidade académica e interligar (para os estudantes que trabalham também no campo profissional) com a prática, fazendo emergir a *praxis*.

Também a participação em congressos e conferências da área, promovidas pelos programas doutorais, permitem reconstruir a percepção de si enquanto investigador/a de Serviço Social, nomeadamente, ao partilhar uma linguagem académica comum, e visões do mundo familiares à área disciplinar. Efetivamente, a construção e desenvolvimento identitário seja ela académica, profissional ou pessoal parece apenas fazer sentido quando devolvida pelo nosso semelhante. Não será, pois, possível vermo-nos à janela, a não ser através da imagem que construímos de nós no outro.

Quer a fragmentação do campo, quer a imaturidade deste campo científico, parecem fatores associados a esta realidade. A isto se deve acrescentar um jogo viciado por leis típicas de uma sociedade capitalista. Efetivamente, as exigências científicas reclamam investigadores/as associados/as a centros de investigação reconhecidos e legitimados pelos poderes públicos. Ora, não será difícil perceber como o ator científico rapidamente se torna um agente preso pelas teias da competitividade dos campos

científicos. Aquele que opta pela agregação a um centro de investigação sem legitimidade reconhecida pelas agências de acreditação, rapidamente se encontrará fora do tabuleiro do jogo. Ideia que retomaremos no Capítulo VI, acerca da produção e disseminação do conhecimento científico em Serviço Social.

Como penúltima evidência encontramos a referência ao Serviço Social enquanto ciência autónoma, reconhecida e legitimada pelos relatórios da A3ES acerca dos programas doutorais desta área, nomeadamente ao referirem-se aos objetivos dos ciclos de estudo em Serviço Social.

Os objetivos gerais definidos para o CE prevêm a qualificação de docentes, investigadores e outros profissionais no campo do Serviço Social. Contextualizar o Serviço Social no quadro das transformações sociais contemporâneas é outro dos propósitos a que se acrescentam alguns dos meios para a sua concretização: análises aprofundadas e investigações, debates e intercâmbios a nível nacional e internacional e, ainda, o incentivo à produção e divulgação de trabalhos.

Dado que esta IES tem em funcionamento os três ciclos de estudo na ACP é esperado que os objetivos de cada CE sejam definidos simultaneamente garantindo a sua singularidade, mas também as relações de complementaridade e cooperação com os restantes CE. [B1, 2015: 2-3]

O Programa de Doutoramento em Serviço Social visa desenvolver capacidades de compreensão de problemas e práticas sociais bem como a produção de conhecimento científico através de um trabalho de investigação original, em qualquer dos campos profissionais da intervenção em serviço social e da política social. Tal desiderato é alcançado através de uma estrutura curricular centrada em quatro eixos: aprofundamento teórico, desenvolvimento de métodos e capacidades de investigação, aprofundamento e adaptação dos processos de investigação à

especificidade do serviço social e a teorização/avaliação de métodos de intervenção. [C1, 2015: 2-3]

Os objectivos definidos referem a docência e a investigação como campos privilegiados e valorizam a articulação e contribuição para o agir (inovador) profissional. Acrescentam o interesse na promoção de intercâmbios e de debates nacionais e internacionais. O incentivo à publicação é também referido. Dado tratar-se de uma IES que ministra os três ciclos de formação em Serviço Social justifica-se que os objectivos de cada um dos ciclos seja simultaneamente específico e complementar por relação aos restantes, aspecto este que resulta como pouco esclarecido no RAA [A1, 2013: 2]

Por fim, procuramos como última evidência, o ajustamento do plano de estudos do 3º ciclo em Serviço Social, à identidade académica da área. Conclui-se que existem cinco disciplinas específicas de Serviço Social: uma unidade curricular contribui para o reforço da ética na investigação em Serviço Social, bem como para a dimensão da filosofia. Duas Unidades Curriculares concentram-se na dimensão da realização de pesquisa na área, nomeadamente ao que à metodologia, aos métodos e à epistemologia em Serviço Social diz respeito. E duas Unidades Curriculares que aprofundam as teorias em Serviço Social, bem como, a sua aplicação na intervenção. Além das disciplinas específicas da área científica predominante, acrescentam-se unidades curriculares provenientes de diferentes áreas sociais: Metodologia e métodos avançados de análise de dados nas ciências sociais; Problemas sociais (com enfoque na perspectiva sociológica); e as Ciências políticas, nomeadamente a política social.

Este resultado confere com a dimensão “integrativa” já encontrada nos relatórios de avaliação da A3ES dos programas doutorais. Mas também com o reforço identitário académico, ao verificarmos que cerca de 60% dos planos de estudo respeitam especificamente a área em estudo.

Por outro lado, ao analisarmos os objetivos das unidades curriculares (ver exemplo no Anexo E), reconhecemos a preocupação em trabalhar não apenas um *habitus* científico

nos estudantes, nomeadamente através de avaliações que passam pela redação de artigos e projetos de investigação, mas também, por trabalhar os alunos no sentido da responsabilidade científico tendo em conta o código ético e a missão que rege a profissão, bem como, a consolidação da identidade académico-profissional.

2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO II

Neste capítulo, procuramos conhecer o campo empírico com o qual temos maior proximidade, a realidade portuguesa. É na génese do trabalho e do papel das Misericórdias do Porto e Lisboa que surge espaço para a proveniência do Serviço Social. É no pós II Guerra Mundial, na época Salazarista, em que se assumia que a assistência deveria iniciar e acabar na família e que ao Estado cabia uma responsabilização de doutrinação e educação doméstica, e face à incapacidade do Estado em responder ao pauperismo, que surge a consciencialização (nomeadamente através da Condessa de Rivas) de que a caridade e os esforços não eram suficientes, sendo necessário um espaço para uma intervenção social que seguisse uma formação técnica e uma intervenção que se orientasse por um método, surgindo o Serviço Social.

Denotamos uma influência do Serviço Social americano (na referência ao Serviço Social como ciência do carácter elencado por Janes Addams), no que respeita ao Serviço Social individual, levado a cabo por Richmond e Pearlman. Procura-se, nesse momento, um equilíbrio entre razão e emoção para observar e compreender a psicologia do ambiente das pessoas vulneráveis. Constatamos, que o conceito de Serviço Social em Portugal, tem a sua emergência intimamente ligada ao Serviço Social hospitalar, traço identitário com forte presença no primeiro plano de estudos de Serviço Social, cujas características se relacionam com a forte componente de disciplinas das ciências naturais, biológicas, humanas e das tecnologias médicas.

Foi possível constatar uma presença feminina na génese e emergência do Serviço Social em Portugal, nomeadamente através do Decreto Lei 30135 de 14 de dezembro de 1939, que associa um cariz de género feminino ao Serviço Social. Esta realidade expande-se no que respeita à legalidade ou ilegalidade da frequência da formação em Serviço Social por parte de agentes do género masculino que se prolongará até 1964, ano em que a discriminação de género para o acesso ao curso de Serviço Social é legalmente abolida. Esta é a primeira conclusão que nos permite formular a hipótese de que a disparidade de poder entre géneros poderá constituir-se como uma das relações causais explicativas para

a tardia e frágil legitimação académica e profissional do Serviço Social. Numa sociedade patriarcal não se podem negar os poderes que subjazem aos géneros e cujos efeitos se refletem no reconhecimento social, simbólico e cultural.

Identificamos o primeiro marco e a origem da criação do Instituto de Serviço Social de Lisboa, primeira instituição oficial de formação em Serviço Social em 1935, bem como, a carga sociológica no Serviço Social induzida pelo Decreto Lei nº 40678, nº1 que está na base da reformulação dos planos de estudos das escolas de Serviço Social. Analisamos o momento em que o Serviço Social ganha legitimidade enquanto curso superior no ano de 1960, constatando uma inexistência de dados estatísticos que oficializem o número de pessoas formadas em Serviço Social. Adicionamos a esta análise histórica e a este retrato geral do Serviço Social português, a identificação das 19 instituições com formação ao nível do ensino superior em Serviço Social e encontramos uma relação entre os valores e princípios éticos do Serviço Social e a standardização (seguida pelo modelo português) estabelecida em 2014 em Adelaide pela IFSW e a IASSW, e a abordagem científica advogada para o Serviço Social por Longhofer e Floersch (2012) que refere que deve informar e ser informado pelos valores do Serviço Social.

Numa análise aos programas doutorais e respetivos relatórios de avaliação portugueses, constatamos que: i) a autonomia científica é alcançada em 2010; ii) os doutoramentos têm presentes a integração científica evidenciada pela, a) participação em projetos de prestação de serviços à comunidade em parceria com centros de investigação, o que salvaguarda uma relação dialética entre teoria e prática; b) pelas atividades em prol do desenvolvimento social local; c) pela relação com outras disciplinas; d) pela produção científica em geral; e) e pela utilidade da produção de conhecimentos no âmbito do doutoramento; iii) os doutoramentos têm presente o envolvimento com a comunidade científica em Serviço Social, evidenciado por realizações de eventos científicos com participação de académicos e investigadores e através da criação de condições para o *habitus* científico (no qual se destacam as criações de núcleos de investigação compostos por doutorandos e doutorados); e iv) a identificação do desenvolvimento e consolidação da identidade académica do Serviço Social, evidenciado pela, f) presença dos três ciclos de estudos; g) pela qualificação em Serviço Social do corpo docente; h) por atividades de investigação direcionadas aos estudantes em Serviço Social; i) por centro de estudos com a área de Serviço Social; j) e pelo reforço do Serviço Social como área científica autónoma.

Esta análise aos programas doutorais vem corroborar a teoria de Brekke e Barak (2014) que propõe que o Serviço Social se caracteriza como uma disciplina integrativa cuja ciência está enraizada em domínios, construções e estética de abordagens focadas em problemas centrais do bem-estar ecobiopsicossocial humano.

CAPÍTULO III

PARA UMA LEITURA COMPLEMENTAR DA REALIDADE: ANÁLISE SOCIO HISTÓRICA DA EMERGÊNCIA DO SERVIÇO SOCIAL NO CAMPO CIENTÍFICO ESPANHOL E AMERICANO

3.1. O CASO ESPANHOL

À semelhança de outros países, nomeadamente de Portugal, a emergência do Serviço Social em Espanha surge num contexto religioso e “caritativo”, fortemente vincado pelas influências de Juan Luís Vives (1492-1539), por muitos considerado como o precursor da assistência social organizada, logo, um dos primeiros “trabalhadores sociais”. Anos mais tarde, São Vicente de Paulo inspirou-se em Vives e fundou a Congregação das Irmãs da Caridade, que se converteram nas primeiras visitadoras sociais. A sua obra situava-se entre o estoicismo e o cristianismo, uma vez que se considerava que a equanimidade e a submissão dos indivíduos lhes permitiria serem guiados por Deus, mantendo-se na sua senda, e elevando as suas ações a uma lógica de caridade, filantropia e beneficência (Fernández, Fernández, & Guzmán, 2010).

Esta era uma prática facilmente ancorada no assistencialismo e associada ao sexo feminino. Em pleno século XIX, os pensadores elitistas elaboravam associações de género entre mulheres, pobreza e infância. Um sentido materno depositado na necessidade por parte de pobres e crianças a um amparo e uma educação materna que lhes permitisse interiorizar regras e normas sociais com o fim último de atingirem o “processo civilizacional”⁴⁸. Em fábricas, hospitais, asilos e escolas outorgava-se à mulher a obrigação de propagar o instinto maternal e protetor num momento em que o estado passava de instrumento de repressão da classe operária para uma ação e um trabalho social. Estas mulheres, transformadas em assistentes sociais, são finalmente entendidas como as “visitantes dos pobres”. Conceito que emerge devido ao facto de se relacionarem com os problemas, necessidades e pedidos de auxílio para aliviar a situação dos mais frágeis e dos mais desprotegidos. Sem se imaginar ainda, abriam estas mulheres um novo trabalho de Estado, uma porta pioneira no quadro das profissões femininas.

⁴⁸ Conceito adotado por Norbert Elias 1939.

Em 1932, aquando dos primeiros anos da II República⁴⁹, Espanha (mais precisamente Barcelona) via nascer a sua primeira escola de Serviço Social especialmente voltada para a mulher, com o nome “*Escuela de Asistencia Social para la mujer*”⁵⁰. Neste novo intento começavam a delinear-se as primeiras noções e metodologias técnicas para intervir numa perspetiva evolutiva e de melhoria na sociedade, percorrendo as mesmas correntes europeias da profissionalização da assistência caritativa. Já em 1939, com o fim da guerra civil funda-se em Madrid a segunda escola de Serviço Social com o nome *Escuela de Formación Familiar y Social*. Ainda muito influenciado pela religião, o objetivo formativo da carreira do assistente social prendia-se com a preparação da mulher para servir a sociedade, com a ampliação da sua cultura com vista a atingir um *status* de boa cristã e mãe familiar. Tal conceção de ação social e de assistência social manter-se-á durante a maior parte do período Franquista que regia até então. Somente nos últimos anos do regime é que a profissão se tentará livrar das limitações caritativas e assistencialistas. O desenvolvimento da profissão vincula-se às formas de ação social da própria época.

Nos anos 60 a sociedade espanhola experienciava um progressivo processo de desenvolvimento económico que vem acompanhado de uma certa abertura ao exterior, nomeadamente, derivado ao crescimento de emigração de trabalhadores espanhóis para países europeus na procura de melhores condições de vida, da industrialização e do turismo. Neste contexto a ação social avança em questões relativas às reformas e aos seguros sociais e assistência sanitária para trabalhadores ativos que estendem a sua proteção às suas famílias. Ainda que já se contasse com um grau técnico e de planificação nas ações sociais, criava-se a *Sección Social*, que revelou ser uma reviravolta importante desde a ação beneficente a uma ação social de promoção de bem-estar, com uma orientação da proteção dos serviços sociais e da promoção e desenvolvimento comunitário como objetivos principais a partir de meados dos anos 60.

Desde 1970 que se começa a desenvolver a investigação empírica sobre as necessidades sociais em Espanha. Embora se começasse a desempenhar este novo *habitus*⁵¹ profissional, em boa verdade o Serviço Social espanhol da época ainda se encontrava aquém do europeu e do norte-americano, muito em parte devido à escassa

⁴⁹ Primeira tentativa democratizadora e modernizadora da sociedade espanhola.

⁵⁰ Uma escola filial da Escola Católica da Bélgica.

⁵¹ Conceito utilizado por Bourdieu.

difusão de produção de conhecimento no país e às barreiras linguísticas que primavam pela escassez de traduções. Neste sentido, almejava-se intensificar a influência dos desenvolvimentos e propostas da América latina que supunha uma compreensão e uma orientação distinta do Serviço Social que assentava sobre a crítica da situação económica e política daqueles países e no compromisso da transformação social da realidade. Este acontecimento dava lugar a um movimento conhecido como *reconceptualización*⁵². Este movimento impulsionou os trabalhadores sociais a converterem-se em agentes de mudança e contribuiu para difundir uma visão do Serviço Social, não apenas como uma ação transformadora, mas também como uma ciência e como uma consciência crítica para o resto das Ciências Sociais⁵³. Como se entende através de Sanz Cintora (2001), mais do que um desenvolvimento da prática profissional tratava-se de um posicionamento reivindicativo e de uma revolução teórica que se concretizava em dois eixos básicos, i) a exigência de um conjunto de direitos e serviços públicos para a cidadania; ii) e a elaboração de um modelo profissional de intervenção: o chamado método básico, que propunha o conhecimento da realidade e as suas análises como base para a ação.

Na perspetiva de Cintora (2001), os anos 60 serão inspiradores para a situação do Serviço Social na atualidade, uma vez que se inicia um longo caminho que conduz ao desenvolvimento e à modernização.

A economia espanhola abre-se ao exterior e começa um período de desenvolvimento económico e de transformações sociais, onde a emigração para países europeus, o turismo, o investimento estrangeiro, a progressiva industrialização do país, o êxodo das populações oriundas de zonas rurais para as cidades e o consequente crescimento destas em torno de áreas desprovidas de condições de salubridade e o reaparecimento de organizações sindicais independentes, se tornam decisivas. O regime da época introduz pequenas reformas no campo dos seguros sociais, da assistência sanitária e intervém no sistema educativo, especialmente na formação profissional. As

⁵² “Um intento de colocar o Serviço Social ao serviço das transformações radicais que necessitam as sociedades. O objetivo já não era adaptar o indivíduo marginalizado à sociedade, mas transformar a sociedade para integrar todos os seres humanos com os seus direitos. Deste modo o trabalhador social converte-se num agente consciente e transformador da sociedade” Sanz Cintora 2001: 16.

⁵³ Esta conceptualização do Serviço Social encaixava especialmente bem num contexto anti-franquista que se orientava por movimentações dos setores sociais para o desaparecimento do regime político ditatorial, a instauração democrática e a melhoria de condições de vida e de trabalho dos cidadãos.

medidas adotadas têm como objetivo dar resposta às exigências do sistema produtivo, garantindo melhorias na mão-de-obra, aumentando os níveis de salubridade e de condições de saúde, formação e satisfação com o regime político, sendo destinadas aos trabalhadores ativos e seus familiares, e tendo vindo a chamar-se de Estado de Bem-Estar Autoritário ou Bismarkiano, uma vez que tais intervenções tiveram em Bismark o seu fundamento.

O gasto social dirigido aos trabalhadores aumentou minimamente, sem modificar o sistema político de falta de liberdades, nomeadamente: o investimento em seguros sociais e em algumas prestações técnicas, a medicina preventiva, a segurança e higiene no trabalho, a formação e a reabilitação, foram fatores que contribuíram para que tal se verificasse.

Contudo, o sistema de assistência às populações mais pobres e desfavorecidas não demonstrou alterações, observando-se, até, um certo aumento dos gastos do estado, através dos chamados *Fondos Nacionales*. Porém, mantinha-se o mesmo carácter marginal, estigmatizador e repressivo. Todo o processo de mudança da sociedade espanhola teve impacto nos profissionais de Serviço Social, na sua forma de intervir e na ação social que desenvolvem; a mudança deve-se não tanto às transformações da sociedade, mas sim à resposta dada a estas transformações.

O Papa João XXIII vem, através do Concílio Vaticano II, exigir à Igreja Católica um compromisso desta para com o mundo, especialmente com os pobres, repercutindo-se na dinâmica de toda a igreja. Foi definida uma nova orientação para a Cáritas, elevando o rigor das suas técnicas de atuação e planificação e impondo uma certa matriz crítica.

A Igreja espanhola havia criado a Cáritas em 1942 como uma organização de beneficência para responder às necessidades mais prementes dos paroquianos mais pobres. Todavia, no início dos anos 60, a Cáritas desenvolveu o seu departamento social com o objetivo de realizar estudos de planificação, capacitação do pessoal, fomento de obras, serviços sociais e seu desenvolvimento. A exemplo disso surge a diocese de Baza, que progrediu de uma ação unicamente benéfica para uma ação social.

A partir de meados dos anos 60, a Caritas evolui para uma moderna orientação de serviços sociais, onde o desenvolvimento comunitário se torna no seu foco primordial, dirigindo toda a sua ação; encabeça a primeira grande investigação empírica sobre as necessidades sociais em Espanha e introduz em toda a sua ação social o princípio da planificação, o que se distingue como um momento de viragem, uma vez que todo o trabalho social que até então se havia desenvolvido em Espanha era primado pelo

assistencialismo e pela beneficência procurando, no limite, adaptar o indivíduo à sociedade e assim evitar desvios.

O Serviço Social em Espanha sofre, então, influência de investigadores europeus que, através de conferências e seminários, oferecem uma nova visão e discutem a situação espanhola. Porém, é da América Latina que chega uma forma diferente de ver e entender o trabalho e a ação social. É de lá que surgem influências de um movimento crítico, relacionado com a situação económica e política dos países da América Latina, fervilhando ainda com a Revolução Cubana e com os movimentos guerrilheiros que buscam a transformação social da realidade.

A repressão e o paternalismo tenderam ao abandono, sendo substituídos por uma reforma nos serviços cujo objetivo era evitar (ou mesmo erradicar) estas formas de tratamento dos indivíduos, com grande enfoque no desenvolvimento de serviços sociais comunitários, de menores ou de idosos, doentes mentais, dependentes/consumidores de substâncias ou minorias étnicas. A escassez de profissionais constitui um problema, na medida em que estes se tornaram insuficientes para dar resposta às situações com que se deparam (apesar do crescente número de profissionais colocados).

O modelo de intervenção social dos anos 80, baseado na prestação de serviços, verificou-se demasiado burocrático, contribuindo para que os trabalhadores sociais se transformassem numa espécie de “gestores” de caso e de prestações, uma vez que se havia tornado em meras ajudas económicas pessoais e institucionais (cerca de 55% dos indivíduos que procuravam os serviços sociais faziam-no para requerer apoios de carácter económico) (Cintora, 2001). Os processos patentes neste modelo revelaram-se altamente consumidores de recursos, onde o tempo era um bem diminuto para os profissionais, que o ocupavam em tarefas efetivamente burocráticas, não lhes deixando tempo para a prática do trabalho social. Vê-se assim que o referido modelo necessitava de novas reformas que o ajustassem às necessidades da época.

Entre 1989 e 1993 surgiu o programa regional de rendas mínimas, ou *salário social*, que contribuiu para dar resposta ao crescente nível de pobreza e precaridade e gerar processos de inserção social, ao mesmo tempo que deixou os trabalhadores sociais mais libertos para o desenvolvimento da sua atividade em áreas como o emprego ou a habitação social, deixando aberta a possibilidade de implementação de um novo modelo de intervenção.

Na perspetiva de Cintora (2001), se por um lado o *salário social* garantia aos indivíduos mais desfavorecidos o aumento dos seus recursos financeiros e, por

consequente, a melhoria das suas condições de vida, demonstra fragilidades na sua concretização pois, mais uma vez, a tentativa de remodelação do sistema demonstrou-se fracassada, remetendo os trabalhadores sociais (novamente) para o trabalho burocrático: comprovação dos meios dos requerentes, demonstração da situação de pobreza, repetição dos procedimentos aquando da sua renovação, etc., colocando em causa os efetivos pressupostos da inserção social.

Nos últimos anos, Espanha viu surgir aquilo a que chama *planes integrales*, isto é, programas de desenvolvimento comunitário, económico e cultural, promoção de iniciativas relacionadas com o emprego, habitação e urbanismo, educação, empreendedorismo e serviços sociais. Estes programas visam um trabalho dinâmico com as comunidades, onde a promoção da participação, a mediação, o trabalho educativo e a dinamização das mesmas se encontra na sua génese, transformando a “lógica dos serviços” numa “lógica do projeto”, ou seja, adotando uma perspetiva integral de intervenção social.

Na esteira de Fernández, Fernández, & Guzmán (2010), o Serviço Social encontra novos desafios e exige um esforço de adaptação dos profissionais: o carácter individualista das sociedades cada vez mais descomprometidas dos valores da solidariedade, da igualdade e da participação ativa, do exercício da cidadania. Neste contexto, o assistente social distingue-se pela relação interpessoal que mantém com os indivíduos, o conhecimento profundo dos mesmos, das suas circunstâncias familiares e relacionais, proporcionando apoio e orientação personalizados.

Hodiernamente, tal como no passado, o Serviço Social enfrenta desafios éticos, morais e burocráticos, alicerçados na injustiça e desigualdade cada vez mais acentuadas. Na senda de Matos-Silveira (2013), o Serviço Social necessita de um ponto de viragem e de questionamento da profissão, evitando os erros do passado e avançando para ações que proponham um envolvimento efetivo e similar das “dimensões comunitária, preventiva, política, ética, teórica e epistemológica”. Goldaracena, Pemán, & Garro (2017) identificam o período de 1970-1980 como o “Rumo à emancipação axiológica da identidade profissional”. Esta reconceptualização, como atrás referido, veste-se de uma perspetiva marxista das profissões, levando a que se alinhem com uma tendência antipaternalista (Cintora, 2001).

Em virtude da Constituição de 1978 Espanha constituía-se num Estado Social Democrático de Direito. No seu desenvolvimento, os/as assistentes sociais desempenharam um papel importante designadamente ao que à definição legal e à

realização do Sistema Público de serviços sociais dizia respeito. No texto constitucional obrigava-se a que os poderes públicos pusessem em marcha os Sistemas Públicos de Educação, Assistência Sanitária e Segurança Social, e reconhecia-se o direito ao emprego e à vivência digna de todos os cidadãos e graças a uma ementa promovida pelos/as assistentes sociais, desapareceram as referências à antiga beneficência.

Foi através da constituição de 1978 que se aspirou a que os trabalhadores sociais dispusessem de uma estrutura de serviços sociais públicos alargados a toda a cidadania cujo objetivo último era o de louvar os direitos sociais que derivam do texto constitucional, facilitando o pleno desenvolvimento individual e coletivo e proporcionando a intervenção necessária de acordo com as necessidades dos indivíduos, atendendo às diferentes circunstâncias e problemas de um programa de prestação de serviços ajustados. Segundo Fernández, Fernández, & Guzmán (2010), é neste período que se dá o surgimento de algumas entidades gestoras fundamentais, como o “Instituto Nacional de la Seguridad Social” (INSS), o “Instituto Nacional de la Salud” (INSALUD) e o “Instituto Nacional de Servicios Sociales” (INSERSO), que virá a dar lugar ao “Instituto de Migraciones y Servicios Sociales” (IMERSO). Note-se que todas estas organizações tinham como objetivo primordial o desenvolvimento de um Estado de Bem-Estar, sendo entidades reconhecidas nesta matéria e impulsionando um conjunto de outras organizações com trabalho nas áreas da educação, igualdade, proteção no trabalho, proteção de menores, desenvolvimento comunitário, entre outras. É quando, já nos anos 80, se dá a descentralização das competências dos serviços sociais, ficando estas a cargo das comunidades autónomas, requerendo os respetivos ajustes legislativos, onde os trabalhadores sociais tiveram um papel determinante. E assim se define um sistema de Serviços Sociais em pé de igualdade com os outros sistemas públicos de bem-estar social, como o sistema educativo, o sistema de saúde ou a segurança social, dirigido a todos os cidadãos e não apenas aos pobres e marginalizados, minimizando assim o seu carácter estigmatizador, marcado pela equidade, pela universalidade, pela integração, pela descentralização e pela justiça social.

Esta descentralização levou à implementação destes serviços em zonas próximas dos cidadãos, como o seio dos seus bairros e comunidades, onde era possível o exercício de um trabalho de proximidade com os indivíduos, logo, muito mais efetivo e diferenciado contribuindo, desta forma, para o crescimento da satisfação dos profissionais de Serviço Social, desde logo devido ao aumento do número de postos de trabalho, verificando-se através do grau de compromisso, motivação e dedicação empregues na sua

atividade profissional. Neste sentido, e na ótica de Goldaracena, Pemán, & Garro (2017) a profissão entra num “período de princípios éticos, burocráticos e reivindicações” (1980-2002), caracterizado por um despertar crítico e por uma consciência ética por parte dos profissionais perante as práticas exercidas. Entre 1980 e 1991, consubstancia-se uma mudança significativa na prática do Serviço Social, na medida em que se eleva o princípio da subsidiariedade como forma de desburocratizar e humanizar os próprios serviços. Porém, a realidade tornou-se bem distinta do que havia sido delineado: a partir de 1984 dotam-se os serviços de equipamentos técnicos que mais não fazem do que fomentar a burocratização, o que, segundo os autores, apesar de ajudar na consolidação profissional e disciplinar, originou o “empobrecimento do discurso próprio”. É ainda neste período que se realizam vários congressos onde se vêm a discutir questões éticas relativas à prática do Serviço Social e de onde surge o Código Deontológico da profissão.

O “período de resolução de dilemas éticos” (2002-2016) mostra-se ainda fortemente vincado pela discussão de dilemas éticos, teleológicos e deontológicos. Surgem algumas publicações com o objetivo de clarificar e apoiar os profissionais na sua prática quotidiana, elaboradas por María de Jesús Úriz, centradas em questões de ética profissional no Serviço Social. Outras publicações surgem no seguimento destas, de distintos autores, com o propósito de atualizar e adaptar o Código Deontológico às novas realidades. Goldaracena, Pemán, & Garro (2017) lembram que o Serviço Social, à semelhança de outras disciplinas científicas, se situa definitivamente, ainda que de forma provisória, num caminho de aprofundamento das dimensões teleológica, deontológica e pragmática.

Todas estas transições elencadas aliam várias tendências éticas e contribuem para a afirmação e vinculação da profissão e da sua classe profissional em Espanha, não raras vezes – e ainda na atualidade - confundida com beneficência, filantropia e caridade. Goldaracena, Pemán, & Garro (2017) mostram-nos, no quadro 3.1, quais as tendências e valores éticos que caracterizam os períodos mais destacados do Serviço Social em Espanha.

Quadro 3.1 Tendências e valores éticos de Serviço Social em Espanha

Periodos		Tendencia ética	Valores éticos
Influencia del estoicismo (1861-1936)		Paternalismo (de 1932 en adelante)	- Vocación, benevolencia, amor al prójimo, caridad, buena voluntad, abnegación, autosuficiencia, solidaridad (Vázquez, 1971; Molina, 1994) - Resignación, dignidad, observancia de normas, justicia, amor a los demás (Pérez, 2002)
Moralizador		Paternalismo extremo	- Abnegación, caridad (Roviralta, 1937) - Abnegación (Hörler, 1961) - Abnegación, paciencia, comprensión, amabilidad, bondad, entrega a los demás (Estruch y Güell, 1976) - Autosuficiencia (Molina, 1994)
Valores (1960-1980)	Repliegue axiológico (1960-1965)	Paternalismo moderado	- Prudencia, responsabilidad, cooperación, honradez, justicia, discreción (Heylen, 1960) - Abnegación, autosuficiencia, caridad, entrega, madurez y distancia emocional, secreto profesional, sacrificio, disciplina, paciencia (Hörler, 1961) - Profesionalidad, tecnificación, rigor científico, neutralidad axiológica (Vázquez, 1971) - Abnegación, caridad, amor al prójimo, espíritu de servicio, sacrificio, paciencia, humildad, sentido común, observancia de las normas (Estruch y Güell, 1976) - Solidaridad, generosidad y caridad (Gutiérrez Resa, 2010)
	Reflexión ética (1965-1970)	Anti-paternalismo	- Dignidad, entrega, responsabilidad, promoción, respeto de los derechos humanos, objetividad, secreto profesional, lealtad a los fines de la agencia, respetar y colaborar con los colegas (Colomer, 1968) - Simpatía, paciencia, altruismo, objetividad, ecuanimidad (Estruch y Güell, 1976)
	Hacia emancipación ética (1970-1980)	Anti-paternalismo	- Profesionalidad, entrega, responsabilidad (Vázquez, 1971) - Madurez emocional, altruismo, comprensión, conocimiento de si, aceptación de la persona usuaria (Estruch y Güell, 1976)
Principios éticos, burocratización y reivindicaciones (1980-2002)		Paternalismo burocrático Principalismo ético	- Igualdad de oportunidades, solidaridad (Congreso Estatal, 1988) - Altruismo, dignidad, utilitarismo (Sarasa, 1993) - Universalidad, calidad, proximidad, cooperación, solidaridad, flexibilidad (Gutiérrez Resa, 2010)
Resolución de dilemas éticos (2002-2016)		Entre el paternalismo benigno y antipaternalismo benigno	- Universalidad, cooperación, solidaridad, flexibilidad, calidad, competitividad, lo publico/ el mercado, precisión, rapidez, especialización, complejidad, un derecho (Gutiérrez Resa, 2010)

Fonte: Goldaracena, Pemán, & Garro (2017)

Charfolet (2011), por outro lado, apresenta-nos a realidade do Serviço Social em Espanha. Tal como em muitos outros países, a profissão encontra-se altamente feminizada, uma vez que cerca de 90% dos profissionais são mulheres. A autora distingue dois grupos de profissionais – o grupo mais numeroso que é, também, o mais jovem, com idades até 35 anos. O outro, “mais maduro”, situa-se entre os 40 e os 50 anos. Acrescenta que o rácio de trabalhadores sociais é de 4,4 profissionais por cada 100 mil habitantes e que a cada ano se formam três mil novos profissionais nas diferentes escolas do território espanhol. De acordo com os dados do *Consejo General de Trabajadores Sociales* demonstrados pela mesma autora, em finais de 2004 existiam, em toda a Espanha, 42 mil profissionais, sendo que aproximadamente 60% se encontravam *colegiados* (≈ 25000). Destes, 80% são absorvidos pelos *Servicios Sociales* das diferentes administrações públicas, que são, atualmente, os principais empregadores. Na sua maioria, trabalham diretamente com as populações, em *servicios sociales de primera atención*, existindo apenas uma pequena percentagem de profissionais que desempenha cargos de organização e direção. A intervenção dos trabalhadores sociais na área da saúde e no sistema educativo são já tradicionais, existindo desde o início da profissão. No entanto, têm-se verificado alterações, uma vez que alguns profissionais têm optado pela carreira docente, em detrimento da intervenção psicossocial.

Nos últimos anos, assistimos ao desenvolvimento de estudos acerca da inserção profissional de diplomados em Serviço Social, levados a cabo por diferentes Universidades e Organizações Profissionais de Espanha, concluindo que a taxa de inserção destes profissionais situa-se entre os 40 e os 80%, de acordo com a área geográfica em que desenvolvem a sua atividade.

O *Libro Blanco para el Título de Grado en Trabajo Social* congrega uma síntese dos referidos estudos e levanta uma série de questões sobre o exercício profissional do Serviço Social: os postos de trabalho são, fundamentalmente, ocupados por via de contactos pessoais e familiares, de convocatórias públicas de emprego, de candidaturas espontâneas a empresas, de bolsas de emprego e da criação dos próprios postos de trabalho (autoemprego).

Quando falamos do tipo de contrato e duração, 63% dos profissionais manifesta ter contratos a termo certo e 25% a 40% tem contrato sem termo; há ainda uma parcela residual de assistentes sociais que desenvolve a sua atividade por conta própria ou com *contratos en prácticas*. Na sua maioria, os profissionais participantes nos estudos

declararam exercer funções próprias da sua profissão, no entanto, 15% dos inquiridos afirma estar a realizar um trabalho para o qual se encontra sobre-qualificado, o que se pode explicar pelas estratégias empresárias tomadas para reduzir os custos com o pessoal. Não obstante todas estas situações, os/as assistentes sociais demonstram grandes níveis de motivação no desenvolvimento da sua atividade profissional, apesar de manifestarem que esta deveria ter um carácter mais preventivo do que assistencial, situação que lhes parece difícil, dados os cortes orçamentais infligidos em matéria social. Charfolet (2011) demonstra-nos, tendo como base um estudo sobre *La motivación/desmotivación de los trabajadores sociales* coordenado por Julia Garcia em 1999, que os trabalhadores sociais que se encontram no ativo estão submetidos a relações laborais do tipo hierárquico, de tal forma que se sentem castrados na sua autonomia. No entanto, revelam que o trabalho em equipa pode ser altamente enriquecedor, uma vez que as experiências relatadas podem ser tão vastas e distintas quanto as realidades em que se processa a intervenção. Porém, também há profissionais que descrevem as reuniões das equipas interdisciplinares como uma verdadeira perda de tempo, uma vez que não traduzem nenhuma repercussão positiva para a população. Não obstante e, de uma forma geral, o trabalho em equipa é bem aceite pelos profissionais que, na sua maioria, conseguem retirar elementos positivos da sua realização.

No Código Deontológico do Profissional de Serviço Social (Consejo General del Trabajo Social, 2012) estão descritas as funções destes profissionais: informação, investigação, prevenção, assistência, promoção, mediação, planificação, direção, avaliação, supervisão e docência.

Nas instituições públicas e privadas de serviços sociais gerais e especializados, os profissionais desempenham tarefas específicas, que só eles podem realizar, como a informação sobre os direitos, prestações e recursos sociais; a apreciação de situações problemáticas e a orientação e tratamento psicossocial para a resolução das mesmas. Os trabalhadores sociais são, também, os responsáveis pela tramitação de recursos de titularidade pública. O trabalho realizado no quotidiano é, maioritariamente, de carácter informativo, assistencial e promocional; ainda muito burocratizado quando, nas palavras de Giner (1985, *apud* Charfolet, 2011 : 628) “en esencia, el Trabajo Social es el más antiburocrático de los trabajos. Su intervención sobre la realidad humana es directa, personal, adecuada a cada caso, no encasillable en las tipificaciones y regulaciones que la burocracia exige”. A autora refere que os trabalhadores sociais realizam, entre outras, ações de prevenção e/ou mediação, na medida em que as organizações ou populações lho

permitam. As restantes funções também são desenvolvidas por este grupo profissional, apesar de não terem um carácter prioritário. As tarefas de planificação, direção e avaliação de serviços são, em muitos casos, reservadas aos trabalhadores sociais com mais experiência, ou porque têm já uma carreira profissional bastante sedimentada ou porque são titulares de formações complementares ou título académico superior.

Quando questionados, os/as assistentes sociais situam a sua intervenção, quase exclusivamente, ao nível individual ou familiar, dedicando apenas uma pequena parte do seu tempo à intervenção grupal e/ou comunitária. Tal facto é alvo de diversas explicações, estando os modelos organizativos dos serviços sociais, o desenvolvimento da intervenção grupal e comunitária a cargo de outros profissionais que não os trabalhadores sociais, a falta de tempo e a acomodação profissional, a liderar a lista (Charfolet, 2011).

Em Espanha, existem 36 *colegios profesionales de trabajo social* distribuídos por todo o território. São corporações de direito público que exercem funções público-privadas e distinguem-se das associações (empresariais, profissionais, etc.), fundações, organizações profissionais e sindicatos tanto pela sua natureza como pelas suas funções⁵⁴. Foram criados em 1982, no decurso de uma dura luta política e social que culminou no reconhecimento do Serviço Social como profissão, com as mesmas condições de outras profissões. Os fins essenciais destas corporações são o ordenamento do exercício das profissões, a representação institucional exclusiva das profissões quando estejam sujeitas a *colegiación* obrigatória, a defesa dos interesses profissionais dos seus membros e a proteção dos interesses dos consumidores/utilizadores dos serviços prestados pelos colegiados.

Os profissionais são obrigados por lei a “colegiar-se⁵⁵” para poderem exercer a sua profissão [*Ley 2/1974 de Colegios Profesionales (Art. 3.2.)*, *Estatutos Generales y Particulares de la profesión (Art. 9.b)*, *Leyes Autonómicas de Colegios Profesionales y Ley de Creación de los Colegios Profesionales de DTS y AA.SS (Art. 3º)*]⁵⁶. Charfolet (2001), destaca que há um número indeterminado de profissionais que exercem a sua profissão não estando *colegiados*, o que torna difícil garantir o adequado exercício da profissão, uma vez que estes profissionais escapam ao controlo dos *colegios*.

Charfolet (2011) alerta-nos para a escassez de produção científica na área do Serviço Social e para os reduzidos hábitos de leitura de artigos científicos por parte dos

⁵⁴ <https://www.cgtrabajosocial.es/colegios>, acedido em 11 de outubro de 2017.

⁵⁵ Este ato é equivalente à inscrição na ordem em Portugal.

⁵⁶ <https://www.cgtrabajosocial.es/colegios>, acedido em 11 de outubro de 2017.

profissionais, com repercussões ao nível do desenvolvimento científico, da investigação e da construção de novas contribuições teóricas baseadas na sistematização de experiências práticas, tendo como prejuízo a falta de rigor metodológico que permitiria incorporar conhecimentos científicos à disciplina, apesar de serem várias as revistas científicas publicadas em Espanha e especializadas no tema. Muitas das publicações científicas editadas em Espanha surgem do *Consejo General de Colegios*, da *Asociación Española de Trabajo Social y Salud* (Revista *Trabajo Social y Salud*, publicada desde 1987, com um marcado carácter multidisciplinar) e da *Escuela Universitaria de Trabajo Social de la Universidad Complutense de Madrid*. Daqui, podemos destacar os *colegios* de Alicante, Aragão, Catalunha, Castilla la Mancha, Galiza, Málaga, Madrid, Salamanca, Valladolid e Zamora, com publicações próprias.

A *Escuela Universitaria de Trabajo Social de la Universidad Complutense de Madrid* publica, desde 1987, artigos científicos de carácter interdisciplinar. Outras universidades como a de Alicante, Saragoça, Granada e Múrcia publicam (ou publicaram) revistas de carácter científico cujo objetivo seria analisar e rever os conceitos e experiências em Serviço Social.

Atendendo à entrevista realizada ao diretor do doutoramento em Serviço Social, até à data da investigação não existiam base de dados oficiais específica em Serviço Social, muito devido à escassez financeira que suporte esse trabalho.

(...) Pero en España no hay en esto momento todavía ninguna base de datos especifica de revistas en trabajo social. La revista de trabajo social normalmente son evaluadas e están integrados en base de datos, mas, mas generales. Hay un movimiento ahora por parte de la conferencia de decanos directores de trabajo social que Vicenta es la presidenta ahora hay liberado por la Universidad de la Rioja para evaluación especifica dentro de dialnet. ¿Cual es el problema? Que costa dinero e hay algunas facultades, algunas escollas de trabajo social que están dispuesto a financiar-lo pero hay otras que no están. Por ejemplo, aquí la Complutense, nuestra facultad hay dicho que no estaba dispuesta. [E1, Homem, diretor de doutoramento de uma universidade espanhola]

A produção científica em Espanha tem vindo a aumentar consideravelmente nos últimos anos: os prémios de investigação oferecidos pelo *Consejo General de Colegios* e pelo *Colégio Oficial de Cataluña* contribuem para fomentar os estudos teóricos e as

sistematizações práticas. Não obstante o aumento da produção científica nos últimos anos, Espanha encontra-se em sexto lugar no *ranking* dos países da Europa Ocidental, relativamente à sua produção científica na área do Serviço Social, tendo produzido, entre 1996 e 2016, 252 artigos.

Figura 3.1. Ranking da Produção Científica em Serviço Social por Países entre 1996 e 2016.

	Country	Documents	Citable Documents	Citations	Self-Citations	Citations Per Document
1		UK	5719	5459	86966	38926
2		Sweden	705	687	8550	2342
3		Netherlands	564	550	12621	2481
4		Germany	369	363	8134	1739
5		Norway	352	349	3159	633
6		Spain	252	248	2723	782
7		Ireland	251	241	3050	345
8		Finland	249	244	3477	603
9		Italy	221	213	5387	928
10		Belgium	198	193	2527	409
11		Denmark	154	142	1337	209
12		France	105	101	1895	294
13		Switzerland	105	101	1474	214
14		Portugal	74	74	899	125

Fonte: Scimago Journal & Country Rank⁵⁷

⁵⁷ <http://www.scimagojr.com/countryrank.php?category=3323&area=3300®ion=Western Europe>, visitado em 10 de outubro de 2017

Os estudos universitários em Serviço Social tiveram o seu início em 1983, existindo, atualmente, 32 universidades a ministrar cursos nesta área⁵⁸, de onde saem profissionais *Diplomados en Trabajo Social*.

Em 2004 surge a primeira publicação do *Libro Blanco de Trabajo Social*, aprovado pela *Agencia Nacional de Evaluación de la Calidad y Acreditación* (ANECA), que vem uniformizar o referencial formativo do Serviço Social, que o define como uma formação teórico-prática, cuja realização de práticas profissionais adquire uma reconhecida importância, na medida em que favorece uma aproximação entre o estudante e o contexto real de exercício profissional, durante a sua formação académica. Além disso, o referido documento reconhece a necessidade de:

La existencia de un programa específico de prácticas profesionales de Trabajo Social, donde se recoja tanto los contenidos docentes que los alumnos deben alcanzar como las instrucciones necesarias para el desempeño de los profesionales colaboradores con las mismas. Asimismo, debe constar de las estrategias de coordinación y cooperación, sesiones de orientación por parte del centro para los profesionales colaboradores... (2013: 100)⁵⁹

Em 2007, a *Conferencia Española de Decanos/as y Directores/as de Centros y Departamentos de Trabajo Social* (à frente mencionada como CDTs), juntamente com o *Consejo General de Trabajo Social* elaboram e aprovam os critérios que desenham o plano de estudos do Serviço Social, cuja finalidade se fixa no estabelecimento de um marco de referência que sirva às universidades como um guia orientador para a elaboração de planos curriculares standardizados, com orientações e recomendações. Este documento vem consolidar o desejo expresso pelo entrevistado, apresentado como, “Tenemos uno objetivo de criacion de standards para los programas del doctorado”. [E1, Homem, diretor de doutoramento de uma universidade espanhola]

⁵⁸ <https://dtsss.ua.es/es/enlaces-de-interes/facultades-y-escuelas-universitarias-de-trabajo-social-de-espana.html>, visitado em 20 de outubro de 2017

⁵⁹ (Conferencia de Decano/as y Directores/as de Trabajo Social de las Universidades de España, 2013:100)

Nesta proposta, os conteúdos programáticos estão agrupados em cinco módulos, sendo um deles, *Las prácticas y Trabajo Fin de Grado*. O documento refere as competências que o aluno deve alcançar com as práticas, destacando a experiência direta que permitem adquirir, o desenvolvimento de competências que estas pressupõem, a exigência metodológica e ética que requerem. Além disso, são estabelecidas condições para o desenvolvimento das práticas profissionais⁶⁰:

- Um conjunto de atividades orientadas para uma aprendizagem baseada na ação e na experiência, que permitem a apropriação e a integração de competências, conhecimentos e valores;
- Deve permitir aos estudantes, entre outras atividades, descobrir, analisar e compreender o contexto e os processos de intervenção social sob monitorização de um/a trabalhador/a social experimentado no seu próprio contexto organizativo; deve ser um espaço onde a teoria se relaciona com a prática;
- Deve desenvolver-se em serviços e entidades que prestem serviços orientados para o Serviço Social e que sejam reconhecidos como centros colaboradores para a formação em práticas pelas universidades mediante convénios; recomenda-se que a participação desses centros nas atividades universitárias seja fomentada;
- Deve incluir necessariamente dois elementos: a supervisão e a tutela profissional.

Ambos os documentos se tornaram num referencial para a formação em Serviço Social, de tal forma que em 2012, no *IX Congreso Estatal de Facultades de Trabajo Social* foi discutida a necessidade de avaliar a implementação das práticas de *Grado y Trabajo fin de Grado* nas universidades espanholas. Nesse sentido, foi colocado em marcha um estudo, com o objetivo de conhecer as boas práticas levadas a cabo pelas diferentes universidades. Os resultados do estudo foram apresentados na *Jornada sobre las prácticas*, em junho de 2012, em Santiago de Compostela, numa iniciativa da CDTs, e colocam em evidência 2 aspetos:

⁶⁰(Conferencia de Decano/as y Directores/as de Trabajo Social de las Universidades de España, 2013:100)

- Os conteúdos práticos são elementos chave para a formação em Serviço Social, fundamentais para o processo formativo;
- Verifica-se uma ampla homogeneidade nos princípios fundamentais, objetivos, conteúdos programáticos, etc., no entanto, há uma certa diversidade na organização e nos planeamentos que as universidades adotam relativamente à componente prática.

A fim de minimizar eventuais disparidades entre a formação prática nas universidades, é elaborado por uma comissão de especialistas em Serviço Social, um documento de recomendações denominado *Estándares de calidad de las prácticas externas en la titulación de Grado en Trabajo Social*. Este vem a ser um documento de referência, propondo uma série de critérios de qualidade e recomendações gerais para a formação em Serviço Social. Este documento realça a importância da participação dos diferentes agentes implicados, direta ou indiretamente, no processo formativo. Entre eles alunos, corpo docente, pessoal administrativo e de serviços, profissionais, universidades, administração, empresas, entidades sociais e colégios profissionais.

Estão consagradas, no documento, diretrizes que regulam⁶¹:

1. Desenho das práticas:

- A componente prática: estratégias a adotar; regulamentação das práticas (documentação específica, etc.); importância do envolvimento dos vários atores implicados no processo, tanto no desenho, organização, planificação, implementação e avaliação da atividade prática; desenvolvimento de um documento explicativo de organização e gestão das práticas (*Guia de prácticas*).
- O modelo formativo: experiência em contextos reais permitindo o desenvolvimento de competências profissionais; competências profissionais aliadas à prática profissional; promoção de uma interligação entre a teoria e a prática, onde ambas se combinam, interrelacionando conhecimentos, competências, atitudes, valores e emoções; aprendizagem colaborativa, onde o aluno se assume como protagonista do processo de assunção e construção do conhecimento, tendo os professores e os

⁶¹ (Conferencia de Decano/as y Directores/as de Trabajo Social de las Universidades de España, 2013:101)

profissionais envolvidos no processo como facilitadores da aprendizagem; certeza de uma formação de qualidade.

- O plano de estudos: a componente prática deve estar articulada com a componente teórica; definição de um número mínimo de horas recomendado em trabalho de campo; identificação da metodologia a aplicar e dos vários níveis de implicação no trabalho de terreno.
- O guia docente: define competências a adquirir, resultados da aprendizagem, conteúdos curriculares, metodologia e processos avaliativos.

2. Organização das práticas:

- A colaboração institucional: é imprescindível um trabalho convergente e consertado dentro da própria universidade, a fim de agilizar procedimentos necessários o desenvolvimento da componente prática, como a garantia da disponibilidade de recursos suficientes e adequados às necessidades de organização e implementação das atividades práticas; elaboração de material de apoio à docência (guias de práticas, etc.); formação específica dirigida ao corpo docente e aos profissionais que orientam os alunos no terreno; dispensa de aulas para os professores/orientadores de alunos no terreno, e que necessitem efetuar visitas de acompanhamento; apoio logístico à gestão das atividades práticas; organização de *Jornadas de Encuentro* com os profissionais que tutelam os alunos no terreno.
- A estrutura organizativa: a nomeação de um elemento/departamento que coordene toda a atividade prática, sendo aconselhável a sua pertença ao departamento de *Trabajo Social y Servicios Sociales*; a criação de uma *Comisión de prácticas*, que reúna elementos representativos dos vários atores implicados na atividade prática.
- Os agentes implicados: corpo docente ou tutores académicos; profissionais responsáveis pela supervisão dos alunos; estudantes. Todas as responsabilidades de cada uma destas entidades se encontram plasmadas no documento.
- O reconhecimento: estabelecem-se reconhecimentos formais a todos os implicados no processo, sejam reconhecimentos académicos e/ou monetários, de carreira, institucionais, etc.

- Os recursos técnicos: além dos recursos financeiros e humanos necessários à organização e implementação da componente prática, para que tal seja colocada em curso, verifica-se a necessidade de recursos técnicos. Nesse sentido, considera-se que a adoção de ferramentas de gestão, bases de dados, plataformas virtuais e o acesso à internet favorecem todo o processo formativo prático, facilitando a comunicação, a gestão e o desenvolvimento das atividades.
- 3. Planificação e implementação das práticas:
 - Fase de preparação das práticas (informação e adjudicação de lugares): procedimentos de gestão dos *centros de práticas*. Trata-se do momento em que se encontra um local adequado ao desenvolvimento de atividades práticas que vá ao encontro das solicitações dos alunos, sem nunca descuidar os objetivos formativos. É necessário gerir tanto o número de alunos como o número de ofertas, bem como disponibilizar toda a informação necessária aos agentes implicados no processo.
 - Fase de início e desenvolvimento (estabelecimento de protocolo): definição de um projeto formativo individual, onde se identificam as competências, objetivos formativos e atividades a desenvolver em cada prática académica. Neste momento são estabelecidos horários e definidas expressamente as responsabilidades do aluno, assim como a duração e a frequência das sessões de acompanhamento que lhe serão proporcionadas. É ainda neste momento que serão determinadas as estratégias de coordenação e de comunicação entre o professor e o tutor/orientador local. Os registos escritos e os materiais a elaborar também são decididos nesta fase.
 - Fase final (finalização das atividades práticas e avaliação da prestação do aluno): é aqui que se dá o encerramento das atividades práticas. A avaliação do aluno deverá ir ao encontro dos critérios de avaliação previamente estabelecidos. Os instrumentos de avaliação deverão conter um conjunto amplo de indicadores, atendendo aos objetivos do processo formativo e à reflexão do aluno em torno das práticas efetivadas. Deve ter-se sempre em consideração que as atividades desenvolvidas e as

aprendizagens adquiridas seguem as normas e os procedimentos estabelecidos.

4. Avaliação da organização e funcionamento das atividades práticas:

- No final da atividade prática, avalia-se o nível de satisfação dos diversos agentes implicados no processo, bem como o próprio processo, os resultados e o impacto. Os resultados a avaliação estão na base de propostas de melhoria, que serão incluídas nos *guia de prácticas* e *guia docentes*.

5. O Trabalho de Fim de Graduação:

- Neste ponto encontram-se plasmadas todas as diretrizes necessárias à construção do referido trabalho: onde, como e sobre o quê se pode desenrolar a atividade prática que dará origem ao trabalho ou como decorrerá a investigação ou a reflexão teórica.

Como podemos observar, os estudos têm um vincado carácter teórico-prático, em que cerca de 40% da formação é constituída por atividades práticas. Os estudantes realizam obrigatoriamente um estágio supervisionado por profissionais diplomados em exercício e é realizado em centros privados ou públicos de *Servicios Sociales*.

De acordo com Charfolet (2011), o acesso aos estudos realiza-se através de um *Examen de Selectividad* a que se submetem os estudantes titulares de formação de grau médio (bacharelato), titulares de formação de grau superior, formação profissional especializada, pessoas que já tenham realizado carreira universitária noutra área ou candidatos ao ensino superior com mais de 25 anos, que deixaram de estudar precocemente e pretendem aceder à universidade através de um exame especial, centrado em matérias de Ciências Sociais e Humanas. Os titulares de outros estudos de nível superior procuram licenciar-se em *Trabajo Social* para obter *conocimientos y habilidades que les permitan humanizar sus profesiones*; a maioria dos titulares de licenciatura que procuram licenciar-se em *Trabajo Social* provêm de áreas como a Sociologia, a Educação, a Medicina, a Enfermagem e o Direito.

3.1.2. A FORMAÇÃO DOUTORAL EM *TRABAJO SOCIAL*

Até há poucos anos, o ciclo de estudos de *Trabajo Social* encontrava-se ao nível do bacharelato (1º ciclo universitário, em Espanha) o que supõe que os estudantes, uma vez

terminada a sua formação, poderiam candidatar-se a estudos de 2º ciclo (licenciatura) noutras disciplinas científicas. A realização de Doutoramentos em *Trabajo Social* não era possível e apenas se realizavam teses em áreas afins ou relacionadas com o Serviço Social. A mesma autora defende que a curta duração dos ciclos de estudos poderá ser prejudicial, dado o seu caráter generalista, reafirmando que a duração do ciclo de estudos não permite aos estudantes a aquisição de conhecimentos e competências necessárias para intervir numa complexidade social cada vez mais crescente. Também por esse motivo, os trabalhadores sociais são excluídos de lugares de responsabilidade e direção, uma vez que, grande parte, não possui uma licenciatura. Nesse sentido, a inclusão do Serviço Social no Sistema Europeu de Educação Superior veio permitir que os futuros trabalhadores sociais saíssem das universidades mais bem preparados para a intervenção em situações de especial complexidade e estimulou a investigação e a criação de conhecimentos científicos, ao mesmo tempo que permitiu aos profissionais que ascendessem a níveis de responsabilidade, possibilitando a sua participação na planificação de programas e políticas sociais que deem resposta a novas situações de necessidade e exclusão social. Acrescenta que, estudos pós-graduados especializados poderão permitir a criação de correntes de pensamento consolidadas na área do Serviço Social. Por sua vez, as alterações à configuração dos planos de estudos em *Trabajo Social* permitem a realização de estudos avançados que, por sua vez, abrem a possibilidade à realização de estudos ao nível de Doutoramento.

Os responsáveis pela docência em matérias específicas do *Trabajo Social* (teóricas e/ou práticas) são doutorados em Serviço Social, tendo, geralmente, licenciaturas noutras áreas. Apesar de não ser um requisito indispensável, um elevado número de docentes de *Trabajo Social* são doutorados, e aqueles que não o são, encontram-se nesse processo.

Contudo existem situações como a do entrevistado em que, no momento em que selecionaram a área de doutoramento, por o Serviço Social ainda não ter a existência do 3º ciclo em Espanha, acabaram por se doutorarem noutras áreas: “Cuando me hay doctorado no lo existía. (...) Yo soy doctor en psicología social converti-me em trabajo social despues de hacer doctorado en psicología. Despues de ya ser doctor fuy hacer una licenciatura em trabajo social em Talavera.” [E1, diretor de doutoramento de una universidad española]

Não deixa de ser curioso este percurso invertido, que corrobora a perspetiva de Rullac (2012; 2014;) sobre a experiência do Serviço Social ser assaltado no campo

profissional. É cada vez mais notável, que devido às exigências de avaliação internacional, requererem professores doutorados em Serviço Social para a docência nos cursos universitários, existir cada vez mais profissionais e acadêmicos/as de outras áreas a procurarem a formação específica em Serviço Social.

Na atualidade e academicamente falando, considera-se que a integração do Serviço Social no sistema europeu de educação superior permite a especialização nesta área de conhecimento, em vários níveis acadêmicos, tal especialização contribui para a melhoria das qualificações profissionais dos/as assistentes sociais, com repercussões nas funções que hodiernamente ocupam.

3.2. O CASO AMERICANO

A edificação da formação em Serviço Social nos Estados Unidos da América tem a sua origem em finais do século XIX. Olhada em primeiro lugar como uma vocação e mais tarde como uma profissão, a formação em Serviço Social neste país surgiu como o produto da mentalidade de uma certa engenharia social, que expressa a ideia de que os problemas podem ser solucionados através da aquisição e aplicação do conhecimento (Reid & Edwards, 2006), o que convoca a noção de ciência aplicada ao Serviço Social desde a sua fundação. Com efeito, na segunda metade do século XIX, os EUA experienciaram um crescimento massivo da população com a rápida industrialização nos espaços urbanos e com fortes movimentos migratórios, transformações essas acompanhadas de um crescimento intenso dos problemas sociais. Típicos das sociedades modernas, os fenómenos sociais vinculados ao desenvolvimento massivo da maquinaria e da produção industrial, como as condições de trabalho marcadas pela precariedade, os baixos salários, as condições habitacionais deficientes, a desagregação familiar, a pobreza entre outros, chamavam a si formas de resolução que, para além de não poderem ser casuísticas, teriam de ser diagnosticadas, avaliadas e respondidas de forma consistente e responsável.

Esta forma estruturada de conceber uma resposta social sólida aos problemas sociais que a modernidade trazia consigo consiste na institucionalização da educação em Serviço Social. Aliás, no mundo em geral e nos Estados Unidos da América em particular, o desenvolvimento da formação em Serviço Social não é inócuo ao desenvolvimento de

outras condições⁶², de pendor teórico e de pendor social, que vieram a fazer parte de um movimento progressista, encabeçado por uma classe média educada, interessada em apresentar soluções para a explosão de problemas sociais que, pelo impacto que tinham no funcionamento social, bem como no domínio das relações sociais, assumiam cada vez maior importância. É contemporâneo ao final do século XIX, bem como da afirmação deste Movimento Progressista, o desenvolvimento e institucionalização das ciências sociais como disciplinas de carácter académico científico. Surgiam cada vez mais, nas instituições de ensino superior americanas, cursos relacionados com a interpretação e tratamento dos problemas sociais como a pobreza, o pauperismo, a delinquência e o crime, e havia uma preocupação crescente em determinar se estes fenómenos teriam origem num qualquer defeito individual, ou se pelo contrário radicariam num funcionamento deficiente no espectro social. É nesta sequência que temas como a ética social e a filantropia aplicada passam a fazer parte dos currículos das recém-criadas ciências sociais das universidades, nomeadamente dos programas da Sociologia e da Economia.

Para além dessa condição em particular, existem, de acordo com Austin (1997) duas outras condições consideradas de extrema importância para o futuro da educação em Serviço Social nos EUA: (i) o estabelecimento da Conferência Nacional de Caridade e Correção⁶³ que chamou atenção para a organização e gestão das instituições de custódia estatais e locais. O objetivo desta Conferência consistia em fornecer uma oportunidade aos gestores de programas de intervenção e aos líderes cívicos para discutir questões de interesse mútuo que abrangiam a formação de trabalhadores nas organizações de caridade bem como melhorar a eficiência da administração da caridade. Finalmente, (ii) e numa perspectiva de mudança de paradigma feminino, nomeadamente no que se refere ao abandono da perspectiva tradicional da mulher como esposa e dona de casa, acontecia o estabelecimento das universidades femininas, de carácter privado, bem como as

⁶² “As condições teóricas envolvem, por um lado, um certo estado da problemática (conjunto articulado de questões) no campo científico considerado e os problemas atuais ou virtuais que essa problemática permite formular e, por outro lado, toda a instrumentalidade teórica, metodológica e técnica (os meios de trabalho teórico) disponível e acionável para dar conta dos referidos problemas. As condições sociais designam a pluralidade de estruturas e práticas da formação social em que a atividade de investigação se exerce e que nela por múltiplas formas interfere.” (Almeida & Pinto, 1995: 67)

⁶³ National Conference of Charities and Correction.

universidades públicas mistas (Newcomer, 1959, *apud* Austin, 1997), que viriam a permitir a formação estruturada, no âmbito ainda primário das ciências sociais, das mulheres. Com efeito, enquadradas num espírito reformista progressivo que fazia oposição ao modelo americano de bem-estar capitalista, tornaram-se cada vez mais consistentes as intervenções das mulheres no cuidar profissionalizado, nomeadamente nas questões da infância, e nas questões da opressão e da exploração familiar, típicas dos grandes espaços urbanos aos quais numerosas famílias de imigrantes tinham chegado para trabalhar.

A emergência do Serviço Social e a sua profissionalização surgiram num contexto marcado pelo esforço de indivíduos que voluntariamente tiveram a iniciativa de procurar respostas face à “Questão Social” do paradigma que se instaurava, nomeadamente marcado pelas consequências de uma afirmação capitalista selvagem. Como observaram Garvin e Cox (2001, *apud* McNutt, 2013), a industrialização trouxe consigo a necessidade de um grande número de trabalhadores concentrados, o que posteriormente suscitou fenómenos como a imigração em massa, a urbanização e, por consequência, o surgimento de problemas de cariz social. Portanto, no fim do século XIX a América do Norte vivia um contexto paradoxal, pois se por um lado houve lugar à expansão da economia produtiva por via da industrialização, por outro lado assistiu-se ao aumento da pobreza, do desemprego, da negligência e do abandono de crianças e a vulnerabilidade das pessoas portadoras de deficiência crônica. Passando de um modelo de estado, pré-guerra civil, assente na propriedade e na escravatura, e num modelo cidadão de luta pela liberdade dos oprimidos, nos finais do século XIX, assiste-se a um novo reformismo, assente na preocupação de intervir com os mais pobres, particularmente as crianças. Assim, as instituições de caridade, sobretudo religiosas e racionalistas, promoveram programas de apoio às comunidades. Qualquer que fosse a confissão religiosa, a mensagem de compaixão e justiça social imperava, sendo nesse contexto que surgem os Conselhos de Caridade, compostos por cidadãos proeminentes que trabalhavam sem auferir qualquer espécie de remuneração, cujo objetivo passava por racionalizar a atuação das instituições residenciais criadas antes da Guerra Civil. Estes Conselhos tinham uma função consultiva, e a atuação dos seus membros consistia na realização de inspeções a hospitais de saúde mental, prisões, orfanatos e escolas para pessoas portadoras de deficiências com o propósito de aconselhar a uma gestão mais eficiente destas instituições. Este trabalho começou em Massachusetts em 1862, e posteriormente adotado em mais estados ao longo do último terço do século XIX.

Com o eclodir de instituições cuja principal função seria a prestação de assistência aos mais pobres e necessitados, surgiram perto de 1880 a Charity Organization Society (COS) e as Settlement Houses. Implementada, inicialmente em Buffalo no ano de 1877, tratava-se de uma organização que viria a ser a face da “caridade científica”, nas palavras de Reid & Edwards,

termo cunhado pela COS, que expressava perfeitamente a seguinte ideia: aplicar os métodos e o rigor da ciência, e fazer pelo bem-estar social o que essa abordagem fizera para a medicina e pela engenharia. O trabalho social, como caridade científica, consistia em estudar o problema da dependência, reunir dados, testar teorias, sistematizar a administração e desenvolver técnicas que levassem a uma “cura. (Reid & Edwards, 2006: 470)

Para desenvolver essa caridade moderna e científica, havia a necessidade de conhecimento objectivo, sistematizado e imparcial acerca dos fenómenos em causa, para que os assistentes sociais pudessem compreender em profundidade o carácter e a organização da ordem social, a natureza e o impacto da mudança social e serem competentes nos meios de trabalhar com os indivíduos para efetuar a mudança. A constituição das COS incluía investigadores (remunerados) e os designados “*Friendly Visitors*” (voluntários) que visitavam os utentes, realizavam entrevistas e faziam o aconselhamento e orientação assistencial. Ao trabalhar de forma organizada, as COS vieram a dar origem ao planeamento social na prática comunitária e os seus investigadores viriam a ser os precursores dos trabalhadores sociais nos Estados Unidos da América.

Paralelamente ao trabalho desenvolvido pelas COS, as Settlement Houses foram estabelecidas nas grandes cidades nos Estados Unidos, durante a década de 1880, e visavam a criação centros comunitários em áreas urbanas. Os trabalhadores das Settlement Houses trabalhavam para ajudar a socializar os novos imigrantes nas cidades. Numa linha de trabalho de grupo e de articulação com atores sociais locais, tinham como principal função promover a educação, aconselhamento e a orientação para a integração dos indivíduos, usualmente imigrantes e pobres, na comunidade. Os trabalhadores destas casas eram normalmente indivíduos de classe média que aí operavam em regime de voluntariado e que trabalhavam em conjunto com cientistas sociais académicos, oriundos das universidades circundantes, e habitualmente alocados a disciplinas académicas que trabalhavam os problemas decorrentes da urbanização. A mais representativa deste

movimento é sem dúvida a Hull House, fundada em Chicago em 1889, por Jane Adams e Ellen Gates Starr. Addams (1893) acreditava que o serviço prestado no âmbito da *Hull House* era um trabalho vital, tanto para os moradores como para os voluntários, que precisavam de um propósito na vida, e para a sociedade em geral, através da construção de pontes necessárias entre as classes em uma sociedade cada vez mais estratificada e fragmentado (Addams, 1893, *apud* McNutt, 2013).

Este conjunto de condições teóricas e sociais viriam a ser os antecedentes da criação dos cursos de Serviço Social nas instituições de ensino superior americanas, especialmente preocupadas com a ciência aplicada aos problemas sociais concretos e com um móbil de se encontrar ao serviço do interesse público.

Cronologicamente, de acordo com Austin (1997), a primeira geração de escolas de Serviço Social tem a sua existência desde finais do século XIX até ao final da década de 20 do século XX. Não é despidendo considerar que esta primeira geração corresponde em termos temporais a um conjunto de ocorrências sociais e políticas importantes e que determinaram de certa maneira a orientação perseguida por essas escolas.

Entre 1870 e 1920 o governo americano estabeleceu um número significativo de políticas com o objetivo de proteger os veteranos de guerra e os seus dependentes, e as mães e filhos desprotegidos.

Estas políticas incluíram esforços para controlar a tuberculose em áreas urbanas americanas na década de 1880 e a fundação das Settlement Houses nas cidades de Nova York e Chicago, bem como os esforços para cuidar do bem-estar infantil, representados principalmente pela Children's Aid Society e pela Society for the Prevention of Cruelty para crianças, ambas com sede em Nova York. No entanto, foi o desenvolvimento da Charity Organization Society (COS), primeiro em Buffalo, Nova Iorque, em 1877, que contribuiu para a identificação detalhada e classificação do que veio a ser chamado de “trabalho social”. Ao fazê-lo, estabeleceu-se uma base tanto na identidade quanto no método sobre o qual o trabalho social se desenvolveu. Mary E. Richmond usou pela primeira vez o termo “trabalho de caso” em 1899 e o seu livro de referência, *Diagnóstico Social* (1917), tornou-se o trabalho de referência padrão para “assistentes sociais. (Reid & Edwards, 2006: 469)

São vários os autores que radicam as primeiras conceptualizações sobre a necessidade de formação estruturada em Serviço Social num artigo apresentado por Anne Dawes⁶⁴, em 1893, intitulado “*The need for training schools for a new professions*”. Na verdade, para além da necessidade estruturada de formação específica, estava diagnosticada também a incapacidade do grupo designado de “visitantes amigáveis” (Reid & Edwards, 2006: 470) conseguir responder às necessidades que as pessoas em situação de vulnerabilidade social viviam. Nesse sentido, a proposta de Dawes fazia a apologia da sistematização e transmissão de um vasto conhecimento acumulado pelas pessoas que se vinham dedicando à caridade, o que viria a ser reforçado pelo artigo de Mary Richmond (1897) intitulado “*The need of a training school in applied philanthropy*”. É na sequência da tomada de conhecimento destes dois artigos, que ocorre em 1897, a Escola de Verão de Filantropia e Organização da caridade, em Nova Iorque, naquela que viria a ser a primeira universidade americana a desenvolver um programa de formação em Serviço Social, a Universidade de Columbia. Esta escola de Verão consistiu num programa de formação que decorreu ao longo de seis semanas, composta por palestras, visita a organizações de caridade públicas e privadas e trabalho de campo supervisionado. Em 1903, o programa da escola foi ampliado para incluir um curso de inverno de seis meses, que, em 1904, foi estendido para um ano passando a designar-se *New York School of Philanthropy*.

Pese embora a importância que estas duas autoras têm no espoletar da formação superior em Serviço Social, também é nelas que radicam os primeiros conflitos de preparação do programa de formação em Serviço Social, ora numa vertente de aproximação teórica, ora numa vertente de trabalho de terreno, aparentemente sem que se conseguisse chegar a uma complementaridade nos traços.

A primeira geração de escolas em Serviço Social teve a sua primeira concretização nas cidades de Boston, Nova York e Saint Louis, tendo vindo a multiplicar-se ao longo das primeiras décadas do século XX. A constituição, em 1919, da *Association of Training Schools for Professional Social Work*, por 17 membros fundadores, dos quais 2

⁶⁴ Anna Laurens Dawes (14 de maio de 1851 - 25 de setembro de 1938) foi uma autora e sufragista americana. Filha de um senador republicano dos Estados Unidos tornou-se curadora da Smith College (1889-1896). Trabalhos notáveis incluem *How We are Governed* (1885), *The Modern Jew: His Present and his Future* (1886), *A United States Prison* (1886), *An Unknown Nation* (1888), *Charles Sumner* (1892), and *The Indian as Citizen* (1917). Disponível em <https://www.revolvy.com/page/Anna-Laurens-Dawes>, consultado em 25 de Agosto de 2018.

Canadianos (Austin, 1997: 601), indicia a existência de 15 escolas americanas, cujos programas de formação partilhavam entre si algumas regularidades, nomeadamente:

- Foram estabelecidos sob iniciativa privada ou não governamental.
- Desenvolveram-se a partir de pequenos programas de formação de pessoal, envolvendo a prática de assistentes sociais em agências sociais voluntárias; os currículos emergentes foram moldados, em grande parte, pelas percepções das agências empregadoras sobre suas necessidades de formação de pessoal.
- Foram organizados principalmente como programas de “educação de pós-graduação”, na suposição de que a maioria dos estudantes, principalmente mulheres, já teria um diploma.
- Estabeleceram, em 1919, um currículo estruturado e procedimentos específicos de admissão de estudantes. A maioria desenvolveu um programa de estudo de dois anos, abandonando o modelo anterior de formação de tempo parcial para trabalhadores sociais empregados.
- Os professores geralmente eram escolhidos de entre aqueles com experiência em práticas de trabalho social, em vez de possuírem graduações avançadas em ciências sociais.
- Formaram estudantes para empregos de serviço direto, ou “trabalho de equipe”, em organizações voluntárias de Serviço Social sem fins lucrativos e em cargos de Serviço Social nas organizações anfitriãs, incluindo hospitais gerais, hospitais psiquiátricos, escolas públicas e, na década de 1920, clínicas de orientação infantil (Taylor-Owen, 1987). O trabalho de equipe era visto como particularmente apropriado para mulheres altruístas, consistente com os pressupostos populares sobre o mercado doméstico, as responsabilidades ou orientação para o cuidar típicos das mulheres em geral (Gordon, 1994; Shoemaker, 1996).
- Os programas de formação foram em grande parte localizados a leste do Mississippi e a norte de Washington, DC, a capital dos estados Unidos da América. (Austin, 1997: 601-2)⁶⁵

⁶⁵ Tradução própria.

Como referimos, anteriormente, a ambiguidade inerente ao Serviço Social enquanto profissão, e enquanto sistema de formação é antigo e surge na sua própria conceptualização. Será esta uma disciplina de cariz teórico, ou uma área de trabalho eminentemente prática?

De acordo com Austin (1997) e Shoemaker (1998), os primeiros currículos em Serviço Social enfrentavam dois modelos de conceptualização. Se por um lado, se advogava a existência de um programa construído, em grande parte, em torno da teoria das ciências sociais e potencialmente preparando os alunos para cargos em administração organizacional, análise de políticas com foco em reformas sociais ou ensino académico, havia por outro lado, a defesa de um programa de formação centrado na ação, que enfatizava os métodos de prática para os profissionais de primeira linha, principalmente em organizações voluntárias de Serviço Social. A esta divergência não é inócua a formação académico-científica dos diretores de escola ou de curso, e como nos mostra Austin (1997), no caso da primeira escola de Serviço Social, decorrente dos debates criados na escola de Verão, o ensino do Serviço Social seguia uma vertente assente na prática quotidiana dos trabalhadores que todos os dias enfrentavam os problemas sociais e conviviam com os indivíduos em situação de vulnerabilidade. Tal perspetiva mudou quando em 1907, Samuel McCune Lindsay, membro do corpo docente do Departamento de Economia da Universidade de Columbia, assumiu a direção da Escola. Sob a direção de Lindsay o currículo em Serviço Social viria a desenvolver-se em torno da ciência social aplicada, com a instrução prática no trabalho de caridade reduzida a um papel muito limitado (Meier, 1954 *apud* Austin, 1997). Alvo de críticas ferozes em torno da não preparação prática dos trabalhadores sociais, o mesmo programa viria a ser reformulado e ampliado para um currículo de dois anos, que enfatizava o uso de organizações comunitárias como laboratórios de formação, o uso indutivo de material de caso no ensino da prática de trabalho social e o emprego de indivíduos com experiência de trabalho social como membros do corpo docente.

A *National Conference of Charities and Correction* de 1915, que veio a dar voz ao posicionamento crítico de Flexner, foi um palco privilegiado de debate e discussão daquilo que a formação em Serviço Social deveria ser. Com efeito, Abraham Flexner, protagonista de uma das maiores discussões da história do Serviço Social põe em causa que o Serviço Social seja uma profissão, considerando que lhe faltava competência própria e uma técnica educacional transmissível. Tal comentário, associado a uma

discussão da qual já demos conta, veio promover o desenvolvimento bastante diversificado da formação em Serviço Social num âmbito geográfico mais alargado, ao mesmo tempo que potenciou a publicação da obra curial sob a autoria de Mary Richmond “Social Diagnosis” (1917). Nesta obra, a autora refuta Abraham Flexner afirmando que o trabalho de caso era uma técnica exclusiva do trabalho social e que poderia, portanto, fornecer a resposta para a imperiosidade do trabalho social, nomeadamente para o seu próprio auto-conhecimento e a aquisição de distintas competências. Para isso contribuiriam as várias componentes do seu modelo de formação, designadamente, a avaliação e reabilitação de indivíduos e famílias a partir de um plano de primeiro ano focado em métodos práticos gerais, a participação dos estudantes em contexto de posto de trabalho, nomeadamente em organizações dedicadas ao serviço de apoio social, e a existência de professores de Serviço Social com experiência de terreno.

Ao longo das duas primeiras décadas do século XX foram crescendo, como já dissemos, o número de escolas e universidades que ofereciam a formação em Serviço Social. Este florescimento tinha como principal característica a sua diversidade, na medida em que pairavam sobre a criação dos currículos a filiação das escolas, por exemplo, em termos de confissão religiosa e etnicidade. A este respeito foi criada, em 1911, na Universidade Fisk em Nashville (Tennessee), nomeadamente pelo Departamento de Sociologia, o primeiro programa de formação em Serviço Social para negros (Austin, 1997).

Na sequência destes primeiros programas de formação em Serviço Social surge um segundo grupo criado pelos programas de graduação em ciências sociais em algumas universidades públicas, nomeadamente a Universidade do Minnesota e a Universidade Pública do Ohio, que viriam também a ser membros fundadores da Associação de Escolas de Formação em Serviço Social. Pese embora a sua heterogeneidade inicial, eram programas marcados por alguns traços comuns, nomeadamente em termos de institucionalização. Com efeito, nasceram todos nos departamentos de sociologia existentes, evoluíram para um curso de ciências sociais aplicadas, terminando por se autonomizarem enquanto curso de Serviço Social. De acordo com Austin (1997), alguns dos programas iniciais de Serviço Social chegaram a crescer para curso de pós-graduação e mais tarde para mestrado, e tiveram sempre na sua base uma certa ligação à política social do Estado e a um certo desejo social reformista encabeçado pelo corpo docente dessas universidades.

Com o *Social Security Act* (1935) foram estabelecidos programas federais que abrangiam o seguro por velhice, desemprego, segurança social e serviços sociais, programas supervisionados e financiados pelo governo federal. Por esse motivo, vários foram os Estados que contrataram novos funcionários, a maioria deles sem experiência de trabalho social, para atuar nesta rápida expansão de serviços nos sistemas de segurança social. Foram fornecidos programas de formação e muitas universidades estatais introduziram programas de educação e graduação em serviço social. Enfatizando a necessidade de formação superior, as escolas estabelecidas de Serviço Social, concentradas em áreas urbanas e muitas vezes em universidades privadas começaram a criar programas de pós-graduação. As criações de cursos deste género tinham o patrocínio de duas organizações distintas que representavam os dois movimentos em educação para o Serviço Social, mas igualmente importantes: a *American Association of Schools of Social Work* (AASSW) e a *National Association of Schools of Social Administration* (NASSA).

Enquanto a NASSA admitia o ensino de graduação, o AASSW enfatizava a educação de pós-graduação e nos anos seguintes, o *Master of Social Work* (MSW) tornou-se o grau profissional padrão. Para alguns que trabalham no ensino do trabalho social, parecia que duas profissões de assistência social foram surgindo, por um lado uma profissão de pós-graduação com base no grau de MSW por outro lado uma profissão de licenciatura com base na aquisição de um grau de licenciado. Enquanto muitos MSW's continuaram a trabalhar no setor de Serviço Social voluntário, as oportunidades de emprego público aumentaram durante a década de 1930.

Em 1930, os assistentes sociais desenvolviam novas conceptualizações de métodos e de prática do Serviço Social, tendo daí surgido duas novas organizações com novas conceptualizações sobre a prática do serviço social designadamente a *Association for the Study of Group Work* (ASGW) em 1935, e a *Association for the Study of Community Organization* (ASCO) (1939).

O percurso da institucionalização da formação em Serviço Social nos EUA ocorreu sempre com uma característica dicotómica. Os programas de pós-graduação em faculdades e universidades privadas geralmente preparavam os estudantes para cargos em programas sociais de caridade e em serviços especializados de Serviço Social dentro das organizações anfitriãs, como hospitais, clínicas de orientação infantil, escolas públicas. Por outro lado, os programas de graduação nas universidades públicas foram criados em grande parte para preparar os estudantes para trabalhar em programas de segurança social

pública e programas municipais em ambientes rurais e urbanos. A este respeito é elucidativo o trabalho que Linda Shoemaker nos apresenta no artigo “*Early conflicts in Social Work education*” (1998), onde discute os aspetos conflituais, nomeadamente, em torno da missão e direcção da formação em Serviço Social das primeiras três escolas nos Estados Unidos da América: a *New York School of Philanthropy*, a *Boston School of Social Workers* e a *Chicago School of Civics and Philanthropy*. De todos os conflitos latentes associados à formação em Serviço Social, os mais relevantes e ainda hoje discutidos prendem-se com o facto de o Serviço Social ser ou não uma ciência social, estar ou não alocado à universidade, e incidir o seu foco sobre o trabalho de caso individual ou, pelo contrário, contribuir para a construção de políticas de âmbito macrosocial.

3.2.1. ANÁLISE DA FORMAÇÃO DOUTORAL

A educação de base em Serviço Social nos estados Unidos da América teve início, como já tivemos oportunidade de demonstrar em finais do século XIX, não tendo demorado mais de duas décadas a progredir no sentido de um ciclo de estudos superior e em particular no âmbito da formação doutoral. Na verdade, data de 1920 o primeiro ciclo de formação doutoral em Serviço Social, na Bryn Mawr Graduate School of Social Work and Social Research, no leste dos EUA, perto da capital do Estado da Pensilvânia – Filadelfia. Com efeito, esta universidade, e em particular a sua oferta em termos de formação doutoral, é caracterizada como sendo uma das primeiras universidades femininas a oferecer formação graduada ao nível do terceiro ciclo de estudos, sendo designada como um sinal que os seus fundadores deram à recusa em aceitar as limitações impostas por outras instituições às mulheres no que se refere ao sucesso intelectual. Outras universidades se lhe seguiram, nomeadamente a *University of Chicago School of Social Service Administration* (1920), a *Catholic University School of Social Service* (1947) e a *University of Pennsylvania School of Social Policy and Practice* (1948) (Acquavita & Tice, 2015; Kurzman, 2015;), todavia a Grande depressão da década de 30 e a II Guerra Mundial funcionaram como travões ao desenvolvimento da formação doutoral em Serviço Social. De acordo com Kurzman (2015) da mesma maneira que condições estruturais importantes exteriores à academia condicionaram em decréscimo a existência de doutoramentos, condições políticas consonantes com uma certa inovação social propiciaram um novo retomar da preocupação com a implantação de programas

doutorais em Serviço Social. Com efeito, a disputa fraterna⁶⁶ entre a academia e a prática no âmbito do Serviço Social desde sempre existiu. Diferentes organizações de ensino certificavam planos de formação distintos para os assistentes sociais nos seus programas de graduação e pós-graduação, o que assumiu uma preocupação pois começaram a reconhecer que o ensino deveria ser unificado, unificação essa que viria a ser concretizada pela criação do *Council on Social Work Education* (CSWE) cuja inicial acção viria a corresponder à exigência do estatuto de pós-graduação e afiliação universitária.

Com a administração Kennedy, num panorama de grande investimento social, foi dado início a outros projetos, nomeadamente no bem-estar público e na prevenção da delinquência juvenil, para os quais foram criados grandes fundos estatais. Este tipo de programas de investimento económico-financeiro e social, cujo projeto inicial tinha incidido sobre o trabalho no âmbito da saúde mental, viria ainda a ser seguido pela administração de Johnson, que tinha criado um programa de luta contra a pobreza dirigido por entidades semi-públicas. Em qualquer uma das administrações e dos seus programas de investimento e inovação social, os assistentes sociais foram personagens principais, e a formação doutoral em Serviço Social viria também a sê-lo. De acordo com Kurzman (2015) entre 1965 e 1975, 20 novos programas doutorais em Serviço Social teriam tido início. Esta projeção formação doutoral em Serviço Social teve o seu início quando, em 1948, a Associação Americana de Escolas de Serviço Social (AASSW⁶⁷) criou uma comissão dedicada ao desenvolvimento do Currículo Avançado em Serviço Social. Esta comissão viria a publicar, a partir de 1953, uma série de monografias onde viriam a ser definidos os critérios da formação doutoral em Serviço Social, com especial incidência para a metodologia de pesquisa, mas também para o ensino do Serviço Social (Acquavita

⁶⁶ A *American Association of Social Workers* (AASW), organizada em 1921 tentou representar todos os assistentes sociais, mas em 1918 já havia uma organização feita por assistentes sociais clínicos, em 1919 por assistentes sociais escolares, em 1926 por assistentes sociais no âmbito psiquiátricos, em 1936 por assistentes sociais especificamente vocacionados para o trabalho em grupos de ajuda, em 1946 por organizadores da comunidade e em 1949 por investigadores. Várias comissões interorganizacionais foram levadas a cabo durante o início da década de 50 para desenvolver um acordo para uma única organização profissional de Serviço Social. Embora as primeiras comissões tenham incluído a AASSW como membro sem direito a voto, a consolidação das organizações de educação e da prática não foi conseguida. Em 1955, as 7 organizações de profissionais e investigadores reuniram-se e formaram a *National Association of Social Workers* (NASW), composta por 22000 membros.

⁶⁷ Associação que viria a dar origem ao Conselho de Educação em Serviço Social (CSWE no original).

& Tice, 2015), especificamente na necessidade de detenção de um grau de nível doutoral para ensinar Serviço Social. Na perspetiva de Acquavita & Tice (2015) tal facto deve-se à escassez de professores com formação específica nesta área. Na sequência de vários estudos realizados em universidades dos Estados Unidos ao longo da segunda metade do século XX é perceptível a escassez de doutorados em Serviço Social dentro da universidade, envolvidos na formação desta área do conhecimento. Com efeito, como é descrito por Valentine et al. (1998, *apud* Acquavita & Tice, 2015) na década de 60 para se ser formador de Serviço Social na universidade bastaria ter um grau equivalente ao mestrado e uma certa quantidade de experiência profissional na área. Outros autores viriam a descrever esta mesma escassez noutro conjunto de estudos, nomeadamente o facto de na mesma década, apenas 10% dos docentes em universidades com o curso de Serviço Social terem o grau de doutor (Soffen, 1969, *apud* Acquavita & Tice, 2015), valor que viria a ser incrementado ao longo da década posterior, sendo este um requisito obrigatório para o ensino em Serviço Social definido pelo CSWE. Estudos posteriores (Grinnell, Kyte, & Hunter, 1979; Royse, 1980; Patchner, 1982 *apud* Acquavita & Tice, 2015), revelaram que a formação doutoral em Serviço Social era altamente focada na criação, debate e consumo da investigação entretanto realizada e que as questões pedagógicas da formação em Serviço Social ocupavam um espaço relativamente irrisório. Na sequência do escrutínio a que os programas doutorais em Serviço Social estiveram expostos na década de 70, viria a ser criada uma comissão para a estrutura e qualidade dos doutoramentos em Serviço Social, em 1972, pelo CSWE, especialmente vocacionada para abordar a estrutura em transformação da educação em Serviço Social nos Estados Unidos da América. Várias recomendações foram promovidas por esta Comissão, e por conseguinte, daqui viria a sair a instituição que, desde 1975 nos Estados Unidos, apresenta as linhas orientadoras dos programas doutorais em Serviço Social – o *Group for the Advancement of Doctoral Education in Social Work* (GADE)⁶⁸. Publicado pela primeira vez em 1985, o Guia GADE pretendeu recolher informação sobre todos os programas doutorais existentes nos Estados Unidos da América. Na sua primeira edição, ficaram registados 49 programas de formação doutoral em Serviço Social, 30 dos quais no seu

⁶⁸ Este grupo é composto em 2016 por representantes de 82 programas doutorais americanos, 9 programas doutorais canadianos e 1 programa doutoral israelita. Para além disso, é composto ainda por 10 representantes de programas de doutoramento profissionalizante americanos. Para efeitos de pesquisa, consideramos nesta investigação apenas os programas de doutoramento tradicionais e profissionalizantes americanos.

formato tradicional, de pendor mais acadêmico – os chamados PhD, e 19 dos quais no seu formato de aplicação profissionalizante – os chamados DSW. É aliás esta a sua característica distintiva, porém não sem luta conflitual no campo do Serviço Social.

De acordo com o guia GADE (2016),

os programas de doutoramento continuaram a evoluir, e os PhD e os DSW são agora bastante distintos, quando no passado havia muita sobreposição entre os dois tipos de graus. No campo do trabalho social, os programas de PhD são principalmente graus de pesquisa, embora vários programas de doutoramento tenham uma forte componente clínica. No geral, os programas de doutoramento intensificaram a sua formação em investigação nas últimas décadas e novos desenvolvimentos no campo, como a crescente importância da prática baseada em evidências, e novas iniciativas onde aumentaram a ênfase na pesquisa rigorosa e na ciência em programas de doutoramento em Serviço Social. (...) Os atuais DSWs, por sua vez, são muito diferentes de seus predecessores dos anos 1950, 1960 e 1970, que eram muitas vezes indistinguíveis dos PhDs. Os novos diplomas da DSW são doutoramentos de prática, voltados para proporcionar aos profissionais do Serviço Social uma formação avançada na prática e na liderança no Serviço Social. O primeiro dos novos programas de DSW começou a admitir estudantes em 2007, e a maioria começou a admitir estudantes nos últimos cinco anos. Embora os programas de DSW variem consideravelmente em termos de ênfase, a maioria leva aproximadamente três anos para ser concluída e envolve algum tipo de projeto culminante, seja projeto de conclusão, portfólio, tese ou dissertação⁶⁹ (GADE, 2016: 1-2).

3.2.2. LINHAS ORIENTADORAS PARA A FORMAÇÃO DOUTORAL EM SERVIÇO SOCIAL

O *Group for the Advancement of Doctoral Education in Social Work* (GADE) elaborou um conjunto de linhas mestras pelas quais os programas de doutoramento em Serviço Social devem guiar-se. Entendidas não como prescritivas, compilam, todavia, um

⁶⁹ Tradução própria.

conjunto de princípios base a que todos os programas de doutoramento em Serviço Social devem aspirar. Na medida em que o GADE não é uma agência de acreditação, por exemplo como o é o CSWE, e assumindo que todos os programas de doutoramento em Serviço Social estão representados no GADE, entendemos ser plausível afirmar que estas linhas orientadoras enformarão toda a formação doutoral em Serviço Social nos EUA.

Para conseguir compilar o documento final aprovado em abril de 2013, este grupo recorreu a trabalhos prévios desenvolvidos por anteriores direções do GADE, para além de um estudo desenvolvido por Anastas (2012) sobre a educação doutoral em Serviço Social, bem como uma iniciativa nacional levada a cabo por Brekke (2012) e Fong (2012) em torno da ciência do Serviço Social. Para além destas fontes, e de acordo com o GADE (2013, p. 1) foi realizado um estudo nacional em Dezembro de 2012 no qual participaram 416 docentes, administradores e estudantes de Serviço Social, e onde era solicitado aos participantes que expressassem a sua opinião sobre a importância de vários aspetos num programa de doutoramento em Serviço Social.

Esse documento orientador começa por definir o propósito da educação doutoral em Serviço Social, que em nada é diferente da formação doutoral noutras disciplinas científicas. Com efeito, os estudantes doutorais são preparados para funcionarem como *administradores da disciplina*, isto é,

aquele que gera e avalia criticamente o novo conhecimento, compreende como o conhecimento está a transformar a disciplina e o ambiente geral à sua volta, e comunica o seu conhecimento de uma forma responsável aos outros. (Walker et al. 2008 *apud* GADE, 2013) Ou seja, os doutorados em Serviço Social melhoram a arte e a ciência do Serviço Social gerando, disseminando e conservando o conhecimento que informa e transforma a prática profissional. Os domínios da investigação do trabalho social derivam da missão e do propósito do Serviço Social: “melhorar o bem-estar humano e ajudar a atender às necessidades de todas as pessoas, com atenção especial às necessidades e ao empoderamento das pessoas vulneráveis, oprimidas e vivendo na pobreza (NASW Code of Ethics’ *apud* GADE, 2013)⁷⁰.

Neste sentido são três as grandes áreas relativamente às quais os programas de formação devem desenvolver nos estudantes competências específicas e conhecimento,

⁷⁰ Tradução própria.

nomeadamente no que se refere ao (i) conhecimento profundo do Serviço Social enquanto profissão e enquanto disciplina, (ii) investigação e (iii) docência.

Quadro 3.2 – Áreas de formação doutoral em Serviço Social, conhecimentos e competências essenciais e conhecimentos e competências recomendadas

Áreas de formação doutoral	Conhecimentos e competências essenciais	Conhecimentos e competências recomendadas
Conhecimento profundo do Serviço Social enquanto profissão e enquanto disciplina É importante que o novo conhecimento que os administradores da disciplina desenvolvem e divulguem seja contextualizado dentro das características distintivas e das mais importantes ideias e achados que constituam o legado da profissão de Serviço Social. Os alunos com um Mestrado trazem um sólido conhecimento fundacional sobre o Serviço Social como uma prática profissional, que se aprofundou e se expandiu no programa de doutoramento em relação à teoria, à pesquisa e ao desenvolvimento do conhecimento.	• Localizar seu trabalho no panorama intelectual do trabalho social. • Analisar criticamente teorias, práticas, políticas e pesquisas. • Compreender as relações entre educação, pesquisa e prática do serviço social. • Compreender como o conhecimento no serviço social é relevante para questões públicas, incluindo a promoção da justiça social e aumento da equidade. • Compreender o papel e a importância dos valores e ética do trabalho social na pesquisa e desenvolvimento de conhecimento. • Desenvolver expertise em pelo menos uma área especializada do conhecimento.	• Articular as principais questões e controvérsias no trabalho social, tanto do passado como do presente. • Compreender as contribuições do trabalho social para a sociedade. • Conhecer as práticas / intervenções de ponta no campo de pesquisa do aluno. • Analisar políticas sociais em um nível avançado.
Investigação Como os assistentes sociais do PhD são responsáveis por gerar conhecimento, eles devem ser capazes de conduzir pesquisas de alta qualidade e comunicar as descobertas a diversos públicos. Habilidades de pesquisa, amplamente definidas, envolvem a recolha sistemática e análise de dados que esclarecem questões de investigação relevantes para o Serviço Social.	• Conceptualizar questões de pesquisa de Serviço Social significativas, e relevantes. • Avaliar e avaliar criticamente o trabalho publicado na área de especialização do estudante. • Identificar os pontos fortes e as limitações de sua própria pesquisa. • Realizar pesquisas que sejam guiadas pela teoria. • Compreender os aspetos técnicos e os fundamentos conceituais de uma ampla gama de técnicas metodológicas e estatísticas. • Demonstrar conhecimento profundo na seleção e aplicação das abordagens de análise metodológica e de dados mais rigorosas, viáveis e apropriadas para a (s) questão (s) de pesquisa apresentada (s). • Proactivamente e consistentemente implementar planos para a conduta responsável e ética da pesquisa. • Projetar e implementar procedimentos apropriados para amostragem e coleta de dados. • Amplamente disseminar o conhecimento que contribua para o avanço da pesquisa, prática e política do serviço social, incluindo: redação de manuscritos publicados e revistos por pares; apresentação em conferências locais, nacionais e internacionais; e produção de recomendações de política / livros brancos.	• Desenvolver propostas de pesquisa e financiamento, de forma independente e em colaboração com outros. • Desenvolver um plano ou trajetória de carreira de pesquisa. • Participar numa equipa de pesquisa interdisciplinar.

Áreas de formação doutoral	Conhecimentos e competências essenciais	Conhecimentos e competências recomendadas
Docência		
A maioria dos estudantes de doutoramento em serviço social deseja trabalhar em ambientes nos quais têm oportunidades de conduzir pesquisas e ensinar (Anastas, 2012; Task Force Survey, 2012). Esta aspiração é congruente com ser um administrador da disciplina, que desenvolve e dissemina conhecimento. Além disso, programas de PhD de todos os tipos têm sido criticados por não prepararem adequadamente os alunos para ensinar. Os alunos tornam-se especialistas em conhecimento, mas também envolvem o desenvolvimento de competências em habilidades relevantes de ensino em sala de aula e a compreensão da relação entre suas pesquisas e seu ensino. Uma abordagem comum para a construção dessas habilidades é que os alunos concluam um curso obrigatório ou eletivo sobre a teoria e prática do ensino de serviço social.	• Compreender e aplicar as teorias da aprendizagem de adultos. • Projetar e ministrar um curso num currículo de serviço social. • Criar uma cultura de aprendizagem e clima de sala de aula que inclua uma população diversificada de alunos e diversos estilos de aprendizagem. • Abordar dilemas éticos que possam surgir no ensino. • Compreender o lugar da educação do Serviço Social dentro do contexto maior do ensino superior	• Comprometer os alunos usando uma variedade de estratégias de ensino. • Aplicar a tecnologia e estratégias digitais de ponta. • Compreender os problemas e processos de acreditação do CSWE. • Desenvolver uma filosofia de ensino escrita. • Compreender as questões contemporâneas na educação do Serviço Social, incluindo o ensino on-line, a motivação dos alunos e a integridade acadêmica.

Fonte: GADE, 2013: 2-4⁷¹

A maioria dos doutoramentos em Serviço Social é focada em pesquisa, mas, ao contrário dos cursos de MSW e BSW, falta credenciamento formal. Assim, o controle de qualidade continua a ser a única prerrogativa dos programas individuais e de suas universidades anfitriãs. Embora o *Group for the Advancement of Doctoral Education in Social Work* (GADE) patrocine uma reunião anual de diretores de programas de doutorado e publique alguns documentos importantes sobre formação em doutoramento, não possui autoridade regulatória e a participação no GADE é voluntária. Enquanto isso, o Conselho de Educação do Serviço Social (CSWE), o grupo com a influência da monitorização real e autoridade acreditante da educação do serviço social, concentra-se principalmente nos programas *BSW* e *MSW*. Além disso, em contraste com as ciências humanas, os programas de serviço social formam menos *PhDs* do que os cargos

⁷¹ Tradução e adaptação própria

disponíveis no corpo docente, motivos pelos quais Thyer (2015) afirma que a formação de doutoramento em serviço social tem lacunas significativas.

3.2.3. SOCIOGRAFIA DOS PROGRAMAS DE FORMAÇÃO DOUTORAL

De acordo com o último relatório GADE, publicado em 2016, existem 92 programas de formação doutoral em Serviço Social, dos quais 82 correspondem a programas de doutoramento de formato *PhD* e 10 dos quais correspondem ao formato de doutoramento profissionalizante, designado *DSW*. Mas nem sempre foi assim. Com efeito, a formação doutoral em serviço social tem vindo a crescer ao longo dos anos. De acordo com Acquavita & Tice (2015), metade dos atuais programas de doutoramento em Serviço Social nos Estados Unidos foram estabelecidos de 1977 a 1999 (Karger & Stoez, 2003). Simultaneamente, o número de estudantes de doutoramento em Serviço Social aumentou em 126% (Biegel, Hokenstad, Singer, & Guo, 2006, *apud* Acquavita & Tice, 2015). Na realidade, o crescimento significativo dos programas de formação doutoral em Serviço Social pode ser atribuído a vários fatores-chave, nomeadamente fatores simbólicos e económico-financeiros, sendo este também o contributo maior para que não haja rejuvenescimento do corpo docente das faculdades. Com efeito, deter um grau de doutoramento é altamente valorizado na academia e pode ser assumido como o reconhecimento da especialização do assistente social no campo, na sua área de trabalho (Karger & Stoez, 2003, *apud* Acquavita 2015). Por outro lado, aos graus de doutoramento estão habitualmente associados graus de classificação das escolas que permitem a entrada de receita financeira no âmbito de projetos de investigação, o que atrai muitos dos profissionais do campo do serviço Social. Essa detenção é também cada vez mais um requisito básico para o ensino do serviço social nas universidades. Pese embora o GADE não o exija, nem possa exigir considerando que enquanto instituição orientadora não tem funções de acreditação e legislação, quando estabelece as linhas orientadoras da formação doutoral, está de certo modo a criar o perfil do indivíduo que para além de conhecer em profundidade o campo do serviço social, as suas fundações e a área em particular de estudos, deve também ser especializado na investigação e na docência. Como afirma Kurzman (2015: 4) “é universalmente reconhecido que a principal função do doutoramento em serviço social consiste na preparação de licenciados para ensinar nos

atuais [à data] 233 programas de mestrado e 502 programas de licenciatura acreditados pelo CSWE”.

Todavia, e em total consonância com o sistema de educação superior americano, a frequência de um doutoramento tem custos muito elevados, não suportáveis por todos os indivíduos, o que combinado com os baixos salários para as carreiras de base da docência, o elevado número de publicações a que estão sujeitos para poderem ter continuidade na carreira, bem como a exigência de anos de prática pré-doutoramento (Karger & Stoez, 2003 e Gelman, 2014, *apud* Acquavita & Tice, 2015) desmobilizam muitos dos potenciais interessados em fazer o doutoramento e dar seguimento à docência na formação em serviço social.

Retomando a sociografia da formação doutoral em Serviço Social, recuperamos os dados fornecidos pelo último relatório GADE, que faz uma análise separada dos programas de PhD e dos programas de DSW:

Com efeito, existiam em 2016, registados no GADE, 82 programas de Doutoramento em formato tradicional, dos quais 72 eram americanos, 9 Canadianos e 1 Israelita. De acordo com o GADE, 80 dos 82 programas de doutoramento apresentaram as suas características base, bem como 9 dos DSW a funcionar no país.⁷². Os quadros seguintes apresentam as principais características presentes nos programas de formação doutoral em serviço social existentes nos Estados Unidos da América.

⁷² Optamos por considerar na análise os dados relativos aos programas de doutoramento canadianos e israelita pelo facto de seguirem as linhas orientadoras do GADE o que faz com que não haja marcas distintivas fortes face às características dos programas doutorais americanos.

Quadro 3.3– Característica base dos programas de *PhD* americanos em 2016⁷³

Número de programas de PhD em 2016	82	100%
Nos Estados Unidos da América	72	87,8%
No Canadá	9	10,9%
Em Israel	1	0,01%
Número de programas de MSW e PhD conjuntos	29	36,25%
Tipologia de presença requerida		
Pessoal	74	92,5%
Híbrida (parcialmente online)	4	5%
Online	2	2,5%
Tipologia de frequência		
Tempo integral	40	50%
Tempo parcial	3	3,75%
Tempo integral ou parcial	37	46,25%
Tamanho médio das turmas		
1-2 estudantes	2	2,5%
3-5 estudantes	40	50%
6-8 estudantes	26	32,5%
9-11 estudantes	10	12,5%
12 ou mais estudantes	2	0,025%
Tipologia das universidades		
Públicas	55	68,75%
Privadas, não lucrativas	24	30%
Privadas, Lucrativas	1	1,25%
Mestrado como requisito básico		
Mestrado em Serviço Social	17	21,25%
Mestrado em serviço Social ou outro Mestrado	47	58,75%
Não, mas tem que estar inscrito num programa conjunto de MSW/PhD	7	8,75%
Não, mas preferencial	7	8,75%
Não	2	2,5%
Experiência pós-Mestrado como requisito básico		
2 anos	13	16,25%
Não, mas dois anos preferenciais	46	57,5%
Não	21	26,25%

Fonte: Elaboração Própria

⁷³ O total a considerar será 80 na medida em que corresponde aos respondentes.

Quadro 3.4 – Características base dos programas de *DSW* americanos em 2016⁷⁴

Número de programas de DSW em 2016	10	100%
Nos Estados Unidos da América	10	100%
Tipologia de presença requerida		
Híbrida (parcialmente online)	6	66,6%
Online	3	33,3%
Tipologia de frequência		
Tempo integral	3	33,3%
Tempo parcial	4	44,4%
Tempo integral ou parcial	2	22,2%
Tamanho médio das turmas		
9-11 estudantes	1	11,1%
12 ou mais estudantes	8	88,8%
Tipologia das universidades		
Públicas	2	22,2%
Privadas, não lucrativas	6	66,6%
Privadas, Lucrativas	1	11,1%
Mestrado como requisito básico		
Mestrado em Serviço Social	9	100%
Experiência pós-Mestrado como requisito básico		
2 anos	5	55,5%
Não, mas preferencial	4	44,4%

Fonte: Elaboração Própria

As características básicas presentes nos programas de *PhD* e de *DSW* são importantes para considerarmos em especial o propósito final que um estudante terá para a realização qualquer um dos modelos de formação doutoral. Com efeito, sendo o *DSW* um formato de doutoramento associado à dimensão prática do serviço social, mais do que aos seus requisitos teórico-científicos, dirige-se a uma população, em princípio, enquadrada no mercado de trabalho, com larga experiência prática e cujos objetivos, mais do que serem relativos à associação à academia, estão delineados para o exercício de funções de liderança nas organizações onde prestam já funções. Nessa medida é de fácil compreensão que os programas de *DSW*, na sua maioria, permitam a lecionação híbrida, ou totalmente *online*, o que permite a realização de um plano de estudos em consonância com a vida quotidiana, ao contrário dos *PhD's* que obrigam, na sua maioria, a uma

⁷⁴ O total a considerar será 9 na medida em que corresponde aos respondentes.

presença constante na universidade onde são ministrados. Desta forma, pode dizer-se que os *PhD*'s acabam por ser dirigidos a estudantes que têm inserções incipientes no mercado de trabalho, ou cujo local de trabalho é já a própria academia. Esta marca distintiva face à tipologia de presença é reforçada pela tipologia de frequência. Com efeito, se nos *PhD*'s o tempo integral é privilegiado, o mesmo não acontece nos *DSW*'s, levando-nos a considerar que a necessidade de proceder a aumento as competências profissionais a este nível está um pouco condicionada por uma outra atividade, que se depreende seja a atividade profissional. Neste sentido, e a este respeito estamos a focar-nos nos estudantes que frequentam qualquer um dos programas. As condições de acesso aos dois programas doutorais também diferem entre si, e nesse sentido, se no âmbito do *PhD* existe maior variabilidade de requisito básico no que se refere ao grau de ensino superior anterior à frequência do programa doutoral, o mesmo não acontece no programa de Doutoramento profissionalizante. Para este último é necessário que o estudante detenha o grau de Mestre em Serviço Social (*MSW*), o que obriga a uma especialização anterior à frequência do grau de doutoramento, e o mesmo se aplica à experiência prática pós-obtenção do grau de Mestrado. É de relevar que para 26% dos cursos de doutoramento no formato de *PhD* dispensam qualquer tipo de experiência pós-Mestrado, sendo uma continuação de estudos, porém pouco apelativa para as universidades que devem ter pessoal docente com experiência prática para lecionar as disciplinas de orientação para a prática do Serviço Social.

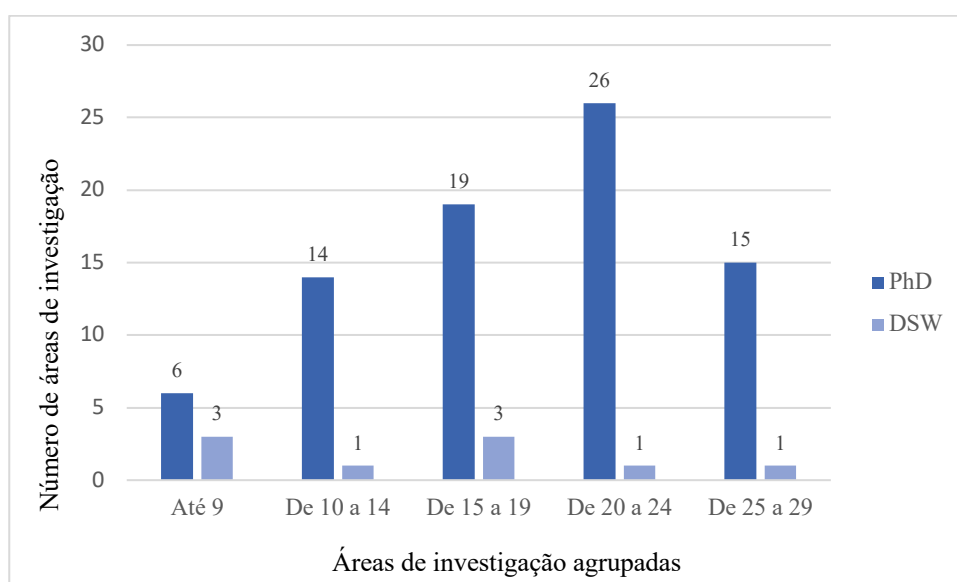
No que se refere às universidades que ministram os dois formatos também encontramos diferenças consideráveis. No âmbito do *PhD*, a maior parte das instituições que o ministram são públicas, sendo que no âmbito dos *DSW* a grande maioria das universidades são de âmbito privado do sector não lucrativo, e no que se refere à dimensão das turmas são também distintas as características. No âmbito do *PhD* a maioria das turmas tem poucos estudantes, sendo que 85% dos programas têm turmas até 8 estudantes, facto diametralmente oposto aos programas doutorais de âmbito profissionalizante cujas turmas são, na sua integralidade, compostas por mais de 9 estudantes.

Uma última dimensão a considerar a este respeito prende-se com as áreas de investigação do pessoal docente enquadrado em cada uma das modalidades de programa doutoral. No guia promovido pelo GADE (2016) são apresentados os 80 programas doutorais em formato de *PhD* e os 9 programas doutorais de tipologia mais profissionalizante. Em cada uma das fichas de apresentação com as características básicas

que vimos aqui descrevendo, é feita também uma apresentação das áreas de investigação do pessoal docente alocado a este nível de formação superior. O GADE criou um reportório de 29⁷⁵ categorias possíveis de enquadramento, e pela análise de todas as fichas de programa doutoral existem algumas conclusões às quais se pode chegar.

A figura 3.2 ilustra a distribuição das áreas de investigação agrupadas a que o pessoal docente dos programas doutorais analisados está dedicado. Agrupamos as 29 áreas de investigação em 5 intervalos e contabilizamos o número de programas doutorais inscritos nesses mesmos intervalos. Verificamos deste modo diferenças assinaláveis dentro de cada formato de programa doutoral e nos programas doutorais entre si.

Figura 3.2. Número De Áreas De Investigação Trabalhadas Pelo Pessoal Docente Dos Programas De *Phd* E *DSW*

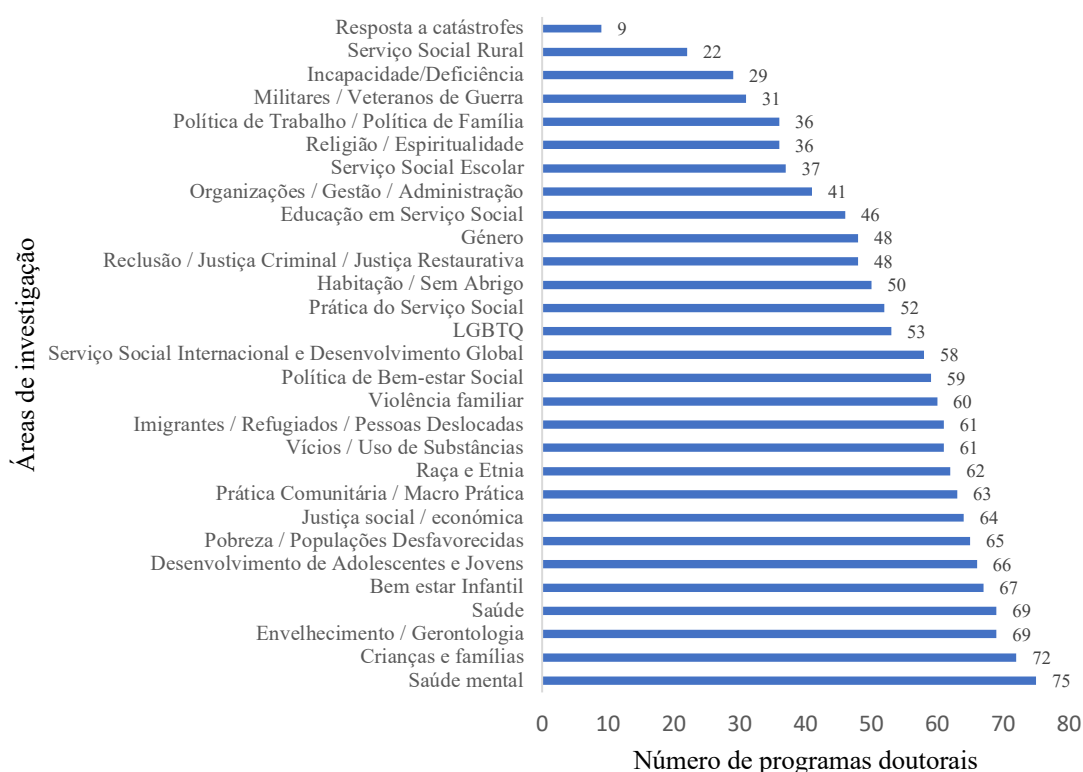


Fonte: Elaboração própria

⁷⁵ Saúde mental; Crianças e famílias; Envelhecimento / Gerontologia; Saúde; Bem estar Infantil; Desenvolvimento de Adolescentes e Jovens; Pobreza / Populações Desfavorecidas; Justiça social / económica; Prática Comunitária / Macro Prática; Raça e Etnia; Vícios / Uso de Substâncias; Imigrantes / Refugiados / Pessoas Deslocadas; Violência familiar; Política de Bem-estar Social; Serviço Social Internacional e Desenvolvimento Global; LGBTQ; Prática do Serviço Social; Habitação / Sem Abrigo; Correções / Justiça Criminal / Justiça Restaurativa; Género; Educação em Serviço Social; Organizações / Gestão / Administração; Trabalho Social Escolar; Religião / Espiritualidade; Política de Trabalho / Família; Militares / Veteranos de Guerra; Incapacidade/Deficiência; Trabalho Social Rural; Resposta a catástrofes.

No que se refere aos programas de *PhD* encontramos uma concentração de programas doutorais (62,5%) com um investimento em mais de 15 áreas de investigação, sendo que apenas 6 assumem trabalhar até 9 áreas das 29 apresentadas pelo GADE. Naturalmente, não pode ser inócua a esta distribuição não só o investimento docente em investigação, mas também a implantação do programa doutoral na universidade e a implantação da universidade no território. Por outro lado, seria interessante levar em conta as políticas científicas das universidades e ao mesmo tempo as políticas de financiamento aos programas de investigação. Já no que se refere aos programas doutorais em formato profissionalizante, e pese embora os limites de comparabilidade (em face da grande diferença existente em termos de quantidade de um formato e de outro) 55% dos programas aqui alocados distribui-se de forma igual ao formato de *PhD*, isto é, com mais de 15 áreas de investigação associadas ao plano de trabalho dos seus docentes. Esta semelhança não parece seguir a mesma tendência quando nos referimos às áreas propriamente ditas. Como efeito, como nos ilustra a figura 3.3 para os 80 programas doutorais analisados, as 5 áreas de investigação privilegiadas pelo corpo docente dos *PhD* incidem sobre as temáticas da Saúde Mental (93,75%), Crianças e Famílias (90%), Envelhecimento/Gerontologia (86%), Saúde (86%) e Bem-estar Infantil (84%). No polo diametralmente oposto encontramos a investigação respeitante à Resposta a Catástrofe desenvolvida em 9 dos 80 programas doutorais presentes no GADE, ao Serviço Social Rural (28%), à Incapacidade/Deficiência (36%), à temática dos Militares/Veteranos de Guerra (39%) e às políticas de Trabalho/Família (45%).

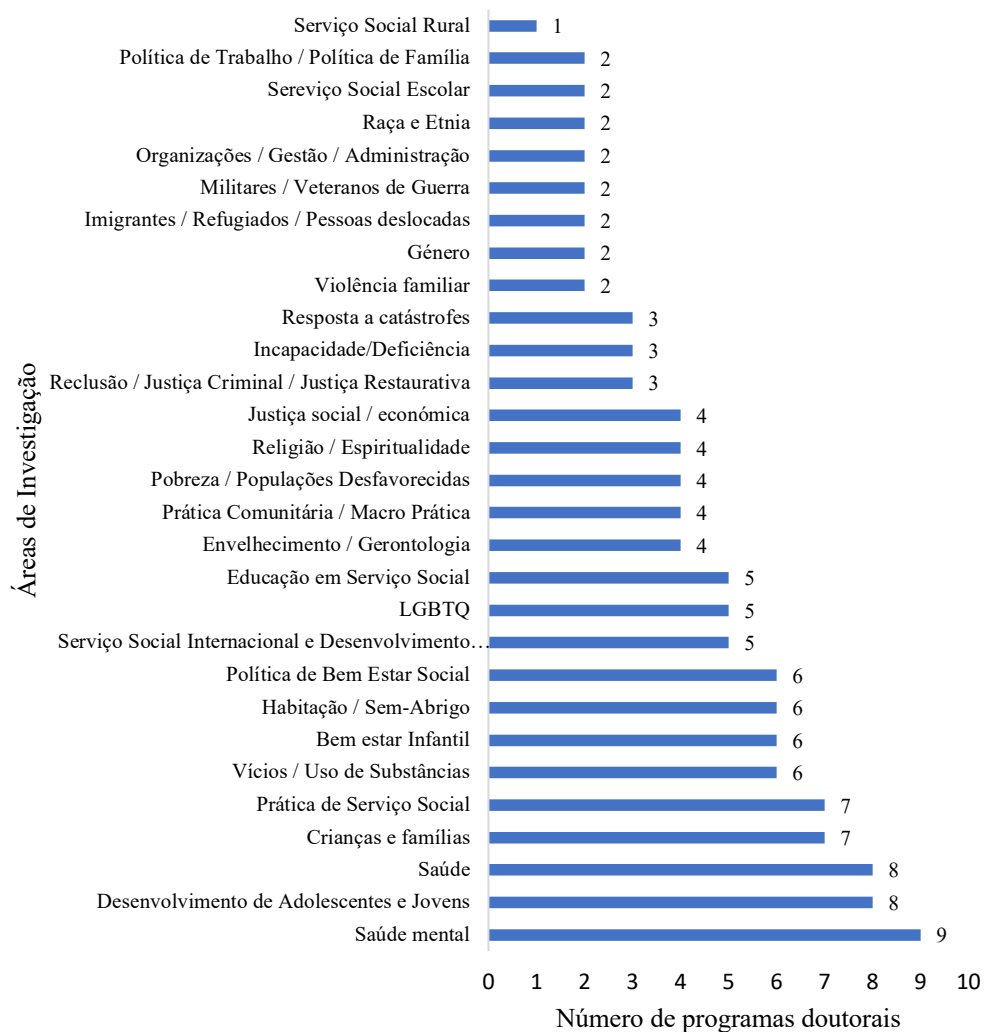
Figura 3.3. Áreas De Investigação Do Corpo Docente Dos Ph.D



Fonte: Elaboração própria

Relativamente aos interesses de investigação dos docentes dos 9 programas doutorais de teor profissionalizante, ilustrados na figura 3.4, encontramos uma presença absoluta de todos os programas doutorais na área da saúde mental, sendo seguido pelas temáticas Desenvolvimento de Adolescentes e Jovens (89%), Saúde (89%), Crianças e Famílias (78%) e Prática do Serviço Social (78%). Com efeito, sendo esta última uma das linhas orientadoras dos *DSW* – a reflexão sobre a prática – faz sentido que esta seja uma linha de investigação seguida pela grande maioria dos programas doutorais. As quatro áreas que lhe antecedem seguem a tendência investigativa dos *PhD*. No polo diametralmente oposto, encontramos o Serviço Social Rural, as Políticas de Trabalho/Família, o Serviço Social Escolar, a Raça e Etnia, as Organizações/Gestão/Administração.

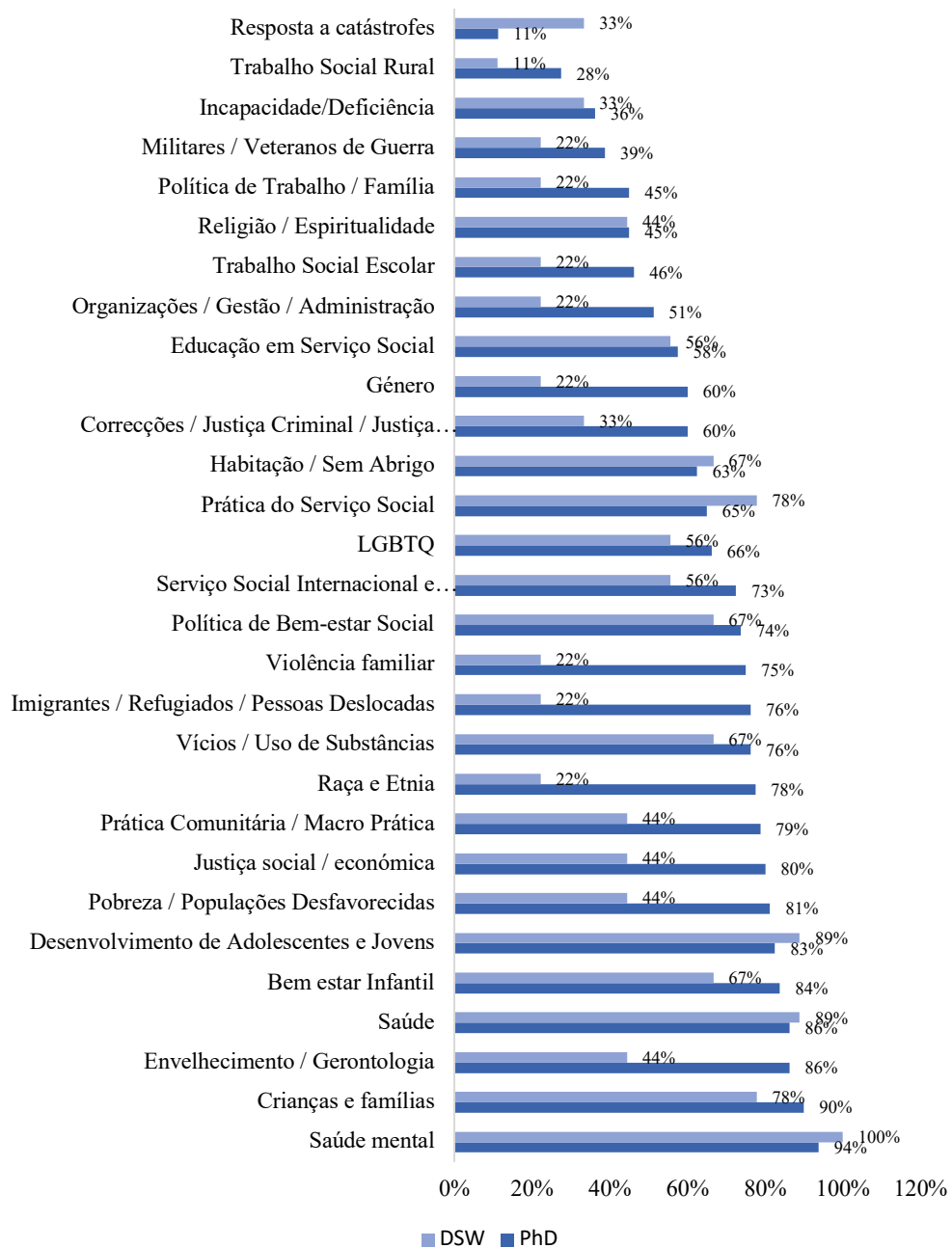
Figura 3.4. Áreas De Investigação Do Corpo Docente Dos DSW



Fonte: Elaboração própria

Pela análise de cada um dos gráficos em separado, parece-nos plausível afirmar que as áreas privilegiadas de investigação serão aquelas que têm um público muito específico, e, sobretudo no âmbito da saúde e da saúde mental, correspondem a áreas cujos montantes de financiamento são avultados (Dorsey et al., 2010; (Wright, Daneman, Mainland, & Rossant, 2011) *apud* Acquavita, 2015). Porém quando juntamos os dados e temos uma ilustração completa do cenário percebemos outras diferenças a ter em conta, como podemos compreender pela análise da figura 3.5.

Figura 3.5. Comparação Das Áreas De Investigação Entre O Corpo Docente Dos *Ph.D.* e dos *DSW* (%)



Fonte: Elaboração própria

Pela análise da figura 3.5, considerando de uma forma relativa os interesses de investigação do pessoal docente dos dois formatos d programa doutoral, encontramos uma certa semelhança no que se refere às áreas privilegiadas da saúde e do cuidado de crianças e adolescentes. Quer a saúde, em especial a saúde mental, quer o bem-estar

infantil são temáticas históricas, uma no âmbito sanitário e outra no âmbito da proteção social, características do desenvolvimento da profissão e da educação em Serviço Social nos Estados Unidos da América. Entendemos por isso que esta tendência paralela seria expectável, em carreiras de investigação mais tradicionais, ou mais profissionalizantes. Torna-se, por isso, interessante considerar as diferenças relativas mais destacadas, e tal verifica-se de forma surpreendente ao nível do envelhecimento/gerontologia, com uma diferença de investimento em cerca de 50%. Sendo uma área de investigação trabalhada pelos docentes de quase todos os programas doutorais tradicionais, não se afigura como uma área de investigação privilegiada nos doutoramentos orientados para a prática avançada. As razões para esta diferença podem estar associadas a uma ausência de reconhecimento do problema social como sendo investigável e traduzível na prática docente, ou um investimento na continuidade daquilo que seria uma prática profissional prévia à prática da docência, remetendo-nos portanto para um prévio afastamento face às temáticas do envelhecimento ou da gerontologia, ou, ainda, uma certa integração dependente desta problemática noutras áreas privilegiadas como sendo a Saúde, a Saúde Mental ou até a própria Prática do Serviço Social.

No que respeita às outras áreas de investigação cujo investimento relativo é mais distante daquele que é feito pelos docentes dos programas tradicionais de doutoramento, a saber: Raça e Etnia, Imigrantes, Refugiados, Pessoas Deslocadas, Violência familiar, Reclusão, Justiça Criminal, Justiça Restaurativa, Género, Organizações, Gestão, Administração, Serviço Social Escolar, Política de Trabalho, Política de Família, Militares, Veteranos de Guerra, e Serviço Social Rural, e sem prejuízo das especificidades de cada uma destas temáticas, entendemos que paralelamente à fraca atribuição de reconhecimento social, serão áreas de investigação cujos financiamentos serão menos apetecíveis por parte das agências financiadoras. Reconhecendo a pressão que existe no ensino superior americano, e cada vez mais europeu, para a angariação de fortes financiamentos para a prossecução da investigação, e reconhecendo ainda que os doutoramentos em formato profissionalizante têm uma forte relação com a prática quotidiana, avançamos a hipótese explicativa de que os docentes destes programas doutorais em particular fazem incidir os seus esforços investigativos naquilo que o capitalismo científico impõe. Não será de rejeitar ainda a hipótese de que a implantação destes programas no contexto universitário em particular, e das suas universidades no território em geral poderão também ser influenciadores para a preferência de umas áreas de investigação relativamente às outras.

3.2.4. SOCIOGRAFIA DOS ESTUDANTES DOS PROGRAMAS DE PHD E DSW

O *Council on Social Work Education* (CSWE) desenvolve anualmente um relatório que pretende representar o recenseamento de todos os programas de educação no âmbito do serviço social. Este recenseamento ocorre desde 1952, e o último relatório estatístico apresentado data de 2018, correspondendo a dados de 2017. Os dados recolhidos⁷⁶ incidem sobre as principais características dos programas e ofertas em serviço Social, sobre os estudantes, os docentes e os licenciados em Serviço Social, especificamente no que se refere às suas características sociodemográficas. Fazem parte deste relatório anual todos os programas de serviço social credenciados pelo CSWE e todos os programas de doutoramento em instituições com programas de serviço social acreditados pelo CSWE.

Especificamente no que se refere aos programas de doutoramento foram enviados convites de participação a 77 *PhD*'s e 12 *DSW*'s, tendo a taxa de resposta sido de 88,3% e 83,3% respetivamente.

De acordo com o Relatório anual do CSWE (2018) existiam 12 os programas de doutoramentos profissionalizantes (*DSW*) no momento da recolha dos dados. Os programas relataram a inscrição total de 1052 alunos com a maioria dos matriculados em tempo parcial (67%; 705), o que coincide com a informação avançada pelo GADE relativamente a dados de 2016. Os programas tiveram uma média de 38,5 estudantes a tempo inteiro matriculados e 80,9 a tempo parcial. Metade dos programas de *DSW*'s (50%) oferece um programa a tempo parcial.

O número de programas de doutoramento está a crescer, pese embora o número de estudantes inscritos no Doutoramento esteja a diminuir. Parece haver uma confiança institucional para a abertura de doutoramentos de âmbito profissionalizante, todavia uma retracção da procura por parte dos estudantes, o que ocorre na sequência daquilo que Anastas proferia em 2012 (: 3 *apud* Kurzman, 2015: 6):

o trabalho social está a vivenciar uma “crise” na formação de doutoramento [que] tem sido mais frequentemente descrita como uma escassez de candidatos e graduados de programas de doutoramento em escolas de Serviço Social, apesar de um aumento regular no número de programas de Doutoramento alojados em escolas de Serviço Social.

⁷⁶ Os participantes devem responder a um inquérito online, inscrito numa plataforma designada Zarca Interactive.

A maioria dos estudantes de doutoramento de formato profissionalizante matriculada é do sexo feminino (84,8%), havendo uma prevalência para escalões etários adultos, isto é, 39,3% (413) têm 45 anos ou são mais velhos. Estudantes de grupos historicamente subrepresentados⁷⁷ compuseram 50% (527) das matrículas totais. Deve-se notar que dois programas representaram mais da metade (65,6%) dos estudantes matriculados de grupos historicamente subrepresentados e 74,7% de todos os estudantes afro-americanos/outros negros inscritos. Seis programas de *DSW* oferecem todo o programa *online* (60%).

No ano letivo 2016/2017 foram concedidos 87 diplomas de *DSW*, oriundos de 6 programas doutorais, na sua maioria diplomadas mulheres, com idades entre os 35 e os 44 anos e de raça branca, sendo que habitualmente os estudantes de *DSW* adquirem o seu diploma no prazo de três anos ou menos (66,7%), e 12,6% no prazo de 4 anos. Após a conclusão do *DSW* uma parte continua a carreira no âmbito da academia e da investigação e uma outra parte fortemente representada integra-se em organizações não lucrativas, associações de apoio e instituições de trabalho com jovens.

No que se refere aos doutoramentos de formato tradicional, a que vimos designando de *Ph.D.*, foram contabilizados nas respostas ao Inquérito Anual de 2017, 77 programas de formação doutoral em Serviço Social. Os programas relataram uma inscrição total de 2152 alunos matriculados, com a maioria dos inscritos a tempo integral (1679; 78% dos inscritos). Os programas tiveram uma média de 26 estudantes matriculados em tempo integral e 8,8 estudantes matriculados a tempo parcial. Metade de todos os programas de doutoramento (50,0%; 33) oferecem um programa a tempo parcial, e dois programas (3%) são lecionados inteiramente online.

A maioria dos doutorandos matriculados é do sexo feminino (75,5%), e em termos de idade, a maioria concentra-se entre o jovem adulto e o adulto-adulto, sendo que 40,7% (876) têm entre 25 e 34 anos. Os estudantes de grupos historicamente subrepresentados compuseram 45,6% (981) da totalidade de matrículas.

No ano letivo de 2016/2017 foram concedidos 292 diplomas, na sua maioria mulheres (75,7%) e brancas (não hispânica) (52,7%). Quase 43% dos diplomas foram

⁷⁷ Por grupos historicamente subrepresentados entende-se afro-americano/outro negro, chicano/americano mexicano, porto-riquenho, outro latino/hispânico, americano índio/nativo americano, americano asiático/outro, asiático, insular do Pacífico, outro, e raça/etnia múltipla. (CSWE, 2018: 3)

concedidos a adultos mais velhos com idades compreendidas entre os 35 e os 44 anos. Ao contrário dos programas de doutoramento profissionalizante, os doutorados em formato de PhD demoram habitualmente mais tempo a diplomar-se, sendo que 27,4% demora 5 anos, 22,9% em 6 anos, e apenas 12% em 4 anos. Uma minoria de estudantes demorou 10 anos ou mais para se diplomar (7,2%; 21), e na sua grande maioria, após o doutoramento, estes diplomados integraram a carreira docente ou de investigação (64,5%; 229).

3.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO III

Ao abordarmos as realidades espanhola e americana do Serviço Social, temos como intuito complementar a figura do Serviço Social enquanto profissão e ciência. Reconhecemos que a realidade do Serviço Social espanhol é muito semelhante à realidade portuguesa, nomeadamente no que respeita à sua emergência num contexto ditatorial, num contexto religioso, caritativo e assistencialista. Tal como acontecera no contexto português, em Espanha, acontece uma reconceptualização do Serviço Social, cujas influências dos desenvolvimentos e propostas da América Latina se faziam sentir. Esta reconceptualização tinha como busílis uma compreensão e orientação que assentava sobre a crítica da situação económica e política daqueles países e o compromisso da transformação social da realidade, numa América marcada pela Revolução Cubana e pelos movimentos guerrilheiros. Uma visão do Serviço Social, como ação transformadora, um movimento crítico, uma consciência crítica para as Ciências Sociais, e o seu entendimento como ciência. É alias, no decorrer da sua reconceptualização que denotamos a influência europeia na investigação em Serviço Social, através de conferências e seminários.

Demonstramos que tal como em Portugal, o Serviço Social em Espanha situa a sua intervenção ao nível individual ou familiar, amplamente explicada por um lado, pelos modelos organizativos dos serviços sociais, nos quais os assistentes sociais perdem cada vez mais autonomia sob a égide burocrática que os enjaulam; e por outro lado, pelo assalto das outras profissões ao campo profissional do assistente social, nomeadamente no que à intervenção grupal e comunitária diz respeito.

São notórias as consequências para o Serviço Social académico destes dois países, no que respeita às barreiras linguísticas, nomeadamente no que à produção científica se

refere com repercursões no desenvolvimento científico, na investigação, na disseminação e na construção de novas contribuições teóricas.

Através de um dos entrevistados conhecemos a percepção acerca das dificuldades em obter financiamentos em Espanha para sistematizar a sua produção científica, e tornar oficial o número de revistas e artigos científicos em Serviço Social. Sabe-se, através do ranking da produção científica em Serviço Social dos países da Europa Ocidental, que Espanha tem vindo a aumentar a sua produção científica posicionando-se em 6º lugar.

Ainda, similarmente a Portugal, Espanha vê o surgimento do doutoramento a ocorrer tardiamente, bem como, o perfil dos doutorados com formação inicial de base em áreas afins que não o Serviço Social. Verificamos esta realidade num dos entrevistados cujo percurso é multidisciplinar, nomeadamente, entre o Serviço Social e a Psicologia. Deste modo, atestamos a perspetiva de Rullac (2012; 2014) sobre a experenciação do Serviço Social ser assaltada no campo por outras ciências sociais.

Por fim, a realidade americana distingue-se pela origem do Serviço Social ter as suas fundações ainda em finais do século XIX. Embora entendida inicialmente como uma vocação, e uma filantropia (à imagem dos dois outros países em análise), a formação em Serviço Social, surge como produto da mentalidade de uma engenharia social, que traduz que os problemas podem ser solucionados através da aquisição e aplicação do conhecimento, convocando uma noção de ciência aplicada.

Demonstramos ainda que, em contraste com as ciências humanas, os programas de Serviço Social nos Estados Unidos da América, formam menos PhD's do que os cargos disponíveis no corpo docente, existindo cada vez mais DSW voltados para profissionais do campo prático.

Por último, uma das grandes conclusões deste capítulo projeta-nos para a feminização do Serviço Social nos três casos de análise. Efetivamente denota-se uma tendência para o desenho da emergência do Serviço Social que corresponde a uma imagem estereotipada do papel da mulher enquanto cuidadora. Nas três realidades, denunciemos a exclusividade do papel da mulher no desenvolvimento profissional do Serviço Social, o que não pode ser inócuo a uma complementar leitura do papel de género no que à sua discriminação, marginalização e violência diz respeito. Aliás denotamos a peculiaridade da realidade americana ter tido uma universidade que outorgava em termos de formação doutoral um programa para as mulheres, sendo reconhecido como um sinal de recusa em aceitar as limitações impostas na época por outras instituições às mulheres no que se refere ao sucesso intelectual.

CAPÍTULO IV

BREVE CONCEPTUALIZAÇÃO DE CIÊNCIA: DESBRAVANDO A HISTÓRIA DO PROJETO CIENTÍFICO DE SERVIÇO SOCIAL

A presente investigação estuda a dimensão científica do Serviço Social, analisando a sua trajetória, a sua epistemologia, os seus métodos e ao seu produto entendido como o conhecimento científico de Serviço Social, de modo a proceder à construção da sua interpretação enquanto área científica. Como é possível averiguar no capítulo referente às notas metodológicas, seguimos um raciocínio abductivo, partindo da afirmação de Boucher (2014) de que o Serviço Social não será, senão, uma “ciência” do absurdo e da ignorância, remetendo-o para um patamar técnico-operativo cuja reflexividade não encontra lugar. Longe de ser o único autor que remete o Serviço Social para este estatuto, também Foucart (2008) defende a impossibilidade desta área se designar enquanto disciplina científica, isto porque, compreende que o saber do Serviço Social depende da experiência per si, seguindo uma lógica de experientiação. Neste sentido, Boucher (2014) e Foucart (2008) entendem o Serviço Social como sendo uma arte do uso da inteligência prática, e que, os conhecimentos e os saberes desta disciplina, são reapropriados e engendrados. Ambos os autores negam à disciplina a possibilidade de uma abordagem transdisciplinar, desde logo, porque segundo o autor não é possível conceptualizar o Serviço Social. Acusa a pluridisciplinaridade constante dos programas curriculares de formação em Serviço Social como obstáculo à reconfiguração de um saber científico próprio do Serviço Social. Por outro lado, antes de se propor a construir uma leitura do Serviço Social enquanto área científica, realça um ponto de partida que consideramos importante para qualquer ciência/profissão/trabalho que se preze, a dimensão histórica. Denuncia ainda, a colonização do Serviço Social por outras ciências sociais, nomeadamente, a sociologia, a psicologia, a antropologia, e o direito; bem como, a falta de auto e hétero legitimação. Seguindo a perspectiva abductiva, é nosso propósito com este capítulo, conceptualizar a Ciência e o Serviço Social numa perspectiva histórica, que tende frequentemente a ser anulada e/ou esquecida quando se elevam os discursos em torno da legitimidade do Serviço Social enquanto área científica. Acordando com Lorenz (2017) reconhecemos a influência do passado no presente futuro.

4.1. PELOS TRILHOS DA CONCETUALIZAÇÃO NORMATIVA DE CIÊNCIA

A indagação acerca do que é e significa fazer ciência em Serviço Social, ou, em qualquer outra ciência social, remete-nos para a filosofia e a história da ciência. Com efeito, nada mais justo será senão percorrer o entendimento daquilo que se entende ser o processo de construção do conhecimento ao longo dos séculos, e que, em larga escala, contribuíram para também o que se entende ser o conhecimento em Serviço Social. Enquadrando esta reflexão na história das ciências associamo-nos à noção de ciência moderna, oriunda dos progressos realizados nos pós-idade média, idade das luzes, onde o conhecimento, a razão e o progresso fizeram sucumbir um certo entendimento de que a religião e o dogma seriam os instituidores da verdade. Pese embora remonte à Grécia Clássica os primeiros escritos sobre o que significa essa noção, não é senão com Auguste Comte, já no século XVIII, que surge o estabelecimento de que a ciência escolástica viria a ser ultrapassada por um novo modo de fazer ciência, a ciência experimental e mais tarde a ciência empirista.

No caminho sobre a “vocação para a ciência” Weber (1922; 2005;) demonstra como a época do nascimento das ciências exatas e da natureza era incontestavelmente influenciada pelo protestantismo e o puritanismo para ser um caminho para Deus, ou seja, um caminho para o encontro dos vestígios dos seus desígnios acerca do mundo. Todo o trabalho científico tem como pressuposto a validade das regras da lógica e da metodologia, entendidos como os fundamentos gerais da orientação dos homens no mundo. A esta máxima acrescenta-se a utilidade e dignidade dos resultados, o que numa perspectiva Weberiana remete as ciências naturais como a Astronomia, a Física e a Química a pressuporem “como algo evidente que as leis do acontecer cósmico – tanto quanto a ciência as consegue construir – são dignas de ser conhecidas” (Weber, 1922). A ciência moderna inicia em plena época do Renascimento, através dos primeiros matemáticos, astrólogos, físicos e biólogos. Nicolau Copérnico inaugura, no dealbar do século XVI a conhecida hipótese heliocêntrica, que especulava que o sistema ptolemaico⁷⁸ que regia a astronomia estava invertido. Esta hipótese viria a ser desenvolvida, testada e fundamentada cientificamente por Galileu Galilei (1610)

⁷⁸ O sistema ptolemaico define-se como o modelo mais antigo de configuração do sistema solar que pressupunha que o planeta terra se encontrava no centro do Universo e que, portanto, os outros planetas, assim como o sol, giravam à volta dele. Esta teoria, desenvolvida por Ptolomeu, persistiu durante 13 séculos até Copérnico retomar a teoria, altura em que a observação astronómica se desenvolveu.

demonstrando que não era o sol que girava à volta do planeta terrestre, mas sim, a terra que se movia ao redor da estrela solar. É conhecida, porém, a rejeição a que foi sujeito o próprio Galileu e a sua teoria pela instância legitimadora da ciência, em particular a Igreja, que viria a reconhecer o seu erro apenas em 1922, já no século XX.

Contemporâneo de Galileu (1597), Francis Bacon (1620) desenvolve, também no século XVI e XVII, uma nova perspectiva do pensamento filosófico. Colega de René Descartes na luta contra o dogmatismo religioso, o autor propõe a livre análise da realidade física e psíquica infirmando as ideias inatas postuladas previamente por Descartes (1648). É através do seu entendimento da mente humana como tábua rasa, sobre a qual se escrevem ideias provenientes das sensações da experimentação do mundo exterior que Bacon formula o método científico⁷⁹. A ciência moderna propunha uma realidade mecânica, determinista e materialista cujo conhecimento se alcançava através de leis matemáticas que realçavam a sua estrutura. Com Descartes (1637) o uso do método experimental era dedutivo e matemático, enquanto que Bacon (1620)⁸⁰ defendia o método experimental numa lógica indutiva. A dedução surgia uma vez estabelecidos os princípios do inquirido onde a experimentação e a observação eram fundamentais. Epistemologicamente, tratava-se de estabelecer leis autênticas da realidade social. O interesse centrava-se no alcance do rigor analítico e dedutivo próprio da ciência física.

Thomas Hobbes (1651), por seu turno, outorgou ao método uma importância fundamental e o método da física era para o autor, aplicável universalmente, pelo que, o conhecimento social deveria adaptar-se a este primeiro para ser uma ciência autêntica. A ciência não podia ser senão o conhecimento de como os dados empíricos recolhidos se conectavam casualmente e a partir deste conhecimento proceder-se dedutivamente a sua explicação causal. Através da extensão das leis de mecânica a um novo sistema, mantinham-se as propriedades isomórficas desse sistema, passíveis de serem descritas com o mesmo corpo de legalidade. (Rodríguez, 2005)

Esta perspectiva remete para a ideia da ontologia da física e da realidade como sendo idênticas. Entende-se, neste sentido, que a natureza e a realidade social são entidades nada isomórficas, e portanto, as leis que se aplicam à natureza não se aplicam necessariamente à realidade social. Rodríguez (2005) demonstra-nos que, no âmbito da economia por exemplo, Smith (1759) sustenta que o método *per se* não seria suficiente para se fazer

⁷⁹ O método é apresentado na obra *Novum Organum* (1620)

⁸⁰ Texto acessível na íntegra através da Online Library of Liberty Fund. Inc, s/d.

ciência. Seria, na verdade, necessário formular leis e criar uma teoria explicativa dos fenómenos, uma vez que as propriedades do sistema físico e da realidade social não são isomórficas. Tal facto levou a que o autor estipulasse leis gerais para a economia política. A sua teoria parte de um esquema social definido na economia. Encontra-se, no funcionamento do mercado, um mecanismo de coordenação e os seus efeitos.

Foi na primeira metade do século XIX que as ciências sociais veriam emergir uma nova leitura da realidade social, com os contributos de Auguste Comte (1830; 1842; 1844) sobre a física social, mais tarde designada de Sociologia, e de Chalmers (1833) no âmbito do Serviço Social. Para o primeiro autor, todos os fenómenos humanos e sociais, estavam submetidos a leis naturais invariáveis e seria a ciência da sociedade a definir estas leis. A Sociologia era, pois, entendida como o estudo objetivo e positivista da sociedade, baseando-se na indução, antes explorada por Bacon (1620), que procurava estabelecer as relações constantes que aconteciam entre os fenómenos observados. O conhecimento positivista repousava no critério da concordância dos factos e limitava-se à observação, comparação, experimentação e predição. Através do método científico alcançava-se, como atualmente, o rigor e a validação dos enunciados.

Através da Psicologia do Associacionismo⁸¹, susteve-se que a mente e o conhecimento humano se desenvolvem através da operação de algumas leis psicológicas sobre os materiais apresentados nas sensações. O método científico era indutivo e produzia generalidades através de casos particulares, isto é, diferencia-se o reconhecimento da existência do princípio geral de causalidade do estabelecimento de conexões causais que operam nos fenómenos concretos, e que, por conseguinte, exige investigação experimental.

Auguste Comte, Stuart Mill e Otávia Hill foram expoentes máximos na viragem da epistemologia e metodologia do século XIX. Os procedimentos e valores de carácter baconiano seguidos pelas ciências da biologia constituíram o modelo de referência para o nascimento das ciências sociais. Observação sistemática, registos rigorosos, classificações, comparações e indução são ainda hoje características do procedimento científico na Biologia, Geologia, Medicina, Sociologia, Psicologia Diferencial e Experimental, Antropologia Física e também no Serviço Social. Todas elas, disciplinas que no século XIX se caracterizavam pela sua escassez teórica e uso frequente de procedimentos comparativos. A visão de um universo fechado com leis imutáveis que

⁸¹ Esta teoria advém de John Stuart Mill, em 1865.

ordenam os fenómenos do mundo social, experienciou uma transformação devido ao desenvolvimento científico e social. Com efeito, a teoria evolucionista de Darwin viria a demonstrar a transformação dos sistemas vivos influenciados pela adaptação ao meio. Spencer (1855) influenciado pela teoria evolucionista outorgou às ciências sociais um novo aporte através de estudos comparativos e etnográficos. Para este autor, a Sociologia consistia no estudo da evolução social na sua forma complexa. Foi o motor da teoria da analogia orgânica funcionalista e da heterogeneidade crescente dos sistemas sociais estabelecendo um paralelismo entre organismo e sociedade. Durkheim, influenciado pela perspectiva de Spencer consolidou a Sociologia como disciplina autónoma através da analogia entre organismo e sociedade e da teorização das regras do método sociológico. As ciências sociais caracterizam-se não apenas por estas diferentes visões sobre o Homem e a realidade social, mas também pelas suas raízes na hermenêutica e no historicismo em oposição às teses científicas e positivistas (Rodríguez, 2005).

Já na Sociologia, o pensamento metodológico de Weber (1922; 2005;) situou-se entre as teses da compreensão e da explicação, as suas reflexões metodológicas afiguram-se como um marco conceptual fundamental no desenvolvimento da filosofia e metodologia das ciências sociais.

Todo o trabalho científico é realizado segundo um processo de produção que origina um produto. O objeto, esse, será sempre perspectivado segundo noções ideológicas, intuições, teorias, factos construídos cientificamente em momentos precedentes, relações entre conceitos, significados, e métodos e técnicas. É o trabalho científico que “transformará o objeto, matéria-prima por excelência, num conhecimento científico novo, e/ou em conceitos especificados”. (Althusser, 1965: 187 *apud* Rodriguez, 2005)

Perante uma realidade muda, o questionamento assevera-se fulcral para a obtenção de respostas, não tendo como adquirido o conhecimento antes gerado. Sustentados por Bachelard, o facto científico é conquistado, construído e constatado. Althusser (1965) defende por outro lado, que a prática científica pode revestir-se de diferentes formas e resultar numa mutação radical da estrutura do objeto de conhecimento. É o caso, por exemplo, das ciências “novas” também conhecidas por “imaturas”, que rompem com os discursos ideológicos/epistemológicos anteriores.

Popper (1962) abriu uma perspectiva de análise interessante das ciências sociais, tendo percebido a diferença entre a situação das teorias sociais e das teorias científicas. As primeiras oferecem explicação aos factos, e as segundas são submetidas à prova. Daí

a convicção de que algum critério deva permitir o que é ciência e o que não é. A filosofia de Popper assenta na crença de que não é possível conhecer a verdade sem detetar o erro. O conhecimento científico é hipotético, por isso a verificação é a possibilidade de refutação do que confere o carácter científico. Um enunciado singular não pode verificar um enunciado universal, mas pode falsificá-lo. Portanto, é possível arguir desde a verdade dos enunciados singulares a falsidade de enunciados universais, que caem assim refutados. Por outro lado, Popper reconhece que uma coisa é a lógica da refutação e outra é a prática científica. Nesta última é sempre possível colocar em causa um enunciado de observação (todo o sistema teórico pode ser protegido de diversas formas contra uma falsificação empírica mediante por exemplo da introdução de hipóteses *ad hoc*⁸²). Os cientistas devem manter uma atitude crítica e devem evitar as estratégias imunizadoras. O que caracteriza o conhecimento científico, entre outras coisas, é a sua natureza crítico-racional. Quanto mais se precisa de uma teoria, mais coisas se excluem, mais fácil é colocá-la em risco nos factos e submetê-la à refutação, ou seja, mais se arrisca nas suas contrastações. As teorias imprecisas não são científicas porque não são refutáveis, não proibem quase nada. Quase tudo as pode confirmar e nada as pode infirmar. Se as teorias são falsificadas não de ser derrelictas, mas se não forem podemos mantê-las como teorias justificadas, embora saibamos que isto não ocorre de forma definitiva, uma vez que em qualquer momento as nossas melhores teorias podem ser refutadas. A avaliação das constatações que resistiram às teorias oferece excelentes razões para preferir uma a outra, embora apenas seja de modo provisório. Isto permite a eleição racional entre teorias e constituem o núcleo de desenvolvimento do conhecimento científico que procede através da substituição de umas teorias por outras numa linha de contínua aproximação à verdade. O método científico é o mesmo para qualquer ciência, e esse método é o crítico-racional.

A tese da lógica da situação alinha-se com o individualismo metodológico supondo uma versão elaborada das suas primeiras formulações em séculos passados. O individualismo que Popper subscreve baseia-se na assunção de que as explicações científicas, quer seja de fenómenos naturais ou sociais, são casuais. Estas explicações estão intimamente ligadas ao procedimento resolutivo-compositivo de decomposição dos fenómenos nos seus elementos mais simples para estabelecer conexões causais básicas e

⁸² Estas hipóteses definem-se como suplementares que não são testáveis independentemente, isto é, hipóteses cujos únicos factos são os que se pretendem explicar.

as leis que imperam. No caso dos fenómenos sociais, os elementos mais simples em torno de que opera a causalidade são as ações individuais, portanto, as explicações dos eventos sociais descansam nas explicações das ações individuais e nos princípios ou leis que sobre elas se formulam. A lógica da situação é o método adequado para as ciências sociais, já que, frente à influência do hegelianismo, os métodos essencialistas e o psicologismo dominantes nas ciências sociais é suscetível de contrastação empírica e por isso, de refutação, segundo o procedimento habitual do conhecimento científico. É um método que permite estabelecer explicações contrastáveis empiricamente e refutáveis, “as análises situacionais são racionais, empiricamente criticáveis e suscetíveis de melhoramento” (Popper 1962: 118 *apud* Rodríguez, 2005). Neste sentido, satisfaz-se a tese da unidade metodológica e o seu enfoque naturalista das ciências sociais. A esta interpretação, opõem-se outras, que têm assinalado que a lógica da situação supõe ao menos uma matização da tese da unidade de método, dadas as especificidades que apresenta no marco falsificador.

A investigação científica desenvolve-se através de procedimentos metódicos e científicos implicados na produção de conhecimento científico. Supõe normas e conceitos que regulamentam o processo de investigação, além de técnicas e instrumentos. É levada a cabo por uma comunidade que se rege em tradições e/ou paradigmas e desenvolve programas de investigação partilhando uma classe de elementos entre os quais se encontram as teorias, as técnicas e os recursos instrumentais, fundamentos normativos, regras, valores e assunções acerca da própria investigação, problemas a investigar, modelos de soluções ou objetivos de investigação. Estas comunidades devem ser entendidas através de uma contextualização histórica, política e social. Para as ciências sociais a função predominante da investigação prende-se com o avanço na resolução de problemas e na formulação de novas hipóteses. Desenvolve-se seguindo as pautas dominantes. Ou seja, seguindo valores epistémicos e conceções metodológicas – normas, regras e procedimentos – que imperam desde a revolução científica. Programaticamente, seguiu teses que prevalecem nas ciências naturais, embora se adeque a aportações específicas determinadas pela natureza do objeto de estudo. Nos registos dos cientistas sociais é facilmente encontrada uma forte exigência metodológica manifestada, e que dificilmente se encontram nas ciências naturais devido à sua maior legitimação no que respeita a avaliação do rigor e importância científica.

Antes da investigação propriamente dita, existem condições, denominadas por “antecedentes” que, sem o seu cumprimento, dificilmente chegaria a realizar-se com

resultados cientificamente aceitáveis. Estas condições afetam o momento em que se desenha a investigação e que se prendem com a formulação e concretização do problema a investigar, as hipóteses e as variáveis em jogo na investigação. A dificuldade em explicitar o problema afetará todo o desenvolvimento da investigação.

Muitos projetos de investigação fracassam principalmente por falta de concretização e de objetivos claramente definidos; por exemplo, depois de um ano de investigação sobre muitos temas, tais como a vida da criança, as mulheres na indústria, resultou na agregação de uma grande quantidade de material, e sobre o qual não se pode contestar nenhuma questão de interesse geral. (Lundberg, 1949: 58)

A falta de concretização nas ciências sociais deve-se muitas vezes à existência de teorias muito especulativas e demasiado abarçantes, que pretendem dar conta de âmbitos demasiado grandes da realidade em matéria de princípios dificilmente traduzíveis na prática investigativa. No seu contexto, a investigação empírica é apenas um recurso retórico. As teorias sistémicas da sociedade, as estruturalistas ou as evolucionistas, são exemplos disso. Por outro lado, encontra-se com frequência a investigação de problemas práticos com fins puramente pragmáticos. São investigações que oferecem um grande número de dados empíricos, obtidos através de técnicas de investigação corretas, mas inúteis para responder a alguma questão de interesse científico. Ambas as situações antes mencionadas têm como resultado o divórcio entre teoria e investigação característico de certas áreas das ciências sociais (investigação sem teoria e teoria sem investigação empírica).

Por outro lado, deixam um amplo espaço para a incidência de fatores externos que influenciam desde o desenho das investigações até à interpretação de dados obtidos:

- a) Interesses e valores sociopolíticos e económicos, relacionados com o âmbito que se investiga, podem ser determinantes a respeito do que se considera problema a investigar, até a como se concretiza, que aspetos se entende que devem ser investigados e que objetivos se pretendem. As decisões relativas do que se deve ou não estudar podem estar ligadas a assunções externas, incluindo fins práticos de determinados grupos sociais;
- b) a segunda condição antecedente à investigação tem a ver com um elemento central do desenho da investigação: as hipóteses a investigar. Uma vez formulado o problema, prevêem-se soluções hipotéticas, ou seja, hipóteses a investigar, cuja procura vai determinar a investigação que se está a levar a cabo. A formulação de hipóteses é a operação subsequente à

determinação do problema no processo investigado. Toda a investigação começa aventurando hipóteses sobre as soluções prováveis ou possíveis ao problema em questão e elegendo entre elas as que parecem mais plausíveis. Isto implica avaliação do problema e tomada de decisões na procura de soluções. Isto delimita a direção que deve seguir a investigação, uma vez que as hipóteses que se proponham derivam de variáveis e, portanto, as informações a recolher, as técnicas a empregar e os atos de interesse para a investigação;

- c) a terceira condição antecedente, é a que tem a ver com as variáveis. Se a função das hipóteses é de assinalar ao investigador/a os aspetos que devem ser considerados na procura de soluções, isto será possível se se chegar a concretizar o máximo de variáveis da qual consta determinada hipótese. Pode-se afirmar (de um modo radical) que a investigação científica gira em torno das variáveis que se opera com elas em todas as fases da investigação: observação, experimentação, classificação e análise. Por variável entende-se qualquer característica, qualidade ou atributo de uma pessoa, grupo ou acontecimento cujo valor pode mudar. São características ligadas entre si com uma relação determinada, entre as que se pode citar como mais comuns as de covariação ou associação e de dependência, influência ou causalidade. As variações por sua vez apresentam dimensões e indicadores, os indicadores permitem medir as dimensões das variáveis possibilitando o estabelecimento de quantificação. As variáveis podem classificar-se em quantitativas e qualitativas. As primeiras, são agrupadas ou não em discretas ou contínuas. As agrupadas são aquelas em que a série numérica que abarcam está dividida, a efeitos operativos, em intervalos agrupados. As contínuas podem tomar qualquer valor dentro do seu ranking, ainda que as discretas, pelo contrário, são restringidas a determinados valores. As variáveis podem ser também individuais ou coletivas. As primeiras referem-se a características de unidades individuais: idade, sexo, profissão; as segundas, ou seja, características de unidades que são coletivas, conjuntos ou grupos: por exemplo taxa de fertilidade, recursos variáveis, rendimento sobre a industrialização. Em níveis abstratos, as variáveis podem dividir-se em gerais, referindo-se a características empiricamente não medíveis, intermédias, que expressam dimensões ou aspetos parciais destas variáveis,

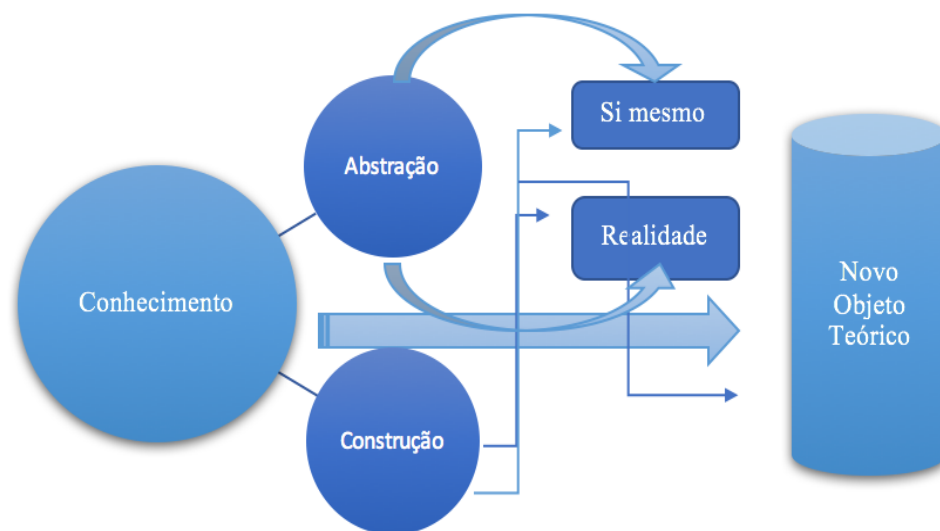
e por isso mais concretas, e finalmente, indicadores que representam aspetos destas dimensões diretamente medíveis e observáveis. O processo de operacionalizar as variáveis consiste em traduzir as variáveis mais gerais em variáveis intermédias e indicadores. Isto é fundamental no processo de fazer uma hipótese investigável.

Uma vez definido o problema, determinadas as hipóteses e especificadas as variáveis, começa a investigação propriamente dita. Nesta procede-se à investigação da hipótese proposta através da observação e experimentação.

Existem diferentes tipos de investigação, i) a investigação descritiva, em que todo o grupo, comunidade, instituição, processo ou acontecimento de interesse social pode ser matéria de um estudo descritivo em que se analisa todas ou algumas das suas principais características, segundo os objetivos que se pretendem. A descrição implica a seleção de uns elementos frente a outros. Estes estudos são frequentes, por exemplo, nas investigações em que se descrevem acontecimentos, grupos, sociedades, instituições ou situações; ii) estudos comparativos, aplicados no estudo sobre a transformação no tempo, por exemplo de comunidades ou sociedades diferentes ou consistir em observações repetidas do mesmo evento em momentos distintos. A comparação está na base de estudos estatísticos para o estabelecimento de correlações. Grande parte das investigações em ciências sociais são estudos comparativos. Rodriguez (2005) relembra que os teóricos sociais do século XIX, como Weber, Durkheim e Spencer, consideraram este tipo de estudos como o protótipo dos trabalhos que se podiam fazer em ciências sociais e entenderam a comparação como um método característico das ciências sociais, falando de método comparativo. Neste método são formuladas hipóteses, é construído um plano de observação, uma construção de variáveis e análise das relações entre variáveis. Assim pode relacionar-se o nível e sinal de aparição e variação conjuntas das distintas variáveis: o nível de educação e o sinal das atitudes políticas, a oferta e a procura, o nível de isolamento e o tipo de patologia na conduta; iii) por fim, temos a investigação explicativa. Com ela procura-se determinar as causas - ou os motivos - que expliquem os fenómenos sociais. Pode-se investigar o porquê da contestação juvenil, da posição progressista de determinados sacerdotes, da subida ou descida de preços, do aumento de suicídios ou da diminuição do emprego. São também importantes as investigações que tratam de especificar os efeitos de certas causas. A observação e a experimentação controlada são uma outra etapa da investigação.

A observação desempenha um papel central na investigação social e em muitos casos circunscreve-se a ela. Para que seja considerada científica deve reunir as seguintes condições: a) servir um estudo já formulado de investigação; b) planear e realizar sistematicamente; c) relacionar com proposições científicas mais gerais; d) empregar procedimentos contrastáveis, ou seja, que aspire a observar, registar e interpretar os factos de uma forma tal que outras investigações possam contrastar os seus resultados, que são sujeitos a algum controlo para a prova da sua validade e fiabilidade.

Figura 4. 1. Processo De Construção Científica/Objeto Teórico



Fonte: Elaboração Própria

Como elencado na Figura 4.1, cada Ciência Social produz o seu próprio objeto científico, e é na sua reprodução metódica e sistemática ao longo do seu trajeto, que, se configura, singulariza e autonomiza das outras ciências sociais. É esta reprodução que vai permitir criar e legitimar uma linguagem específica capaz de ler o real-concreto social, explicando-o, compreendendo-o e interpretando-o. A conceção é que, no domínio social e humano, não se distinguem campos de realidade e fenómenos, “(...) o campo da realidade sobre o qual as ciências sociais se debruçam é, de facto, um só (o da realidade humana e social) e todos os fenómenos desse campo são fenómenos sociais totais.” (Nunes, 1994: 24)

Deste modo, o que tornará o Serviço Social diferente da Psicologia Social ou da Sociologia advirá do significado singular que a disciplina atribui ao abordar e analisar de

forma diferente a realidade que partilha com as outras disciplinas. Pelo que, cada disciplina científica que compõe o campo das ciências sociais nomotéticas, outorga uma ótica singular de análise (que é a sua) à compreensão do mundo social real. A diferença entre as disciplinas científicas vem delas mesmas e não da realidade. Assim, pressupõem-se quatro níveis próprios do processo de investigação que distinguem as ciências sociais: i) os fins ou objetivos pelos quais a investigação se guia; ii) a natureza dos problemas de investigação; iii) os critérios utilizados pelos/as investigadores/as para selecionarem variáveis relevantes para o estudo; iv) os métodos e técnicas de pesquisa empírica e de interpretação teórica.

Sedas Nunes (1994), alerta, no entanto, sobre a possibilidade de se poderem constituir vários objetos científicos sobre o mesmo objeto real e dentro de uma mesma ciência social, outorgando vários esquemas conceptuais, frequentemente diferentes uns dos outros, e também, contraditórios. O que nos remete para a conflitualidade interna de cada disciplina, tema a ser discutido mais à frente.

Quando se abordam as Ciências, prende-se com o conceito de classes dominantes como analogia para a relação de poder e dominação existente no campo científico. A este propósito abordamos a teoria do campo científico de Bourdieu (1975). Para este autor, o campo científico surge como um sistema de relações objetivas entre posições adquiridas dentro das lutas interiores ao campo, e o local de uma luta de concorrência. O principal objetivo de qualquer campo científico é o do monopólio da autoridade científica, definido também como a capacidade técnica e como poder social. Por outras palavras, quando Bourdieu (ibidem) teoriza acerca do campo científico, o autor demonstra-nos como cada campo específico se distingue dos outros, através do seu volume do capital, da estrutura do capital e da sua trajetória. No caso concreto, este capital resume-se ao monopólio da competência científica, entendida como a capacidade de falar e agir legitimamente em matéria de ciência, que é socialmente reconhecida a um agente determinado. Efetivamente, analisar o campo científico do Serviço Social, e também em concordância com Sedas Nunes (1994), exige que se recorra a uma ferramenta de análise destas três dimensões. O campo científico do Serviço Social será um espaço estruturado de posições e tomadas de posições onde indivíduos⁸³, mas também de instituições, que lutam pelo

⁸³ Note-se que no estudo levado a cabo por Jesuíno, J. C. (org.) (1995), a comunidade científica concentrava-se principalmente nas Universidades Portuguesas, e em que o tempo de investigação era dividido com o da docência e o da gestão académica.

monopólio da autoridade científica, ao mesmo tempo que este se autonomiza. Os participantes travam lutas na procura do estabelecimento do valor do seu trabalho com o princípio predominante da percepção científica. Além de um campo de forças, é igualmente um campo de batalha, onde os atores lutam por um lugar, ou pela alteração do peso relativo dos diferentes tipos de “capital científico”.

O funcionamento do campo científico produz e supõe uma forma específica de interesse e de autoridade científica, ou seja, todas as práticas são orientadas para a aquisição dessa autoridade traduzida por exemplo, em prestígio, reconhecimento, celebridade, etc. Efetivamente, o interesse para uma atividade científica é sempre duplo, assim como as estratégias que tendem a assegurar a satisfação deste interesse, correndo-se o risco de se ver desautorizada a estrutura normativa da ciência⁸⁴. É o campo científico, enquanto lugar de luta política para a dominação científica, que atribui a cada investigador/a, em função da posição que ocupa, os seus problemas, políticos e científicos, que, por se referenciar ao sistema de posições políticas e científicas constituintes do campo científico, são ao mesmo tempo estratégias políticas. Se olharmos para a Sociologia e até mesmo para o Serviço Social não nos será difícil constatar que, do mesmo modo que estas são influenciadas pelas políticas públicas, também elas, por seu turno, influenciam essas mesmas políticas. Efetivamente, de acordo com Sedas Nunes, o governo da ciência por mais liberal, maleável e descentralizado que seja, depende inequivocamente do sistema de decisões políticas que lhe assegura os seus recursos.

Quando o autor aborda a autoridade científica, aborda uma forma clara de capital social que assegura um poder sobre os mecanismos constituintes do campo e que pode ser reconvertido em outras espécies de capital. Dentro do campo científico, campo este fortemente autónomo, um produtor particular não pode esperar o reconhecimento do valor dos seus produtos (ou seja, reputação, prestígio, autoridade e competência) a não ser por parte de outros produtores que, paradoxalmente, sendo também seus concorrentes, são os menos prováveis a outorgarem-lhe tais valores. Tal facto levar-nos-á a refletir que o Serviço Social deverá ter dentro do seu campo, coesão e autoridade no que à sua acreditação enquanto campo científico diz respeito, uma vez que, como nos referencia

⁸⁴ Proposta por Merton (1973) que abarca a ideia geral de que os cientistas se regem por um conjunto de normas e valores ideais, tais como o universalismo, o comunalismo, o ceticismo organizado e o desinteresse. Note-se que vários estudos realizados para corroborar ou infirmar esta ideia, encontram frequentemente um desajuste entre o que se observa na prática dos cientistas e estas normas.

Bourdieu, “celui qui fait appel à une autorité extérieure au champ ne peut s’attirer que le discrédit” (Bourdieu, 1976: 91).

A luta na qual cada agente se deve comprometer para impor o valor dos seus produtos e a sua própria autoridade de produtor legítimo tem sempre como objetivo final o poder de impor a definição de ciência, por sinal, a mais conforme aos seus interesses específicos, ou seja, a que melhor lhe permite ocupar com toda a legitimidade a posição dominante. Seguindo então a linha de pensamento do autor, se o Serviço Social quer ver legitimado o seu reconhecimento no campo científico, deve além da imposição de normas, métodos e teorias científicas que asseguram o seu rigor, procurar a autoridade científica do seu campo (o da investigação em Serviço Social), dentro de si mesmo e só depois procurar impor-se às outras ciências do campo científico. “Dans le champ scientifique comme dans le champ des rapports de classes, il n’existe pas d’instance à légitimer les instances de légitimité” (Bourdieu, 1976: 92)

Efetivamente, as reivindicações da legitimidade têm a sua legitimidade na força relativa dos grupos onde exprimem os interesses, na medida em que a definição de critérios de julgamento e dos princípios da hierarquização é também um espaço de lutas, onde ninguém julga sem com isso ver saciado um dos seus interesses, tomando por isso, o seu partido.

No campo científico do Serviço Social, as questões epistemológicas ou mesmo as de ordem ético-profissional foram acervadas com a produção teórica desenvolvida entre a década de 1940 e de 1960, por Virgínia Robinson, Gordon Hamilton, Florence Hollis, Clara Kaiser, Grace Coley, J. Liberman, Doroty Sullivan, Harleigt Trecker, Gisela Konopka, Annett Garret, Walter Petit e Murray Ross (Mouro, 2004), cuja influência se revelou determinante no papel dominante que o Serviço Social adquiriu, nos meados do século XX, na gestão dos problemas sociais. Empenhados em não subalternizar o Serviço Social face a outras profissões, o trabalho intelectual e prático destes/as assistentes sociais foi orientado para a relação produtiva entre o conhecimento sobre sociedade, desenvolvido nas ciências sociais, e os conhecimentos empíricos, adquiridos através da experimentação e da observação, e postos em prática no campo da prática profissional dos/as assistentes sociais historicamente sedimentada (Mouro, 2004).

Rullac (2012) coloca como hipótese para a compreensão da legitimidade do Serviço Social enquanto disciplina científica que as correntes alternativas e experimentais não tomaram o Serviço Social senão como um refém, pelo menos no que respeita ao

campo de aplicação o que poderá levar a uma crise cultural que contribui para a sua ilegitimidade na esfera científica.

4.2. CONCEPTUALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL: CAMINHANDO PELO LADO SELVAGEM DE UM PROJETO CIENTÍFICO

4.2.1. CONHECER A HISTÓRIA DA INVESTIGAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL PARA PREDIZER O AMANHÃ

Para iniciar a nossa conceptualização, recuperamos os seus primórdios históricos no que diz respeito às origens da investigação, da emergência do Serviço Social na academia e do rigor científico. É importante refletir que toda a história difere do contexto, da cultura e da perspectiva na qual é transmitida, pelo que se admite que não se pode conhecer a verdade na sua totalidade. Por conseguinte, é importante ter uma perspectiva crítica face às evidências históricas, uma vez que, as vozes historicamente relatadas não deixam de ser as vozes de uma minoria privilegiada nas estruturas institucionais históricas.

Devine (1922) argumenta que o Serviço Social *in locus*, é tão antigo quanto a sociedade humana, no entanto o conceito enquanto hoje o conhecemos, apenas ganharia forma a partir do século XX.

Before 1900 there was "philanthropy" and "charity" and "social reform"; there were almshouses, orphan asylums, homes for the aged, charitable societies for many purposes; there were prisons and reformatories; there were hospitals and insane asylums and dispensaries; there were social settlements and missions; but there was no collective term in current use to designate them. (Devine, 1922: 15)

A crise de legitimidade no Serviço Social tem vindo a ser objeto de reflexividade por parte da comunidade científica da área desde os seus inícios. Como Fook (2002) refere, existe uma vasta argumentação que permite perceber as razões do Serviço Social ser essencialmente uma profissão conservadora, sendo a primeira e principal, um conflito de poder político e social, que pretende que se sirva primeiramente os interesses dos grupos dominantes na sociedade⁸⁵.

⁸⁵ Argumento que retomaremos no último capítulo.

Que o Serviço Social enquanto profissão compreende diversos elementos específicos, não há dúvidas. É, no entanto, importante ressaltar o que distingue esta área de outras, através dos seus valores, práticas, teorias, conhecimento, saber e ideais, instituições e funções sociais, percepções comunitárias e *status*, e por fim, mas não menos importante, a cultura e o discurso próprio do Serviço Social e a sua história.

Jane Addams (1910) e Mary Richmond (1917), autoras conceituadas do Serviço Social, enfatizaram o lado social da existência humana e a influência do contexto social nas vidas individuais desde os inícios do Serviço Social. Mouro (2004) ao (re)conceptualizar historicamente o Serviço Social, relembra como a tradição investigativa crítica remonta aos finais do século XIX “período em que o Serviço Social enquanto profissão estava ainda numa fase de organização” (Mouro 2004: 101).

Vieira (1981) sublinha na sua referência histórica do Serviço Social que em 1823, Chalmers⁸⁶ já se apropriava do questionário como instrumento para conhecer e avaliar a situação social dos mais vulneráveis que recorriam às organizações sociais nas quais estava inserido. Efetivamente, como a autora afirma, num cômputo geral os “agentes sociais” que trabalhavam quer em centros sociais franceses, quer nos *settlements* ingleses, ou nas *Hull House* americanas, participavam no levantamento das necessidades sociais locais; na organização de ficheiros sociais; e nas primeiras produções científicas acerca da pobreza em Londres. Note-se, que se destaca acerca desta última referência, que o conhecimento objetivo sobre a realidade social “conduziu ao surgimento de diferentes pesquisas com influência em algumas experiências em matéria de intervenção social, de onde se destacam o trabalho no Centro *Toynbee Hall* e a atividade de Octavia Hill na área da administração social.” (Mouro, 2004: 101)

Em meados de 1800, as investigações procuravam estabelecer critérios de forma a obter resultados que não fracassassem, como se pode constatar com Ribton-Turner (1872) ao escrever, *Suggestions for Systematic Inquiry* e com Birtwell (1896) ao escrever *How to take Down a case*.

⁸⁶ Thomas Chalmers caracteriza-se como sendo uma das primeiras influências do Serviço Social (1780-1847). Chalmers acreditava que apenas através de si, da família e da ajuda comunitária, se poderia aliviar a angústia entre os pobres. Contestando assim a *Poor Law* vigente na sua época. “The proper remedy ... for the wretchedness of the poor was the kindness of the many ... Pauperism in so far as sustained on the principle that each man, simply because he exists, holds a right on other men or society for existence is a thing to be not regulated but destroyed” (Chalmers, como citado por Masterman 1900: 57-58)

Chalmers (1833) apresenta-se como uma figura de relevo para esta disciplina, nomeadamente no que respeita à sua metodologia para trabalhar com a problemática da pobreza, através da investigação do trabalho de caso. Argumentava, em 1832, que os valores sociais das aldeias deveriam ser aplicados em larga escala às comunidades urbanas, isto porque nas palavras do autor, se os pobres partilhassem de uma supervisão de vizinhança (atualmente conhecido como rede de vizinhança) e de assistência, isso desenvolveria nas pessoas qualidades de auto resiliência e independência. O autor tinha como objetivo a implementação da sua teoria da “reprodução de caráter” de uma comunidade rural num lugar mais urbano da época. Desenvolveu o seu trabalho na freguesia de *Saint John*, com uma população aproximada de 10.000 pessoas, dividindo-a em 25 lugares, cada uma com um diácono para investigar a aplicação da ajuda e encorajar os candidatos a conhecerem as suas necessidades através de uma maior indústria e economia, bem como, de uma ajuda das famílias e dos vizinhos da classe operária. Um dos principais objetivos era adotar a influência pessoal dos auxiliares em vez da pessoa que solicita ajuda. Neste projeto, a maioria dos diáconos não eram da mesma comunidade dos candidatos, e ainda que Chalmers (1833), preferisse que o fossem, insistia na realização de uma investigação de cada família ou de cada pedido individual de ajuda, ao mesmo tempo que se deveria promover uma relação amigável entre o/a investigador/a e o/a investigado/a.

coloque todas as famílias sob uma atenção moral, estimule a educação, recomende a limpeza, recomende a ida à igreja e crie um banco de poupança local se achar que pode promover a frugalidade e estude todos os meios para que as pessoas possam prosperar... ensinando-lhe o poder dos seus próprios recursos e das suas capacidades. (Chalmers, 1833).

Nesta perspetiva, o primeiro dos fundamentos da caridade situava-se nas palavras de Chalmers (1833) nos hábitos e economias das próprias pessoas; o segundo fundamento consistia na bondade dos próximos, baseada nos laços e sentimentos das relações; o terceiro refere-se às pessoas ricas que fornecem caridade aos pobres, entendidos como amor, benevolência, boa vontade e/ou compaixão dos ricos pelos pobres. Por fim, como último fundamento, que Chalmers entende como o mais importante, baseia-se na simpatia que os pobres expressam uns pelos outros. (Hunter, 1912)

Num pensamento mais contemporâneo de Serviço Social, a metodologia implementada por Chalmers para trabalhar o “caráter” das pessoas em lugares

pauperizados, faseava-se pelo reconhecimento das necessidades, condições e do bem-estar das pessoas com as quais se iria trabalhar e sobre as quais, mais tarde, se teorizava. Este reconhecimento era realizado através de uma observação mensurável e de atividades caritativas que equilibravam os desejos e os méritos das pessoas de acordo com as suas dificuldades e necessidades, adequadas às relações sociais da comunidade, bem como, com a realização de entrevistas e de uma relação de empatia para com o sujeito. Numa segunda fase, os diáconos (responsáveis pela realização deste trabalho no seio das comunidades) realizavam o que na contemporaneidade denominamos de visitas domiciliárias, de forma a avaliar os sujeitos no seu contexto habitacional, antes de determinarem e empregarem o máximo de métodos ainda que limitados no que respeita às atividades caritativas de modo a auxiliarem os sujeitos a atingirem o bem-estar moral e económico. Como última fase das suas ações, os então “agentes sociais” tinham ainda a tarefa de instruir, aconselhar e persuadir os membros familiares através da razão moral para mudar os seus hábitos relativamente aos dons outorgados por estes últimos, de maneira moralmente correta, trabalhadora e parcimoniosa economizando recursos para o futuro. Esta abordagem ora numa perspetiva de trabalho individual, ora numa perspetiva sistémica, ora numa perspetiva comunitária, tinha como fim último o de permitir às pessoas alcançarem e desenvolverem a sua cidadania, mobilizando os recursos com os quais próprios indivíduos se muniam. Chalmers (1833) explica que a inteligência, a sabedoria, o planeamento, o design, a habilidade profissional e a proposição benevolente são evidentes em muitas colocações, organizando “matéria” em entidade físicas, relações sociais em sociedades e perceções individuais da realidade física em mentes criadoras de um universo ordenado em vez de um “turbilhão e um caos desordenado” (Chalmers, 1833).

Pois não é estritamente a constituição mental do homem que faz parte do nosso ensaio prescrito, mas a adaptação a essa constituição de natureza externa. Temos de demonstrar, não tanto que a mente está justamente constituída em si mesma, pois a mente está corretamente colocada num bom teatro para o exercício dos seus poderes. É demonstrar que o mundo e os seus vários objetos são adequados para as várias capacidades deste habitante: esta criatura moral e inteligente, de quem temos que provar que as coisas que estão ao seu redor têm uma relação adequada com as leis ou as propriedades que estão dentro dele. Há uma dimensão ampla aqui para a evidência de colocação. Ainda existe

essa distinção entre a economia mental e corpórea do homem, que, enquanto a evidência for mais rica e manifesta na própria estrutura corporal, mesmo nas suas complexas e numerosas adaptações ao mundo exterior. Como evidência, no nosso departamento peculiar, é escasso, conforme a mente subjetiva, quando comparada com a evidência nos seus vários ajustamentos ao universo objetivo em torno dele. Seja da constituição moral dos Homens para o estado da sociedade humana, ou dos seus intelectuais para os vários objetos de investigação física. (Chalmers, 1833: 42)

Reciprocidade individual e relações colaborativas (mente e mente) desenvolvem as suas constituições morais enquanto que as relações colaborativas entre pessoas corporais e objetos físicos (mente e matéria) constroem as suas constituições morais e mentais nas mentes. Além disso, relações colaborativas conectam e coordenam a natureza intelectual e moral das pessoas criando mentes e corpos em pessoas e sociedade (Chalmers, 1833).

Chalmers é ainda lembrado como a voz do bem-estar social, ainda que as suas assunções derivassem da economia pré-industrial e da sociedade, não tendo em conta suficiente o desemprego e outros sofrimentos, consequentes do desenvolvimento do mundo industrial. Numa perspectiva crítica, relativamente às questões de género, e ainda que se salvguarde que se deva entender o autor na sua época correspondente, é importante relembrar que Chalmers apenas empregava homens, como diáconos, e trabalhadores de “caridade” para realizar estas “investigações-ações”. No entender de Chalmers, as mulheres por diversas razões, não eram moralmente nem intelectualmente adequadas para este emprego.

A ideia de Chalmers em ajudar os pobres nesta perspectiva, não se massificou na Inglaterra até finais do século XIX. Depois da fundação da *C.O.S.* em 1869, com Loch, Hill e mais tarde, a primeira assistente social hospitalar, algumas dessas ideias ganharam forma na prática (como veremos em seguida). Chalmers é ainda assim, considerado a origem das fundações do trabalho de caso, enfatizando os valores da relação entre beneficiário de ajuda e agente, bem como, a investigação sistemática de cada caso antes que a ajuda seja outorgada (princípios desenvolvidos e presentes ainda hoje em Serviço Social).

Em 1868, Ranyard criava o primeiro corpo de assistentes sociais pagos/as. Através da venda de bíblias conseguia sustentar o trabalho desenvolvido e dessa forma remunerar as trabalhadoras, conhecidas então como as “*Bible Women*”. Para Ranyard o trabalho

social desenvolvido por estas mulheres assumia uma qualidade doméstica, bem como, espiritual. (Ranyard, 1868)

No seguimento de uma linha de trabalho previamente desenvolvido por Chalmers, as visitas aos distritos eram administradas maioritariamente por homens, ao passo que as visitas domiciliárias dos mais vulneráveis eram usualmente desenvolvidas por mulheres. A autora enfatizava o encorajamento de mulheres pobres para melhorar o lote material de si mesmas e das suas famílias. Note-se que já nesta época as assistentes sociais eram ensinadas/treinadas e redigiam relatórios sobre a prática (hoje entendidas como notas de campo), que eram lidas pelas superintendentes, e com as quais refletiam acerca dos casos.

Simmons (2005) afirma que contrariamente ao que se acredita massivamente em Serviço Social, já antes de Hill, Ranyard fora crucial para a efetiva mudança da filantropia para o Serviço Social, empregando trabalhadores remunerados, ensinando e trabalhando com regras claramente definidas. É também a esta autora que se devem os primeiros recrutamentos e o ensino a mulheres da classe operária para aconselhar as pessoas com necessidade em matéria de saúde. Em matéria de investigação, ressaltam-se os relatórios, que incorporavam estatísticas no seu trabalho, quer em livros, quer em revistas.

Octávia Hill (1869), tal como os seus antecessores, também sustentava a sua prática com visitas domiciliárias, avaliações, encorajamento da autoajuda e provisão para o futuro. Foi determinada no que respeitava incutir nos seus pupilos o hábito da limpeza, pontualidade, auto resiliência e do poder prático e premeditado. Acreditava firmemente que para eliminar a pobreza se deveria encorajar a poupança e o manuseamento cuidadoso do dinheiro⁸⁷. Assumiu-se como uma das pioneiras no que respeita à defesa de uma perspetiva científica para o Serviço Social. Efetivamente, a autora adotava uma investigação baseada em indicadores económicos e sociais, mergulhando na realidade social, rompendo, assim, com as ideias positivistas da ciência da época. É neste seguimento que Richmond acabaria por surgir com uma nova metodologia para o Serviço Social consolidando a sua identidade. O que era denominado no passado pelas autoras de Serviço Social como investigação social, integra-se, hoje, na visão contemporânea de ciência social. De acordo com a revisão da literatura, existia já à data, a preocupação de elaborar uma distinção entre este tipo de investigação e a realizada nas ciências naturais nomeadamente na questão do peso dos valores ao observar os factos. Recorrendo a Hill

⁸⁷ Baseado no artigo apresentado por Octávia Hill “*The Importance of aiding the poor without almsgiving*” à Associação de Ciência Social, 1869.

através de Richmond (1917: 44) demonstra-se como o conhecimento do Serviço Social era concebido enquanto ciência do caráter:

o conhecimento do caráter é mais do que saber se o homem é bêbedo ou a mulher desonesta. É conhecimento das paixões, esperanças, a história da pessoa, em relação às tentações que a assaltam; como planearia a sua vida se fosse apoiada; qual a sua experiência; como mobilizá-la, alcançá-la e ensiná-la. As nossas memórias e as nossas esperanças são fatores que influenciam mais as nossas vidas do que sonhamos pensar⁸⁸.

Esta conceptualização de Octávia Hill sobre o conhecimento do caráter, demonstra como a verdade era concebida não apenas, enquanto realidade objetiva e observável, mas também enquanto realidade subjetiva e até metafísica, dando lugar a dimensões espirituais, emocionais, sentimentais aquando da leitura da realidade.

Em 1864, Hill iniciava um esquema inovador para ajudar os seus inquilinos, entendido como a alavanca do trabalho em grupo e comunitário firmado no século XX, ao converter um quarto num espaço de reunião, centro social e um lugar onde aulas pudessem ser frequentadas por adultos e crianças. Este projeto teve resultados primordialmente nas mulheres, que encontraram nesse espaço um refúgio para discutir problemas, comparar pensamentos e experiências relativas aos seus bebés, criar relações e desenvolver sentimentos de pertença à comunidade onde pudesse desempenhar um papel⁸⁹.

A intervenção passava por quatro etapas, uma primeira preocupava-se com a procura ativa de emprego com e para as pessoas; e uma segunda em trabalhar o hábito da poupança para as alturas em que não tivessem trabalho. Note-se que a autora/assistente social, tal como Chalmers, desenvolvia já um olhar crítico face às práticas assistencialistas que em nada empoderava os indivíduos. Pode aliás, ser considerada como parte dos pioneiros do movimento de *empowerment*, que ainda hoje se segue na prática profissional. Neste sentido criou (tal como Chalmers) um pequeno banco de poupança que tinha como objetivos guardar essas poupanças. Como terceira etapa, Hill tentava aprovisionar uma melhor educação para as crianças e por fim ajudava-as a encontrar educação adequada, treino teórico-prático e estágio. Tendo em conta o número

⁸⁸ Excerto parafraseado por Maurice no livro, *Life of Octavia Hill*, 1913: 258

⁸⁹ Note-se que as sessões eram cuidadosamente observadas por Octávia Hill de uma forma não participante. (Bell, 1941: 62)

baixo de casos de inquilinos que tinha sob sua responsabilidade, era, para esta assistente social, possível trabalhar individualmente e definir como cada uma das pessoas podia ser ajudada a prosperar. Em 1869, dava a sua primeira conferência à Associação de Ciência Social em Bristol, na qual explicava a filosofia que infundiu o seu trabalho, formulando os seus princípios. Contestatória das medidas assistenciais, Hill providenciou medidas ao longo da sua prática que rompiam com o que sustentava a caridade, ou seja, ofertas monetárias e refeições gratuitas. Defendia, pois, que cada caso de vulnerabilidade/angústia deveria ser investigado e todos os recursos da família examinados antes da decisão de praticar medidas assistencialistas.

De lembrar que as então *C.O.S.* seguiram este pensamento na sua linha de ação. A maior contribuição de Hill para o desenvolvimento do Serviço Social no século XX enquanto conhecimento, situa-se no desenvolvimento de um sistema educativo oficial para “voluntários” /agentes sociais. Deste modo foi possível transferir valores e modos de trabalho, alguns dos quais viriam mais tarde a ser adotados pelos/as assistentes sociais hospitalares que emergiram no século XX. Hill não tardou a compreender que o trabalho de caso assume o conhecimento humano e societário implicando diretrizes e qualificações.

Em 1860, com a colaboração da autora, erguia-se o primeiro curso de “filantropia”, onde os trabalhadores eram ensinados e incentivados a escrever notas de campo estritas, registos credíveis, e a tornarem-se familiares com a caridade local, diretores de escolas, *C.O.S* e a estabelecer relações de trabalho com as autoridades da lei dos pobres para prevenir esforços sobrepostos. Defendia ainda que os trabalhadores teriam que aprender sobre as condições nas quais os indivíduos vivem e deveriam pensar em caminhos alternativos para que essas condições melhorassem. Aconselhava por isso o estudo das leis e a serem regulares e pontuais com as visitas domiciliares.

Hill (1913) retomava a ideia da teoria da reprodução do caráter, enfatizando a importância do conhecimento do caráter. Como mentora estimulava os seus trabalhadores a desenvolverem, através da relação de ajuda com os utentes, uma personalidade feliz e saudável e a estimulá-los para a mudança. Para todo o trabalho realizado, eram seguidos princípios definidos por Hill. Em 1880, Hill desenvolveu um trabalho de cooperação com Margaret Sewell, diretora da universidade *Settlement for Women in Southwark*, no sul de Londres, para o ensino do Serviço Social, caracterizado por aulas e trabalho de campo. Além deste desenvolvimento, o comité do *C.O.S.* começou também a desenvolver o ensino do mesmo curso sob as linhas orientadoras de Hill, e em 1896 instituía um

esquema mais formal de ensino sob supervisão de assistentes sociais, entre as quais Gardner. Além de um papel importante na profissão e no conhecimento do Serviço Social Octávia Hill teve igualmente um papel público reconhecido em 1870, ao envolver-se em espaços abertos de movimentos, tornando-se igualmente a fundadora da *National Trust*. Também William e Catherine Booth apostavam, em 1855, na intervenção individual, através da escuta e da conversação com o objetivo de intervir socialmente com os mais vulneráveis (Simmons, 2005).

Em 1917, Richmond conceptualizava que “nesta nova disciplina (Serviço Social), como nas outras, os resultados obtidos, com esforço e dificuldade, pelos pioneiros de uma geração constituem lugares comuns do pensamento da próxima” (1917: 40).

Para a autora, três grupos de assistentes sociais foram fundamentais para a investigação, produção de conhecimento e diagnóstico social, sendo eles, os/as assistentes sociais que trabalhavam em tribunais de menores, em organizações de beneficência, e em hospitais.

O primeiro destes movimentos mostra os impulsos divergentes: 1) a ênfase no status económico, com exclusão de outros elementos igualmente importantes para o ser humano, e 2) uma conceção mais ampla que leva os seus defensores desde o primeiro momento, ainda que sem formação e com poucos recursos – a considerar o Homem na sua totalidade. O movimento dos tribunais de menores defende a adaptação de alguns dos métodos da psicologia experimental às necessidades da investigação social. O movimento médico-social está modificado, de forma surpreendente, tanto na prática médica como na social. (1917: 41)

Após severas críticas a propósito da investigação social e sobre a utilidade social da produção de conhecimento, Devine (1897) organizava um curso de verão para o aperfeiçoamento desta prática no Serviço Social e da definição mais precisa do fim seguido no processo de investigação. Oriunda desse curso emergira a Escola de Filantropia de Nova Iorque, considerada a primeira escola de formação de assistentes sociais nos Estados Unidos,“(...) ficou claro que a investigação não era simplesmente um conceito criado pelas organizações benéficas, mas um processo necessário sempre que se trate da reabilitação de um ser humano” (Richmond, 1917: 48). Deste modo, a formação possibilitava a transmissão de conhecimento sobre a prática e a realidade social aos

estudantes, quer para a realização de diagnósticos, quer para o tratamento social através do trabalho de casos outorgadas por organizações benéficas e outras entidades.

Parafraseando novamente Richmond (1917) “a formação no âmbito do trabalho de casos não se pode limitar a livros ou a aulas, ainda que ambos desempenham uma função importante a este respeito”. (1917: 48) A necessidade de imersão na realidade social aquando da investigação e da prática que tendencialmente é advogada no e para o Serviço Social, não é fruto da geração da pós-modernidade, mas antes um traço pertencente à essência da profissão.

Pelas várias relações que o Serviço Social tecia com outras áreas, como a medicina e a ciência, no âmbito do direito, os profissionais eram frequentemente requisitados para a realização de trabalhos de investigação.

Desde o início do seu trabalho, o assistente social vê dentro da sua prática a realização de investigação científica, que segue um método sistemático e rigoroso, resultando num diagnóstico social. Para tal, a evidência social recolhida ganha um lugar fulcral para o trabalhador e mais tarde para a realização de tratamento. Por conseguinte, deveriam estudar a fiabilidade da evidência na qual se baseiam as decisões com a mesma intensidade e rigor, que o direito examina a evidência legal.

A evidência social, aquela que perseguem os científicos e historiadores, inclui todos os elementos que, apesar da sua insignificância ou irrelevância aparentes, como casos isolados, podem, ao formar o todo, iluminar a pergunta formulada, em concreto, com respeito ao Serviço Social: que ações permitirão a este cliente criar uma relação correta com a sociedade? (Richmond 1917: 59)

As variações na capacidade intelectual das pessoas, na personalidade, só são relevantes através de uma tendência verificada na conduta, observáveis inúmeras vezes, ou em sucessões de decisões e impulsos de escassa importância individual. Desta forma, a evidência do tipo acumulativa resultará em decisões baseadas na compreensão profunda da personalidade. No entanto, ao examinar a fiabilidade da evidência, o Serviço Social deve realizar a sua própria interpretação dos testes universais, recorrendo à experiência de carácter judicial, e também, da história ou das ciências naturais. As regras de valorização da evidência são aplicadas em função das condicionantes de cada disciplina.

Ainda que a evidência social se distinga da evidência usada nas ciências naturais pelo objeto tratado, não diferia em 1917, no entendimento da autora, da evidência legal

no tipo de casos expostos, a não ser no grau do valor de prova que a lei exige relativamente a cada um dos elementos.

Resumindo a evidência social pode definir-se como todos e cada um dos casos, tantos pessoais, como familiares, que em conjunto, permitem identificar a natureza das dificuldades sociais pelas quais um cliente atravessa, e os meios para a sua solução. Tais casos, devidamente comprovados em função do uso que deles se vai fazer, influenciam, o diagnóstico dos transtornos físico e mentais de um sujeito, revelam fontes não reconhecidas de doenças e modificaram os procedimentos judiciais respeitando certos grupos de acusados, assim como, os métodos docentes. Em certa medida, a evidência social já está a exercer esta influência, mas pode ser que, na próxima década, a demanda deste tipo de evidência chegue a superar a oferta. (Richmond, 1917: 64-65)

Tal como a autora defende, o Serviço Social tem um desenvolvimento próprio da evidência, no entanto “deve prestar atenção aos aportes realizados, sem demasiado tecnicismo, pelos representantes mais destacados outras profissões.” (1917: 26) Pelo que, pensando e cruzando com a realidade da atualidade, esta perspetiva remete para o que muitas vezes é erroneamente entendido como o calcanhar de Aquiles do Serviço Social. Efetivamente, o recurso às diversas ciências sociais por parte do Serviço Social, para intervir ou investigar o Ser Humano como totalidade no seu próprio ambiente, tendo em consideração a pluralidade das suas singularidades, não faz desta disciplina mais ou menos científica. Pelo contrário, é esta mais uma característica desta área de produção de conhecimento, que não deixa de ter o seu método e o seu olhar próprio ao utilizar outros saberes. Como Frank (1936) defende, a existência de causas de falhas sociais é quase tão grande quanto as teorias que as explicam, os métodos que se usam, bem como, as organizações e estruturas que lidam com os problemas complexas que resultam dessas falhas. Ainda que não exista uma teoria que explique e solucione a questão social, há, no entanto, uma aceitação generalizada sobre os pontos de partida para a sua compreensão. Pontos de partida que o autor tende a metamorfosear como axiomas. É aliás, acordando também com Richmond, inteligente e meticoloso recorrer a outros saberes e conhecimentos, e a uma multimetodologia, para estudar e intervir na realidade social e humana, uma vez que só assim o Serviço Social pode cumprir o seu objetivo. De facto, a compreensão da problemática de um indivíduo, bem como, a produção de conhecimento, advém da interação de ciências, de teorias, de valores e de métodos. “The social worker

knows that he is dealing with a person, who is a physical unit functioning in a social medium” (Frank, 1936: 6). Neste sentido o assistente social terá dois objetivos, conhecer e intervir sobre e com a pessoa, tendo em consideração os seus fundamentos físicos e as suas relações sociais; e conhecer e intervir sobre e com, a sociedade, tendo em conta as suas características, de forma a acompanhar a sua influência sobre o indivíduo.

The findings of the sciences which throw light upon these two objects of endeavor have been used by social work during long years of experimentation incompletely carried out by imperfect understanding. Biology — especially in the light it throws on heredity — psychology, economics, political science, and sociology have all made their contribution.” (Frank, 1936: 6)

De acordo com Richmond (1917), a inferência consiste em estabelecer uma regra geral a partir de um número de casos individuais, bem como, sobre um novo caso individual a partir de uma regra geral. No processo de investigação, a inferência pode respeitar diferentes níveis de certeza. Quando é de caráter temporal, falamos de uma hipótese, uma possibilidade que pode ser confirmada ou infirmada com novas evidências ou de uma nova experiência.

Os assistentes sociais devem saber que as “regras gerais” que se confundem com o raciocínio relativo à conduta humana nunca podem ser de aplicação universal (...) todas apresentam exceções múltiplas. Apesar disso, são plenamente válidas na hora de produzir o conhecimento de casos particulares. (Richmond, 1917: 138)

4.2.2. AS *LADY ALMONERS* E A CRISE IDENTITÁRIA: A PRIMEIRA DE MUITAS?

Ressalve-se uma das primeiras grandes crises de identidade que o Serviço Social atravessou, nomeadamente, o Serviço Social Hospitalar. As conhecidas “*lady almoners*”, ou atualmente conhecidas como, assistentes sociais hospitalares, surgiram pela primeira vez nos hospitais de ordem religiosa, e sob as lides das então monarquias, em 1123, no Reino Unido. O conceito hospital tinha aqui um papel triplo, a hospitalidade para os pobres viajantes, uma casa para os mais idosos e um lugar que cuida dos doentes. Em 1890 surgiram os/as primeiros/as “assistentes sociais hospitalares” /*lady almoners* em Londres, num tempo de mudança, em que um novo radicalismo estava a emergir nas políticas de bem-estar e no pensamento acerca do papel das mulheres na sociedade. Nos

finais do século XIX, inícios do século XX, vários intelectuais, pressionavam a implementação de uma intervenção estatal na provisão do bem-estar social. Efetivamente, em 1905, Beveridge realizava a sua primeira conferência a denunciar o liberalismo e a constatar uma espécie de coletividade que era ética e funcionalmente desejável nas sociedades industriais complexas. A introdução dos benefícios estatais, e, um movimento em torno das coletividades, bem como, as perspectivas americanas sobre como conduzir o Serviço Social nos hospitais, e a emergência do pensamento da consciência de Sigmund Freud, foram fatores que influenciaram a mudança radical do Serviço Social no século XX (Simmons, 2005).

Loch (1961) desempenhou um papel importante na implementação dos métodos e dos valores das primeiras “*lady almoners*”, empregadas e treinadas pelo C.O.S. Em 1917, viram reconhecida a profissão com os próprios direitos do âmbito hospitalar. A metodologia que seguiam permitia uma maior precisão no diagnóstico clínico dos pacientes, através da realização de entrevistas e do registo de notas de campo. Neste contexto, nos EUA as “assistentes sociais hospitalares” /*lady almoners* tiveram para o Dr. Cabot, um papel fundamental para a medicina, levando-o a criar o primeiro departamento de Serviço Social Hospitalar. A medicina entendia a necessidade de colocar alunos de medicina do último ano de Harvard que realizavam as práticas clínicas, a realizarem o curso de Serviço Social Clínico, desenvolvido e liderado por Assistentes Sociais. O pensamento de Cabot refletia a perceção de uma maior riqueza médica se entendesse o indivíduo enquanto agente corpóreo e social. Percebia, pois, que o tratamento de alguns doentes mais vulneráveis, passaria muito mais por um tratamento humanístico e social do que diretamente biológico. Razão pela qual defendia que a Medicina e o Serviço Social deveriam ter uma união química. A abordagem e a metodologia de trabalho sustentava-se em reuniões mensais, entre o departamento de Serviço Social do hospital e o departamento clínico, onde se discutiam casos de trabalho através da formulação de quatro questões: i) qual o estado físico do paciente?; ii) qual o seu estado mental?; iii) qual o seu contexto físico?; iv) qual o seu contexto mental e espiritual?

Para Cabot (1915) era compreensível e até expectável que um médico tivesse capacidade para responder às primeiras duas perguntas, no entanto, seria necessário outro olhar, mais global acerca das singularidades, para responder às duas últimas questões.

O assistente social especializado tem estes quatro pontos em mente em todos os casos (...) no meu ponto de vista o Serviço Social não apresenta um ponto de vista concreto, mas sim um ponto de vista global. (Cabot, 1915)

Na perspectiva de Richmond (1917) o movimento hospital-social teve uma influência considerável para um melhor entendimento da relação existente entre a saúde e o bem-estar social do indivíduo.

Ainda que esta realidade acontecesse no hospital geral de Massachusetts não era, no entanto, uma ideia amplamente partilhada pelo corpo profissional, aliás, tal como Mudd reporta em 1901 e 1902, desde cedo que na Inglaterra, médicos punham em causa a legitimidade do Serviço Social para realizar diagnósticos a doentes, entendendo essa prática como uma invasão e uma afronta à Medicina, razão pela qual sugeriam que não fosse realizada investigação por parte desta área. Sobre a sugestão, Mudd (1901) entende que tal prática levaria a uma observação superficial e na obtenção de particularidades mínimas, pelo que, escreve que o trabalho casual e não científico que este método poderia produzir, e mais importante ainda, o convite de enganar que seria posto no caminho dos pacientes, não era aceitável (Simmons, 2005).

Em 1907 o Conselho de Assistentes Sociais Hospitalares foi estabelecido, e tinha como responsabilidades, a seleção de candidatos sujeitos à formação e a postos de trabalho. As políticas da formação tornaram-se uma parte importante do Conselho o que mantinha os altos níveis de *standards* profissionais. Os/as assistentes sociais desempenhavam um papel de intérpretes de novos esquemas e ajudavam os pacientes a usarem os serviços de saúde e a advogarem os benefícios a que tinham direito. Tinham igualmente o papel de desenvolverem políticas e de as introduzir junto das administrações hospitalares com o objetivo de conseguirem ajuda financiada aos pacientes.

No mesmo ano, discutia-se a passagem de um trabalho, caracterizado como voluntário, para um trabalho remunerado.

Em 1941, o governo sediava um comité de Beveridge (Simmons, 2005), e a associação de assistentes sociais foi convidada a submeter evidências oriundas da sua prática. Vinte e três anos depois, emergia o Instituto de Serviço Social Hospitalar substituindo a anterior associação. O Instituto passava a ter a responsabilidade de empregar e supervisionar os/as assistentes sociais hospitalares. Esta mudança arrecadou consigo uma perda de identidade da especificidade da profissão nesta área, uma vez que se associou a uma ideia geral de Serviço Social, que partilha conhecimento e prática com

assistentes sociais de outras áreas. Também a prioridade da intervenção se alterou, passando da prevenção – aconselhamento, advocacia e trabalhos de casos – para uma ação centrada na proteção de crianças e planeamento (Simmons, 2005).

Ainda que Simmons (2005) considere que se tenha perdido parte da identidade profissional ligado ao setor da saúde, Mouro (2004) relembra que, foi pelo lugar que o Serviço Social conquistou, nomeadamente nas instituições sociais, que se capitalizou uma linguagem profissional, reflexividade crítica e se expandiu a prática investigativa.

4.3. MARCOS REPRESENTATIVOS DO SERVIÇO SOCIAL INTERNACIONAL

O Serviço Social tem-se deparado ao longo do tempo com solicitações multivariadas no campo da sua ação, aprovisionando arcabouços de saberes e de fazeres. Ao longo dos anos, acompanhamos uma transformação da sociedade e consequentemente do público que recorre aos serviços dos profissionais do Serviço Social. São incontestáveis os (re)ajustes da profissão e a necessidade de constante adaptação da sua *práxis*⁹⁰ tendo em conta os (novos) problemas sociais.

Tal concretização não seria exequível sem as teorias que subjazem à ação, ao mesmo tempo que a ação se revela emancipadora de novas teorias. Desde os primórdios do Serviço Social que se entendeu necessário acompanhar a *práxis* por um conhecimento científico, tal facto é reconhecido na história aquando da crise de legitimidade do Serviço Social enquanto profissão. Um dos marcos identificadores da ciência reside na realização de momentos coletivos de discussão científica. A este respeito reside em 1928 um dos primeiros marcos da eventual, e incipiente, ciência do Serviço Social com a realização da primeira Conferência Internacional de Serviço Social, em Paris. Essa primeira conferência marca, aliás, a história do Serviço Social Internacional que frequentemente é caracterizada na literatura científica como tendo tido três vagas (Kuilema, 2014). A primeira vaga do Serviço Social Internacional tem o seu fim por altura da realização desta primeira conferência internacional, a segunda vaga ocorre após a Segunda Guerra Mundial, e a terceira, já em finais do século XX com o crescimento e intensificação do processo de globalização.

⁹⁰ Segundo Payne (2005), a *práxis* remete para a necessidade de guiar a nossa prática embasada na teoria, de forma a que na teoria se obtenha um reflexo da prática.

Esta primeira conferência juntou, de acordo com Kuilema (2014), 2481 delegados de 42 países da Europa, Ásia, África e América, sendo que contou com quase 5000 participantes dos quais cerca de 1100 franceses. O encontro massivo de assistentes sociais nesta primeira Conferência Internacional de Serviço Social recebeu o apoio de inúmeros governos, bem como do setor privado, particularmente de algumas organizações não governamentais de cariz internacional. Para além disso contou com a participação de inúmeros membros da academia, entre os quais se destaca Mary Richmond. Um dos principais temas abordados nesta primeira conferência debruçou-se sobre a definição de Serviço Social, tendo ficado oficialmente definido como:

Every effort to relieve distress due to poverty, to restore individuals and families to normal conditions of living, to prevent social scourges and to improve the social and living conditions of the community, through social case work, through group activities, through community action in legislation and administration, and through social research. Social work consequently includes not only relief, insurance and social activities, but also, up to a certain point, health work and education. (FICSW, 1929: 174)

Um outro tema merecedor da nossa atenção no âmbito deste marco representativo respeita à preocupação relativamente ao aumento do profissionalismo na formação em Serviço Social. Efetivamente, Delagrangue (1929: 339) denotou a necessidade urgente de uma formação técnica, prática e teórica nas várias organizações de Serviço Social em França. Polligkei, por sua vez, deu voz ao caso alemão quando afirmou que o estado do trabalho social, dessa época, se distinguiu por uma forte ênfase na necessidade de trabalhadores profissionais especialmente formados. (1929: 363)

Um representante oriundo do Japão defendeu que o crescimento da profissão nesse país demonstrou a insuficiência de voluntários com zelo espiritual e a necessidade de um conhecimento especializado (1929: 465). Enquanto muitas nações estavam preocupadas com o estabelecimento de uma educação sólida e formal em Serviço Social, outros países, com uma história mais madura, como a Alemanha e os Estados Unidos debatiam já outros pontos. Alice Salomon, uma representante alemã da educação em Serviço Social, escreve no âmbito da conferência de 1928:

There was no “ready-to-buy” science of social work which we could use in teaching. The staff had to develop it themselves. There were no textbooks – we had to write them. Ours

was genuine teamwork, a most intimate cooperation, coloring the school with the peculiar character that education for social work needs. (Kuilema, 2014: 7)

O objetivo principal desta Conferência Internacional foi o de facilitar contactos pessoais para a troca de informações e a promoção do debate dialógico acerca dos/as assistentes sociais e das organizações mundiais. Note-se que na altura o relacionamento internacional era um problema, ou uma dificuldade que o Serviço Social atravessava. Como Jebb (1929) demonstra, os problemas sociais que o mundo atravessava, não eram problemas nacionais, pelo contrário, eram problemas internacionais.

(...) the very daily bread of the average man depends upon the work and prosperity of his fellows in distant, unknown lands. (...) If it is an international social evil, if it springs from international causes, then surely its solution must lie along international lines. (Kuilema, 2014: 8)

Após a Conferência de 1928, e mais precisamente após a Segunda Guerra Mundial, surge a denominada segunda onda de emergência da internacionalidade do Serviço Social, onde os EUA tiveram um papel proeminente, enquanto primeira potência mundial e o desenvolvimento das Nações Unidas teve também um impacto significativo na exportação do Serviço Social através do mundo. “This period included the first international conference of social work held outside of Europe and North America, in newly independent India in 1952.” (Kuilema, 2014: 9)

Já a terceira vaga iniciou no período entre os anos 1980 e 1990, com a globalização no seu sentido concetual e real. Esta vaga contribuiu para o desenvolvimento das comunicações, informações tecnológicas e transportes. Neste contexto, a *International Association of Schools of Social Work*, a *IFSW* e a *International Council on Social Welfare* uniram-se para a publicação da revista *International Social Work*. O que coincidiu igualmente com uma maior colaboração entre as escolas de Serviço Social.

Se no passado⁹¹ e de acordo com uma ciência positivista, a aproximação e imersão do Assistente Social no campo seria um marco que poria em causa a validade da sua investigação, atualmente, esta premissa outorga-lhe um lugar privilegiado não só para criar, (re)adaptar e conciliar a sua prática, mas também, permite-lhe desenvolver investigações e criar conhecimento influenciado pela prática ao mesmo tempo que se apresenta enquanto influenciador de novas *práxis*.

⁹¹ Século XVIII e século XIX, marcado pelo iluminismo e positivismo.

A definição internacional de Serviço Social tem vindo ao longo dos tempos a ser atualizada e discutida. A mais recente (re)definição remonta a 2014, à conferência de Melbourne, cuja nova definição pretendia abranger uma maior diversidade cultural e a lembrança da defesa pelos direitos humanos:

a practice-based profession and an academic discipline that promotes social change and development, social cohesion, and the empowerment and liberation of people. Principles of social justice, human rights, collective responsibility and respect for diversities are central to social work. Underpinned by theories of social work, social sciences, humanities and indigenous knowledge, social work engages people and structures to address life challenges and enhance wellbeing. (IFSW - GDSW, 2014).

Neste sentido, assume-se na definição do Serviço Social, uma profissão cuja missão é a de promover a mudança social, o desenvolvimento social e a coesão social, bem como, promover o *empowerment* e a libertação dos indivíduos. São reconhecidos os princípios fundadores do Serviço Social, como sendo o respeito pelo valor intrínseco ao ser humano, e a sua dignidade, assim como promover o respeito pela diversidade, e a defesa dos direitos humanos e da justiça social. Autores como Ferreira (2011), em Portugal, e John Brekke (2012), nos Estados Unidos, realçam na conceção do Serviço Social uma função de integração e coesão social, originando uma cultura de ação e de teorização, em que ao método é atribuído uma função relevante, promotora de mudanças sociais em várias dimensões da vida individual e também coletiva, bem como, impulsionadora de novos conhecimentos científicos.

Retomando a definição internacional do Serviço Social, a sua prática profissional enquanto intervenção social e a sua característica interdisciplinar e transdisciplinar enquanto ciência consideram esta área enquanto fonte de construção teórica, “Social work is both interdisciplinary and transdisciplinary, and draws on a wide array of scientific theories and research.” (IFSW - GDSW, 2014).

Se considerarmos a realidade brasileira no que às diretrizes do Serviço Social diz respeito encontrar-se-á a pesquisa de dados quantitativos, a investigação qualitativa sobre a realidade, o desvendar e problematizar a realidade social e o intervir na realidade social, remetendo o Serviço Social para uma profissão investigativa e interventiva. (Fraga, 2010)

Para que os estudos e pesquisas tenham utilidade social é fundamental, além da clareza do projeto ético-político construído coletivamente pela categoria, o domínio teórico-metodológico e técnico-operativo, alicerçados pelo conjunto de conhecimentos, habilidades, atribuições, competências e compromissos necessários à realização dos processos de trabalho, em qualquer espaço ou âmbito de atuação onde o assistente social o realize. (Fraga, 2010: 46)

4.4. ESPÍRITO CIENTÍFICO: DISCUSSÃO DO SERVIÇO SOCIAL ENQUANTO ÁREA DISCIPLINAR AUTÓNOMA

4.4.1. LIÇÃO DO PASSADO “PARA UMA COMPREENSÃO ROBUSTA DO PROJETO CIENTÍFICO DO SERVIÇO SOCIAL”

Refletir sobre o Serviço Social enquanto uma ciência é, como já referido anteriormente, uma questão do início do século XX, que, no entanto, já vira discutida a prática investigativa no século XIX.

Em 1919, ao analisar um crescimento do número de assistentes sociais e de institutos que ofereciam programas educativos para o Serviço Social entre 1900 e 1919, Todd (1919) propunha-se a aplicar o conceito de ciência e do método científico ao Serviço Social. O autor defendia que o Serviço Social devia representar a organização científica das forças, pessoais e materiais, de uma comunidade, com o objetivo de eliminar o desperdício e aumentar progressivamente a capacidade de produtividade, serviço e bem-estar de cada membro. Ainda que reconhecesse que em 1919 ainda fosse difícil definir Serviço Social, argumentava que,

(...) at the same time may be pretty definitely laid out for purposes of planting and cultivating special crops. The three chief crops I find to be, first, the spread of socialized intelligence; second, alleviative and remedial work on behalf of the subnormal or handicapped members of the community; third, organized prevention against adverse and depressive forces in the community. (Todd, 1919: 82)

Para o autor era indubitável que o Serviço Social tivesse, na sua essência, o espírito científico, fosse enquanto profissão ou disciplina. Defende uma relação intrínseca entre

teoria e prática, “‘social work’ and the ‘scientific spirit’ must always be linked in theory and practice.” (Todd, 1919: 82)

Recorrendo a analogias, Todd (1919) demonstra que o Serviço Social ao seguir uma linha científica própria permitiria que o trabalho benevolente de então, fosse bem regulamentado através de uma visão comum e de uma organização metódica. Reforçando que a época do autor é 100 anos prévia à nossa, não é de todo estranho compreendermos a preocupação que o pautou ao questionar o obstáculo que uma profissão como o Serviço Social ancorado num espírito católico muito vincado pudesse inviabilizar a criação de uma relação estreita com a ciência. Neste sentido, encontra o ponto comum entre a ciência e a prática profissional, reconhecendo-a como a motivação que subjaz ambas: a criação e a vontade de servir. “The more scientific the art of healing becomes, the more it becomes permeated with a sense of community duty and service” (Todd, 1919: 86). Reiterando ainda,

The newer developments of economic science and sociology have impelled us toward conservation of natural and human resources, labor legislation, health and sanitary work, protection of children, control of industry for social ends. Science yields place to no other source of enthusiasm for social amelioration. (Idem)

Neste seguimento, reconhece a necessidade do ensino e aprendizagem de forma rigorosa e metódica para o Serviço Social.

Only training — exacting, rigorous training — can make over the mob of recruits from a liability into an asset. That training is military science. Likewise, the hundreds of volunteers responding to the call to enlist in the social-service army against needless want and misery must be trained lest they remain mere cumberers of the ground. That is what I mean by the application of the scientific spirit to social work. The new quality which science adds to the impulse to serve is ordered intelligence, the discipline of knowledge. (Todd, 1919: 87)

Para Todd (1919), a prática do Serviço Social e a prática científica, não são consideradas realidades opostas, mas complementares e necessárias, uma vez que para ele o antípoda comum de ambas é a rotina mecânica. Considerando a ciência num sentido lato, como, the detection of relationships; it is the relating of cause to effect. This means two things: first, that the scientific mind is always full of problems; it never takes things

for granted; it never contents itself with fatalistically and complacently accepting effects. This means, it is evident, in the second place, that everything is caused by something else. (Idem)

Para o autor um dos principais objetivos comuns da ciência, propriamente dita, e do Serviço Social, é explicar e intervir sobre os acontecimentos do mundo, retirando as causalidades do destino e da sorte. É aliás, devido a esse objetivo que se terá desenvolvido a ciência moderna, na conexão de efeito e causa, “therefore in ridding the world of chance, it works in two ways – critical and constructive.” (Ibidem)

A ciência, tal como o Serviço Social desenvolvido na época, pretende chegar à verdade dos factos, mas também, das relações vitais entre os factos. E deste modo nunca afirmam obter o conhecimento completo da verdade, ou, estabelecer a ordem perfeita do caos que subjaz qualquer aparente ordem.

Ao conectar o Serviço Social à ciência, os resultados esperados não seriam resultados imediatos, mas antes “*an attitude of mind*” (Todd, 1919: 88). O autor considera que, desenvolver um Serviço Social noutra perspetiva que não no espírito científico poderá ser perigoso para o trabalhador e uma experiência delicada e perigosa para aqueles com quem trabalham os/as assistentes sociais.

Anybody who has ever tried to be friend of the poor, the sick, the broken in spirit, the down-and out, knows the tremendous strain on body and nerves. The constant tugging at one 's sympathies, the recoil of disgust at the sight of filth, disease, and broken character, the lurking possibility of contagion, the discouragement over failure after faithful ministration — all these wear down the fine edge of one's good will. (...)The scientific spirit does away with obtrusive personality; it pours a healthy astringent upon one's ego. It broadens our sense of personality until we get the idea firmly fixed that we are merely representing the best thought of the community and are not exploiting our own vanity upon the poor and needy. This is a very subtle temptation and can only be met by rigorous scientific self-immolation. Another hazard grows out of nervous strain and the air of patronage: this is the tendency to measure one's courtesy and good manners by social ranks. Discourtesy is no longer a good business asset. (Todd, 1919: 97)

Todd (1919) explana a mais-valia do espírito científico na diminuição dos riscos até aqui explanados, ao demonstrar o desenvolvimento de uma determinação rigorosa para olhar para a realidade de forma crítica e clara. Por outras palavras, olhar através da formulação de cada problema. É, aliás, esta uma das primeiras características do trabalhador científico que o autor elenca. A elaboração de um diagnóstico equivalente em medicina, direito, educação e Serviço Social. O que significa, encontrar a causa e efeito em todas as suas ramificações. Ou seja, trabalhar com uma família a independência económica ou criar leis de seguro social nos estatutos. Ter o intuito de rejeitar qualquer senso comum existente apenas porque todos acreditam. Para tal, chama a atenção para a necessidade de manter uma mente aberta e crítica de forma a reformular, técnicas, métodos e conhecimentos, que com o tempo se podem tornar obsoletos para conhecer e intervir na questão social.

You may go to college or to a school of philanthropy; you may imbibe methods from a trained social worker in your community. But remember that the technique of science is never fixed. Science always moves on. The charitable methods of twenty years ago may be utterly obsolete now. Our methods, even the most scientific, may be the laughingstock of our descendants in the twenty-first century. Social work may become a profession, if by that we mean that in addition to having an ideal of promoting social welfare, social workers become really qualified to do their work as no other profession can. It will become truly scientific only when every social worker sets as his ideal not drawing his meed of praise or money for turning off the day's work with as little friction as possible, but knowing the truth as it is and adding to the sum of truth for the creation of a world more worth living in and working for. To work for the truth that shall make you free—that is the scientific spirit. Up to this point I hope it is perfectly clear that social work to be scientific must express organized intelligence and good will to men. (Todd, 1919: 102)

Ao debruçarmo-nos sobre a obra *“The scientific spirit and social work”* de Todd, foi possível constatar que muitas das discussões que ainda encontram lugar em 2017, não são obra de mentes miraculadas ou utópicas, mas o resultado do desenvolvimento de uma área que ainda que conheça crises identitárias devido à sua complexidade enquanto disciplina e profissão, segue o curso de uma história que frequentemente tende a ser subvalorizada e até esquecida.

4.4.2. PENSAR E CULTIVAR O ESPÍRITO CIENTÍFICO PASSADO RENOVADO NO SÉCULO XXI

Durante os anos 90, os países de língua alemã retomaram a questão da legitimidade e autonomia do Serviço Social nos jogos de poder do campo científico, sendo disso exemplo os trabalhos de Rauschenbach (1991), Engelke (1996), Wendt (1994), Obrecht (1996) e Muhlum (1998), Sommerfeld, (2014).

Em 1996, Engelke tecia as suas primeiras críticas à estrutura educacional de Serviço Social nas Universidades de ciências aplicadas, por entender que estas se alimentavam em demasia na abordagem do "*piggyback*". Para o autor, a crise identitária que a profissão assistia no momento, estava intimamente ligada com o facto do saber do Serviço Social beber mais ou menos de outras disciplinas. Estava criado o debate para questionar a formação em Serviço Social, introduzindo os problemas identitários. Note-se que na história dos países de língua alemã, Serviço Social e Pedagogia Social eram duas linhas distintas de desenvolvimento (à luz do que acontece em Portugal). Nesta conceção a Educação Social foi concebida como sendo parte das Ciências da Educação e estabelecida nas universidades, ao passo que o Serviço Social não. Só mais tarde na década de 70 é que o Serviço Social foi incluído no ensino universitário com a criação das Universidades de Ciências Aplicadas. Ao mesmo tempo que o debate acerca do Serviço Social enquanto ciência se tem dilatado, as diferenças entre esta área e a Educação Social têm vindo a ser avaliadas, garantindo a separação de ambas, através da hierarquia das Ciências. A Educação Social foi usando o seu poder (concedido através da sua legitimação no campo) para absorver o domínio e o saber do Serviço Social como sendo seu.

Ao seguirmos o trabalho de Sommerfeld (2014), é, pois, inevitável pensar o conhecimento e a Ciência através da filosofia Antropológica, que pressupõe através de Plessner's (1976, *apud* Sommerfeld, 2014) que o Homem enquanto Homem deve criar uma relação com o mundo que se diferencia entre o ambiente material, o ambiente social, e o mundo físico e psíquico. Deste modo, cria-se e ganha-se conhecimento e constitui-se o significado de mapeamento destas relações. O ato de procura de entendimento e significado é uma característica existencial humana que promove a sobrevivência num dado ambiente, e esta relação epistémica possibilita a formação de ambiente. Ao mesmo

tempo, os problemas que surgem devem ser tratados através da ação. A sua solução aparece como a principal fonte de produção de conhecimento. O processo de aprendizagem é mapeado fundamentalmente por estruturas socioculturais, ou seja, o conhecimento é culturalmente transmitido e individualmente construído.

Segundo Sommerfeld (2014), através de uma perspectiva epistemológica do realismo crítico, a criação do conhecimento não é livre, mas sim circundada pela realidade, pela natureza do comportamento humano, e as experiências tidas com esta realidade. O conhecimento humano está intimamente ligado à atividade ou à prática, constrói o fundamento da criação do conhecimento humano servindo a sobrevivência individual e das espécies. O conhecimento desenvolve através de observações interrelacionadas do mundo e a formação do mesmo mundo num processo circular de cognição e ação.

A ciência é a tentativa de levar as fronteiras das possibilidades epistemológicas humanas através da formação de sistemas sociais especializados com alguns princípios constitutivos: i) sair da ação imediata que permite uma extensiva extensão de tempo para a observação e explanação. Este estar fora da ação constitui uma posição diferente de observação que é a base da investigação científica; ii) estruturação ideal da verdade - todo o trabalho científico é guiado pelo objetivo de procurar o que é verdade, como este mundo ou como a realidade do nosso mundo funciona. Este princípio leva ao desenvolvimento de metodologias de investigação que podem ser divididas em dois grandes modos de procura de conhecimento: a prova e a "descoberta". (Seipel & Rieker, 2003: 13). iii) introdução do discurso da estrutura de comunicação principal da comunidade científica - usualmente organizada por disciplinas.

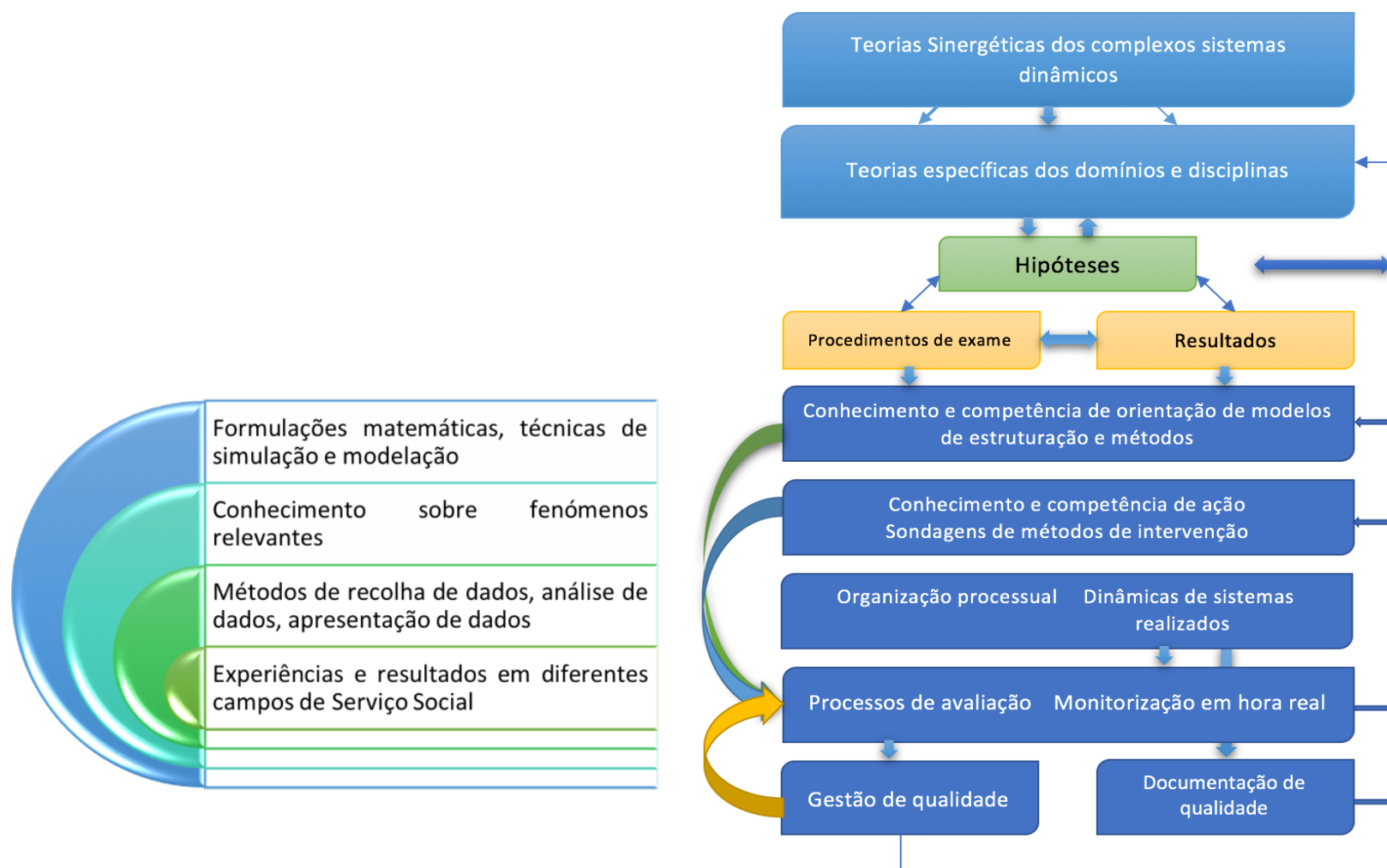
O discurso como reiteram Sommerfeld (2014) e Shaw (2014; 2016;) entre outros, é o significado para socialmente objetivar o conhecimento, para perfazer o movimento circular, e finalmente para atingir o estado de saber consolidado como base de uma disciplina. Parafraseando Sommerfeld (2014), acerca do lugar da teoria do momento da observação em que se está fora da ação, “a junção do campo prático com uma disciplina científica constitui, por um lado um pilar importante na transformação do campo prático numa profissão” (2014: 590). Nesta lógica, e pensando nesta premissa inversamente, no reconhecimento do Serviço Social enquanto profissão, poder-se-á, numa dedução silogística aristotélica, reconhecer-se o casamento do campo prático (a questão social) com a disciplina científica (Serviço Social), o que significa a existência de um saber legítimo que permite entender sem ambiguidades o Serviço Social como profissão

subentendo-a também com ciência. Tal facto remete-nos para o pensamento de que em alguns países, como é o caso dos de língua alemã, embora o debate se teça sobre a legitimação ou existência do Serviço Social enquanto ciência, em boa verdade, esta premissa está já assegurada e pelo contrário, procurar-se-á encontrar o argumento legitimador do Serviço Social enquanto profissão.

Buchner (2012) demonstra um modelo de integração de conhecimento que pode ser descrito como uma matriz disciplinar em cinco níveis de paradigmas sistemáticos de Serviço Social, ordenados como: i) meta-teorias, decisiva dependendo do horizonte teórico que permite coerência sobre todos quando diferentes teorias objetivas de diferentes disciplinas e paradigmas são conectados; ii) teorias objetivas; iii) teorias gerais de ação normativa, a estrutura básica de todas as profissões de ação; iv) teorias de ação específica (métodos), que respeitam o que tem vindo a ser introduzido previamente sob termos tecnológicos; v) e realidade, descreve as intervenções como ações operadas por profissionais para atingir objetivos.

Regras e explanações são baseados em teorias objetivas sintetizadas sob um guarda-chuva de escolhas meta-teóricas. Isto pressupõe que a matriz descreve a razão da estrutura da transdisciplinaridade e a produção de conhecimento. Sugere, ainda, que é necessário fazer escolhas pragmáticas em vez de ficar tudo como desestruturado, como é possível no *“piggyback approach”* referido por Brekke (2012, 2014). Significa que é necessário usar aos problemas da vida real como componentes estruturantes que lideram as escolhas das teorias objetivas para explicar coerentemente o fenómeno e os mecanismos, ou as dinâmicas sublinhando o problema e o tratamento (Sommerfeld, 2014). A validade das teorias reside exatamente aí, na construção de intervenções em teorias ou em que teorias são importantes na explicação efetiva de tratamento.

Figura 4.2. Esquema Sistemático de Construção de Teorias Baseadas na Intervenção



Fonte: Sommerfeld, 2014

Da implementação de um modelo de ajuda social sustentada num conhecimento objetivo da realidade social emergiram diferentes pesquisas com influência em algumas experiências em matéria de intervenção social (Mouro, 2004), como por exemplo, em 1823, o inquérito que surgira como meio de conhecimento e avaliação da situação social dos mais pobres que recorriam à ajuda nas organizações sociais (Vieira, 1981). Este estudo viria a significar um grande desenvolvimento na qualificação social que investia em estudos sociais e em terrenos rigorosos. Desta forma, o Serviço Social ganhou um campo próprio como “investigação social” capitalizando uma linguagem profissional não apenas cingida a meros indicadores económicos, mas também a indicadores de ordem social. Neste sentido, e de acordo com Vieira (1981), Guerra (2002) e Mouro (2004), Octávia Hill viria a utilizar o termo “investigação” sempre que fazia referência às suas pesquisas essencialmente orientadas para uma linha crítica que, mais tarde, passou a ser conhecida por “investigação-ação”.

Efetivamente, ao atendermos ao relatório de Mary Richmond, entende-se que o Serviço Social, longe do estereótipo do bem-fazer, é antes uma profissão com uma prática informada. Esta autora clássica do Serviço Social colocou a investigação nesta cena pública, quando aplicou os seus investimentos teóricos na construção de novas metodologias de intervenção profissional. Tornou-se, para além disso, a primeira defensora da teoria como uma orientação para a ação, sustentada na pessoa enquanto objeto de intervenção, assumindo a observação e a experiência como suporte de modelos analíticos dos problemas sociais.

White e Riemman (2009) também propõem um matrimónio entre teoria e prática para uma intervenção social informada. É no explanar da teoria sobre a investigação como prática que nos demonstram qual o contexto desejável para a realização deste “novo” *habitus* profissional, nas conhecidas, mas ainda escassas, organizações aprendentes.

Como Amaro (2008; 2014;) e Carvalho (2014) asseveram, num contexto em que os/as assistentes sociais se situam numa “jaula de ferro”, mergulhados num agir profissional burocratizado, o perfil define-se através da centralização nos procedimentos e guias para a ação, da presunção de neutralidade no agir profissional, da finalidade da intervenção como gestão dos casos baseada na eficiência e eficácia, da intervenção com o sentido de promover fundamentalmente a adaptação do indivíduo ao *establishment* e dos processos de avaliação centrados exclusivamente na análise de resultados (Amaro, 2014). Neste sentido, a formação surge como o elemento instigante na transformação

deste *habitus* profissional. Efetivamente, White e Riemman (2009) demonstram como a dinâmica de certas vertentes de investigação do Serviço Social se tornaram um domínio legítimo para (futuros) praticantes e, neste sentido, como é que algumas escolas de Serviço Social e de outras escolas profissionais têm sido terreno fértil para o surgimento de novas formas de comunicação de pesquisa, onde alunos são atraídos para uma discussão em curso e se associam ao trabalho sobre dados primários, tal como transcrições, notas de campo entre outros, em projetos. Como resultado esperam-se profissionais mais bem preparados para dar sentido aos mundos sociais complexos nos quais trabalham.

No Reino Unido, a própria formação afigura-se como o seu próprio obstáculo, efetivamente os autores demonstram existir uma introdução generalizada de formas mais burocratizadas de transformação dos alunos nos cursos de Serviço Social, que futuramente empurra os/as assistentes sociais cada vez mais para decisões burocráticas precipitadas, uma tendência que tal como Amaro (2014) apresenta, é agravada pelo desenvolvimento tecnológico, e consequentemente pela implementação de vários *softwares*, levando-os para fora do espaço dialógico e tornando-se imunes ao exercício reflexivo da própria prática, sendo o processo de decisão, um processo automatizado que anula a singularidade dos indivíduos.

White e Riemann (2009) enfatizam o conceito do “conhecimento tácito” de Michael Polanyi (1966). Este conhecimento demonstra como os aspetos “tácitos” não podem ser apreendidos através da instrução, mas antes através da experiência pessoal. É incorporado e reproduzido por atividades dentro de uma cultura e é por isso difícil de ser partilhado com aqueles que não pertencem nem partilham essa mesma cultura. O imperativo “*know-how*” representa o agrupamento dos materiais culturalmente disponíveis pelo indivíduo, que criam uma “razão” para a ação. Quando Polanyi (1966) se debruçou sobre o “conhecimento tácito” tornou imperativo questionar a sua prática enquanto físico-químico, questionando o movimento de uma objetividade. Neste sentido, um processo de decisão está frequentemente ligado aos instrumentos da lógica, da interiorização e da repetição. Por outras palavras, uma boa parte do processo de tomada de decisão baseia-se nas capacidades do ser humano dar sentido ao mundo social e complexo no qual vive, usando as emoções, sem, no entanto, ficar restrito às unidades biológicas primárias. Ao invés, as culturas que os indivíduos partilham têm um peso significativo na conexão das emoções e do mundo social. Isto porque como Haidt (2001)

demonstra, o raciocínio segue o julgamento moral, onde as normas de grupo têm um papel crucial na influência direta sobre os outros.

White e Riemman (2009) demonstram como pesquisas com diferentes metodologias podem desestabilizar a prática. O trabalho quantitativo permite olhar para o padrão e a diferença de dados numéricos permitindo ver o que não víamos até então. Recorre-se a este título o exemplo invocado pelos autores de uma pesquisa comparativa a dois centros de proteção a crianças e jovens em risco, cujas equipas detêm papéis, competências, estruturas de gestão e sistemas de informação idênticos.

O trabalho qualitativo, nomeadamente através de um estudo etnográfico, permite perceber como é feito o Serviço Social quotidianamente. Os autores demonstram através do exemplo de pesquisas levadas a cabo por estudantes de Serviço Social, a importância de utilizar diferentes abordagens de pesquisa interpretativa para obter uma compreensão mais profunda dos processos do trabalho profissional. Desta forma, a pesquisa biográfica baseada em entrevistas narrativas surge como um recurso para descobrir e analisar os processos e problemas das histórias de vida das pessoas, mas também, para que os estudantes e profissionais possam aprender sobre o seu contexto e sobre os problemas recorrentes da sua prática profissional. Estudos etnográficos com base na observação participante permitiram perspetivar o ambiente, o quotidiano e a prática de sobrevivência de grupos marginalizados. Ao mesmo tempo que a análise de discurso sensibiliza para as formas responsáveis pelo desentendimento entre profissionais e beneficiários.

Os autores argumentam que os análogos entre a investigação, particularmente da variedade qualitativa, e a avaliação do Serviço Social pode frutuosamente ser explorado para incentivar uma melhor compreensão das formas pelas quais os/as assistentes sociais geram conhecimento sobre casos, contribuindo assim para promover e questionar uma mais rigorosa abordagem prática. Os autores têm defendido que devem ser outorgados aos alunos e praticantes as técnicas para examinar o que eles não podem ver. Também é importante que os alunos aprendam a interrogar as suas próprias histórias. Este não é o lugar da disseminação do conhecimento formal, mas o equilíbrio entre didática e 'livro'. Os alunos precisam de aprender coisas, mas também precisam aprender a interrogar o próprio processo de formação de conhecimento. Examinando os seus casos, as suas entrevistas, os seus relatórios e arquivos para premissas tomadas como certas, os alunos podem ser estimulados a explorar como o conhecimento formal é usado na prática, como ele interage com o raciocínio, e qual é a relação entre a certeza e a incerteza. Que, posteriormente, poderia ser estendido através de gravações de entrevistas e discussões de

casos e usá-los para debate fundamentado como mais um meio para interrogar a sua prática. Defende-se que as competências de investigação devem ser colocadas na educação profissional, uma vez que essas habilidades reflexivas são particularmente importantes em profissões como o Serviço Social que depende em grande medida do julgamento moral e do conhecimento exotérico, onde há um perigo real de que as certezas, produzidas pelo uso indiscriminado do conhecimento popular, influencie a prática e a realidade social. Atualmente, esta parece ser uma preocupação que está no coração de uma grande parte das escolas de Serviço Social. Preparar futuros/as assistentes sociais para a prática profissional e investigativa. Note-se que esta é uma mudança previsível na própria identidade profissional e que inevitavelmente falámos, numa abordagem *laheriana*, de um “novo” *habitus* profissional. *Habitus*, esse que demorará tempo até se tornar, ele próprio, familiar a esta categoria.

Pese embora todas as discussões em torno da importância da teoria para o exercício da profissão de assistente social, Mullaly (2007) perceciona-a como fundamental para o correto exercício das funções nesta área. Referindo-se a uma revisão da literatura realizada sobre o que os utentes pretendem dos/as assistentes sociais (Howe, 1987) e a uma revisão da literatura profissional sobre como se fazem assistentes sociais eficientes (Fisher, 1978), Mullaly (2007) considera que as mesmas convergem em dois aspetos fundamentais: a) os/as assistentes sociais devem criar condições para uma relação de confiança, de cuidado e de aceitação; b) os/as assistentes sociais devem fazer uso de teorias e métodos bem articulados que dirigem e organizam a prática de uma forma que é sistematizada e reconhecida tanto pelo trabalhador, como pelo utilizador dos serviços.

Independentemente da teoria em uso, esta tem quatro funções básicas: i) descrição; ii) explicação; iii) predição; iv) controlo e gestão dos acontecimentos ou das mudanças. O Serviço Social é uma profissão de cariz prático que persegue estas quatro funções: descreve os fenómenos; tenta explicar o que os causa; prevê acontecimentos futuros, nomeadamente o que acontecerá se certas intervenções ocorrerem; e tenta controlar e gerir acontecimentos ou mudanças em todos os níveis da atividade humana e social.

Retomando Fook (2002), do mesmo modo que as profissões são legitimadas e mantidas através das suas assunções de conhecimento específico, que é gerado e disseminado pelas próprias profissões, também o são as áreas científicas às quais as profissões (consideradas também elas científicas) pertencem. É através do controlo do processo da atribuição de importância do conhecimento como conhecimento científico,

como é feito e comunicado, que as disciplinas científicas e as profissões vão manter a sua posição social, naquele que é considerado um campo de jogos de poder. Fook (2002) defende para a profissão que o controlo ao qual nos referimos é salvaguardado através dos processos pelos quais os novatos integram o campo e se tornam elegíveis para a sua pertença enquanto membros; pela salvaguarda dos tipos de conhecimento que são ensinados através do controlo dos *standards*; e pela salvaguarda do tipo de conhecimento que é transmitido aos membros dessa mesma classificação através de publicações formalmente legitimadas *à priori*.

4.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO IV

Existe uma ideia pós-moderna que associa conhecimento e poder. Concomitantemente, os grupos dominantes que controlarem as formas de ver a realidade, controlarão de igual forma o que a realidade será.

As nossas considerações finais refutam o postulado de que o Serviço Social não tenha uma trajetória histórica no que diz respeito à sua dimensão científica.

Efetivamente, a análise deste capítulo demonstra que ainda que não fosse reconhecida a palavra Serviço Social, antes mesmo de ser entendido como tal, sendo uma filantropia, tinha inerente a si o começo de um espírito científico. Conseguimos identificar esta ideia, nas evidências que analisamos dos relatórios de Mudd (1901), ou ainda nos autores que se debruçam sobre o espírito científico do Serviço Social nos inícios do século XX. A breve conceptualização de ciência elaborada no início deste capítulo, remonta à época do iluminismo até à contemporaneidade, uma vez que, é nosso entendimento importante realçar o contexto sociohistórico no qual o Serviço Social, sob o manto da filantropia se erguia. Uma época em que a esta profissão se remetiam apenas indivíduos do sexo feminino, que como é sabido esteve durante séculos, afastada das arenas de poder, entre as quais a ciência. Na leitura efetuada à história do Serviço Social, entende-se a dificuldade que as Mulheres viviam para assumir cargos nos jogos de poderes científicos. Esta nota conclusiva encontra reforço se reiterarmos, por exemplo, Chalmers (1933) que apenas empregava homens, como diáconos, e trabalhadores de “caridade” para realizar as “investigações-ações”. Pensamento consolidado com a ideia de que as mulheres por diversas razões, não eram moralmente nem intelectualmente adequadas para trabalhos que exigissem rigor e reflexividade. Note-se, que nos inícios do século XX, este

pensamento de supremacia machista era transversal às sociedades ocidentais. Época histórica que nos remete para uma primeira formulação para o enfraquecimento da legitimidade social e científica do Serviço Social: uma área profissional e científica liderada por Mulheres não pode senão ser uma área confrangida. Acordando com Lorenz (2017), reconhecemos termos mais a aprender com o passado para a construção do futuro uma vez que a história segue uma dinâmica cíclica.

CAPÍTULO V

CONCEPTUALIZAÇÃO E HOMO LEGITIMAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL ENQUANTO DISCIPLINA CIENTÍFICA

5.1. A RELAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL COM AS CIÊNCIAS SOCIAIS

Este capítulo procura conceptualizar o nosso entendimento de ciência quando nos referimos ao Serviço Social como área disciplinar.

Para a problematização do conceito de epistemologia, sobre a qual se debruça este capítulo, entende-se necessária uma clarificação mais abrangente sobre os paradigmas existentes nas Ciências Sociais uma vez que o Serviço Social não pode senão afigurar-se enquanto disciplina deste domínio. Kuhn (1970), sugere que a maturidade científica das disciplinas repousa sobre: i) o paradigma que define o que estudar, e neste sentido, sobre a relevância do fenómeno social; ii) porque estudar, formulando hipóteses explanatórias; iii) e como estudar, o que remete para os seus métodos.

São inúmeros os debates e diálogos orais e escritos acerca da quantidade e validade de abordagens científicas, não apenas no Serviço Social, mas também, nas Ciências Sociais em geral. Alguns/as académicos/as situar-se-ão num enquadramento mais qualitativo de fazer ciência, associado ao recurso da pesquisa documental, da etnografia, ou entre outros, à análise do discurso. Ao passo que, outros se situarão num modelo quantitativo, que se apropria das matemáticas, dos jogos teóricos estatísticos.

Alguns/as investigadores/as sociais defendem a ideologia da existência de apenas uma abordagem, e, portanto, um paradigma único nas Ciências Sociais. Pelo que, qualquer outro paradigma utilizado pelos pesquisadores, não tornaria cientificamente válida a investigação. Neste sentido e sustentado por King et al. (1994) a investigação científica (independentemente de seguir o modelo qualitativo ou quantitativo) deve objetivar a definição de pesquisa científica: a) O fim é a inferência. A investigação científica está desenhada para fazer descrições ou inferências expositoras baseadas em informação empírica sobre o mundo; b) os procedimentos são públicos; c) as conclusões são incertas; d) o conteúdo é o método. A investigação científica rege-se pelo conjunto de regras de inferência sobre a qual a sua validade depende. (Della Porta, 2008)

Embora alguns/as investigadores/as possam concordar com a unificação desta definição, outros discordam sobre a possibilidade de um único entendimento sobre o que é fazer ciência. Se não se pensava ser fácil o entendimento do que é ciência, mais complexo será entender o que é então fazer ciência. Identificam-se nas Ciências Sociais pelo menos 4 ideologias paradigmáticas sobre esta problemática. i) Os que interpretam a pesquisa social como pré-paradigmática, ou seja, em contínua procura de um conjunto de princípios unificadores e padrões; ii) os que acreditam que a investigação social é pós-paradigmática, tendo extravasado já um conjunto de pressupostos científicos ligados a uma concepção particular da modernidade; iii) os que admitem que é não-paradigmática, o que se traduz na impossibilidade de poder existir uma abordagem hegemónica e um conjunto de padrões. Por isso, o mundo social deve ser entendido em múltiplas perspetivas e cada uma pode ser válida para fins específicos; iv) e os que entendem que é multiparadigmática, com diferentes paradigmas que lutam uns contra os outros, ou, se ignoram.

Frequentemente o diálogo sobre as abordagens científicas nas ciências sociais faz-se primordialmente a um nível dicotómico - positivismo *versus* humanismo ou quantitativo *versus* qualitativo (Creswell, 2014). Conquanto seja esta uma questão pertinente, não será, no entanto, nosso objetivo o de dar uma resposta às inquietações que este debate possa despoletar no seio do entendimento do ser e saber nas Ciências Sociais. Poderia até ser considerado ostensivo e um extrapolamento dos limites do conhecimento do Serviço Social, o que deixaremos como desafio aos/as investigadores/as da filosofia da ciência ou ainda para a sociologia e antropologia do conhecimento.

Ainda que este capítulo não intente o entendimento aprofundado geral da filosofia do conhecimento, é, no entanto, importante aferir as noções das diferenças existentes entre as várias abordagens científicas e os diferentes tipos de evidência para, posteriormente, afunilarmos a discussão sobre os debates que se têm vindo a verificar na literatura sobre a raiz do conhecimento do Serviço Social. A nossa tese, a este respeito, defende a consciência da existência e da validade das várias abordagens científicas sobre o entendimento do mundo, evocando as suas diferenças e até, quando possível, a sua convergência, ideia que retomaremos mais em diante na nossa conceptualização de transdisciplinaridade materializada num entendimento realista-crítico de Serviço Social.

5.1.1. ONTOLOGIA, EPISTEMOLOGIA, PARADIGMA E METODOLOGIA OU SOBRE O QUE PENSAMOS PENSAR SABER

Numa breve abordagem a um pequeno grupo de estudantes de 1º ano de doutoramento em Serviço Social, para averiguar o próprio conhecimento acerca do conceito de epistemologia e do seu uso na realização da pesquisa que estavam a realizar, apreendemos que uma nuvem complexificada sobre o entendimento dos conceitos de ontologia, epistemologia e paradigma se instalava.

Encontra-se no discurso científico-profissional termos éticos e/ou filosóficos vagos, por vezes até correndo um risco de serem usados de um modo improdutivo. As palavras e expressões utilizadas como “epistemologias”, “paradigma”, “pressuposto ontológico dialético”, “estudo interpretativo”, “justiça social”, “igualdade”, entre outras, reportam-se a correntes filosóficas e quadros teóricos da intervenção que nem sempre são conciliáveis. Ora, para começar o desbravamento sobre uma maior clareza da conceção da epistemologia importa começar a clarificação da definição de ontologia. Resumidamente, poder-se-á perspetivar que a ontologia é intimamente percebida como a existência real e o mundo objetivo, que traduzido numa pergunta questionar-se-ia: o que estudamos?

O objeto de investigação de uma ciência afigura-se como parte do seu dermatóglifo. E se não parecem restar dúvidas sobre a existência de um mundo físico, o mesmo não se aplica sobre a forma como o mundo se ajusta e é lido, com atributo de um sentido. Certamente que a leitura do mundo das ciências naturais é diferente da leitura do mundo das ciências sociais. Considere-se por exemplo que, para um flanco, os nominalistas, as categorias apenas existem porque as criamos. Por outro lado, para os realistas, as categorias existem antes de as categorizarmos. Atendendo ao exemplo de Kratochwil (2007) e de Della Porta & Keating (2008), Plutão que foi aprendido por muitos de nós como um dos 9 planetas do sistema solar, foi em 2006 despromovido da sua categoria de planeta pelos cientistas da astronomia devido a um argumento nominalista sobre a sua definição. Nomeadamente, por não ter a sua órbita limpa de corpos menores. Ora, a existência real de Plutão não se modificou, no entanto, a sua realidade categórica alterou-se devido à leitura e reposição que se fez em torno da sua definição, uma vez que este planeta (anão) sempre foi circundado por outros corpos. O dilema plutoniano pode ser analisado em duas perspetivas e leituras do mundo (real)

diferentes: a) Plutão é um planeta, porque já o era fisicamente e caracteristicamente observado, antes de definirmos que a ausência de corpos menores na órbita seria um critério para a definição de planeta (uma leitura realista e que se enquadra com a visão dos/as investigadores/as da ciência planetária); Plutão não é um planeta se tivermos em conta a nova categorização de planeta de 2006, cuja definição astronómica define como quarto critério de um planeta ter a sua órbita limpa de corpos menores (uma leitura nominalista amplamente defendida pelos/as investigadores/as da ciência da astronomia). Provavelmente não se conseguirá uma combinação destas duas leituras acerca da problemática plutoniana que ainda é foco de discussão e de definição pela NASA no presente ano de 2017. Dependendo da ontologia da ciência que irá estudar os planetas (se na perspectiva da astronomia, ou na perspectiva da ciência planetária) uma visão será mais válida que outra até prova em contrário. Ainda que esta possa parecer uma discussão interessante e com meios para não se esgotar, não nos compete, no nosso estudo, aferir acerca desta realidade própria das ciências naturais.

Se a possibilidade da inferência empírica que as ciências naturais têm, lhes permite aferir e provar com alguma facilidade as suas teorias, o mesmo não acontece nas ciências sociais nomeadamente, devido ao grau ténue no qual o mundo dos fenómenos sociais é real e objetivo. De facto, nas ciências sociais surgem diferentes frações de leitura do mundo real. Sendo que se elencam frequentemente duas⁹².

A primeira perspectiva interpreta o objeto real como sendo a pessoa individual. Esta interpretação é muitas vezes a base para a metodologia individualista ou a abordagem da escolha racional. Uma vez que a solução individualista reduz a ontologia ao ser humano individual, não atende à questão de forma definitiva. Sobretudo, por ter em conta que se pode argumentar que mesmo o indivíduo auto consciente é um artefacto da metodologia da Ciência Social e não algo que acontece naturalmente. Relembremos a este propósito que, a própria condição de origem do Homem é o grupo no qual se cria, transforma e se vive toda uma realidade objetiva e subjetiva.

Numa segunda perspectiva, muitos cientistas sociais utilizam categorias como a classe, o género, a escolaridade, entre outros, para dialogar acerca da extensão destas categorias quer como distinções objetivas reais, quer como o produto da nossa categorização, ou ainda, apenas como conceitos.

⁹² Ver, por exemplo Della Porta e Keating, (2008); Creswell, (2014); Ferguson's, (1996);

Como se poderá verificar, até aqui, não há necessariamente leituras de consenso sobre a ontologia das ciências sociais, como provavelmente, também não o haverá na perspectiva das ciências naturais. Por conseguinte, ontologia e epistemologia estão intimamente ligadas entre elas, como o estão com a metodologia. Se a ontologia respeita o objeto real de estudo, a epistemologia concerne o processo de como sabemos/conhecemos as coisas e o mundo. É através da adoção de uma epistemologia que se reconhecem a natureza, a origem e os limites do conhecimento. Para a epistemologia, o conhecimento é mais do que um conjunto de convicções nas quais se acredita. É um conhecimento que exige que se tenham argumentos para se afirmar algo, argumentos que devem ser suficientemente convincentes e por isso válidos. Se esta questão se discute nas ciências naturais, esta acaba naturalmente aquietada uma vez que se partilham padrões de evidências, argumentos e lógica. Maugrado, nas Ciências Sociais a discussão acerca das evidências que são válidas é amplamente aberta a diálogos e debates. Se existem cientistas sociais que se assemelham às ciências naturais e reconhecem as evidências como objetivas reais, outros insistem na existência de formas diferentes de conhecimento. Veja-se o exemplo dos cientistas sociais tendencialmente positivistas: é comum contrastar a realidade empírica e, portanto, observável, verificável e quantificada (maioritariamente) com o “mundo dos significados”, dificilmente mensurável e observável diretamente. Este grupo de investigadores/as irá procurar demonstrar que os sentidos, significados, mitos, valores, não são empiricamente verificáveis ou falsificáveis (relembremos a falsificação de Popper já aferida anteriormente) e por isso não são reais. Por outro lado, se tomarmos o exemplo dos cientistas sociais que se debruçam por exemplo sobre estudos culturais, defenderão que ainda que os significados, os valores, as crenças, os mitos, não sejam observáveis através de um processo mensurável, estes, tais como outros, são dados de pesquisa tão válidos quanto outros e não devem ser postos de parte. O mundo construído socialmente/culturalmente tendo por base por exemplo mitos e crenças, é tão real quanto o mundo físico, ainda que possam ser diferentes.

Muitos outros cientistas poderão ainda defender que mitos, significados, sentidos, valores, crenças são fatores em si mesmos, cujo papel no comportamento social é independente de serem ou não verdadeiros ou falsos.

Retomando a dimensão ontológica e desposando-a com a dimensão epistemológica, é possível de acordo com Della Porta & Keating (2008) identificar quatro diferentes abordagens, passíveis de serem identificados na figura 5.1.

Figura 5.1 - Ontologias e Epistemologias das Ciências Sociais



Fonte: Adaptação própria baseada em Della Porta e Keating (2008: 23)

De acordo com Comte (1848), as ciências sociais têm pontos em comum com outras ciências. Na perspectiva positivista, o mundo existe como uma entidade objetiva, fora da mente do observador, podendo ser conhecido na sua integralidade. A tarefa do pesquisador é a de descrever e analisar a realidade. A abordagem positivista partilha do princípio que, nas ciências sociais, o/a investigador/a pode ser separado/a do objeto da sua investigação e pode observá-lo num caminho neutro e sem afetar o objeto observado. Existem regras sistemáticas e regularidades que governam o objeto de estudo, que é acessível a uma pesquisa empírica.

No pós-positivismo, estes pressupostos são mais flexíveis. A realidade continua a ser considerada como sendo objetiva e, portanto, externa à mente humana, mas é apenas conhecida de forma imperfeita. O positivista acredita que o conhecimento causal é modificado pela admissão de alguns fenómenos que não são governados por leis causais, e sendo nas melhores das hipóteses por probabilidades, ao passo que, o pós-positivismo se situa próximo da abordagem científica moderna que aceita um certo grau de incerteza.

O realismo crítico, enquanto paradigma epistemológico, sugere que existe um mundo material, mas, que o nosso conhecimento é frequentemente condicionado socialmente e sujeito a desafios e reinterpretações. Existem mecanismos que governam as coisas humanas que podem não ser observadas nem observáveis.

Já o paradigma epistemológico do construtivismo embora defenda ideias similares distingue-se da anterior, tendo por base de que, esta abordagem não argumenta que o mundo físico é ele mesmo o produto da imaginação do cientista social. Pelo contrário, o cientista é quem põe ordem no mundo social. Para o construtivismo social as classificações não são determinadas pela forma que o mundo é, mas, por assumir que são vias convenientes para o representar. As teorias não são descrições para serem avaliadas pelas suas correspondências literais para alguma realidade passível de ser descoberta. São sim, vias parciais de entendimento do mundo, que devem ser comparadas com outras pelos seus poderes explanatórios. O mundo não está simplesmente aqui para ser descoberto por pesquisas empíricas, pelo contrário, o conhecimento é filtrado através da teoria que o/a investigador/a adota. Esta ontologia e epistemologia correspondem a uma abordagem interpretativista. O objetivo e os significados subjetivos estão intimamente ligados. Esta abordagem ergue os limites das leis mecânicas dando ênfase à aspiração humana. Desde que os comportamentos humanos sejam atores significativos, os/as investigadores/as devem objetivar o descobrimento dos sentidos que motivam as suas ações, em vez de os unificar em leis universais externas aos atores. Neste raciocínio, os

significados subjetivos são o núcleo deste conhecimento. Poderemos concordar que nos parece uma missão impossível a de compreender eventos históricos ou fenômenos sociais, sem olhar para as percepções individuais que se tem do mundo exterior. A interpretação em variadas formas tem vindo a caracterizar o estudo da história como o mundo dos atores com um conhecimento imperfeito e motivações complexas. Motivações essas, formadas por complexas influências culturais e sociais, tanto ao quanto se retém um grau de liberdade de ação e julgamento.

A interpretação está frequentemente dependente de valores, de comprometimentos do próprio pesquisador e de reinterpretação do passado. O trabalho da interpretação deve ser entendido em dois níveis – i) o mundo pode ser entendido como uma série de interpretações que as pessoas que pertencem a uma sociedade outorgam à sua posição. E o cientista social por sua vez, interpreta essas interpretações; ii) as interpretações dos cientistas sociais outorgam um feedback aos indivíduos através da literatura e dos media, influenciando-os novamente numa dupla hermenêutica (Giddens, 1976).

A abordagem humanística coloca o foco no subjetivo. O que distingue, neste prisma, ciências humanas de ciências naturais é que o comportamento humano é sempre filtrado por uma compreensão subjetiva da realidade externa, na parte em que, as pessoas são estudadas tal como o/a próprio/a investigador/a. Alguns/as autores/as argumentariam nesta perspetiva que as ciências sociais não são ciências experimentais na procura de leis, mas sim, ciências interpretativas na procura de significados. Resumidamente e num extremo entendimento, a realidade não existe além das imagens que os indivíduos têm dela. Pelo que, conhecer a realidade torna-se impossível, remetendo a busílis da pesquisa ao significado através de um conhecimento empático.

Esclarecidos os dois principais conceitos do conhecimento, importa agora aferir o que são, como são e quantas são as metodologias nas ciências sociais. Falar em matéria metodológica é falar em instrumentos e técnicas que utilizamos para adquirir o conhecimento. Numa primeira parte veremos que são independentes das questões ontológicas e epistemológicas, até se conseguirem múltiplas e diferentes vias de aquisição de cada tipo de conhecimento.

Na ciência social, tendencialmente positivista, há uma preferência de perspetivar naturalmente uma queda pelos métodos “difíceis”, procurando dados que não apresentem ambiguidades, mas sim, evidências concretas, regras e regularidades. Já a abordagem interpretativista requer métodos mais leves, permitindo assim a ambiguidade, a

contingência e o reconhecimento da interação entre o/a investigador/a e o objeto de estudo. Note-se, no entanto, que estas diferenças metodológicas têm como pilar o objetivo final do estudo, ou seja, o que pretendemos alcançar com a pesquisa que determinará os métodos preferenciais a adotar. Nesta ciência (pelo menos na mais tradicional), a investigação objetiva traça uma explicação causal sob a relação causa-efeito e variáveis. A explicação é estrutural e livre de um contexto, permitindo generalizações e a apropriação e delineação de leis universais do comportamento. A delineação destas leis pode ser descoberta por duas vias, a abordagem indutiva e o método hipotético-dedutivo. A primeira associa-se à derivação de generalizações de uma observação específica de números de casos significativos. Já a segunda segue um processo que adota a teoria para gerar hipóteses que virão a ser sujeitas a testes factuais e que apenas serão aceites e validadas se sobreviverem à prova. Este método leva a que o estudo da realidade social utilize um quadro conceptual, técnicas de observação e medição, instrumentos de análise matemática e procedimentos de inferências típicas das ciências naturais. A obtenção de amplos números de dados, bem como, a análise estatística, são apropriados pelos cientistas sociais por ordem de identificar e isolar causas e efeitos mantendo o rigor para a obtenção de uma explicação.

A pesquisa interpretativa frequentemente identificada como sendo a pesquisa qualitativa, objetiva a compreensão de eventos através da descoberta dos significados atribuídos pelos Homens, aos seus comportamentos e ao seu mundo externo. Ora, como será expectável não é intenção descobrir leis gerais sobre a relação causal e as variáveis, mas sim entender a natureza humana, incluindo a diversidade das sociedades e das culturas. Ainda que a teoria seja importante, esta não é estabelecida como prioritária na investigação (como já vimos acontecer na abordagem empírica-dedutiva). Os casos são considerados interdependentes das variáveis. Nesta perspetiva metodológica, as generalizações são arquivadas consoante a sua aproximação a classes e a tipos ideais. O contexto assume uma importância primária quando queremos estudar a atividade humana. E uma vez que o comportamento humano está em constante mudança no tempo e no espaço, a predição torna-se difícil. Os resultados das pesquisas devem originar explicações de casos específicos, bem como, atilar conceitos a serem apropriados na análise de casos futuros. Ainda que se espere que os resultados sejam a explicação de determinado fenómeno social não é expectável que derive em leis gerais.

Como se poderá verificar através de Creswell (2011, 2014), as diferenças a que previamente aludimos são usualmente apresentadas numa dicotomia de métodos:

quantitativo/qualitativo. Esta ideia resulta, para o autor, de uma confusão, resultado da simbiose entre ontologia e epistemologia, e, métodos e metodologia. Os métodos não são senão vias de aquisição de dados. A questão sobre o tipo de métodos a utilizar vem acompanhada com a epistemologia adotada ou a adotar, ao passo que, a teoria acompanha a discussão sobre a metodologia a seguir, referindo-se ao caminho em que os métodos serão utilizados. Estas são decisões que devem ser consideradas em qualquer investigação.

A primeira escolha prender-se-á na formulação da pergunta de partida. Os positivistas começam, tendencialmente, com uma hipótese dedutiva gerada através da teoria e do conhecimento prévio. Assim, serão postulados estados expectáveis e/ou relações causais que podem ser empiricamente falsificáveis. No caso dos interpretativistas, o trabalho desenvolve-se mais indutivamente, ou seja, a pergunta de partida surgirá ao passo que a investigação se desenvolve, havendo espaço para modificar e ajustar o desenho de pesquisa.

Num segundo momento deve ser selecionada a amostra, que também aqui apresenta diferenças entre positivistas e interpretativistas. Enquanto que os primeiros escolhem números de casos de larga escala, e critérios específicos de seleção, os segundos selecionam casos com base nos seus interesses inerentes, não por serem casos típicos de uma categoria, mas pela informação que nos outorgam sobre os processos sociais mais complexos.

A linguagem que as abordagens utilizam acusa também ela diferenciação. Por um lado, os positivistas utilizam a linguagem das variáveis, cujo interesse repousa nas propriedades de cada caso que os diferencia, e dos fatores causais que emergem da realidade social. A operacionalização dos conceitos torna mais clara a sua medição. Os casos individuais deixam de existir enquanto singularidade para surgirem como regras gerais, pelo que o contexto apenas consiste num conjunto de variáveis que precisam de ser especificados.

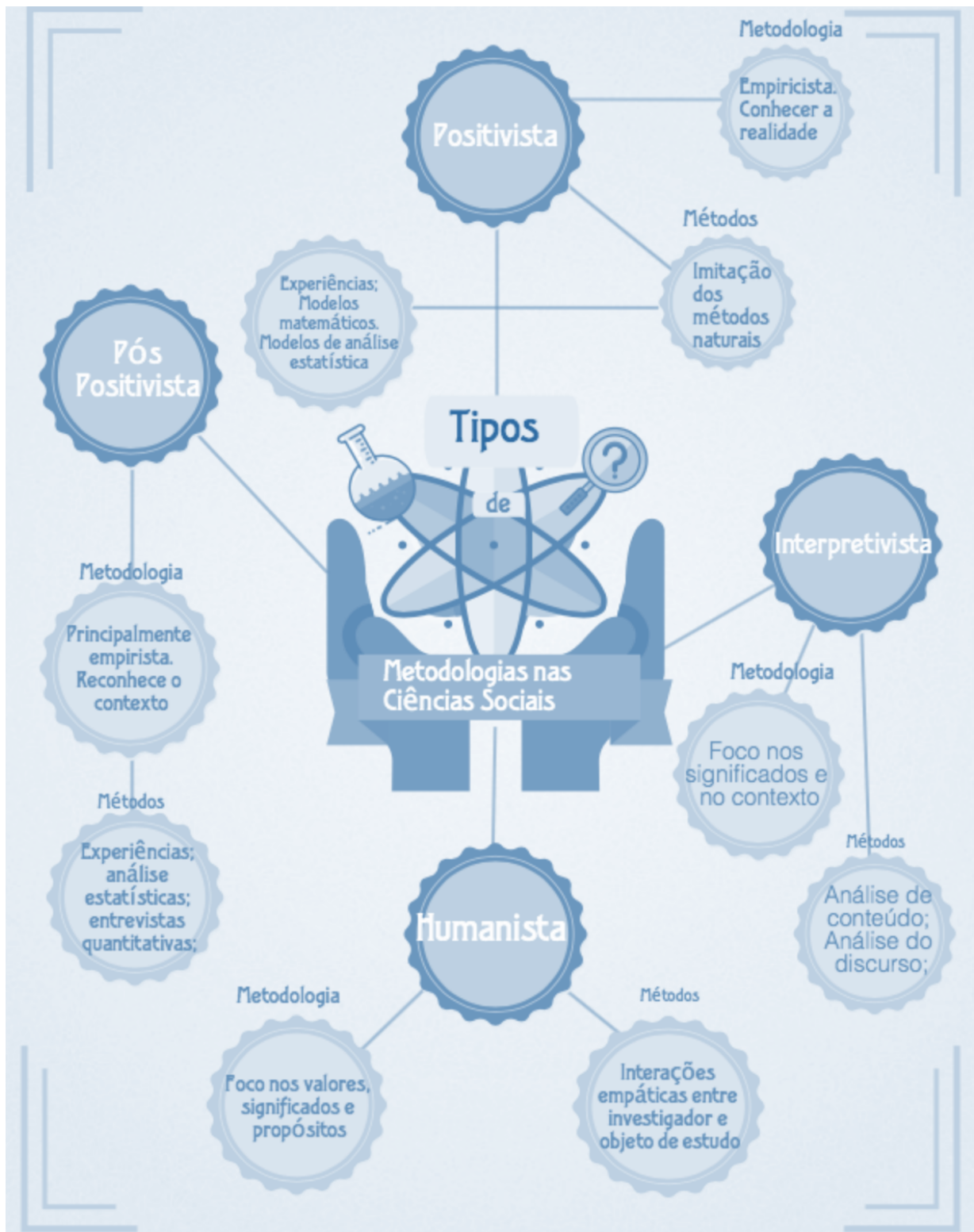
No pós-positivismo, assume-se uma perspetiva em que a realidade não é livre de um contexto e que a relação entre variáveis é questionável no tempo e no espaço. Efetivamente, há um maior grau de abertura, enfatizando o particular e o local, e, portanto, as singularidades. Pelo que o raciocínio leva ao entendimento de que, os mesmos fatores podem combinar em circunstâncias diferentes. O efeito do contexto é observado através do crescimento da ideia das instituições enquanto barreiras de diferentes padrões de incentivos e sanções, ou seja, uma decisão tomada num determinado tempo constrange o

que poderá ser feito mais tarde. Estes fatores institucionais podem ser referidos em formas de variáveis, outorgando-se um papel de destaque para estudos comparativos de pequenos números de casos, nos quais a variação é a estrutura institucional e a sua evolução histórica.

Neste seguimento, uns tentam expressar o efeito do contexto na forma estrutural das instituições, havendo um ensaio de evitar o conceito de cultura como sendo impossível de operacionalizar e prejudicar a teorização geral. Ao passo que outros, passaram da expressão das instituições para a cultura, construindo uma ponte entre as abordagens interpretativistas e positivistas. As análises interpretativistas mantêm um foco holístico, enfatizando casos como entidades complexas salientando a importância do contexto. Os conceitos podem ser orientadores e podem ser melhorados durante a investigação. A apresentação dos dados adota frequentemente a forma de narrativas, com excertos de textos e ilustrações. A percepção de uma influência mútua entre os fatores desconsidera o raciocínio de causa-efeito e de generalizações. Neste sentido, conhecer a realidade implica, emergir dentro dela, com informação sobre os sujeitos em questão, fazendo uso da empatia e imaginação na construção de pressupostos credíveis das suas percepções de identidade.

A questão que se coloca num terceiro momento remete-nos para o tipo de relação que o/a investigador/a deve ter com o seu objeto. Para os/as positivistas existe uma completa separação entre o pesquisador e o objeto, em que o primeiro deve ter o cuidado de não eivar a pesquisa ao tornar-se parte dela. Esta é uma das razões que faz com que haja uma preferência por questionários estandardizados e entrevistas diretivas, questionários anónimos, códigos de resposta rigorosos e, técnicas maioritariamente quantitativas. Contrariamente, a pesquisa interpretativa terá tendência a ter o/a investigador/a imerso/a na situação que está a ser estudada, criando uma empatia com a população adotando também a visão desta última sobre a realidade.

Figura 5.2 - Tipos de Metodologias nas Ciências Sociais



Fonte: Elaboração própria⁹³

⁹³ Esta figura é uma adaptação da leitura de Della Porta e Keating (2008) sobre a quantidade de metodologias em ciências sociais.

Esta interação entre o observador e o observado, levanta consequentemente questões éticas sobre a pesquisa, algumas das quais nos deparamos ao longo da nossa investigação e que são mais particularmente expostas no capítulo metodológico.

Positivistas e interpretativistas devem questionar-se acerca da neutralidade de valores. Na primeira perspetiva, entende-se que o pesquisador não deve carregar consigo perspetivas normativas, ideológicas ou políticas. Pelo contrário, deve apresentar-se como uma página em branco à procura da verdade. Já numa outra perspetiva, haverá uma tendência para não elaborar nenhuma distinção entre o trabalho empírico e normativo. Esta abordagem rejeita aliás, a distinção entre factos e valores. Alguns argumentariam que a maioria da linguagem e do discurso utilizado trazem consigo elementos descritivos e normativos, pelo que, os próprios conceitos têm conteúdo normativo, realidade da qual o pesquisador deve ter consciência. A figura 5.2 ilustra o recapitulativo do que aqui foi exposto, sendo que em caso algum consideramos que esta seja uma verdade absoluta sobre o tipo e a quantidade de metodologias existente nas ciências sociais. Esta não é senão uma no meio de várias perspetivas sobre as metodologias das ciências sociais, que tenta congrega as ideias gerais acerca do tipo de metodologias e métodos utilizados nas diferentes perspetivas epistemológicas revisitadas previamente.

Della Porta e Keating (2008) analisam os paradigmas que condicionam a nossa escolha sobre o número de metodologias diferentes que é possível seguir. Neste sentido apresentam três diferentes abordagens que podem ser seguidos nas ciências sociais. i) A ciência paradigmática (abordagem exclusiva). Na explanação desta abordagem, os autores alinham com Kuhn (1970) que a conceção do papel paradigmático, o/a investigador/a objetiva uma ciência paradigmática, ou seja, uma ciência tem apenas um paradigma como sendo considerado válido, combinando teorias, métodos e padrões juntos, perfazendo uma mistura entrelaçada. ii) A ciência anarquista (abordagem hiper-pluralista) – considerada o outro extremo da ciência paradigmática, subjaz a esta abordagem a abertura de combinações de ceticismo sobre o verdadeiro conhecimento existindo veemência da experiência de diferentes tipos de conhecimento. Este paradigma científico segue o conjunto de pressupostos de Feyerabend que entende o mundo como uma entidade desconhecida que se pretende explorar. A prescrição epistemológica pode parecer esplêndida quando comparada com outras, sem que, no entanto, se consiga garanti-las como as melhores vias para descobrir factos e também a própria natureza. iii) A procura pelo conhecimento comensurável encontra-se entre estes dois extremos. Há

posições que admitem diferenças nos padrões do conhecimento e rejeitam a existência de uma melhor que outra, permanecendo o objetivo de tornar essas diferenças compatíveis. Há possibilidade de se compatibilizar diferentes metodologias e diferentes métodos dependendo, uma vez mais, da pergunta de partida da investigação. A escolha da abordagem está intimamente ligada com o começo da pesquisa – se inicia com teoria, método ou problema. Os que objetivam uma ciência social paradigmática irão provavelmente iniciar com uma teoria, testá-la para conferir, contestar ou modificar, a sua validação e assim contribuir para um conhecimento universal. Por outro lado, os que se interessam por um problema específico, tenderão a procurar um método e uma abordagem que pareça oferecer mais as vias de compreensão do caso.

Os caminhos que combinam o conhecimento são caracterizados como sendo, sínteses, triangulações, perspectivas múltiplas e fertilização cruzada. As sínteses envolvem que se misturem elementos de diferentes abordagens numa única e que possa ser realizada em diferentes níveis. A síntese de diferentes epistemologias é algo impossível uma vez que existem diferentes pressupostos sobre a realidade social e o conhecimento. Já as metodologias poderão ser mais fáceis de serem sintetizadas uma vez que não estão necessariamente ligadas a um pressuposto epistemológico específico. Técnicas e métodos são mais passíveis de serem combinados já que muitos deles podem serem adotados em diferentes propósitos de investigação. As triangulações, por seu turno, remetem para o uso de diferentes métodos de pesquisa na complementaridade de outros. Significa então que os positivistas podem apropriar-se de entrevistas e análise de conteúdo nas suas pesquisas. Estudos de caso são frequentemente usados para complementar análises estatísticas de larga escala como forma de iniciar novas linhas de explanação. As perspectivas múltiplas implicam que uma situação tenha mais do que uma interpretação de acordo com a forma como olhamos para ela. Por fim, a fertilização cruzada acontece quando se cruza a perspectiva de que a existência do mundo é física, ao passo que a realidade é inteiramente subjetiva nas mentes humanas.

As situações podem ser interpretadas diferentemente e apresentadas de forma diferenciada evocando reações díspares de um mesmo conjunto de factos. A diferença reside no peso que se pauta ao mundo objetivo e no quanto se deposita na sua interpretação.

O desenvolvimento e o uso da teoria podem de igual forma conhecer uma via de fertilização cruzada. A *grounded theory* inicia com a experiência e parte para a construção da teoria geral para uma maior aplicabilidade. Ainda que tenha vindo a ser desenvolvida

com raízes na ontologia realista, esta acabou estendida e elaborada maioritariamente em abordagens interpretativistas. As abordagens da escolha racional utilizam ideais tipos e modelos derivados do raciocínio dedutivo. (Della Porta & Keating, 2008)

As abordagens da escolha racional podem ser compatíveis com o determinismo (onde os resultados são previsíveis) e o livre arbítrio (no qual o indivíduo faz escolhas). Acontece, por vezes, que o cruzamento seja explícito no conhecimento. A análise qualitativa, por exemplo, tem vindo a ser usada para destacar efeitos focalizando casos nos quais o impacto é claro e o mecanismo detalhado pode ser examinado. Neste sentido pode proceder-se à realização de correlações, nas quais as mesmas causas são associadas aos mesmos efeitos, para explicar o como e porquê. As influências, no processo do conhecimento, não provêm sempre de dentro da disciplina, mas também de fora de si, de outras áreas científicas. É o que se tem vindo a assistir entre as várias ciências sociais que por se terem especializado se tornaram influentes umas às outras, defrontando-se fronteiras na procura do desenvolvimento do novo conhecimento.

Ainda que a fertilização cruzada possa parecer uma via interessante para as investigações, esta vê-se frequentemente inibida ou de porta fechada pelas comunidades científicas, que definem o seu interesse comum através de um tópico substantivo, e/ou de uma metodologia. Quando assim acontece, as barreiras podem ser muros altos e o conhecimento pode permanecer limitado ao problema. Por outro lado, quando as barreiras são mais ténues, os problemas emergem da (in)comensurabilidade de diferentes formas de conhecimento, bem como, de padrões difusos de conhecimento mal definidos.

5.2. DIÁLOGOS ENTRE QUESTÕES EPISTEMOLÓGICAS DE SERVIÇO SOCIAL

Esta breve interlocução acerca do conhecimento das ciências sociais serve de introdução para a segunda parte deste capítulo que tem por base elucidar acerca do diálogo existente em torno da especificidade do conhecimento em Serviço Social. Ainda nos inícios da nossa investigação deparamo-nos com um debate mais ou menos recente acerca das abordagens epistemológicas desta área científica, entre o continente americano e o continente europeu, sendo que várias questões epistemológicas se ergueram em torno desta área de conhecimento.

Jaeger (2014), por exemplo, defende que para a emergência de uma especificação científica de uma profissão social (como é o caso do Serviço Social) é necessário um

método que permita estruturar a prática, racionalizando-a, legitimando-a e valorizando-a. E que, neste sentido, o arcabouço positivista com os percursos das engenharias sociais, outorgariam a solidariedade dos enquadramentos políticos ultrapassando o quadro filantrópico.

Boucher (2014) sustentado pela linha ideológica de Jaeger, atenta contra a existência de uma dimensão científica do Serviço Social recorrendo a um diálogo de desmérito e de retirada de poder argumentativo a esta área científica. Sob o argumento da existência de uma contradição entre o objetivo da ciência reconhecido como o de produzir conhecimento, e o objetivo do Serviço Social como sendo o de diminuir as consequências negativas das desigualdades, frequentemente produzidas pelas próprias sociedade. Na perspectiva deste autor, a área científica do Serviço Social não pode senão ser entendida enquanto uma ciência agnotológica⁹⁴. Descredibiliza através desta última leitura, toda a atividade científica desenvolvida em todos os continentes na área do Serviço Social, sob a pretensão que, não se estará senão a propagar uma ciência de ignorância. Ainda que o autor procure sustentar as suas afirmações em autores do campo da sociologia, em boa verdade, é na nossa perspectiva nada mais que uma atividade contraproducente para a própria (des)conceptualização do Serviço Social e para o rigor dos argumentos que o próprio autor poderá considerar como científicos.

No entendimento de Boucher (2014) a investigação do Serviço Social tem como resultado a descridibilização do campo social enquanto espaço de produção de conhecimento científico. A explanação deste pensamento cujos argumentos procuramos perceber para a sua infirmação ou refutação ficam, no entanto, por construir.

Num segundo postulado, vai até afirmar que isolar o campo de investigação, que, seria o da especificidade do Serviço Social seria um processo contrário ao da objetividade científica. Atenta solidificar este argumento recorrendo a Bourdieu e Khun sobre o entendimento de que a objetividade científica não é senão a cooperação amical e hostil de inúmeros conhecedores e, de que a ciência é uma atividade intelectual distinta, sob controlo de normas, onde o conhecimento científico é considerado como aquele que sobreviveu à falsificação da sua proposição.

⁹⁴ A agnotologia refere-se ao estudo das políticas de produção da ignorância. Este neologismo emergiu a partir de um estudo do historiador Robert Proctor, editado pela Stanford University Press em 2008.

No nosso entendimento como no entendimento de outros autores, já abordados no primeiro capítulo e que serão aprofundados em seguida, o campo de investigação de Serviço Social não procura em momento algum ser isolado. Pelo contrário, se atendermos ao facto de que a singularidade do Serviço Social reside na sua tralha transdisciplinar e nas suas pluralidades para analisar problemas sociais e intervir na realidade social, perceber-se-á que o campo de investigação de Serviço Social, embora resida numa dimensão específica, mantém-se aberto ao diálogo (inter/multi)disciplinar, inscrevendo-se nas ciências sociais. Por este motivo, vê-se em si mesmo como qualquer outra ciência, regido sob as mesmas normas científicas das diferentes ciências sociais, atendendo-se à ideia de que o seu processo de legitimação acontece dentro do seu campo, no jogo científico dos capitais dos diferentes atores científicos do Serviço Social. Por conseguinte, é na análise desta perspectiva contra corrente que pretendemos focar-nos, explicando-a através de uma outra perspectiva, aquela que defende o Serviço Social como uma ciência social que por não ser madura e carecer de poder, se vê retirada a sua legitimidade externa, no campo das ciências sociais. Esta tentativa de explicar A através de B, remete-nos para um primeiro raciocínio de análise apelidado como abdução e já explanado no capítulo metodológico.

Seguindo este raciocínio abdução, Leplay (2012) defende que uma outra perspectiva do Serviço Social se afigura. A autora demonstra que o lugar da investigação do Serviço Social se localiza na interseção do agir e do pensamento do agir em situação de intervenção profissional. Efetivamente, entende que a finalidade última da investigação em Serviço Social é o de estudar as práticas do campo e da formação, de forma a torná-los inteligíveis em toda a sua complexidade tendo em conta o seu carácter. Entende-se que a finalidade da investigação deve contribuir para renovar os quadros de pensamento, da comunidade científica, mas também, alimentar os debates democráticos. O desenvolvimento da investigação pode ser entendido enquanto um pensamento que deve questionar o que acreditamos saber, construindo-se num diálogo entre pesquisadores científicos e atores sociais. A condição de um diálogo fecundo na obtenção de exigência de honestidade científica. Sobre este último, pode existir a necessidade de confluir os extremos dos problemas epistemológicos positivistas e interpretivistas, necessidade que parece encontrar uma via epistemológica através do Realismo Crítico, como veremos em seguida.

Como referimos na primeira parte deste capítulo existem diferentes formas para conhecer, formas essas que aparecem frequentemente sob a forma de um paradigma.

Argumentos e valores sobre os fenómenos investigados enformam as posições tomadas nos debates científicos que, por sua vez, influenciam as técnicas investigativas e as teorias desenvolvidas.

Thomas Kuhn (1970) foi dos primeiros autores a formar uma definição do conceito de paradigma, como sendo um conjunto de crenças, valores e técnicas partilhados entre membros de uma comunidade científica. Através da importância do papel do contexto histórico o autor rejeitou a teoria da acumulação científica, desenvolvendo a noção de paradigma. Esta noção permite, segundo o autor, a constituição da ciência normal, fornecendo uma lei, uma teoria e uma aplicação, bem como, um dispositivo experimental. Os estados primitivos do desenvolvimento de uma ciência foram caracterizados por uma concorrência contínua entre concepções opostas da natureza, ditadas parcialmente pelo método observacional científico e compatíveis com a natureza.

Ora, o que diferencia as escolas disciplinares não será necessariamente o erro de métodos, mas as incompatibilidades no que respeita a visão do mundo e de nele praticar a ciência. Neste sentido, a ciência normal afigura-se como a investigação acreditada por diversas descobertas científicas passadas, consideradas suficientes para serem o ponto de partida de outras pesquisas.

Os paradigmas surgem outorgando um modelo que permite o surgimento de tradições particulares e coerentes de investigação científica. Assim, a passagem de um paradigma a outro pelo intermediário de uma revolução e/ou crise é o modelo normal do desenvolvimento de uma ciência adulta. No entanto, no que à realidade científica do Serviço Social respeita, este desenvolvimento não acontece do mesmo modo, pelo que se explica a existência de diferentes paradigmas nesta área disciplinar, provenientes dos paradigmas do campo científico das ciências sociais, enquanto leis universais e transcendentais.

Para que uma teoria seja considerada paradigma, deve parecer segundo Kuhn, melhor que as suas concorrentes, sem que necessariamente explique todos os fenómenos com os quais se pode confrontar. É somente quando a experiência e a teoria chegam a uma correlação estreita que a descoberta emerge e que a teoria surge enquanto paradigma. Com o surgimento do paradigma, o estudo da natureza torna-se uma especialidade, uma disciplina, configurando-se a definição dessa ciência, materializada na disseminação do seu conhecimento através por exemplo, de livros e revistas especializados.

O paradigma, também considerado um modelo ou um esquema aceite, é um conceito destinado a ser estruturado e preciso em condições novas ou mais estritas. A

aceitação do paradigma implica ainda segundo o mesmo autor, um conjunto de regras, sendo estas: i) a afirmação explícita de leis científicas, que auxiliam a formulação de enigmas e a limitação de soluções aceitáveis; ii) imperativos instrumentais, ou seja, formas legítimas de as empregar; iii) imperativos metafísicos e iv) imperativos dos/as investigadores/as que visam o aumento da incrementação da ordem e da precisão na compreensão do mundo.

Tal como já mencionado anteriormente, um paradigma pode guiar investigações ainda que este não se reduza a uma interpretação única ou a regras gerais. Aproximam-se dos conhecimentos tácitos, podendo determinar a ciência normal pela modelagem direta sem a intervenção de regras perceptíveis, uma vez que, a formação científica é um processo de aprendizagem que pressupõe o exercício manual e a ação e que se prossegue ao longo da iniciação profissional. Os paradigmas não são necessariamente comuns a um grupo amplo de cientistas, muitas tradições da ciência normal coexistem, o que significa que uma revolução numa ciência não se estende forçosamente a outras – são estes os efeitos da especialização disciplinar. A ciência normal propriamente dita, pode ser entendida como uma empresa que não é dirigida às novidades e tende aliás num primeiro momento a suprimi-las. No entanto, esta resistência à mudança tem como utilidade a garantia de que uma anomalia existe.

O progresso não se cumpre a não ser através da eliminação ou da substituição de algumas crenças e de alguns pressupostos admitidos até aqui como elementos do paradigma anterior. Repousa sobre a consciência da anomalia (as crises) a emergência de novos fenómenos, sendo esta uma condição para todas as mudanças aceitáveis de teorias. Como já mencionado, a decisão de aceitar ou não um paradigma está sempre intimamente ligado com a decisão de aceitar outro. Ao passo que, as provas que infirmam uma teoria epistemológica geralmente admitida apenas contribuem para a formação de uma crise científica. As provas podem infirmar e não refutar uma teoria epistemológica, entendendo-se que os adeptos da teoria a ser falseada elaborarão certamente novas versões e novos ajustamentos adequados à essa teoria com o objetivo de eliminar os conflitos aparentes transformando as possíveis anomalias em tautologias. Ainda que possa parecer que o estado de um paradigma antigo para um paradigma novo seja uma acumulação, em boa verdade, alinhados com Kuhn (1970), a passagem de um paradigma em estado de crise para um novo, em que possa emergir uma nova tradição de ciência normal, realiza-se a partir de extensões do antigo paradigma ou de variantes. Assim, reconhece-se ser uma reconstrução de um determinado setor sobre novos fundamentos.

Existirá, todavia, um espaço de resolução incompleto entre os problemas que podem ser solucionados através do antigo e do novo paradigma, havendo diferenças decisivas entre os modos solucionáveis.

A crise da passagem, ou a crise entendida também como via de progresso, outorgará uma proliferação de novas descobertas preparando o espírito científico a reconhecer o valor real das anomalias. Esta transição do velho para o novo, realiza-se através de uma forma circular passível de ser compreendida na figura 5.3.

Figura 5.3. Progresso Científico do velho Paradigma para o novo



Fonte: Elaboração própria⁹⁵

A escolha de um paradigma não é nem pode ser imposta por nenhuma entidade ou autoridade. A assimilação de uma nova teoria exigiu o abandono de um paradigma anterior, seguido de um conflito entre escolas de pensamento científicas opostas, não se tratando então de um desenvolvimento cumulativo. Sem uma submissão a um paradigma não existe ciência normal, uma vez que não existiriam investigações para progredir. As diferenças entre paradigmas são necessárias e irreconciliáveis, daí defendermos para este capítulo uma leitura convergente das várias perspectivas epistemológicas de Serviço

⁹⁵ Adaptação do progresso científico do velho paradigma para o novo de Kuhn (1970).

Social, ao invés da procura do consenso ou da comparação. Entendidos como as fontes dos métodos, dos domínios de pesquisa e dos níveis de solução aceites, a admissão de um novo paradigma necessita frequentemente de uma nova definição de ciência que lhe seja correspondente. Neste sentido, os paradigmas ditam a informação que os cientistas detêm sobre as entidades que a natureza contém ou não, sobre os seus comportamentos, pintando um mapa evolutivo essencial ao desenvolvimento.

Bryman (1988) completa esta definição ao considerar que os paradigmas são sim um conjunto de crenças e ditados que para os cientistas de uma disciplina particular influenciam o que deve ser estudado, como a investigação deve ser realizada, como os resultados devem ser interpretados, entre outros.

Para Marlow (2001), em Serviço Social os paradigmas funcionam como mapas que direcionam os/as investigadores/as para os problemas que são mais importantes, as teorias que são aceitáveis e os procedimentos necessários para a resolução de um problema. Os paradigmas refletem mudança de valores, considerando a ideia de que uma realidade fixa existe para ser objetivamente observada. Estar consciente de diferentes vias de conhecimento é fundamental para entender porquê e como a investigação, neste caso em Serviço Social, tem uma dimensão política e ética que não pode ser separada da discussão das técnicas e dos métodos de pesquisa. Ora, os métodos resultam como um processo cognitivo que influencia o problema que será explicado, problema que foi escolhido para ser investigado, que orienta a pergunta de partida e todo o seu enquadramento de pesquisa que por fim outorga as conclusões de investigação. O conhecimento de Serviço Social construído como “conhecimento legítimo” num contexto social, cultural e político específico pode excluir outros caminhos de conhecimento sem, no entanto, ter o potencial de desafiar as perspetivas dominantes do Serviço Social. Em Serviço Social, a construção de conhecimento *per si* não é a única preocupação, não se pode excluir ou esquecer os grandes objetivos do Serviço Social de alcançar a justiça social e desenvolver o bem-estar dos indivíduos, grupos e comunidades.

Hartman (1992) demonstra a importância das diferentes vias de conhecimento, mas também a necessidade de procura pelo conhecimento subjugado. O Serviço Social pela sua particularidade específica tem a responsabilidade acrescida de legitimar o conhecimento que tem vindo a ser submisso às perspetivas dominantes (eg. conhecimento indígena).

Interligar filosofia e Serviço Social pode afigurar-se uma tarefa hercúlea se considerarmos que a primeira se define pelo saber e a aceitação deste, ao passo que o

segundo se orienta sobre a ação e por conseguinte a mudança. Ainda que hercúlea não é impossível essa tarefa, sobretudo se tivermos em consideração um olhar convergente e não extremado. Efetivamente, a filosofia de Nietzsche, por exemplo, teve como cerne o reconhecimento do filósofo enquanto ser reflexivo da sua própria vivência, ou enquanto *bon vivant* das suas próprias reflexões. Esta via poderá entender o assistente social como aquele que vive das reflexões da sua prática e do contexto no qual está inserido. Este pensamento alinha-se com o que Schon (1997) apelida de reflexão na ação. Efetivamente, a filosofia de Foucault ou de Thoreau, tal como a intervenção social do assistente social, baseiam-se num conhecimento em ação/tácito que exige uma reflexão sem, no entanto, deixar de agir. O pensamento produz-se dentro dos limites de uma presente-ação com a possibilidade de provocar mudança nos resultados é o que por exemplo, permite a que o assistente social improvise a sua ação para solucionar um problema social numa determinada situação de crise que um indivíduo está a vivenciar.

Schon (1997) explana esta improvisação como sendo uma conversação reflexiva entre a pessoa e os materiais em situação. O processo desencadeado para improvisar a intervenção daquela forma naquela situação particular é frequentemente difícil de ser traduzida e explicada no momento, ainda que tenha permitido novas competências profissionais. É neste seguimento que os assistentes sociais são confrontados com um momento de reflexividade sobre a reflexão em ação. Esta ideia permite ao autor o desenvolvimento de uma epistemologia da prática. Ainda que possa parecer num primeiro momento, que esse conhecimento é apenas senso comum sem sustentabilidade legítima, Schon (1992) demonstra como profissionais (instituídos) cuja prática está sustentada pelo conhecimento científico, exercitam o seu conhecimento na prática profissional em ambientes institucionais próprios da profissão e organizam esse conhecimento em função das características da atividade, bem como, na familiarização da prática, facilitando assim o tronco comum de conhecimento profissional e o seu sistema de valores.

É precisamente nas instituições que se desenvolvem formas de compreender o conhecimento prático dos profissionais, a que autor apelida como sendo uma racionalidade técnica que é ela mesma a epistemologia prática que se funde do positivismo, e para a qual o papel das universidades e escolas superiores de formação, é incontornável. Segundo o modelo da epistemologia da prática, profissionais e investigadores/as conhecem uma rutura e um gap no qual a prática apenas serve para detetar os problemas que os/as investigadores/as estudam previamente nos laboratórios e que determinarão as teorias, técnicas e métodos que serão utilizados pelos profissionais.

Ao mesmo tempo, é no campo prático-profissional que os profissionais descobrem novos mapas profissionais.

Esses mapas desenham os problemas que efetivamente encontram uma resposta na teoria e na técnica aprendida, e de igual forma, identificam zonas desconhecidas para a profissão. São estas, as situações complexas, instáveis, singulares, onde são permeados conflitos de valores e incertezas que mais dificilmente encontram solução para os problemas (ainda não estudados e que não foram socialmente construídos e por isso se apresentam de um modo metafísico). Numa sociedade em constante mudança, como aquela que experienciamos, uma desconfiança relativa aos profissionais tem vindo a ser crescente, uma vez que parecem estar apenas aptos a resolver os problemas aplicando teorias e técnicas pré-existentes, tornando-se ineficazes no que diz respeito à solução de novas situações, à construção de novos problemas, que a academia ainda não perfilou.

Esta situação não é distinta da situação atual do Serviço Social. A crise profissional e científica deste campo não é única à área, mas transversal às ciências naturais e/ou sociais que têm uma componente profissional aplicada (são exemplo disso, a medicina, a neurologia, a arquitetura, a engenharia). Neste sentido, autores de Serviço Social como Richmond (1917), Perlman (1962), Houston (2012), Lorenz (2005), Bloom (1993), Floersch & Longhoffer (2012), Brekke (2012), Sommerfeld (2014) entre muitos outros autores por todo o mundo, desenharam as suas teorias para ligar a Filosofia e o Serviço Social, a teoria e a prática, e resolver o gap existente, formulando o enquadramento do que é ou do que deveria ser o Serviço Social enquanto ciência social aplicada. Retomaremos os diálogos epistemológicos existentes em Serviço Social mais à frente.

O Serviço Social, enquanto área científica e profissional, pode definir-se num patamar geral e universal, sem olvidar o respeito por cada contexto histórico-social e político no qual evolui e a sua interseccionalidade profissional-científica. Assumindo, alinhados com Schon (1998), que a investigação é uma atividade dos profissionais que estão emergidos no campo pragmático e interligados à ação, a reflexão na ação sobre a prática torna-se a própria implementação da interconexão entre prática e teoria. Webb (2001) argumenta a este respeito que a componente reflexiva dos assistentes sociais é a ferramenta que lhes permite atingir mais adequadamente a justiça social, contrariando o risco sob o qual o Serviço Social se confronta, o da imposição de uma visão de normalização, controlo e avaliação social. Assim, ainda que possa parecer óbvia, a análise de situações pessoais não pode ser realizada apenas através de quadros teóricos,

ignorando o contexto moral e político no qual se insere o cidadão, tratando-se pelo contrário de um processo de complexidades. Esta ideia sustenta o argumento do assistente social como sendo um profissional do contexto, que se posiciona numa situação horizontal, na detenção de poder, com a pessoa com quem intervém (Webb, 2001). Ainda que esta perspectiva epistémica possa causar concordância no seio de um conjunto de autores e profissionais, outros surgem com um paradigma epistémico de Serviço Social diferente deste que interpreta a relação profissional e cliente vertical, uma vez que se entende não ser possível atingir uma relação completamente horizontal e de igualdade. Efetivamente, esta corrente reconhece uma relação de poder e de saber dos profissionais no que diz respeito ao acesso de recursos, uma vez que a Pessoa que pretende criar uma relação com um assistente social, fá-lo exatamente por estar fragilizado e desmunido desse poder.

Ora, no nosso entendimento, é também esta máxima que justifica a necessidade da integração de uma meta-análise no processo de produção científica em Serviço Social. O pluralismo do Serviço Social na leitura do indivíduo enquanto uma entidade total (enquanto ser biopsicossocial) permite transformar as singularidades dos indivíduos em ferramentas úteis para o seu próprio empoderamento.

O contexto moral, político, profissional no qual se insere o indivíduo e por isso, no qual surge o problema da vida social real expressado frequentemente através de um estado neurobiológico de um estado de stress, e que suscita a inquietação do Serviço Social, justifica o carácter transdisciplinar que se caracteriza como uma das singularidades do Serviço Social. Efetivamente, é nesta espécie de melting-pot de saber do cientista, do profissional e da pessoa, sobre a qual repousa a questão social, que o saber científico do Serviço Social pode ou deve emergir. Esta emergência espousa o carácter totalitário (conceito que deve ser entendido como a soma de todas as partes lesadas do indivíduo sobre o qual vai repousar, quer a investigação quer a prática) exigido para resultados positivos.

Tem a sua génese no carácter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho – das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. “(...) expressa, portanto, disparidades económicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de género, características ético-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal. (...) esse processo é denso de conformismos e resistências, forjados ante as desigualdades, expressando a consciência e

a luta pelo reconhecimento dos direitos sociais e políticos de todos os indivíduos sociais.” (Iamamoto, 2003: 17)

No que diz respeito à investigação em Serviço Social, Rullac (2011) argumenta que esta é frequentemente dominada pela sociologia e que o seu paradoxo pode surgir como elo constituinte da sua legitimidade. Relega, ainda, que o Serviço Social deve ser entendido como uma disciplina que surge do estudo do real, no centro da complexidade da realidade social e por via das situações profissionais. Neste sentido, a filosofia permite que os intervenientes objetivem os desafios ligados aos determinismos e à conformidade social.

Para o autor existem três tipos de conhecimento – o académico, o prático e o interdisciplinar. Este terceiro tipo de conhecimento, não é senão, no nosso entendimento, o conhecimento correspondente ao mundo do cliente e ao próprio saber da Pessoa (conhecimento tácito), alinhando-se com as perspetivas de Sibeon (1990), Fook (2002) e Gilgun (1994)⁹⁶. Trata-se de uma tripla aliança entre saber filosófico e científico global, práxis, e reflexão ética. O que como veremos mais adiante se alinha com maior ou menor grau com as *Evidence Based Practice*, onde se associam resultados da práxis, da ética e dos paradigmas, analisados na perspetiva dos assistentes sociais e dos cidadãos sobre os quais repousa a intervenção. Boily (2014) argumenta que a filosofia questiona o Serviço Social sob uma tríptica perspetiva: i) a epistémica; ii) a ética; e, iii) a política.

Como já foi possível perceber, o Serviço Social como qualquer outra ciência, evolui, passa por mudanças, por crises internas, sociais e políticas. Neste sentido, a relação pessoal e social constitui um espaço de convite para evitar um fechamento no que respeita aos debates sobre o tipo de práticas que podem ser estereis e auto destruidoras.

Para Boily, sustentado por Dierckx (2007), devido a estas pluralidades do Serviço Social, a filosofia do Serviço Social deve ser completada pelas outras disciplinas, de modo a estar próximo do real, na complexidade. Neste sentido, também de acordo com Rullac (2007, 2011), a teoria da complexidade poderá outorgar perspetivas epistemológicas que ligam práxis e ética procurando a admissibilidade de convergência entre os vários paradigmas existentes, o que se aproxima à perspetiva de uma pluralidade de autores, entre os quais, Hartman (1992) e Marlow (2001) que já revisitamos. E que na nossa

⁹⁶ Para os autores existem três tipos de teorias: Teorias do que é o Serviço Social; Teorias sobre a prática do Serviço Social; Teorias do mundo do cliente; Para mais informação consultar Payne, 2005.

perspetiva pretende adaptar-se, sem se conformar, à teoria de Kuhn (1962) respeitando as leis gerais estabelecidas no campo geral das ciências sociais.

5.2.1. REALISMO CRÍTICO NO SERVIÇO SOCIAL: EPISTEMOLOGIA BASEADA NA ONTOLOGIA, MIRAGEM DO PRINCÍPIO DA TEORIA DA COMPLEXIDADE.

Como revisitado no primeiro capítulo são incontestáveis os autores que defendem o realismo crítico como pista epistemológica do Serviço Social⁹⁷. Para entendermos a teoria formulada pelos autores debruçamo-nos sobre o entendimento *per si* desta corrente epistemológica.

No final da primeira parte deste capítulo, identificamos que, inerentemente, em Serviço Social pode existir a necessidade de confluir os extremos dos problemas epistemológicos positivistas e interpretivistas, para se dar conta do indivíduo enquanto ser plural que está inserido e interação com o seu meio ambiente. Esta necessidade de convergência entre extremos epistemológicos parece encontrar possibilidades de emergências na via epistemológica do Realismo Crítico, como apresentaremos agora.

Bhaskar (1975) apresentou o realismo crítico e desde então outros autores (eg. Harré & Madden, 1975) tomaram o seguimento das proposições. Construído sobre o raciocínio transcendental de Kant (1781 [1999]), além do ponto de vista realista endossado, o realismo crítico argumenta em favor da ciência social que é crítica ao mundo (social) na tentativa de o descrever e de o explicar. Académicos/as e pesquisadores/as sociais são seres estimulados a serem críticos nas alegações dos objetos de estudo, contribuindo e reforçando o potencial papel emancipatório das ciências sociais.

Uma ciência social crítica não só realiza pesquisa sobre "o que é" (remetido para a ontologia), mas também deve desenvolver um criticismo sobre "o que é" e desenvolver "o que poderia ser" (predição) (Sayer, 2000). Nesta perspetiva as ciências sociais devem ser positivo-normativas, descrevendo, explicando e julgando o que é o caso, bem como a emissão de prescrições (julgamentos) sobre o que o caso deveria ser (Sayer, 2004). Esta orientação normativa é explicada pelo facto do mundo ser diferente do que se gostaria

⁹⁷ Veja-se a título de exemplo a abertura de linha de investigação da ESWRA sobre realismo crítico e Serviço Social.

que o mundo fosse, alinhado com um paradigma de complexidade, e que justifica a indispensabilidade das prescrições.

Os realistas críticos são propensos a refletir deliberadamente e extensivamente na metateoria, oferecendo vários contra-argumentos tanto para a cosmovisão positivista como pós-modernista. Esta ontologia postula a existência de um mundo independente da mente (Bhaskar, 1975). Por outras palavras, quase todas as “identidades” e “eventos” do mundo, existem independentemente da sua identificação (ou conhecimento), o que criticamente pensado outorga lugar a uma aceitação de parte do paradigma construtivista, e uma refutação de parte do paradigma positivista. Pensar de outra forma é presumir que o mundo é a reflexão do conhecimento humano – sendo esta uma infortuna posição “intelectualista”, pensamento que por este lado refuta parte do paradigma construtivista e aceita o outro lado do paradigma positivista. Fleetwood (2005) prefere o termo “identificação” a “conhecimento” – o mundo como um todo ou dos seus constituintes básicos – porque o primeiro inclui o último (quer em forma tácita ou explícita, ex. “know-how” ou “know-that”), assim como, as outras atividades cognitivas humanas (ex. Observação, experimentação, e até mesmo conceção e interpretação).

Diversas entidades e eventos, os quais não precisam ser observáveis, coexistem no mundo, e disso é exemplo as forças e do poder. Admitir estas crenças é estar em direta oposição ao realismo empírico dos positivistas, uma vez que se afirmar que nem entidade, nem eventos do mundo, acontecem necessariamente de um modo material, ou estão confinados ao reino do que é observável. Para os realistas críticos, observação (ou experimentação) não é um critério definido para permitir fazer afirmações ontológicas. Alinhados com Fleetwood (2005), o espiritismo pode ou não ser real, mas a ideia do espiritismo é tão real quanto o monte Everest. Neste raciocínio assume-se que os positivistas confundem ontologia com epistemologia e, portanto, podem ser acusados de cometer “falácia epistemológica” (Bhaskar, 1975), reduzindo o mundo ao que é conhecido (ou pode ser) por meio dos sentidos humanos.

Embora o mundo seja composto de entidades, eventos, e relações, é provável que as entidades sejam tomadas como componente primordial do mundo: as relações são estabelecidas, desenvolvidas, sustentadas e determinadas apenas por entidades, enquanto que, eventos são produzidos por entidades, isto é, os eventos são ou acontecem sempre que as entidades exerçam poder, sob a restrição de contingências severas (ex. A presença ou ausência de outras entidades ou o exercício ou dormência do poder das entidades).

A existência da independência da mente aplica-se a todos os tipos de entidades do mundo: materiais, ideais, sociais ou artefactos. Tomam-se de exemplo, montanhas e rochas, oceanos e continentes, existem independentemente de qualquer conhecimento que se possa desenvolver ou ter sobre essas entidades (materiais). Contas, símbolos e crenças (entidades ideais) perduram, independentemente dos respetivos proponentes ou argumentos aderentes, bem como, do criticismo de antagonistas. As Nações Unidas, os mercados e as instituições (entidades sociais) existem independentemente do respetivo criador e tornam-se possíveis objetos de pesquisa para académicos/as e investigadores/as. Fleetwood (2004) refere-se ao material, ideal, social e entidades artfactuais do mundo como os quatro “modos de realidade”.

As entidades materiais não são concebidas pela humanidade (e continuariam a existir mesmo em caso de extinção dos seres humanos), é o exemplo da Amazónia; por outro lado, o ideal, o social, e as entidades artfactuais dependem da existência da atividade humana. Ainda que, como Fleetwood (2005) argumenta, apenas alguns seres humanos (nomeadamente académicos/as, investigadores/as e pessoas leigas) e algumas atividades humanas sejam envolvidas na reprodução e transformação do ideal, social e entidades artfactuais.

O autor faz cinco observações sobre as entidades do mundo: i) entidades são suscetíveis de se transformarem ao longo do tempo; ii) cada entidade não precisa ser um tipo único (ex. Apesar de geralmente ser visto como uma entidade ideal, o poder pode também ser considerado uma entidade social uma vez que é largamente moldado por relações interpessoais que os académicos/as e investigadores/as estabelecem, desenvolvem, e mantêm entre si.); iii) entidades sociais, como ideais, não na sua essência imaterial; iv) alguns pós-modernistas (particularmente aqueles que adotam uma forte ontologia construtivista social) cometem o erro de mesclarem material, artfactual, e entidades sociais dentro de ideais, por outras palavras, entidades não-discursivas em discursivas – como um epifenómeno de discurso; v) finalmente o realismo crítico reconhece que as entidades não discursivas podem ter uma contraparte discursiva, ou seja, todo o material, artfactual, e as entidades sociais podem ser sujeitas a discursos através do qual são criadas entidades ideais relativas (ex. O indivíduo excluído e a teoria sobre a exclusão social, cultural e económica). Podem descobrir-se que as referências a uma entidade ideal é ela mesma uma outra entidade ideal.

O realismo crítico assume a existência de dois tipos de relações com e entre as entidades do mundo. Por outras palavras, dizer relações necessárias e contingentes é o

mesmo que dizer que as relações necessárias remetem para o inevitável “é melhor ir junto”, enquanto que relações contingentes representam o “podem ir junto”, mas não têm que ir (eg. “necessidade” vs “contingência”). A distinção entre elas define-se por “o que deve ser o caso” e “o que pode ser o caso” (Sayer, 1984). A abertura do mundo faz a existência de relações necessárias entre eventos muito improvável.

A necessidade divide-se em dois, o natural (ou material) e o lógico (ou conceptual). A necessidade natural considera-se como pertencente às relações entre os constituintes materiais do mundo. Enquanto que a necessidade lógica diz respeito a relações entre conceitos ou termos. (eg. racismo e discriminação). As necessidades naturais muitas vezes trazem necessidades conceptuais, isto é, os primeiros são representados por estudiosos e pesquisadores via discurso científico.

Nesta perspetiva, o mundo outorga-nos quatro relações notórias: a) relações necessárias entre elementos que compõem cada estrutura de entidades; b) relações necessárias entre estrutura e poder de cada entidade; c) relações contingentes entre entidades de poder e os efeitos resultantes dos exercícios de poder; d) e relações contingentes entre entidades de poderes e contextos envolventes. Outra relação que pode ser apontada segundo Fleetwood (2005) são relações necessárias entre poderes e tendências de uma entidade – tendências que são efeitos que poderes usualmente trazem.

A parte do “realismo” do rótulo é bastante direta. Bhaskar sustenta que as ciências sociais conseguem descobrir e descrever as propriedades reais e os poderes causais das estruturas e sistemas sociais. As entidades sociais têm verdadeiros poderes causais, e a sociologia, a psicologia e/ou o Serviço Social podem descobrir os detalhes desses poderes. A abordagem por sua vez será sempre anti-positivista e anti-reducionista.

O argumento do autor acerca desta filosofia da ciência é que se trata de uma filosofia que abraça o multiplismo, argumento que se alinha em perfeita harmonia com o nosso entendimento de Serviço Social enquanto uma ciência pluralista sustentada pelas suas singularidades, ideia que explicaremos mais à frente. Bhaskar (2010) realça a dupla inclusividade do realismo crítico ao assumir que cada campo e cada disciplina tem os seus métodos preferidos, como as abordagens positivista e pós-positivista da pesquisa. Isto é, em vez de negar o papel positivista e pós-positivista da investigação em Serviço Social, o realismo crítico acomoda abordagens de campos específicos sem se ficar por aí. Esta dupla inclusividade nega a competitividade entre as diferentes abordagens metodológicas, e pelo contrário, argumenta um pensamento mais estratégico sobre as condições de trabalho envolvendo objetos de estudo. Ideia que já havia sido tomada por Sayer (1992)

ao adotar o trabalho de Bashkar e que entendia a existência de uma compatibilidade entre os vários ramos metodológicos, incluindo quantitativo e qualitativo.

Como Oliver (2011) sustenta, o Serviço Social tem, na sua prática e na sua ciência, como objetivo último o de desenvolver níveis profundos de explanação e de compreensão. Como Lorenz (2004) sustenta, as tensões entre perspectivas competitivas podem abrir novos ângulos de visão e oportunidades para ações transformativas, tal como já havíamos referido que acontecia na perspectiva do paradigma da complexidade e do caos. Estas tensões refletem contradições no seio do Serviço Social, caracterizadas como sendo a sua pluralidade teórica, competindo práticas tradicionais, populações diversificadas e o mandato quer de cuidar, quer de controlar (Parton, 2000). É aliás para Oliver (2011) sustentada por Shaw (et al. 2006) esta inclusividade que pode constituir-se como o seu maior obstáculo para um conhecimento de base especializado e no qual recai a demanda da distinção científica. Em boa verdade, refutamos esta ideia entendendo esta inclusividade como constituindo-se *per si* como o que constrói o conhecimento de base de um conhecimento científico plural cujas singularidades distinguem, efetivamente, o Serviço Social das outras ciências sociais.

O realismo crítico interpreta a pobreza, a incapacidade e a violência como realidades experienciadas pelas Pessoas com as quais o Serviço Social trabalha, como sendo o presente independente dos assistentes sociais ou das Pessoas escolherem ter conhecimento sobre elas. Todas as descrições dessas realidades são mediadas por filtros de linguagem, sentidos e significados e do contexto social. As ideias residem na crença acerca da impossibilidade de estarmos fora da nossa própria perspectiva remetendo para um fosso entre o mundo real e o nosso conhecimento dele nunca estar completamente fechado. Por outras palavras, a realidade não pode ser tomada como certa, mas pode ser descrita mais ou menos verdadeiramente. É o que acontece, por exemplo, quando um assistente social tem que avaliar a vida das Pessoas. Essa avaliação nunca será efetivamente a vida dessas pessoas por não capturar todas as nuances das suas experiências. No entanto, os profissionais podem adquirir as diferenças entre um caso preciso e bem informado e o seu contrário.

Neste sentido, a realidade entendida por Bashkar (1975) é uma interação complexa de forças, com multi-camadas e multi-causalidades. Esta perspectiva da realidade é precisamente o tipo de olhar que o Serviço Social tem sobre o seu objeto, remetendo-o para um conhecimento, multi, inter e transdisciplinar. Efetivamente, o autor pressupõe que o nosso mundo social opera de uma forma similar ao mundo natural, onde os

fenómenos podem ser fragmentados progressivamente por camadas estratificadas. Por conseguinte, a estrutura é entendida como uma composição que faz com que cada objeto seja o que é e não outra coisa. É esta combinação interna e necessária relacionada com o objeto que atua como um mecanismo generativo para o fenómeno num nível ontológico superior.

Por outras palavras, todos os fenómenos podem ser explicados por partes, mas não se podem reduzir apenas às suas subestruturas mecânicas generativas. Atente-se ao exemplo, uma Pessoa que tem comportamentos abusivos com a sua companheira, estes podem ser gerados em parte pela interpelação de crenças sobre o poder e o controlo, que pode ser gerado em parte por discursos sociais, que por sua vez, emergem da interseção das estruturas políticas e económicas. Esta leitura, remete para um mundo social complexo com mecanismos causais que incluem interpretações de cada situação por cada indivíduo que interage com negatividade ou reforço com os outros. O que se insere uma cosmovisão da teoria da complexidade e do caos explicada de seguida.

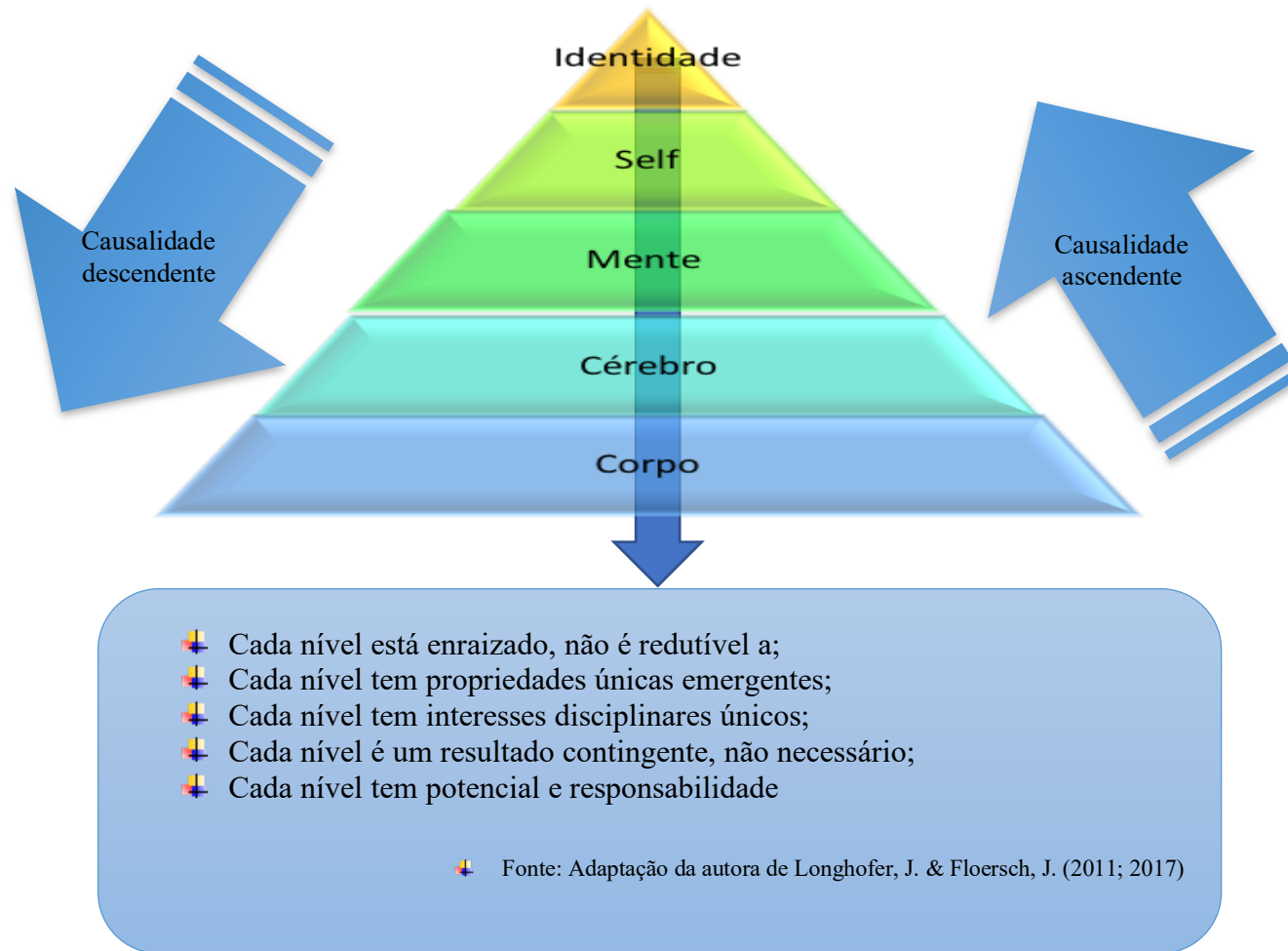
Mecanismos generativos não são determinativos ou explicáveis no seu todo. De facto, a Pessoa pode mudar o seu comportamento se um determinado número de mecanismos causais estiverem no seu caminho, como por exemplo, uma intervenção social de um assistente social; ou uma nova política social. Por existir uma rejeição de uma simples causalidade linear, o realismo crítico está em perfeita harmonia com o Serviço Social, ao descrever um mundo social com múltiplas oportunidades para a intervenção e a mudança. É também este interjogo contínuo de mecanismos generativos, bem como, a relação entre ideologia e realidade, que outorgam uma realidade social em mudança e, também por isso, imprevisível. Uma vez mais, através do realismo crítico, percebe-se os mecanismos generativos subjacentes ao próprio Serviço Social em que as ferramentas de avaliação de risco mais perfeitas falham na predição de certezas, remetendo as boas práticas para a escuta de outras perspetivas e o abandono da nossa, aquando do encontro de evidências controversias. Efetivamente, o que se procura através da investigação em Serviço Social será a descoberta de novas tendências, ao invés de provas que permitem a predição. São as tendências que refletem padrões que ocorrem naturalmente ou que são o resultado de modelos mentais e instituições sociais que desenvolvemos ao introduzir um estado quase fechado na nossa realidade.

Para Downward (2002), são estas regularidades que providenciam a estabilidade na qual se baseiam os julgamentos e se reproduzem as ações num mundo em contante mudança.

Tal como verificamos em Serviço Social, no realismo crítico, as explanações são elaboradas verticalmente com ligações a eventos e experiências dos mecanismos generativos subestruturados.

Sayer (2000) argumenta que o mundo é caracterizado por emergências, ou seja, situações nas quais as conjunções de dois ou mais aspetos fazem surgir novos fenómenos, com propriedades que são irreduzíveis aos seus constituintes, ainda que sejam necessários à sua existência. Veja-se a título de exemplo a figura 5.4 baseada na apresentação de Floersch e Longhoffer (2017) na conferência de Serviço Social e Saúde no ISCTE-IUL, acerca da problematização do sintoma médico inexplicado e a necessidade de haver uma atuação e compreensão transdisciplinar entre as ciências sociais e as ciências naturais.

Figura 5.4. Realismo Crítico e Realidade Estratificada do Sintoma Médico Inexplicado



É neste paradigma que esta tese apresenta o seu objeto, ao querer estudar a dimensão científica do Serviço Social. A visão ontológica é também ela estratificada e embora tenha consciência de cada uma das estratificações e dos seus mecanismos generativos, não nos debruçamos de igual forma sobre cada um dos níveis dessa realidade, por entendermos ser necessário tempo, dedicação e até diferentes convergências epistemológicas paradigmáticas, o que que prestaria a objecto de estudo para mais umas quantas teses, ponto que já abordamos no capítulo I, sobre o processo metodológico e racional adotado para o desenvolvimento deste trabalho.

O realismo crítico como via epistemológica possível para o Serviço Social, outorgando um lugar à transdisciplinariedade, é como, hipótese nossa, a causa da pluridimensionalidade de teorias existentes no Serviço Social, sendo por isso difícil a aceitação de uma única categorização.

5.3. A TEORIA DA COMPLEXIDADE COMO DESENVOLVIMENTO DA TEORIA DE KUHN, ADAPTADA AO SERVIÇO SOCIAL

De acordo com a ideia de existir a premência de se desenvolver a perspectiva de Kuhn ao invés de apenas existir a limitação do que pode constituir a conformidade às leis gerais que estabelecem um campo científico das ciências sociais, Boily (2014) surge persuadido de que, a teoria da complexidade, por ser pouco (re)conhecida em Serviço Social e por implicar o caos, afasta os diálogos académicos sobre a sua mais-valia para refletir o Serviço Social e desenvolver esta ideia inicial.

A primeira ideia que se deve reter sobre a teoria da complexidade/do caos é a de que, nos sistemas complexos a hierarquia, o controlo e a previsibilidade não se sucedem, uma vez que a totalidade dos sistemas vivos se desenvolve em condições de instabilidade onde surgem fatores de mudança compreensíveis, mas sem estrutura de poder, fora de controlo e imprevisíveis. Neste sentido, quando o ser humano pretende instalar uma ordem, um poder tendo em vista uma produção, este deve reduzir o real, fragmentando-se e acreditando que a sua intervenção será útil ou benéfica, e/ou ainda, significativo apenas por um período de tempo. Esta premissa significa, por outras palavras, que na sombra de qualquer ordem social, política, cultural e ou económica, existe um profundo caos de complexa resolução, permitindo a formulação de um olhar crítico sobre a

realidade pondo em causa o próprio funcionamento das estruturas⁹⁸. Ainda através de Boily, percebemos que alguns autores⁹⁹ do Serviço Social têm vindo a produzir artigos respeitando a teoria da complexidade ligada ao Serviço Social, mas sem nunca a aprofundar de modo a poder servir como uma referência aos profissionais da ação (assistentes sociais). Se o autor defende que esta teoria poderia ser uma mais valia ao Serviço Social é porque, acredita que esta permite o reconhecimento do paradoxo situacional no qual os assistentes sociais se situam no seu dia-a-dia, também traduzido através de um esgotamento profissional.

A segunda ideia que se retira dos argumentos de Boily acerca desta teoria é a de que se aufera de uma epistemologia que permite compreender, integrar e ultrapassar as contradições e os paradoxos éticos e pragmáticos do Serviço Social.

... il s'agit d'embrasser le plus largement possible le champs des préoccupations du Travail Social pour y tester un type de discours, d'analyse qui favorise la prise en cause significative des nombreux paradoxes et insatisfactions signalées par les praticiennes et les chercheurs... (Boily, 2014: 53)

A leitura racional que se pode retirar da observação do caos orienta os profissionais para uma definição da sua profissão que renove o compromisso com a justiça social, através de um método de análise que desafia a lógica habitual e que permite transformar os problemas paradoxais em oportunidades de desenvolvimento de uma práxis e de uma ética criativa. A hipótese do autor propõe uma meta-análise da complexidade que cobre a conjugação do campo e dos domínios do Serviço Social, desenvolvendo-se em reflexões e investigações que apenas se concentram em algumas dimensões da disciplina, sejam dimensões filosóficas, éticas ou práticas, administrativas ou relacionadas com a práxis. Ainda que possa parecer que a complexidade seja uma solução para os problemas, pelo contrário, esta deve ser entendida como uma outra forma de questionar os problemas existentes, de forma a que surjam soluções outras do que aquelas logicamente lineares. É, aliás, nesta persecução racional que discordamos do autor quando este afirma que esta deve ser entendida como uma via para um consenso de paradigmas científicos. É no nosso

⁹⁸ Note-se que esta perspetiva se coaduna com o novo Serviço Social Estrutural, crítico e radical. Ver, Mullaly, 2014, Lorenz 2017, ou Garrett, 2017.

⁹⁹ Boily (2014: 58) refere os trabalhos dos autores - Campbell-Hunt (2007), Woehle (2007), Stevens & Cox (2008), e Stevens & Hassett (2012).

entender, uma possível via para as convergências das várias interpretações científicas do Serviço Social. Convergência, discutível, desejável e preferível ao consenso, que se caracteriza por seu turno por uma conformidade que em nada abona para o facto científico e em nada se assemelha à génese do Serviço Social. Ora, a teoria da complexidade mute-se numa possível via epistemológica que reconhece a incerteza e incompletude identificando as interdependências e desta forma abre espaço para que a cognição situacional desempenhe o seu papel para e no ato científico. Ideia que retomamos aquando da abordagem à realidade do ato científico em Serviço Social.

A tese de Boily (2014) apresenta-se ela própria sob uma redação sistemático-complexa em que a definição da complexidade é desconstruída ao longo dos capítulos com o objetivo de introduzir claramente cada conceito que a ela pertence. Ainda assim, depreende-se uma definição mais ou menos linear acerca deste paradigma.

A complexidade pressupõe que todos os fenómenos existentes estão interligados através de esquemas compreensíveis e imprevisíveis e executa-se sob crises criativas caóticas que permitem ao nível, micro, meso e macro que os sistemas se desenvolvam segundo uma sinergia.¹⁰⁰ Desta forma, há uma clara contestação face à lógica linear, à análise dicotómica, à classificação redutora, ao distanciamento do sujeito por relação ao objeto. Assume por outro lado, uma lógica quântica (caótica e imprevisível), uma análise inclusiva multidimensional e uma epistemologia autocriativa (de linguagem e análise que desenvolve a realidade e vice-versa). A teoria da complexidade é, assim, um ramo da teoria sistémica tanto em termos históricos como em termos conceptuais. Ambas findam por se distinguirem graças ao paradigma do caos ao qual a complexidade presta um significado maior. A teoria da complexidade aplica-se à teoria dos sistemas, aos sistemas complexos, ou seja, imprevisíveis e caóticos. É por esta teoria¹⁰¹ “obrigar” a que se retome as análises da psicologia coletiva que se insere a profissão no sistema político global no qual se define.

Através de Stevens & Cox (2008) entende-se que os paradigmas da complexidade são oriundos das ciências puras e que podem *per si* ser aplicados ao Serviço Social. O paradigma da auto-organização, onde os comportamentos são perspetivados como resultados e premissas das interações e do ambiente; o paradigma da análise não linear,

¹⁰⁰ O que nos remete para um pensamento próximo ao pensamento da economia no que concerne a leitura referente aos efeitos decorrentes das crises, em que o caos acontece de forma cíclica e proporcionador de outros estratagemas para responder ao período de complexidade económica.

¹⁰¹ Esta teoria vai beber quer à física quer à biologia de Bertalanffy (1968).

que reconhece a força das exceções e dos detalhes, bem como, a falsa segurança lógica racional; o sentido e a criatividade que emergem do caos e não da organização; o paradigma da mudança, que se re(produz) nas margens de estruturas instáveis.

Assumir uma posição lógica da complexidade é assumir que as ciências sociais e humanas têm um handicap, as lógicas lineares. Este quadro de análise percecione o mundo através de investigações experimentais e demonstrações práticas onde os paradigmas são testados e ilustrados.

Este quadro está em favorável harmonia com o que Schon (1974) argumenta acerca da epistemologia do agir profissional implícita no processo artístico e intuitivo a que alguns profissionais recorrem face a situações de incerteza, instabilidade, singularidade e de conflito de valores, mas também, com o próprio realismo crítico em/do Serviço Social desenvolvido a partir de Bashkar (1975) por Floersch e Longhofer (2012) para, por exemplo, entender o Serviço Social Clínico (na/da Saúde Mental).

Finalmente, a hipótese última de Boyli é a de que o Serviço Social deve manter abertura para se assumir enquanto ciência da ação filosófica. Entende-se que os paradigmas são conceitos fundamentais que formam quadros de análise das visões do mundo e das filosofias. A cada visão do mundo subjaz uma definição de sociedades, de profissões e de mandato de cada uma. Esta premissa perfaz a intenção de desenvolvimento das profissões e justificação das suas intervenções, resultantes em quadros teóricos da intervenção social. Neste sentido, a resposta do autor aos caos dos discursos teóricos existentes em torno do Serviço Social é que os paradigmas, enquanto conceitos fundamentais, crenças e evidências, fundam os quadros de análise enquanto filosofia que orienta as teorias da intervenção que se apresentam como um agir e que utiliza técnicas de intervenção, sendo estas, meios e estratégias observáveis.

O reconhecimento da incerteza e incompletude que identifica as interdependências abre espaço para que a cognição situacional desempenhe o seu papel no ato científico. Esta cognição, frequentemente associada a um saber tácito, e/ou a um saber profissional, vê a sua legitimidade aniquilada no jogo científico que se caracteriza por uma hipocrisia no poder simbólico e académico. Assumindo que o contexto histórico introduz a incerteza que ativa a mente cognitiva a desenvolver mecanismos cognitivos situacionais, a formação académico-científica está suscetível de estar desajustada da realidade para a qual a ciência deve ter uso e sobre a qual a ciência se consolida.

A inadaptação da ciência que parte da teoria geral para a realidade particular exige que se desenvolva um olhar clínico sobre o problema¹⁰². A subjetividade, associada às singularidades do Homem plural¹⁰³, e, portanto, à realidade e ao problema social demonstra que a formação clássica académica, que segue uma epistemologia do conhecimento de ordem mais positivista, não consegue captar a subjetividade inerente à interação social e aos próprios indivíduos. A ciência encontra-se, pois, num paradoxo: existe para ter uso científico e social através de uma valorização da racionalização metodológica para a produção do conhecimento científico, prioridade da prática do/a investigador/a. Ao passo que, aquele/a (usualmente profissional) que vai/deveria fazer uso desse conhecimento tem como prioridade compreender a ambiguidade criada na academia e na ciência e produzir uma prática para criar um efeito para dar resposta a determinado problema sobre e para o qual a ciência se havia debruçado para produzir conhecimento. O resultado último será sempre o alimento das ambiguidades e ambivalências previamente criadas.

O ecletismo ou *melting-pot* que se consegue hipotecar como solução para o gap existente entre a mente abstrata e a mente situacional não é largamente aceite pela comunidade científica, que tende a seguir um raciocínio conservador/positivista sobre o que é a realidade e como se processa a aquisição da verdade. Neste sentido todo o campo que se legitima enquanto científico, deveria seguir a desvalorização do conhecimento tácito em detrimento da legitimação do conhecimento abstrato. No entanto como iniciamos esta teorização acerca do conhecimento científico, o contexto histórico propicia a introdução de incerteza e o surgimento de novos problemas que exigem, por sua vez, novas respostas, baseadas num novo conhecimento científico. Bernstein demonstra como o conhecimento académico deve ser recontextualizado para o contexto profissional, ou seja, para a realidade social e como se formula um novo conhecimento e um novo saber profissional¹⁰⁴.

Caria (2017) apresenta uma teoria dual do saber profissional à qual subjaz a aceitação de uma organização do saber profissional com saberes tácitos do fazer e do pensar, que se distingue pelas singularidades de associação entre conhecimentos abstratos e formais. Esta teoria está em perfeita harmonia, ainda que não seja suficiente, com o que

¹⁰² Situação elencada e comprovada por Caria, 2014 aquando ao estudo sobre a prática profissional e o olhar clínico dos profissionais de veterinária.

¹⁰³ Conceito utilizado por Lahire, 2004.

¹⁰⁴ Conceito trabalhado por Caria (2010; 2014; 2017;)

entendemos ser uma das componentes a ter em consideração quando se produz conhecimento científico em Serviço Social. O autor refere-se ao saber como uma forma de conhecer a realidade, sem ter a pretensão de representar, de um modo geral/abstrato o mundo social. O saber é como que associado às pessoas e aos contextos sociais e históricos que ativam a necessidade de conhecer.

A dualidade social é identificada na análise do uso do conhecimento, que como referido previamente, sustenta a recusa da existência de uma dicotomia entre ciência e saber tácito, mas que ao mesmo tempo, admite o gap existente entre a experiência vivida e a sua capacidade em ser traduzida e expressa racionalmente “em conhecimento abstrato e reflexividade crítica” (2017: 1).

Sem desprestígio pelo conhecimento profissional, com legitimação científica e com expressão de existência enquanto Sistemas Abstratos de Conhecimento, o autor apela a que se pense em conhecimento e saber de forma separada, para que sejam refletidos enquanto conceitos distintos e complementares. Debruçados nesta ideia, é de facto premente para o Serviço Social assumir que, o seu saber tácito/experiencial que emerge da prática em situação de ação e interação social, se diferencia do conhecimento abstrato adquirido em laboratório, através de processos cognitivos abstratos que se sustentam em teorias gerais. Embora seja o que os diferencia, por outro lado, reconhecemos que o saber tácito não é inato ao Ser Humano, mas que se aprende através da incorporação de um *habitus* e da ativação de disposições singulares que advêm da experiência plural dos indivíduos, e que por isso, tem sempre em alguma maior ou menor medida uma base de sustentação num conhecimento abstrato prévio, ainda que a ativação desse conhecimento na formulação do saber profissional ocorra de uma forma mais ou menos (in) consciente. Ao passo que o conhecimento abstrato em Serviço Social se socorre da realidade social e do próprio saber profissional, (re) contextualizando-o através de processos de reflexividade crítica e transformando-o em conhecimento abstrato.

Alinhados com Caria (2017), Rullac (2012), Boily (2014) entre outros autores de diferentes áreas científicas, este conhecimento, rigoroso e assumido, não encontra lugar na lógica racional e na epistemologia dominante do conhecimento científico que a universidade objetiva como prescrição da “realidade” como “verdade absoluta” a ser transmitida. Talvez seja esta uma das primeiras hipóteses na explicação do grau de legitimidade que o Serviço Social tem no campo científico das Ciências Sociais.

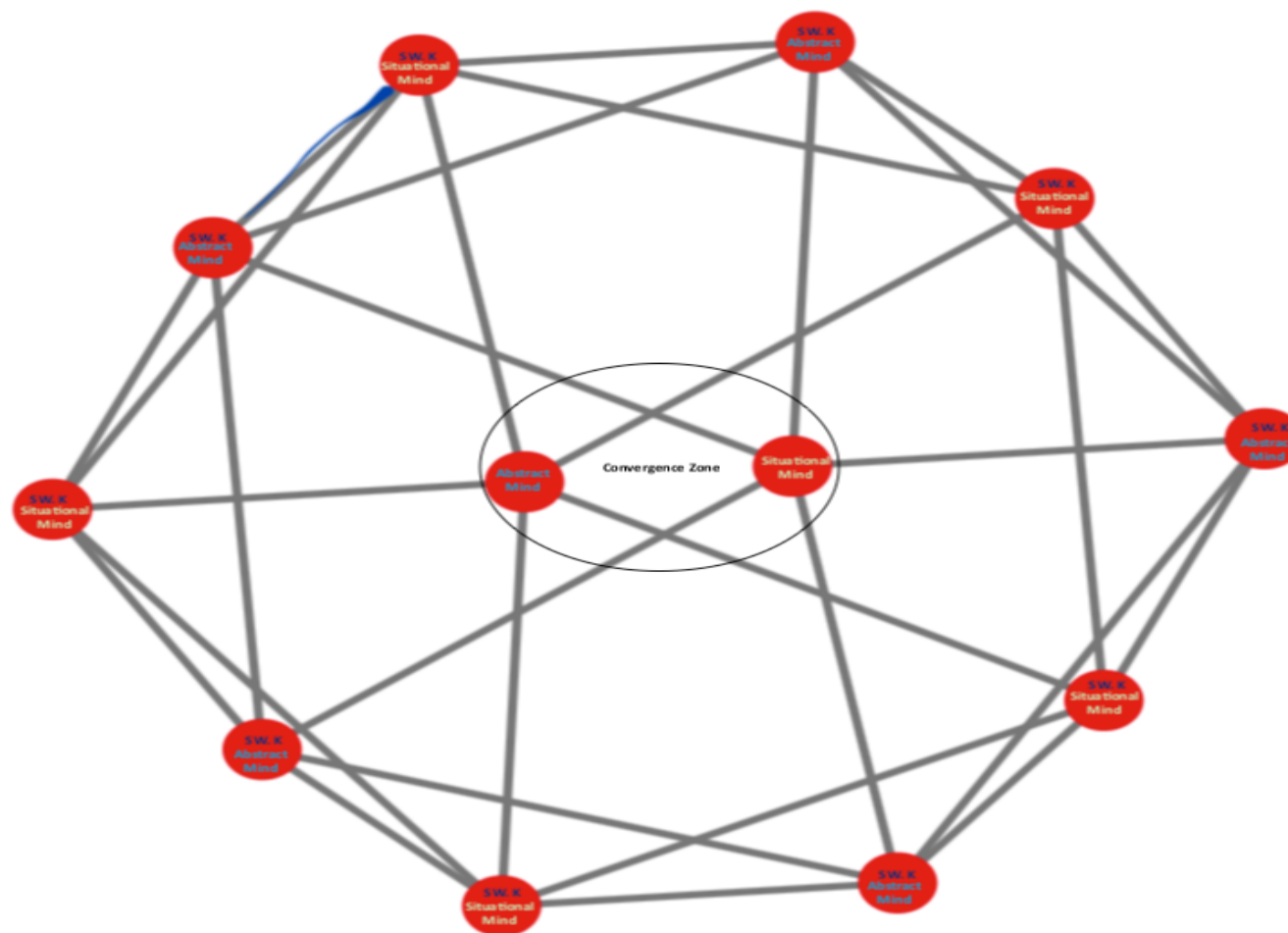
De facto, se atendermos aos discursos acerca da Medicina, a sua legitimidade enquanto ciência encontra algumas ambiguidades na sociedade contemporânea. Como hipóteses

que ajudem a compreender estas ambiguidades, ponderamos que a) devido ao avanço da pós-modernidade, das tecnologias, da sociedade de risco, entre outras variáveis, novas doenças surgem para a qual a medicina não tem resposta, introduzindo-se a incerteza e a ativação do olhar clínico/situacional para formular um saber, que virá posteriormente a ser (re) contextualizado e formulado como conhecimento no seio da academia; b) os dados metafísicos não observáveis como o stress não são considerados enquanto evidências; c) a subjetividade no entendimento do mundo não é valorizada para não criar ambivalências epistemológicas; d) embora existam incertezas na prática clínica, o seu poder simbólico, cultural e científico, e económico, construídos ao longo da história, ajudam a manter o seu status na hierarquia do conhecimento e das profissões.

Como Caria (2014) demonstra, os processos de produção de conhecimento, bem como, a sua transmissão social na sociedade atual, são atividades macrossociais, especializadas e institucionalizadas, que estão intimamente ligadas à hierarquia do conhecimento e às trocas de valor desiguais entre produtos culturais. Não é novidade que as sociedades capitalistas primem pelas relações de poder simbólico e cultural no que aos processos sociais de conhecimento diz respeito. E que, facilmente identificamos quando olhamos para, por exemplo, o conhecimento de Serviço Social, e o conhecimento da sociologia, da psicologia ou da medicina.

Para findar este raciocínio, na reinterpretção que elaboramos dos vários autores elencados, a hipótese que construímos é a de que esta produção acontece pois, numa perspetiva cíclica e não consensual, que permite ver o saber e o conhecimento separadamente, ainda que sejam complementares, como podemos observar na figura 5.5.

Figura 5.5. Zona De Convergência Cognitiva Na Formulação Do Conhecimento De Serviço Social.



Legends of figure:

 Social Work Knowledge (SW. K.)

 Abstract Mind

 Situational Mind

 Convergence Zone of Minds and kinds of knowledge.

Fonte: Elaboração própria

A zona de convergência do da cognição computacional e da cognição situada é o que resulta como produto final enquanto conhecimento científico de Serviço Social, ou seja, a transposição do sistema 1 para o sistema 2, ou por outras palavras, a capacidade de traduzir a linguagem/saber produzido pela mente tácita em linguagem sistemática/conhecimento abstrato produzido pela mente abstrata. O argumento epistemológico que defendemos é que se o Serviço Social continuar numa abordagem científica conservadora, ou seja, positivista, assistir-se-á à perpetuação crescente da crise do conhecimento e identitária desta área, bem como, o enfraquecimento do seu profissionalismo. Assim, é urgente, a legitimação e o seguimento de uma/ou mais epistemologia(s), dependendo do nível e do tipo dos problemas sobre os quais se investiga/atua, que, alinhada(s) com a teoria do caos, consiga(m) resgatar da ordem objetiva, a complexidade subjetiva, que convergem em dado momento da dualidade sociocognitiva.

5.4. SOBRE O USO DO CONHECIMENTO E O TRANSPORTE DA COGNIÇÃO SITUACIONAL PARA COGNIÇÃO COMPUTACIONAL: UM OLHAR SOBRE AS *EVIDENCE BASED PRACTICE* PARA E NO PROFISSIONALISMO

As *Evidence Based Practice* surgem como um novo paradigma para o Serviço Social, amadas por uns e rejeitadas por outros. Oriundas das ciências da saúde, nomeadamente, da medicina, as *Evidence Based Practice* são entendidas, por um lado, como a abertura para o reconhecimento da investigação em Serviço Social na esfera público-política e como um meio para alcançar um melhor posicionamento nesses sistemas enquanto profissão. Por outro lado, são também entendidas como possível obstáculo para a autonomização do juízo profissional, bem como, para o processo de decisão em situação.

Ghanem et. al. (2016), argumentam que devido aos problemas complexos oriundos de uma sociedade reflexiva, com os quais o Serviço Social lida, é necessário desenhar inferências normativas baseadas na natureza racional do conhecimento científico. Para os autores ao passo que a prática do Serviço Social cresce baseada num conhecimento científico, a qualidade dos resultados também aumenta. Não é consensual o entendimento das *Evidence Based Practice*, podendo estas ser entendidas num nível de sistema processual de baixo para cima ou de cima para baixo. O sistema funcional de baixo para cima, categoriza o processo de resolução de problemas das *Evidence Based*

Practice em cinco pontos, i) identificar questões passíveis de serem respondidas; ii) identificar informação necessária para a resposta e as melhores evidências para a questão; iii) avaliar criticamente os resultados; iv) aplicar os resultados à situação; v) avaliar os resultados advindos da (re)solução dessa situação. Por outro lado, o outro processo, enfatiza a necessidade em começar a aplicar empiricamente a intervenção informada.

Pensar no projeto profissional de Serviço Social é pensar no seu profissionalismo, e, pensar no seu profissionalismo é pensar no conhecimento científico que se produz, como um dos pilares da fundação de uma profissão instituída. Neste sentido, e ainda que o nosso estudo não se debruce sobre as questões da profissionalização do Serviço Social, é, pois, difícil ao debruçar-nos sobre a dimensão de ciência e das *Evidence Based Practice* esnobar a dimensão profissional. Efetivamente, ao seguirmos o raciocínio de Sommerfeld (2016), as *Evidence Based Practice* estão intimamente ligadas à corrente modernização das profissões e às transformações que ocorrem na sociedade moderna. Sendo que esses processos gerais de modernização têm influência sobre as novas dinâmicas da profissionalização do Serviço Social, onde se encontra este “novo” paradigma. Como já revisitamos em Abbott (1988, 2005), as profissões estiveram sempre numa constante luta na clemência de dominação e maior jurisdição, tal como acontece no campo científico. A medicina, teve desde a sua origem a perspicácia de se posicionar num lugar dominante na categorização das profissões (o que é passível de ser explicado no decorrer da história, devido à sua utilidade, reconhecimento e legitimidade social) devido aos processos de modernização do seu uso do conhecimento. Reiteramos que ainda que esta análise crítica das profissões seja interessante e útil para podermos levar avante o projeto profissional do Serviço Social, também reiteramos que este não é um objetivo nosso pelo que não nos alongaremos. Esta introdução deverá servir para compreendermos, porque é necessária a passagem pela profissionalização ao abordar a dimensão científica do Serviço Social, e nomeadamente as *Evidence Based Practice*.

Exatamente pela dominação profissional e o profissionalismo serem interdependentes do conhecimento científico, a racionalização profissional apenas acontece no uso de conhecimento especializado, produzido por sua vez em unidades próprias, como as universidades. Esse conhecimento especializado, abstrato, sistemático é o principal critério para uma dada profissão obter o monopólio profissional. Uma vez que as profissões instituídas atuam em prol da reprodução da sociedade moderna, para o seu desenvolvimento e bem-estar, o seu contributo é avaliado não apenas em termos

monetários, mas também no seu reconhecimento e legitimidade social auferindo assim de um poder.

O Serviço Social, como outras profissões (psicologia, neurobiologia...), lida com problemas complexos que ocorrem como já vimos em ciclos de crise. Quando assim acontece, o problema complexo exige uma resolução que passe por uma decisão que não é evidente, ou seja, cuja rotina de ações ou tecnologia não é suficiente. Pelo que, a arte profissional do Serviço Social exige a aplicação de um conhecimento profissional a uma situação concreta, procurando através da reflexividade a melhor intervenção para solucionar o problema singular. Este ponto remete-nos novamente para a dualidade da mente, que como aferimos anteriormente, embora não se conflua, relaciona-se de forma interdependente.

Quando as *Evidence Based Practice* se propõem a desenvolver práticas baseadas na evidência transposta em conhecimento abstrato (evidências questionáveis, mas cujo debate não iniciaremos), está ao mesmo tempo a ignorar o processo da construção do conhecimento abstrato a partir do conhecimento tácito. Embora esta pareça uma questão de fácil resolução, Fook (2004) demonstra-nos ao longo de vários estudos que a apreensão e transformação do conhecimento tácito em conhecimento abstrato é mais difícil que o que as *Evidence Based Practice* possam fazer parecer.

O conhecimento tácito que o profissional utiliza na sua prática, que emerge da ativação da mente cognitiva (tácita), caracteriza-se por uma linguagem ainda inexistente. Isto é, como vários estudos apontam, quando o profissional de Serviço Social é levado a refletir sobre a sua prática de forma a transformar o conhecimento tácito (caracterizado pelo caos da mente cognitiva) em conhecimento abstrato (caracterizado como sendo sistemático), os indivíduos recorrem frequentemente a uma linguagem metafórica e/ou à (re)construção de uma história que relata a situação com a qual se teve que confrontar. Ainda que difícil, não será, no entanto, impossível proceder a essa transformação e à criação da linguagem, no entanto demanda uma efetiva inter-relação entre prática e teoria, não apenas na prática, mas também na produção do conhecimento. Note-se, aliás, que este dilema dual, não acontece apenas no Serviço Social, ao revisitarmos Schon previamente, identificamos que é um problema transversal a qualquer ciência prática (psicologia, educação, engenharia, medicina, entre outras.). A mente abstrata permite (teoricamente), através da sua linguagem sistemática/computacional, que o conhecimento tácito ganhe uma forma e uma nova legitimação nesta dinâmica.

Como Sommerfeld (2016) realça, a modernização reflexiva e os seus problemas complexos, teve como consequências mudanças sistêmicas – novos discursos, novas governanças e novas estruturas - que por sua vez tiveram efeitos nas profissões. A questão reflexiva outorgada pelo processo societal da instituição da modernização e a crise de legitimidade do sistema político levou a que a quantidade de resultados de resolução de problemas tivesse peso no próprio sistema político para recredibilizar as profissões. O raciocínio corresponde a quanto mais práticas efetivas existirem na resolução de problemas complexos da sociedade moderna, mais credível e legítima é a profissão para e pelo sistema político, frente ao interesse público. Assim, as *Evidence Based Practice*, por medirem a eficácia de práticas sustentadas em conhecimento abstrato, serão uma resposta ideológica a um sistema socio-político fechado, caracterizado por hierarquias de poder e dominação. Não quer isto dizer, que seja totalmente desnecessária, pelo contrário, é um caminho para o desenvolvimento de práticas mais sustentadas e para o desenvolvimento de investigação e produção de conhecimento sobre práticas efetivas. Porém, não são *per si* suficientes para alcançar o objetivo de um conhecimento específico e de uma expertise em Serviço Social. É necessário criar uma ponte efetiva entre a universidade (conhecimento abstrato e cognição computacional) e o campo profissional da ação (conhecimento tácito e cognição situacional).

5.5. CATEGORIZAÇÃO DAS TEORIAS DO SERVIÇO SOCIAL

Parafraseando Shaw, “a ciência como parte do Serviço Social é uma inerência de todas as suas partes e será sempre o seu legado” (2016: 5). Por conseguinte, a teoria que a ciência produz em Serviço Social e que por ela é produzida, advém sempre de uma prática e de uma dada realidade. Tal como discutimos precedentemente, as teorias não estão livres de serem infirmadas, e, portanto, uma mesma evidência pode outorgar-nos duas teorias diferentes, devido a variáveis independentes, como por exemplo, a metodologia utilizada, o tempo, a mudança social, o próprio Homem perspectivado como entidade plural e inteira não ser um objeto constante.

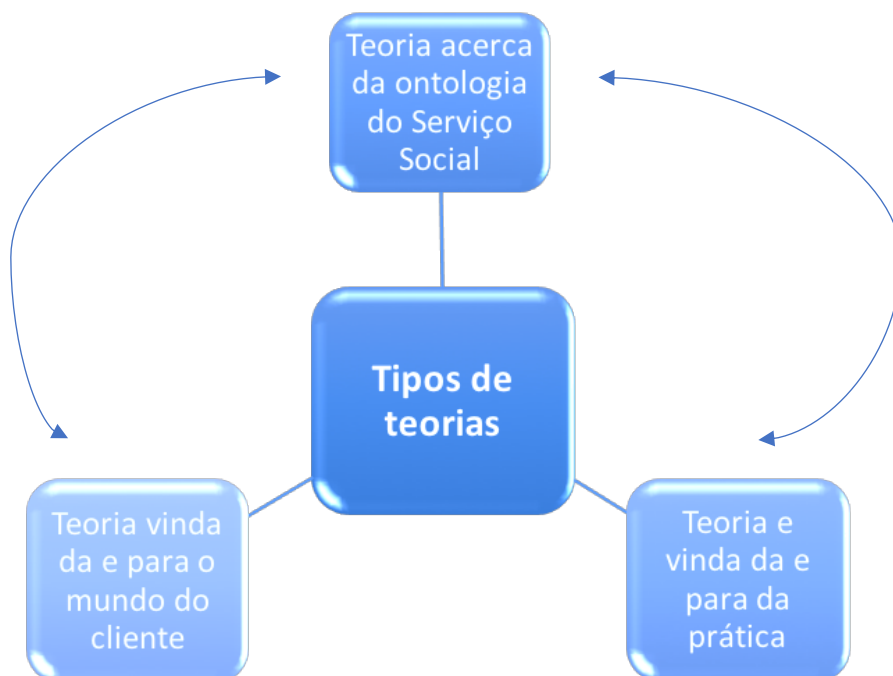
Concordando com Argyris e Schon (1974) para que uma teoria se torne teoria, precisa igualmente de ter uma utilidade social e de ser transferida e transmitida para ser implementada. Para tal é imprescindível que investigadores/as, supervisores/as, e

profissionais se comprometam a interpretar e implementar resultados encontrados. “A teoria e a investigação devem persistentemente atrair-nos com vislumbres da possibilidade de ver o mundo diferente” (Shaw, 2016: 20).

Como Howe (2009) e Thompson (2010) defendem, a teoria deve explicar certos aspetos do mundo numa forma organizada. É o princípio geral usado através do processo metodológico científico que explica a realidade. Por outro lado, como Payne (2014) demonstra, outro grupo de autores não aceitam um conceito exato e concreto do significado da teoria, entendendo-a como um mapa de interação com a prática. O autor define-a por seu lado como uma generalização de ideias que descrevem e explicam o nosso conhecimento do mundo, ao passo que a teoria social nos auxilia a desenvolver e entender o Serviço Social.

Autores como Payne (2004), Howe (1997), Davies (1997) categorizaram em quadros gerais as teorias do Serviço Social. Efetivamente, como apresentado na figura 5.6, Sibeon (1991), Fook (2012) e Gilgun (1994) formulam três tipos diferentes de teoria em Serviço Social, e dois modelos para cada tipo, as teorias de modelo formal e informal.

Figura 5.6. Tipos de Teoria de Serviço Social



Fonte: Elaboração própria

Atentos à figura 5.6, entendem-se as teorias formais, propostas pelos autores de Serviço Social, relativas às teorias da ontologia do Serviço Social, os registos escritos

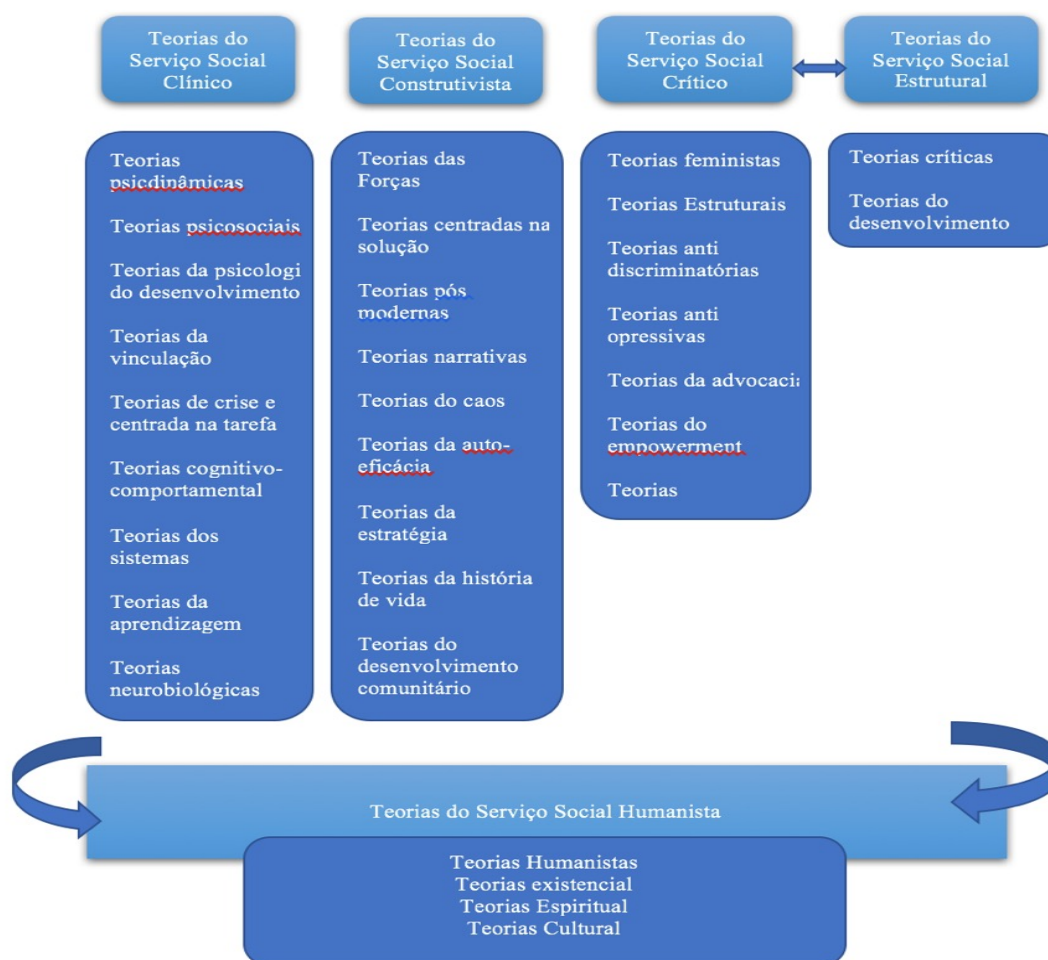
formalizados que definem a natureza e os princípios do bem-estar. Enquanto que as informais respeitam os valores morais, políticos e culturais que os profissionais sistematizam para definir as funções da profissão. Relativamente às teorias formais acerca da prática do Serviço Social, resumem-se às teorias da prática formalmente escritas, como por exemplo, o trabalho de caso. São também as teorias da aplicabilidade dedutiva e ideias gerais que podem ser aplicadas a situações particulares. As teorias informais deste domínio respeitam teorias indutivas que derivam de situações particulares, que podem ser testadas para poderem ser aplicadas a situações particulares. São também as teorias práticas que não foram escritas, construídas a partir da experiência. Por fim, as teorias acerca do mundo do cliente, são teorias das ciências sociais formalmente escritas, e em que os dados empíricos são recolhidos a partir do cliente em si mesmo. As teorias informais prendem-se com o uso da experiência e dos significados gerais culturais dos profissionais.

Para Payne (2014), o uso da teoria aparece como um emolduramento para decidir e planear a intervenção em Serviço Social. Uma categorização de teorias de Serviço Social tem vindo a ser elaborada por diversos autores desde 2004. Algumas categorizações teóricas são repetitivamente encontradas e categorizadas, é o caso das teorias cognitivo-comportamentais, as teorias psicodinâmicas, as teorias dos sistemas, teoria centrada na tarefa e na crise, teorias de resolução, teorias humanistas, centradas na pessoa e finalmente as teorias do *empowerment*, o que poderá ser entendido e justificado na essência do Serviço Social se reiterarmos que na história do Serviço Social a prática e a investigação explodiram aquando do surgimento do Serviço Social médico e legal. Segundo Payne, não existe um método universalmente aceite de categorização de teorias.

Baseados na análise elaborada previamente por Payne, recorreremos a uma tentativa de conciliação de categorização de teorias dos catorzes autores¹⁰⁵ que se debruçaram sobre esta tarefa visível na Figura 5.7.

¹⁰⁵ Payne (2004,2014); Beckett (2006); Lishman (2007); Lehmann & Coady (2007); Greene (2008); Howe (2009); Walsh (2010); Teater (2010); Turner (2011); Healy (2005); Nash et al. (2005b); Gray & Webb (2013); Lindsay (2009); Brandell (2011);

Figura 5.7. Categorização de Teorias de Serviço Social

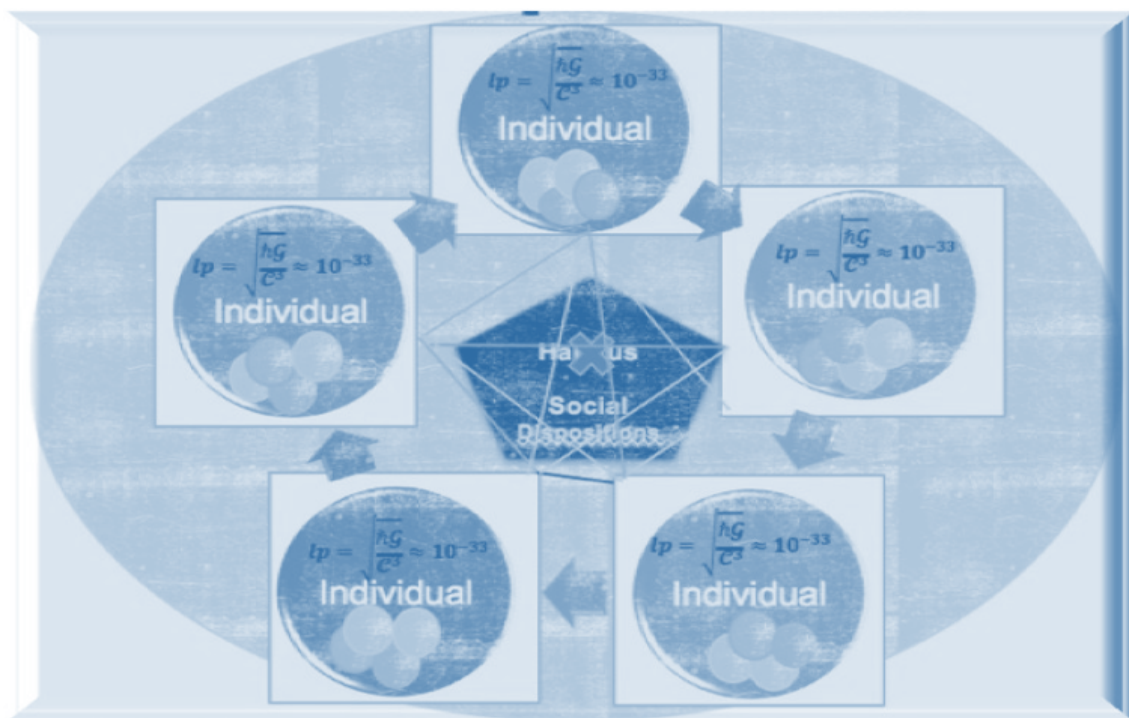


Fonte: Elaboração própria

Esta categorização baseia-se nas perspectivas das correntes teóricas existentes no Serviço Social, quer a nível prático, quer ao nível da pesquisa, influenciados pela trajetória desta disciplina. Assim, ao Serviço Social Clínico, associamos as teorias existentes e produzidas em Serviço Social no âmbito terapêutico, cognitivo, comportamental e psíquico. Note-se que, em boa verdade, muitas teorias usadas e desenvolvidas nesta subcategoria têm como base de fundo as teorias da psicologia e teorias psicanalíticas, que acompanharam o desenvolvimento da prática e da investigação do Serviço Social desde a sua génese (tal como revisitamos no capítulo 2, por exemplo ao abordarmos Helen Pearlman). Efetivamente, as próprias teorias das *Evidence Based Practice* são maioritariamente desenvolvidas nesta área do Serviço Social. Não deve ser entendida esta forma de produzir como um “*piggyback approach*”, mas antes, como uma particularidade desta disciplina. Defendemos, pois, que a diferenciação do Serviço Social enquanto área

disciplinar autónoma reside também, no facto de usar e esposar as várias ciências sociais para o entendimento do indivíduo na sua pluralidade carregada de singularidades, contextualizado num meio designado como sendo o seu ambiente, o que em boa verdade se aproxima de uma abordagem biopsicossocial. Como os autores pioneiros do Serviço Social, que previamente revisitamos, defendem, é esta uma metodologia inteligente para responder aos problemas sociais, nomeadamente da pobreza e da exclusão social.

Figura 5.8 - Objeto de Estudo do Serviço Social



Fonte: Elaboração própria

Quando Iamamoto (2001) refere como objeto de estudo do Serviço Social a questão social, entende-se, tal como em Hill, Addams e Richmond, que o objeto de estudo do Serviço Social, percebe como o Homem na sua totalidade, enquanto entidade corpórea, cognitiva, emocional e espiritual, cujo ambiente no qual vive se materializa por objetos reais, e subjetivos e se reveste de relações socioculturais. Perspetiva que tentamos retratar através da figura 5.8, em que o indivíduo é preenchido pela formula da singularidade (que provêm das experiências pessoais), dos quatro capitais considerados essenciais para desempenhar um papel numa sociedade marcada pela industrialização e o capitalismo, e de relações com outros indivíduos inseridos num ambiente.

Considera-se que quando o Serviço Social investiga e instiga a produção de conhecimento tem como ideia geral orientadora este esquema sistemático. Esquema esse que permite responder às perguntas que, como vimos no primeiro capítulo o Serviço Social Clínico dos finais do século XVIII, inícios do século XIX se desafiava já a responder, i) o estado físico da pessoa; ii) a personalidade; iii) as condições físicas em que foi criado e nas quais vive atualmente; iv) as influências mentais e espirituais que recebeu pela via educacional e as que recebe agora.

5.5.1. TEORIA DO SERVIÇO SOCIAL CRÍTICO

Ao abordar a teoria do Serviço Social crítico importa contextualizar o surgimento da teoria crítica nas ciências sociais. Esta teoria, oriunda da primeira modernidade, existiu para Beck até aos anos 70 do século XX, assentando em princípios, tais como, i) a criação do estado-nação, ii) a definição de um território para esse estado, iii) a intensificação da exploração da natureza e iv) o conceito de “progresso” como algo infinito.

De acordo com Beck, Bonss e Lau (2003), os fundamentos da primeira modernidade podem circunscrever-se a seis pontos importantes. Os primeiros três focam-se nos pressupostos estruturais e sistémicos da sociedade moderna e os últimos três na descrição da ação social, a saber:

- as primeiras sociedades modernas são Estados-Nação definidos por fronteiras territoriais sendo que as relações sociais são concebidas e inscritas num território nacional;
- as primeiras sociedades modernas distinguem-se entre si por uma individualização programática. Os indivíduos nesta sociedade são teoricamente livres e iguais e as suas associações são voluntárias, no entanto, essa liberdade e igualdade são moldadas por instituições sociais (Ulrich Beck exemplifica com a divisão sexual do trabalho) que foram e são fortemente coercivas;
- as primeiras sociedades modernas são sociedades industriais ou mais precisamente sociedades de pleno emprego – ou seja sociedades nas quais o desemprego é tão baixo, que é apenas considerado residual. O status, o consumo e a segurança social fluem da participação do homem na economia;
- as primeiras sociedades modernas têm uma conceção particular de natureza fundada na sua exploração. A natureza é simultaneamente central à sociedade,

mas é também marginalizada, uma vez que se considera que deve estar disponível sem quaisquer limitações. É este o pré-requisito da dinâmica industrial que considera a auto-produção constante de ganhos, assente num crescimento sem fim, e a alocação de efeitos negativos em qualquer outra dimensão que não a industrial;

- as primeiras sociedades modernas revelam-se na base de um conceito científico da racionalidade que enfatiza o controlo instrumental. O progresso é concebido como um processo de desmistificação que pode continuar sem limites, acreditando-se num eventual controlo perfeito da natureza;
- as primeiras sociedades modernas compreendem e gerem o seu desenvolvimento de acordo com o princípio da diferenciação funcional, em subsistemas sociais e distintos padrões de ação social.

Para Beck, a modernização destruiu a sociedade agrária prisioneira do sistema feudal para esboçar a estrutura da sociedade industrial. Esta modernização entra em crise devido à globalização e à paridade dos géneros, com o aumento do trabalho feminino.

A conceptualização da individualidade deve ser entendida e associada ao processo de modernização, constituindo-se em dois conceitos interrelacionados. Entende-se, a individualização, como o desapego das pessoas em relação às tradições e à emergência de novas relações e novos valores. É um processo no qual cada indivíduo é o resultado das suas escolhas, já que são estes os agentes de ação no estabelecimento do estilo de vida individual e coletivo. Todavia, é também um processo com características de ambivalência e contradições, pois amplia ao mesmo tempo que limita o campo de oportunidade de ação dos indivíduos.

Parafraseando Rocha et al.,

(...) nas correntes teóricas críticas as estratégias de consciencialização individual e coletiva são importantes como meio de compreender, reflexivamente, a organização da estrutura social, levando ao questionamento das visões do mundo naturalizadas e auto-limitadoras, interiorizadas pelos oprimidos. (2013: 85)

Entender a primeira modernidade, e as teorias modernas e pós-modernas, configura-se essencial para compreender a adoção da perspetiva crítica da época que, resumidamente, assumia, a dominação enquanto um efeito estrutural e pessoalmente experienciado.

Alinhados com Habermas (1987), a teoria crítica percebe os fundamentos normativos da sociedade capitalista com ceticismo e crítica. Também Hegel e Marx (autores estruturalistas) reiteraram esta leitura da realidade, em que interpretam a capacidade humana, como emancipadora e livre da dominação, quando a aquisição de uma ação consciente e coletiva sobre as estruturas sociais, para transformar a realidade. Efetivamente, a Escola de Frankfurt¹⁰⁶ reitera a forma como as relações de poder se posicionaram nos lugares de domínio nas configurações culturais modernas. A normatividade, característica da estrutura societária capitalista, reduziu a capacidade da razão do indivíduo, indeferindo o raciocínio abstrato emancipador da razão crítica.

Neste seguimento, e acordando com Fook (2002) entende-se que a teoria crítica do Serviço Social tem as suas origens no século XIX com Jane Addams. Na década de 60, a emergência da crítica radical colocou o problema do contexto social de novo na agenda, debruçando-se sobre a compreensão da forma como a estrutura socioeconómica e as condições históricas também influenciam a experiência individual (Fook, 1993). A abordagem crítica radical e estrutural desenvolveu-se no Serviço Social entre a década de 60 e 80.

A bússola da teoria crítica radical radicava-se sobre o Serviço Social Tradicional (trabalho de caso (tal como revisitado no capítulo 3) e na ênfase nas formas individualizadas de ajuda, bem como, pela noção individualizadas e pessoal dos problemas. Alinhada com a teoria estruturalista e feminista, a teoria crítica tinha como princípio abnegar a responsabilização individual para o entendimento dos problemas, olhando também para as estruturas e voltar a dar lugar à razão e espaço ao criticismo através de uma maior abstração da normatividade presente na prática. No final da década de 90, uma abordagem crítica do Serviço Social começava a ser explicitamente discutida e adotada. Rocha et al. (2013) recorrem às considerações e pensamento de Habermas, acerca da Teoria do Agir Comunicativo verificando “uma dupla proposta”: a) o “modelo do sistema”, definido como a “reprodução material” e guiado pela lógica instrumental de relações de poder e; b) o modelo do “mundo da vida”, relacionado à dimensão da “reprodução simbólica”, dos significados que compõem uma visão do mundo. A conclusão é que esta teoria teria a intenção de encontrar uma, “(...) solução em prol da integração social democrática, que levasse ao exercício de uma cidadania plena e à resolução de conflitos sociais através do consenso comunicacional e discursivo para a

¹⁰⁶ Eg. Horkheimer; Adorno; Marcuse; Habermas;

justiça”. (Rocha et al, 2013: 85) Neste sentido, alinhados com as autoras (*idem*), entende-se como características relacionadas entre o Serviço Social Crítico e a Teoria Crítica de Habermas i) uma reflexividade que recorre à abstração da normatividade e que proporciona uma base para a ação radical e a compreensão da sociedade e da pessoa como totalidade; ii) a estrutural social global organiza as relações sociais, ao nível individual e institucional e determina a posição do oprimido e do opressor; iii) a relevância da dimensão do poder, da luta dialética entre grupos sociais opostos¹⁰⁷; iv) os indivíduos produzem e são produto da sociedade. Logo, as pessoas são configuradas pela estrutura social ao passo que são também agentes capazes de a transformar; v) promoção da razão, auto consciente no processo de emancipação pessoal e social; vi) A ordem social pode ser alterada pelos agentes sociais.

A teoria do Serviço Social Crítico, tal como nas ciências sociais desenvolve-se à medida que a realidade se transforma. A segunda modernidade surge em continuidade da primeira, caracterizada pelos indivíduos enquanto criadores do próprio risco, mas também as instituições que o controlam, preveem e debatem. Atualmente, os dias carregam um caráter de incerteza, de imprevisibilidade quanto ao futuro. O mapa das escolhas futuras do indivíduo já não lho é fornecido, como o fora outrora. A incerteza laboral, mas também afetiva, deixa o indivíduo perdido em si mesmo e entregue a si próprio.

Com a modernização reflexiva, designação atribuída a esta segunda modernidade, há uma quebra da instituição política com a capacidade de reflexão devido à difusão crescente da informação. Já não cabe a esta instituição dizer o que é suposto o indivíduo fazer, mas sim alertar para os riscos pondo a claro o grau das consequências de eventuais ações.

Quanto mais moderna é uma sociedade mais se pressupõe conhecer-se a si mesma. Quanto mais se conhece, mais frágeis se tornam as estruturas tradicionais e se constroem outras estruturas mediadas pela cientificidade. Os indivíduos adquirem uma maior capacidade de libertação face às estruturas e uma maior capacidade em opinar sobre as práticas sociais. As sociedades operam mecanismos de reflexão e prevenção dos riscos, e essa mesma prevenção pode ela própria levar a riscos.

Com as estruturas internas da sociedade industrial (classes, arranjos familiares, casamento, profissão, papéis sexuais e de género) e as bases de conduta daí decorrentes surgem inseguranças sociais, biográficas e culturais.

¹⁰⁷ Mullaly, 1993, 2014.

A modernidade reflexiva deve enfrentar vários processos, a globalização, a individualização, o desemprego, o subemprego, a revolução dos géneros, os riscos globais da crise ecológica e da turbulência dos mercados financeiros. Vislumbra-se um novo tipo capitalista e um novo estilo de vida a consolidarem-se urgindo a necessidade de novos quadros de referência, tanto no plano social como político. O papel do indivíduo e a sua experiência de individualidade na sociedade altera-se na passagem da primeira para a segunda modernidade, ao que apelidamos de sociedade individualizada¹⁰⁸.

Esta individualização patente na modernidade reflexiva dissolve as referências da sociedade industrial, a velha-guarda de pressupostos subjacentes à convivência é desagregada, ao mesmo tempo que grandes grupos tradicionais se dispersam. Aporfia-se uma sociedade composta por novas inseguranças e novas possibilidades, novos riscos e novas oportunidades, novas exigências e novas liberdades, uma sociedade de risco marcada por contradições e conflitos.

Ressalva-se a manifestação das desigualdades sociais, económicas, culturais e ecológicas numa globalização que avança, e onde a expressão da individualização é latejante não apenas no âmbito laboral, mas também, nas relações familiares, sociais e políticas. A individualização fragilizou as solidariedades de classe e contribuiu para uma perda das normas, e para o crescimento da insegurança.

Há uma desincorporação ao mesmo tempo que há uma reincorporação dos modos de vida da sociedade industrial por outros novos, nos quais os indivíduos devem produzir, representar e acomodar as suas próprias biografias. Este processo é inato às tomadas de decisão dos indivíduos, num ambiente social e cultural, desprovidos de antigas tradições, como o exemplo da religião. O indivíduo vê-se constantemente obrigado a decidir, sobre a sua educação, a sua inserção no mercado de trabalho e as suas relações. Dá-se uma transformação das causas exteriores em responsabilidades individuais, inculcando às crises sociais a aparência de uma crise individual, já que nem todos sofrem da mesma forma. Ao mesmo tempo que se verifica uma disparidade de classes e um aumento das desigualdades, aumenta a responsabilidade individual e o sentimento de dificuldade em carregar tal peso. Também na família se verificam consequências da individualização, já não há apenas um modelo de família (família nuclear), encontrando-se novas constituições familiares, resultado das transformações do casamento.

¹⁰⁸ Conceito empregue por Ulrich Beck, 1986.

Com o fenómeno da globalização, a autenticidade dos indivíduos já não parece ter lugar. O interesse por acontecimentos coletivos carece de importância quanto ao interesse por acontecimentos individuais. Numa análise atenta e racional acerca da partilha, é notável que também esta sofreu com a modernização, distanciando-se daquilo que outrora se percebia a ação partilhar. Atualmente, a sua superficialidade repercute consequências nas relações dos indivíduos, das mais básicas às mais profundas.

Este período de incerteza e transformação dos valores causa um vazio social, transformando o indivíduo num Ser muito mais relativista já não estando socialmente amparado como estaria num contexto tradicional, facto que remete o Serviço Social novamente para uma perspetiva crítica da sua prática e do seu lugar.

As teorias da pós-modernidade ou modernidade reflexiva, bem como, de acordo com Rocha et al. (2013), Healy (2001), Scott (1992) e Foulcault (1981) ressalvam-se, nos anos 90 as teorias pós-estruturalistas, trouxeram três contributos importantes para o Serviço Social Crítico Contemporâneo, a) o risco da incerteza e a ambiguidade para orientar a prática, devido aos limites da diferença teórica; b) a prática crítica passa a estar enquadrada nos contextos históricos em que estão as práticas do Serviço Social; c) oportunidade para transcender pressupostos racionalistas modernos na prática profissional (Rocha, et al., 2013).

Como referido anteriormente, na passagem para a modernidade reflexiva, e, portanto, com as transformações sociais que nela ocorreram, o Serviço Social viu urgir a necessidade de uma prática crítica e reflexiva, questionando os modelos adotados perante a mudança da realidade. Ocorre o reconhecimento da importância da diversidade e dos contextos específicos de ação profissional para a mudança, reiterando o que já havia sido o *focus* do Serviço Social para Hill no século XIX centrados em aspetos de corpo espiritual e emocional do saber. Deste modo, novas abordagens de cariz pós-estruturalistas emergem no seio da teoria crítica do Serviço Social.

O que para Howe (2009) se irmana com verdades relativas, explicações locais e perspetivas múltiplas. O mundo pós-moderno acarreta consigo uma interpretação mais fluída da realidade, aberta a interpretações, tolerante à diversidade e sem verdade absoluta. Em concordância com Foucault, a perspetiva pós-moderna remete para uma rutura do estruturalismo e uma constância de questionamento crítico face às noções dominantes que vinham a perder o seu sentido no discurso da prática.

Reiterando Kunstreich (1994), os indivíduos são os produtores do conjunto das suas histórias de vida. Não são objetos coisificados, mas sim agentes que agem e intervêm

ativamente. É através das sociabilidades cujos seres sociais constituem que a prática cooperativa se desenvolve. São, no entanto, as condições multidiversificadas da produção das relações que são condicionadas pelo sistema desigual de acesso aos meios de produção das relações sociais. Ora, para o autor, a compreensão do Serviço Social deve passar pelo confronto do conflito institucionalizado, ou seja, entre as estruturas hegemónicas do sistema social que está em constante processo de reprodução, e, a reivindicação do direito dos clientes do Serviço Social à obtenção de justiça e oportunidades igualitárias na fruição do status de cidadania na sociedade. A distribuição desajustada das diferentes formas de capital, é marca inerente de qualquer sociabilidade no capitalismo. A própria construção teórica no Serviço Social é parte de uma práxis que desafia a área a realizar ações cientificamente fundamentadas, e, enquanto agir concreto (Kunstreich, 1994).

Numa perspetiva teórica crítica, o autor extrapola o modelo clínico-normativo e reflete sobre uma outra referência para o exercício da profissão que passa, i) pela análise contexto real de vida da pessoa, ii) o diálogo enquanto forma de construir objetivos comuns, iii) a assistência como parte da construção de trilhos emancipatórios, e, iv) o foco na ação protagonista.

A principal diferenciação deste modo de intervir com o modo de intervir do diagnóstico reside, na perspetiva de Kunstreich, na possibilidade de refletir sobre a prática normativa, renunciando à interpretação do profissional (presente na elaboração do diagnóstico) e substituída pela reflexão do cliente. Tal referência permite a igualdade entre beneficiário e assistente social no estabelecimento de um plano para superar o problema social e em que o utilizador tem lugar para participar ativamente nas sociabilidades a contruir. Esta perspetiva parece ir de encontro a um exercício profissional num sistema aberto, em consonância com as organizações aprendentes. Os sujeitos são sempre interpretados, numa teoria crítica do Serviço Social, como seres pensantes e ativos capazes de participar em redes múltiplas de associação que procuram a justiça social, arenas e conteúdo de uma pedagogia social (May, 2008).

O objeto de um Serviço Social Crítico é, para os autores desta corrente, entendido como a perspetiva de uma justiça igualitária (Kunstreich, 2005)¹⁰⁹ em que os seres humanos veem afirmada a qualidade de pessoa sem existir “cobrança de ingresso” para a subjetividade humana, resistindo e contrabalançando os processos sociais que fazem os

¹⁰⁹ in Wehrle, T. B., 2011: 689.

sujeitos serem governados pelas estruturas normativas. O espaço para um maior ecletismo na leitura da realidade assenta com o que se espera do Serviço Social para responder aos problemas sociais, individuais e coletivos inscritos na multidimensionalidade do ambiente da Pessoa.

A perspetiva de Foucault (1991) em adotar uma visão indutiva de investigação numa perspetiva crítica pós-estruturalista, ou seja, iniciar o processo científico a partir dos contextos específicos da prática social, parece responder ao reconhecimento que o Serviço Social faz da “intuição” e da arte na prática profissional (Fook, 2002), a partir de uma abordagem experimental que se acerta cada vez mais com uma perspetiva epistemológica do realismo crítico.

5.5.2. TEORIA DO SERVIÇO SOCIAL ESTRUTURAL

Como Mullaly (2012) apresenta, o Serviço Social necessita de uma visão alternativa da sociedade, que esteja em maior concordância com o bem-estar social, emocional, cultural, físico e espiritual de todas as pessoas (e não apenas de uma minoria). Efetivamente, o Serviço Social está hoje apto a assumir que o seu campo de ação se amplifica à medida que a própria sociedade vai sofrendo transformações.

Nas últimas duas décadas ocorreram grandes acontecimentos, tais como, a transformação do capitalismo da sua forma rígida e centralizada do pós-guerra, para uma forma mais flexível (pelo menos para os capitalistas) e global. Fomos todos testemunhas do declínio do poder dos estados-nação para intervir nas suas próprias economias, ou ainda do surgimento e crescimento do terrorismo. As desigualdades que não cessam de crescer entre ricos e pobres e a supressão de classes médias. Assiste-se à queda de muitos regimes socialistas, ao dismantelamento dos movimentos sindicalistas nacionais, ao colapso virtual das políticas de esquerda nas nações desenvolvidas, e, à contínua opressão na base das distinções de classe, género, cultura, sexualidade, idade, raça. Como resultado deste conjunto de transformações emergiram os pensamentos pós-moderno e pós-estruturalista, que desafiaram muitas das teorias, dos ideais universalistas e dos discursos que sustentavam os paradigmas tradicionais.

A análise ideológica é hoje mais do que uma ferramenta para compreender os fenómenos sociais ou para rejeitar o valor analítico dos paradigmas da social democracia, e do marxismo, um contributo para ajudar a corrigir, informar e revitalizar os paradigmas

e as ideologias políticas, que por sua vez, nos auxiliarão na compreensão da teoria social, das formações dos Estados Providência, e na prática do Serviço Social.

Retomando Mullaly, e, seguindo também o seu argumento de que a teoria é imperativa para a execução de qualquer tipo de prática de Serviço Social, são apresentados vários elementos que, considerados de forma agregada, constituem a base teórica e o projeto para o novo Serviço Social Estrutural: (i) a sua ideologia socialista; (ii) a herança do Serviço Social radical; (iii) a sua base de teoria social crítica; a sua perspectiva de mudança social; (iv) a sua inclusão em todas as formas de opressão; (v) e o seu projeto conceptual que incorpora e integra estes componentes numa prática de Serviço Social transformativa e emancipatória.

O autor perceciona a teoria como fundamental para o correto exercício das funções nesta área. Referindo-se a uma revisão da literatura realizada sobre o que os utentes pretendem dos/as assistentes sociais (Howe, 1987) e a uma revisão da literatura profissional sobre como se fazem assistentes sociais eficientes (Fisher, 1978), Mullaly considera que as mesmas convergem em dois aspetos fundamentais: a) os/as assistentes sociais devem criar condições para uma relação de confiança, de cuidado e de aceitação; b) os/as assistentes sociais devem fazer uso de teorias e métodos bem articulados que dirigem e organizam a prática de uma forma que é sistematizada e reconhecida tanto pelo trabalhador, quanto pelo utilizador dos serviços. Independentemente da teoria em uso, esta tem quatro funções básicas, descrição, explicação, predição, controlo e gestão dos acontecimentos, ou das mudanças. Neste sentido, localiza-se o Serviço Social como uma profissão científica e de cariz pragmático que persegue estas quatro funções, ou seja, descreve os fenómenos, tenta explicar o que os causa, prevê acontecimentos futuros, nomeadamente o que acontecerá se certas intervenções ocorrerem, e, tenta controlar e gerir acontecimentos ou mudanças em todos os níveis da atividade humana e social.

Ao abordarmos a ideologia socialista é importante tomar de empréstimo a questão que o autor coloca: Quais dos paradigmas sociais será o mais congruente com os valores fundamentais do humanitarismo e do igualitarismo; com os valores instrumentais do respeito, autodeterminação, e aceitação; numa crença social no indivíduo como um ser social; com uma crença económica onde as decisões sociais dominam as decisões económicas; com uma crença política na democracia participatória; e com um Estado Providência que enfatiza a igualdade, a solidariedade e a comunidade? (Mullaly, 2007)

A este propósito também Ferreira (2014) nos alerta para os quatro valores que devem orientar a intervenção de um assistente social, são eles, os valores Humanistas

(onde o Homem está no centro, assim como, o respeito de si mesmo); os valores Democráticos (responsável pelo desenvolvimento da personalidade e da participação social e cívica); os valores Políticos e os valores Económicos. Para este autor, estes valores que subjazem à prática,

(...) requerem dos planos de formação em Serviço Social o aprofundamento do conhecimento da Ética como referencial teórico e deontológico que não se restringe aos códigos de ética ou a princípios deontológicos, mas que apela à compreensão conceptual e à sua operacionalização na intervenção profissional no quadro da complexidade social que envolve as políticas, as pessoas, o contexto social, cultural e comunitário. (Ferreira, 2014: 334)

Como é possível verificar pelo Quadro 5.1, a ideologia do Serviço Social tem muito mais em comum com os paradigmas da ideologia socialista do que com os paradigmas de pendor capitalista. Aliás, retomando a perspetiva de Mullaly (2007), se os/as assistentes sociais acreditam verdadeiramente nos valores que defendem, não podem subscrever ou manter uma ordem social que contradiz e viola muitos desses princípios (como é o caso de qualquer sociedade cujo princípio de funcionamento seja absolutamente capitalista). Para além disso, devem ainda ser ativos, tentando mudar a ordem social presente para uma que seja mais compatível com a sua própria visão do mundo. Para conseguir operar esta transformação, esses/as mesmos/as assistentes sociais devem ir para além da análise crítica do nosso sistema social capitalista e desenvolver uma teoria transformacional, ou o que é designado aqui de teoria do Serviço Social Estrutural.

É ainda importante referir que o Serviço Social Estrutural se encontra alinhado com o socialismo, no entanto refere-se a um socialismo revitalizado e não ao velho socialismo do século XX, que refletiu um projeto de emancipação radicado na dominação. O Serviço Social Estrutural deve alinhar com uma forma de socialismo que é enformada e reconstituída pelas críticas feministas, antirracistas, pós-modernas e quaisquer outras anti-opressivas.

Quadro 5.1. Perspetiva dos 4 paradigmas sociais

	Paradigmas capitalistas		Ambos querem o mesmo tipo de sociedade mas têm diferentes formas de lhe aceder e ambos correspondem a uma ideologia (paradigma) socialista	
	Neo-Conservadorismo	Liberalismo	Social Democracia	Marxismo
Crenças sociais	Liberdade ; Individualismo ; Desigualdade	Liberdade, individualismo, desigualdade (todos estes modificadas pelo humanitarismo e pelo pragmatismo)	Valores primários: liberdade; coletivismo; igualdade; Valores derivativos: humanitarismo; participação democrática	Liberdade; coletivismo; igualdade
Crenças económicas	Laissez-faire Capitalismo competitivo Propriedade privada	Forma híbrida entre a economia e o Estado Providência capitalista	Intervenção governamental Controlo público da economia Distribuição equitativa dos rendimentos e oportunidades	Propriedade pública da economia Democracia industrial Distribuição de acordo com as necessidades Economia planeada
Crenças políticas	a elite é que regula dominância do sistema económico lei, ordem, e estabilidade paternalismo	Democracia representativa, pluralismo	Democracia participatória Capitalismo pode ser transformado pela social democracia O estado desempenha um papel positivo na sociedade	Democracia participatória O planeamento governamental reforça a economia Transformação do capitalismo pelo conflito de classes
Perspetiva dos problemas sociais	Causados pela fraqueza individual, desvio ou hereditariedade	Causados pela desorganização social, que é inerente ao sistema capitalista	Causados por vários conflitos sociais inerentes a uma sociedade capitalista	Causados por relações sociais (proprietários vs patrões) inerente ao capitalismo
Perspetiva do Estado Providência	Hostil a um Estado Providência bem desenvolvido O objetivo é aliviar a destituição Modelo de Estado Providência ideal = sistema residual	Usado para modificar os efeitos negativos do capitalismo O objetivo é proporcionar um mínimo social Modelo de Estado Providência ideal = sistema institucional	Capitalismo do Estado Providência pode ser usado como um degrau em direção ao socialismo O sistema de Estado Providência ideal = modelo estrutural (o objetivo é promover o igualitarismo)	O capitalismo do Estado Providência sustenta o capitalismo mas também representa um esforço da classe trabalhadora O sistema de Estado Providência ideal = modelo estrutural
Natureza da prática do Serviço Social	Obrigar as pessoas a tomarem conta de si próprias Utilização das Poor Laws Enfatiza as investigações para a prevenção de abusos	Reforma pessoal Reforma social limitada Advocacia	Proporcionar cuidado humanitário prático às consequências do capitalismo Reestruturar a sociedade e direção às linhas socialistas	Revolucionário: não há papel de mudança social possível numa sociedade capitalista Evolucionista: essencialmente o mesmo que a social democracia

Fonte: Elaboração própria baseada em Mullaly (2007)

O Serviço Social Estrutural faz parte de um movimento de Serviço Social radical mais amplo, e, por isso, adere a certos temas comuns a todas as escolas de Serviço Social radical.

Para Mullaly (2007), a teoria do Serviço Social Estrutural é o termo adotado por um número de razões: em primeiro lugar o termo “estrutural” é descritivo dos problemas que confrontam o Serviço Social, naquilo que é inerente e que faz parte da nossa ordem social presente. As instituições sociais funcionam de uma determinada maneira, que discriminam as pessoas em relação à classe, género, etnia, orientação sexual, deficiência, etc. Além disso, o termo estrutural é prescritivo da prática do Serviço Social e indica que o foco para a mudança está predominantemente nas estruturas da sociedade e não apenas no indivíduo. Esta teoria (teoria social estrutural) parece ser mais flexível e inclusiva, e, em muitos casos, mais realista, do que a maioria das outras teorias radicais (por exemplo, não se preocupa apenas com um grupo de pessoas oprimidas, tal como os pobres, mas com todos os grupos que são vítimas da ordem social presente). Não restringe a prática do Serviço Social apenas a um lado, interno ou externo, do Estado Providência existente.

O Serviço Social radical assume-se em torno de algumas dimensões de acordo com a rejeição do capitalismo em favor do socialismo; com o Estado Providência como norma social, é antitética ao capitalismo; com a forma como o Serviço Social convencional perpetua os problemas sociais; com falsa dicotomia “indivíduo vs sociedade”, na medida em que os problemas privados não podem ser entendidos ou tratados à parte das suas causas sociais ou políticas; e todos os “ismos” são entendidos como forças opressivas estruturais.

A teoria do Serviço Social Estrutural faz parte de uma escola de teoria social conhecida como teoria crítica. A teoria crítica proporciona críticas e alternativas à teoria social tradicional, à filosofia e à ciência do mainstream. É motivada por um interesse de emancipação daqueles que são oprimidos, é informada por uma crítica de dominação, e é conduzida por uma crítica de libertação. Por seu turno, a teoria crítica preocupa-se com a passagem de uma sociedade caracterizada pela exploração, desigualdade e opressão para uma sociedade emancipatória e livre de qualquer forma de dominação, tendo por essa via uma relação muito aproximada a uma função política na sociedade. Se a teoria do Serviço Social Estrutural se situa no cerne da teoria crítica, tal facto prende-se com a sua dimensão crítica face à existência de instituições e práticas sociais, económicas e políticas, e pretende mudá-las, ao mesmo tempo que, articula uma visão social alternativa (ou pelo menos um esboço) consistente com os valores de um Serviço Social progressivo,

no qual a vida é livre da dominação, sendo a sua maior tarefa envolver pessoas na sua análise social e na sua prática política.

Para o autor um dos aspetos mais proeminentes no Serviço Social Estrutural diz respeito à sua análise e abordagem dialética que se deve levar a cabo face à prática, sendo este um dos componentes fundamentais da teoria do Serviço Social Estrutural, na medida em que sensibiliza os profissionais para a construção de dualismos decorrentes das forças contrárias existentes entre o capitalismo, o Estado Providência e o Serviço Social. Em termos genéricos, pode afirmar-se a dialética como o processo através do qual o indivíduo é tanto criador do mundo social como produto desse mesmo mundo social. Esta conceção parte do entendimento de que no universo tudo está relacionado, e nessa medida, nada é isolado, sendo que todas as coisas dependem umas das outras.

É deveras importante ter presente que a mudança é constante, sendo que nada no universo é final, absoluto ou imutável. Tudo está num processo contínuo de mudança em que as velhas formas são substituídas pelas novas formas de trabalho. Aliás, a mudança ocorre gradualmente e cumulativamente ao longo do tempo, sendo nessa medida quantitativa e qualitativa. Isto é, as mudanças pequenas adicionam e levam a alguma coisa completamente diferente do que existia em primeiro lugar. Ela constitui o resultado da unidade e da luta de opostos. Tendemos a pensar em função de opostos duais – bom vs mau – e a dialética enfatiza a unidade destes opostos binários. As tensões e contradições entre estas tendências opostas tornam-se frequentemente a base para a mudança social.

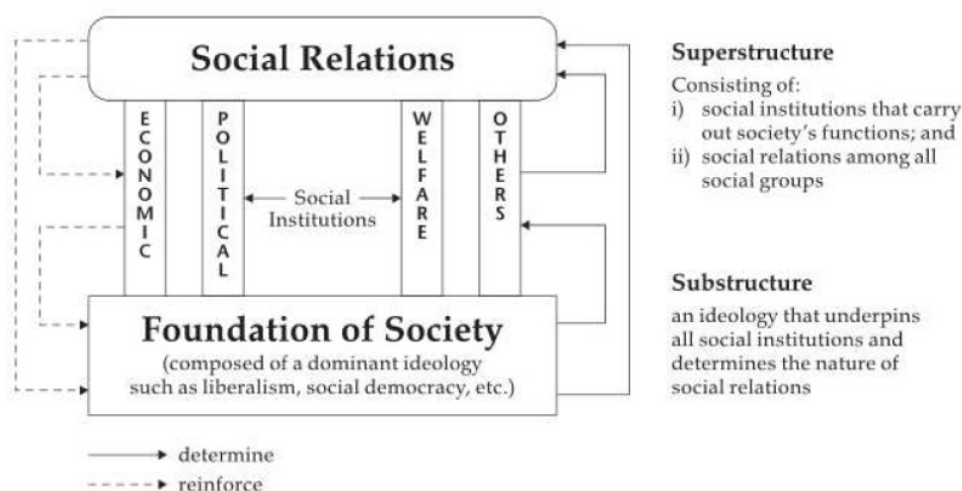
A este respeito tomemos como exemplo o Estado Providência que tem, tanto uma função de cuidado como uma função de controlo, contem características tanto de libertação quanto de opressão, e representa tanto o fruto das lutas das pessoas oprimidas sendo, ao mesmo tempo, um mecanismo usado pelo grupo dominante para “arrefecer e acalmar” os destituídos de poder. Sem uma compreensão dialética do processo social são construídas falsas dicotomias, ou dualismos, e incorporadas na teoria e prática do Serviço Social. O Estado Providência e o Serviço Social podem ser vistos por um grupo apenas como a parte do aparelho de estado que controla e oprime as pessoas (exemplo, marxistas ortodoxos), enquanto outro grupo pode encará-los como instrumentos de libertação humana que representam apenas preocupações humanitárias (exemplo, os/as assistentes sociais convencionais). A perspetiva dialética reconhece que o Estado Providência e o Serviço Social têm estas forças contraditórias. Dada esta perspetiva dialética, a estratégia do Serviço Social Estrutural é maximizar o potencial emancipatório do Estado Providência e do Serviço Social e neutralizar ou minimizar os seus elementos repressivos.

Baseado numa ideologia socialista reconstituída, localizada no meio do campo do Serviço Social radical, assente na teoria crítica, e operando a partir de uma perspectiva de mudança social da sociedade, o Serviço Social Estrutural encara os problemas sociais como partindo de um contexto social específico – capitalismo neoconservador/liberal – mais do que a partir das falhas individuais. A essência da ideologia socialista, do Serviço Social radical, da teoria crítica, e da perspectiva da mudança é que a desigualdade: i) é uma parte natural, inerente (isto é, estrutural) ao capitalismo; ii) acompanha as linhas de classe, género, raça, orientação sexual, idade, capacidade e região geográfica; iii) exclui grupos de oportunidade, da participação significativa na sociedade, e de uma qualidade de vida satisfatória; iv) e auto perpetua-se.

Nesta perspetiva, os/as assistentes sociais estruturais procuram a mudança do sistema social e não os indivíduos que recebem, através de algo que não é sua culpa, os resultados dos arranjos sociais defeituosos. Neste sentido, o objetivo do assistente social é duplo, ou seja, ao mesmo tempo que pretende aliviar os efeitos negativos de uma ordem social exploradora e alienante nas pessoas, também pretende transformar as condições e as estruturas sociais que causam estes efeitos negativos.

Considerando a imagem estrutural da sociedade, presente na figura 5.9, a subestrutura (ou fundação) da sociedade consiste na ideologia dominante, que é transmitida a todos os membros da sociedade através do processo de socialização e determina a natureza das instituições da sociedade e das relações entre as pessoas que dela fazem parte. A ideologia dominante ou sistema de crenças constitui as estruturas invisíveis ou escondidas que são parte do conceito mais amplo das estruturas sociais. As instituições sociais (pilares ou colunas) de uma sociedade permanecem na fundação ou ideologia de uma sociedade particular, e as relações sociais (isto é, a superestrutura) da sociedade, permanecem e são suportadas pelas instituições sociais. Na medida em que cada um destes três níveis da estrutura social constitui uma parte integral da estrutura total, todos devem mudar no exercício da transformação social. Por exemplo, se a fundação da sociedade tiver um cunho liberal, as instituições sociais dessa sociedade e as relações sociais permanecerão, refletirão e suportarão crenças, valores e ideias liberais. Por seu turno, as relações sociais refletirão também as crenças valores e ideias liberais de modo que essas relações serão caracterizadas pela desigualdade, individualismo, capitalismo e assim sucessivamente. Atente-se à Figura 5.9, tomada de empréstimo ao autor, que descreve esta relação.

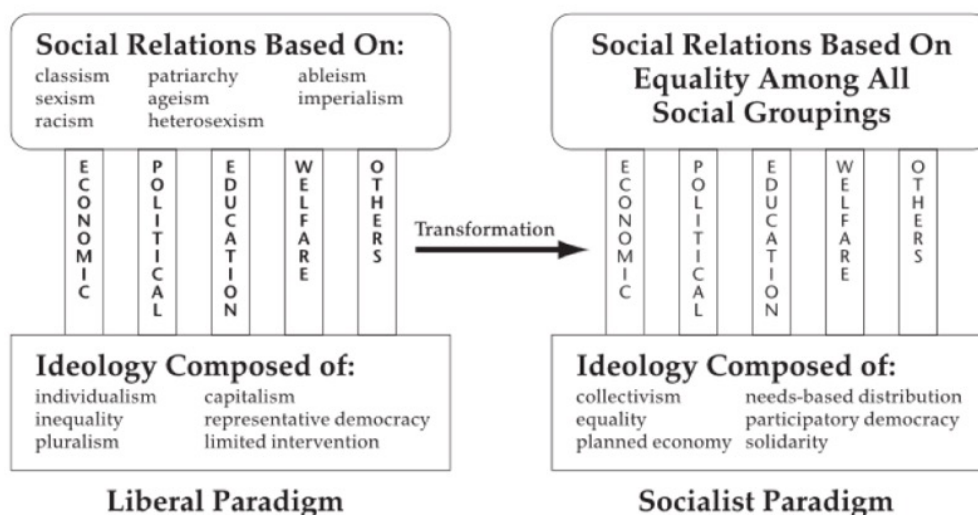
Figura 5.9. Structural Perspective of Society



Fonte. Mullaly, 2007: 246

O objetivo último do Serviço Social Estrutural é contribuir para a transformação da sociedade atual para uma que seja mais congruente com os nossos princípios do socialismo reconstituído, como é, também, possível verificar pela Figura 5.10.

Figura 5.10. Objetivo Transformacional do Serviço Social



Fonte: Mullaly, 2007: 247

Tendo em conta a teoria do Serviço Social Estrutural de Bob Mullaly (2007), o novo Serviço Social Estrutural deve compreender que os problemas sociais são constituídos em estruturas (instituições sociais, processos sociais, práticas sociais, e relações sociais)

da sociedade. Deve, pois, rejeitar o foco no indivíduo como a causa do problema social, que culpa a vítima, e, pelo contrário perceber que para que se resolvam os problemas sociais, as estruturas sociais devem mudar.

As desigualdades sociais são prioritariamente estruturais na natureza e não o resultado de diferenças inatas. As instituições estatais, tais como a justiça e o sistema educativo, funcionam como instrumentos de opressão e benefício de grupos privilegiados. A dicotomia tradicional entre os indivíduos e a sociedade precisa ser desafiada; os problemas individuais não podem ser compreendidos separados do contexto social. As estruturas sociais, a ideologia e a consciência pessoal são interrelacionados – cada elemento ou componente da sociedade tem impacto nos outros.

O conhecimento não é objetivo, e o conhecimento do grupo dominante forma as ideias reguladoras da sociedade e reflete os interesses do grupo dominante, frequentemente a expensas dos grupos subordinados. A perspectiva da mudança social deve ser adotada como resposta aos problemas sociais e à opressão, e enquanto tal não acontecer, o Serviço Social convencional perpetuará os problemas sociais focando-se na mudança pessoal e/ou numa reforma social liberal mais do que numa mudança social fundamental. Não existe uma fonte de opressão única. Todas as fontes de opressão devem ser rejeitadas, e não se deve desenvolver uma hierarquia da opressão.

O Estado Providência numa sociedade capitalista escora o capitalismo e opera de forma a reproduzir todas as relações sociais opressivas, quando o capitalismo devia ser rejeitado em favor de algum tipo de socialismo democrático reconstituído. Enfatizar quer a agência individual ou as forças estruturais como o foco da mudança social é demasiadamente reducionista. Para compreender os problemas sociais e desenvolver abordagens estruturais, ambos são necessários. Os aspetos positivos e libertadores das teorias crítica moderna e pós-moderna são ambos de vital importância sendo que se deveria adotar uma abordagem antiopressiva ao Serviço Social.

Bob Mullaly é imprescindível para se entender qual Serviço Social é desejado que se opere nas sociedades contemporâneas, demonstrando como fazê-lo e porque fazê-lo. Não é apenas na prática, enquanto ação que conhecemos hoje, e, que se desenvolve no terreno, que o autor se focaliza, mas sobretudo na sombra que deve acompanhar a profissão de um assistente social, que é a da investigação permanente, a da onnipresença da teoria científica do Serviço Social. O que, como Ferreira reitera, “possibilita a intervenção em diferentes áreas e desenvolve diferentes abordagens teóricas e metodológicas numa relação interativa entre conhecimentos teóricos, conhecimentos

metodológicos e instrumentais e conhecimentos empíricos” (Ferreira, 2014: 339). Tal perspectiva permite, sobretudo, que se conheça e compreenda o público sobre o qual hoje se deve estar preparado para atuar, fazendo com o público de ontem a predição do público de amanhã.

5.5.3. TEORIA CONSTRUTIVISTA E SERVIÇO SOCIAL

A teoria construtivista surge no âmbito da psicologia e da sociologia e tem como precursores os trabalhos de Jean Piaget e de Lev Vygotsky. De uma forma muito breve, referem-se ao processo através do qual as estruturas cognitivas que enformam o conhecimento humano evoluem através da interação entre o sujeito e o ambiente que o rodeia. Nesse sentido, têm como foco a criação da realidade e como os indivíduos perspetivam o mundo.

Ligada à influência ideológica da fenomenologia e da filosofia sobre o que é real e o que é socialmente construído, tem uma especial importância no trabalho desenvolvido mais tarde por Peter Berger e Thomas Luckman (1966) que estudaram a criação da realidade e a influência dos significados individuais baseados na experiência de vida, expectativas sociais e culturais, e, nas regras e normas. Como Teater (2015) escora, o construtivismo social defende que a realidade é construída através do uso da linguagem em interações com os outros e primeiramente influenciada pela história, sociedade e cultura. O construtivismo social combina o próprio construtivismo social e o construtivismo colocando ênfase na construção da realidade em fatores, quer sociais, quer biológicos.

As teorias construtivistas têm apoiado diversas teorias usadas na prática do Serviço Social. São consideradas uma mais valia para a *praxis* por providenciarem uma base teórica que permite compreender como as realidades e as perspetivas do mundo são individualmente específicas e criadas através de uma combinação de interações com a sociedade, as estruturas sociais da história, a cultura, as regras e normas, e os significados que as pessoas atribuem às suas interações. Além disso, o uso das teorias construtivistas nas avaliações requer o envolvimento do assistente social na tomada de uma posição curiosa com o cliente, utilizando a linguagem para perceber a realidade e o modo de ver o mundo por parte do cliente, e a aprender que dois clientes não têm necessariamente a mesma perspetiva real do mundo ainda que vivam experiências similares. Já no que se

refere à intervenção, o assistente social emprega intervenções que devem explorar as experiências e os significados do cliente e desenvolve uma tentativa de reformular pensamentos ou perspectivas que contribuem para o problema presente e que podem ser mais aceitáveis. As intervenções incluem de igual modo que o assistente social desafie os princípios sociais ou as construções sociais que impedem o cliente de crescer e de se desenvolver.

A abordagem do Serviço Social Construtivista foi outorgada por Parton e O'Byrne (2000) e que a posicionam num meio de desenvolvimentos teóricos, políticos e culturais. Como reiterado previamente, e de acordo com Howe (1994), Parton (1994), Healy (2001) entre outros autores, desde os anos 90 que as perspectivas construtivistas sociais e pós-modernas têm vindo a ser pensadas, analisada e a contribuir para a prática do Serviço Social. Desta forma têm vindo a crescer vários ramos provenientes da esquematização de relações do Serviço Social Construtivista, tal como se pode verificar na figura 5.11.

Figura 5.11. Relações da Teoria do Serviço Social Construtivista



Fonte: Elaboração própria

Para Parton e O'Byrne (2000) por Serviço Social Construtivista entende-se, por um lado, uma abordagem construtivista e narrativa para analisar e compreender o Serviço Social e mais particularmente para desenvolver as arestas teóricas para a prática. Por outro lado,

o termo construtivista reflete o desejo de tentar e aprovisionar uma perspectiva que é explicitamente positiva e que tenta construir no que vemos como sendo um traço distintivo do Serviço Social e quais são as suas maiores forças.

Após vários estudos (eg. Howe, 1993; Seligman, 1995) sobre a identificação das práticas e dos serviços mais utilitários e auxiliares em Serviço Social junto de clientes que tivessem tido uma experiência de intervenção social, as conclusões a que os investigadores/as sobre as causas de sucesso nas intervenções chegaram, respeitavam não necessariamente às técnicas e metodologias utilizadas em Serviço Social mas sobretudo o processo de “aceitação, compreensão e de diálogo” pelo qual algumas intervenções passaram. A conversação e a linguagem são tidas como chaves elementares para dar sentido e ter controlo.

Howe demonstra que mais que os processos e as técnicas específicas, a oportunidade de compromisso numa conversação ativa com alguém arrecada significado, compreensão e mudança. Dar sentido à experiência e outorgar a oportunidade de um melhor controlo sobre a própria vida ajustando mudanças necessárias deveria estar na essência da *praxis* do Serviço Social. Biestek (1961) relembra a este propósito que os princípios tradicionais do Serviço Social incluem uma escuta ativa individualizada, bem como, disponibilidade, ausência de julgamento e de diretivas e trabalho na base da confiança e da confidencialidade. Timms (1968) argumenta ainda, numa abordagem próxima à abordagem centrada no cliente e numa época em que se acreditava numa cura através do diálogo, que é vital para o Serviço Social reconhecer um lugar central da linguagem na sua prática.

Neste sentido, e alinhada com Paulo Freire (1970), a autora argumentava que a linguagem tinha um papel crítico na constituição da nossa vida social e na criação e manutenção das relações humanas (Parton e O’Byrne, 2000).

Em concordância com Parton, o Serviço Social precisa que a linguagem, a escuta e a conversação ressurgam novamente numa abordagem teórica informada e útil para que seja reconhecida para o que é e porque é central para o Serviço Social. Esta premissa transpõe-nos para o lugar da utilidade da teoria construtivista do Serviço Social. O significado e a compreensão são matérias de negociação entre os participantes que conversam. Para compreender um indivíduo, é necessário saber escutar a sua história, bem como, as palavras utilizadas para construir essa história. Quando entendemos a pessoa como um agente, esse agente define as obrigações e determina a distribuição de responsabilidades e autoridades para diferentes categorias de pessoas. Neste sentido, o

discurso é entendido com um sistema de possibilidades para o conhecimento e como uma agência que torna certas ações possíveis. É quando o indivíduo perde esse controle ou comete falhas na atribuição de significados e de sentidos das agências que esses fatores se tornam um foco de intervenção.

Tal como Parton e O'Byrne (2000) afirmam, enquanto que a modernidade assume que o conhecimento do mundo real produz poder, a pós-modernidade reconhece que a formação de discursos particulares cria centros contingentes de poder que definem áreas de conhecimento e proposições verdadeiras. Os indivíduos que têm poder podem influenciar através da linguagem e dos seus significados o modo como a vida é experienciada, interpretada e transformada. É por existirem diferentes contextos, culturas e discursos que existem também diferentes significados, conhecimentos e verdades disponíveis, bem como, variadas experiências e interpretações do *self* e da identidade. É, neste sentido, que as noções de pluralidade e singularidade são fulcrais. Parton e O'Byrne defendem que o Serviço Social deve encontrar novas formas de uso das palavras para o empoderamento das vidas das pessoas e para a garantia e o suporte de dar novas perspectivas do futuro. A linguagem surge então como uma das ferramentas principais na intervenção que perspectiva bons resultados, isto é, auxiliar as pessoas a formarem uma imagem da vida que desejariam, e desenvolver o senso de auto agenciamento e responsabilidade para que os potenciais dos recursos internos sejam mobilizados. A desconstrução de um problema é realizada através da reflexão com os usuários dos serviços por via de narrativas.

Em 1994, O'Hanlon e Beadle reconheciam o lugar de noção da possibilidade que pressupõe que a mudança é possível. Esta visão, é recomendada para mobilizar e trabalhar a capacitação nas pessoas de forma a que estas redefinam e assumam quem são e como querem agir. É através de uma abordagem narrativa (White & Epston, 1990) que a identidade se vai separar do problema e desenvolver o sentido de incongruência entre os dois, abrindo novas possibilidades para tomar novas responsabilidades.

Quando se pratica um Serviço Social Construtivista, a abordagem deve providenciar o uso do questionamento por parte do assistente social ao cliente, questões que elucidem objetivos sobre o que o utente pretende pelas suas próprias palavras, envolvendo o compromisso de fazer alguma coisa num futuro imediato que possa lançar um novo começo. As histórias de vida devem incidir nos recursos culturais das comunidades, ou seja, na linguagem e interpretação de problemas e as origens das suas frentes opressivas e de exclusão.

White, Parton e O'Byrne (2000) afirmam que a linguagem opressiva, a dominação, subjugação, e recrutamento são usados na tentativa de estabelecer o entendimento do quanto e como o problema está a dominar o indivíduo.

O'Hanlon valoriza de igual forma o questionamento das relações da pessoa com o problema, abordando não apenas as ações, mas também as perspectivas. Tal facto remete o assistente social para um trabalho em que é necessário perceber o mundo subjetivo da pessoa e corrigir a perceção cognitiva, frequentemente enviesada pelo processo de ventilação ao qual a pessoa inconscientemente se submete, à medida que o indivíduo percebe melhor o problema. Esta abordagem tem como objetivo acabar com os estereótipos institucionalizados pelas organizações e desenvolver a capacidade de resiliência e de resistência face aos problemas.

O construtivismo social no Serviço Social permite, não apenas, abrir alas à criatividade, à crítica e ao desafio de possibilidades, mas permite sobretudo, compreender e analisar o Serviço Social contemporâneo e providencia contribuições positivas à prática *per si* (Parton e O'Byrne, 2000; Cooper, 2008). Nestes termos, segundo os autores, as boas práticas passam por boas conversações, por via da empatia, das metáforas, da noção e exploração das diferenças e das mudanças. Imaginando possibilidades, coautorando novas histórias, desenvolvendo conforto com incerteza, questionando a exercitação de escolhas e responsabilidades, e, experienciando a vida diferentemente. O Serviço Social Construtivista é caracterizado pela humildade, abertura, respeito e curiosidade sobre as compreensões, capacidades e possibilidades.

5.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO V

Este capítulo procurou conceptualizar o nosso entendimento de ciência quando nos referimos ao Serviço Social como área disciplinar. Como hipótese final, a área científica do Serviço Social parece, tendencialmente, servir à compreensão e solução dos problemas dos oprimidos, sendo uma ciência crítica que incomoda a ordem estabelecida. Para tal, foi-se desenvolvendo ao longo dos tempos, um pouco paralelamente ao desenvolvimento generalizado das ciências sociais, ou pelo menos, das teorias existentes em cada uma das ciências sociais. Desbravando, inicialmente, o caminho pelos princípios centrais a qualquer área científica, nomeadamente a epistemologia, a ontologia e a metodologia, afunilamos a discussão sobre os debates que se têm vindo a verificar na literatura sobre a

raiz do conhecimento do Serviço Social, demonstrando que ainda que exista frequentemente a necessidade de confluir os extremos dos problemas epistemológicos positivistas e interpretativistas, para se dar conta do indivíduo enquanto ser plural que está inserido e em interação com o seu meio ambiente, uma terceira via explicativa é possível através da perspectiva teórica do realismo crítico. Como defendemos previamente, o realismo crítico como via epistemológica possível para o Serviço Social, outorgando um lugar à transdisciplinariedade, cria caminho para a aceitação de uma pluralidade de categorizações das teorias do serviço social.

CAPÍTULO VI

CONHECIMENTO CIENTÍFICO NA DOCÊNCIA

Neste capítulo, apresentamos os resultados da análise empírica realizada à produção de conhecimento de investigadores e docentes em Serviço Social, nas três instituições dos três países em análise.

Seguindo uma tendência predominante no mundo do trabalho, relacionada com as sociedades neo-liberais e capitalistas, sob o pronúncio da flexibilidade, o trabalho docente, além de precarizado, também foi flexibilizado e intensificado, mediante o aprofundamento de uma nova sociabilidade produtiva que alcança o limite extremo da autoexploração.

Ser docente no ensino superior no século XXI extrapola as funções preconizadas apenas ao ensino dentro e fora da sala de aula. Efetivamente, o docente deve, além da permanente atualização do seu saber, preparar as aulas do ano letivo, lecionar, dedicar tempo a um acompanhamento discente fora da sala de aula e responder a um conjunto de diretrizes burocráticas, inerentes ao funcionamento da instituição à qual pertence. Além destas funções é exigido um conjunto de competências e atividades frequentemente não adaptáveis ao tempo disponível para a docência. Referimo-nos, neste momento, à exigência científica que pressupõe a organização de eventos científicos e pedagógicos, estratégias de financiamento científico, gestão e mediação de relações entre e com os diferentes grupos académicos, estabelecer uma comunicação entre pares, através, por exemplo, da produção de conhecimento, mas também e sobretudo da sua disseminação em formato de artigos em revistas conceituadas, com revisão de pares, *blinded-review* e indexadas. De acordo com Pochmann (2008), Silva & Carvalho (2007) que o produto científico e tecnológico é um mecanismo de relevância para a ampliação da margem de riqueza do capitalismo, a partir da consolidação da base industrial. Neste sentido, as universidades ocupam um lugar, por excelência, neste processo de produção de conhecimento interligado ao mercado e o professor é hoje, mais do que um elemento avaliado pela competência de docência, uma máquina estimada pela quantidade de artigos que geram mais-valia.

Como já explicitado no capítulo metodológico, foi através do acesso à universidade, nomeadamente aquelas melhor posicionadas no ranking de escolas de Serviço Social (de modo a reforçar a fiabilidade do campo empírico), e do seu corpo

docente com formação em Serviço Social que se encontra a trabalhar em programas de lecionação na área, que nos foi possível aceder a uma panóplia de artigos publicados.

Efetivamente, após o capítulo II e III, em que se elaborou uma análise sistemática do desenvolvimento histórico do Serviço Social no ensino superior, especificamente no que à formação doutoral diz respeito, cabe agora analisar o conhecimento científico como produto final que materializa as dimensões científicas objetivas atuais. Para esta concretização selecionaram-se, como amostra três universidades públicas: uma em Portugal, uma em Espanha e uma nos Estados Unidos, com doutoramento em Serviço Social. Acedemos ao *curriculum vitae* dos docentes com formação em Serviço Social para obter as publicações de artigos que viriam a ser a nossa unidade de análise.

Através de uma análise de conteúdo, elaboramos categorias prévias relativamente: a) aos eixos temáticos das pesquisas; b) aos métodos e técnicas utilizados; c) às metodologias; d) aos tipos de pesquisas, financiadas ou não; e) às epistemologias predominantes dos estudos; f) aos lugares de disseminação do conhecimento; e, g) outras áreas científicas integradas na elaboração científica. Não obstante, deixamos a possibilidade de uma codificação *InVivo*, uma vez que se trata de um estudo exploratório.

Optamos pela identificação de eixos temáticos, em detrimento dos objetos de estudo, uma vez que nos foi possível averiguar que a diversidade das pesquisas não nos permitiria agregar os mesmos em categorias. No entanto, não será impossível identificar, numa ótica geral e movimentada, e refletir acerca do objeto de estudo do Serviço Social predominante nas pesquisas analisadas. A conceptualização dos eixos temáticos diz respeito à base sobre a qual repousa o objeto de análise, apresentando o tema ou o conjunto de temas que norteiam o discurso. Neste sentido, o eixo temático corresponde à base que determina a matérias sobre a qual se vai teorizar.

Por método entende-se a conceptualização já mencionada no ponto 5.1 do Capítulo V, como correspondendo às vias de aquisição de dados. O método é, em última instância, o conjunto de regras seguidas para alcançar um conhecimento válido, verificável por instrumentos. Desta forma, espera-se alcançar a abstração, renegando, tanto quanto possível, a subjetividade do/a investigador/a. Por técnicas, entendem-se todos os instrumentos utilizados para a recolha de dados empíricos.

No que respeita à metodologia, esta é definida como sendo uma explicitação minuciosa e rigorosa de todo o trabalho desenvolvido no método de pesquisa, não só tem incorporado o método e as técnicas de pesquisa, como a conceção de conhecimento, o

tratamento de dados, o tempo destinado à pesquisa, a seleção da amostra. Trata-se do caminho mental e do conjunto de ações exercidas na abordagem e análise da realidade. Como referido no ponto 5.1 do Capítulo V, falar em matéria metodológica é falar em instrumentos e técnicas que utilizamos para adquirir o conhecimento.

O conceito de epistemologia (Bachelard, 1934), como aferimos ainda no mesmo ponto do Capítulo V, reconhece o procedimento de como conhecemos o mundo. É através dela que se reconhece a natureza, origem e limites do conhecimento. Aqui, o conhecimento é entendido além das convicções nas quais se acredita, exige que se empreguem argumentos válidos para fazer afirmações.

Entendemos por lugares de promoção do conhecimento, os locais nos quais foram publicados os produtos de pesquisa, neste caso, os artigos. Consideraram-se todas as revistas científicas indexadas e não indexadas, que os/as investigadores/as selecionaram para partilhar os seus resultados/conhecimento científico.

A categoria “outras áreas científicas integradas” na elaboração teórica das pesquisas, diz respeito a todas as áreas de conhecimento às quais os pesquisadores recorreram para a leitura da realidade.

6.1. EIXOS TEMÁTICOS DE PESQUISA

Admitindo a possibilidade de ocorrer subjetividade na leitura dos objetos de estudo das pesquisas, desviando-nos da realidade verdadeira, optamos por analisar os eixos temáticos predominantes das pesquisas. Como já referido na introdução deste capítulo, é-nos possível avançar com uma hipótese analítica sobre o tipo de objeto de estudo para o qual os dados empíricos apontam.

Partindo da análise efetuada aos artigos, evidenciam-se trinta temáticas geradas que se podem interassociar, como poderemos verificar adiante. De referir que estas trinta temáticas foram codificadas através do procedimento *Invivo* no *Atlas.ti*, nomeadamente na análise do título e palavras chaves dos artigos. Atenda-se, em seguida, o quadro 6.1, para a sua correspondente leitura.

Quadro 6.1 – Incidência das temáticas geradas na produção de conhecimento científico do corpo docente das três instituições em análise

Subcategorias temáticas	Instituição B	Instituição E	Instituição F
Saúde - Dependências e adições	0	0	21
Trabalho e (des) Emprego	1	1	6
Ambiente/ecologia	1	0	4
Comportamentos desviantes	1	0	9
Comunidade e desenvolvimento comunitário	1	1	8
Crianças e jovens em risco	5	0	41
Deficiência/ Incapacidade física	2	10	1
Educação (SS nas escolas)	0	5	2
Empreendedorismo	1	0	0
Envelhecimento	9	2	11
Espiritualidade	1	0	7
Etnias	0	0	11
Família	7	1	13
Feminicídio	0	0	1
Feminismo	1	1	2
Imigração	2	1	4
Migração	5	2	6

Subcategorias temáticas	Instituição B	Instituição E	Instituição F
Movimentos sociais e associativismo	6	0	0
Multiculturalidades	2	2	7
Política e políticas sociais	13	6	5
Práticas profissionais de SS	14	10	14
Estabelecimentos prisionais e presidiários	3	6	0
Pobreza económica	3	1	10
Gênero	10	1	16
Racismo	0	1	3
Saúde e Bem-Estar	1	0	26
Saúde mental	7	1	26
Sexualidade	0	0	4
SS e supervisão	1	6	0
SS Formação e Ciência	9	13	4
SS Oncológico	0	0	2
Trabalho sexual	2	0	0
Violência doméstica	0	0	6
Valores	2	8	3
Total¹¹⁰	110	89	273

N= 259

¹¹⁰ Note-se que, na grande maioria, os estudos cruzam dois a três eixos temáticos, realidade explicativa para um maior número de temáticas do que de estudos.

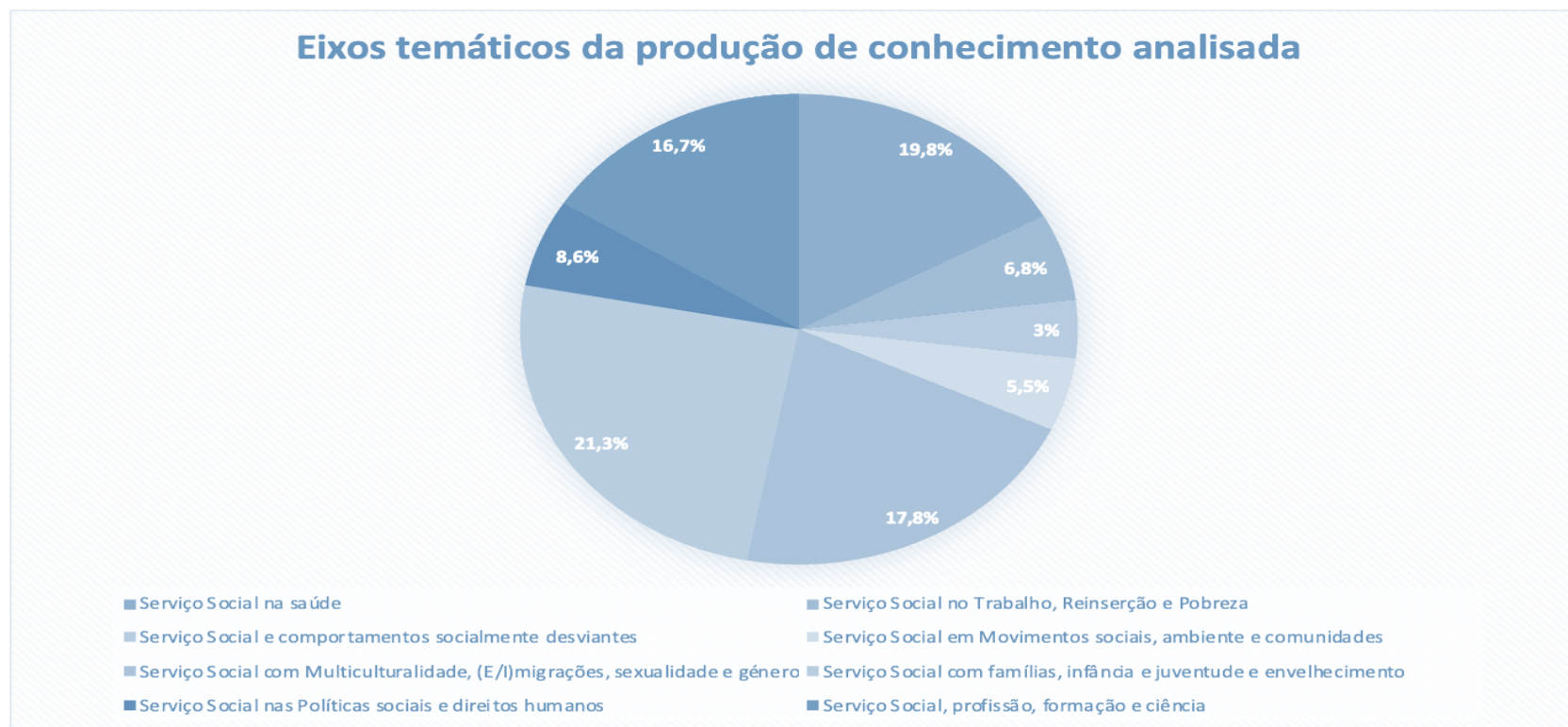
Como se pode inferir a partir da análise categorial *Invivo*, realizada relativamente às temáticas abordadas nos 259 artigos analisados, a Instituição *F*, correspondente ao continente norte-americano, tem três temas predominantes: a produção de conhecimento sobre Serviço Social com crianças e jovens em risco, com 41 incidências, seguido pelo tema da saúde, nomeadamente sobre saúde e bem-estar e saúde mental, numa posição igualitária com 26 incidências e, por fim, sobre saúde, dependências e adições com a incidência de 21 artigos que se debruçam sobre este tema.

No que respeita à produção de conhecimento dos docentes de Serviço Social na Instituição *B* portuguesa, ressalta como tema predominante das pesquisas, as práticas profissionais em Serviço Social, com a incidência de 14 artigos dedicados ao tema, seguindo-se os estudos sobre política e políticas sociais, com 13 incidências, e, em terceiro lugar, com 10 incidências, verificamos estudos tendo como eixo temático as questões de género.

Por fim, em relação à instituição *E*, enquadrada em contexto espanhol predominam os temas: Serviço Social, Formação e Ciência, em primeiro lugar; Deficiências/Incapacidades físicas e práticas profissionais de Serviço Social, igualitariamente em segundo lugar; e o eixo temático dos valores, em terceiro lugar, com as incidências de, 13, 10 e 8 artigos respetivamente.

Com base nesta ordem de incidência resultam os 8 eixos temáticos predominantes das pesquisas científicas realizadas pelos docentes das três instituições em análise, atendendo à figura 6.1.

Figura 6.1 – Eixos Temáticos Da Produção De Conhecimento Analisada.



Fonte: Elaboração própria

A análise realizada evidencia a existência de oito eixos temáticos que congregam as 32 temáticas, geradas através da categorização *Invivo*.

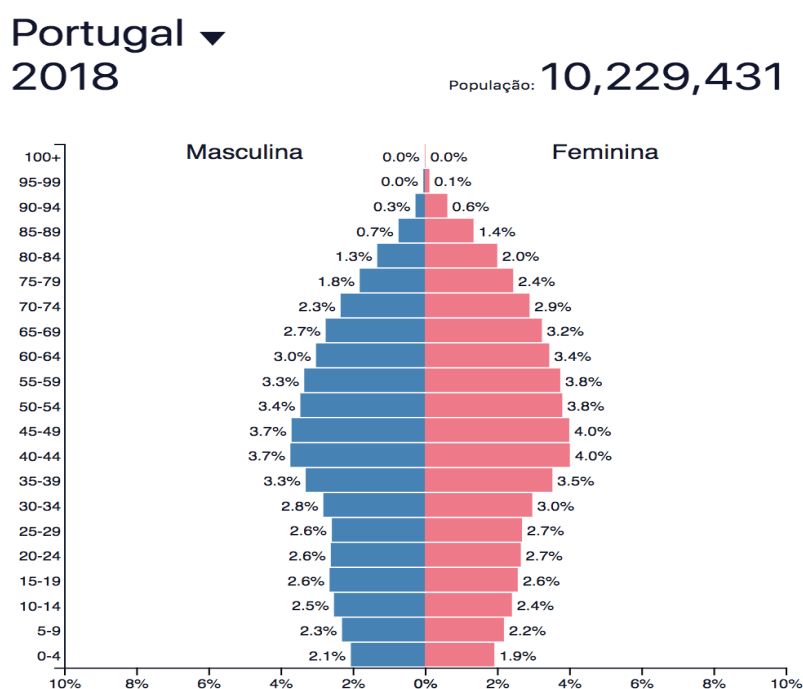
- O eixo temático *Serviço Social com famílias, infância e juventude e envelhecimento*, representando assim 21,3% de incidências, expressas por *infância e juventude* com 47%, *Educação/ Serviço Social nas escolas* com 7,2%; *Envelhecimento* com 22,9% e *Famílias* com 21,8%;
- O eixo temático *Serviço Social na Saúde*, com 19,8% de incidência. Aqui incluem-se as incidências dos eixos temáticos das *dependências e adições* (21,6%), *deficiência* (13,4%), *saúde e bem-estar* (27,8%), *saúde mental* (35%), *Serviço Social oncológico (paliativo)* (2%).
- O terceiro eixo temático *Serviço Social com Multiculturalidade, (E/I) migrações, sexualidade e gênero*, com 17,8% de incidências de artigos que se debruçam sobre esta temática. Integram-se aqui o *Serviço Social Espiritual* (9,8%), *questões étnicas* (13,5%), *imigrações* (8,6%), *migrações* (16%), *multiculturalidade* (13,5%), *questões de gênero* (33,3%), e *sexualidade* (4,9%).
- Como quarto eixo temático surge *Serviço Social, profissão, formação e ciência* com 16,7%.
- Em quinta posição ficam os eixos cinco e seis, *Serviço Social, Políticas Sociais e Direitos Humanos*, com 8% respectivamente, no qual se destaca o eixo temático dos *Valores em Serviço Social*.
- Em sexta posição surge o eixo *Serviço Social no Trabalho, Reinserção e Pobreza*, com 6,8% e, por fim, os eixos temáticos com menos evidência dizem respeito aos eixos temáticos *Serviço Social e Movimentos Sociais, Ambiente e Comunidades*, com 5,5%, e *Comportamentos Socialmente Desviantes* com 3%.

É de referir que existe a possibilidade de temas de pesquisas estarem associados entre si, como é o caso dos *Comportamentos Desviantes e Dependências*, ou do *Trabalho Sexual e Trabalho*. No entanto, atendeu-se a uma leitura relacionada, na qual as dependências são abordadas na ótica da saúde, nomeadamente a doença mental, e o trabalho sexual, na vertente paradigmática sobre o seu entendimento, ou não, enquanto comportamento desviante. A mesma situação ocorre com a temática envelhecimento, que poderia ser integrada no âmbito da saúde ou das políticas sociais, no entanto, é predominantemente abordado como uma etapa do desenvolvimento humano, em que o idoso é entendido, enquanto totalidade, na sua relação com o meio.

Foi ainda possível concluir a existência de uma frequência de cerca de 8% para a presença de uma análise relacionada com as políticas sociais existentes e/ou leis promulgadas. Note-se que ainda que o eixo temático das políticas não apresente maior incidência, parece pertencer à índole do Serviço Social interpretar a realidade de um modo politicamente contextualizado.

Concluimos que o lugar do eixo temático que ocupa a primeira posição de interesse dos/as investigadores/as, ou seja, *família, infância e juventude e envelhecimento*. Esta constatação permite-nos resgatar a presença histórica do Serviço Social, nomeadamente na sua emergência enquanto profissão preocupada com as crianças e jovens, as modalidades e condições familiares, tal como revisitamos no capítulo IV. A mesma observação pode ser tecida relativamente ao terceiro eixo, do *Serviço Social na Saúde*, ao considerarmos os primórdios da legitimação da profissão na área da saúde (relembremos a análise do capítulo II, ao primeiro programa curricular de Serviço Social em Portugal que tinha como base da formação áreas pertencentes ao setor da saúde). Ressalva-se ainda, nesta linha de pensamento, o cruzamento contemporâneo no que respeita ao interesse pelo envelhecimento, explicado através das mudanças das pirâmides etárias mundiais. Efetivamente, a taxa de população envelhecida continua a aumentar. Temos, como exemplo disso, a pirâmide etária portuguesa em 2018, explanada na figura 6.2.

Figura 6.2 – Pirâmide Etária Portuguesa.



Fonte: Health Nutrition and population statistics - World Bank

Como é possível denotar, a população com 65 ou mais anos continua a seguir uma tendência de aumento. A população correspondente a essa faixa etária correspondia, em 2016, a 21,17% da população do país, ao passo que em Espanha e na América do Norte correspondia a 19,07 % e 15,16%¹¹¹ respetivamente. Neste sentido, os dados estatísticos correspondentes à realidade permitem compreender a preocupação político-científica relativa ao tema do envelhecimento e trabalhada no Serviço Social. Também se ressalva a dimensão científica dos temas das *Multiculturalidades*, *Imigrações*, *Migrações*, *Sexualidade e Género*, alinhados com uma perspetiva humanista e crítica na reafirmação dos valores do Serviço Social e, portanto, dos direitos humanos. Efetivamente os fenómenos globais aos quais se tem assistido, quer no que diz respeito à questão das migrações, dos refugiados, quer à tolerância e concessão de direitos para a liberdade sexual, podem ser fatores associativos para compreender porque está este eixo temático em segunda posição de interesse científico por parte da comunidade científica em estudo.

É ainda importante referir a preocupação científica em produzir conhecimento especificamente sobre o Serviço Social no que respeita ao seu domínio prático, formativo e científico. Tal evidência poderá indicar uma futura tendência para que a área se reafirme como no século XIX, mas, agora, enquanto área científica aplicada autónoma. Segundo o estudo de Ferreira & Diez (2016) sobre o objeto de estudo do Serviço Social, nomeadamente na reflexão dos autores sobre a discussão científica acerca do objeto de estudo desta disciplina, os autores referem que é na relação/interação que identificamos o objeto de estudo do Serviço Social, centrado no Ser Humano integrado num contexto social, político, económico e cultural. A diversidade de campos e especificidades científicas e profissionais apresenta-se como uma possibilidade teórico-prática para a disciplina, num marco de globalização e cidadania social (Ferreira & Diez, 2016). Se tomarmos em análise os eixos temáticos por nós categorizados, identificamos que os objetos de estudo se concentram no papel do Serviço Social enquanto mediador de conflitos estruturais tendo como finalidade intervir nas tensões, conflitos e violências entre grupos de indivíduos excluídos. Entende-se, através desta análise, que o conhecimento criado e, por nós observado, intenta-se enquanto elo de comunicação entre

¹¹¹ Dados retirados do Health Nutrition and Population Statistics – World Bank, em 2017.

sistemas que se caracterizam pela dificuldade de interconexão entre estruturas e indivíduos, recursos e sistemas¹¹².

Ao interpretarmos os eixos temáticos categorizados, identificamos que todos têm a intervenção do Serviço Social, ou o entendimento do Serviço Social interligado a fenómenos sociais e a indivíduos pertencentes a grupos potencialmente estigmatizados e identificados como pertencentes a uma franja populacional ecológica, social e politicamente fragilizada. Evidências que corrobora Krmpotic (2013: 87) quando refere que é no campo das lutas pelas necessidades, os recursos e os direitos que emergem as motivações e os objetivos da investigação em Serviço Social.

6.2. METODOLOGIAS, MÉTODOS E TÉCNICAS CIENTÍFICAS PREDOMINANTES

Os procedimentos de análise para o conhecimento e para a ação exigem criatividade e diversidade metodológica, uma vez que se esperam diferentes resultados, quando se assume um objeto de pesquisa que é dinâmico.

No computo geral da nossa análise já fomos salientando as singularidades que são parte integral da pluralidade do Serviço Social. No capítulo V, mencionamos alguns autores das ciências sociais que defendiam o processo metodológico, bem como o método, como elementos fundamentais para se tratar de fazer ciência. Compreendemos que existem duas crenças científicas predominantes, a primeira, que remonta aos primórdios da ciência, seria a de que todos os fenómenos humanos e sociais estariam submetidos a leis naturais invariáveis, tratando-se de um conhecimento positivista, observável e objetivo; e a segunda, típica da ciência moderna, que admite que a realidade não é possível de ser observada no seu todo, uma vez que o homem cria socialmente o real. Neste sentido, e como já debatido no mesmo capítulo, existe um confronto entre a produção de conhecimento das ciências sociais, com a produção de conhecimento das ciências naturais.

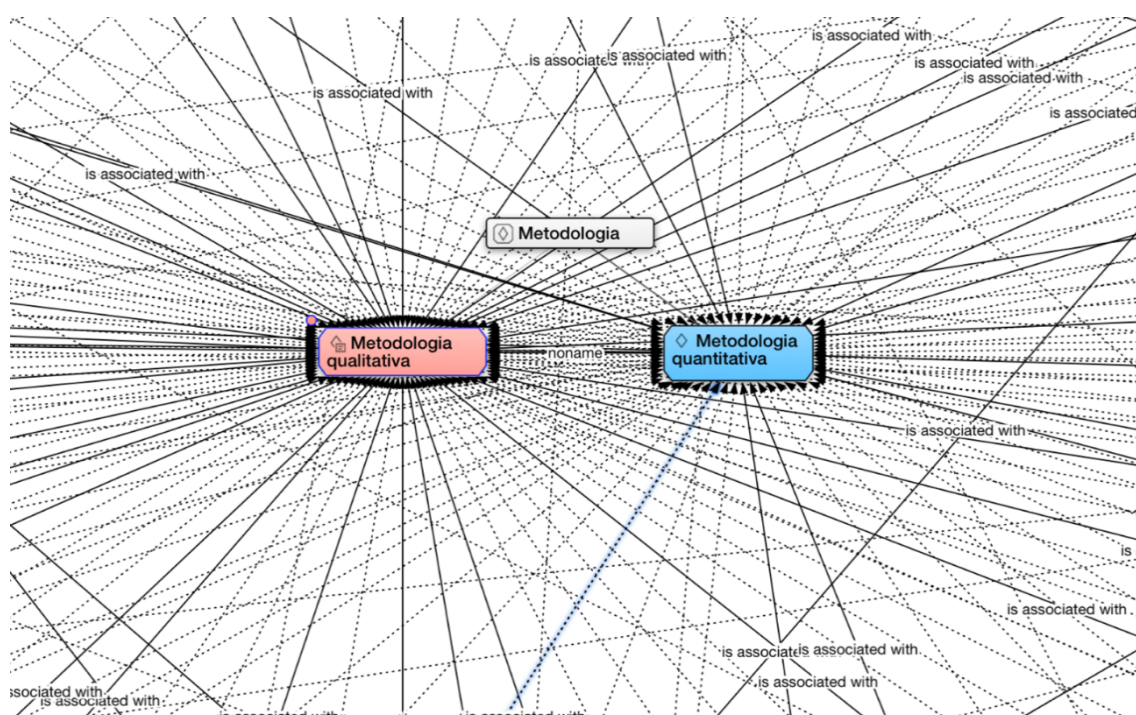
No ponto 5.2.1 referimo-nos aos processos metodológicos de autores conceituados em Serviço Social, nomeadamente no que se refere ao peso dos valores ao observar factos, nos quais se integram dimensões mais subjetivas do Ser Humano, como a história da

¹¹² Esta ideia emerge de Freynet (1995) sobre o papel do Serviço Social, elencado por Ferreira & Diez (2017: 22-23).

pessoa, as emoções, as motivações, as crenças, as memórias e a experiência, o que outorga espaço à subjetividade individual e até ao metafísico. Como Richmond referia em 1917, as regras gerais relativas à conduta humana não podem ser de aplicação universal uma vez que apresentam exceções múltiplas.

Analisamos o segundo eixo que se debruça sobre metodologia, métodos e técnicas predominantes nos artigos analisados. Para a prossecução deste feito, foram lidos os artigos divididos por partes, sendo a que nos interessa neste ponto a da metodologia.

Figura 6.3 – Evidência De Presença E Tipos Metodológicos Nas Pesquisas.

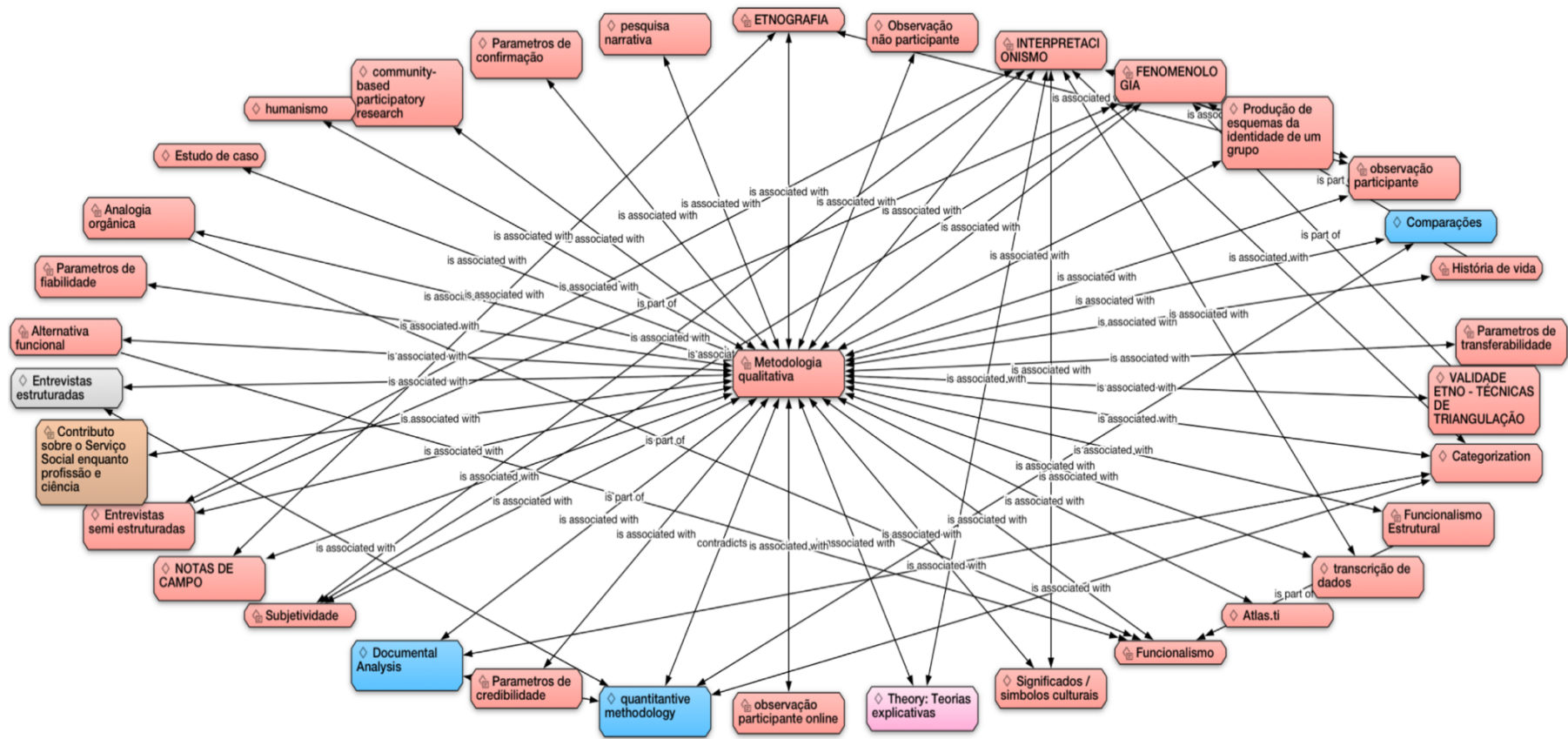


Fonte: Elaboração própria
Imagem retirada da análise através do *Atlas.ti*.

Atendendo à figura 6.3, é possível inferir as duas principais metodologias utilizadas pelos/as investigadores/as, em Serviço Social, do presente estudo. Correspondem estas à metodologia quantitativa e qualitativa.

Para alcançar as evidências de que os estudos seguiam metodologias quantitativas ou qualitativas, foi elaborada uma codificação InVivo com palavras-chave, cujos códigos foram associados à conceptualização da metodologia qualitativa e quantitativa. Atente-se às figuras 6.4 e 6.5.

Figura 6.4. Relação Entre Códigos Para Categorização Da Metodologia Qualitativa.



Fonte: Elaboração própria
Imagem retirada da análise através do *Atlas.ti*

O quadro 6.2 demonstra as associações que foram elaboradas entre conceitos que foram categorizados *InVivo* para identificar estudos com predominância metodológica qualitativa.

Deste modo, à conceptualização de metodologia qualitativa foram associadas, ao longo da categorização, palavras-chave como:

Quadro 6.2. Códigos Associados À Categoria Metodologia Qualitativa.

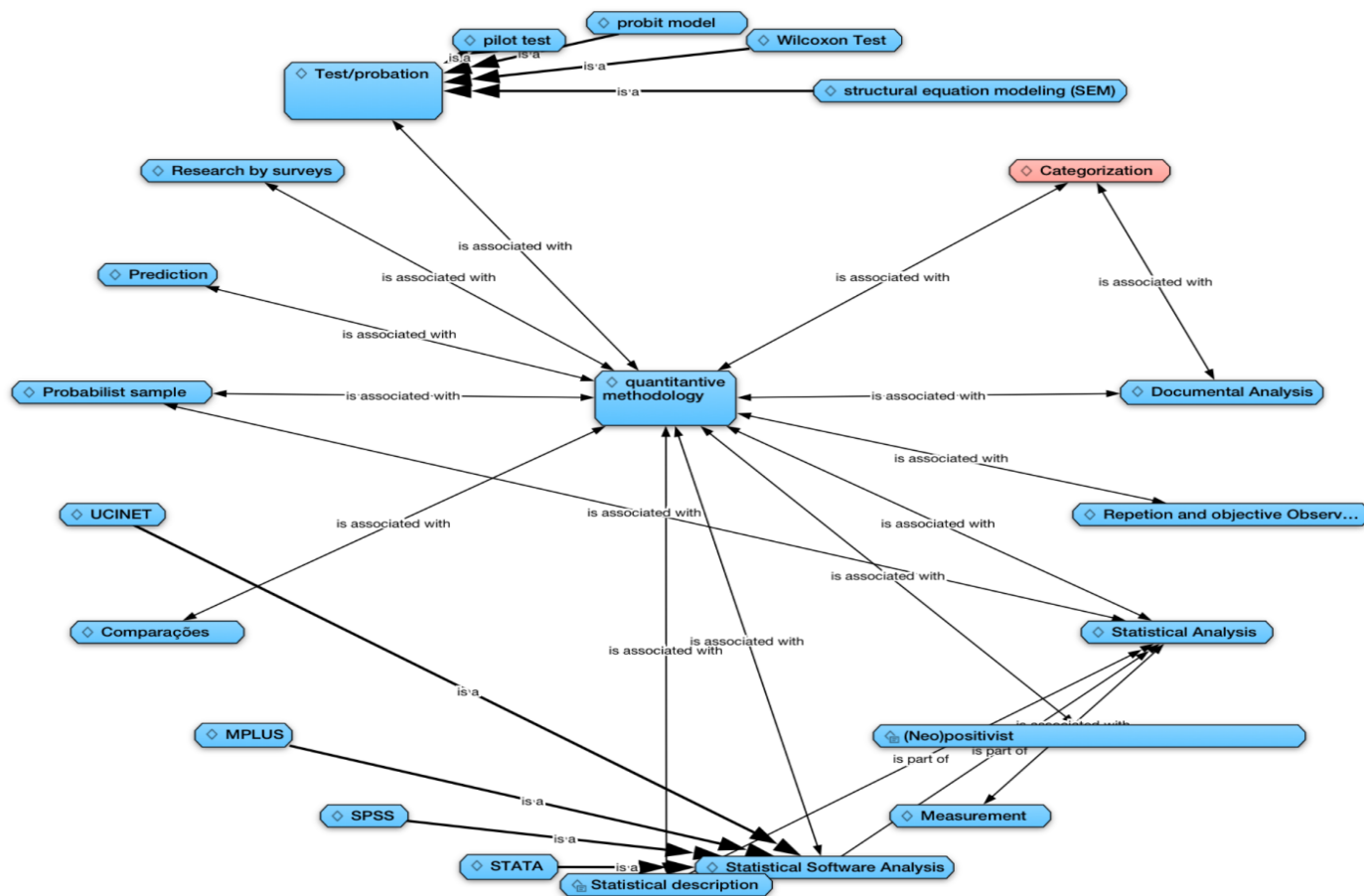
Etnografia;	Comparações	Metodologia quantitativa
Observação não participante	História de vida	Análise Documental
Interpretacionismo/interpretativismo	Parâmetros de transferabilidade	Subjetividade
Fenomenologia	Técnicas de triangulação	Notas de Campo
Produção de esquemas de identidade de um grupo	Categorização	Entrevistas semi-estruturadas
Observação participante	Funcionalismo Estrutural	Entrevistas Estruturadas
Transcrição de dados	Parâmetros de fiabilidade	Pesquisa participativa baseada na comunidade
<i>ATLAS.TI</i>	Analogia Orgânica	Pesquisa narrativa
Funcionalismo	Estudos de caso	Teorias explicativas
Significados/símbolos culturais	Humanismo	Observação Participante Online

Fonte: Elaboração própria

Em conformidade com a figura 6.4 é ainda possível denotar as próprias relações entre conceitos, como é o caso, por exemplo, de “teorias explicativas” que estão associadas também, por exemplo, ao “interpretativismo”. Ainda que tal venha a ser aprofundado nas conclusões, é possível denotar que os estudos que demonstram predominância qualitativa não seguem uma linha exaustiva dos métodos e técnicas qualitativos. Pelo contrário, através do destaque conferido por via das cores é perceptível a presença de palavras-chave associadas a técnicas e métodos pertencentes predominantemente à metodologia quantitativa.

O mesmo acontece com a categorização da metodologia quantitativa, que embora com menor incidência nos estudos analisados, demonstra a presença de uma associação a palavras-chave maioritariamente associadas à categoria metodologia qualitativa, como é o caso de “categorização” e “análise documental” que estão, aliás, também associadas uma à outra. (ver figura 6.5).

Figura 6.5. Relação Entre Códigos Para Categorização Da Metodologia Qualitativa.



Fonte: Elaboração própria
Imagem retirada da análise através do *Atlas.ti*.

Efetivamente, à categorização “metodologia quantitativa” estão associados os códigos (codificados *InVivo*):

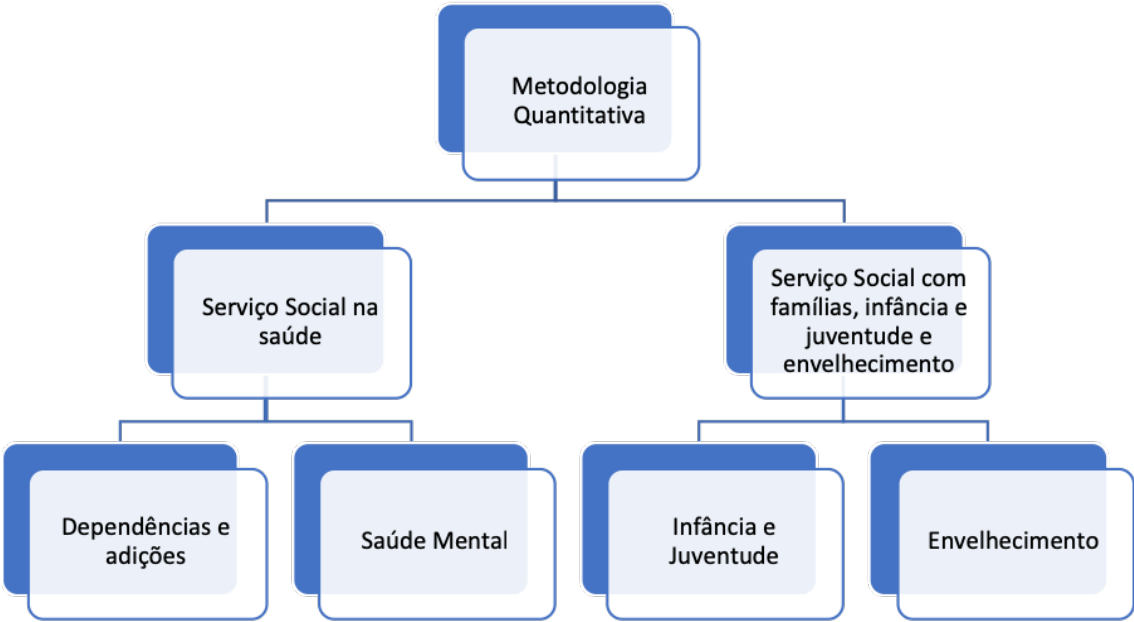
Quadro 6.3. Códigos Associados À Categoria Metodologia Quantitativa.

Teste/ prova	Amostra probabilística	Análise estatística
Pesquisa por questionário	Comparações	(Neo)positivismo
Predição	Software de análise estatística	Observação repetitiva e objetiva
Análise Documental	Categorização	

Fonte: Elaboração própria

Ao código teste/prova fazem parte os códigos: teste piloto; modelo de prova; teste Wilcoxon; equação estrutural modelar (SEM). Ao passo que o UCINET, MPLUS, SPSS, STATA, são *softwares* de análise estatística; e da análise estatística fazem parte os códigos: descrição estatística, *softwares* de análise estatística e medição.

Figura 6.6 – Eixos Temáticos Nos Quais A Metodologia Quantitativa É Predominante.



Fonte: Elaboração própria

Verificamos, através da figura 6.6, que a metodologia quantitativa é predominantemente utilizada nas pesquisas que se desenvolveram nas temáticas geradas das: i) dependências e adições, ii) infância e juventude; iii) envelhecimento; e iv) saúde mental. O método mais utilizado corresponde a investigações longitudinais de grande escala. Como técnicas, verificam-se:

Quadro 6.4. Técnicas Associadas às Investigações Longitudinais.

análise documental;	OLS (Ordinary Least Squares Regression);	análise estatística;
escala de Likert;	observação objetiva e repetitiva;	análise descritiva;
escala de medida;	inquéritos;	

Fonte: Elaboração própria

Verificamos pelo quadro 6.5 infra, cerca de 61% dos artigos analisados seguiram uma metodologia tipicamente quantitativa, ao passo que cerca de 39% da produção científica analisada corresponde a estudos predominantemente qualitativos. Inferimos, ainda, que

dos 100% de artigos analisados metodologicamente, em 3% das pesquisas existe co-ocorrência da metodologia quantitativa e qualitativa.

Quadro 6.5. Número de Artigos com Predominância Metodológica.

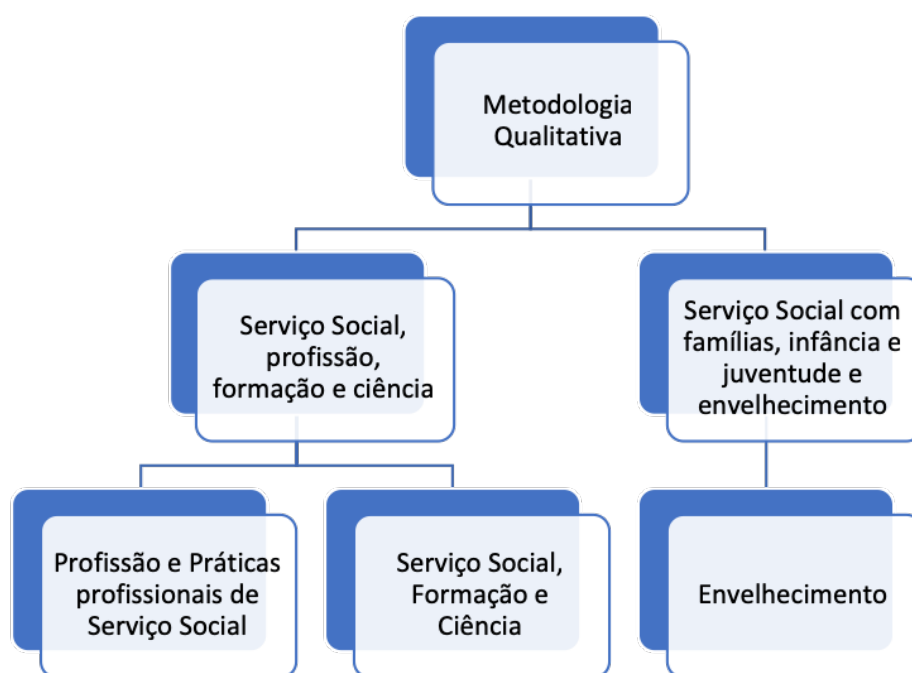
Tipo de metodologia utilizada	Instituição <i>B</i>	Instituição <i>E</i>	Instituição <i>F</i>	Total
Metodologia quantitativa	15	45	90	150
Metodologia qualitativa	39	24	33	96
Co-ocorrência Metodológica	2	2	3	7

Fonte: Elaboração própria

Numa análise complementar, inferimos que cerca de 60% dos estudos quantitativos correspondem aos/as investigadores/as da Instituição *F*, do continente Norte-Americano; 30% correspondem à Instituição *E*, da realidade espanhola, e 10% à Instituição *B*, da realidade portuguesa.

Cerca de 41% dos estudos qualitativos correspondem à produção de conhecimento do corpo investigador da Instituição *B*, 34% ao corpo docente da Instituição *F*, e 25% à realidade da Instituição *E*. 3% das pesquisas realizadas na Instituição *E* correspondem a estudos em que se verifica a co-ocorrência de metodologias. Das pesquisas realizadas na Instituição *B*, correspondem 4% e, finalmente, na Instituição *F* cerca de 2% das pesquisas apresentam esta co-ocorrência.

Figura 6.7 – Eixos Temáticos Nos Quais A Metodologia Qualitativa É Predominante.



Fonte: Elaboração Própria

A predominância da metodologia qualitativa é ressaltada nas temáticas das, i) práticas profissionais de Serviço Social; ii) no Serviço Social Formação e Ciência; iii) e nos estudos do envelhecimento.

O(s) método(s) mais utilizado(s), nos 96 artigos com preponderância desta metodologia, referem-se ao estudo de caso, à etnografia, e ao método dialético-crítico.

Quanto às técnicas evidenciadas encontram-se:

- análise de conteúdo;
- diagnóstico;
- entrevista em profundidade;
- entrevistas semi-estruturadas;
- análise documental;
- notas de campo;
- observação participante.

Importa ainda referir que a subcategoria da infância está presente em investigações com metodologias quantitativas e qualitativas.

O uso de uma metodologia científica é imperioso para a credibilidade de um estudo no seio da comunidade académica. O movimento científico da filantropia, o movimento dos inquéritos e da análise sistemática de protocolos foram certamente o que conferiram parte da legitimidade da obra “Social Diagnosis”, em 1917, de Mary Richmond. Como vimos no capítulo IV, o conhecimento necessário surge aquando dos estudos sobre as classes operárias e a pobreza, e do movimento psicanalítico do Serviço Social. Todos estes estudos estavam intimamente ligados à possibilidade de medição do que era objetivo e observável e, por conseguinte, a um raciocínio dedutivo. A ciência convencional, que parte ainda do iluminismo, confere maior fiabilidade a estudos que remetem o caminho da investigação para as metodologias quantitativas, não fosse esta uma das tendências das ciências naturais na explicação dos fenómenos e na geração de mais-valias à sociedade capitalista. Esta tendência que remete para a história da(s) ciência(s) naturais, sociais e/ou humanas, auxilia-nos na interpretação e compreensão do número de estudos cuja metodologia remete para métodos e técnicas unicamente quantitativos. Reiteramos que 150 estudos foram codificados como sendo predominantemente estudos quantitativos e que 60% desses estudos se concentram na equipa de investigadores/as de uma só instituição, localizada no continente Norte-Americano. A este facto acresce-se a relação existente entre os estudos quantitativos e os eixos temáticos Serviço Social na Saúde e Serviço Social com famílias, infância e juventude e envelhecimento. Efetivamente, ao olharmos pormenorizadamente, os estudos que remetem para o Serviço Social na saúde pretendem medir a eficácia de determinadas intervenções ou os riscos associados a problemáticas relacionadas ao Serviço Social com famílias. Tomemos a título de evidência, o estudo [Artigo F-43] cuja metodologia é exaustivamente quantitativa, e que constrói o seu objeto de estudo como sendo as infraestruturas físicas e a disponibilidades de três tipos de recursos comunitários, em locais rurais, associados a sintomas depressivos entre idosos.

Reid (2001), no seu estudo sobre o papel da ciência no Serviço Social, demonstra como a função tradicional da ciência em Serviço Social tem sido produzir um conhecimento válido e testado através do estudo sistemático de fenómenos. O autor, entre muitos outros autores¹¹³, dirige uma crítica às metodologias de pesquisa *mainstream* que remetem para métodos de teste de confiabilidade e validade de medição, de processos sistemáticos para controlar a recolha de dados, e o uso de desenhos controlados e análises

¹¹³ Ver Heineman, 1981; Tyson, 1992; Witkin, 1991; Peile, 1988.

estatísticas que eliminam explicações alternativas, em prol de um conhecimento superior. Na reinterpretação das palavras do autor, trata-se de uma crítica ao entendimento das metodologias quantitativas como sendo as que mais validade conferem ao conhecimento produzido para suportar intervenções. Ou, por outras palavras, trata-se de uma negação à ciência convencional que defende uma lógica positivista e que advoga que o o caminho mais fiável para a verdade é aquele que faz uso, predominantemente, das metodologias quantitativas. Reid (2001) afirma que estudos com ênfase qualitativa permitem compreender como as intervenções se realizam e que efeitos têm, mas alerta, no entanto, para as limitações do uso dessa mesma metodologia para avaliar a efetividade das intervenções em Serviço Social, a sua precisão ou a diferença que uma intervenção pode fazer. O autor relembra, nesta prossecução, a necessidade de a ciência em Serviço Social adotar metodologias quer quantitativas, quer qualitativas, elencando as epistemologias pós-positivistas que reconhecem que a verdade apenas pode ser conhecida parcialmente como a seguir o citamos: “We must often settle for probabilistic, approximate or partial truths to be sure a situation can be viewed from multiple perspectives.” (Reid, 2001: 276).

6.3. TENDÊNCIAS EPISTEMOLÓGICAS PREDOMINANTES DOS ESTUDOS

Através da análise metodológica descrita anteriormente, não é, pois, difícil inferir que haverá uma predominância das epistemologias positivistas e neopositivista nos artigos analisados nos três casos em estudo.

Esta categoria foi definida aprofundadamente no capítulo V, no ponto 5.1. Explicitamos, nesse ponto, que neste paradigma o mundo existe como uma entidade objetiva fora da mente humana. A repetição é uma das regras incontornáveis a identificar e praticar. Já o pós-positivismo é categorizado na nossa análise tendo por base autores como Hempel; Nagel; Rudner; Wallace; Ryan; Lazarsfeld; Rosenberg e Lundberg; entendem os autores que nesta linha epistemológica, o cientista deve proceder à investigação de forma objetiva e neutra e para isso a base empírica são observações objetivas e repetíveis. As proposições são verificadas ou confirmadas e, por conseguinte, são suscetíveis de serem avaliadas em verdadeiras ou falsas. Predomina o raciocínio dedutivo que, através de enunciados, organizam a teoria e permite explicar generalizações e realizar predições. Entende a ciência como algo unificado, que supõe uma conexão das leis de científicas permitindo chegar a novas formulações. As leis estatísticas abundam,

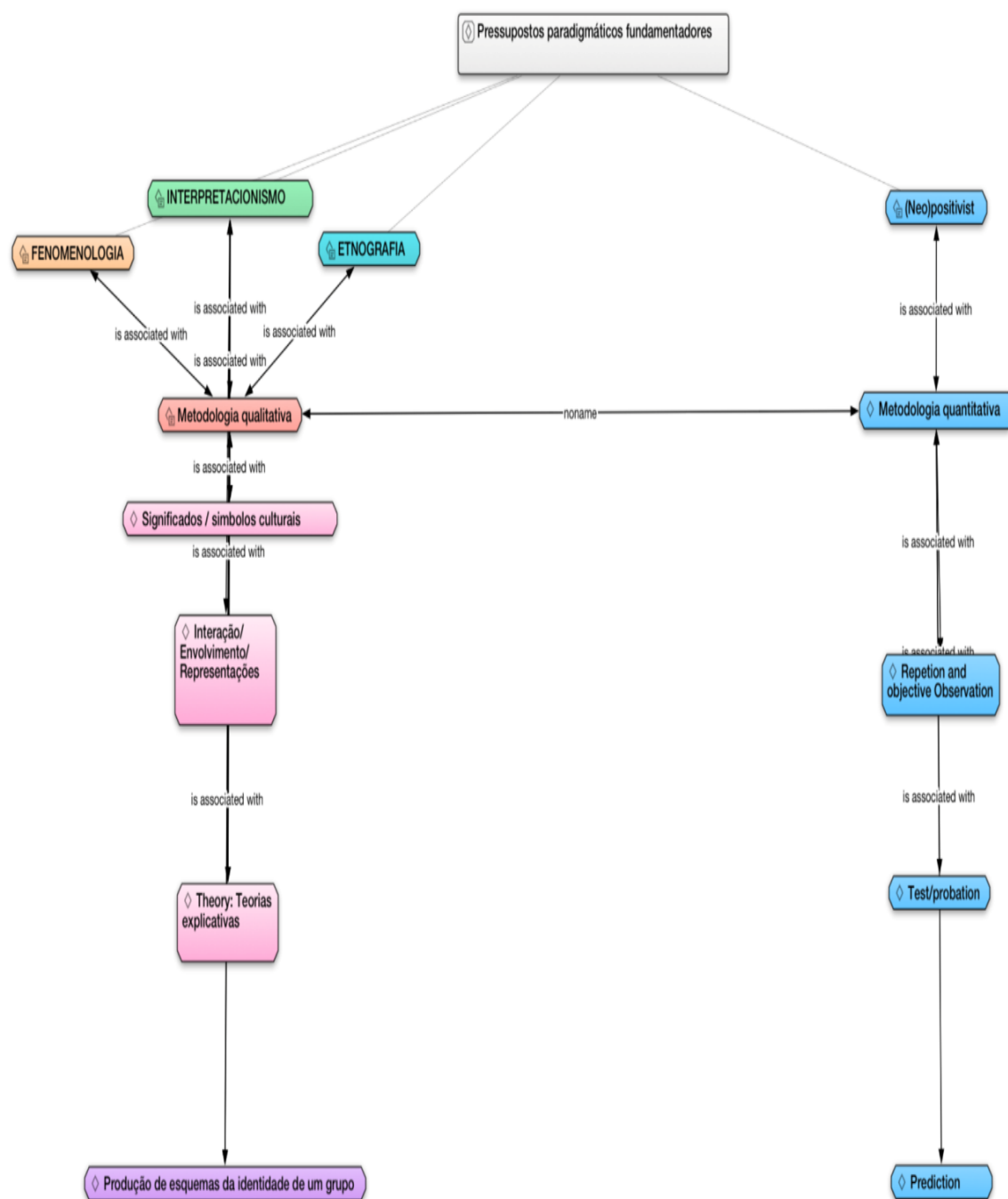
as teorias sociais apresentam um nível de sistematização suficiente, e a sua confirmação é factual. Existe a rejeição dos planeamentos hermenêuticos, considerados não científicos, bem como da inevitabilidade histórica e do determinismo da história e do social, e o holismo metodológico não é acreditado como caminho científico. Como verificamos anteriormente, o que distingue fundamentalmente a perspetiva positivista da perspetiva neopositivista, de olhar para o mundo é que a segunda por relação à primeira admite a incerteza e a possibilidade de não se conhecer a realidade por inteira.

A segunda via epistemológica predominante mais utilizada na produção de conhecimento analisada, diz respeito ao paradigma interpretativista. Este paradigma assume que as classificações não são determinadas pela componente física do mundo, mas são estas sim vias de representação do mundo. As teorias não são descrições, pelo contrário, são vias parciais de entender o mundo e que devem ser comparadas e/ou complementadas com outras pelos poderes explanatórios. Os significados subjetivos estão intimamente ligados aos objetivos, e a aspiração humana ganha ênfase. Estes significados são reconhecidos como a caixa torácica do conhecimento. O mundo pode ser entendido como uma sequência de interpretações que o Homem outorga ao seu lugar na sociedade, e são essas interpretações interpretada pelo cientista. Por outro lado, as interpretações dos cientistas sociais criam um eco nos indivíduos transmitido por veículos sociais influenciando o indivíduo numa dupla hermenêutica.

Na categorização *Invivo* realizada, verificamos que associado ao interpretativismo estão dois paradigmas epistemológicos subjacentes: a fenomenologia e a etnografia. Cada um destes três pressupostos epistemológicos está associado à metodologia qualitativa. É procurado o estudo dos significados e símbolos culturais, bem como, a interação o envolvimento e as representações sociais. Os resultados que maioritariamente resultam, desta adoção de ver o mundo e a ciência, são predominantemente dois: teorias explicativas da e para a ação humana (no caso em análise para práticas profissionais ou efeitos de políticas sociais ou intervenções na pessoa com quem o Serviço Social trabalha) e a produção de esquemas de identidade de grupos.

No que diz respeito à categorização (neo)positivista, verificamos que a estes pressupostos estão associadas metodologia quantitativas, que procuram a repetição e a observação objetiva, para testar ou comprovar hipóteses. O resultado predominante é o da predição e evidência de tendências. Atenta-se à figura 6.8, que diz respeito à análise efetuada no *Atlas.ti* das evidências descritas e das respetivas relações entre categorizações e codificações.

Figura 6.8- Evidência dos Pressupostos Epistemológicos Predominantes na Produção de Conhecimento.



Fonte: Elaboração própria
Imagem retirada da análise através do *Atlas.ti*.

6.4. OUTRAS ÁREAS CIENTÍFICAS INTEGRADAS NA ELABORAÇÃO CIENTÍFICA

Uma das questões mais levantadas pela literatura diz respeito à singularidade do Serviço Social se assumir como uma disciplina científica plural das Ciências Sociais. Por outras palavras, como verificamos no capítulo II, III, IV e V, uma das características que sempre predominou na configuração do Serviço Social enquanto área académica e profissão refere-se à integração das outras ciências sociais para ler a realidade e agir para a mudança social no mundo.

Através da revisão histórica, concluímos que esse foi um traço que talvez ajude a explicar a relação causal do retardamento da legitimação desta área. Se por um lado, os pioneiros do Serviço Social entendiam essa característica como a via mais completa para agir com o indivíduo de forma absoluta, outros, autores contemporâneos, chamam a essa pluralidade como sendo uma “*piggyback approach*” ou ainda o caminho para a ignorância.

Defendemos, no entanto, no capítulo I, que um doutoramento em Serviço Social deveria ver contemplado três eixos, sendo um deles o da integratividade da interdisciplinariedade, mas também, a multi e a transdisciplinariedade. Na tentativa de enformarmos o quadro da prática científica em Serviço Social, procuramos identificar nos artigos analisados a bibliografia à qual os/as investigadores/as mais recorrem, categorizando-a por áreas científicas. Note-se que a codificação das revistas por áreas foi feita por codificação *InVivo* e apenas se consideraram as referências bibliográficas que referiam explicitamente a área científica da revista. Atente-se ao quadro 6.6.

Quadro 6.6. Revistas por Áreas Científicas.

Área Científica	Revistas
Bibliografia: Antropologia	21
Bibliografia: Área da saúde	84
Bibliografia: Direito	39
Bibliografia: psiquiatria	50
Bibliografia: psicologia	233
Bibliografia: Serviço Social	574
Bibliografia: Sociologia	109
	1110

Fonte: elaboração própria

As áreas científicas às quais mais se recorrem dizem respeito ao campo científico social, das 1110 referências bibliográficas codificadas, 52% das investigações suportam-se pela literatura do Serviço Social, predominantemente revistas científicas da área. Em segundo lugar a área à qual os cientistas mais recorrem para sustentar o seu conhecimento diz respeito à Psicologia, que corresponde a 21% do total da bibliografia consultada e em terceiro lugar surge a Sociologia, referindo-se a 10% da bibliografia utilizada.

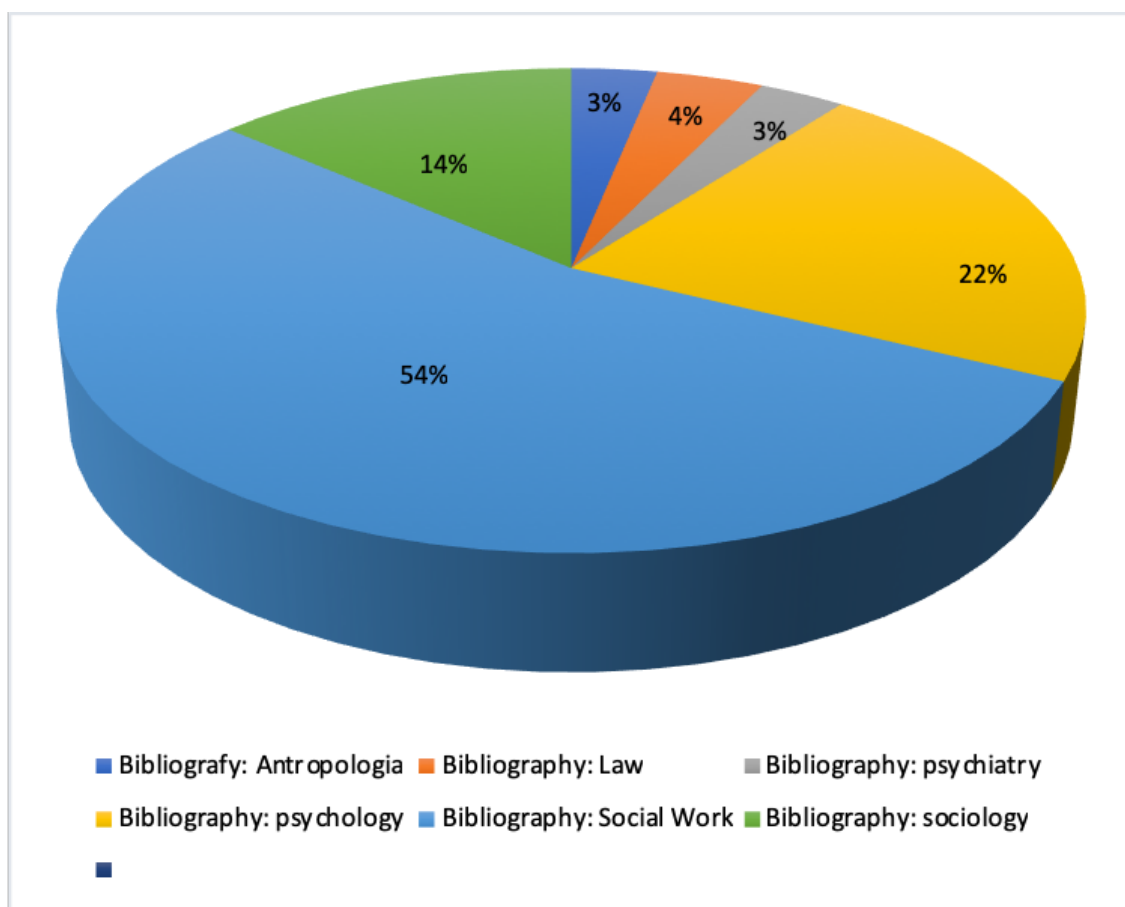
Figura 6.9. Ciências Predominantes que Integram a Produção Científica em Serviço Social



Fonte: Elaboração própria

Numa relação de complementaridade de análise, identificamos que na Instituição *B*, a produção científica sustenta mais o seu conhecimento tendo por base, bibliografia de Serviço Social. Efetivamente dos artigos analisados, 51% da bibliografia consultada provém desta área. Segue-se a Psicologia correspondendo a 21% e a Sociologia com 14%.

Figura 6.10. Bibliografia Consultada Pelos/As Investigadores/As Da Instituição B.

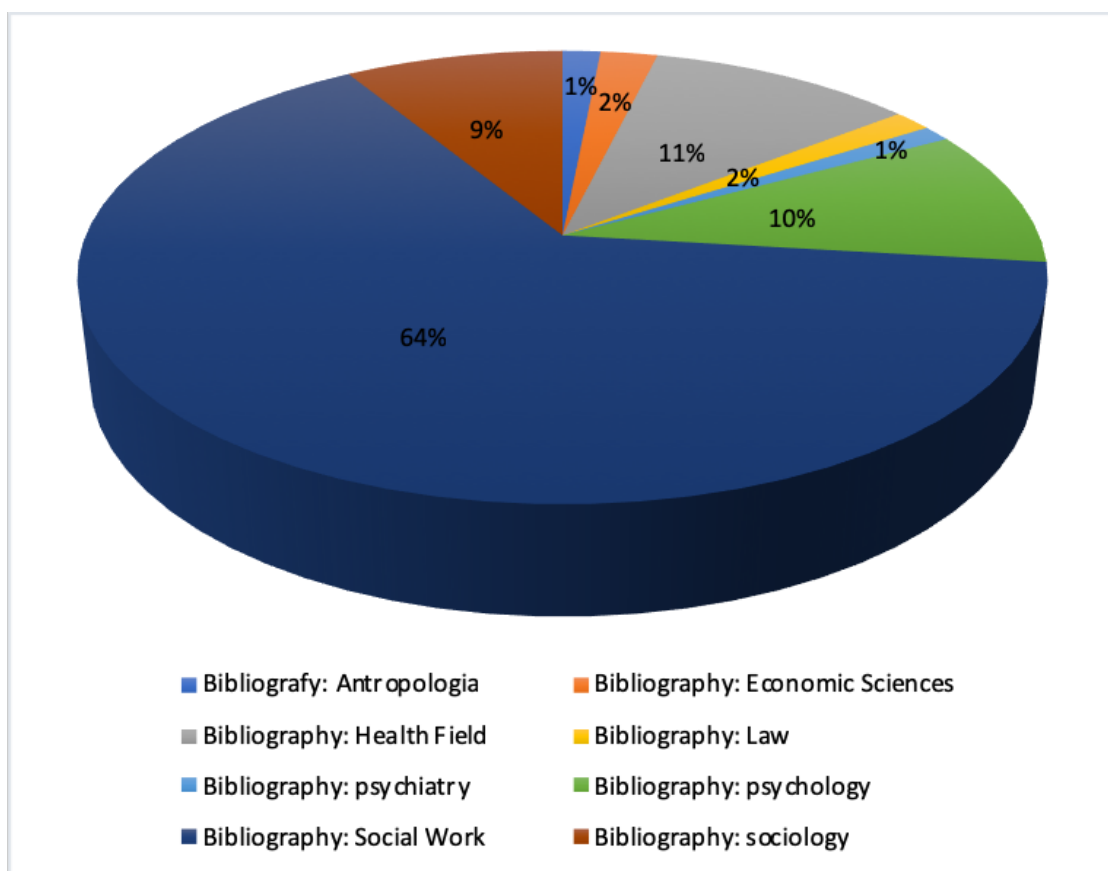


Fonte: elaboração própria

Os/as investigadores/as consultam também, predominantemente, literatura da área do Direito, da Antropologia e da Psiquiatria.

A partir da leitura do gráfico 6.11 no que diz respeito à realidade da produção científica da instituição espanhola, 64% da literatura consultada pelos/as investigadores/as corresponde à área de Serviço Social, seguindo-se o recurso a revistas das Ciências da Saúde (com predominância da Nutrição) correspondendo a 11%, e em terceiro lugar com 10% da literatura utilizada na produção de conhecimento corresponde à área da Psicologia. Além destas áreas, os/as investigadores/as da instituição E recorrem também tal como os da instituição B, à Sociologia, ao Direito, à Psiquiatria e à Antropologia, bem como à Economia.

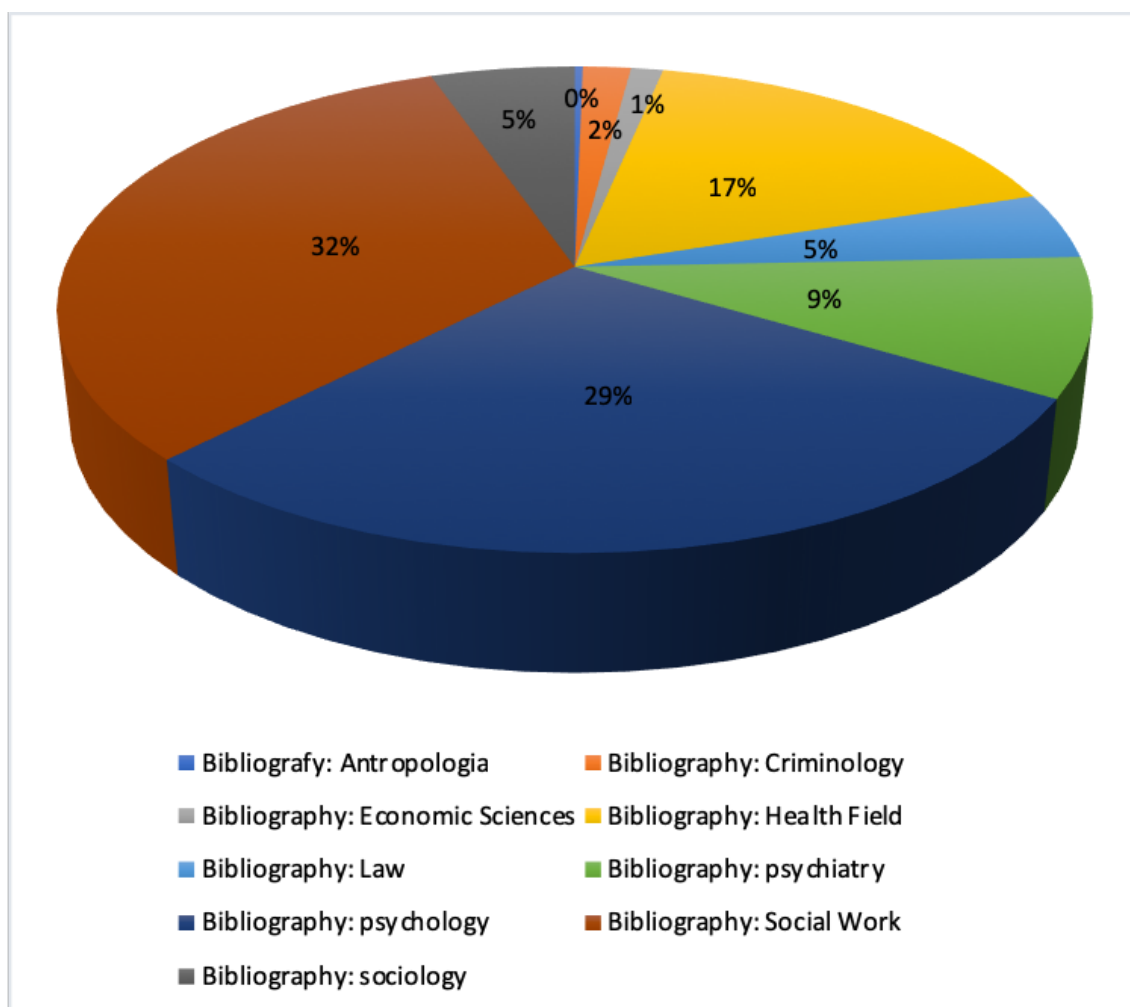
Figura 6.11. Bibliografia consultada pelos/as investigadores/as da Instituição E



Fonte: Elaboração própria

Relativamente à instituição dos Estados Unidos da América, tal como é passível de ser verificado através do gráfico 6.12, temos uma ligeira diferença do modo de sustentar o conhecimento produzido, ainda que 32% corresponda à literatura consultada em Serviço Social, não muito distante está o recurso ao conhecimento da Psicologia ocupando 29% da bibliografia codificada na produção de conhecimento dos/as investigadores/as da Instituição F, seguindo-se em terceiro lugar a área mais consultada com 16% a das Ciências da Saúde. Evidencia-se uma realidade mais heterogénea no que diz respeito à produção de conhecimento, uma vez que os/as investigadores/as recorrem também a fontes bibliográficas correspondentes às áreas da Psiquiatria, da Sociologia, do Direito, da Criminologia, da Economia, e por fim, ainda que sem representatividade a Antropologia.

Figura 6.12. Bibliografia consultada pelos/as investigadores/as da Instituição F



Fonte: Elaboração própria

6.5. LUGARES DE PARTILHA DO CONHECIMENTO

A promoção do conhecimento produzido consiste em uma das etapas mais importantes do processo científico. É a sistematização e publicação do que se descobre que permite que o conhecimento exista socialmente e se reproduza. Sendo assim o que permite desenvolver os conhecimentos num paradigma evolutivo e dinâmico.

Como última etapa de verificação do processo científico em Serviço Social nos três casos de estudo, procedemos à codificação *InVivo* das revistas nas quais os artigos analisados foram publicados. Não foi nosso propósito dividir ou reforçar a valorização capitalista das revistas indexadas (que usualmente cobram monetariamente aos

utilizadores que pretendam aceder ao conhecimento), pelo que, todas as revistas foram passíveis de serem codificadas.

Ao atendermos ao quadro 6.7, acedemos a uma lista de 144 revistas (que os/as investigadores/as selecionaram para disseminar o conhecimento produzido, e, que categorizamos por 8 áreas temáticas diferentes: a) revistas sobre Envelhecimento; b) revistas sobre Infância E Juventude; c) revistas de Psicologia E Psiquiatria; d) revistas de Economia E Política; e) revistas sobre Saúde e Bem-Estar; f) revistas de Serviço Social ; g) revistas de Sociologia e Ciências Sociais; h) outras revistas.

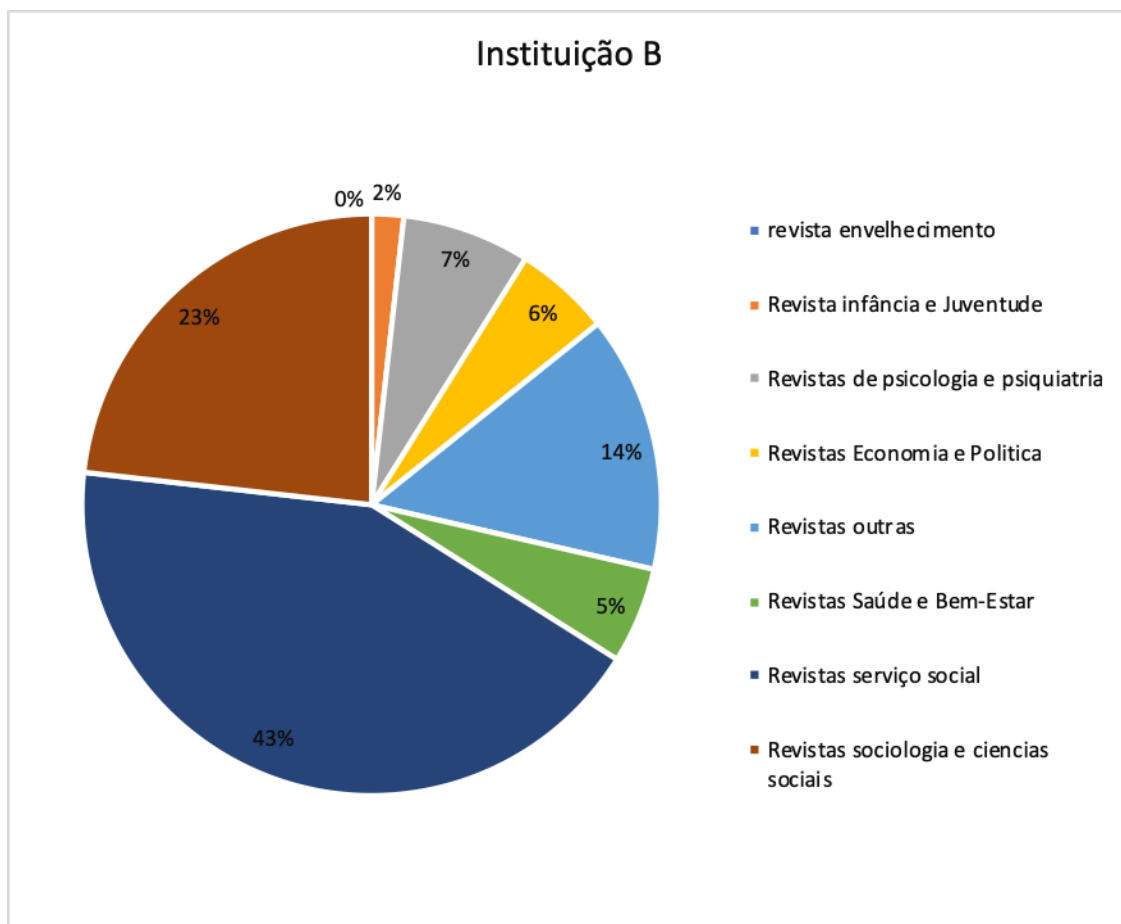
Quadro 6.7. Revistas temáticas selecionadas por instituição

Revistas por Temáticas	Instituição <i>E</i>	Instituição <i>B</i>	Instituição <i>F</i>
Revista Envelhecimento	5	0	10
Revista Infância E Juventude	10	1	13
Revistas de Psicologia E Psiquiatria	3	4	17
Revistas Economia e Política	2	3	9
Revistas outras	17	8	15
Revistas Saúde e Bem-Estar	5	3	27
Revistas Serviço Social	15	24	28
Revistas Sociologia e Ciências Sociais	14	13	7

Fonte: Elaboração própria

Atendendo ao quadro 6.7, é possível identificar que as revistas às quais os/as investigadores/as recorrem são da área específica do Serviço Social. No caso da instituição *B*, 43% dos artigos publicados estão em revistas de Serviço Social, 23% correspondem a artigos publicados em revistas de Sociologia e/ou Ciências Sociais e 14% estão disseminadas em diferentes revistas cujas áreas são diversas. Atenta-se à figura 6.13.

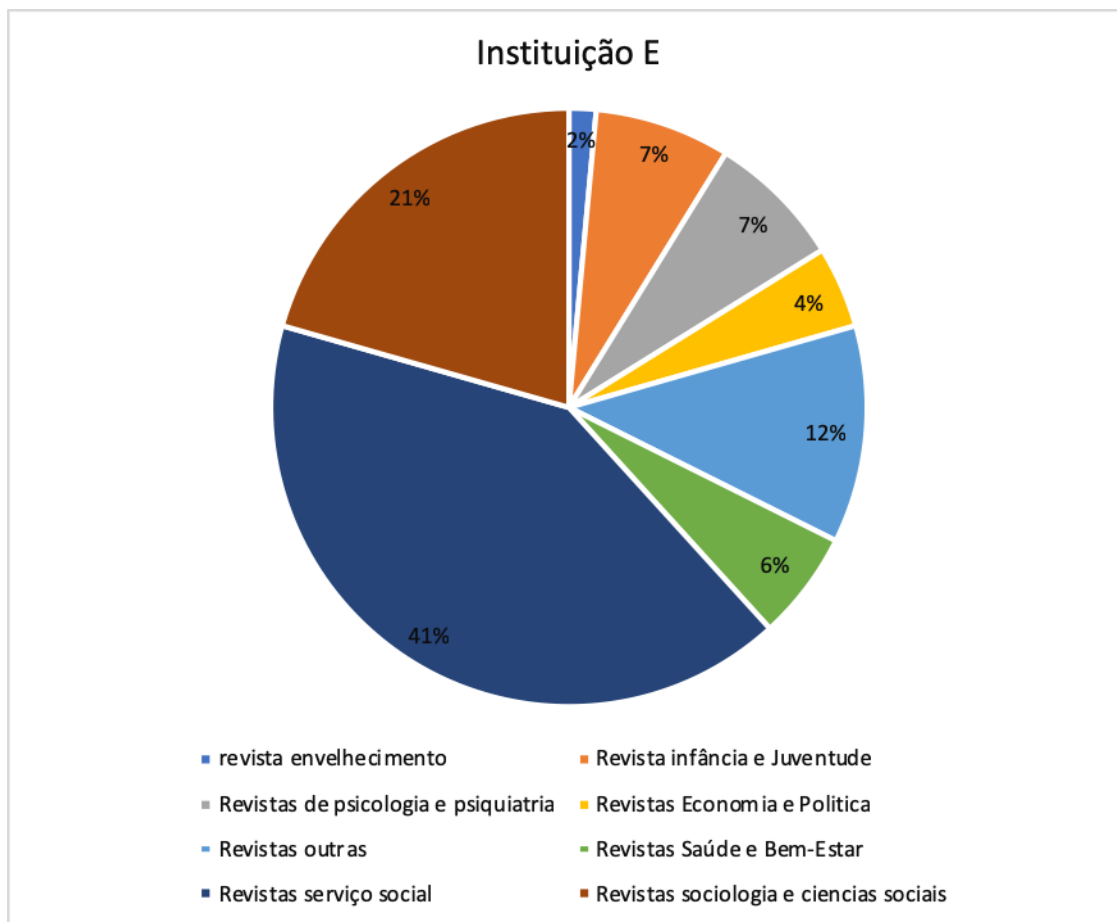
Figura 6.13 Artigos publicados pelos/as investigadores/as da Instituição B por revistas (em percentagem).



Fonte: Elaboração própria

No segundo caso, é possível identificar que há uma predominância de publicações em revistas da área do Serviço Social correspondendo a 41% dos artigos publicados, seguindo-se as publicações de artigos em revistas de Sociologia e Ciência Sociais correspondendo a 21% e 12% dos artigos escritos foram disseminados por diferentes revistas de áreas diversas além das codificadas por áreas.

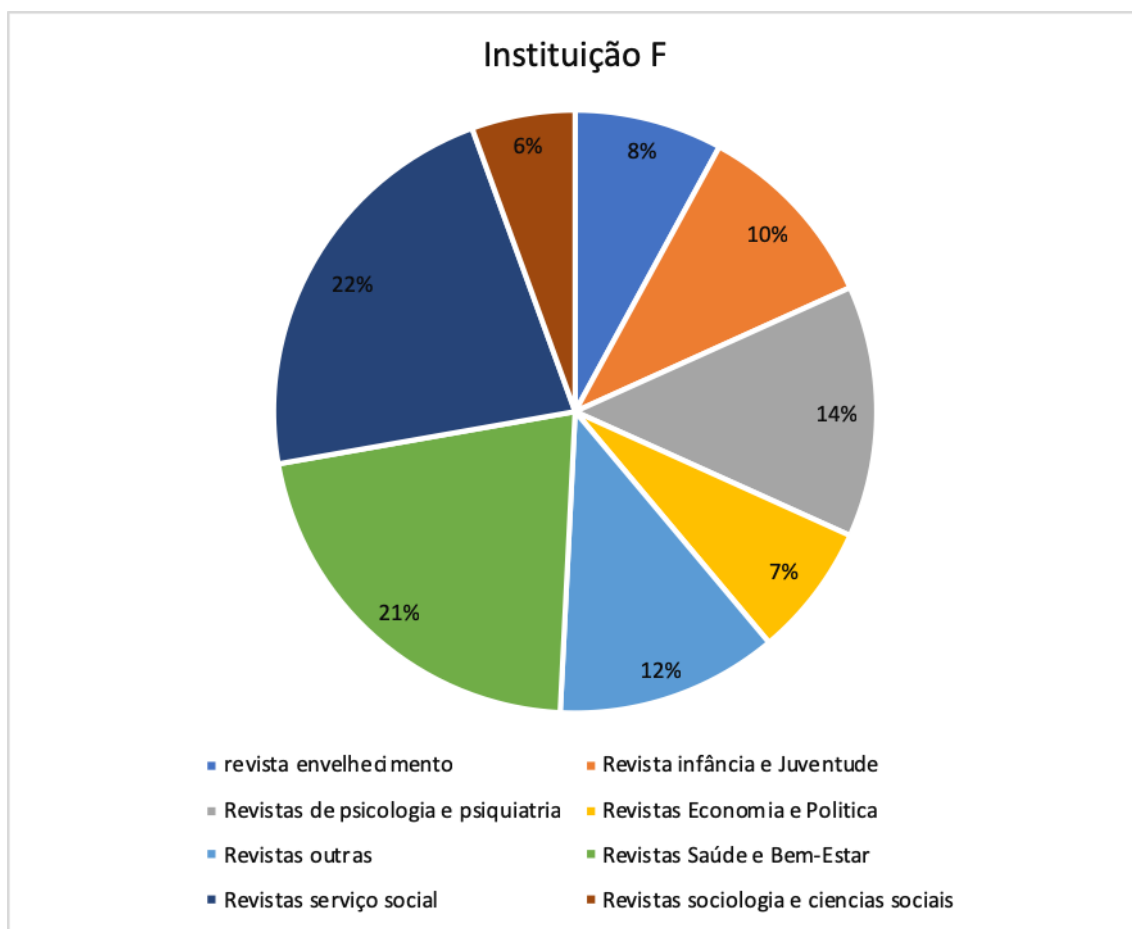
Figura 6.14. Artigos publicados pelos/as investigadores/as da Instituição *E* por revistas
(em percentagem)



Fonte: Elaboração própria

O caso da instituição *F* denota algumas curiosidades discrepantes dos dois casos anteriores. Efetivamente ainda que 22% dos artigos estejam publicados em revistas de Serviço Social, 21% correspondem a artigos publicados em revistas da área da Saúde e Bem-Estar, e, 14% são identificados como sendo artigos disseminados em revistas de Psicologia e/ou Psiquiatria. Atenta-se à figura 6.15.

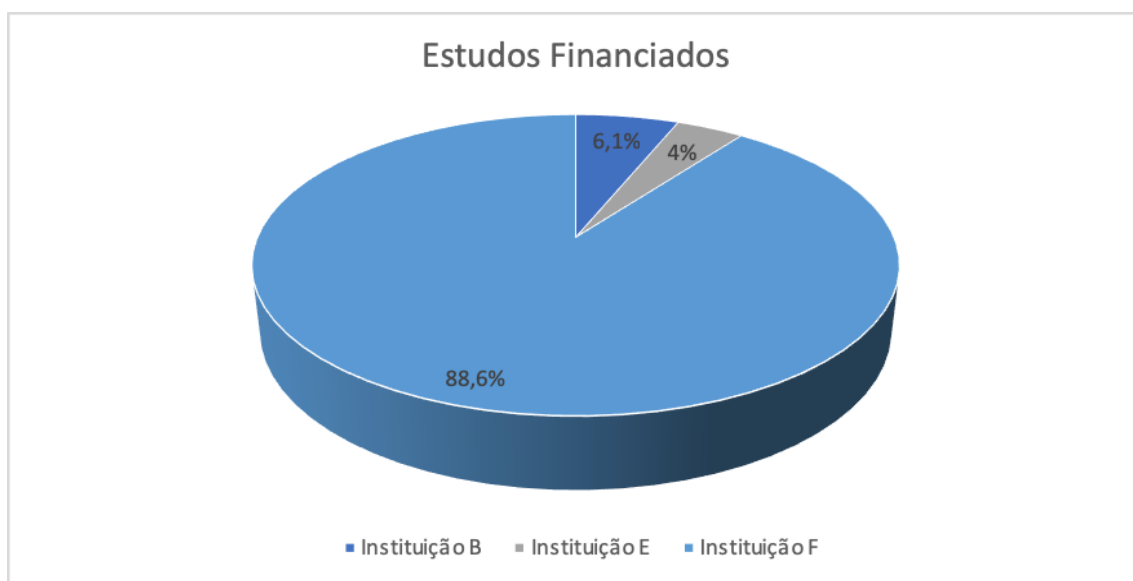
Figura 6.15. Artigos publicados pelos/as investigadores/as da Instituição *F* por revistas
(em percentagem)



Fonte: Elaboração própria

Como caminho para perceber a legitimidade que a produção de conhecimento em Serviço Social tem por parte dos poderes públicos e privados, procuramos aferir o número de estudos financiados por instituições. Não é nosso intento realizar uma comparação entre as três realidades, que como já discutido no capítulo I, II e III, são díspares a nível económico, político e social. Pelo contrário, procuramos demonstrar que se por um lado as instituições *B* e *E* parecem ter uma percentagem diminuta de estudos financiados, no que à realidade da instituição *F* diz respeito, 88,6% dos estudos analisados são financiados. Estes dados demonstram um dos efeitos que a carência de legitimidade público-política pode acarretar, um possível aumento de probabilidade de ocorrer um atraso no desenvolvimento científico e tecnológico de uma ciência, uma vez que estão comprometidos recursos que possibilitem a delineação de estratégias científico-políticas numa dada disciplina, neste caso, no Serviço Social.

Figura 6.16. Estudos financiados por instituição (em percentagem)

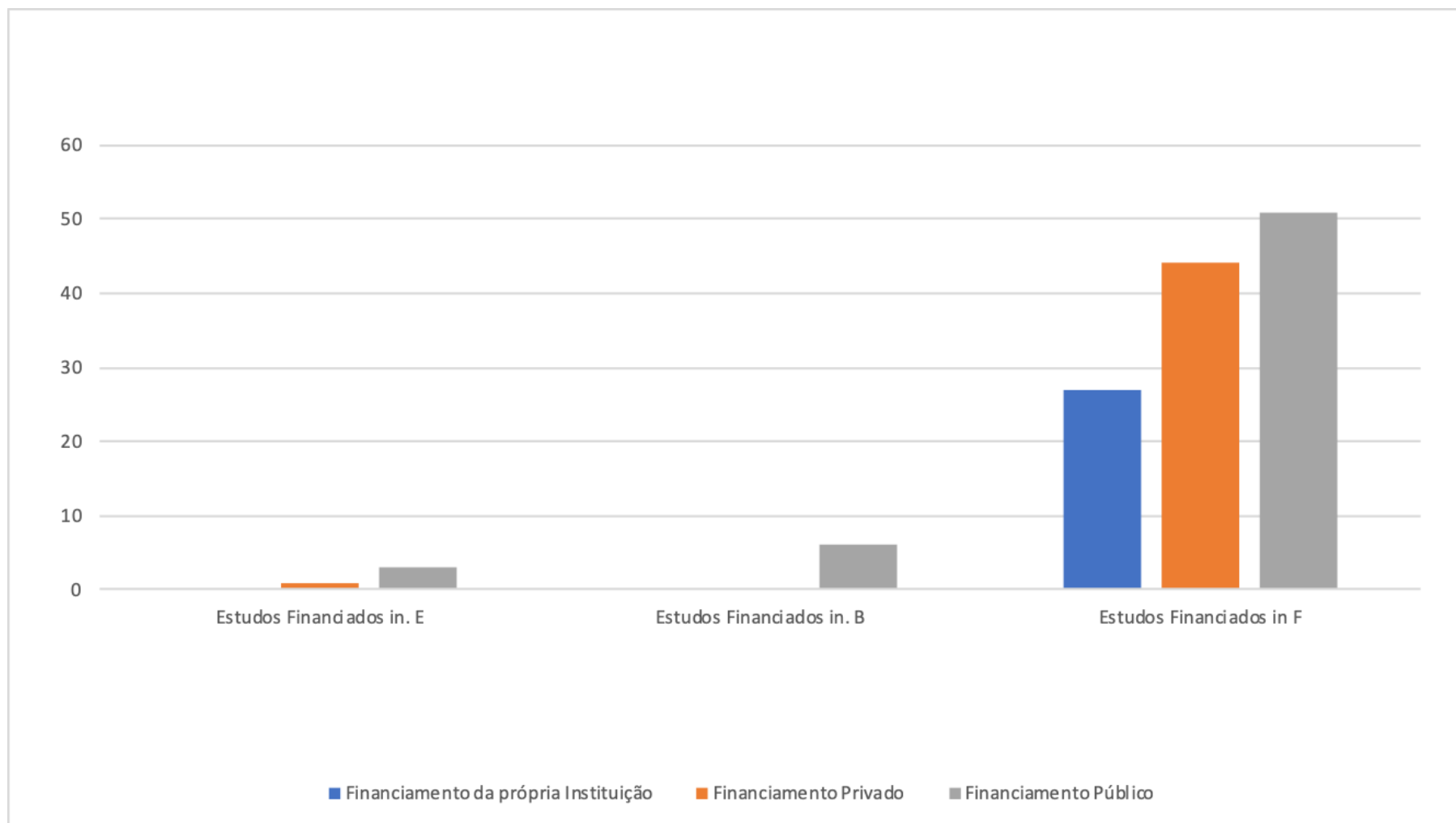


Fonte: Elaboração própria

Tal como o gráfico anterior demonstra, 38,7% dos artigos codificados correspondem a estudos financiados por entidades públicas ou privadas. Dessas pesquisas financiadas, 6,1% correspondem a artigos financiados dos docentes e investigadores/as da instituição *B*, 4% correspondem a artigos dos docentes financiados da instituição *E*, e 88,6% correspondem a artigos financiados dos docentes e investigadores/as da instituição *F*.

Através do gráfico 6.17, conseguimos inferir que os estudos realizados e publicados pelas equipas docentes das instituições em estudo são maioritariamente financiamentos oriundos de entidades públicas. Destacam-se aliás três realidades divergentes entre si.

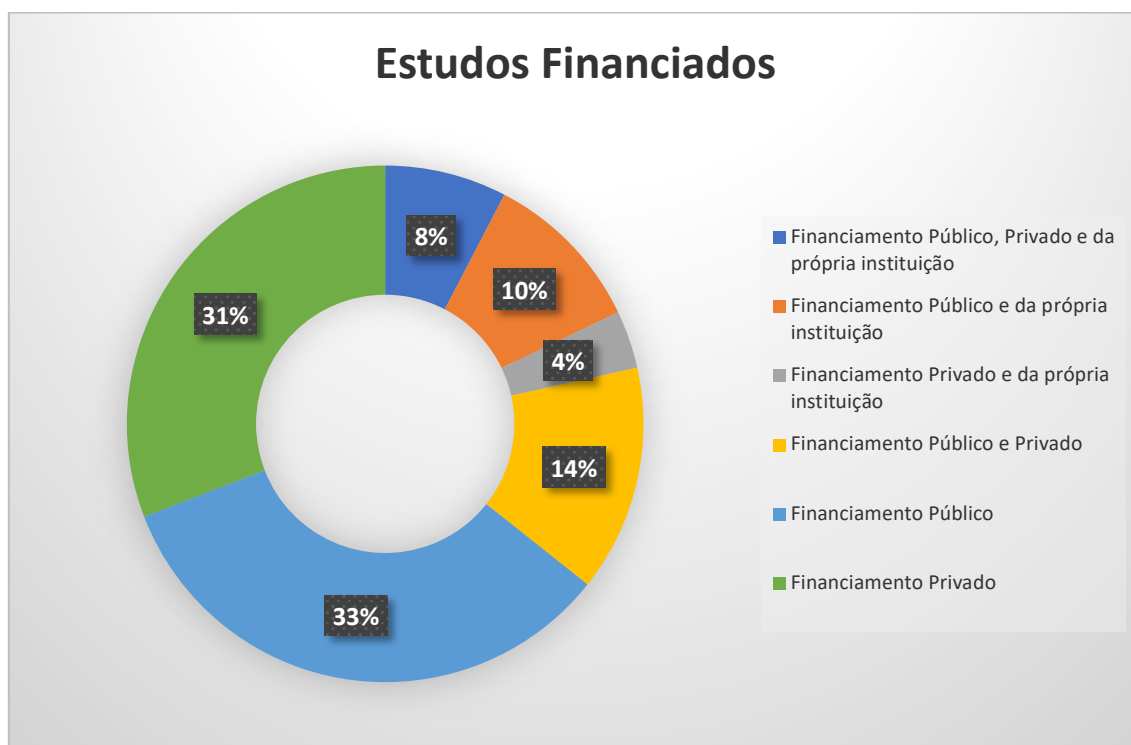
Figura 6.17 – Tipo de financiamentos dos estudos por instituição



Fonte: Elaboração Própria

Os estudos correspondentes aos/as investigadores/as da instituição *B* são unicamente investigações financiadas por fundos públicos, já no que diz respeito à realidade da instituição *E*, 75% dos financiamentos são de instituições públicas e 25% são financiamentos de entidades privadas. As pesquisas realizadas pelos corpos da instituição *F* apresentam 6 formas de financiamento, como é ilustrado na figura 6.18.

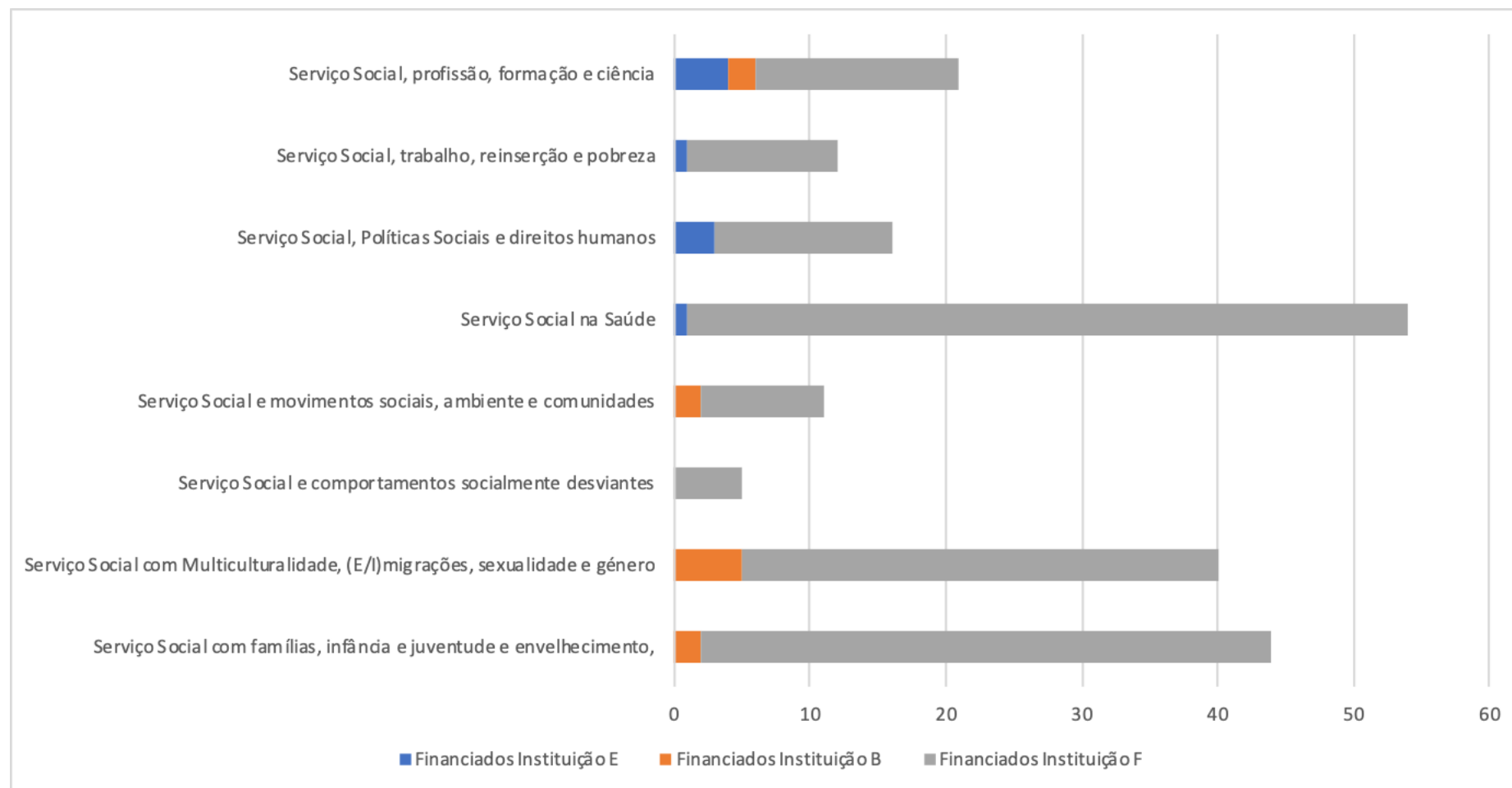
Figura 6.18. Tipos de financiamentos dos estudos da instituição *F* (em percentagem)



Fonte: Elaboração Própria

Numa análise aprofundada, 7,6% dos artigos financiados são apoiados por fundos, públicos, privados e da própria instituição; 3,6 % dos artigos têm financiamento da própria instituição e de instituições privadas; 10,2% têm financiamento da própria instituição e de instituições públicas; 14,1% têm financiamento público e privado; 30,7% dos artigos têm apenas financiamento privado e 33,3% dos artigos da mesma instituição têm financiamento unicamente público.

Figura 6.19. Financiamento por eixos temáticos dos estudos realizados pelos/as investigadores/as das três instituições



Fonte: Elaboração própria

Através da figura 6.19, é possível analisar os eixos temáticos de maior interesse capitalista mediante o direcionamento do financiamento científico. Por outras palavras, inferimos que o eixo temático Serviço Social na Saúde é o mais apelativo para obter financiamento para o desenvolvimento de pesquisas. Devemos, no entanto, ter em consideração que os estudos mais financiados nesse tema se referem a estudos provenientes maioritariamente da realidade norte-americana estudada. Na segunda posição encontra-se o Serviço Social com Famílias, Infância e Juventude e Envelhecimento, e em última posição Serviço Social, Multiculturalidade, (E/I) migrações, Sexualidade e Género. Note-se que ao analisarmos a realidade portuguesa em estudo, compreende-se que os estudos cujos temas se debruçam sobre *Serviço Social , profissão, formação e ciência; Serviço Social , multiculturalidade, (E/I)migrações, sexualidade e género; e, Serviço Social com famílias, infância e juventude e envelhecimento*, têm tendencialmente maior probabilidade de obter financiamento (público), uma vez que foram identificados estes estudos temáticos com financiamento.

Da análise dos artigos da realidade espanhola estudada, produzidos pelos/as investigadores/as da instituição E, deparamo-nos ainda com interesse por parte dos agentes financiadores de estudos científicos por investigações que se debruçam sobre as temáticas: *Serviço Social, Políticas Sociais e Direitos Humanos*; e, *Serviço Social, trabalho, reinserção e pobreza*. Reitera-se a necessidade de ter em atenção que os estudos financiados cruzam também eles um ou mais eixos temáticos (ver Anexo F).

6.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO VI

Os dados analisados, apontam para tendências próprias a cada contexto sócio-histórico-político que revelam como o Serviço Social é adaptado às características culturais dos países. Com efeito quando realizamos uma análise socio-histórica a implantação de doutoramento em Serviço Social nos países em estudo (ver capítulo II e III), entende-se que o contexto sociopolítico da emergência do Serviço Social, torna-se num dos muitos fatores explicativos para o tardio entendimento do Serviço Social como profissão regulamentada e área científica autónoma, em países caracterizados por regimes totalitários nos finais do século XX. Efetivamente os dados recolhidos, referente à produção de conhecimento, é notável o peso da história do Serviço Social consoante a zona geográfica de origem da produção científica.

Nesta análise empírica foi nossa pretensão compreender parte do processo de legitimação e cientificidade do Serviço Social no e pelos agentes do seu próprio campo científico. Elaboramos uma revisão das publicações de artigos científicos do corpo docente/investigador/a, cuja característica cumulativa residia na posse de um doutoramento¹¹⁴ em Serviço Social, e a prática docente nos três programas doutorais em estudo. Foi-nos possível constatar a existência de ciência em, para e do Serviço Social, independentemente do seu reconhecimento sociopolítico. Identificamos que pelo menos em três instituições em que existe doutoramento em Serviço Social promove-se a produção de conhecimento científico típico da área.

Reconhecemos a existência de múltiplos objetos de estudo que estão interconectados com a visão da área do Serviço Social, que outorga voz aos que estão desmunidos de legitimidade na arena pública e científica para denunciar falhas estruturais que agudizem e promovem situações de pobreza social, cultural e económica, desigualdade de direitos, e injustiças sociais. Foram evidenciadas as áreas científicas às quais a produção de conhecimento em Serviço Social mais recorre, sendo a sua própria área a mais elencada, ainda que não se descartem teorias provenientes de outras áreas para uma compreensão mais completa do indivíduo pertencente a um contexto histórico-político cujas marcas do neoliberalismo são inegáveis.

Como em todas as ciências também o Serviço Social recorre a diferentes entendimentos da realidade e da verdade, e, portanto, a diferentes epistemologias e ontologias, dependendo da ideologia científica do/a investigador/a e do próprio objeto de estudo, razão pela qual se distinguem pelo menos três epistemologias diferentes nos estudos. O fator diferencial do Serviço Social face a outras ciências, nomeadamente no quadro das Ciências Sociais consiste no fator que também promove o enfraquecimento da sua legitimidade, o reconhecimento da adoção de uma análise interpretativa sociopolítica e contextual na compreensão dos fenómenos pautados pelo dever, não apenas profissional, mas também científico, ao colocar avante os valores fundamentais do Ser Humano, assim o consideramos ao longo da nossa análise empírica.

Verificamos na leitura dos dados, uma discrepância da valoração do papel do Serviço Social na ciência consoante as instituições dos países em análise. Efetivamente,

¹¹⁴ No caso português foram considerados também os/as investigadores/as que têm em curso a elaboração da sua tese de doutoramento em Serviço Social. Fizemo-lo pelo facto de constarmos a ténue expressividade do corpo docente doutorado em Serviço Social em Portugal, à data da investigação.

tal como os dados empíricos demonstram os estudos da instituição Portuguesa são os que menos financiamento obtiveram, quer por entidades públicas, quer por entidades privadas. Quando comparado com a realidade norte americana, entendemos, pois, que a tendência em Portugal poderá vir a alterar-se no que respeita à realidade científica do Serviço Social. No entanto, e para tal, será necessário enveredar por lutas que dizem respeito às políticas científicas estatais, bem como, a lutas de forças interiores ao campo social.

O terreno científico em Serviço Social é fértil, e em Portugal pela sua juvenilidade no domínio da investigação (remonta aos anos 80 do século passado), tem potencialidades para a inovação científica, tanto no que respeita à visibilidade de “novos” objetos de estudo, bem como, à interpretação da verdade que se afasta dos cânones conservadores tipicamente positivistas, mas nem por isso se afastam da validade e rigor dos resultados, e da sua utilidade para a prática profissional e para a pessoa com quem trabalha o Serviço Social. No nosso entendimento, o Serviço Social enquanto campo científico e profissional deve comprometer-se com aqueles para quem existe, para quem é necessário, reiterando os valores e os princípios éticos que devem reger e distinguir esta área de outras, são estes, a advocacia pelo direito à dignidade humana, à liberdade e à justiça social. É o carácter transformativo, crítico e até revolucionário do Serviço Social que o singulariza num campo complexo e movediço como o é o campo das ciências sociais. Por fim, não é, no nosso entendimento, possível uma única leitura da realidade, não é admissível um único caminho para se chegar a uma verdade, que desde logo assumimos ser impossível apreender na sua totalidade.

CONCLUSÃO

RETRATO DO PROJETO CIENTÍFICO DO SERVIÇO SOCIAL A PARTIR DOS CASOS MÚLTIPLOS: CONCLUSÕES DE UM PONTO DE PARTIDA

“Nesta nova disciplina (Serviço Social), como nas outras, os resultados obtidos, com esforço e dificuldade, pelos pioneiros de uma geração constituem lugares comuns do pensamento da próxima.” Richmond, 1917: 40.

A realização desta tese revelou complexidade por atender a uma leitura internacional, e particularmente, a três diferentes casos históricos, espaciais, de distinta configuração teórica e de legitimação de poder, que devem ser assumidos como casos cujo conhecimento científico construído depende das específicas estruturas sociais que os circundam, da academia que os enformou teórico-cientificamente, da realidade política que os legitimou, da profissão que os treinou, e da realidade social específica que lhe deu terreno para se operacionalizarem. Foi-nos possível explicar algumas características, variações e velocidades referentes às similitudes dos contextos. Na verdade, e acercando-nos do nosso objeto de estudo, não é difícil encontrar semelhanças no que diz respeito à construção da disciplina científica do Serviço Social nos três contextos históricos que estudamos, nomeadamente no que se refere à forma como a disciplina está organizada, em que estrutura académica ocorre, que tipo de teorias são aí veiculadas, ou como e por quem é determinado o que é produzir ciência, isto é, existem alguns elementos estruturais físicos e sociais comuns e existem fatores contextuais que conduzem a experiências semelhantes em diferentes níveis de observação, sendo porém o resultado final bastante diferente em cada um dos casos.

No caso concreto do objeto de investigação que nos moveu – a dimensão científica do Serviço Social – e pelo facto de termos selecionado três contextos diferenciados de pesquisa, encontramos-nos perante um objeto de estudo múltiplo, onde conseguimos explorar e descrever os moldes em que se configura a ciência do Serviço Social em Portugal, em Espanha e nos Estados Unidos a partir da análise de três casos académico-científicos. Com efeito, foi possível identificar discrepância transnacional no que se refere ao projeto científico do Serviço Social.

Como já tivemos oportunidade de referir, a estratégia metodológica de estudos de casos múltiplos, nomeadamente com o estudo do caso português, do caso espanhol e do

caso americano, não visou tanto objetivos de generalização das inferências teóricas, mas sim, complementar e aprofundar a análise dos processos de cientifização do Serviço Social. Sublinhamos não apenas as regularidades existentes entre os casos, mas particularmente as diferenciações e as singularidades entre as realidades com o objetivo de salientar as proximidades e as distâncias associadas a um fenómeno de construção de cientificidade, comumente influenciado por contextos de legitimação externos e internos.

Não foi nosso propósito generalizar os resultados a partir de uma inferência estatística de uma amostra particular para uma população mais ampla. A intenção consistiu na utilização das explanações causais detalhadas dos mecanismos que estão por detrás da definição científica do Serviço Social, em qualquer um dos casos, com o objetivo de obter uma perspectiva de como e porquê um mecanismo semelhante poderia levar a resultados semelhantes, num diferente contexto. Tratou-se de elencar as condições de combinação e exequibilidade do desenvolvimento do *habitus* científicos do Serviço Social que se podem repetir em contextos diversificados e nessa medida de uma perspectiva de replicação e generalização para a teoria.

Tendo como inquietação teórica e problemática referente ao que investiga o Serviço Social, porquê, para quem, quem, como se produz conhecimento científico e como se organiza enquanto disciplina, o estudo que aqui apresentamos pretendeu descortinar a relação existente entre a ciência, institucionalmente definida a partir da academia, nomeadamente nos seus momentos de concretização associados à existência de um programa doutoral e à publicação científica como condição para a exequibilidade académica, e o Serviço Social enquanto disciplina dessa mesma academia e a sua legitimação no campo científico.

Ao longo dos dois primeiros capítulos foram considerados os debates teóricos à volta desta problemática que caracterizamos como tendo pouco potencial de progressão na medida em que encerra constantemente em si uma plêiade de argumentos repetitivos sobre porque deve ser entendido ou não o Serviço Social como ciência. Inquietou-nos ao longo da realização deste trabalho o facto de a área científica do Serviço Social ser frequentemente associada à Sociologia, não havendo harmonização entre as diferentes fontes de dados institucionais. Concluímos num primeiro momento que a Fundação para a Ciência e a Tecnologia¹¹⁵, instituição de legitimação científica por excelência em

¹¹⁵ <https://www.fct.pt/>

Portugal, segue esta fórmula de associação de campos disciplinares, ao passo que a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior em Portugal (A3ES), instituição tutelar da exequibilidade da concretização do ciclo de estudos, desagrega as duas áreas disciplinares, remetendo a cada uma o seu lugar de área científica principal.

Não encontramos, todavia, uma assimetria designativa desta natureza no caso Espanhol e Norte-Americano, onde ao Serviço Social lhe é reconhecida autonomia científica.

Decorrente de duas instâncias internacionais de investigação no âmbito deste estudo, confrontamo-nos com realidades de definição científica do Serviço Social bastante distintas, e, nessa medida pareceu-nos plausível empreender um estudo onde tivéssemos oportunidade de aceder aos contextos organizativos e práticas de formação social que, num momento exploratório, nos pareceram assaz díspares.

Num esforço de cumprimento e garantia das condições objetivas de pesquisa, o menos possível permeáveis a erros de subjetividade pessoal, procuramos conhecer, em cada um dos países qual seria a instituição que, no que se refere ao cumprimento dos critérios de legitimidade científica, estaria melhor posicionada. Foi premente identificar e perceber os elementos científicos que caracterizam o Serviço Social enquanto disciplina autónoma bem como as singularidades das suas configurações nos três casos em estudo.

Para responder aos dois grandes objetivos desta investigação, um associado à história académica do Serviço Social e à sua configuração disciplinar; e outro associado à sua legitimação científica, deparámo-nos com a necessidade de proceder a uma leitura compreensiva da história do Serviço Social na academia nos três países em questão, bem como, uma análise sistemática da produção de conhecimento publicada pelos/as investigadores/as.

Após refutarmos o postulado de que o Serviço Social não tenha uma trajetória histórica no que diz respeito à sua dimensão científica, foram nossos propósitos específicos para o primeiro objetivo geral desta investigação, descrever sociohistoricamente a implantação dos programas de doutoramento em Serviço Social em Portugal, Espanha e EUA, contemplando, por um lado a vertente científica do mesmo no que se refere aos planos de estudos, e por outro a vertente institucional, no que se refere à estrutura organizacional das instituições promotoras desses programas doutorais; analisar a existência da formação identitária, da integração científica e a constituição de comunidades intelectuais (Brekke & Barak, 2014) nos programas de doutoramento estudados; e, analisar o processo de partilha do conhecimento materializado nos

programas curriculares dos doutoramentos em Serviço Social; O culminar desses objetivos refletem-se nas seguintes conclusões.

I. EMERGÊNCIA DA FORMAÇÃO EM SOCIEDADES SOB REGIMES DITATORIAIS E EM PLENA INDUSTRIALIZAÇÃO

Na análise centrada na história do Serviço Social ainda no primeiro capítulo, reconhecemos a dificuldade que as Mulheres viviam para assumir cargos nos jogos de poderes científicos devido ao patriarcado que estava ainda instalado na sociedade ocidental. Este marco histórico erige uma das primeiras hipóteses e possível pista de investigação que emergiram da nossa pesquisa para o entendimento da fragilidade da legitimidade externa do Serviço Social: uma área profissional e científica liderada por Mulheres não pode senão ser uma área confrangida com lutas de forças de poder para conquistar. Nesta prossecução, entendemos como imperativo conhecer o contexto histórico da emergência da formação em Serviço Social nos três países de estudo.

Ao debruçarmo-nos sobre a realidade da emergência do Serviço Social em Portugal, identificamos que tal como em Espanha, a profissão e a formação ergue-se ainda num período ditatorial e de censura da liberdade de expressão. Em Portugal, o ensino da Sociologia e da Psicologia eram proibidos no ensino universitário, reconhecendo-se os centros de formação em Serviço Social, o único quadro de desenvolvimento das Ciências Sociais em Portugal. Ao analisarmos o primeiro plano de estudos, identificamos as influências sanitárias, da medicina e da moralidade, que permitiu esclarecer a causa associada ao facto de o Serviço Social estar, ainda hoje, segundo a Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação (CNAEF) em Portugal, inserido nas áreas de estudo da Saúde e Proteção Social. Em 1956, a formação em Serviço Social continuava a ter subjacente à formação valores católicos, mas agora mais alinhados com a modernidade e nomeadamente com os direitos humanos (tal como assistimos em Espanha), onde implicitamente se encontrava a ideia avançada por Addams (1910) acerca do Serviço Social ser considerado a ciência do carácter. Mais tarde introduziram-se disciplinas específicas da Filosofia, das Ciências Sociais e da Psicologia, mas sobretudo caminhava-se para o processo metodológico do Serviço Social de casos. Em 1960, o Serviço Social via-se legitimado pela academia enquanto curso superior, vendo novamente o seu plano de estudos reformulado, e, com a entrada na Universidade o Serviço Social iniciava o seu

distanciamento da prática-voluntarista para assumir uma prática mais profissionalizante e metódica.

O fim do regime totalitário em Portugal (1974-75) equaciona uma reconceptualização do Serviço Social, em paralelo ao que acontecia na América Latina e em Espanha, conduzindo ao questionamento da formação dos/as assistentes sociais a fim de fazer evoluir as pesquisas positivistas e funcionalistas, emergindo o marxismo como maior referência teórica, influenciado pela ideologia do Serviço Social do Brasil. Efetivamente, é em virtude das constituições Portuguesa e Espanhola que surge uma forma diferente de conceitualizar o trabalho e a ação social sob influências de um movimento crítico, relacionado com a situação económica e política dos países da América Latina, fervilhando ainda com a Revolução Cubana e com os movimentos guerrilheiros que procuravam a transformação social da realidade.

Já no que respeita à realidade da emergência da formação nos Estados Unidos da América, esta teve a sua origem em finais do século XIX, mas é na segunda metade do mesmo século, em que os EUA experienciaram um crescimento massivo da população com a rápida industrialização nos espaços urbanos e com fortes movimentos migratórios, transformações essas acompanhadas de um crescimento intenso dos problemas sociais e na forma estruturada de conceber uma resposta social sólida aos problemas sociais que a modernidade trazia consigo, que se institucionaliza a educação em Serviço Social. Vemos nestas três realidades que o desenvolvimento da formação em Serviço Social não é inócuo ao desenvolvimento de outras condições, de pendor teórico, político e social, que vieram a fazer parte de um movimento progressista, encabeçado por uma classe média educada, interessada em apresentar soluções para a explosão de problemas sociais. Identificamos também, a importância crucial da alteração do papel da mulher nestas sociedades como condição para o desenvolvimento da formação em Serviço Social outorgando espaço para a formação do público feminino e misto.

Concluimos na análise do início das formações em Serviço Social nos três países, que a valoração do conhecimento tácito na sua interdependência com o conhecimento abstrato na formação estava presente, uma vez que todos os cursos ressalvavam e ressalvam, ainda na atualidade, a necessidade de um ensino teórico-prático. Esta valoração presente na história da formação coaduna-se com a hipótese teórica por nós formulada no Capítulo V, sobre a imperatividade de uma convergência cognitiva na formulação do conhecimento em Serviço Social. Pela análise efetuada é-nos permitido afirmar que a formação doutoral em Serviço Social em Portugal, mas também nos EUA

é diversificada, dependendo da escola disciplinar predominante na instituição de ensino superior que promove a formação. Diferencia-se a realidade espanhola, que em 2004 publica o *Libro Blanco de Trabajo Social*, aprovado pela *Agencia Nacional de Evaluación de la Calidad y Acreditación* (ANECA), que vem uniformizar o referencial formativo do Serviço Social, que o define como uma formação teórico-prática, cuja realização de práticas profissionais adquire uma reconhecida importância, na medida em que favorece uma aproximação entre o estudante e o contexto real de exercício profissional, durante a sua formação acadêmica.

Em Portugal o doutoramento em Serviço Social veria a sua autonomia científica ser aprovada em 2010. No que diz respeito à estrutura da formação, nomeadamente, a sua duração e o número de ECTS, encontramos uma homogeneização dos quatro programas doutorais em funcionamento, ou seja, a durabilidade de seis semestres, correspondentes a três anos letivos e ao total de 180 ECTS. Além disso, todos os programas correspondem às designações adotadas para a área científica no quadro de Bolonha. Encontramos evidências que permitem entender que os doutoramentos em Serviço Social em Portugal e em Espanha têm na sua totalidade presentes as três características científicas consideradas fundamentais por Barak e Brekke (2014) num doutoramento em Serviço Social.

II. A SUSTENTÁVEL LEVEZA DA INTEGRAÇÃO CIENTÍFICA NO SERVIÇO SOCIAL

Na nossa indagação exegética encontramos evidências que corroboram a presença de integração científica nos programas doutorais que Barak e Brekke (2014) avançam como sendo condição desejável e necessária num doutoramento em Serviço Social. Trata-se aqui de existência explícita de capacidade para realizar investigação e trabalhos académicos que não sejam apenas de pesquisa básica, mas que tenham também um trabalho aplicado efetivo, ao mesmo tempo que se permite uma abordagem integrativa do uso de vários recursos e disciplinas para dar respostas a problemas reais. A análise empírica mostra-nos neste sentido a predominância de produção científica por parte dos docentes e discentes dos programas doutorais.

Como segunda evidência encontramos a presença da articulação entre teoria e prática e aprofundamento teórico e metodológico no campo da investigação, mas também, a participação em projetos de prestação de serviços à comunidade em parceria

com centros de investigação e a realização de atividades em prol do desenvolvimento social local. Afirmamos que o doutoramento não procura apenas realizar uma pesquisa básica, mas também mover os recursos que tem ao seu dispor para dar uma vertente prática a este trabalho, de modo a que o conhecimento tenha um uso efetivo, seja ele de grande ou pequena escala. É, no nosso entendimento, imprescindível que o conhecimento seja gerado com a mente e transferido continuamente para o mundo real através da matéria do corpo, que produz ações.

Como terceira evidência elencamos a utilidade da produção de conhecimento em Serviço Social no âmbito dos programas doutorais, uma vez que uma ciência vai amadurecendo e reforçando a sua legitimação quanto maior for a utilidade do seu conhecimento. Note-se aliás que esta evidência se associa à segunda evidência, nomeadamente no que respeita ao compromisso por parte dos programas doutorais em realizar atividades que promovam e desenvolvam o bem-estar do seu meio envolvente. Defendemos que criar e desenvolver o conhecimento em Serviço Social é uma emergência que deve ser respondida com a presença dos valores e, por conseguinte, da ética, no que respeita o objetivo de gerar conhecimento científico. Não deve ser esquecido um dos primeiros pilares de Serviço Social, que em última instância deve ser sempre, o de dar voz aos problemas silenciados dos oprimidos e defendendo os valores basilares dos direitos humanos.

Como quarta evidência elencada nos programas doutorais, que nos permite inferir a presença de integração científica, apresentamos o uso de outros recursos e disciplinas para construir respostas com predominância do olhar do Serviço Social, a problemas do mundo real.

III. FOMENTAR O *HABITUS* CIENTÍFICO NA GERAÇÃO Z

O segundo postulado corroborado nesta tese remete para o entendimento do doutoramento como veículo para promover o envolvimento com a comunidade científica de Serviço Social. Identificamos e defendemos que os programas doutorais promovem relações entre doutorandos e a restante comunidade científica em Serviço Social, através da realização de eventos científicos, tais como, debates teóricos, seminários internacionais, e conferências. Mas também através de programas de intercâmbio de estudantes e mobilidade de professores nacionais e internacionais.

Verificamos a preocupação de criação de condições aos estudantes de doutoramento para a prática investigativa e o seu respetivo *habitus* científico. As condições estão criadas, não apenas através da existência de Centros de Investigação em Serviço Social, mas também através dos recursos bibliográficos que os programas doutorais possuem. A academia, e nomeadamente o 3º ciclo em Serviço Social, proporciona oportunidades para que os doutorandos criem grupos de trabalhos.

Em Portugal, foi-nos possível estudar um núcleo de doutorandos o que nos permitiu concluir que este tipo de metodologias pedagógicas e ao mesmo tempo investigativas consegue três diferentes propósitos: i) Incrementar a cultura de investigação em Serviço Social nos estudantes de doutoramento, através da realização e participação em eventos científicos e publicações de artigos em revistas e atas de eventos; ii) integrar alunos migrantes de diferentes países e/ou diferentes regiões nacionais de modo a motivar o trabalho em equipa e a finalização do ciclo de estudos; iii) desenvolver linhas de investigação que analisem dilemas políticos, sociais, económicos e científicos com os quais o Serviço Social se depara, estabelecendo um diálogo inter e transdisciplinar.

Este segundo postulado do envolvimento na comunidade científica descerra o terceiro postulado, da capacidade dos programas doutorais em formarem os seus estudantes para o desenvolvimento e consolidação da identidade académica do Serviço Social, enquanto área profissional e científica. Tal facto remete-nos para a aquisição de conhecimento e *expertise* científica, bem como, o crescimento da personalidade e do carácter, moldados pelo sentido de missão no papel de investigador/a em Serviço Social. Atestamos que o/a investigador/a não pode e não é uma ilha que existe *per si*. Da mesma forma que o Serviço Social acredita que o que afeta o outro, mais cedo ou menos tarde o afeta a ele e por isso é importante o bem-estar social, também acreditamos que é importante estar inserido num contexto específico que reforce a auto-perceção, e alimenta a reflexividade, neste caso a comunidade científica. Como referimos no Capítulo IV e V, essa comunidade rege-se por tradições e paradigmas que permitem realizar a investigação, partilhando uma classe de elementos específicos à área à qual pertence. Efetivamente, a comunidade científica do Serviço Social deve ser entendida através da sua contextualização histórica, política e social que partilha regras e valores. Ora, é importante que os académicos da área conheçam a sua origem. Não se trata de criar um conceito novo, mas desenvolver os lugares comuns do pensamento da geração anterior, com o pensamento da geração presente.

O debate sobre o Serviço Social enquanto disciplina científica poderá ser considerada uma importação do século XIX para o século XXI. Os indivíduos precisam de ter um passado para conseguirem projetar-se, através do seu meio envolvente, no presente, de modo a que a ideia do que são e do que têm para fazer, seja revigorada. Esta premissa permite-nos entender com algum apaziguamento, que não existem problemas sociais a serem criados ou descobertos, pois já existem antes da mente os processar. Pelo contrário, é nossa missão torná-los visíveis e dar voz a quem neles sobrevive. O Homem na sua totalidade (como Richmond (1917) já referia), só pode ser compreendido e ajudado se seguirmos uma abordagem integrativa. Note-se que esta ideia não é nova, e é na contemporaneidade, cada vez mais necessária na consolidação da identidade dos/as assistentes sociais, quer estejam no campo profissional, quer estejam no campo académico. Ao longo dos ciclos formativos os estudantes vão sendo preparados para uma perceção consolidada do lugar (real, e não necessariamente socialmente construído) do Serviço Social na academia, e, por conseguinte, no campo científico.

Como segunda evidência encontramos a formação dos docentes em Serviço Social, figuras de legitimidade científica e com grande relevo no que respeita à formação identitária dos estudantes. Além da realização de atividades de investigação com estudantes, como a produção científica, a realização de conferências e seminários com oradores nacionais e internacionais de Serviço Social, é também relevante quer a existência de um centro de estudos e investigação da área numa instituição, quer a possibilidade de integrar os doutorandos nos centros de estudos. Deste modo, é possível apreender formas de pensar, sentir e fazer ciência em Serviço Social. É através da participação e do associativismo às instâncias de investigação que é possível interiorizar a dimensão prática da identidade académica e interligar (para os estudantes que trabalham também no campo profissional) com a prática, fazendo emergir a *praxis*.

Também a participação em congressos e conferências da área, promovidas pelos programas doutorais, permitem reconstruir a perceção de si enquanto investigador/a de Serviço Social, nomeadamente, ao partilhar uma linguagem académica comum, e visões do mundo familiares à área disciplinar. Efetivamente, a construção e desenvolvimento identitário seja ela académica, profissional ou pessoal parece apenas fazer sentido quando devolvida pelo nosso semelhante. Não será, pois, possível vermo-nos à janela, a não ser através da imagem que construímos de nós no outro.

Portugal não parece reunir as condições para ter um centro de investigação próprio da área. Efetivamente, quer a fragmentação do campo, quer a imaturidade deste campo

científico, parecem fatores associados a esta realidade. A isto se deve acrescentar um jogo viciado por leis típicas de uma sociedade capitalista. Efetivamente as exigências científicas demandam investigadores/as associados/as a centros de investigação reconhecidos e legitimados pelos poderes públicos. Ora, não será difícil perceber como o ator científico rapidamente se torna um agente preso pelas teias da competitividade dos campos científicos. Aquele que opta pela agregação a um centro de investigação sem legitimidade reconhecido pelas agências de acreditação, rapidamente se encontrará fora do tabuleiro do jogo.

Outra evidência faz referência ao Serviço Social enquanto ciência autónoma, em Espanha e nos USA, e em Portugal por um lado reconhecida e legitimada pela A3ES, e por outro, remetida pela FCT para área científica da Sociologia, facto que nos remete para a criação da hipótese e pista de investigação de que, promover a investigação e o financiamento de estudos científicos em Serviço Social, passa num primeiro momento por uma correção da política científica portuguesa no que respeita a autonomia desta área. Efetivamente, no decorrer da análise de três anos de candidaturas de doutorandos com projetos de investigação de doutoramento em Serviço Social à FCT, concluímos num primeiro momento que, a escassez de financiamento científico repousa sobre a realidade do Serviço Social concorrer contra outras áreas sociais, não tendo quotas mínimas de financiamentos para doutoramentos em Serviço Social.

Num segundo momento de análise, identificamos que os avaliadores presentes nos concursos, responsáveis por avaliar projetos científicos específicos do Serviço Social, frequentemente não têm formação na área, ou se têm estes trabalham imperativamente em equipa, cujo par é proveniente da área da Sociologia. São inegáveis os efeitos da existência do jogo de poderes no campo científico, nomeadamente intra Ciências Sociais, ainda que invisível. Pelo que, após a investigação minuciosa por nós elaborada ao rigor científico do Serviço Social, particularmente aos programas de doutoramento existentes e aos padrões de avaliação, recomendamos uma revisão científico-política da autonomia do Serviço Social na candidatura a financiamento público de trabalhos de doutoramento. Na hipótese de uma inevitabilidade em conceder, politicamente, autonomia científica à área, é fundamental a criação de quotas de financiamento intra Ciências Sociais, para assegurar que todas as disciplinas têm as mesmas oportunidades de se desenvolverem cientificamente.

Como segundo grande objetivo da investigação, foi nosso intento compreender o processo de legitimação e cientificidade do Serviço Social no e pelos agentes do seu

próprio campo científico, através de uma revisão das publicações de artigos científicos do corpo docente/investigador/a.

Para tal, conseguimos, de uma forma mais específica, analisar as teorias utilizadas na produção de conhecimento em Serviço Social, designadamente os eixos temáticos predominantes; sistematizar a epistemologia e o(s) método(s) científico(s) utilizados no Serviço Social e a validação das evidências; construir uma matriz reflexiva sobre o(s) objeto(s) de estudo do Serviço Social, nomeadamente no que o distingue das restantes ciências sociais; e compreender o lugar da axiologia na interpretação científica dos fenómenos sociais pelo Serviço Social. O culminar desses objetivos refletem-se nas seguintes conclusões.

IV. SOBRE AS INTERDISCIPLINARIEDADE TEÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL

Defendemos, ao longo do estudo, que as universidades ocupam um lugar, por excelência, neste processo de produção de conhecimento interligado com o mercado, e o professor é hoje, mais do que um elemento avaliado pela competência de docência, uma máquina estimada pela quantidade de artigos que geram mais-valia. Foi através do acesso à universidade, nomeadamente àquelas melhor posicionadas no *ranking* de escolas de Serviço Social (de modo a reforçar a fiabilidade do campo empírico), e do seu corpo docente com formação em Serviço Social que se encontra a trabalhar em programas de lecionação na área, que nos foi possível aceder a uma panóplia de artigos publicados.

Os dados analisados apontam para tendências próprias a cada contexto socio-histórico-político que revelam como o Serviço Social é adaptado às características culturais dos países. Assim, foi-nos possível constatar a existência de ciência em, para e do Serviço Social, independentemente do seu reconhecimento pelas entidades políticas. Identificamos que pelo menos em três instituições em que existe doutoramento em Serviço Social promove-se a produção de conhecimento científico típico da área.

Uma das questões mais levantadas pela literatura diz respeito à singularidade do Serviço Social assumir-se como uma disciplina científica plural das Ciências Sociais. Por outras palavras, como verificamos nos Capítulos II, III e IV e V, uma das características que sempre predominou na configuração do Serviço Social enquanto área académica e profissional refere-se à integração das outras Ciências Sociais para ler a realidade e ter uma postura proactiva promotora de mudança social no mundo.

Já defendemos que um doutoramento em Serviço Social deveria ver contemplado três eixos, sendo um deles o da integratividade da interdisciplinariedade, mas também, a multi e a transdisciplinariedade.

Verificamos na análise empírica que as áreas científicas às quais mais recorreram os/as investigadores/as, e, portanto, as teorias das quais emergiram os estudos dizem respeito essencialmente às várias disciplinas da Ciência Social. Identificamos que as investigações se suportam maioritariamente na literatura do Serviço Social, seguido da Psicologia e da Sociologia. A este nível entendemos que a particularidade do desenvolvimento da formação em Portugal e Espanha, e pela atualidade marcada de lutas de poder para consolidar uma legitimação externa e interna no campo científico, as investigações desses países têm a predominância do uso de teorias provenientes da literatura do Serviço Social. Já ao que à realidade dos Estado Unidos da América diz respeito, ao analisarmos a história da emergência da formação, bem como, os planos de estudos dos doutoramentos, as tendências apontavam já para o que viríamos corroborar, ou seja, uma predominância do uso de teorias oriundas da Criminologia, Psicologia, e outras Ciências da Saúde. Efetivamente, para compreender esta discrepância é necessário reavivar que a consolidação da disciplina nesse país ocorre com uma reconceptualização do Serviço Social cuja legitimidade é alcançada na sua formulação enquanto Serviço Social Clínico.

V. OBJETO(S) DE ESTUDO: ABORDAGEM ECOBIOPSICOSOCIAL DO SER HUMANO

Ao longo do último capítulo analisamos as áreas de interesse dos/as investigadores/as através da identificação dos eixos temáticos sobre os quais repousam os estudos, destacamos o lugar do eixo dos problemas sociais associados à *família, à infância e juventude, e ao envelhecimento*. Este facto permite-nos resgatar a presença histórica do Serviço Social, nomeadamente na sua emergência enquanto profissão associado ao lugar da mulher no seio da família, da maternidade, e da infância. Nota-se uma preocupação acrescida na contemporaneidade no que diz respeito às questões sociais ligadas ao idoso, que é por nós identificado como resultado dos tempos atuais, em que a pirâmide etária assume de forma já nada discreta uma tendência para se inverter. Efetivamente, não podem os/as investigadores/as em Serviço Social negar a existência de uma necessidade

com tendência para aumentar, no que respeita ao aporte de soluções para os problemas fecundos de um envelhecimento negativo.

O segundo eixo temático mais presente diz respeito ao *Serviço Social na Saúde* (onde se integra o Serviço Social Clínico), retomamos a leitura efetuada previamente, relativamente à associação da influência histórica do Serviço Social clínico revisitado no capítulo IV e o contexto de emergência da formação do Serviço Social nos EUA, mas também em Portugal cujo primeiro currículo é fortemente marcado por influência da medicina e da saúde.

Em terceiro lugar, o interesse científico mais identificado é reflexo da crise humanitária, de valores e ideologias a que assistimos hoje a nível global, referimo-nos neste contexto ao eixo das *Multiculturalidades, Imigrações, Migrações, Sexualidade e Género*, alinhados com uma perspetiva humanista e crítica na reafirmação dos valores do Serviço Social e, portanto, dos direitos humanos. Efetivamente os fenómenos globais aos quais se tem assistido, quer no que diz respeito à questão das migrações, dos refugiados, quer à tolerância e concessão de direitos humanos para a liberdade sexual e de género, podem ser fatores associativos para compreender porque está este eixo temático em segunda posição de interesse científico por parte da comunidade científica em estudo.

Por fim, e com uma pequena margem de diferença, é importante referir a preocupação científica em produzir conhecimento especificamente sobre o Serviço Social no que respeita ao seu domínio *prático, formativo e científico*. Tal evidência poderá indicar uma futura tendência para que a área se reafirme e consolide a sua legitimação externa, enquanto área científica aplicada autónoma.

Corroboramos a hipótese de Ferreira & Diez (2016), relativamente ao objeto de estudo do Serviço Social encontrar-se na relação/interação centrada no Ser Humano integrado num contexto social, político, económico e cultural. Identificamos que a diversidade de campos e especificidades científicas e profissionais se apresenta como uma possibilidade teórico-prática para a disciplina, num marco de globalização e cidadania social. Por conseguinte, se tomarmos em análise os eixos temáticos por nós categorizados, identificamos que os objetos de estudo se concentram no papel do Serviço Social enquanto mediador de conflitos estruturais tendo como finalidade intervir nas tensões, conflitos e violências entre grupos de indivíduos excluídos. Entende-se, através desta análise, que o conhecimento criado e, por nós observado, intenta-se enquanto elo de comunicação entre sistemas que se caracterizam pela dificuldade de interconexão entre

estruturas e indivíduos, recursos e sistemas, reafirmando a prevalência da defesa da justiça e dos direitos humanos.

Se olharmos atentamente para os eixos temáticos categorizados, identificamos que todos têm a intervenção do Serviço Social, ou o entendimento do Serviço Social interligado a fenômenos sociais e a indivíduos pertencentes a grupos potencialmente estigmatizados e identificados como pertencentes a uma franja populacional ecológica, social e politicamente fragilizada. Evidências que corroboram Krmpotic (2013: 87) quando refere que é no campo das lutas pelas necessidades, os recursos e os direitos que emergem as motivações e os objetivos da investigação em Serviço Social.

VI. EPISTEMOLOGIAS MÚLTIPLAS: OLHARES MÚLTIPLOS E VERDADES ABSOLUTAS INATINGÍVEIS

No Capítulo V deste estudo procuramos esclarecer as principais vias epistemológicas que podem originar outras formas de entendimento da realidade e da verdade. Defendemos a necessidade de o projeto científico do Serviço Social se manter aberto às diferentes abordagens epistemológicas, desvinculando-se da ideia tradicionalista da ciência positivista, uma vez que, a pessoa enquanto ser social é dotada de realidades inobserváveis, impossíveis de serem medidas pela ciência, a não ser através dos efeitos dessas inobservâncias. Concluimos também, que é inevitável, no processo da criação do produto científico estar totalmente despido de ideologias mais ou menos conscientes, quer na opção epistemológica a utilizar, quer na escolha e criação do objeto de estudo e escolha de métodos.

Esta pesquisa demonstra evidências claras de uma predominância das epistemologias positivistas e neopositivistas nos artigos analisados nos três casos em estudo. Predomina o raciocínio dedutivo que, através de enunciados, organizam a teoria e permite explicar generalizações e realizar previsões. A ciência é tida como algo unificado, que supõe uma conexão de leis científicas permitindo chegar a novas formulações. As leis estatísticas abundam, as teorias sociais apresentam um nível de sistematização suficiente, e a sua confirmação é factual. Concluimos de igual forma que esta predominância se ressalva essencialmente na realidade americana como confirmado com Anastas & Congress (1999), compreendida através das tendências de pesquisa sobre objetos de estudos que remetem para o Serviço Social na Saúde e, portanto, para o

domínio mais aproximado das Ciências Naturais. A esta epistemologia identificam-se opções metodológicas predominantemente quantitativas, e que uma vez a escolha deste caminho de investigação é predominantemente utilizada nas pesquisas que se desenvolveram nas temáticas associadas às *dependências e adições, infância e juventude, envelhecimento e saúde mental*, todas elas interconectadas umas às outras e à área do Serviço Social na construção do objeto de estudo. Defendemos que a função tradicional da ciência em Serviço Social tem sido produzir um conhecimento válido e testado através do estudo sistemático de fenómenos que remetem para métodos de teste de confiabilidade e validade de medição, de processos sistemáticos para controlar a recolha de dados, e o uso de desenhos controlados e análises estatísticas que eliminam explicações alternativas, em prol de um reconhecimento de legitimidade do conhecimento posicionando-o numa posição privilegiada na hierarquia científica.

A segunda via epistemológica predominante mais utilizada na produção de conhecimento analisada, diz respeito à via interpretativista. Este paradigma assume que as classificações não são determinadas pela componente física do mundo, mas são estas sim vias de representação do mundo. As teorias não são descrições, pelo contrário, são vias parciais de entender o mundo e que devem ser comparadas e/ou complementadas com outras pelos poderes explanatórios.

As interpretações dos cientistas sociais criam um eco nos indivíduos, transmitido por veículos sociais, influenciando o indivíduo numa dupla hermenêutica. Verificamos que associado ao interpretativismo estão dois paradigmas epistemológicos subjacentes: a fenomenologia e a etnografia. Cada um destes três pressupostos epistemológicos está associado à metodologia qualitativa. É procurado o estudo dos significados e símbolos culturais, bem como, a interação o envolvimento e as representações sociais. Os resultados que maioritariamente resultam desta adoção de ver o mundo e a ciência são, predominantemente, dois: teorias explicativas da e para a ação humana (no caso em análise para práticas profissionais ou efeitos de políticas sociais ou intervenções na pessoa com quem o Serviço Social trabalha) e a produção de esquemas de identidade de grupos. Assim, foi-nos possível constatar a existência de ciência em, para e do Serviço Social, independentemente do seu reconhecimento sociopolítico. Identificamos que pelo menos em três instituições em que existe doutoramento em Serviço Social promove-se a produção de conhecimento científico típico da área.

Reconhecemos a existência de múltiplos objetos de estudo que estão interconectados com a visão da área do Serviço Social, que outorga voz aos que estão

desmunidos de legitimidade na arena pública e científica para denunciar falhas estruturais que promovem situações de pobreza social, cultural e económica, desigualdade de direitos, e injustiças sociais. Para tal foram evidenciadas as áreas científicas às quais a produção de conhecimento em Serviço Social mais recorre, sendo a sua própria área, ainda que não se descartem teorias provenientes de outras áreas para uma compreensão mais completa do indivíduo pertencente a um contexto histórico-político cujas marcas do neoliberalismo são inegáveis.

O fator diferencial do Serviço Social face a outras ciências, nomeadamente sociais, consiste no fator que também promove o enfraquecimento da sua legitimidade, o reconhecimento da adoção de uma ideologia sociopolítica na compreensão dos fenómenos pautados pelo dever, não apenas profissional, mas também científico em colocar avante os valores fundamentais ao Ser Humano, assim o consideramos ao longo da nossa análise empírica.

É notória a discrepância da valoração do papel do Serviço Social na ciência consoante as instituições dos países em análise. Efetivamente, tal como os dados empíricos demonstram os estudos da instituição Portuguesa são os que menos financiamento obtiveram, quer por entidades públicas, quer por entidades privadas. Quando comparado com a realidade norte americana, entendemos, pois, que a tendência em Portugal poderá vir a alterar-se no que respeita à realidade científica do Serviço Social. No entanto, e para tal, será necessário enveredar por lutas que dizem respeito às políticas científicas estatais, bem como, a lutas de forças interiores ao campo social.

O terreno científico em Serviço Social é fértil e em Portugal, pela sua juventude, tem potencialidades para a inovação científica, tanto no que respeita à criação de novos objetos de estudo, bem como, à interpretação da verdade que se afasta dos cânones conservadores tipicamente positivistas, mas nem por isso se afastam da validade e rigor dos resultados, conclusão e da sua utilidade para a prática profissional e para a pessoa com quem trabalha o Serviço Social .

No nosso entendimento, todo o sujeito que se vê na tarefa de produzir conhecimento científico é, em sentido lato, um sujeito implicado. Contudo, o desenvolvimento do modo de produzir esse tipo de conhecimento fez surgir, também, mecanismos aceites pelas comunidades epistêmicas capazes de controlar a implicação. O pressuposto da neutralidade da ciência é visto hoje, maioritariamente, como uma quimera. Não há desinteresse em ciência, logo, nenhuma neutralidade é possível. Consoante se desenvolvem os conhecimentos científicos, também os mecanismos de controlo se

desenvolvem. Ao assumir o desafio de produzir conhecimento científico ocupando-se do objeto do qual é parte, qualquer autor, como sujeito implicado, vincula, de modo inescapável, a sua identidade ideológica ao próprio projeto, embora a ideologia assuma diferentes significados para os que fazem uso do termo, tal como referimos no capítulo VI, como uma trama de fios conceituais do tipo paradigmático ou historicamente ‘consagrado’.

Nas últimas décadas temos assistido a um assalto à arena da intervenção em Serviço Social pela privatização do domínio público que, inevitavelmente, acarreta mudanças à prática profissional, levando os/as assistentes sociais a assumir papéis de controlo ao invés de serem atores de garantia de direitos. Efetivamente, o mundo tem enfrentado uma nova e também antiga vaga da ideologia sociopolítica de extrema-direita que compromete a garantia dos direitos humanos e de justiça social. São disso exemplo os efeitos que emergiram com a Era de Trump no Estado Social, e a alavanca do ressurgimento da estirpe do fascismo de Bolsonaro no Brasil, que acarretou um decréscimo de direitos e liberdade à vida dos oprimidos. Neste seguimento, é inquestionável a utilidade do Serviço Social enquanto profissão, mas também, enquanto ciência que se mantém disponível a interpretar e compreender a realidade defendendo o sentido ético e a ideologia dos valores da profissão. No nosso entendimento, a proeminência do positivismo em Serviço Social deve ser questionada, tal como devem as *Evidence Based Practice* serem tomadas com recuo, uma vez que priorizar esta abordagem está intimamente relacionado com o avanço das políticas sociais neoliberais. É necessário tomar criticamente a corrente tendência positivista da ciência em Serviço Social, enfatizando a importância da intersubjetividade e comunicação para não se correr o risco de se anular as singularidades individuais. Defendemos a necessária resistência científica, na afirmação de epistemologias alternativas que desafiam as standardizações convencionais do que é ciência, com o fim último de não se perder o projeto humanista do Serviço Social, onde a pessoa é entendida como um Ser com singularidades plurais e para promover o verdadeiro Estado Social e Humano. Finalmente como pista de investigação futura, o nosso estudo mais do que um ponto de chegada, configura-se um ponto de partida para uma nova investigação que se debruce sobre as dimensões simbólicas que perfilham o Serviço Social como uma Ciência Social Aplicada Integrativa, bem como, sobre as tendências da utilidade efetiva que os conhecimentos científicos do Serviço Social têm na e pela sociedade civil (cidadãos, instituições e estruturas).

CONCLUSION

PORTRAIT OF THE SOCIAL WORK SCIENTIFIC PROJECT FROM MULTIPLE CASES: CONCLUSIONS FROM A DEPARTURE

"In this new discipline (Social Work), as in others, the results obtained with effort and difficulty by the pioneers of one generation are commonplace in the thinking of the next." (Richmond, 1917: 40)

The realization of this thesis revealed complexity because it meets an international reading, and in particular, three different historical, spatial cases, of distinct theoretical configuration and legitimation of power, which must be assumed as cases whose constructed scientific knowledge depends on the specific social structures that surround them, the academy that shaped them theoretically and scientifically, the political reality that legitimized them, the profession that trained them, and the specific social reality that gave them the ground to operate. We were able to explain some characteristics, variations, and velocities regarding the similarities of the contexts. In fact, and approaching our object of study, it is not difficult to find similarities with regard to the construction of the scientific discipline of Social Work in the three historical contexts that we have studied, namely about how the discipline is organized, in which academic structure it occurs, what kind of theories are conveyed there, or how and by whom it is determined what it is to produce science, that is, there are some common physical and social structural elements and there are contextual factors that lead to similar experiences at different levels. However, the final result is quite different in each case.

In the specific case of the research object that moved us - the scientific dimension of Social Work - and because we have selected three different research contexts, we were faced with a multiple object of study, which we were able to explore, and describe how the science of Social Work configures itself in Portugal, Spain and the United States of America from the analysis of three academic-scientific cases. Indeed, it was possible to identify transnational discrepancy regarding the scientific project of Social Work.

As we have already mentioned, the methodological strategy of multiple case studies, namely the study of the Portuguese case, the Spanish case and the American case, was not so much aimed at generalizing the theoretical inferences but complementing and deepening the analysis of the scientification process of Social Work. We emphasize not only the regularities that exist between the cases, but particularly the differences and the

singularities between the realities to highlight the proximity and the distances associated with a phenomenon of scientific construction, commonly influenced by external and internal legitimation contexts.

It was not our purpose to generalize the results from a statistical inference of a particular sample to a larger population. The intention was to use the detailed causal explanations of the mechanisms behind the scientific definition of Social Work, in either case, to gain insight into how and why a similar mechanism could lead to similar results in different contexts. It was a question of listing the conditions of combination and feasibility of the development of the scientific *habitus* of Social Work that can be repeated in diverse contexts and to this extent from a perspective of replication and generalization to the theory.

Having as a theoretical concern what does Social Work researches, why, for whom, who, how scientific knowledge is produced and how it is organized as a discipline, the study presented here intended to unveil the relationship between science, institutionally defined as starting from the academy, namely in its moments of accomplishment associated with the existence of a doctoral program and scientific publication as a condition for the academic feasibility, and Social Work as a discipline of that same academy and its legitimation in the scientific field.

Throughout the first two chapters, we have considered the theoretical debates surrounding this problem which we characterize as having little potential for progression as it constantly holds within itself a plethora of repetitive arguments as to why Social Work should be understood or not as science. Throughout this work, we were apprehensive that the scientific area of Social Work is often associated with Sociology, and there is no harmonization between the different sources of institutional data. We first concluded that the Foundation for Science and Technology¹¹⁶, institution of scientific legitimation par excellence in Portugal, follows this formula of association of disciplinary fields, while the Higher Education Evaluation and Accreditation Agency in Portugal (A3ES)¹¹⁷, the tutelary institution of the feasibility of higher education, disaggregates the two disciplinary areas, referring each to its place of main scientific area.

¹¹⁶ <https://www.fct.pt/>

¹¹⁷ <https://www.a3es.pt/pt>

We do not find, however, a designative asymmetry of this nature in the Spanish and North American cases, where Social Work is acknowledged as scientifically autonomous.

Resulting from two international research instances within this study, we were confronted with quite distinct realities of scientific definition of Social Work, and, to that extent, it seemed plausible to undertake a study where we had the opportunity to access the organizational contexts and practices of social work education which, in an exploratory moment, seemed to us quite distinct.

To fulfill and guarantee objectivity, as little as possible, subject to errors of personal subjectivity, we tried to know, in each of the countries, which would be the institution that, in terms of meeting the criteria of scientific legitimacy, would be better positioned. It was urgent to identify and understand the scientific elements that characterize Social Work as an autonomous discipline as well as the singularities of its configurations in the three cases under study.

To answer the two main objectives of this research, one associated with the academic history of Social Work and its disciplinary configuration; and another associated with its scientific legitimation, we faced the need for a comprehensive reading of the history of Social Work in academia in the three countries concerned, as well as a systematic analysis of the production of knowledge published by researchers.

After refuting the postulate that Social Work does not have a historical trajectory regarding its scientific dimension, our specific purposes were for the first general objective of this investigation, to describe sociohistorically the implementation of PhD programs in Social Work in Portugal, Spain, and the USA, considering, on the one hand, the scientific property of it regarding the study plans, and on the other, regarding the organizational structure of the institutions promoting these doctoral programs (institutional property); to analyze the existence of identity formation, scientific integration and the constitution of intellectual communities (Brekke & Barak, 2014) in the doctoral programs studied; to analyze the process of sharing knowledge materialized in the curricular programs of PhDs in Social Work. The culmination of these objectives is reflected in the following conclusions.

I. EMERGENCY OF SOCIAL WORK TRAINING IN SOCIETIES UNDER DICTATORSHIP STATES AND FULL INDUSTRIALIZATION

In the analysis of the history of Social Work presented in the first chapter, we recognize the difficulty that women experienced in assuming positions in scientific power games due to the patriarchy that was still installed in Western societies. This landmark leads us to the one of the first hypotheses and possible research clues that emerged from our research to understand the fragility of the external legitimacy of Social Work: a professional and scientific area led by women can only be an area enclosed by the power struggles to conquer. In this pursuit, we understand as imperative to know the historical context of the emergence of training in Social Work in the three countries of study.

When we look at the reality of the emergence of Social Work in Portugal, we identify that, as in Spain, the profession and training have raised in a dictatorial and censorship period of freedom of expression. In Portugal, the teaching of sociology and psychology was prohibited in university education, whereas the only framework recognized for the development of social sciences were the training centers in Social Work. By analyzing the first study plan, we identified the health, medicine and morality influences, which clarified the cause that remains about Social Work being, currently, inserted in the areas of study of Health and Social Protection according to the National Classification of Education and Training Areas (CNAEF) in Portugal. In 1956, training in Social Work continued to underlie the formation of Catholic values, but now more in line with modernity and notably human rights (as we have seen in Spain), where the point stated by Addams (1910), about Social Work being considered the science of character, was implicitly found. Later, specific disciplines of Philosophy, Social Sciences and Psychology were introduced in the study plans, but above all one went towards the methodological process of the Social Work of cases. In 1960, Social Work was legitimated by the academy as a college, seeing again its reformulated curriculum. With the entrance to the University level, Social Work has begun its detachment from the voluntarist way of doing to assume a more professionalizing and methodical practice.

The end of the totalitarian regime in Portugal (1974-75) promotes a reconceptualization of Social Work, in parallel with what happened in Latin America and Spain, leading to the questioning of the training of social workers in order to make positivist research evolve. Marxism emerged as the major theoretical reference, influenced by the ideology of Social Work in Brazil. Indeed, it is under the Portuguese

and Spanish constitutions that a different way of conceptualizing Social Work and social action emerges underneath the influence of a critical movement, related to the economic and political situation of the Latin American countries, still boiling with the Cuban Revolution and the guerrilla movements that pursued the social transformation of reality.

In the United States, the emergence of training in Social Work was initiated in the late nineteenth century. It is in the second half of the same century that the United States has experienced a massive population growth in urban spaces associated with rapid industrialization and strong migratory movements. These transformations accompanied by an intense growth of social problems and the structured way of conceiving a solid social response to the social problems brought by modernity were the roots for the institutionalization of Social Work education. We understand in these three realities that the development of training in Social Work is not innocuous to the development of other conditions, of theoretical, political and social inclination, that came to be part of a progressive movement, headed by an educated middle class, interested in presenting solutions as a response to the explosion of social problems. We have also identified the crucial importance of changing the role of women in these societies as a condition for the development of training in Social Work giving space for the formation of the female public.

We concluded in the analysis of the beginning of Social Work training in the three countries, that the valuation of tacit knowledge in its interdependence with abstract knowledge was present since all the courses still emphasized and still emphasize the need for a theoretical and practical teaching. This valuation present in the history of formation is in line with the theoretical hypothesis we have formulated in Chapter V, about the imperative of a cognitive convergence in the formulation of knowledge in Social Work. From the analysis, we are allowed to say that doctoral training in Social Work in Portugal, but also in the United States of America is diverse, depending on the predominant disciplinary school in the higher education institution that promotes training. It differs from the Spanish reality, with the publication in 2004 of the Libro Blanco de Trabajo Social, approved by the National Agency for the Evaluation of Quality and Accreditation (ANECA), which comes to standardize the formative framework of Social Work, defining it as a theoretical-practical formation. Indeed, the practice acquires a recognized importance, as it favors a closer relationship between the student and the real context of professional practice, during his academic formation.

In Portugal, the PhD in Social Work would have its scientific autonomy approved in 2010. Concerning the structure of the training, namely its duration and the number of ECTS, we found a homogenization of the four doctoral programs in operation, i.e. six semester durability, corresponding to three school years and a total of 180 ECTS. In addition, all programs correspond to the designations adopted for the scientific area determined by the Bologna Treaty framework. We find evidence that allows us to recognize that PhDs in Social Work in Portugal and Spain have in their entirety the three scientific characteristics considered fundamental by Barak and Brekke (2014) in a PhD in Social Work.

II. THE SUSTAINABLE LIGHT OF SCIENTIFIC INTEGRATION IN SOCIAL WORK

In our exegetical inquiry, we find evidence that supports the presence of scientific integration in the doctoral programs that Barak and Brekke (2014) advance as a desirable and necessary condition in a PhD in Social Work. This is an explicit ability to conduct research and academic work that is not just basic research but also has effective applied work while allowing an integrative approach to the use of various resources and disciplines to provide answers to real problems. The empirical analysis shows us in this sense the predominance of scientific production by teachers and students of doctoral programs.

As a second evidence we find the presence of the articulation between theory and practice and theoretical and methodological deepening in the research field, but also, the participation in community service projects in partnership with research centers and the development of activities in favor of local social development. We affirm that the PhD does not only seek to carry out basic research but also to move the resources at its disposal to give a practical aspect to this work, so that knowledge has an effective use, be it large or small scale. It is, in our understanding, essential that knowledge is generated with the mind and continuously transferred to the real world through the body matter that produces actions.

As a third piece of evidence, we list the worth of knowledge production in Social Work within doctoral programs, since science is maturing and reinforcing its legitimation the greater the usefulness of its knowledge. It should be noted that this evidence is associated with the second evidence, namely concerning the commitment of doctoral

programs to carry out activities that promote and develop the well-being of their surroundings.

We argue that creating and developing knowledge in Social Work is an emergency that must be solved with the presence of values and, therefore, ethics, concerning the objective of generating scientific knowledge. One must not forget one of the first pillars of Social Work, which ultimately must always be that of giving voice to the silenced problems of the oppressed and defending the basic values of human rights.

As the fourth evidence listed in doctoral programs, which allows us to infer the presence of scientific integration, we present the use of other resources and disciplines to construct responses with a predominant Social Work perspective to real-world problems.

III. PROMOTION OF THE SCIENTIFIC *HABITUS* IN GENERATION Z

The second postulate corroborated in this thesis refers to the understanding of the doctorate as a vehicle to promote involvement with the scientific community of Social Work. We have identified and advocated that doctoral programs promote relationships between doctoral students and the rest of the scientific community in Social Work through the holding of scientific events, such as theoretical debates, international seminars, and conferences. But also, through student exchange programs and national and international teacher mobility.

We verified the concern of creating conditions for PhD students for investigative practice and their scientific *habitus*. The conditions are created not only through the existence of research centers in Social Work but also through the bibliographic resources that doctoral programs have. The academy, and notably the 3rd cycle in Social Work, provides opportunities for doctoral students to create working groups.

In Portugal, we were able to study an unit of PhD students which allowed us to conclude that this type of pedagogical and at the same time investigative methodologies achieve three different purposes: i) increase the culture of research in Social Work in PhD students through conducting and participating in scientific events and publication of articles in journals and conference proceedings; ii) integrate migrant students from different countries and/or different national regions in order to motivate teamwork and the completion of the study cycle; iii) develop research projects that analyze political,

social, economic and scientific dilemmas that Social Work faces, establishing an inter and transdisciplinary dialogue.

This second postulate of involvement in the scientific community unveils the third postulate, of the ability of doctoral programs to train their students for the development and consolidation of the Social Work academic identity, as a professional and scientific area. This leads us to the acquisition of scientific knowledge and expertise, as well as the growth of personality and character, shaped by the sense of mission in the role of researcher in Social Work.

We certify that the researcher cannot and is not an island that exists on its own. Just as Social Work believes that what affects the other sooner or later affects him, reinforcing the importance of social welfare, so we also believe that it is important to be included in a specific context that reinforces self-esteem perception, and feeds reflexivity, in this case, the scientific community. As we have mentioned in Chapter IV and V, this community is ruled by traditions and paradigms that allow for research, sharing a class of elements specific to the area to which it belongs. Indeed, the scientific community of Social Work must be understood through its historical, political and social context that shares models and values. However, scholars in the field must know its origin. It is not a question of creating a new concept, but of developing the commonplaces of the thought of the previous generation with the thought of the present generation.

The debate on Social Work as a scientific discipline could be considered an importation from the 19th to the 21st century. Individuals need a past to be able to project themselves through their surroundings into the present so that the idea of what they are and what they have to do is reinvigorated. This premise allows us to understand with some appeasement that there are no social problems to be created or discovered, for they already exist before the mind processes them. On the contrary, it is our mission to make them visible and to give voice to those who survive in them. Man, in its entirety (as Richmond (1917) already mentioned) can only be understood and helped if we follow an integrative approach. It should be noted that this idea is not new and is nowadays increasingly necessary to consolidate the identity of social workers, whether in the professional field or the academic field. Throughout the training cycles, students are being prepared for a consolidated perception of the place (real, and not necessarily socially constructed) of Social Work in academia, and therefore in the scientific field.

As second evidence we find the formation of the faculty in Social Work, figures of scientific legitimacy and with great importance concerning the identity formation of

the students. In addition to conducting research activities with students, such as scientific production, holding conferences and seminars with national and international Social Work speakers, it is also relevant whether there is a discipline and research center in an institution or the possibility of integrating doctoral students in research centers. Thus, it is possible to learn ways of thinking, feeling and doing science in Social Work. It is through participation and associative engagement to the research instances that it is possible to internalize the practical dimension of academic identity and interconnect (for students who also work in the professional field) with practice, giving rise to *praxis*.

Also, the participation in congresses and conferences in the area, promoted by doctoral programs, allow the reconstruction of self-perception as a Social Work researcher, namely by sharing a common academic language, and familiar worldviews to the disciplinary area. Indeed, identity construction and development, whether academic, professional or personal, only seems to make sense when returned by our fellow man. Therefore, it will not be possible to see ourselves at the window, except through the image we construct of ourselves in the other.

Portugal does not seem to have the conditions to have its own Social Work research center. Indeed, both the fragmentation of the field and the immaturity of this scientific field seem to be explanatory factors. To this must be added an addicted game by the typical laws of a capitalist society. Effectively the scientific demands request researchers associated with research centers recognized and legitimized by the public authorities. Now, it will not be difficult to see how the scientific actor quickly becomes an agent trapped by the webs of competitiveness of scientific fields. Those who choose to join a research center not recognized by accreditation agencies will rapidly find themselves off the game board.

Other evidence refers to Social Work as an autonomous science, in Spain and the USA, and in Portugal, on the one hand, recognized and legitimized by A3ES, and on the other hand, referred by the FCT to the scientific area of Sociology, which leads us to hypothesize that, to promote the research and the financing of scientific studies in Social Work, at first it is needed a correction of the Portuguese scientific policy regarding the autonomy of this area. Indeed, in the course of the three-year analysis of PhD student applications with PhD research projects in Social Work at FCT, we concluded at the outset that the scarcity of scientific funding rests on the reality of Social Work competing against other social areas, having minimum funding quotas for PhDs in Social Work.

In a second moment of analysis, we identified that the evaluator team present in the competitions, responsible for evaluating specific scientific projects of Social Work, often do not have training in this discipline, or if they do they have to work imperatively in team, whose peers come from other Social Sciences, usually from Sociology. The effects of the existence of power games in the scientific field, in particular, are undeniable within Social Sciences, although invisible. Therefore, following our thorough research into the scientific rigor of Social Work, particularly on what concerns existing doctoral programs and assessment standards, we recommend a scientific-political review of the autonomy of Social Work in applying for public funding for doctoral work. In the event of an impossibility to politically endow scientific autonomy to this discipline, it is essential to create financing quotas within Social Sciences, to ensure that all areas of study have the same opportunities to develop scientifically.

As the second major objective of the research, it was intended to understand the process of legitimacy and scientificity of Social Work in and by the agents of this scientific field, through a review of the scientific articles published by the faculty/researcher. To this end, it is possible to create a more specific form, to analyze as theories used in the production of knowledge in Social Work, namely the predominant thematic axes; systematize epistemology and the scientific method (s) used in Social Work and species validation; build a reflective matrix on the object (s) of study of Social Work, in particular what does not distinguish the other social economies; and to understand the place of axiology in the scientific interpretation of social phenomena by Social Work. The culmination of these objectives is reflected in the following conclusions.

IV. ON THEORETICAL INTERDISCIPLINARITY OF SOCIAL WORK

We argue throughout the study that universities occupy a place, par excellence, in this process of knowledge production interconnected with the market, and the faculty is today, more than an element evaluated by pedagogical competence, a machine estimated by the quantity of articles that generate added value. It was through access to the university, namely those best placed in the ranking of Social Work schools (to reinforce the reliability

of the empirical field), and its faculty with training in Social Work that is working in teaching programs that we were able to access a panoply of published articles.

The data analyzed point out to trends specific to each socio-historical-political context that reveal how Social Work is adapted to the cultural characteristics of countries. Thus, we were able to verify the existence of science in, to and from Social Work, regardless of its recognition by political entities. We found that at least three institutions with a PhD in Social Work promote the production of scientific knowledge typical of the area.

One of the most raised questions in the literature concerns the uniqueness of Social Work to assume itself as a plural scientific discipline of the Social Sciences. In other words, as we found in Chapter II, III, IV and V, one of the characteristics that have always predominated in the configuration of Social Work as an academic and professional area refers to the integration of other Social Sciences to read reality and to have a proactive stance, promoter of social change in the world.

We have already argued that a PhD in Social Work should accomplish three axes, one being the integrativeness of interdisciplinarity, but also multi and transdisciplinarity.

We found in the empirical analysis that the scientific areas most used by researchers, and therefore the theories from which studies emerged, concern essentially the various disciplines of Social Sciences. We identified that the investigations are mostly supported by the Social Work literature, followed by Psychology and Sociology. At this level, we understand that the peculiarity of the development of the formation in Portugal and Spain. Indeed, with a present marked by conflicts to consolidate an external and internal legitimation in the scientific field, scientific research in these countries have the predominance of the use of theories from the Social Work literature. As far as the reality of the United States of America is concerned, when analyzing the history of the emergence of training, as well as the doctoral study plans, the trends already pointed to what we would corroborate, that is, a predominance of the use of theories derived from Criminology, Psychology, and other Health Sciences. To understand this discrepancy, it is necessary to revive that the consolidation of the discipline in this country occurs with the reconceptualization of Social Work whose legitimacy is reached in its formulation as Clinical Social Work.

V. OBJECT (S) OF STUDY: ECOBIOPSIKOSOCIAL APPROACH OF HUMAN BEING

Throughout the last chapter, we have analyzed the areas of interest of researchers by identifying the thematic axes on which studies rest, highlighting the place of the axis of social problems associated with family, childhood, and youth and aging. This allows us to recover the historical presence of Social Work, particularly in its emergence as a profession associated with the place of women within the family, motherhood, and childhood. There is a growing concern in contemporary times about social issues related to the elderly, which is identified by us as a result of current times, in which the age pyramid no longer assumes a tendency to reverse itself. Indeed, Social Work researchers cannot deny that there is a growing tendency to provide solutions to the fruitful problems of negative aging.

The second most present thematic axis concerns the Social Work in Health (which includes the Clinical Social Work). Concerning this axis, we resumed the previous reading regarding the association of the historical influence of the Clinical Social Work revisited in Chapter IV and the emergency training context of Social Work in the USA, but also in Portugal whose first curriculum is strongly marked by the influence of medicine and health.

Thirdly, the most identified scientific interest reflects the humanitarian crisis, values, and ideologies that we are witnessing today at the global level. In this context, we refer to the axis of Multiculturalities, Immigrations, Migrations, Sexuality, and Gender, aligned with a critic and humanistic perspective in reaffirming the values of Social Work and, therefore, human rights. Indeed, the global phenomena that have been witnessed, both considering migration, refugees, tolerance and the surrendering of human rights for sexual and gender freedom, can be associative factors to understand why this thematic axis lies in second position of scientific interest by the scientific community under study.

Finally, and with a slight margin of difference, it is important to refer to the scientific concern to produce knowledge specifically about Social Work concerning its practical, formative and scientific domain. Such evidence may indicate a future tendency for the discipline to reaffirm and consolidate its external legitimation as an autonomous applied scientific area.

We corroborate the hypothesis of Ferreira & Diez (2016), regarding the object of study of Social Work to be the relationship/interaction centered on the Human Being

integrated in a social, political, economic and cultural context. We have identified that the diversity of fields and scientific and professional specificities are presented as a theoretical and practical possibility for the discipline, within a framework of globalization and social citizenship. Therefore, if we take into consideration the thematic axes categorized by us, we identify that the objects of study focus on the role of Social Work as a mediator of structural conflicts aiming to intervene in tensions, conflicts, and violence between groups of excluded individuals. It is understood, through this analysis, that the knowledge created and observed by us is intended as a communication link between structures and individuals, resources and systems, reaffirming the prevalence of the defense of justice and human rights.

If we look closely at the categorized thematic axes, we identify that everyone has the intervention of Social Work, or the understanding of Social Work linked to social phenomena and individuals belonging to potentially stigmatized groups identified as belonging to an ecologically, socially and politically weakened population fringe. Evidence that corroborate Krmpotic (2013: 87) when she says that it is in the field of struggles for needs, resources, and rights that the motivations and objectives of social work research emerge.

VI. MULTIPLE EPISTEMOLOGIES: MULTIPLE VIEWS AND UNREACHABLE ABSOLUTE TRUTHS

In Chapter V of this study, we have sought to clarify the main epistemological pathways that may give rise to other forms of understanding reality and truth. We defend the need for the scientific project of Social Work to remain open to different epistemological approaches, disengaging from the traditionalist idea of positivist science, since the person as a social being is endowed with unobservable realities, impossible to be measured by science, except through the effects of these non-observances. We have also concluded that it is inevitable in the process of scientific product creation to be devoid of more or less conscious ideologies, either in the epistemological option to use or in the choice and creation of the object of study and choice of methods.

This research demonstrates clear evidence of a predominance of positivist and neopositivist epistemologies in the articles analyzed in the three cases under study. Deductive reasoning prevails that, through statements, organizes the theory and allows to

explain generalizations and make predictions. Science is considered as something unified, which supposes a connection of scientific laws consenting to arrive at new formulations. Statistical laws abound, social theories have a sufficient level of systematization, and their confirmation is factual. We also conclude that this predominance is essentially emphasized in the American reality as confirmed by Anastas & Congress (1999), understood through the research tendencies on objects of study that refer to the Social Work in Health and, therefore, to the closest domain of Natural Sciences. Predominantly quantitative methodological options are identified in this epistemology, and once the choice of this research path is largely used in research that has developed on the issues associated with dependencies and addictions, childhood and youth, aging and mental health, all interconnected in the construction of the object of study in Social Work. We argue that the traditional function of science in Social Work has been to produce valid and tested knowledge through the systematic study of phenomena that refer to reliability testing and measurement validity methods, systematic processes to control data collection, and use of controlled designs and statistical analyses that eliminate alternative explanations, in favor of a recognition of the legitimacy of knowledge, placing it in a privileged position in the scientific hierarchy.

The predominant second epistemological pathway most used in the production of knowledge analyzed concerns the interpretative pathway. This paradigm assumes that classifications are not determined by the physical component of the world but are rather ways of representing the world. Theories are not descriptions; on the contrary, they are partial ways of understanding the world and must be compared and/or complemented by explanatory powers with others.

The interpretations of social scientists create an echo in individuals, transmitted by social vehicles, influencing the individual in a double hermeneutic. We find that associated with interpretivism are two underlying epistemological paradigms: phenomenology and ethnography. Each of these three epistemological assumptions is associated with the qualitative methodology. The study of cultural meanings and symbols is sought, as well as interaction, involvement and social representations. The results that mostly result from this adoption of seeing the world and science are predominantly two: explanatory theories of and for human action (in this case for professional practices or effects of social policies or interventions on the person with whom Social Work works) and the production of group identity schemes.

Thus, we were able to see the existence of science in, to and from Social Work, regardless of its sociopolitical recognition. We found that at least three institutions with a PhD in Social Work promote the production of scientific knowledge typical of the area.

We recognize the existence of multiple objects of study that are interconnected with the vision of the Social Work, which gives voice to those who are lacking in legitimacy in the public and scientific arena to denounce structural failures that promote situations of social, cultural and economic poverty, inequality of rights, and social injustices. To this end, the scientific areas to which knowledge production in Social Work is most used were evidenced, being their area, although theories from other areas are not discarded for a more complete understanding of the individual belonging to a historical-political context whose the hallmarks of neoliberalism are undeniable.

The differential factor of Social Work concerning other sciences, namely Social Sciences, is the factor that also promotes the weakening of its legitimacy, the recognition of the adoption of a sociopolitical ideology in the understanding of the phenomena guided by not only professional but also scientific duty put forward the core values of the Human Being. So, we consider it throughout our empirical analysis.

The discrepancy in the valuation of the role of Social Work in science is notorious depending on the institutions of the countries under analysis. Indeed, as the empirical data show, the studies of the Portuguese institution are the least funded by either public or private entities. When compared with the North American reality, we, therefore, understand that the trend in Portugal may change for the scientific reality of Social Work. However, to do so, it will be necessary to engage in struggles that concern state scientific policies as well as struggles of forces within the social field.

The scientific field in Social Work is fertile and in Portugal, due to its youthfulness, it has potential for scientific innovation, both about the creation of new objects of study, as well as the interpretation of the truth that departs from the typically positivist conservative canons. However, they do not deviate from the validity and accuracy of the results, conclusions and their usefulness for professional practice and for the person with whom they work.

In our understanding, every researcher who sees himself in the task of producing scientific knowledge is, in a broad sense, an implicated subject. However, the development of the way of producing this kind of knowledge also gave rise to mechanisms accepted by epistemic communities capable of controlling the implication. The assumption of the neutrality of science is seen today mostly as a chimera. There is

no disinterest in science, so no neutrality is possible. As scientific knowledge develops, so do control mechanisms. By taking on the challenge of producing scientific knowledge by addressing the object of which it is a part, any author, as an implicated subject, inescapably links his ideological identity to the project itself, although ideology assumes different meanings for those who make use of the term, as we refer to in Chapter VI, as a web of conceptual threads of the paradigmatic or historically 'consecrated' type.

In recent decades we have witnessed an assault on the arena of social work intervention by privatization of the public domain, which inevitably entails changes in professional practice, leading social workers to assume control roles rather than guaranteeing rights. Indeed, the world has faced a new and old wave of far-right sociopolitical ideology that undermines the guarantee of human rights and social justice. Examples of this are the effects that emerged with the Trump Era on the welfare state, and the lever of the resurgence of the Bolsonaro fascism strain in Brazil, which led to a decrease in the rights and freedom of the oppressed. In this context, it is undeniable the usefulness of Social Work as a profession, but also as a science that remains available to interpret and understand reality defending the ethical sense and ideology of the values of the profession. In our perspective, the prominence of positivism in Social Work should be questioned, as Evidence-Based Practice should be taken backward, since prioritizing this approach is closely related to the advancement of neoliberal social policies. It is necessary to take critically the current positivist tendency of Science in Social Work, emphasizing the importance of intersubjectivity and communication in order not to risk annulling individual singularities. We defend the necessary scientific resistance, in the affirmation of alternative epistemologies that challenge the conventional standardization of what science is, with the ultimate goal of not losing the humanist project of Social Work, where the person is understood as a Being with plural singularities and to promote the true social and human state. Finally, as a future research suggestion, our study, more than a point of arrival, is a starting point for a new investigation that focuses on the symbolic dimensions that shape Social Work as an Integrative Applied Social Science, as well as, on the trends of the effective utility that scientific knowledge of Social Work has in and by civil society (citizens, institutions and structures).

BIBLIOGRAFIA

- Abbott, A. (1988). *The system of professions: An essay on the division of expert labor*. Chicago: University of Chicago Press
- Abbott, A. (2005). Linked Ecologies: States and Universities as Environments for Professions. *Sociological Theory*, 23(3), 245-274
- Acquavita, S. P. & Tice, C. J. (2015). Social work doctoral education in the United States: examining the past, preparing for the future. *Social Work Education*, vol. 34, nº. 7, 846–860.
- Addams, J., (1990). *Twenty years at Hull-House: With autobiographical notes*. Chicago: University of Illinois Press. (Original work published 1910)
- Almeida, J. F. & Pinto, J. M. (1995). *A investigação nas Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença.
- Amaro, M. I. (2008). Os campos paradigmáticos do Serviço Social: proposta para uma categorização das teorias em presença. *Locus Soci@l- Revista de Serviço Social, Política Social e Sociedade*, 65-80. Retrieved from http://www.cesss-ucp.com.pt/files/locussocial/page4/files/page4_13.pdf, consultado em 5/12/2014
- Amaro, I. (2014). Um admirável mundo novo? Tecnologia e intervenção na contemporaneidade. In Carvalho, M. I. & Pinto, C. (coord), *Serviço Social: teorias e práticas*, (97-111). Lisboa: Pactor.
- Anastas, J. W. & Congress, E. P. (1999) Philosophical Issues in Doctoral Education in Social Work, *Journal of Social Work Education*, 35:1, 143-153.
- Anastas, J. W. (2012). *Doctoral education in social work*. New York, NY: Oxford University Press.
- Argyris, C. & Schön, D. (1974). *Theory in Practice: Increasing Professional Effectiveness*. San Francisco : Jossey-Bass.
- Austin, D. M. (1997). The institutional development of social work education: the first 100 years and beyond. *Journal of Social Work Education*, 33(3), 599-612.
- Bachelard, G. (1934). *La formation de l'esprit scientifique*. Paris: Presses Universitaire de France.
- Bagley, C., Sawyer, A., & Abubaker, M. (2016). Dialectic Critical Realism: Grounded Values and Reflexivity. *Social Science Research. Advances in Applied Sociology*, 06(12), 400–419. <https://doi.org/10.4236/aasoci.2016.612030>
- Barak, M. E. M., & Brekke, J. S. (2014). Social Work Science and Identity Formation for Doctoral Scholars Within Intellectual Communities. *Research on Social Work Practice*, 24(5), 616–624. <https://doi.org/10.1177/1049731514528047>
- Beaud, S., Weber, F. (1998). *Guide de l'enquête de terrain*. Paris: Ed. La Découverte.
- Beck, U. (1986). *Risk Society, Towards a New Modernity*. Munich: University of Munich.
- Beck, U., Bonss, W. & Lau, C. (2003). The Theory of Reflexive Modernization. *Theory, Culture and Society*, 20 (2), 1-33.
- Bell, E. Moberley, (1941). *Octavia Hill: A biography*. London: Constable.
- Berger, P., & Luckmann, T. (1966). *The Social Construction of Reality*. New York: Random House.
- Bernardo, Alfredo Henriquez, (1991). Gênese e emergência do Serviço Social português: o Instituto de Serviço Social de Lisboa (1ª parte). *Revista intervenção social* n. 5/6, 9-20.
- Bertalanffy, L. (1968). *General system theory: Essays on its foundation and development*. New York: George Braziller (Ed).
- Bhaskar, R.A. (1975). *A Realist Theory of Science*. Verso: London.

- Bhaskar, R. (1982). Realism in the Natural Sciences. *Studies in Logic and the Foundations of Mathematics*, 104, 337–354. [https://doi.org/10.1016/S0049-237X\(09\)70204-6](https://doi.org/10.1016/S0049-237X(09)70204-6)
- Biestek, F. (1961). *The casework Relationship*. London: Allen & Unwin.
- Birtwell, Mary L., (1895), Investigation, Pamphlet. *Boston Associated Charities*, n. 61.
- Bloom, M. & Fischer, J. (1982). *Evaluating Practice: Guidelines for the Accountable Professional*. Prentice. London: Hall International.
- Boily, P.-Y. (2014). *Les paradoxes du travail social en regard de la théorie de la complexité: comment recréer le travail social au-delà de ses aberrations*. Thèse de doctorat, Université Laval. Retrieved from <https://corpus.ulaval.ca/jspui/handle/20.500.11794/25303>
- Boucher, M. (2014). Promouvoir la recherche dans et sur le champ social recherche scientifique versus “recherche en travail social.” In Jaeger, M. (coord), 2014, *Travail Social et la recherche – conférence de consensus* (pp. 65–84).
- Bourdieu, P. (1975). La spécificité du champ scientifique et les conditions sociales du progrès de la raison. *Sociologie et Sociétés*, 7(1), 91-118. <https://doi.org/10.7202/001089ar>
- Bourdieu P. (1976) Le champ scientifique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Vol. 2, n°2-3, 88-104.
- Branco, F. (2009). Assistentes Sociais E Profissões Sociais Em Portugal: Notas sobre um itinerário de pesqu. *Locus Soci@l*, (2), 7–19. Retrieved from <http://cesss.fch.lisboa.ucp.pt/images/site/locus-social/locus-social-n2-2009.pdf#page=3&zoom=80>
- Branco, F. (2009). A Profissão De Assistente Social Em Portugal. *Locus Soci@L*, (3), 61–88.
- Branco, F., & Amaro, I. (2011). As práticas do Serviço Social activo no âmbito das novas tendências da política social: uma perspectiva portuguesa. *Serviço Social & Sociedade*, (108), 656–679. <https://doi.org/10.1590/S0101-66282011000400005>
- Brekke, J. S. (2012). Shaping a Science of Social Work. *Research on Social Work Practice*, 22(5), 455–464. <https://doi.org/10.1177/1049731512441263>
- Brekke, J. (2014a). The Role Quantitative Research Plays in Shaping the Science of Social Work, *The Society for Social Work and Research*. San Antonio, TX: *Annual Conference*.
- Brekke, J. S. (2014b). A Science of Social Work, and Social Work as an Integrative Scientific Discipline: Have We Gone Too Far, or Not Far Enough? *Research on Social Work Practice*, 24(5), 517–523. <https://doi.org/10.1177/1049731513511994>
- Brekke, John; Anastas, J. (2019). *Shaping a Science of Social Work: Professional Knowledge and Identity*. New York: OXFORD UNIVERSITY PRESS.
- Bryman, A. (1988). *Quantity and Quality in Social Research*. Routledge: London
- Buchner, S. (2012). *Soziale Arbeit als transdisziplinäre Wissenschaft. Zwischen Verknüpfung und Integration*. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften.
- Cabot, Richard C, M.D. (1915) Report of the Chairman of the Committee on Health, in, *Proceedings of the National Conference of Charities and Correction for 1915, Baltimore*.
- Campbell-Hunt, C. (2007). Complexity in practice. *Human Relations*, 60(5), 793-823.
- Caria, T. H. (2017). A constituição do saber profissional: uma contribuição interdisciplinar sobre a dualidade do uso social do conhecimento. *Análise Social*, n.º 224, 498-532.
- Carvalho, M. I. (2010) Serviço Social em Portugal: Percurso cruzado entre a assistência e os direitos, *Revista Serviço Social & Saúde*. Vol. IX, n°10,147-164.

- Carvalho, M. I. (2014). A Pesquisa do Serviço Social em Portugal: evidências e provocações. *Textos & Contextos*, 13(2), 325–336. <https://doi.org/10.15448/1677-9509.2014.2.19276>
- Castel, Robert. (1995) *Les metamorphoses de la question sociale: une chronique du salariat*. Paris: Fayard.
- Chalmers, T. (1833a). *On the adaptation of External Natura to the Moral and intellectual Constitution of Man*. London: William Pickering.
- Chalmers, T. (1833b). *On the power, wisdom and goodness of God as manifested in the adaptation of external nature to the moral and intellectual constitution of man. Vol. I*. London: William Pickering.
- Chalmers, T. (1833c). *On the power wisdom and goodness of God as manifested in the adaptation of external nature to the moral and intellectual constitution of man, Vol II*. London: William Pickering. <https://doi.org/10.1037/11906-000>
- Chalmers, T. (1868). *On political economy in connexion with the moral state and moral prospects of society*. New York: Augustus M. Kelley.
- Chalmers, T., & Masterman, N. (1900). *Chalmers on charity: a selection of passages and scenes to illustrate the social teaching and practical work of Thomas Chalmers*, D.D. Westminster: A. Constable and Co.
- Charfolet, A. C. (2011). Aproximación al trabajo social en España. *Serviço Social & Sociedade*, (108), 623–638. <https://doi.org/10.1590/S0101-66282011000400003>
- Cintora, A. S. (2001). Acción social y Trabajo Social en España una revisión histórica. *Acciones e Investigaciones Sociales*, (13), 5–42. Retrieved from <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=170281>
- Collier, A. (1994). *Critical realism: an introduction to Roy Bhaskar's philosophy*. Verso.
- Comte, A. (1848). *A general view of positivism*. London: Trübner and Company
- Cooper, B. (2008). Continuing Professional Development: A Critical Approach. In S. Fraser and S. Matthews (Eds.). *The Critical Practitioner in Social Work and Health Care*. London: Sage.
- Coutinho, C. P. (2011). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática*. Lisboa: Editorial Presença.
- Creswell, J. (2008 [1994]). *Research design: qualitative and quantitative approaches*. London: Sage.
- Creswell, J. (2012). *Educational Research. Planning, Conducting and Evaluating Quantitative and Qualitative Research*. Fourth Edition: Person Education Inc.
- Creswell, J. (2014). *Research Design. Qualitative, Quantitative and Mixed Methods Approaches*. Fourth ed. Lincoln: Sage Publications
- Cruz, Manuel Braga da (1982). Para a Historia da Sociologia Academica em Portugal. *Boletim da Faculdade de Direito: Universidade de Coimbra*, v.58, 2, 73-119.
- Davies, M. (2014) *Modern Social Work Theory*. London: Palgrave Macmillan.
- Delagrang, J. (1929) Social Work in France, in *First International Conference of Social Work Paris, 8–13 July 1928, Proceedings*. Vol. I, pp. 335–54. Paris: Imp. Union.
- Della Porta, D. & Keating, M. (2008). *Approaches and Methodologies in the Social Sciences: A Pluralist Perspective*. New York: Cambridge University Press
- Devine, E. T., and Brandt, L. (1921). *American Social Work in the Twentieth Century*. New York: The Frontier Press.
- Devine, E. T. (1922). *Social work*. New York: The Frontier Press. Retrieved from <http://hdl.handle.net/2027/hvd.32044024471179>
- Dierckx, C., (2007), Un cours de philosophie du travail social; pour quoi faire aujourd'hui? *Deuxième congrès international des formateurs en travail social et des professionnels francophones de l'intervention sociale*.

- Downward, P. & Mearman, A. (2002). Critical Realism and Econometrics: Constructive Dialogue with Post Keynesian Economics. *Metroeconomica*, 53 (4), 391-415.
- Dubois, A., & Gadde, L.-E. (2002). Systematic combining: an abductive approach to case research. *Journal of Business Research*, 55(7), 553–560. [https://doi.org/10.1016/S0148-2963\(00\)00195-8](https://doi.org/10.1016/S0148-2963(00)00195-8)
- Engelke, E. (1996). Soziale Arbeit und ihre Bezugswissenschaften in der Ausbildung - Ressourcen und Schwierigkeiten einer spannungsvollen Partnerschaft, 161-183. In *Sozialarbeitswissenschaft - Kontroversen und Perspektiven*. Neuwied: Luchterhand
- Ferraz, J.M. Pereira (1935). Serviço Social Organizado. *Broteria*, Vol. XV, set-ago 1932.
- Ferreira De Almeida, J., & Pinto, J. M. (1995). *A Investigação nas Ciências Sociais*. Lisboa: Ed. Presença.
- Ferreira, J. (2011). Contributos para o debate da epistemologia em Serviço Social. *Trabajo Social Global*. Vol. 2, nº3., 63-77
- Ferreira, J. & Pena, M. J. (2014). Research in Social Work: Education, Process and Practice in Portugal. in J. Hämäläinen, B. Littlechild & M. Spilácková (eds), *Social Work Research Across Europe: Methodological positions and research practice*. Ostrava: Publisher University of Ostrava.
- Ferreira, J. M. (2014). Serviço Social: profissão e ciência. Contributos para o debate científico nas ciências sociais. *Cuadernos de Trabajo Social* 27(2), 329-341.
- Ferreira, J., Amaro, I., & Álvarez-Pérez, P. (2018). La formation du doctorat en travail social à l'ISCTE- IUL (Institut Universitaire de Lisbonne). In Arnaud Frauenfelder Stéphane Rullac Jean-Pierre Tabin (Ed.), *La fabrique du doctorat en travail social*. Presses Ehesp.
- Finlay, L. (2002). "Outing" the Researcher: The Provenance, Process, and Practice of Reflexivity. *Qualitative Health Research*, 12(4), 531–545. <https://doi.org/10.1177/104973202129120052>
- Finlay, L. (2002). Negotiating the swamp: the opportunity and challenge of reflexivity in research practice. *Qualitative Research*, 2(2), 209–230. <https://doi.org/10.1177/146879410200200205>
- Fleetwood, S. (2004). *The Ontology for Organisation and Management Studies*. London: Routledge.
- Fleetwood, S. (2005a). Ontology in Organization and Management Studies: A Critical Realist Perspective. *Organization*, 12 (2), 197-222.
- Fleetwood, S. (2005b). A critical realist reply to Walters & Young. *Review of Political Economy*, 17 (4), 587-600.
- Fletcher, A. J. (2017). Applying critical realism in qualitative research: methodology meets method. *International Journal of Social Research Methodology*, 20(2), 181–194. <https://doi.org/10.1080/13645579.2016.1144401>
- Flick, U. (2005). *Métodos qualitativos na investigação científica*. Monitor.
- Floersch, J. & Longhofer, J. (2012). The Coming Crisis in Social Work. *Research on Social Work Practice*, 22 (5), 499-519.
- Fook, J. (1993). *Radical casework: a theory of practice*. St Leonards, New South Wales: Allen & Unwin
- Fook, J. (2002a). *Social work: critical theory and practice*. London: SAGE.
- Fook, J. (2002b). Theorizing from practice: Towards an inclusive approach for social work research. *Qualitative Social Work*, 1 (1), 79-95.
- Fook, J. (2004). What professionals need from research: Beyond evidence-based practice. In D. Smith (Ed.), *Social Work and Evidence-Based Practice*. Jessica Kingsley: London.
- Foucart, J., (2008), Travail Social et Construction Scientifique. *Pensée Plurielle*, nº29, 95-103.

- Foucault, M. (1981). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Frank, J. B., (1936), *The Theory of Social Work*. Boston: D. C. Heath and Company.
- Freire, P. (1970). *Pedagogia do Oprimido*. Publicações Paz e Terra: 23ª reimpressão.
- Freynet, M.-F. (1995). Les médiations du travail social. Contre l'exclusion, (re)construire les liens. *Chronique Sociale*, 4(1), 122–122.
- Garrett, P. M. (2017). *Welfare Words: Critical Social Work & Social Policy*. London: Sage Publications.
- Ghanem, C.; Csanadi, A. Daxenberger, J.; Kollar, I.; Gurevych, I. & Fischer, F. (2016). Automated Text Classification to Capture Scientific Reasoning and Argumentation Processes in Different Professional Problem Solving Contexts. In *Conference: The 26th Annual Meeting of the Society for Text & Discourse*.
- Giddens, A. (1976). *New Rules of Sociological Method. A Positive Critique of Interpretative Sociologies*. London: Macmillan.
- Gilgun, J. F. (1994). Hand into glove: Grounded theory and social work practice research. In Reid, W. & Sherman, E. (Eds.), *Qualitative methods and social work practice research*, 115-125. New York: Columbia University Press.
- Goldaracena, Idareta, F., Uriz Pemán, M. J., & Viscarret Garro, J. J. (2017). 150 años de historia de la ética del Trabajo Social en España periodización de sus valores éticos. *Cuadernos de Trabajo Social*, 30(1), 37–50.
- Gómez Rodríguez, A. (2005). *Filosofía y metodología de las ciencias sociales*. Alianza.
- Granja, B. (2006). Le savoir d'action en service social éléments pour une épistémologie de l'agir professionnel. In *8 e Biennale de l'éducation et de la formation*. LYON: INRP. Retrieved from <http://www.inrp.fr/biennale/8biennale/contrib/longue/449.pdf>
- Guerra, I. (2002). *Fundamentos e Processos de Uma Sociologia de Acção: O Planeamento em Ciências Sociais*. Lisboa: Principia.
- Habermas, J. (1987). *The Theory of Communicative Action, Vol 11: Lifeworld and System – A Critique of Functionalist Reason*. Trans. T. McCarthy. Cambridge: Polity.
- Haley, J., (2009), *Stratégies de la psychothérapie*. Éditions Éres.
- Hartman, A. (1992). In Search of Subjugated Knowledge. *Social Work*, 37(6), 483-484.
- Healy, M., & Perry, C. (2000). Comprehensive criteria to judge validity and reliability of qualitative research within the realism paradigm. *Qualitative Market Research: An International Journal*, 3(3), 118–126. <https://doi.org/10.1108/13522750010333861>
- Healy, K. (2001). Participatory action research and social work: A critical appraisal. *International Social Work*, 44 (1), 93-105.
- Herriott, R. E., & Firestone, W. A. (1983). Multisite Qualitative Policy Research: Optimizing Description and Generalizability. *Educational Researcher*, 12(2), 14–19. <https://doi.org/10.3102/0013189X012002014>
- Hill, Octavia, (1913). *Life of Octavia Hill; as told in her letters*. Edited by C. Edmund Maurice. London: Macmillan and Company.
- Hoddy, E. T. (2019). Critical realism in empirical research: employing techniques from grounded theory methodology. *International Journal of Social Research Methodology*, 22(1), 111–124. <https://doi.org/10.1080/13645579.2018.1503400>
- Houston, S.H. (2012). Reviewing the Coming Crisis in Social Work: A Response to Longhofer and Floersch. *Research on Social Work Practice*, 4(5), 45-50.
- Howe, D. (1987). *An Introduction to Social Work Theory: Making Sense of Practice*. Wildwood House: Aldershot.
- Howe, D. (1993). *On being a client: Understanding the Process of Counselling and Psychotherapy*. London: Sage.
- Howe, D. (1994). Modernity, Postmodernity and Social Work. *British Journal of Social Work*, 24 (5), 513-532.

- Howe, D. (1997a). Psychosocial and Relationship-Based Theories for Child and Family Social Work: Political Philosophy, Psychology and Welfare Practice. *Child and Family Social Work Practice*, 12 (1), 45-56.
- Howe, D. (1997b). *Relating theory to practice*. In Martin Davies, *The Blackwell Companion to Social Work*. Oxford: Blackwell, (81-87).
- Howe, D. (2009). *A brief introduction to Social Work Theory*. London: Palgrave Macmillan.
- Hunt, S. D. (1994). A realist theory of empirical testing: Resolving the theory-ladenness/objectivity debate. *Philosophy of Social Sciences*, 24, 133–158.
- Hunter, H. (editor) (1912). *Problems of poverty, selections from the economic and social writings of Thomas Chalmers*. London: Thomas Nelson & Sons.
- Iamamoto, M. (2001). A Questão Social no capitalismo. *Temporalis/ABEPSS*, 2 (3).
- Iamamoto, M. (2003). *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez.
- Jaeger, M. et al. (2014), *Conférence de consensus. Le travail social et la recherche*. Paris: Dunod.
- Jesuino, J. C. (coord). (1995). *A comunidade científica portuguesa nos finais do século XX*. Oeiras: Celta.
- King, N. (1994). The qualitative research interview. In C. Cassel & G. Symon (Eds.), *Qualitative methods in organizational research: A practical guide*. Thousand Oaks, CA, US: Sage Publications, Inc, (14-36).
- Kratochwil, Friedrich 2007. Of False Promises and Safe Bets, *Journal of International Relations and Development* 10(1): 1–15.
- Kuhn, T. S. (1970). *The Structure of Scientific Revolutions (Vol. II)*. Chicago: The University of Chicago.
- Kuilema, J. (2014), Lessons from the first international conference on social work, *International Social Work*, 1-13.
- Kurzman, P. A. (2015). The evolution of doctoral social work education. *Journal of Teaching in Social Work*, 35(1-2), 1-13.
- Lara, R. (2007) Pesquisa e Serviço Social: da concepção burguesa de ciências sociais à perspectiva ontológica, *Rev. Katálysis*, vol.10, 73-82.
- Leplay, E. (2012). Recherche et “performance” en travail social. *Empan*, vol.3, n°87: 84-89.
- Lightfoot, E. & Beltran, R. (2016). *The GADE Guide: A program guide to doctoral study in social work*. St. Paul, MN: Group for the Advancement of Doctoral Education in Social Work.
- Loch, C.S. (1833). *How to Help Cases of Distress*. (Publisher not listed in book)
- Loch, C. S. (1910). *Charity and social life*. London: Macmillan.
- Loch, C. S. (1923). *A great ideal and its champion*. London: George Allen and Unwin.
- Lorenz, W. (2004) Research as an element in social work’s ongoing search for identity. In R. Lovelock, K. Lyons and J. Powell (Eds) *Reflection on Social Work - Discipline and Profession*. Ashgate: Aldershot
- Lorenz, W. (2005). Social Work and a New Social Order – Challenging Neo-liberalism’s Erosion of Solidarity. *Social Work & Society*, 3 (1), 93-101.
- Lorenz, W., (2014), Is history repeating itself? Reinventing social work’s role in ensuring social solidarity under conditions of globalization, In Timo Harrikari, Pirkko-Liisa Rauhala, *Social Change and Social Work*, 2-15.
- Lorenz, W. (2017a). Social work education in Europe: towards 2025. *European Journal of Social Work*, 20(3), 1-11.

- Lorenz, W., (2017b), A European Model of Social Work – Utopia or Necessity? *Proceeding, social work conference, Koln*.
- Lubove, R. (1969). *Professional altruist: The emergence of social work as a career 1880–1930*. New York: Macmillan.
- Madureira Pinto, J. & Silva, Augusto (1999). *Metodologia das Ciências Sociais. Biblioteca das Ciências do Homem*. Lisboa: Edições Afrontamento.
- Marlière, E. (2014). Le Travail Social en quête de légitimité académique. In Jaeger, M. (coord) (2014), *Conférence de consensus. Le travail social et la recherche*. Dunod.
- Marlow, C. (2001). *Research Methods for Generalist Social Work*. Brooks: Cole Thomson Learning
- Martins, A. (1993). A escola da ciência social de Le Play na construção do conhecimento do Serviço Social português. *Intervenção Social*, n.º 7, Lisboa
- Martins, A. (1995). Gênese, emergência e institucionalização do Serviço Social português: a escola normal social de Coimbra. *Intervenção Social*, (11/12), 17–34. Retrieved from <http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/is/article/view/1265>
- Matos-Silveira, R. (2013). Trabajo Social en España: contextos históricos, singularidades y desafíos actuales. *Revista Katálisis*, 16(spe), 101–109. <https://doi.org/10.1590/S1414-49802013000300007>
- McNutt, J. G. (2013). Social Work Practice: History and Evolution. *Encyclopedia of Social Work*. Oxford University Press. DOI: 10.1093/acrefore/9780199975839.013.620
- Merton, R. (1942; 1973) *The normative structure of science. The Sociology of Science*, Chicago: The Chicago University Press.
- Merton, R. K. (1973). *The Sociology of Science – Theoretical and Empirical Investigations*. Chicago & London: The University of Chicago Press.
- Mingers, J., Mutch, A., & Willcocks, L. (2013). Critical Realism in Information Systems Research. *Management Information Systems Quarterly*, 37(3). Retrieved from <https://aisel.aisnet.org/misq/vol37/iss3/8>
- Mouro, H. (2004). A Investigação no Serviço Social: Os Anátemas de uma Velha Questão. *Interações: Sociedade E As Novas Modernidades*, 4(7).
- Mudd, Edith E. (1901), *The duties of the almoner (memorandum)*. Charity Organization Society. London, Institute of Medical Social Workers. Document reference 378/IMSW/A/1/4/3a
- Mudd, Edith E. (1902), *Almoner's report for six month, ending 30th June*. Charity Organization Society. London, Institute of Medical Social Workers. Document reference 378/IMSW/A/1/4/7a
- Mudd, E. (1910) Home Visiting from the Hospital. *Charity Organization Review*. No.163.
- Mullaly, B. (1993). *Structural Social Work: Ideology, Theory and Practice*. Toronto: McClelland and Stewart.
- Mullaly, B. (2007). *The new structural social work*. Canada, Oxford University Press.
- Nunes, A. S. (1994). *Questões Preliminares sobre as Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença.
- O'Hanlon, B. & Beadle, S. (1994). *A Field Guide to Possibility Land*. Omaha: Possibility Press.
- Octávia Hill (1869), The Importance of aiding the poor without almsgiving. *National Association for the Promotion of Social Science*, v.13, 589-594.
- Paniagua, R., Fernández, S. L., & Rubio Guzmán, E. (2010). Cambios Y Evolución Del Trabajo Social En España En El Final Del Siglo XX. *Revista de Ciencias Humanas y Sociales*, 68(132), 161–184.

- Parton, N. (1994). The Nature of Social Work under Conditions of (Post) Modernity. *Social Work and Social Sciences Review*, 5 (2), 93-112
- Parton, N. (2000). Some thoughts on the relationship between theory and practice in and for social work. *British Journal of Social Work*, 30(4), 449-64.
- Parton, N. & O'Byrne, P. (2000). *Constructive Social Work: Towards a New Practice*. London: Palgrave Macmillan.
- Payne, M. (2014). *Modern Social Work Theory*. 4th Ed., London: Macmillan International Higher Education.
- Perlman, H. (1962). *So You Want to Be a Social Worker*. New York: Harper & Row.
- Pinto, J. M. & Pereira, V. B. (2007). *Pierre Bourdieu A teoria da Prática e a Construção da Sociologia em Portugal*. Porto: Edições Afrontamento
- Pinto, J. M., & Silva, A. S. (1999). *Metodologia das ciências sociais*. Porto: Edições Afrontamento.
- Polanyi, M. (1966). *The Tacit Dimension*. London: Routledge & Kegan Paul.
- Polligkeit, W. (1929) Social Work in Germany, in *First International Conference of Social Work Paris, 8–13 July 1928, Proceedings*, Vol. I, pp. 355–79. Paris: Imp. Union
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. V. (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Reid, W. J. (2001). The Role of Science in Social Work. *Journal of Social Work*, 1(3), 273–293. <https://doi.org/10.1177/146801730100100303>
- Reid, N. P., & Edwards, R. L. (2006). The purpose of a school of social work - an american perspective. *Social Work Education*, 25(5), 461-484.
- Richmond, M. E. (1912). *The good neighbor in the modern city*. Philadelphia, PA.: J.B. Lippincott.
- Richmond, M. (1917). *Social Diagnosis*. New York: Russel Sage Foundation.
- Richmond, M.E. (1922). *What is social casework?* Philadelphia, PA.: Russell Sage Foundation.
- Richmond, M. E. (1924). Sir Charles Stewart Loch . *The Family*, 1, 3-7.
- Richmond, M. E. (1930). The long view. J. C. Colcord and R. Z.S. Mann (Eds.). *The long view*. New York: Russell Sage Foundation.
- Richmond, M. E. (1969). *Friendly visiting among the poor: A handbook for charity workers*. Montclair, NJ: Patterson Smith.
- Richmond, M. E. (1971). *What is social casework?* New York: Arno Press and The New York Times.
- Rilvas, Condessa (1935). *Carta ao Ministro de Educação*, Lisboa: Arquivo LS.S.S.L.
- Rolt, C. (2011), Pensar a epistemologia das Ciências Sociais na contemporaneidade: dilemas de uma ciência incerta. *Soc. E Cult*, Goiania, v. 14, n.2.
- Rullac, S. (2011). De la scientificité du travail social. Quelles recherches pour quels savoirs ? , *Pensée plurielle*, 2011/1 n° 26, p. 111-128.
- Rullac, S. (2012). *La science du travail social. Hypothèses et perspectives*. Issy-les-Moulineaux : ESF éditeur
- Santos, C. M. dos, & Martins, A. M. de C. (2016). The Education of Social Assistants in Portugal: Trends in Critical thinking. *Revista Katálisis*, 19(3), 333–341. <https://doi.org/10.1590/1414-49802016.003.00003>
- Sayer, A. (1984). *Method in Social Science: a realist approach*. Routledge/Hutchinson
- Sayer, A. (1997). Critical Realism and the Limits to Critical Social Science. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, Vol. 27, 387-516.
- Sayer, A. (2000). *Realism and Social Science*. London: Sage Publications.
- Schön, D. (1997). Formar professores como profissionais reflexivos. In A. Nóvoa (Org.), *Os professores e a sua Formação*. Publicações D. Quixote: Lisboa, (77-91).

- Schön, D. (1998). *El profesional reflexivo. Cómo piensan los profesionales cuando actúan*. Barcelona: Editorial Paidós.
- Seligman, M. (1995). The Effectiveness of Psychotherapy: the Consumer Reports Study. *American Psychologist*, n.º 50, 965-974.
- Semblano, M. I. (2003). *Serviço Social Escolar em Portugal*. Instituto Superior Miguel Torga.
- Shaw, I. (2006). Evaluation of social work and the humans services. In I. Shaw, J. Greene and M. Mark (Eds), *Handbook of Evaluation: Policy, Programme and Practice*. London: Sage Publications.
- Shaw, I. (2014). A science of social work? Response to John Brekke. *Research on Social Work Practice*, 24(5):524-526.
- Shaw, I. (2016). *Social Work Science*. New York: Columbia University Press.
- Shoemaker, L. (1998). Early conflicts in Social Work education. *Social Service Review*, 72(2): 182-191.
- Sibeon, R. (1989). Comments on the Structure and Forms of Social Work Knowledge. *Social Work and Social Sciences Review*, 1 (1), 29-44.
- Simmons, A. (2005). *A Profession and Its Roots The Lady Almoners*. (M. Press, Ed.). Michelangelo Press.
- Smith, A., & Haakonssen, K. (2002). *The theory of moral sentiments*. New York: Cambridge University Press.
- Sommerfeld, P. (2014). Social work as an action science: A perspective from Europe. *Research on Social Work Practice*, 24(5):586-600.
- Spencer, H. (1855). *The principles of psychology*. London: Longman, Brown, Green, and Longmans. <https://doi.org/10.1037/14065-000>
- Stevens, I. & Cox, P. (2008). Complexity Theory: Developing New Understandings of Child Protection in Field Settings and in Residential Child Care. *The British Journal of Social Work*, 38 (7), 1320-1336.
- Stevens, I. & Hassett, P. (2012). Applying Complexity Theory to Risk in Child Protection Practice. *Childhood*, 14 (1), 128-144.
- Teater, B. (2015). *An introduction to applying social work theories and methods* (3tr ed.) Maidenhead: Open University Press.
- Thompson, N. (2010). *Theorizing Social Work Practice*. London: Palgrave Macmillan.
- Thyer, B. (2015). Doctoral Education in Social Work: An Essay Review. *Journal of Teaching in Social Work*, 35, 226-229.
- Timms, N. (1968). *The Language of Social Casework*. London: Routledge & Kegan Paul.
- Todd, A. J. (1919). *The scientific spirit and social work*. New York: The Macmillan company.
- Turner, C. J. Ribton, (1872). *Suggestions for Systematic Inquiry into the Cases of Applicants for Reltef*. London: Knight and Company.
- Vieira, B., O., (1981). *Serviço Social: Processos e Técnicas*. Rio de Janeiro: Agir.
- Wacquant, L. (2005). Mapear o campo artístico. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 48, 117-123.
- Webb, S. (2001). Some considerations on the validity of Evidence Based Practice in social work. *The British Journal of Social Work*, 31 (1), 57-79.
- Weber, M., ([1922], 2005), *A ciência como vocação*. Tradução Artur Mourão. Lisboa: Tribuna da História.
- Retrieved from http://www.lusosofia.net/textos/weber_a_ciencia_como_vocacao.pdf.
- White, M. & Epston, D. (1990). *Narrative Means to Therapeutic Ends*. New York: Norton

- White, S., & Riemann, G. (2009). Researching our own Domains: Research as Practice in Learning Organizations. In J. and R. Shaw, I., Briar-Lawson, K. Orme (Ed.), *The Sage Handbook of Social Work Research*. London: SAGE.
- Wynn, D., & Williams, C. (2012). Principles for Conducting Critical Realist Case Study Research in Information Systems. *Management Information Systems Quarterly*, 36(3). Retrieved from <https://aisel.aisnet.org/misq/vol36/iss3/9>
- Yin, R. K. (1994). *Case study research: design and methods*. London: Sage Publications.
- Yin, R. (2005). *Estudo De Caso. Planejamento e Métodos* (3rd ed.). Porto Alegre: Bookman.

OUTRAS FONTES:

- Council on Social Work Education (CSWE) (2018). 2017 Statistics On Social Work Education In The United States. Council on Social Work Education (CSWE).
- First International Conference of Social Work Paris, July 8th-13th 1928 (FICSW) (1929) Proceedings, Vol.I Paris: Imp. Union.
- Group for the Advancement of Doctoral Education in Social Work (2013). Quality Guidelines For Phd Programs In Social Work. Retrieved from <http://www.gadephd.org/Guidelines>
- Group for the Advancement of Doctoral Education in Social Work. (2016). GADE-GUIDE. Retrieved from, <http://www.gadephd.org/Membership.aspx>
- INE (2011) Classificação Portuguesa das Profissões 2010. Lisboa: INE
- IFSW, (2014) Global definition of Social Work, Proceedings, General Meeting and the IASSW General Assembly.
- Santa Casa da Misericórdia do Porto (1930), Segundo Congresso das Misericórdias - Relatório, Porto.

FONTES CONSULTADAS ONLINE:

- <https://www.a3es.pt>.
- <http://www.apross.pt/publicacoes/acervo-historico>, consultado em 24/01/2015.
- <https://www.cgtrabajosocial.es/colegios>, visitado em 11 de outubro de 2017.
- <http://www.dgeec.mec.pt/np4/EstatDiplomados/>.
- <https://dtss.ua.es/es/enlaces-de-interes/facultades-y-escuelas-universitarias-de-trabajo-social-de-espana.html>, visitado em 20 de outubro de 2017.
- <https://www.fct.pt/>.
- http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOES_pub_boui=107961853&PUBLICACOESmodo=2, consultado em 25/01/2015.
- <https://www.revolvy.com/page/Anna-Laurens-Dawes>, consultado em 25 de Agosto de 2018.
- <http://www.scimagojr.com/countryrank.php?category=3323&area=3300®ion=Western Europe>, visitado em 10 de outubro de 2017.
- <http://www.travail-social.com/>

FONTES LEGISLATIVAS

Decreto de Lei nº 26 893, de 15 de Agosto de 1936.

Decreto de Lei nº 30 135, de 14 de Dezembro de 1939.

Decreto de Lei nº 40 678, de 10 de Julho de 1956.

Despacho Normativo nº 59/77, de 23 de fevereiro.

ANEXOS

ANEXO A - ENTREVISTA EXPLORATÓRIA 1

Objetivos:

Compreensão do significado atribuído à investigação/cientificidade por parte daqueles que vivem essa experiência subjetiva. Identificar o modo como os atores experienciam o papel de docentes, doutorandos, investigadores e profissionais de investigação-ação; Identificar as principais dificuldades vivenciadas pela comunidade científica no que respeita à legitimidade do seu campo científico, bem como os efeitos da sua participação na investigação para a consolidação da identidade profissional; examinar as atitudes dos investigadores relativamente às normas do universalismo, comunalismo, desinteresse e ceticismo organizado, que segundo Merton regem a atividade dos cientistas; e apurar os pressupostos epistemológicos dos investigadores, distinguindo os critérios que formal e/ou informalmente utilizam para diferenciar ciência e não ciência.

Nome:

Idade:

Sexo:

Instituição:

Percurso académico

Formações académicas

Porquê a escolha da área do Serviço Social

Percurso profissional

Experiências práticas passadas

Experiências investigativas passadas

Lugar atual

Profissão

Estatuto (s)

Funções

Concepções sobre o Serviço Social

O que é

Como se faz

Onde

Como evolui o Serviço Social

Concepções sobre o que é ciência

O que é fazer ciência na atualidade?

Como se distingue ciência de não ciência?

Onde se faz ciência?

Como evolui a ciência?

Concepções sobre a relação de Serviço Social e Ciência

Existe ciência em Serviço Social?

Qual o seu objeto de estudo?

Qual o seu método?

Como tem evoluído a ciência no/do/para o Serviço Social?

O que significa em termos científicos fazer um doutoramento em Serviço Social?

Atitude e Prática científica

A partir da prática profissional como percebe a prática investigativa nos profissionais do Serviço Social?

É uma prática profissional relevante para o Serviço Social?

O que difere uma investigação científica em Serviço Social, do de uma em Sociologia, psicologia social e política social?

ANEXO B - ENTREVISTA EXPLORATÓRIA 2

Esta entrevista pretende aprofundar a perspetiva da evolução do Serviço Social ao nível académico e científico em Espanha e descrever a prática científica de um coordenador de curso em SS.

F/M

Idade:

Profissão: Professor/Investigador

Estatuto científico:

Cargo/Funções:

Instituição: Ensino Superior Público/Privado/Laboratório de estado/outro:

Doutorado em SS/outra área:

Não doutorado/ em doutoramento:

Formação toda no próprio país ou lá fora também?

Nível profissional (Observação)

Tem experiência de terreno na área social? Se sim qual? E por quanto tempo?

Segundo Max Weber (1922) a vocação científica e nomeadamente a docência é fruto de um acaso por via das leis de seletividade coletiva. Concorda? O que o fez ingressar pela via académica ao nível profissional, nomeadamente, na docência (que implica também ser investigador)?

Nível académico (Descrição)

Como caracteriza o Serviço Social em Espanha? (principais preocupações atuais)

O que é ser assistente social em Espanha? (trabalho individual por via da terapia por ex. ou a nível coletivo por via comunitário p.ex?)

Quando e como surgiu o SS enquanto profissão?

Como e quando surgiu o SS na universidade?

Que níveis de ensino existe em SS?

Quando e como surgiu o doutoramento em SS?

Qual o motivo pelo qual as pessoas procuram fazer o doutoramento?

Que lacuna é que o doutoramento procura responder?

Quais as teorias principais ensinadas em Serviço Social? (Howe: psicologia, sociologia e psicologia social)

O serviço social em Espanha tem alguma influência de outras ciências sociais? Se sim quais são as predominantes?

Nível Científico:

Como se configura a carreira de investigador em SS?

Quais os indicadores de produção científica em Serviço Social? (o número de publicações e o lugar onde se publica têm influência na carreira de investigação?)

O que é investigar em SS? (qual a função da investigação em SS?)

Considera o SS uma fonte de produção de conhecimento científica?

Como, por quem e para que são usadas as teorias em SS?

Quais os propósitos do SS e das teorias que o suportam?

Segundo Howe existe um método em SS: i) observação; ii) descrição; iii) explicação; iv) predição; v) intervenção – Concorde?

Ethos Mertoniano da Ciência: 1-não se aplica/4- aplica-se totalmente

Na prática científica todos os enunciados estão sujeitos a exame crítico.

Mais do que a obtenção de vantagem pessoal o que orienta a ciência é a obtenção de resultados científicos.

Os procedimentos e resultados científicos são tendencialmente impessoais e universais.

O relacionamento entre cientistas caracteriza-se pela comunicação sem reservas de procedimentos e resultados de pesquisa.

Representações sobre o conhecimento científico em SS

Existe um método científico único em SS?

As teorias podem ser confirmadas ou informadas apenas pela verificação empírica em Serviço Social?

Os conceitos e as conclusões são adotados porque são válidas ou porque há um amplo consenso acerca deles?

As leis científicas são por natureza temporárias e aproximativas?

O SS tem um estatuto epistemológico específico ou é um outro tipo de conhecimento? (qual)

O conhecimento do SS é válido na medida em que aproxima da estrutura da realidade?

Descobrir uma lei científica básica em SS é como descobrir a América, no sentido em que ambas já existiam antes de serem descoberta?

O conhecimento científico em SS é um produto social e como tal é influenciado pelo contexto em que é produzido?

A validade dos enunciados é sempre avaliada através de critérios impessoais e por referência a conhecimentos previamente estabelecidos?

Os enunciados científicos em SS são objetivos e independentes dos valores?

Os procedimentos da investigação científica estão suficientemente protegidos da influência de fatores sociais?

Prática científica (explicação)

Quanto tempo é dedicado à prática científica por dia? 8 a 12 horas/ 4 a 8h/ - de 8/+12/

tempo dedicado à Investigação? – 25% / 25-49 % / 50% ou+

tempo dedicado à tese de doutoramento?

Tempo dedicado a tarefas administrativas

Tempo dedicado a atividade de coordenação

Tempo dedicado a atividade de direção ou gestão

Participa em algum projeto científico? 1/ 2 a 5 / +5

Responsável por alguma instituição ou centro de investigação?

Responsável por uma equipa de investigação?

Onde costuma realizar o trabalho científico? Universidade/ centro de investigação/
Casa/ outro?

O que influencia a escolha dos problemas a investigar?

Tem por hábito publicar todos os anos?

Onde? Porquê?

Qual o regime de assinaturas que mais pratica?

O que influencia o processo de decisão de temas e/ou projetos de investigação?

No último ano participou em eventos científicos? De que tipo? Em que área?

Deslocou-se no último ano ao estrangeiro para eventos científicos? Onde? Quanto
tempo?

Predição

Como antevê o futuro do SS na universidade em Espanha? E na ciência? Porquê?

Pode o Serviço Social ser considerado uma Ciência? Porquê?

Complete a frase: O Serviço Social é: uma disciplina científica; um campo científico;
uma área científica; uma ciência; um outro tipo de conhecimento;

ANEXO C – GRELHA DE ANÁLISE DE RECOLHA DE ARTIGOS CIENTÍFICOS

Investigação e Desenvolvimento	
N.º de projetos de investigação	
Produção científica e divulgação	
Títulos	Quantidade
Artigos indexados no Web of Science: [Referência]	
Artigos indexados noutros classificadores internacionais (identificar): [Referência]	
Artigos em outras revistas: [Referência]	
Livros e/ou capítulos de livros: [Referência]	
Prémios e Distinções	
-	

Congressos, colóquios, sessões plenárias, mesas-redondas ou outras atividades científicas e culturais em cuja organização o docente/investigador participou

Título / Designação	Local de realização	Instituição (B;E;F)

ANEXO D – EIXOS TEMÁTICOS CATEGORIZADOS À PRIORI.

ATLAS.ti Report

Tese “O SS como Ciência Social”

Codes groups by Code Groups

. Eixo temático SS e Comportamentos desviantes

Codes: Comportamentos desviantes

Trabalho Sexual/Prostituição

. Eixo temático SS, Profissão, Formação e Ciência

Codes: Práticas profissionais de SS

SS e Supervisão

SS Formação e Ciência

Valores

. Eixo temático SS, Movimentos Sociais, Ambiente e Comunidades

Associations: Eixo temático SS no trabalho, Reinserção e Pobreza

Codes: (Des)emprego

Empreendedorismo

Presidiários

Problemas económicos

. Eixo temático SS, Políticas Sociais e Direitos Humanos

Codes: Femicídio

Feminismo – Comment: “Relações de dominação homem-mulher”

Política e Políticas Sociais

Racismo

Violência Doméstica

. Eixo temático SS e Saúde

Associations: Eixo temático SS Oncológico

Codes: Dependências e Adições

Deficiência

Saúde e bem-estar

Saúde Mental

Envelhecimento

. Eixo temático SS, Multiculturalidade, Migrações, Sexualidade e Questões de Género

Codes: Espiritualidade

Etnias

Imigração

Migração

Multiculturalidade

Género

Sexualidade

Feminismo

. Eixo temático SS, Famílias, Infância e Juventude e Envelhecimento

Codes: Crianças e Jovens em risco; Educação; Envelhecimento; Família;

ANEXO E – OBJETIVOS GERAIS CICLO DE ESTUDOS INSTITUIÇÃO B

ACEF/ [REDACTED] – Relatório final da CAE

A.11.2.2. Evidências que fundamentam as classificações de cumprimento assinaladas.
A designação do ciclo de estudos está em conformidade com a adoptada em Portugal e internacionalmente, respeitando as designações adoptadas para a área científica no quadro de Bolonha.
Todavia o RAA, ao usar a classificação da CNAEF, não inscreve o curso em nenhuma área principal, apenas usando os itens de "área secundária" e "outra área secundária", questão que merece correção.
A.11.3.1. Estrutura curricular e plano de estudos
Satisfaz as condições legais
A.11.3.2. Evidências que fundamentam as classificações de cumprimento assinaladas.
A estrutura curricular e o plano de estudos satisfazem formalmente as condições legais. O plano de estudos tem a duração de 6 semestres estando dentro dos parâmetros legalmente previstos e de acordo com o praticado em muitos dos 3os. ciclos de estudo em Portugal.
A.11.4.1 Docente(s) responsável(eis) pela coordenação da implementação do ciclo de estudos
Foi indicado e tem o perfil adequado
A.11.4.2. Evidências que fundamentam as classificações de cumprimento assinaladas.
- O docente indicado tem o doutoramento na ACP - Serviço Social, cumprindo pois com as disposições legalmente em vigor.

Pergunta A.12

A.12.1. Existem locais de estágio e/ou formação em serviço.
Não aplicável
A.12.2. São indicados recursos próprios da instituição para acompanhar os seus estudantes no período de estágio e/ou formação em serviço.
Não aplicável
A.12.3. Existem mecanismos para assegurar a qualidade dos estágios e períodos de formação em serviço dos estudantes.
Não aplicável
A.12.4. São indicados orientadores cooperantes do estágio ou formação em serviço, em número e qualificações adequadas (para ciclos de estudos de formação de professores).
Não aplicável
A.12.5. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.
O Ciclo de estudos tem como única via de finalização a apresentação e defesa pública de uma tese.
A.12.6. Pontos Fortes.
Não aplicável
A.12.7. Recomendações de melhoria.
Não aplicável.

1. Objectivos gerais do ciclo de estudos

1.1. Os objectivos gerais definidos para o ciclo de estudos foram formulados de forma clara.
Em parte
1.2. Os objectivos definidos são coerentes com a missão e a estratégia da instituição.
Sim
1.3. Os docentes envolvidos no ciclo de estudos, bem como os estudantes, conhecem os objectivos definidos.
Sim
1.4. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.
Os objetivos gerais definidos para o CE prevêm a qualificação de docentes, investigadores e outros profissionais no campo do Serviço Social. Contextualizar o Serviço Social no quadro das

ACEF/ [REDACTED] – Relatório final da CAE

transformações sociais contemporâneas é outro dos propósitos a que se acrescentam alguns dos meios para a sua concretização: análises aprofundadas e investigações, debates e intercâmbios a nível nacional e internacional e, ainda, o incentivo à produção e divulgação de trabalhos.
Dado que esta IES tem em funcionamento os três ciclos de estudo na ACP é esperado que os objetivos de cada CE sejam definidos simultaneamente garantindo a sua singularidade mas também as relações de complementaridade e cooperação com os restantes CE.
1.5. Pontos Fortes.
- A existência dos 3 ciclos de estudo o que potencia uma oferta articulada e de convivência disciplinar e interdisciplinar.
- A possibilidade de desenvolver actividades de investigação com a participação dos estudantes no âmbito do centro de investigação CES
1.6. Recomendações de melhoria.
- Reponderar a definição de objectivos levando em linha de conta a existência de 3 CE e potenciando as relações de complementaridade e recurso mútuo.

2. Organização interna e mecanismos de garantia da qualidade

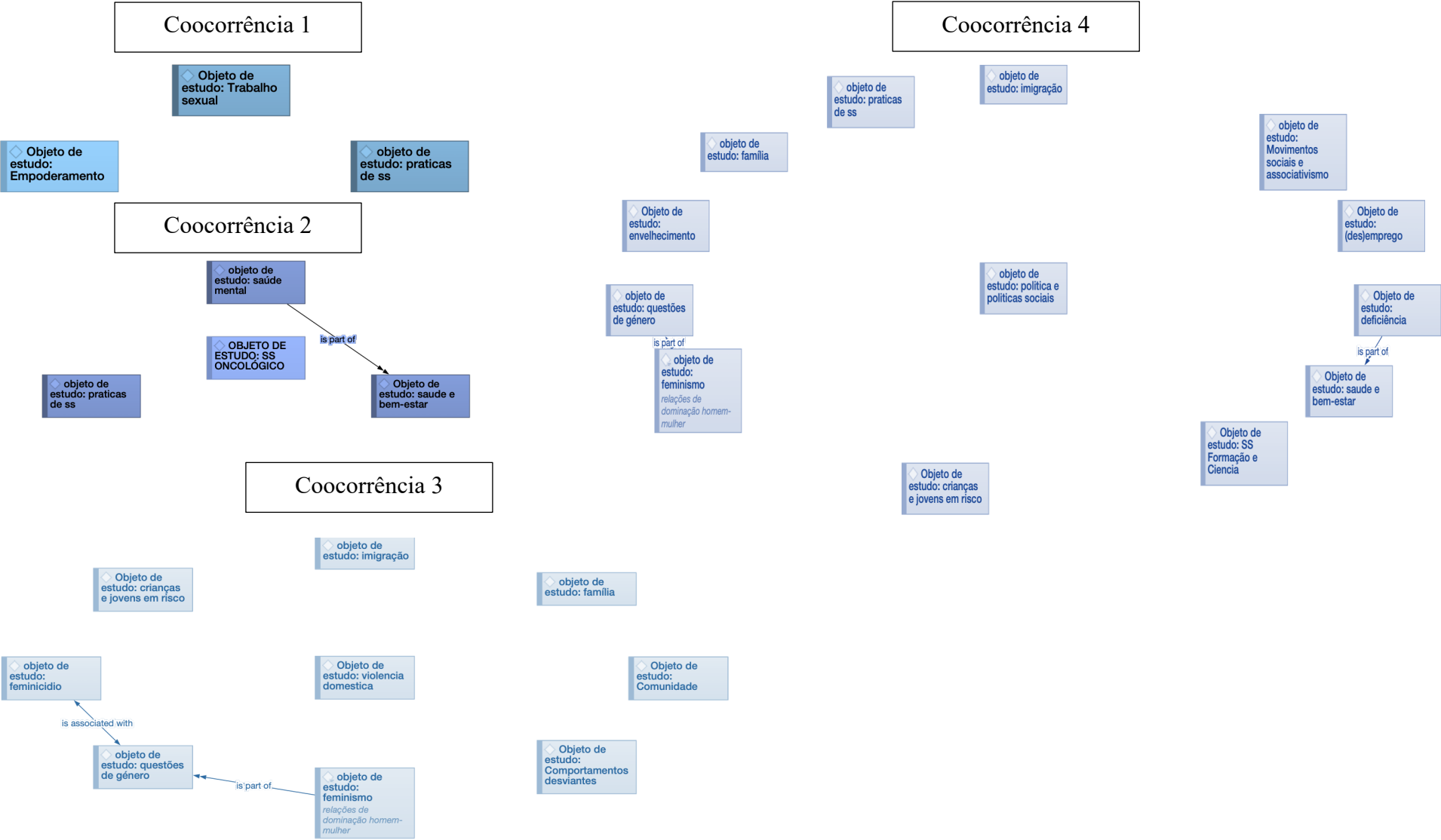
2.1. Organização Interna

2.1.1. Existe uma estrutura organizacional adequada responsável pelos processos relativos ao ciclo de estudos.
Sim
2.1.2. Existem formas de assegurar a participação activa de docentes e estudantes nos processos de tomada de decisão que afectam o processo de ensino/aprendizagem e a sua qualidade.
Sim
2.1.3. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.
A IES tem em funcionamento órgãos científico-pedagógicos com funções definidas em matéria de coordenação das atividades científicas, distribuição de serviço docente, criação e alteração de ciclos de estudos, aprovação dos PE dos ciclos de estudos, transições curriculares bem como a supervisão do processo de garantia de qualidade e condução da estratégia de sustentabilidade. Existe um Conselho Científico do Departamento
O CE é coordenado por um docente doutorado na ACP (Serviço Social) em tempo integral na IES. Existem momentos e instâncias de trabalho, de coordenação e de participação dos docentes nos processos de ensino-aprendizagem. Os docentes e estudantes têm participação nos órgãos científicos e pedagógicos em conformidade com o regulamentado para os vários órgãos académicos. Existem conselhos de ano que procedem a avaliações intercalares e finais focadas na potencial melhoria das UC.
2.1.4. Pontos Fortes.
- Existência de órgãos académicos onde participam docentes e estudantes
- Dinâmica pedagógica de proximidade e disponibilidade dos docentes
2.1.5. Recomendações de melhoria.
- Fortalecimento da participação dos estudantes designadamente atendendo à condições de disponibilidade de alguns deles.

2.2. Garantia da Qualidade

2.2.1. Foram definidos mecanismos de garantia da qualidade para o ciclo de estudos.
Em parte
2.2.2. Foi designado um responsável pelo planeamento e implementação dos mecanismos de

ANEXO F - COOCORRÊNCIAS DE TEMAS DE ESTUDO



Coocorrência 5

♦ Objeto de estudo: Problemas económicos -

♦ objeto de estudo: Movimentos sociais e associativismo

♦ objeto de estudo: política e políticas sociais

♦ objeto de estudo: praticas de ss

Coocorrência 7

♦ Valores

♦ objeto de estudo: família

Coocorrência 6

♦ objeto de estudo: imigração

♦ objeto de estudo: família

♦ objeto de estudo: migração

♦ Objeto de estudo: saúde e bem-estar

♦ Objeto de estudo: violência doméstica

♦ objeto de estudo: política e políticas sociais

♦ objeto de estudo: questões de género

♦ objeto de estudo: feminismo
relações de dominação homem-mulher

is part of

♦ objeto de estudo: questões de género

Coocorrência 8

♦ objeto de estudo: família

♦ Objeto de estudo: SS
Formação e Ciência

♦ Objeto de estudo: deficiência

is part of

♦ Objeto de estudo: saúde e bem-estar

is part of

♦ objeto de estudo: sexualidade

is part of

♦ objeto de estudo: saúde mental

♦ objeto de estudo: praticas de ss

♦ objeto de estudo: questões de género

♦ Objeto de estudo: racismo

Coocorrência 9

Objeto de estudo: crianças e jovens em risco

Objeto de estudo: educação (SS nas escolas)

objeto de estudo: práticas de ss

Objeto de estudo: deficiência

objeto de estudo: saúde mental

Coocorrência 11

objeto de estudo: práticas de ss

objeto de estudo: questões de gênero

objeto de estudo: presidiários

objeto de estudo: saúde mental

Objeto de estudo: deficiência

Coocorrência 10

Objeto de estudo: educação (SS nas escolas)

Objeto de estudo: Comunidade

objeto de estudo: sexualidade

Objeto de estudo: crianças e jovens em risco

objeto de estudo: etnias
dominação no conjunto social (raça, tipo, etc...)

Objeto de estudo: deficiência

objeto de estudo: família

is part of

Objeto de estudo: saúde e bem-estar

is part of

is part of

objeto de estudo: práticas de ss

OBJETO DE ESTUDO: SS ONCOLÓGICO

objeto de estudo: presidiários

Objeto de estudo: envelhecimento

objeto de estudo: questões de gênero

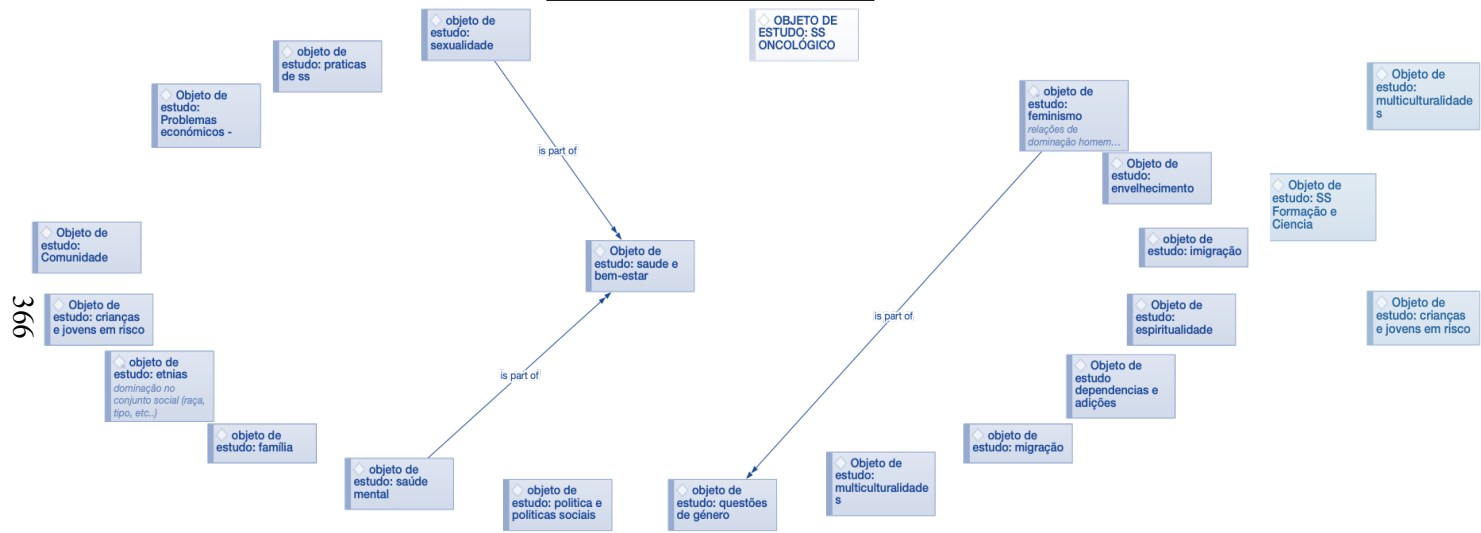
Objeto de estudo: (des)emprego

objeto de estudo: migração

Objeto de estudo: dependências e adições

Objeto de estudo: espiritualidade

Coocorrência 12



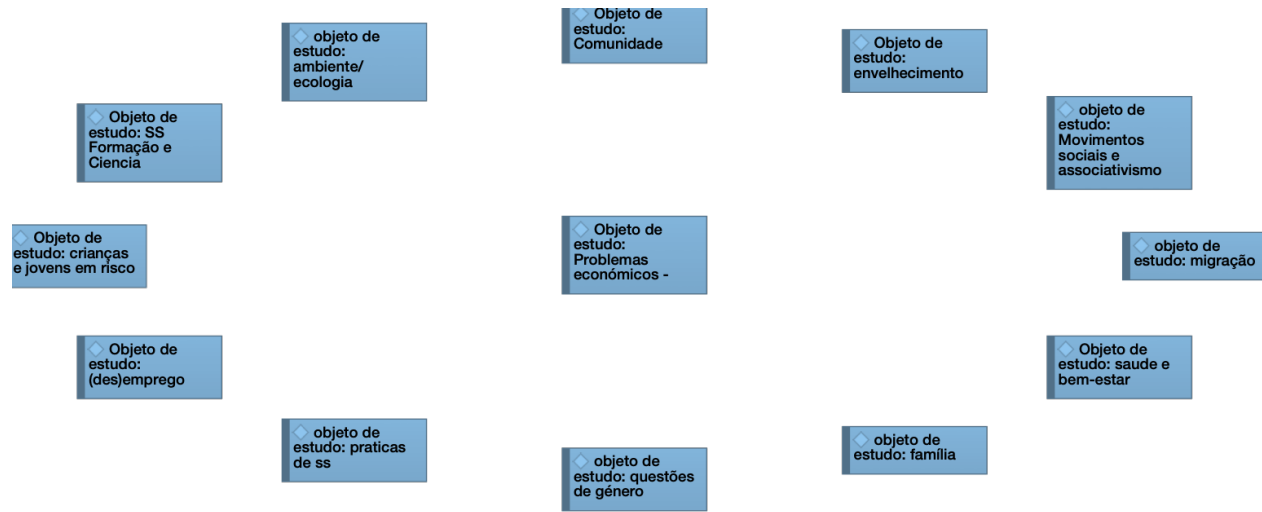
Coocorrência 13



Coocorrência 15



Coocorrência 14



Coocorrência 16

objeto de estudo: política e políticas sociais

Objeto de estudo: multiculturalidades

Objeto de estudo: racismo

objeto de estudo: família

Objeto de estudo: Problemas económicos -

Objeto de estudo: SS Formação e Ciência

Objeto de estudo: racismo

objeto de estudo: questões de género

objeto de estudo: sexualidade

objeto de estudo: praticas de ss

Coocorrência 17

Objeto de estudo: Empoderamento

Objeto de estudo: Trabalho sexual

Objeto de estudo: espiritualidade

Coocorrência 18

objeto de estudo: imigração

Objeto de estudo: Problemas económicos -

objeto de estudo: migração

objeto de estudo: feminismo
relações de dominação homem-mulher

Objeto de estudo: multiculturalidades

objeto de estudo: saúde mental

is part of

Objeto de estudo: saúde e bem-estar

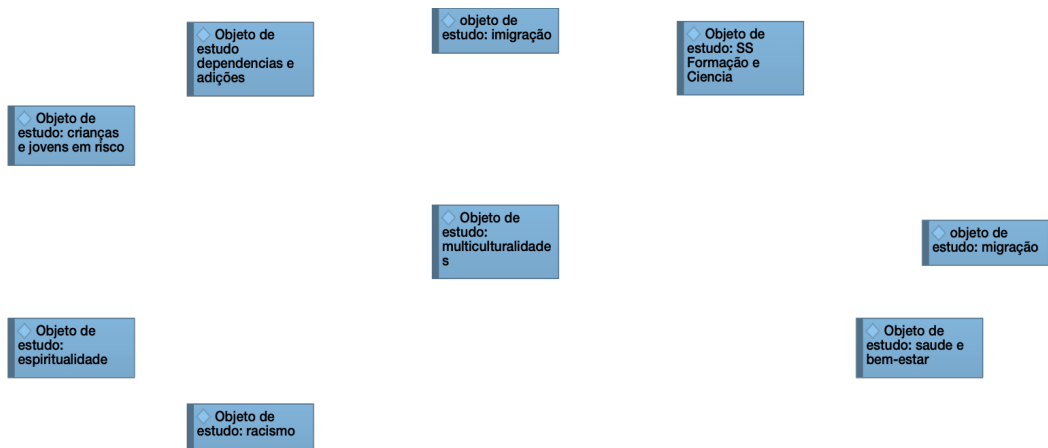
Objeto de estudo: crianças e jovens em risco

Coocorrência 19

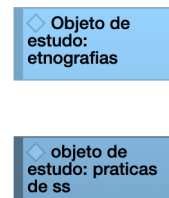
objeto de estudo: empreendedorismo

objeto de estudo: questões de género

Coocorrência 20



Coocorrência 21



Coocorrência 23

